

RELATÓRIO FINAL DO 18º CONGRESSO

Fortaleza, 25 de fevereiro a 2 de março de 1999

ERRATA

No Relatório Final do 18º CONGRESSO, realizado em Fortaleza - CE, no período de 25 de fevereiro a 2 de março de 1999, no que se refere aos itens “Data dos Congressos e Números e Datas dos CONADs”, do TR-14, registre-se que foram suprimidos por ampla maioria.

Brasília, 9 de dezembro de 2004

(Circular nº 416/04)

SUMÁRIO

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES	005
PLENÁRIA DE ABERTURA	
Ata	016
Anexos:	
I – Discurso do Prof. Dalton Melo Macambira – 1º Vice-Presidente da ANDES-SN no exercício da Presidência	019
II – Discurso da profª Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueiredo – Presidente da ADUFC Seção Sindical	022
III – Mensagens de Congratulações	026
IV – Em Memória	028
V – Mensagem do Prof. Renato de Oliveira – Presidente da ANDES-SN, ao 18º Congresso.	029
VI – Mensagem de Dom Helder Câmara	030
PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO	
Ata	032
Anexos:	
I – Regimento	035
II – Cronograma e Pauta	043
Relatório	044
PLENÁRIA INICIAL	
Ata	047
PLENÁRIA DO TEMA I – POLÍTICAS DE AJUSTE ESTRUTURAL E AS REFORMAS NEOLIBERAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Ata	049
Relatório	051
PLENÁRIA DO TEMA II – TRABALHO DOCENTE: POLÍTICA EDUCACIONAL, POLÍTICA SINDICAL, POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, CARREIRA E QUALIFICAÇÃO, SALÁRIOS.	
Ata	054
Anexo: Informe da Diretoria sobre os números do 18º Congresso da ANDES-SN	067
Relatório:	069
- Política Educacional	069
- 1º e 2º Graus	070
- Plano de Lutas das IEES	071
- Política de Expansão do Setor das IPES	072
- Pauta Unificada para os Docentes das IPES/1999	074
- Plano de lutas para o Setor das IFES	077
- Política Sindical	078
- Relatório Final da Comissão constituída pelo 37 CONAD	079
- Crítica à Diretoria da ANDES-SN	079
PLENÁRIA DO TEMA III – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Ata	081
Relatório:	085
- Política de Finanças e contribuição dos filiados	085

- Prestação de Contas do 37º CONAD	085
- Homologação de Seção Sindical	087
- Alterações Estatutárias	087
- Local do 38º CONAD e 19º Congresso	088
- Fundo de Solidariedade	088
- Indicações e confirmações em Grupos de Trabalhos - GTs	088
- Recomendações Gerais	090
PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO	
Ata	092
Anexos:	
I – Carta de Fortaleza	094
II – Moções, Saudação e Homenagem	096
III – Manifestos:	
- APUBH Seção Sindical	100
- APUFSC Seção Sindical	102
- ADUEPB Seção	103
- APUB/ADUNEB Seção Sindical	103
- ADUFERPE	104
RATEIO	105
APENSO:	
• Caderno de Textos	110
• Textos Avulsos	271
• Relatório Final da Comissão constituída pelo 37º CONAD	304

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Nº	Seção Sindical	DELEGADO
1.	ADCAC	ANTONIO DE PÁDUA BOSI
2.	ADCAC	ELIANE MARTINS DE FREITAS
3.	ADCAJ	VANILTON CAMILO DE SOUZA
4.	ADCEFET-RJ	SÉRGIO GONÇALVES CORREA
5.	ADCESP	JOSÉ DOS SANTOS REIS
6.	ADCESP	ELIZABETH ANTUNES DE MACEDO
7.	ADCESP	MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA LIMA
8.	ADEPM	NYLSON GOMES DA SILVEIRA FILHO
9.	ADEPM	MARIA CHRISTINA W. DE AVELLAR
10.	ADEPM	MARIA DAS GRAÇAS B. DA SILVA
11.	ADEPM	PAULO BOSCHCOR
12.	ADEPM	ROSEMARIA ANDREAZZA
13.	ADESA-PE	EDNALDO BEZERRA DE SOUZA
14.	ADESA-PE	MARIA DO SOCORRO DE A MONTEIRO
15.	ADESB-PE	JOSÉ ADILSON FILHO
16.	ADESB-PE	RICARDO DE OLIVEIRA FERREIRA
17.	ADFAED	ANA JULIANO
18.	ADFAED	GLAUCIA DE OLIVEIRA ASSIS
19.	ADFCAP	ARNÓBIO AMANAJÁS T. NETO
20.	ADFCAP	ORLANDO TADEU L. DE SOUZA
21.	ADFURRN	ARILENE MARIA S. DE MEDEIROS
22.	ADFURRN	FRANCISCA DE FÁTIMA A OLIVEIRA
23.	ADFURRN	FRANCISCA OTÍLIA NETA
24.	ADFURRN	FRANCISCO PAULO DE SILVA
25.	ADFURRN	MARIA IVONETE SOARES COELHO
26.	ADFURRN	MARIA NEUZA DE MEDEIROS
27.	ADFURRN	VERA LÚCIA DE ABREU
28.	ADOURADOS	CLAUDIO FREIRE DE SOUZA
29.	ADOURADOS	MARINA EVARISTO WENCESLAU
30.	ADUA	HELOÍSA BORGES
31.	ADUA	NARCISO JULIO FREIRE LOBO
32.	ADUA	RAFAELLE NOVELINO
33.	ADUA	SELMA OLIVEIRA
34.	ADUCSAL	JOSÉ BONIFÁCIO M. REIS
35.	ADUCSAL	MARIA INÊS C. MARQUES
36.	ADUCSAL	MARIA LIA SILVA E REIS
37.	ADUEMS	ARGEMIRO CORREIA DE ALMEIDA
38.	ADUEMS	NOÉ DE OLIVEIRA
39.	ADUEPB	ÁLVARO LUIS PESSOA FARIAS
40.	ADUEPB	ERIJACKSON DE OLIVEIRA DAMIÃO
41.	ADUEPB	LUCIA COUTO
42.	ADUEPB	MARIA DO SOCORRO DE A COUTINHO
43.	ADUEPB	MARLENE ALVES DE SOUSA
44.	ADUEPB	NEIDE GOMES FERREIRA
45.	ADUEPB	WELLINGTON W. G. DE LIMA
46.	ADUFAC	EDUARDO AUGUSTO DE H. E SOUZA
47.	ADUFAL	GARDÊNIA TAVARES
48.	ADUFC	AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA

49.	ADUFC	FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO
50.	ADUFC	GEMA GALGANI S. L. ESMERALDO
51.	ADUFC	HELENA SELMA AZEVEDO
52.	ADUFC	IZAIRA SILVINO MORAES
53.	ADUFC	JOÃO BOSCO FURTADO ARRUDA
54.	ADUFC	JOSÉ CARLOS P. DE OLIVEIRA
55.	ADUFC	LENA LÚCIA ESPÍNDOLA R. FIGUEIREDO
56.	ADUFC	MARIA LUIZA M. FONTENELE
57.	ADUFC	TANIA MARIA BATISTA DE LIMA
58.	ADUFEPE	AIRLTON CASTRO
59.	ADUFEPE	ANGELA AMARAL
60.	ADUFEPE	CELI TAFFAREL
61.	ADUFEPE	EVENILDO MELO
62.	ADUFEPE	FRANCISCO ARRUDA
63.	ADUFEPE	MARIA LUIZA ALÉSSIO
64.	ADUFEPE	MARIA MARIETA KOIKE
65.	ADUFEPE	MARSÍLIO ALENCAR
66.	ADUFEPE	MOACYR ARAÚJO
67.	ADUFEPE	ZÉLIA PEREIRA
68.	ADUFERPE	EUFRÁSIO DE SOUZA SANTOS
69.	ADUFERPE	MARIA DO CARMO DA S. XAVIER
70.	ADUFES	EDSON PEREIRA CARDOSO
71.	ADUFES	ELIZABETH ARAGÃO
72.	ADUFES	ELIZABETH ORIETTI
73.	ADUFES	ODILEA DESSAUNEDE ALMEIDA
74.	ADUFES	ROBERTO A BELING NETO
75.	ADUFES	STANDARD SILVA
76.	ADUFES	VALQUIRIA ROCHA DAHER
77.	ADUFF	GELTA TEREZINHA R. XAVIER
78.	ADUFF	JUAREZ TORRES DUAYER
79.	ADUFF	JÚLIO CARLOS FIGUEIREDO
80.	ADUFF	LUIZ CARLOS SOARES
81.	ADUFF	MARCELO BADARÓ MATTOS
82.	ADUFF	MARINA BARBOSA PINTO
83.	ADUFF	PAULO ANTONIO C. DE ALMEIDA
84.	ADUFF	MARGARIDA CARVALHO DE SANTANA
85.	ADUFF	SONIA MONNERAT BARBOSA
86.	ADUFF	TEREZINHA JOSEFA MONTEIRO
87.	ADUFF	WALDYR LINS DE CASTRO
88.	ADUFG	ALCIR HORÁRIO DA SILVA
89.	ADUFG	ANDREIA FERREIRA DA SILVA
90.	ADUFG	BRYON RICHARD HALL
91.	ADUFG	ELIA DE OLIVEIRA CHAVES
92.	ADUFG	EMANUEL DE OLIVEIRA COSTA
93.	ADUFG	FRANCISCO HUDSON DA C. LUSTOSA
94.	ADUFG	JOÃO VICTOR DE LELLIS
95.	ADUFG	LEANDRO GONÇALVES OLIVEIRA
96.	ADUFG	MARIA SELMA DE OLIVEIRA
97.	ADUFG	MONA BITTAR
98.	ADUFG	ROMUALDO PESSOA C. FILHO

99.	ADUFMAT	ADEMIL DA COSTA CLARO
100.	ADUFMAT	AQUILES LAZZAROTTO
101.	ADUFMAT	CARLOS ALBERTO EILERT
102.	ADUFMAT	HELIANE GENOFRE SALLES
103.	ADUFMAT	IRENILDA ANGELA DOS SANTOS
104.	ADUFMAT	JOSÉ DOMINGUES GODOI FILHO
105.	ADUFMAT	PEDRO ASSIS E SILVA FILHO
106.	ADUFMAT	ROBERTO BOAVENTURA DA SILVA SÁ
107.	ADUFMAT	TOMÁS AQUINO DA S. BOAVENTURA
108.	ADUFMS	BENÍCIA COUTO DE OLIVEIRA
109.	ADUFMS	JORGE AZAMBUJA G. SILVA
110.	ADUFMS	JOSÉ MÁCIO LICERRE
111.	ADUFMS	MARIA DE LOURDES GABRIELLI
112.	ADUFMS	VERA MARIA VIDAL PERONI
113.	ADUFMS	JESUS EURICO MIRANDA REGINA
114.	ADUFOP	DEOCLÉCIO ALVES CHINCA JR.
115.	ADUFOP	FÁBIO FAVERSANI
116.	ADUFOP	JAIME ROBERTO TEIXEIRA RIOS
117.	ADUFOP	MARCELO EUSTÁQUIO SILVA
118.	ADUFPA	GILMAR PEREIRA
119.	ADUFPA	MARIA LUCIA OHANA
120.	ADUFPA	MARIO BENJAMIM
121.	ADUFPA	NAHYLSON RODRIGUES
122.	ADUFPA	NICOLAU RICKMNA
123.	ADUFPA	RAIMUNDO BARTOLOMEU PEREIRA
124.	ADUFPA	SOLANGE CALGAGNO
125.	ADUFPA	VERA LUCIA JACOB
126.	ADUFPB-CG	JOSÉ EDILSON AMORIM
127.	ADUFPB-JP	ANTONIO JOAQUIM R. FEITOSA
128.	ADUFPB-JP	GALDINO TOSCANO DE B. FILHO
129.	ADUFPB-JP	MARIA APARECIDA R. DE MENEZES
130.	ADUFPB-JP	MARIA BERNADETE DA NÓBREGA
131.	ADUFPB-JP	MARIA DO SOCORRO X. BATISTA
132.	ADUFPB-JP	RUI GOMES DANTAS
133.	ADUFPB-JP	SIMONE HELENA DOS S. OLIVEIRA
134.	ADUFPB-JP	TERESA MITSUNAGA KULESZA
135.	ADUFPB-JP	VERA LÚCIA DO AMARAL B. SILVA
136.	ADUFPB-JP	WOJCIECH ANDRZEJ KULESZA
137.	ADUFPPEL	AFRA SUELENE DE MENDONÇA
138.	ADUFPPEL	DENISE MARCOS BUSSOLETTI
139.	ADUFPPEL	ELAINE DA SILVA NEVES
140.	ADUFPPEL	FABIANE TEJADA DA SILVEIRA
141.	ADUFPPEL	FRANCISCO CARLOS VITORIA
142.	ADUFPPEL	LORENA ALMEIDA GILL
143.	ADUFPPEL	LUIZ CARLOS LUCAS
144.	ADUFPPEL	SERGIO BARUM CASSAL
145.	ADUFPPEL	WALCIR BRASIL VAZ CORVELLO
146.	ADUFPI	FRANCINETE PAULA D. AVELINO
147.	ADUFPI	FRANCISCO DAS CHAGAS DE OLIVEIRA CARDOSO
148.	ADUFPI	JOÃO BOSCO S. FILHO

149.	ADUFPI	JOSÉ ALBERTO LEMOS DUARTE
150.	ADUFPI	JOSÉ LUCIANO FREITAS H. A LINS
151.	ADUFPI	MARIA ELIZABETE D. SILVESTRE
152.	ADUFPI	PEDRO ALVES DA SILVA
153.	ADUFPI	RAIMUNDA COSTA CANTUÁRIA
154.	ADUFPI	ROMULO JOSÉ VIEIRA
155.	ADUFRGS	CARLOS SCHMIDT
156.	ADUFRGS	CLÁUDIO SCHERER
157.	ADUFRGS	DANIELA MAZOLA FIALHO
158.	ADUFRGS	EDSON LUIZ LINDNER
159.	ADUFRGS	ELENA SALVATORI
160.	ADUFRGS	FÁBIO KEASLER DAL SOGLIO
161.	ADUFRGS	JOÃO SANTOS DREYER NETTO
162.	ADUFRGS	JOSÉ CARLOS FREITAS LEMOS
163.	ADUFRGS	LAURA SOUZA FONSECA
164.	ADUFRGS	MARILENE SCHMAREZEK
165.	ADUFRGS	MÁRIO ROBERTO G. BRAUNER
166.	ADUFRGS	REGINA RIGATTO WITT
167.	ADUFRJ	CÉLIA BRITO T. GAMA
168.	ADUFRJ	CLEUSA DOS SANTOS
169.	ADUFRJ	JOSÉ MIGUEL B. SALDANHA
170.	ADUFRJ	LEILA RODRIGUES ROEDEI
171.	ADUFRJ	MARIA CRISTINA M. DA SILVA
172.	ADUFRJ	PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
173.	ADUFRJ	RAQUEL GOULART BARRETO
174.	ADUFRJ	REGINA CÉLIA DE S. PUGLIASE
175.	ADUFRJ	ROBERTO HOUAISE
176.	ADUFRJ	ROBERTO LEHER
177.	ADUFRJ	ROSANNE EVANGELISTA DIAS
178.	ADUFRJ	SANDRA MARTINS DE SOUZA
179.	ADUFRJ	SARA APARECIDA GRANEMANN
180.	ADUFS-BA	ADROALDO OLIVEIRA SANTOS
181.	ADUFSCAR	AMARILIO FERREIRA JUNIOR
182.	ADUFSCAR	EMERSON PIRES LEAL
183.	ADUFSCAR	FÁTIMA MARIA B. DO SANTOS
184.	ADUFSCAR	GÉRIA MARIA M. FRANCO
185.	ADUFSCAR	MARCOS ANTONIO SANCHES VIEIRA
186.	ADUFSCAR	MARILIA LEITE WASHINGTON
187.	ADUFSCAR	PEDRO FERREIRA FILHO
188.	ADUFS-SE	ANTONIO FERNANDO DE ARAUJO SÁ
189.	ADUFS-SE	CLAUDETE SALES SAMPAIO
190.	ADUFS-SE	ILKA DIAS BICHARA
191.	ADUFS-SE	JULIO CESAR GANDARELA RESENDE
192.	ADUFS-SE	SÔNIA CRISTINA PIMENTEL
193.	ADUFS-SE	RUY BELÉM DE ARAUJO
194.	ADUFS-SE	SILVANIA DO NASCIMENTO
195.	ADUFU	ANTONIO DE ALMEIDA
196.	ADUFU	ARQUIMEDES DIOGENES CILONI
197.	ADUFU	DINAH VASCONCELLOS TERRA
198.	ADUFU	EDSON LÚCIO KOZAN

199.	ADUFU	HUDSON RODRIGUES LIMA
200.	ADUFU	PAULO ROBERTO ALMEIDA
201.	ADUFU	SARITA MEDINA DA SILVA
202.	ADUFU	SIDINEY RUOCCO JUNIOR
203.	ADUFU	SOLANGE BRETAS
204.	ADUNB	ANA LUCIA C. SARMENTO
205.	ADUNB	GUSTAVO SERGIO L. RIBEIRO
206.	ADUNB	HELVIA LEITE CRUZ
207.	ADUNB	LAURA REGINA M. DA F. L.DUARTE
208.	ADUNB	MARIA FRANCISCA P. COELHO
209.	ADUNB	MARISETE PERALTA SAFONS
210.	ADUNB	MERCIA DE VASCONCELOS PINTO
211.	ADUNEB	DÉBORA ALVES FEITOSA
212.	ADUNEB	MARIA DAS NEVES E. DA SILVA
213.	ADUNEB	PAULA ARCOVERDE CAVALCANTE
214.	ADUNEB	SILVIA MARIA LEITE DE ALMEIDA
215.	ADUNEB	JOSENITA COSTA SOUZA
216.	ADUNEMAT	ACIR MONTECCHI
217.	ADUNEMAT	CASSIA HACK
218.	ADUNEMAT	LENI HACK
219.	ADUNEMAT	LOURIVAL ABICH
220.	ADUNESP	ANTONIO LUIS DE ANDRADE
221.	ADUNESP	ARAILDO LIMA DA SILVA
222.	ADUNESP	EMANUEL ROCHA WOISKI
223.	ADUNESP	JOÃO DA COSTA CHAVES JUNIOR
224.	ADUNESP	JOSÉ LUIS FÉLIX
225.	ADUNESP	MARY DA SILVA PROFETA
226.	ADUNESP	OSVALDO GRADELLA JUNIOR
227.	ADUNESP	VANDEI PINTO DA SILVA
228.	ADUNESP	VERA LUCIA SIMÕES DA SILVA
229.	ADUNICAMP	ADOLPHO HANGELTRAUB
230.	ADUNICAMP	CLAUDINEY CARRASCO
231.	ADUNICAMP	EDMUNDO FERNANDES DIAS
232.	ADUNICAMP	JOSÉ RICARDO FIGUEIREDO
233.	ADUNICAMP	JOSÉ ROBERTO ZAN
234.	ADUNICAMP	LINO CASTELLANI FILHO
235.	ADUNIMEP	HEITOR GAUDENCI JUNIOR
236.	ADUNIMEP	RONALDO SCHUBERT SOUTO
237.	ADUNIMONTE	DONIZETTE LIMA DO NASCIMENTO
238.	ADUNIMONTE	LÚCIO FLAVIO FRERREIRA COSTA
239.	ADUNIMONTE	MARCOS FABIO M. DE OLIVEIRA
240.	ADUNIR	CARLOS LUIS F. DA SILVA
241.	ADUNIR	FRANCISCA FRANCINETE PERDIGÃO
242.	ADUNIR	FRANCISCO ONOFRE MATIAS
243.	ADUNIRIO	WILLIAN SOARES
244.	ADUPE	DENISE TOMAZ DE AQUINO
245.	ADUPE	EDNA MARIA ALENCAR DE SÁ
246.	ADUPE	JOÃO DE OLIVEIRA
247.	ADUPE	MARIA BERNADETE LEAL CAMPOS
248.	ADUPE	MARIA DE FÁTIMA MATTOS CUNHA

249.	ADUPE	ROBERTO BURKHARDT
250.	ADUR	IRLETE BRAGA DA TRINDADE
251.	ADUR	CÉLIA REGINA OTRANTO
252.	ADUR	DELSON LIMA FILHO
253.	ADUR	ANA MARIA DANTAS SOARES
254.	ADUR	TARCI GOMES PARAJARA
255.	ADUR	VALDOMIRO NEVES LIMA
256.	ADURN	ALMIR SERRA M. MENEZES FILHO
257.	ADURN	ANA LÚCIA XAVIER VIEIRA
258.	ADURN	IBIRACI MARIA FERNANDES ROCHA
259.	ADURN	JOÃO WANDERLEY R. PEREIRA
260.	ADURN	LUIZ GUILHERME MEIRA DE SOUZA
261.	ADURN	MARIA CRISTINA DE MORAIS
262.	ADURN	MARLÚCIA DE PAIVA OLIVEIRA
263.	ADURN	NAIRE JANE CAPISTRANO
264.	ADURN	PAULO ROBERTO M. AZEVEDO
265.	ADURN	FRANCISCA DE ASSIS DE SOUZA
266.	ADUSP	ARSÊNIO S. PERES
267.	ADUSP	CARLOS E. M. BALDIJÃO
268.	ADUSP	JAIR BORIN
269.	ADUSP	JOÃO ZANETIC
270.	ADUSP	JOSÉ NIVALDO GARCIA
271.	ADUSP	LIGHIA B. H. MATSUSHIGUE
272.	ADUSP	MARCOS NASCIMENTO MAGALHÃES
273.	ADUSP	WAGNER FERREIRA DOS SANTOS
274.	APES-JF	DANIELA MOTTA DE OLIVEIRA
275.	APES-JF	ANDRE SILVA MARTINS
276.	APES-JF	CARLOS ALBERTO C. NASCIMENTO
277.	APES-JF	CLEUSA MARIA A PENNA
278.	APES-JF	EUNICE MARIA G. MORANDO
279.	APES-JF	MARCIO ANTONIO DE OLIVEIRA
280.	APES-JF	OSCAVO HOMEM DE C. CAMPOS
281.	APES-JF	VANDERLI FAVA DE OLIVEIRA
282.	APROEFEI	JOSÉ CARLOS GRILO RODRIGUES
283.	APROFURG	CESAR AUGUSTO ÁVILA MARTINS
284.	APROFURG	EDER DION DE PAULA COSTA
285.	APROFURG	MANOEL LUIS MARTINS DA CRUZ
286.	APROFURG	MÉRI ROSANE SANTOS DA SILVA
287.	APROFURG	NORMÉLIA MAIRA PARISE
288.	APRUMA	JOSEFA BATISTA LOPES
289.	APRUMA	CLAUDIA ALVES DURANS
290.	APRUMA	DURVAL CRUZ PRAZERES
291.	APRUMA	FRANCI GOMES CARDOSO
292.	APRUMA	MARIA DA CONCEIÇÃO M. LOBATO
293.	APRUMA	ROSILDA SILVA DIAS
294.	APRUMA	SILVANA MARTINS DE ARAÚJO
295.	APUB	ADRIANA VALÉRIA DA S. FREITAS
296.	APUB	CLÁUDIA MIRANDA SOUZA
297.	APUB	CLÉA MARIA MARQUES BITTENCOURT
298.	APUB	ELIZABETH A. BITTENCOURT

299.	APUB	JOSÉ ALBERTO BANDEIRA RAMOS
300.	APUB	LUCIA DIAS S. MACHADO
301.	APUB	LYBIA ROCHA DOS SANTOS
302.	APUB	MARCIA DE MATOS PONTES
303.	APUB	MIRTÂNIA ANTUNES LEÃO
304.	APUB	PEDRO RODOLPHO J. HABIB
305.	APUB	RITA ARAGÃO
306.	APUB	UILMA RODRIGUES DE M. AMAZONAS
307.	APUBH	EGLÉA MELO
308.	APUBH	IRMGARD DE ASSIS
309.	APUBH	JASSON ISNARD
310.	APUBH	JOÃO MAURÍCIO MOTA
311.	APUBH	JOSÉ HENRIQUES MAIA FILHO
312.	APUBH	LAURA MICCOLI
313.	APUBH	LUIZ HUMBERTO PINHEIRO
314.	APUBH	MARCO AURÉLIO RODRIGUES
315.	APUBH	ROSANGELA ALVIM R. SOARES
316.	APUBH	ROSEMARY SOARES
317.	APUBH	TANIA HIROCHI
318.	APUBH	VERA FERNANDES
319.	APUFPR	ANA LUISA L. LORDELLO
320.	APUFPR	ANTONIO CARLOS G. A SILVA
321.	APUFPR	CASSIO JOAQUIM MOLETTA
322.	APUFPR	CÍCERO GONÇALVES DE OLIVEIRA
323.	APUFPR	DENISE MARIA MAIA
324.	APUFPR	EMMANUEL JOSÉ APPEL
325.	APUFPR	GRACCE SCOTT BARETA
326.	APUFPR	JOSÉ EDSON ARAUJO SANTOS
327.	APUFPR	LAFAIETE SANTOS NEVES
328.	APUFPR	MILENA MARIA C. MARTINEZ
329.	APUFPR	HIDEO ARAKI
330.	APUFSC	BERNADETE W. AUED
331.	APUFSC	CORÁLIA T. PLACENTINI
332.	APUFSC	GERÔNIMO WANDERLEY MACHADO
333.	APUFSC	HAMILTON ABREU
334.	APUFSC	LIACARMEM KLEINE
335.	APUFSC	MARCO A DA ROS
336.	APUFSC	MARIA ESMÊNIA R. GONÇALVES
337.	APUFSC	MARIA HELENA ALMANÇA
338.	APUFSC	MARISA DA SILVEIRA VERÍSSIMO
339.	APUFSC	OSNI JACÓ DA SILVA
340.	APUFSC	VALMIR JOSÉ OLÉIAS
341.	ASDUERJ	ANTONIO CARLOS DA SILVA
342.	ASDUERJ	CLÁUDIA GONÇALVES
343.	ASDUERJ	INÁ MEIRELLES
344.	ASDUERJ	JORGE MÁXIMO DE SOUZA
345.	ASDUERJ	JOSÉ EUSTÁQUIO BRUNO
346.	ASDUERJ	LUITGARDE OLIVEIRA CAVALCANTE BARROS
347.	ASDUERJ	SUSANA MOREIRA PADRÃO
348.	ASDUERJ	WILSON PAES DE MACEDO

349.	ASPESAL	RUBEM DELLY VEIGA
350.	ASPUV	ALOIZIO SOARES FERREIRA
351.	ASPUV	ANGELA MARIA SOARES FERREIRA
352.	ASPUV	DILENO DUSTAN LUCAS DE SOUZA
353.	ASPUV	EVANDRO FERREIRA PASSOS
354.	ASPUV	JOSÉ HUMBERTO DE QUEIROZ
355.	ASPUV	MÔNICA RIBEIRO PIRUZI
356.	ASPUV	RANAH MANEZENCO SILVA
357.	SEDUFMS	ADRIANO SEVERO FIGUEIRO
358.	SEDUFMS	JADIR CARMARGO LEMOS
359.	SEDUFMS	LUIS EDUARDO DE S. ROBAINA
360.	SEDUFMS	LUISA HELENA R. HECKTHEUER
361.	SEDUFMS	ORLANDO FONSECA
362.	SEDUFMS	REGINA MARIA MELO
363.	SEDUFMS	REJANE TEREZINHA P. DOS SANTOS
364.	SEDUFMS	SONIA DA COSTA
365.	SESDUF-RR	ANA LUCIA DE SOUZA
366.	SESDUF-RR	ISE DE GORETH
367.	SESDUF-RR	LUIZ ALBERTO PESSONI
368.	SINDCEFET-MG	ANA LÚCIA B. FARIA
369.	SINDCEFET-MG	BENEDITO DE JESUS MAGALHÃES
370.	SINDCEFET-MG	JACQUELINE DE BLASI
371.	SINDCEFET-MG	JOÃO FRANCISCO DE A VITOR
372.	SINDCEFET-MG	JOSÉ ANGELO GARIGLIO
373.	SINDCEFET-MG	SÉRGIO RICARDO DE SOUZA
374.	SINDOCEFET-PR	EDSON DOMINGOS FAGUNDES
375.	SINDOCEFET-PR	JURACY JOSÉ LEMOS
376.	SINDOCEFET-PR	LUIS ALLAN KUNZIE
377.	SINDOCEFET-PR	MARCOS ANTONIO BALDESSAR
378.	SINDOCEFET-PR	MARIO LOPES AMORIM
379.	SINDOCEFET-PR	NANCI STANCKI SILVA
380.	SINDOCEFET-PR	NELSON DUARTE DA SILVA
381.	SINDUEMG	JOSÉ RAIMUNDO DE ARAÚJO
382.	SINDUEMG	MARIA HELENA VALADARES
383.	SINDUEMG	SUELY POLISSENI CORDEIRO
384.	SINDURCA	FABIO JOSÉ R. DA COSTA
385.	SINDURCA	FRANCISCO JACSON DE A SOUSA
386.	VPR NE II	SÉRGIO LINS GALDINO
387.	VPR-NEI	LUCIOLA ANDRADE MAIA
388.	VPR-PANTAN	LUIZ CARLOS FERREIRA
389.	VPRRGS	LELIO LUZARDI FALCÃO
390.	VPR-SUL	HELENA IZAURA FERREIRA
391.	VPR-SUL	PAULO CEZAR DE F. MATHIAS

Nº	Seção Sindical	OBSERVADOR
01	ADESA-PE	HELOISA COSMO DE LIMA
02	ADUEPB	ANTONIO RANGEL JUNIOR
03	ADUFAL	ALTAIR MARQUES
04	ADUFAL	EDSON LINO
05	ADUFAL	ELIEZIO DE AMORIM COSTA

06	ADUFAL	LUIZ GONZAGA C. OLIVEIRA
07	ADUFAL	MARIA ALBA C. DA SILVA
08	ADUFAL	MARIA APARECIDA B. OLIVEIRA
09	ADUFAL	MARTA DE MOURA COSTA
10	ADUFC	JUAREZ BRAGA SOARES
11	ADUFC	AÉCIO ALVES DE OLIVEIRA
12	ADUFC	CASSIA DAMIANI
13	ADUFC	MÔNICA DOURADO FURTADO
14	ADUFC	TÂNIA BARBOSA CABRAL DE ARAÚJO
15	ADUFC	GIOVANI CORDEIRO BARROSO
16	ADUFC	ALBA MARIA PINHO DE CARVALHO
17	ADUFC	JOSÉ DE JESUS SOUSA LEMOS
18	ADUFC	EURIPEDYS ANTONIO FUNES
19	ADUFC	EMÍLIA MARTINS VELLOSO
20	ADUFC	ROGÉRIA COSTA PEREIRA
21	ADUFC	POTIGUARA MOURÃO MELO
22	ADUFC	CÉLIA CHAVES G. DO AMARAL
23	ADUFC	PEDRO HUMBERTO DA SILVA
24	ADUFC	ROBERTO SMITH
25	ADUFC	FRANQUIBERTO DOS SANTOS PESSOA
26	ADUFC	MARIA CLEIDE CARLOS BERNAL
27	ADUFC	RAIMUNDO MENDES DA SILVA
28	ADUFC	TALAPALA GOVINDASWAMY NAHIDU
29	ADUFC	MAURÍCIO HOLANDA MAIA
30	ADUFC	JOSÉ GERARDO VASCONCELOS
31	ADUFC	MARIA DULCE SOUSA CASTELO
32	ADUFC	RAIMUNDO NONATO DE LIMA
33	ADUFC	PAULO CESAR CORTEZ
34	ADUFC	PAULO ROBERTO SILVA
35	ADUFC	GUSTAVO ALBERTO P. DE MOURA
36	ADUFC	NIRLA RODRIGUES ROMERO
37	ADUFC	IBERÊ GUIMARÃES AGUIAR
38	ADUFC	VERA LUCIA DE ALMEIDA
39	ADUFC	MIRTES MIRIAN AMORIM MACIEL
40	ADUFC	FRANCISCA REJANE C. DA SILVA
41	ADUFC	CARLOS ALBERTO CELEDONIO
42	ADUFC	MARIA GORETTI SERPA BRAGA
43	ADUFC	PEDRO ALBERTO CAMPELO
44	ADUFC	JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO
45	ADUFC	FRANCISCO JOSÉ SALES BASTOS
46	ADUFC	FRANCISCO R. F. DAMASCENO
47	ADUFC	JOSÉ BOZARCCHIELO DA SILVA
48	ADUFC	ROBERTO CLAUDIO DE A CARVALHO
49	ADUFEPE	MARCELO CAVALCANTI
50	ADUFEPE	ROSEANE ALMEIDA
51	ADUFERPE	ANTONIO GOUDINE LÓCIO
52	ADUFERPE	MARIO FERREIRA DE MORAIS
53	ADUFERPE	FERNANDO LUIZ G. MOTA
54	ADUFERPE	JOÃO PAULO LEITÃO DE MELO
55	ADUFERPE	CLODOALDO JOSÉ DA A FILHO

56	ADUFERPE	REINALDO JOSÉ F. PINTO
57	ADUFERPE	CÍCERO MONTEIR DE SOUZA
58	ADUFERPE	ARTHUR LAPA DE CARVALHO
59	ADUFERPE	JUVENAL THEODÓSIO L. FONSECA
60	ADUFERPE	MARIZENE DE JESUS A COELHO
61	ADUFERPE	ADEMIR DE JESUS AMARAL
62	ADUFF	VERA REGINA DA SILVA MASSENA
63	ADUFF	WILMA LUCIA RODRIGUES PESSOA
64	ADUFG	GUSTAVO FRENEAU
65	ADUFG	REGINALDO NASSAI FERREIRA
66	ADUFG	SILVIA ROSA DA SILVA
67	ADUFG	MARIA DO ROSÁRIO S. RESENDE
68	ADUFPB-CG	JOSEVALDO PESSOA DA CUNHA
69	ADUFPB-CG	JADER MORAIS BORGES
70	ADUFPB-CG	FRANCISCO DE ASSIS CUNHA
71	ADUFPB-JP	RUBENS PINTO LYRA
72	ADUFPB-JP	MARIA ELISABETE B. DE ALMEIDA
73	ADUFPB-JP	EDONIO ALVES DO NASCIMENTO
74	ADUFPB-JP	MARCOS AURÉLIO M. BATISTA
75	ADUFPB-JP	TADEU ANTONIO DE A. MELO
76	ADUFPEL	ELIANE RIBEIRO PARDO
77	ADUFSCAR	TEREZA DO ROSÁRIO BARBOSA
78	ADUNESP	JOSÉ MILTON DE LIMA
79	ADUNESP	CARLOS ALBERTO ANARUMA
80	ADUNIFOR	VERA SYLVIA DE M. D. MAMEDE
81	ADUNIFOR	ROSENDO FREITAS DE AMORIM
82	ADUNIMONTES	GY REIS GOMES BRITO
83	APUB	JONICAEEL CEDRAZ DE OLIVEIRA
84	APUBH	MARIA INÊS TOLEDO
85	APUBH	ALLAN BARBOSA
86	APUFSC	ALBERTINA DUTRA SILVA
87	APUFSC	SERVINO ASSMANN
88	APUFSC	ALBERTO ELVINO FRANKA
89	APUFSC	ELZA COSTA NETTO MUNIZ
90	SINDOCEFET-PR	ALMIR CORREIA
91	SINDOCEFET-PR	ADILSON GIL TAVARES
92	SINDOCEFET-PR	NARDEL LUIZ SOARES DA SILVA
93	VPR NE II	FERNANDO JOSÉ BERTINO
94	VPR-NEI	ELDA FREIRE MACIEL
95	VPR-NEI	JOÃO EMILIANO FORTALEZA
96	VPR-NEI	RUTH MARIA DE PAULA GONÇALVES
97	VPR-NEI	ANGELICA RAMOS
98	VPR-NEI	ALTEMAR DA COSTA MUNIZ

PLENÁRIA DE ABERTURA

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA

Às vinte e uma horas do dia vinte e cinco de fevereiro de um mil novecentos e noventa e nove, no Auditório do Centro de Convenções do Ceará, deu-se início à Plenária de Abertura do 18º Congresso da ANDES-SN. A mesa esteve composta pelo Prof. Dalton Melo Macambira, 1º Vice-Presidente da ANDES-SN, no exercício da Presidência; Prof. Osmar de Oliveira Marchese, Secretário Geral; Márcio Florentino Pereira, 1º Tesoureiro; e Helena Serra Azul, 1ª Vice-Presidente Regional Nordeste I; Profª Lena Lúcia Espíndola Rodrigues de Figueiredo, Presidente da ADUFC Seção Sindical. Foram convidados também: Sr. Luiz Roberto Liza Cury, Diretor de Políticas de Ensino Superior da SESU/MEC; Prof. Roberto Cláudio Bezerra, Reitor da Universidade Federal do Ceará, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES; Dom Luiz Demétrio, representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Sr. Marcelo Sereno, representando a Central Única dos Trabalhadores – CUT; Prof. Daniel Monteux – representando a Federação Internacional de Sindicatos de Educadores de Ensino Superior - FISE; Prof. Fernando Rodal, representando a Confederação dos Educadores Americanos - CEA; Profª Wrana Panizzi, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Sr. Agnaldo Fernandes, representando a Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras - FASUBRA; representante da UNE; Sr. Braulio Gomes de Lima, Coordenador Nacional do SINASEFE; Sr. Joaquim Gutemberg, representando a CONTEE; Srª Antônia Ivoneide, representando o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST; Sr. Eudes Xavier, Representando a CUT Regional; Sr. Adão Vilaverde, Secretário de Ciência e Tecnologia e Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de C&T, representando o Governador do Rio Grande do Sul, sua Excelência Olívio Dutra; Dep. Artur Bruno, Representando a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; Vereadora Luziane Lins, representando a Câmara Municipal de Fortaleza; Dep. Federal José Pimentel, representando o Partido dos Trabalhadores - PT Nacional; Vereadora Rosa Fonseca, representando o Partido da Revolução dos Trabalhadores – PART; Dep. Inácio Arruda, representando o PC do B; Dep. Estadual César Calegari, representando o PSB; Representante do PSTU; Sr. Francisco Monteiro, Secretário da Federação Nacional dos Médicos; Sr. João Marques, representando a FENASPS, Sr. Marco Antônio Dias Sobrinho, Secretário de Ensino Superior da UNESCO; Sr. Ulisses Ridel, Diretor Técnico do DIAP; Prof. Cristóvam Buarque, ex-Governador do Distrito Federal. Registrou-se ainda a presença: Srª Rosângela Aguiar, representante do Dep. Federal Eunício Oliveira; Dep. João Alfredo do PT; Sr. Irlanda Moreira, representando a Liga Bouchevick Internacionalista; e do Prof. Alencar, representando o Instituto da Memória Operária. Dando início à solenidade o Prof. Dalton deu as boas vindas a todos, lembrando que 18º Congresso já era o maior da história da ANDES, exatamente quando esta completava 18 anos de luta em defesa da universidade pública e de uma sociedade mais justa e igualitária. Em seguida passou a palavra ao Prof. Osmar de Oliveira Marchese, Secretário Geral da ANDES-SN, que fez a leitura de uma mensagem enviado pelo Prof. Renato de Oliveira, Presidente da ANDES-SN aos participantes do 18º Congresso (Anexo). O prof. Dalton também fez a leitura de uma mensagem enviada por Dom Helder Câmara, Arcebispo Emérito de Olinda e Recife (Anexo) e também de uma nota “Em Memória” pelo falecimento dos Professores: Alberto Luiz da Rocha Barros, Horácio Macedo e Francisco Igléisa. Ao encerrar a leitura da nota solicitou a todos um minuto de silêncio. O prof. Osmar fez a citação das várias mensagens de saudações enviadas por entidades e personalidades (Anexo). O Presidente passou a palavra ao primeiro componente da mesa e sucessivamente todos os membros usaram da palavra sempre desejando um bom congresso aos delegados e observadores. Destacamos as palavras da Profª Lena Lúcia, Presidente da ADUFC, que as boas vindas e dizendo que a ADUFC acolhia os congressistas para a fortaleza da luta, do embate, da esperança e ao final fez uma Homenagem a Patativa de Assaré, poeta que aprendeu a ser

voz dos excluídos, dos sem casa, sem teto, sem saúde e sem terra. Homenageou também, a Profª Izaira Silvino que muito colaborou para a organização do 18º Congresso. Destacamos também as palavras da Profª Helena Serra Azul, 1ª Vice-Presidente Regional Nordeste I, que falou do momento em que o 18º Congresso se realiza, disse que o momento era da união de todos em prol do fortalecimento e da defesa da Universidade Pública, gratuita e de qualidade. Ao final, o Prof. Dalton Melo Macambira, 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência da ANDES-SN, iniciou o seu discurso dando ênfase à defesa da Universidade Pública, da autonomia e no combate ao neoliberalismo em todas as suas manifestações e das políticas de FHC que afetam os trabalhadores. Ao final, declarou aberto o 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional. Nada mais havendo a tratar, eu Osmar de Oliveira Marchese, Secretário Geral, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo Presidente.

Osmar de Oliveira Marchese
Secretário Geral

Dalton Melo Macambira
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ANEXOS A ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA

- 1 – DISCURSO DO PROF. DALTON MELO MACAMBIRA – 1º Vice-Presidente da ANDES-SN no exercício da Presidência.
- 2 – DISCURSO DA PROFª LENA LÚCIA ESPÍNDOLA RODRIGUES FIGUEREDO – PRESIDENTE DA ADUFC SEÇÃO SINDICAL
- 3 – MENSAGENS DE CONGRATULAÇÕES
- 4 – EM MEMÓRIA
- 5 – MENSAGEM DO PROF. RENATO DE OLIVEIRA – PRESIDENTE DA ANDES-SN, AO 18º CONGRESSO.
- 6 – MENSAGEM DE DOM HELDER CÂMARA – Arcebispo Emérito de Olinda e Recife

DISCURSO PROFERIDO PELO 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, PROF. DALTON MELO MACAMBIRA

Companheira Lena Lúcia Spindola Rodrigues Figueiredo, Presidenta da ADUFC, em nome de quem eu cumprimento os demais membros da mesa, companheiros(as) representantes das entidades, associações e partidos aqui presentes, companheiros(as) delegados e observadores ao 18º Congresso da ANDES-SN

As vésperas de completar 500 anos, o país vive um dos momentos mais delicados de sua história. O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso aprofunda a subordinação econômica, e também política, do país aos interesses da agiotagem internacional. O desemprego, o retorno da inflação, a falência de estados e municípios, a destruição da estrutura produtiva e a exclusão social são resultados claros da agenda neoliberal implantada de forma desavergonhada no Brasil. Depois de quatro anos de destruição, neste momento, o governo busca reforçar o caixa suficientemente para continuar pagando os especuladores nacionais e estrangeiros. Para tanto mantém uma política de juros altos, agora, com o objetivo não só de atrair capital volátil, mas também, como mecanismo de controle da inflação. O fim do Plano Real, cuja essência era a sistemática transferência de renda do setor produtivo para o setor financeiro, nos coloca diante da possibilidade do caos econômico, social e político.

Diante deste quadro, o 18º Congresso da ANDES-SN terá o grande desafio de instrumentalizar o movimento docente na aprovação de diretrizes que permitam a nossa articulação com o conjunto de forças sociais e políticas que se opõem ao projeto representado pelo governo FHC. Nossa finalidade deve ser a de construir um projeto alternativo, democrático e popular baseado na defesa da soberania nacional e na manutenção dos direitos sociais dos trabalhadores. O início do segundo governo de FHC tem demonstrado que o presidente não terá vida fácil, isto é, cresce a resistência, nos mais diversos setores da sociedade, ao neoliberalismo. O aprofundamento da crise e do caos social coloca claramente a possibilidade da não conclusão do mandato presidencial. Não podemos ficar parados, certamente surgirá um movimento de BASTA FHC! Por isso o representante do MEC aqui presente ouviu de muitos oradores, duras críticas a este governo.

A sangria que sofrem os estados para o pagamento de suas dívidas junto a União e a absoluta concentração de poderes na mão do presidente, sobretudo em matéria de política econômica, levou a quebra do pacto federativo, fundamento maior da república, e colocou em contradição determinados interesses que podem dividir a chamada base de sustentação do governo. Tudo isso significa que podemos apostar que este será um ano alvissareiro para as lutas populares. A construção de um amplo movimento cívico em defesa do Brasil, com a adesão dos trabalhadores, dos deserdados, das camadas médias e até de empresários, poderá ser um passo importante para que possamos traçar um novo rumo para o país.

Entendemos que a construção desse amplo movimento passa por três pressupostos básicos: A questão nacional, onde se destaca a necessidade, mais do que nunca imperiosa, da defesa da soberania nacional. A questão democrática, onde se aponta a possibilidade da crise econômica se transformar em crise político-institucional cujos desdobramentos podem ameaçar a democracia. A questão da justiça social, onde se destaca a luta em defesa dos direitos sociais e da cidadania.

A unidade das forças democráticas, progressistas e populares é fundamental. A constituição do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, que congrega entidades e partidos, coordenados pela CUT, MST, UNE, OAB, CNBB, ABI,

e do Fórum dos governadores de oposição, com quem nos solidarizamos, é uma demonstração inequívoca do caminho a ser seguido por todos aqueles que lutam por um país soberano, democrático e socialmente justo. Sabemos que a maior parte da dívida dos estados foi artificialmente elevada em função da política de juros altos. Defendemos a necessidade de uma moratória da dívida externa, a reestruturação da dívida interna e a repactuação da dívida dos estados.

A diretoria da ANDES-SN compreende que a atual conjuntura exige a articulação de um amplo conjunto de forças sociais e políticas na perspectiva da construção de uma alternativa à barbárie neoliberal. Para tanto é necessário uma política que proporcione a combinação dialética da luta radicalizada das amplas massas com a luta institucional. É necessário, a partir de deliberações das nossas instâncias, discutir com o Executivo, com o Parlamento e com o Poder Judiciário, mas sobretudo com a sociedade, a nossa visão de universidade, sem perder de vista, é claro, a permanente mobilização de nossas bases para enfrentar os desafios colocados pela conjuntura. Para tanto contamos com o apoio de todos os docentes e seções sindicais.

Pretendemos abrir um amplo debate com a sociedade, articulado com a UNE, FASUBRA, CONTEE e ANDIFES na perspectiva da construção de uma proposta unitária de autonomia universitária para podermos, fortalecidos pela unidade, enfrentarmos o governo e o seu projeto em melhores condições. Ao nosso juízo essa proposta está constituída de alguns pressupostos quais sejam: financiamento público, definição do modelo jurídico da universidade autônoma, gestão democrática e avaliação, bem como o necessário controle público do ensino superior privado.

Compreendemos que o momento de crise é momento do nascimento de novas possibilidades. Toda crise nasce grávida. A hora é de ousar. Construir alternativas. É nessa perspectiva que defendemos o debate sobre autonomia universitária para se contrapor à proposta de autonomia do governo. Autonomia é antes de mais nada uma questão de democracia. Por isto defendemos a regulamentação de um quadro institucional que garanta a integridade do sistema federal de ensino superior e sua relação harmônica com os sistemas estaduais e o controle público das instituições particulares de ensino superior, bem como a garantia do financiamento público e o estabelecimento da gestão democrática e um verdadeiro processo de avaliação.

Paralelo a esse processo precisamos construir um amplo movimento em defesa da universidade pública que passa pela articulação e unidade na ação da ANDES, FASUBRA, UNE e ANDIFES na perspectiva da elaboração de uma proposta comum de autonomia que contemple o conjunto das entidades universitárias. Entendemos que a redação do artigo 207 da Constituição (*“As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”*) não tem sido suficiente para impedir o governo de normatizar, autoritariamente a organização da universidade. A pura e simples auto-aplicabilidade do artigo 207 significa considerar, no limite, que cada instituição seja autônoma em si mesma, isto é, nem o espírito público estaria garantido. Não podemos confundir autonomia com soberania, precisamos prestar contas à sociedade. Assim como, na medida em que a educação é um bem público e uma concessão do estado, as universidades particulares precisam de controle público e estatal.

As diferenças hoje existentes no interior do movimento docente são importantes e significativas, porém, menores e secundárias diante dos desafios e problemas trazidos pela crise que toma conta do país. A atual conjuntura não permite divisões e dispersões. O inimigo dos professores não se encontra no interior do próprio movimento docente. O inimigo dos professores e do povo brasileiro tem nome e endereço: FHC, Palácio do Planalto, Brasília-DF.

A ANDES-SN completa este ano 18 anos de luta em defesa da universidade pública e em defesa de uma sociedade justa e solidária. Atingimos a maioria. O 18º Congresso é o congresso da maturidade do nosso sindicato.

Conclamamos todos os professores a resistir e combater o neoliberalismo em todas as suas manifestações: no plano ideológico, devemos desconstruir o discurso que prega o egoísmo e a concorrência como única forma de estabelecer relações humanas entre os indivíduos; no plano econômico, devemos mostrar que a reinvenção do liberalismo é uma forma de recolocar a velha dominação imperialista, aprofundando a dependência das nações mais fracas da periferia; no plano político, é uma forma de destruir a soberania e a autonomia das decisões nacionais; no plano histórico, é uma forma de recriar a barbárie e destruir os valores inalienáveis do direito à vida, à solidariedade, à fraternidade e à felicidade.

Muito Obrigado.

DISCURSO DA PROF^a LENA LÚCIA ESPÍNDOLA RODRIGUES FIGUEREDO – Presidente da ADUFC Seção Sindical

A UniversiVIDAde na abertura do 18º Congresso - ANDES-SN

Gostaria de quebrar a formalidade e anunciar com emoção um "boa-noite" a todos, porque, neste momento, cada um, aqui presente, dialeticamente se constitui no todo da luta em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade socialmente referenciada. Sejam bem-vindos, então, companheiros e companheiras; professores, parlamentares, líderes sindicais, autoridades universitárias, enfim, todos os convidados presentes à abertura do nosso 18º Congresso.

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará (ADUFC-SS) acolhe os Congressistas para a "Fortaleza" da luta, do embate, da esperança. O palco, as luzes, o silêncio... tudo está pronto para nos ouvir falar de Universidade, vida, universo, ciência, educação, humanidade... E minhas palavras haverão de ecoar porque elas não estão nem estarão solitárias. Início meu discurso, expressando um pensamento de Eric Hobsbawm: "A causa a que devotei boa parte da minha vida não prosperou. Eu espero que isto me tenha transformado em um historiador melhor, já que a melhor história é escrita por aqueles que perderam algo. Os vencedores pensam que a história terminou bem porque eles estavam certos, ao passo que os perdedores perguntam por que tudo foi diferente e esta é uma questão muito mais relevante".

Portanto, a relevância da análise que foi e está sendo diferente, conduzirá minha fala até o final.

Atualmente, nós que fazemos a militância no Movimento Sindical e mais especificamente no Movimento Docente carregamos em nossos ombros o desafio, não só de negarmos o tão anunciado "fim da história" como também de mostrar, no turbilhão do contínuo dessa história, como os mecanismos de exploração, dominação e controle sobre os trabalhadores assumiram novas formas. O Capital atualiza e recria suas estruturas de dominação, agarrando-se qual vegetal parasita ao argumento de que estamos numa fase de transição de uma "velha ordem" para sua "nova ordem" onde tudo parece mudar para que nada mude. Esta nova ordem se mostra refenciada por novos métodos de produção baseado na informatização, na microeletrônica, na robotização, nas práticas flexíveis de trabalho, na redução e tentativa de anulação da força de atuação dos sindicatos de trabalhadores, na hegemonização do individualismo e da diversidade social, na dominância do capital financeiro sobre o capital produtivo, numa internacionalização e concentração generalizada do capital, entre outros.

O significado político desta tese, considerada pós-moderna, atraente e sofisticada, dá o tom a uma tentativa de mudança social baseada no desenvolvimento econômico e tecnológico, falsa tese já experimentada pela humanidade e que nós já bem a conhecemos. Ela mata a história da construção da luta do povo. Para nós, nada de novo.

Enquanto acreditarmos na força de nossa intervenção política, não podemos nos deixar levar pelo fluxo sereno da adaptabilidade à acumulação capitalista, do estabelecimento de uma harmonia que vem infligindo grandes derrotas à classe trabalhadora, pois o derrotismo tem uma base material e vem fundamentado, fantasiado nas teses pós-fordistas.

Enquanto professores e pesquisadores de ciência e tecnologia na Universidade, devemos consequenciar, isto é, dar consequência à natureza do nosso trabalho atentos à institucionalidade da nova ordem.

A impressão de que o Capitalismo reconquista infinitamente sua estabilidade, que não há outro futuro, outro rumo, outro rio para o mesmo mar é imagem invertida que dá noção de impossibilidade de transformação do que está posto. Imaginemos um mesmo rio, fazendo percurso inverso, do mar à montanha. É este inatingível "natural" que a hegemonia globalizante passa, enfeitiça e amordaça na consciência e na ciência do senso comum. A imagem de uma nova sociedade, nesta perspectiva de adaptabilidade, se espelha e se espalha como se ela fosse uma corrente fluindo, uma corrente tão forte em que a única opção é nadar a seu favor. E por que não construir um canal de desvio das águas para que elas esbarrem num novo oceano-açude. Criamos, assim, uma nova imagem da possibilidade construída para uma sociedade diferente, do ponto de vista do determinismo vigente que legitima a desigualdade, o desrespeito humano pela sofreguidão desenfreada da concentração de renda. O Capitalismo, considerando-se triunfante, passa do discurso antiestatista libertador à prática explícita do esmagamento dos direitos sociais conquistados com imensos sacrifícios ao longo de um século, pensa conosco Paulo Fagundes.

Não dá para desertar, não dá para adaptar-se aos modelos neoliberais, não dá para ficar isolado ouvindo e aceitando os cochichos e os gritos das elites político-econômicas burguesas que decretam o "anacronismo das esquerdas" e o próprio fim da história porque isto lhes interessa; é a história narrada por eles mesmos. História !!!

Não dá para calar. O Terceiro Mundo encontra-se sob o tacão controlador do Banco Mundial, do FMI, da Organização do Comércio, do imperialismo passivador e integrador da subalternidade social e material das classes e Estados. O conjunto mundo mostra sua dimensão falida na interseção dos países pobres, famintos, desabrigados.

Como ficamos nós, professores e professoras das Universidades brasileiras, calados? Como fazer falar e ecoar este palco que, nesta noite, serve de cenário à peça dos engajados?

O momento é ímpar. As crises nacional e internacional estacionam o Brasil na "contra-mão" do mandato de um presidente reeleito que, anteriormente, abriu a mão durante a campanha eleitoral para a promessa dos cinco dedos, garantindo prioridade às questões sociais. FHC manteve-se no poder ficando a bandeira do Plano Real. Fechou a mão durante os quatro anos de sua gestão. Esta mão cerrada, simbolicamente, representa o corpo todo de sua opção política que descarta a classe trabalhadora, tirando-lhe assistência médica e educação públicas de qualidade; elevando o índice de desemprego, congelando salários, enfim, tragando-lhe as condições de vida e de trabalho.

São R\$ 825 bilhões de renda tributável que escapam do fisco. Desmonta-se a saúde pública. Reforma-se a Previdência aumentando-se a contribuição dos ativos e cobrando-se contribuição dos aposentados, num genocídio programado com a aquiescência da maior parte do legislativo. A dívida interna cresceu de quase R\$ 154 bilhões em 1997 para R\$ 306,494 bilhões em 1999. O ritmo acelerado das mudanças na Educação intimidam a luta pelo ensino público e gratuito com uma LDBEN que legitima cada vez mais a mercantilização deste ensino e joga a classe trabalhadora às propostas de adestramento, através dos cursos de formação profissional para, assim, criar o excedente de mão de obra barata, já tão sem emprego, em detrimento de uma formação propedêutica, conscientizadora e libertária.

Este governo submete-se aos ditames do FMI e agudiza nossa crise social. Salva bancos falidos e só recupera 5,7% do dinheiro que emprestou.

E, assim, vai a corte de FHC, preferindo um processo de acumulação capitalista, aviltando a história de um país que se arrisca com a perda de sua autonomia. A entrega de nossas decisões a burocratas de "bureau" internacional tenta varrer da nossa alma de povo a bravura necessária à defesa de nossos direitos conquistados e legitimados

constitucionalmente. A Lei deste governo outorga o sofrimento dos trabalhadores através de Medidas Provisórias autoritárias que revelam a hegemonia de um grupo a serviço de um sistema excludente e enganador.

Tudo vale para os sociais-democratas de plantão no poder, para garantir a ordem da manutenção da própria (des) ordem. Nossas questões sociais, aqui no Ceará (saúde, educação, moradia, agricultura) também não são prioridades. O que importa é a ampliação empresarial, mostrando uma fachada de geração de emprego, quando oferece mão de obra barata como atrativos ao capital. O turismo esconde o esgarçamento da pobreza. Os movimentos sociais organizados são tratados e resolvidos com aparatos policiais como o que tentou intimidar os membros do MST acampados numa avenida de Fortaleza, na luta por recursos prometidos para a educação.

Mas... parodiando Tom Jobim, as águas de março fecharão o 18º Congresso - ANDES_SN, deixando a promessa de vida, luta, no coração e na mente dos participantes que asseguram a defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, da Universidade que produz e reproduz saber, que pesquisa autonomamente tudo isto para se estender à sociedade brasileira, garantindo nossa soberania científica e tecnológica a serviço de um projeto que supere a ordem do Capital e afirme uma ordem social diferente, num sistema não excludente e, assim, libertário.

O meu discurso fala por todos aqueles que acreditam num trabalho sindical enfrentador, destemido, que não esconde a verdade para ser agradável aos ouvidos e às mentes conciliadoras e crê na utopia da possibilidade política da esquerda, de ação corajosa na defesa da maximização do bem estar-coletivo e no ataque frontal à exclusão social e à política da concentração de rendas.

E, AGORA, neste momento, homenageamos um homem nordestino, agricultor, plantador da roça. 90 anos de vida. Poeta desde 8 anos de idade. O profeta do nordeste. Não estudou em escola, mas teve a oportunidade de ser alfabetizado. Aprendeu a ler. Leu tudo que chegou às suas mãos. Ele mesmo afirma que isto aumentou seu vocabulário e ampliou sua visão, diz Homem de aprender de dizer as dores.

Homem de Assaré, é PATATIVA – o PATATIVA DE ASSARÉ. Aprendeu a ser voz de uma classe. A classe dos excluídos, dos sem casa, sem teto, sem saúde, sem terra, sem responsabilidades de crescimento.

O profeta denuncia:

“menino de rua
onde anda teu pai
... ..

sob a sarjeta
não tem protetor
cadê tua escola
teus pais e teu lar?

Os grandes da terra

Não zelam por ti

O profeta anuncia:

“Menino eu desejo
que em vez deste inferno
Tu tenhas caderno
E também professor”

O profeta denuncia:

“Quando o agregado

O profeta denuncia:

“Deus fez a grande natura
Com tudo que ela tem
Mas não passou escritura
Da terra de ninguém

O profeta anuncia:

“Para sair desta fatal fadiga

...	Solta seu grito de revolta	Do horrível julgo que cruel te obriga
	Tem razão de reclamar	A padecer em situação precária
Enquanto estas dores	Não há maior padecer	Lutai altivo corajoso esperto
Tu vives passando	Do que vê o camponês	Pois só terás o teu país liberto
O rico roubando	Sem terra pra trabalhar".	Se conseguires a Reforma Operária".
Milhões e milhões"		

É um homem que nos ensina, a nós professores, que cada brasileiro espera uma gota de saber para ser um Patativa.

Patativa do Assaré, homem do saber, você é um exemplo de UniversiVIDAde.

Assim, finalizo, homenageando também aos que, como Hobsbawm, reconhecem a relevância na busca do diferente e sabem quando o grito dos vitoriosos não abafa nossa voz nem nosso destino. A história da Universidade pública, gratuita e de qualidade continuará a ser contada sem imagens invertidas nem sonhos acabados.

A coragem jornalística de José Arbex Júnior nos diz: "O fim da história não passa de uma utopia reacionária, que tenta congelar, controlar o ser, eliminar aquilo que escapa ao controle. Há um espaço que não pode ser e jamais será privatizado ou colonizado, o espaço em que se dá a troca dos valores perenizados pelo estatuto do humano".

ANEXO 3

MENSAGENS DE CONGRATULAÇÕES

Entidades de Classe:

- Manoel José dos Santos – Presidente da CONTAG
- Reading Association – Association Internacional de Lectura
- Sara Kanter – Diretora Técnica da ALANAC
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Ensino do Estado de Santa Catarina – SINTE/SC
- Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educacion, las Ciências y el Deporte – SNTCED
- Syndicat National des Enseignements de Second degré – SNES-FSU (Francia)
- Confederação Nacional de Indústria – CNI
- Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC
- Confederación de Trabajadores de Educacional Urbana de Bolivia – CTEUB
- Associação dos Funcionários do Bando do Nordeste do Brasil – AFBNB
- Associação Nacional de História – ANPUH

Universidades:

- Universidade Federal de Rondônia – UNIR
- Prof. Dr. José Rubens Rebelatto – Reitor da Universidade Federal de São Carlos
- Prof. Luciano Coutinho – UNICAMP
- Prof. Luiz Sérgio Saraiva - Reitor da Universidade Federal de Viçosa
- Profª Drª Milca Severino Pereira – Reitora da UFG
- Prof. Dr. Baptista Gargione Filho – Reitor da Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP
- Mozart Neves Ramos – Reitor da UFPE
- Jacques Marcovitch – Reitor da Universidade de São Paulo
- Jader Nunes de Oliveira – Reitor da UFPB

Partidos Políticos:

- José Dirceu – Presidente do Partido dos Trabalhadores
- Miguel Arraes – Presidente do PSB

Ministros:

- Celso Lafer – Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
- Dr. Paulo Renato Souza – Ministro de Estado da Educação e do Desporto
- Almir Pazzianotto Pinto – Vice-Presidente do TST

Governadores –

- Anthony Garotinho – Governador do Estado do Rio de Janeiro
- José Orcírio Miranda dos Santos – Governador do Estado de Mato Grosso do Sul
- Olívio Dutra – Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Secretários de Estado:

- Hésio Cordeiro – Secretário de Estado de Educação do Rio de Janeiro
- Lúcia Camini – Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul

Diversos

- Dom Helder Camara – Arcebispo Emérito de Olinda Recife
- Frei Betto
- Hans Jurgen Fernando Dohmann
- Juraci Vieira – Prefeito do Ceará
- Ciro Gomes

Senadores:

- Amir Lando
- Antônio Carlos Magalhães
- Jorge Bornhausen
- José Fogaça
- José Jorge
- José Sarney
- Luiza Toledo
- Ney Suassuna
- Roberto Saturnino
- Romeu Tuma
- Sebastião Rocha

Deputados Federais:

- Angela Guadagnin
- DE Velasco
- Fernando Marroni
- Gustavo Fruet
- Inocêncio de Oliveira
- Jandira Cegalli
- José Maluly Netto
- Joseh Antonio
- Leo Ancântara
- Maria Elvira
- Maria Laura
- Marisa Serrano
- Nelo Rodolfo
- Nelson Marchezan
- Nilson Mourão
- Paulo Paim
- Pedro Celso
- Pinheiro Landim
- Regis Cavalcante
- Rommel Feijo
- Santos Filho
- Silas Brasileiro
- Vicente Caropreso

Em Memória

A Universidade e o Movimento Docente Brasileiros perderam, nas semanas que antecederam o 18º Congresso da ANDES-SN três professores que dedicaram suas vidas ao ensino e a pesquisa e à construção de um Brasil mais justo, mais democrático e mais desenvolvido.

No dia 30 de janeiro, em São Paulo, faleceu o professor Alberto Luiz da Rocha Barros. Físico dedicado ao ensino, Rocha Barros, nas palavras da diretoria da ADUSP, era um dos quadros mais queridos da maior universidade de São Paulo, tendo integrado a primeira diretoria provisória de sua Associação de Docentes.

O professor Horácio Macedo, primeiro reitor eleito de uma Universidade Federal Brasileira, combatente voluntário da Força Expedicionária Brasileira - FEB, um dos líderes da campanha do "Petróleo é Nosso", pesquisador de Manguinhos afastado pelo regime militar e preso político faleceu no Rio de Janeiro, no dia 24.

Em Belo Horizonte, faleceu Francisco Iglésias, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais, autor de numerosos e importante trabalhos sobre História do Brasil e Membro da Comissão Internacional de História, encarregada de elaborar a História Científica e Cultural da Humanidade, organizada pela Unesco.

Em memória desses professores que dignificaram a atividade docente pedimos aos presentes a realização de um minuto de silêncio.

Obrigado,

ANEXO 5

Mensagem do Presidente da ANDES-SN ao 18º Congresso

É desnecessário frisar a importância do 18º Congresso da ANDES, evento que apesar de ordinário na sua regularidade estatutária, é reconhecidamente extraordinário pelas circunstâncias em que se realiza. Foi por isto mesmo, carinhosamente preparado, especialmente pela diretoria e colaboradores da Associação de Docentes da Universidade Federal do Ceará e ansiosamente aguardado pelos militantes do Movimento Docente, que aqui comparecem em número recorde na história dos eventos da ANDES. Um evento que além disso conta com a solidariedade de dezenas de entidades sindicais e associativas não só de professores como também de trabalhadores dos mais diversos setores de atividades do Brasil e de diversos outros países, estes mesmos trabalhadores que esperam do nosso Congresso a reafirmação da solidariedade e da disposição de luta dos professores universitários brasileiros em prol da sua emancipação.

É também um Congresso do qual nossos colegas que aqui não estão e que nos delegaram a representação de suas expectativas e interesses esperam muito da nossa capacidade de discernimento neste momento especialmente grave para a Ciência, a Vida e a Humanidade, justamente os temas que escolhemos para simbolizar os valores maiores que nortearão nossas deliberações nestes dias aqui na cidade de Fortaleza. Finalmente, este é o primeiro Congresso sob a gestão da Diretoria eleita em maio de 98 e se esta condição nem de longe se equipara à importância das circunstâncias anteriormente mencionadas, os delegados e observadores aqui presentes certamente compreenderão que é motivo de intensa expectativa e de emoção para cada um dos companheiros e companheiras diretores, assim como certamente compreenderão minha profunda tristeza pessoal por não poder compartilhar este momento privilegiado para todos nós.

Desejo a todos pleno sucesso em nosso propósito comum de construirmos uma ANDES cada vez mais forte e uma Universidade cada vez mais viva e atuante numa sociedade sempre mais justa e democrática.

Renato de Oliveira
Presidente da ANDES-SN

De: DOM HELDER CAMARA

Para: ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ATT.: Sr. Renato de Oliveira

Agradeço comovido o grato convite para o 18º Congresso da *ANDES-SN e rever Fortaleza apagando os 90º anos de vida*. No entanto as viagens estão suspensas por recomendação médica. Na Santa Missa pedirei ao Pai que abençoe este encontro.

Fraternalmente em Cristo

Helder Camara
Arcebispo Emérito de Olinda e Recife

PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

Às quatorze horas do dia vinte e seis de fevereiro de um mil novecentos e noventa e nove, no Auditório Venezia do Hotel Ponta Mar, Fortaleza – Ceará, foi instalada a Mesa Diretora dos Trabalhos da Plenária de Instalação do 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional constituída pelos professores: Dalton Melo Macambira, Presidente; Osmar de Oliveira Marchese, Vice-Presidente; Aurélio Gonçalves de Lacerda, Suplente; Mário Luiz Dame Wrege, 1º Secretário; e José Roberto Braga Portela, 2º Secretário. O Presidente apresentou a pauta de trabalho: 1 – Regimento; 2 – Pauta e Cronograma do 18º Congresso; 3 – Questões de Credenciamento. Iniciando os trabalhos, o professor Aurélio informou não haver nenhuma pendência de credenciamento de seções sindicais por parte da Tesouraria para ser apreciada pela Plenária. Com relação ao Regimento do 18º Congresso foram feitos destaques pelo professor Pedro (ADUFSCar Seção Sindical) nos Capítulos IV: acréscimo de "Quaisquer recursos acerca de credenciamento deverão ser objeto de apreciação e deliberação da Plenária de Instalação", e "Fica assegurado a qualquer delegado credenciado ter vistas e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os delegados de qualquer seção sindical, até a Plenária de Instalação", aprovados; V: Acertar a duração da Plenária Instalação. Corrigir o Cronograma, adiando os eventos e usando a manhã de segunda-feira (1º/03). Retirar do Cronograma os eventos anteriores à Plenária de Abertura. Votação: aprovado com a seguinte declaração de voto: "Os delegados da APES-JF/SSIND, presentes no 18º Congresso da ANDES-SN, considerando: a) que a deliberação da sua Assembléia Geral, de 20/01/99, pela não realização de seminários durante o período de realização do Congresso, em função da diminuição dos espaços para a discussão política já que o mesmo teve seu período de duração significativamente encurtado em relação aos congressos anteriores; b) que tal deliberação incluída no Caderno de Textos TR-36, p.105 foi desconsiderada pela Diretoria da ANDES-SN, na preparação de cronograma do evento; c) que a plenária de instalação em curso se dá já tendo ocorridos dois seminários simultâneos na parte da manhã de hoje 26/02/99, o que tornou impossível qualquer discussão ou deliberação que contemple as preocupações de nossa AG, manifestam seu veemente protesto em função do prejuízo político que este pouco tempo para discussão pode acarretar para a categoria num momento de grave crise para o país e, particularmente, para a Universidade Brasileira"; VI: retirar a palavra "úteis" do art.38, ficando com a seguinte redação "A Diretoria tem um prazo máximo de 20 dias para divulgar o Relatório Final do 18º Congresso", aprovado. No que concerne a problemas de perda de cartões de voto a Plenária decidiu pela não substituição dos mesmos. Foi aprovada a alteração do título do Tema I, ficando com a seguinte redação: Alterar o Tema I (Universidade Pública, Autonomia e Soberania Nacional) para: "**Políticas de Ajuste Estrutural e as Reformas Neoliberais da Educação Brasileira**". Incluir, no final do Tema II ou no início de Tema III, o ponto: "Elaboração do Plano de Lutas". Como recursos de credenciamento por pendências junto a Secretaria foram discutidos os casos das delegações da ADUFRGS e ADUFAL. No referente a ADUFRGS não foi apresentado nenhum recurso à mesa para ser encaminhado para votação, enquanto que no referente a ADUFAL foi apresentado recurso. Houve esclarecimentos e defesa por parte do Presidente da Seção Sindical, professor Antônio Passos, e após intervenções da plenária foi a votação com o seguinte resultado: Manter o credenciamento 101 votos; descredenciar 210 votos e 22 abstenções. Foram apresentadas as seguintes declarações de voto: "Votei a favor do descredenciamento

dos delegados da ADUFAL, porque estes foram retirados em uma Assembléia Geral, convocada indevidamente e sem quorum, comprovadamente. Ressalto ainda, a falta de responsabilidade e compromisso político de cumprir e fazer cumprir os regimentos das ADs seções sindicais, que é de sua inteira e total competência. Aloizio (ASPUV); "Abstive-me de votar no descredenciamento dos delegados da ADUFAL pois não é papel desta plenária deliberar sobre o cumprimento do estatuto do nosso sindicato. Este é um papel da direção do sindicato - que se omitiu na sua responsabilidade". Maria Luíza M. Aléssio (ADUFEPE); "Faço declaração de voto por ter observado que o grupo que se chama "oposição" votou em bloco, adotando uma posição de legalismo acima da questão política do fortalecimento do sindicato para reafirmar-se como bloco majoritário demonstrando que busca o poder acima dos interesses da categoria que "representa". Laura Miccoli (APUBH); "Como veterana deste movimento me sinto envergonhada e peço desculpas aos colegas que aqui comparecem pela primeira vez e, dos quais ouvi que o ocorrido neste plenário perde em ridículo e mediocridade para o programa do Ratinho. Lamento profundamente, tanto mais que há credenciados que nem assembléia fizeram e vem com a aquiescência deste plenário, participar deste Congresso." Elizabeth Bittencourt (APUB). Nada mais havendo a tratar, às vinte horas e trinta minutos foi dada por encerrada a Plenária de Instalação e eu, José Roberto Braga Portela, 2º Secretário, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo Presidente.

José Roberto Braga Portela
2º Secretário

Dalton Melo Macambira
Presidente

ANEXO A ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

1- REGIMENTO

2- PAUTA E CRONOGRAMA

ANEXO I

REGIMENTO DO 18º CONGRESSO DA ANDES-SN

Capítulo I - Do Congresso

Art. 1º - O 18º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-Sindicato Nacional, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto, reúne-se de 25 de fevereiro a 1º de março de 1999, na cidade de Fortaleza - CE, organizado pela Seção Sindical dos Docentes da Federal do Ceará - ADUFC-SSind e pela Diretoria da ANDES-Sindicato Nacional.

Art. 2º - O 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 e seus parágrafos do Estatuto da ANDES-Sindicato Nacional.

Capítulo II - Das Atribuições

Art. 3º - São atribuições do 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional, conforme dispõem os INCISOS I, II, III, IV, V, VI, VIII, IX e X do Art. 15 do seu ESTATUTO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no Art. 5º;

II - excluir os sindicalizados, em consonância com o disposto no Art. 11;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da Diretoria, que constarão obrigatoriamente da PAUTA do mesmo;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados da ANDES-Sindicato Nacional;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de Seções Sindicais, ou revogar sua homologação, observado o disposto no Art. 45;

VIII - decidir sobre a filiação da ANDES-Sindicato Nacional a organizações nacionais e internacionais, conforme o disposto no Art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos Regimentos das Seções Sindicais observado o disposto no Art. 45;

X - criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes.

Capítulo III - Dos Participantes

Art. 4º - São participantes do 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional:

I - os delegados, devidamente credenciados:

a) um de cada diretoria de Seção Sindical (Inciso I, Art. 16 do Estatuto) da ANDES-SN;

b) de base de cada Seção Sindical (Inciso II, Art. 16 do Estatuto) da ANDES-SN;

c) representativos dos sindicalizados via Vice-Presidências Regionais (Inciso III, Art. 16 do Estatuto).

II - os membros das Comissões Organizadora e Diretora do 18º Congresso.

III - como observadores, os sindicalizados à ANDES-Sindicato Nacional devidamente credenciados pelas suas respectivas Seções Sindicais ou Vice-Presidências

Regionais. Estes deverão ter seus nomes indicados na ata da Assembléia que constituiu a delegação ao 18º Congresso.

IV - os convidados pelas Comissões Organizadora e Diretora.

§ 1º- Os sindicalizados da ANDES-Sindicato Nacional não poderão participar do Congresso como convidados, salvo na condição de pesquisadores, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§ 2º- O delegado, devidamente credenciado, só poderá ser substituído, uma única vez, durante a realização do 18º Congresso se:

a) comprovar, junto à Comissão Diretora, a necessidade de se ausentar definitivamente do 18º Congresso,

b) o suplente, indicado da mesma forma que o delegado, estiver presente no 18º Congresso e credenciado como observador.

Art. 5º - O Presidente da ANDES-Sindicato Nacional preside o 18º Congresso, tendo direito a voz e voto em seus órgãos (Art. 16, inciso IV do Estatuto da ANDES-Sindicato Nacional).

§ Único - Os demais membros da Diretoria da ANDES-Sindicato Nacional, excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional, dele participam com direito a voz.

Capítulo IV - Do Credenciamento

Art. 6º - O credenciamento dos delegados e observadores será efetuado no dia 24 de fevereiro nos seguintes horários: 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, e no dia 25/02 das 9:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00h.

§ 1º – Para o credenciamento dos delegados/observadores será exigida ata ou extrato da mesma com a respectiva lista de presença da Assembléia Geral que deliberou sobre a escolha, bem como a Seção Sindical estar quites com a Tesouraria Nacional da ANDES-SN.

§ 2º – Fica garantido o credenciamento prévio, por meios eletrônicos, desde que a Seção Sindical o ratifique, através de documentos originais, dentro dos prazos previstos no caput deste artigo.

§ 3º – Fica assegurado a qualquer delegado credenciado ter vistas e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os delegados de qualquer seção sindical, até a plenária de instalação, mediante requerimento.

§ 4º – Quaisquer recursos acerca do credenciamento deverão ser objeto de apreciação e deliberação na Plenária de Instalação.

Capítulo V - Do Funcionamento

Seção I - Dos órgãos

Art. 7º - São órgãos do 18º Congresso:

I - As Comissões:

a) Organizadora;

b) Diretora.

II - Os Grupos Mistos

III - As Plenárias

§ 1º - As Comissões, Organizadora e Diretora, são criadas a partir da convocação do 18º Congresso.

§ 2º - Os demais órgãos tem existência restrita ao período de realização do 18º Congresso.

§ 3º - O quorum mínimo de funcionamento de cada órgão do 18º Congresso é de metade mais um dos membros do órgão com direito a voto.

Seção II - Da Comissão Organizadora

Art. 8º - A Comissão Organizadora do 18º Congresso é constituída por dois (02) representantes da ADUFC Seção Sindical e por dois (02) Diretores da ANDES-Sindicato Nacional.

Art. 9º - Compete à Comissão Organizadora:

I - preparar toda a infra-estrutura necessária à realização do 18º Congresso;

II - organizar e instalar a Plenária de Abertura do 18º Congresso;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 18º Congresso, organizando o rateio financeiro entre as Seções Sindicais, submetendo-os à apreciação e aprovação da Comissão Diretora do 18º Congresso;

IV - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos participantes do 18º Congresso;

V - indicar entre seus componentes, três (03) membros para compor a Comissão Diretora do 18º Congresso.

Seção III - Da Comissão Diretora

Art. 10 - A Comissão Diretora do 18º Congresso é composta pelos membros da Diretora da ANDES-Sindicato Nacional e por três (03) representantes da Comissão Organizadora.

Art. 11 - Compete à Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo Credenciamento dos participantes do 18º Congresso;

II - decidir sobre a substituição de delegados de acordo com o disposto nas alíneas "a" e "b" do parágrafo 2º do Art. 4º deste Regimento.

III - fiscalizar, deliberar e aprovar as contas do 18º Congresso;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 18º Congresso;

V - organizar a composição dos Grupos Mistos do 18º Congresso em consonância com o disposto neste Regimento.

§ Único - Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso às Plenárias.

Seção IV - Dos Grupos Mistos

Sub Seção I - Da Composição

Art. 12 - Os Grupos Mistos, no 18º Congresso, são compostos por:

I - delegados de Seções Sindicais e de sindicalizados via Vice-Presidências Regionais, devidamente credenciados, com direito a voz e voto;

II - observadores de Seções Sindicais e de sindicalizados via Vice-Presidências Regionais, devidamente credenciados, com direito a voz;

III - membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz;

IV - diretores da ANDES-Sindicato Nacional com direito a voz:

V - convidados, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 13 - Cada Grupo Misto é composto de, no máximo, trinta e cinco (35) delegados de Seções Sindicais e de sindicalizados via Vice-Presidências Regionais e de, no máximo, igual número de observadores de Seções Sindicais, de sindicalizados via vice-presidências Regionais e convidados.

§ Único - Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um (01) delegado de uma mesma AD S.Sind. ou mais de um delegado representativo dos sindicalizados de uma mesma Vice Presidência Regional, caso o respectivo número de delegados seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra aplica-se no caso de observadores.

Sub Seção II - Do Funcionamento

Art. 14 - Os trabalhos de cada Grupo são conduzidos por uma Mesa Coordenadora composta por um (01) Coordenador, um (01) Relator e um (01) Secretário, eleitos entre seus pares, pelos delegados membros dos grupos.

§ 1º - O Relator poderá ser, excepcionalmente, um observador credenciado.

§ 2º - A qualquer momento os integrantes do Grupo Misto podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art. 15 - As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 18º Congresso, desde que observado o quorum de 50% mais um (1) dos delegados participantes do Grupo.

§ 1º - Passados quinze (15) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo, o quorum mínimo será de 30% dos Delegados participantes do Grupo.

§ 2º - Passados trinta (30) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de Delegados presentes e recolhida a 1ª (primeira) lista, que será enviada para as Seções Sindicais, e iniciada/aberta uma nova lista de freqüência.

§ 3º - As deliberações somente serão tomadas com a presença da maioria absoluta (cinquenta por cento mais um) dos Delegados, participantes do Grupo.

Art. 16 - Compete ao Coordenador dirigir os trabalhos do Grupo Misto, orientando as discussões e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17 - Compete ao Relator elaborar o relatório dos trabalhos do Grupo Misto, fazendo constar do mesmo o número de votos de cada proposta submetida a deliberação, de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora.

Art. 18 - Compete ao Secretário auxiliar o Coordenador e o Relator em suas atividades, substituindo-os em suas ausências ou impedimentos.

Art. 19 - Os Relatores dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de três (03) horas após o encerramento da reunião para entregar aos membros da Comissão Diretora responsáveis pela consolidação dos Relatórios, o Relatório consolidado de seu Grupo.

§ 1º - Excetuam-se do prazo estabelecido no caput desse Art., os Relatórios de Grupos Mistos cujas reuniões terminarem após as 19 horas. Para estes casos o prazo limite é até às 12 horas do dia seguinte.

§ 2º - A não observação no disposto no caput deste Art. e no parágrafo anterior, implicará na exclusão das deliberações aprovadas pelo Grupo, do Relatório consolidado a ser apresentado à respectiva Plenária.

Art. 20 - A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos, dar-se-á conjuntamente entre os membros da mesa coordenadora que conduzirá as votações da matéria em questão na Plenária, podendo os relatores serem convocados a participar desse trabalho, sempre que se fizer necessário.

§ 1º - Da reunião para consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos lavrar-se-á Ata.

§ 2º - A reunião prevista no parágrafo anterior será amplamente divulgada pela Comissão Diretora.

§ 3º - Na consolidação dos relatórios dos Grupos Mistos, não serão consideradas as propostas de acréscimo/alteração que impliquem em redação pela comissão relatora.

Art. 21 - Do relatório consolidado dos Grupos Mistos constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas, por maioria simples.

II - as propostas que obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados presentes no Grupo Misto.

Art. 22 - As reuniões de trabalho dos Grupos Mistos terão a duração de três (03) horas, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

§ 1º - A duração dos Grupos Mistos do Tema II - Trabalho Docente: Carreira, Salários, Qualificação, Avaliação e Organização Sindical - no seu total será de 06 (seis) horas, sendo 03 (três) horas em cada turno, contados a partir do horário previsto para o seu início.

§ 2º - O prazo previsto no caput e parágrafo primeiro deste Artigo poderá, por deliberação do Grupo, ser prorrogado, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 18º Congresso.

Seção III - Das Plenárias

Sub Seção I - Da Composição

Art. 23 - As Plenárias são compostas por:

I - Delegados das Seções Sindicais e de delegados representantes dos sindicalizados via vice-presidências Regionais e da Presidente da ANDES-SN, devidamente credenciado, com direito a voz e voto;

II - Observadores das Seções Sindicais e representantes dos sindicalizados via Vice-Presidências Regionais, devidamente credenciados, com direito a voz;

III - Membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz;

VI - Convidados, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Sub Seção II - Do Funcionamento

Art. 24 - Os trabalhos das Plenárias do 18º Congresso serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por um (01) Presidente, um (01) Vice Presidente, um (1) 1º Secretário e um (01) 2º Secretário.

§ 1º - A Comissão Diretora indica entre seus membros os componentes da Mesa Coordenadora das Plenárias.

§ 2º - A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes a Comissão Diretora do 18º Congresso serem eleitos pelos delegados presentes à Plenária.

§ 3º - O quorum mínimo de funcionamento de cada Plenária é de maioria absoluta (cinquenta por cento mais um) dos delegados inscritos no 18º Congresso (Art. 20 do Estatuto da ANDES-Sindicato Nacional);

§ 4º - As deliberações observam a maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes em cada Plenária (Art. 21 do Estatuto da ANDES-Sindicato Nacional).

§ 5º - A Plenária Inicial não tem caráter deliberativo.

Art. 25 - Compete ao Presidente da Mesa Coordenadora:

I - preparar, junto com o 1º Secretário, a Ordem do Dia das Plenárias, e

II - dirigir as Plenárias, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 26 - Compete ao Vice Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o Presidente em suas atividades;

II - substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 27 - Compete ao 1º Secretário:

I - preparar, junto com o Presidente, a Ordem do Dia das Plenárias;

II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária.

Art. 28 - Compete ao 2º Secretário:

I - auxiliar o 1º Secretário em suas atividades;

II - elaborar a ATA da sessão Plenária.

Art. 29 - A duração das Plenárias será a seguinte: Plenária de Abertura 03 (três) horas; e Plenária de Instalação 06 (seis) horas; Plenária Inicial 03 (três) horas; Plenária do Tema I - 03 (três) horas; Plenária do Tema II - 06 (seis) horas com 01 (uma) hora de intervalo; Plenária Tema III - 03 (três) horas; e Plenária de Encerramento - 03 (três) horas, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

§ 1º - Por deliberação da Plenária, o prazo estipulado no caput deste Art. poderá ser prorrogado por mais uma hora.

§ 2º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no caput e parágrafo primeiro deste Art. terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

Art. 30 - A verificação do quorum no início das Plenárias do 18º Congresso será feita através de lista de presença onde constará o nome do Delegado, o nome da Seções Sindicais, assinatura do delegado e o horário da assinatura e da contagem dos presentes através do cartão de voto.

§ 1º - Passados 30 minutos do horário previsto para o início das plenárias será recolhida a 1ª (primeira) e iniciada/aberta uma nova lista de freqüência.

§ 2º - A verificação de quorum em qualquer momento do andamento da Plenária será feito pela contagem dos delegados através do cartão de voto.

Capítulo VI - Das Discussões e Votações

Art. 31 - Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões a palavra somente será concedida para discuti-la a quem se inscrever na Mesa Diretora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 32 - Para a discussão de cada matéria será estabelecido um prazo de tempo, compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração do Grupo ou Plenária.

§ Único - O número de inscrições observará estritamente o prazo definido no caput deste Artigo.

O disposto neste parágrafo aplica-se às propostas das Plenárias dos diversos Temas do 18º Congresso.

Art. 33 - As discussões e votações tem o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de três (03) minutos improrrogáveis para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação das propostas constantes do relatório consolidado ou apresentadas por escrito à Mesa, com tempo de três (03) minutos, improrrogáveis para cada orador, com encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento, por parte do Plenário, dos oradores.

III - fase de votação através do levantamento do cartão de voto pelos delegados de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora.

§ Único - Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

Art. 34 - As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso ao Plenário.

§ 1º - Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º - Na fase de votação, não serão aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 35 - As deliberações que impliquem em alterações do Estatuto do Sindicato Nacional serão tomadas por cinquenta por cento (50%) dos delegados inscritos no 18º Congresso, conforme dispõe o Art. 71 do seu ESTATUTO.

Capítulo VII - Das Disposições Gerais e Finais

Art. 36 - As propostas de Moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 18º Congresso até às doze (12) horas do dia 28 de fevereiro de 1999, endereçada à Comissão Diretora, sendo especificados os responsáveis e os destinatários com endereço completo.

§ 1º - A Comissão Diretora divulgará aos participantes do 18º Congresso, as propostas de moções até às quatorze (14) horas do dia 1º de março de 1999.

§ 2º - A critério da Plenária, podem ser acrescentadas outras propostas de moções, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

§ 3º - A não observação das especificações contidas no caput deste Artigo implicará em não encaminhamento da proposta de moção à apreciação da Plenária de Encerramento.

Art. 37 - As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 38 - A Diretoria tem um prazo máximo de 20 dias para divulgar o Relatório Final do 18º Congresso.

Art. 39 - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 40 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional.

Fortaleza (CE), 26 de fevereiro de 1999

ANEXO II
PAUTA E CRONOGRAMA DO 18º CONGRESSO

24/02 4ª feira	25/02 5ª feira	26/02 6ª feira	27/02 Sábado	28/02 Domingo	01/03 2ª feira
Credenciamento Prévio 09:00 às 12:00h	Credenciamento 09:00 às 12:00h		Grupos Mistos Tema I 09:00 às 12:00h	Grupos Mistos Tema III 09:00 as 12:00h	Plenária Tema II 09:00 às 12:00h
Credenciamento Prévio 14:00 às 18:00h	Credenciamento 14:00 às 18:00h	Plenária de Instalação 14:00 às 17:00h	Grupos Mistos: Tema II 14:00 às 17:00h	Plenária: Tema I 14:00 às 17:00h	Plenária Tema III 14:00 às 17:00h
	Plenária de Abertura 19:30h – Peça Teatral 20:30h – Instalação da Plenária de Abertura 22:00h – Coquetel (Centro de Convenções)	Plenária Inicial Apresentação das Teses da Conjuntura 21:00 às 23:00h	Grupos Mistos: Tema II 18:00 às 21:00h	Plenária: Tema II 18:00 às 21:00h Confraternização 22:00h	Plenária de Encerramento 18:00 às 21:00h

Temário:

Tema I – Políticas de Ajuste Estrutural e as Reformas Neoliberais da Educação Brasileira

Tema II – Trabalho Docente: Política Educacional, Política Sindical, Política de Ciência e Tecnologia, Carreira e Qualificação, Salários.

Tema III - Questões Organizativas e Financeiras da ANDES-SN

Relatório de Deliberações da Plenária de Instalação

1. Perda de Crachá

Foi decidido que os crachás não serão substituídos. Todo delegado receberá novo crachá para a votação as plenárias.

2. Cap. 3º, Art. 4º, Inc. 3

Aceita a redação atual.

3. Cap. 4º, Art. 6º

§ 3º – Fica assegurado a qualquer delegado credenciado ter vistas e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os delegados de qualquer seção sindical, até a plenária de instalação, mediante requerimento.

§ 4º – Quaisquer recursos acerca do credenciamento deverão ser objeto de apreciação e deliberação na Plenária de Instalação.

4. Art. 29

Acertar a duração da Plenária de Instalação. Corrigir o Cronograma, adiando os eventos e usando a manhã de segunda-feira (1º/03). Retirar do Cronograma os eventos anteriores à Plenária de Abertura.

5. Art. 33, Inc. I

Em vez de orador: inscrição.

6. Art. 38

Suprimir: úteis.

7. Recurso da Adufrgs

Decidiu-se pela não alteração da delegação da Adufrgs, sendo a denúncia de possível alteração da ata da AG.

8. Credenciamento da Adufal

101 votos: manter o credenciamento da delegação;

210 votos: descredenciar a delegação, exceto o delegado da Diretoria, transformando-os em observadores;

22 votos: abstenção.

9. Cronograma

Aprovado, com as correções: à Plenária de Instalação, seguir-se-á a Plenária de Análise de Teses de Conjuntura (em vez de: Apresentação das Teses da Conjuntura); os Grupos Mistos do Tema I serão para a manhã de sábado, com os respectivos adiamentos das atividades subseqüentes, usando-se, assim, a manhã de segunda-feira (1º/03), para a Plenária do Tema II.

10. Pauta

Aprovada, com as alterações da TR-37 (p. 106):

- a) Alterar o Tema I (Universidade Pública, Autonomia e Soberania Nacional) para: "Políticas de Ajuste Estrutural e as Reformas Neoliberais da Educação Brasileira".

- b) Incluir, no final do Tema II ou no início de Tema III, o ponto: "Elaboração do Plano de Lutas".

11. Regimento

Aprovado, com as modificações anteriores, com duas (2) abstenções.

12. Disposição Transitória

Fazer constar no Regimento que o 18º Congresso terminará em 1º de março.

**PLENÁRIA INICIAL
APRESENTAÇÃO DAS TESES DE CONJUNTURA**

ATA DA PLENÁRIA INICIAL APRESENTAÇÃO DAS TESES DE CONJUNTURA

Às vinte e uma hora do dia vinte e seis de fevereiro de 1999 foi instalada a Mesa Diretora dos Trabalhos da Plenária Inicial – Apresentação das Teses de Conjunta do 18º Congresso da ANDES-SN, composta pelos professores: Anibal Sanches Moura, Presidente; Marcos Vinícius Bastos Silva, Vice-Presidente; Hécio Queiroz Braga, 1º Secretário; e Francilene dos Santos Rodrigues, 2ª Secretária. O Presidente iniciou os trabalhos informando que seria concedido dez minutos para que os representantes das Seções Sindicais ou Sindicalizados que tivessem apresentado texto de conjuntura fizessem uso da palavra. Os textos foram apresentados com a seguinte forma: Texto da Diretoria – Prof. José Eustáquio Diniz Alves; Texto da ADUFC Seção Sindical – Prof. Francisco José Pinheiro; Textos do Prof. Edmundo Fernandes Dias – apresentado pelo autor; Texto do Prof. Gustavo Lins - apresentado pelo autor; Texto da ADUFF Seção Sindical – Prof. Marcelo Badaró; Textos da ADUFPB-JP – Prof. Wojciech Andrzej Kulesza; Texto da APUFSC – Profª Corália Piacentine; Texto da ASDUERJ – Profª Cláudia Gonçalves; Texto da ADUFEPE – Profª Celi Taffarel. Após a apresentação das Teses de Conjuntura o Presidente abriu o debate com o tempo de 3 minutos para cada orador. Vários delegados, observadores e membros da diretoria fizeram uso da palavra. Às vinte e três horas, nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrados os trabalhos e eu, Francilene dos Santos Rodrigues, 2ª Secretária, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo Presidente.

Francilene dos Santos Rodrigues
2ª Secretária

Anibal Sanches Moura
Presidente

**PLENÁRIA DO TEMA I – POLÍTICAS DE AJUSTE
ESTRUTURAL E AS REFORMAS NEOLIBERAIS DA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA I - POLÍTICAS DE AJUSTE ESTRUTURAL E AS REFORMAS NEOLIBERAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Às quinze e trinta horas do dia vinte e oito de fevereiro de um mil novecentos e noventa e nove, no Auditório Venezia do Hotel Ponta Mar, Fortaleza – Ceará, foi instalada a Mesa Coordenadora dos Trabalhos da Plenária do Tema I – Políticas de Ajustes Estrutural e as Reformas Neoliberais da Educação Brasileira, do 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional, composta pelos professores: Fernando Arthur de Freitas Neves, Presidente; Eduardo Gonçalves Serra, Vice-Presidente; Celso de Almeida e Silva, 1º Secretário; e Edna Garcia Maciel Fiod, 2ª Secretária. O quorum para o início dos trabalhos, de acordo com a lista de presença dos delegados foi alcançado às 15:05 (quinze horas e cinco minutos). No entanto, em função do atraso na reprodução do Relatório Consolidado os trabalhos somente iniciaram-se às 16:30h (dezesseis horas e trinta minutos). O Presidente iniciou os trabalhos pelo Texto I **TR-1.0**. Duas propostas foram apresentadas: Proposta 1 – manutenção do texto; Proposta 2 – Substituição do texto. Aprovada a proposta 2. **Item 1 – Pela ruptura de todos os acordos do governo com o FMI, exigindo e lutando para que o Brasil não se submeta às imposições que lhe são feitas pelo capital internacional.** Votação: aprovado por ampla maioria com algumas abstenções. **Item 2 – Lutar por um programa de transformações sócio-econômicas no campo democrático-popular, que atenda às necessidades básicas da maioria da população, contra as políticas neoliberais.** Votação: Aprovado com algumas abstenções. **Item 3 – Lutar contra o pacto social denunciando o simulacro de democracia que o governo FHC vem imponto ao Brasil, com a subserviência do Congresso Nacional, em benefício de setores dominantes e conservadores, governando por Medidas Provisórias, realizando acordos espúrios e corruptos, atacando os direitos constitucionais dos cidadãos e alienando o patrimônio público, e, restringindo a liberdade de organização partidária e sindical.** Votação: Aprovado com algumas abstenções. **Item 4 – Lutar pelo resgate, ampliação e execução de políticas públicas que garantam os direitos de todos os cidadãos ao trabalho, à seguridade social e à educação pública em todos os níveis, assim como, à moradia, à terra, à segurança, à vida e ao meio ambiente, em contraposição às concessões ao capital nacional e internacional, na venda a preço vil das estatais e no uso abusivo e no desvio dos recursos públicos.** Votação: aprovado com algumas abstenções. **Item 5 – Lutar por uma política de C&T autônoma que promova a emancipação da maioria da população brasileira, na perspectiva do trabalhador e da justiça social, visando a satisfação das necessidades básicas e o melhor aproveitamento de nossas riquezas naturais e exploração de nosso mercado interno, com autonomia.** Votação: aprovado por maioria. **Item 6 - Articular com o conjunto da sociedade organizada, associações, sindicatos, entidades de classe, organizações populares no combate à política governamental, rechaçando a política de pacto que é a apresentada nos momentos de crise como atual, organizando em contraposição cronograma de lutas que apontem soluções para o conjunto da população na perspectiva histórica de avanço dos trabalhadores.** Votação: Aprovado por maioria. **Item 7 – Lutar com o conjunto de trabalhadores organizados no campo da CUT, assim como, com outros setores organizados da sociedade civil e partidos políticos, na direção da definição, organização e realização da greve geral.** Votação: Aprovado com 10 abstenções. **Item 8 – Lutar por uma política de arte e cultura que valorize as identidades necessárias para a emancipação do povo brasileiro.** Votação: aprovado com 3

votos contra. O item 9 do TR-1.0 e os seguintes TRs: **TR-43-b, TR-1.1-m, TR-1.1-q, TR-43-g, TR-1.1-h, TR-1.1-j, TR-1.1-p-** foram remetidos para o Plano de Lutas. Às vinte e duas horas os trabalhos foram suspensos para uma confraternização dos participantes do 18º Congresso. Às dez horas e vinte minutos do dia primeiro de março de um mil novecentos e noventa e nove os trabalhos foram reiniciados pelo caput do TR-1.0 que após várias intervenções ficou com a seguinte redação: **“O 18º Congresso da ANDES-SN aponta os seguintes eixos gerais de luta que deverão servir para orientar as ações do Sindicato no enfrentamento ao sistema neoliberal excludente e ao projeto perverso e entreguista do governo FHC”**.
Votação: 24F, 0C, 1A. Na seqüência, foi discutida a seguinte proposta: Desencadear um processo de mobilização e organização de massas com as seguintes bandeiras de luta: Fora FHC e seu projeto neoliberal; Fora FMI; Não pagamento da dívida externa e interna; Pelo pagamento da dívida social: saúde, educação, terra e trabalho; Não ao pacto social. **Votação:** aprovado com 2 votos contra e duas declarações de voto que não foram entregues à Mesa. Com relação ao **TR-1.2** foi aprovado por ampla maioria com 6 abstenções: **a) Expandir a Universidade Pública, com vista a assegurar a ampliação de vagas no sistema de ensino superior da União, dos Estados e dos Municípios, procurando ampliar a qualidade do padrão existente, sem prejuízo dos recursos alocados. b) Propor a universalização do complexo institucional público “Universidade e Pesquisa” e a sua integração orgânica com as demandas de Conhecimento e de recursos humanos que a Sociedade, justa e igualitária que queremos, buscar. c) Construir um caminho para a exploração da fronteira do Conhecimento, científico e tecnológico, com a estratégia de redefinir critérios, ações e alianças. d) Propor a formulação de um critério de qualidade – original e próprio – que tenha por base a relevância do que produzimos, a partir desta nova dinâmica científica e tecnológica para a Sociedade, justa e igualitária, que queremos.** **Votação:** Aprovado ampla maioria. **TR-1.3 – Item a) luta intransigente pela manutenção do texto do Art. 207 da Constituição e pela sua auto-aplicabilidade, combatendo quaisquer propostas de regulamentação para o mesmo artigo.** **Votação:** Aprovado por ampla maioria **Item b) desencadeie uma ampla ofensiva política de debate e de mobilização em defesa da Autonomia Universitária, envolvendo não apenas a comunidade universitária mas o conjunto das forças políticas democráticas e o movimento social organizado.** **Votação:** Aprovado por ampla maioria. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos e eu Edna Garcia Maciel Fiod, 2ª Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pelo Presidente.

Edna Garcia Maciel Fiod
2ª Secretária

Fernando Arthur de Freitas Neves
Presidente

RELATÓRIO DO TEMA I - POLÍTICAS DE AJUSTE ESTRUTURAL E AS REFORMAS NEOLIBERAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

EIXOS DE LUTAS:

GERAIS

O 18º Congresso da ANDES-SN aponta os seguintes eixos gerais de luta que deverão servir para orientar as ações do Sindicato no enfrentamento ao sistema neoliberal excludente e ao projeto perverso e entreguista do governo FHC.

1 – Pela ruptura de todos os acordos do governo com o FMI, exigindo e lutando para que o Brasil não se submeta às imposições que lhe são feitas pelo capital internacional.

2 – Lutar por um programa de transformações sócio-econômicas no campo democrático-popular, que atenda às necessidades básicas da maioria da população, contra as políticas neoliberais.

3 – Lutar contra o pacto social denunciando o simulacro de democracia que o governo FHC vem impondo ao Brasil, com a subserviência do Congresso Nacional, em benefício de setores dominantes e conservadores, governando por Medidas Provisórias, realizando acordos espúrios e corruptos, atacando os direitos constitucionais dos cidadãos e alienando o patrimônio público, e, restringindo a liberdade de organização partidária e sindical.

4 – Lutar pelo resgate, ampliação e execução de políticas públicas que garantam os direitos de todos os cidadãos ao trabalho, à seguridade social e à educação pública em todos os níveis, assim como, à moradia, à terra, à segurança, à vida e ao meio ambiente, em contraposição às concessões ao capital nacional e internacional, na venda a preço vil das estatais e no uso abusivo e no desvio dos recursos públicos.

5 – Lutar por uma política de C&T autônoma que promova a emancipação da maioria da população brasileira, na perspectiva do trabalhador e da justiça social, visando à satisfação das necessidades básicas e o melhor aproveitamento de nossas riquezas naturais e exploração de nosso mercado interno, com autonomia.

6 - Articular com o conjunto da sociedade organizada, associações, sindicatos, entidades de classe, organizações populares no combate à política governamental, rechaçando a política de pacto que é a apresentada nos momentos de crise como atual, organizando em contraposição cronograma de lutas que apontem soluções para o conjunto da população na perspectiva histórica de avanço dos trabalhadores.

7 – Lutar com o conjunto de trabalhadores organizados no campo da CUT, assim como, com outros setores organizados da sociedade civil e partidos políticos, na direção da definição, organização e realização da greve geral.

8 – Lutar por uma política de arte e cultura que valorize as identidades necessárias para a emancipação do povo brasileiro.

9 - Lutar para que os Governos Estaduais cumpram as respectivas Constituições com o repasse de verbas estabelecidas para C&T.

10 - Lutar contra todas e quaisquer formas de utilização de recursos públicos para programas de caráter clientelista, assistencialista e filantrópico, garantindo sua

aplicação exclusiva em políticas públicas voltadas para o emprego, a terra, a moradia e a saúde, previdência e educação públicas.

11 - Lutar contra todas as formas de aviltamento e barateamento do trabalho docente representados seja pela contratação de professores substitutos pelas IFES, seja pela complementação de bolsistas de pós-graduação, professores conferencistas, programa de treinamento em ensino ou outros modos irregulares de docência pelas IES.

12 - Expandir a Universidade Pública, com vista a assegurar a ampliação de vagas no sistema de ensino superior da União, dos Estados e dos Municípios, procurando ampliar a qualidade do padrão existente, sem prejuízo dos recursos alocados.

13 - Propor a universalização do complexo institucional público “Universidade e Pesquisa” e a sua integração orgânica com as demandas de Conhecimento e de recursos humanos que a Sociedade, justa e igualitária que queremos, buscar.

14 - Construir um caminho para a exploração da fronteira do Conhecimento, científico e tecnológico, com a estratégia de redefinir critérios, ações e alianças.

15 - Propor a formulação de um critério de qualidade – original e próprio – que tenha por base a relevância do que produzimos, a partir desta nova dinâmica científica e tecnológica para a Sociedade, justa e igualitária, que queremos.

16 - Lutar intransigentemente pela manutenção do texto do Art. 207 da Constituição e pela sua auto-aplicabilidade, combatendo quaisquer propostas de regulamentação para o mesmo artigo.

17 - Desencadear uma ampla ofensiva política de debate e de mobilização em defesa da Autonomia Universitária, envolvendo não apenas a comunidade universitária mas o conjunto das forças políticas democráticas e o movimento social organizado.

BANDEIRAS DE LUTA

Desencadear um processo de mobilização e organização de massas com as seguintes bandeiras de luta:

- Fora FHC e seu projeto neoliberal;
- Fora FMI;
- Não pagamento da dívida externa e interna;
- Pelo pagamento da dívida social: saúde, educação, terra e trabalho;
- Não ao pacto social

**PLENÁRIA DO TEMA II - TRABALHO DOCENTES:
POLÍTICA EDUCACIONAL, POLÍTICA SINDICAL,
POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, CARREIRA E
QUALIFICAÇÃO, SALÁRIOS.**

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II - TRABALHO DOCENTE: POLÍTICA EDUCACIONAL, POLÍTICA SINDICAL, POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, CARREIRA E QUALIFICAÇÃO, SALÁRIOS

Às quatorze do dia primeiro de março de um mil novecentos e noventa e nove, no Auditório Venezia do Hotel Ponta Mar, Fortaleza – Ceará, foi instalada a Mesa Coordenadora dos Trabalhos da Plenária do Tema II – Trabalho Docente: Política Sindical, Política de Ciência e Tecnologia, Carreira e Qualificação Salários do 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional. A primeira parte da Plenária foi coordenada pela Mesa Diretora: Milton Muniz, Presidente; Euclides Honório de Araújo, Vice-Presidente; Mário Ângelo de Menezes Souza, 1º Secretário e Vilma Lúcia de Moraes Couto Albizzati, 2ª Secretária. A partir de solicitações de diversos delegados foi apresentado, pela Comissão Diretora do 18º Congresso, um quadro contendo informações sobre a participação de delegados e observadores por Seção Sindical. Foi informando também que o mesmo fará parte do Relatório Final deste Congresso após a conferência e compatibilização dos dados (Anexo I). Na abertura dos trabalhos a Mesa encaminhou que além dos TRs enviados para o Plenário duas outras questões: a apreciação do Relatório da Comissão Instituída pelo 37º CONAD e o Texto Resolução encaminhado pela ADUFRJ SSind. A Plenária deliberou pelo encaminhamento de iniciar as discussões pelos Textos de Resoluções de Política Educacional e tratar os outros assuntos ao final da Plenária. O TR-2 foi encaminhado para discussão nas questões dos setores. O Presidente iniciou os trabalhos pelos TRs de Política Educacional. O TR-3 foi substituído integralmente por uma nova redação: **Item a) Reiterar a posição do MD, contrária aos cursos seqüenciais e desenvolver ações para combater a implementação destes cursos nas IES; Item b) Realizar Seminário Nacional sobre Diretrizes Curriculares sobre os efeitos nefastos dos cursos seqüenciais para propor ações a serem desencadeadas no âmbito sindical em defesa do padrão unitário de qualidade no ensino superior; Item c) Lutar pela ampliação de vagas nas IES públicas, atrelada à ampliação de recursos orçamentários, resguardando a autonomia. Item d) Que o GTPE coordene um processo de discussão e levantamento de dados sobre a efetiva implementação dos cursos seqüenciais nas IES, com sistematização e divulgação até o próximo CONAD.** Votação: Aprovado por ampla maioria. Os itens de 1 a 5 foram aprovados integralmente e os itens 6 e 7 foram substituídos por nova redação e acrescido um item novo (8). O TR-4 ficou com a seguinte redação: **O 18º Congresso da ANDES-SN delibera pelo início imediato de ações desse Sindicato, através de todas as suas instâncias, no sentido de lutar pela: 1) Reafirmação e implementação dos princípios, diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira, referendado no XVII Congresso da ANDES-SN, em especial os referentes à Formação dos Profissionais da Educação. 2) Reafirmação do papel da universidade como o "locus" de formação do educador, no interior das faculdades de educação, propondo-se a retirada da expressão Instituto Superior de Educação do art. 62 da LDBEN, assim como a revogação do art. 63. 3) Valorização do professor como um profissional da educação, com estabelecimento de planos de carreira, de política salarial compatível e de condições de trabalho que caracterizem o fazer pedagógico como profissão. 4) Reorganização das faculdades de educação, tomando por base as diferentes experiências bem sucedidas em todo o território nacional e incorporando propostas advindas dos debates educacionais que estão ocorrendo em diferentes "fóruns" representativos dos educadores brasileiros (ANDE, ANFOPE, ANPED, Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras, Fórum Nacional e Fóruns**

Estaduais em Defesa da Escola Pública). 5) Criação de modelos curriculares mais adequados, tendo em vista a formação de profissionais da educação para os diferentes níveis, modalidades e áreas de ensino, superando a atual organização que separa a pedagogia dos bacharelados e licenciaturas. 6) Compromisso com a qualificação permanente de profissionais pertencentes aos quadros efetivos da rede de ensino dentro de uma verdadeira atividade de extensão universitária, garantindo a todos esses profissionais mecanismos de acesso à qualificação permanente. 7) Criação de programas que visem atender a demanda de regiões carentes do país por docentes do ensino fundamental e médio. 8) Criação de programas criteriosos de interiorização da Universidade.

Votação: Aprovado por ampla maioria. Todos os itens do TR – 5 foram substituídos por: **O 18º Congresso delibera que a ANDES-SN: a) Apoiará a preparação, realização e coordenação do III CONED ainda em 1999; b) Envidará todos os esforços, inclusive financeiros, na tomada de providências necessárias a sua viabilização, como alternativa para o enfrentamento do conjunto das reformas que tem sido impostas à educação nacional; c) Realizará encontros preparatórios ao evento; d) Fortalecerá o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública como instância fundamental à articulação das entidades vinculadas à educação; e) Empreenderá medidas concretas de apoio ao Plano Nacional de Educação (elaborado no II CONED) em tramitação no Congresso Nacional; f) Estimulará a participação da criação de Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública; g) Indicará ao Fórum Nacional um local de realização do III CONED, a partir de critérios como apoio e infra-estrutura, visibilidade nacional, bem como comprometimento político com esse evento.** Votação: Ampla maioria. Com relação ao TR-5 foi apresentada a seguinte Recomendação: **Que o III CONED seja realizado preferencialmente em 3 dias.** Votação: Aprovada por ampla maioria. Para deliberação do tema apresentado no TR 8.1 e 8.2, foi solicitado pela delegada da APUFPR, professora Denise Maria Maia, que a votação fosse nominal, o que a mesa acatou. Como houve encaminhamento contrário à Mesa, as propostas foram colocadas em votação, sendo aprovado o sistema de votação pela simples manifestação por cartão. A declaração de voto de abstenção da professora foi encaminhada por escrito à mesa: “Quero manifestar minha indignação pela forma impositiva de parte majoritária desta Plenária em colocar em votação a questão de encaminhamento de votação nominal, legitimamente por mim colocada, considerando as consequências danosas que o resultado da votação poderia ter para os professores de 1º e 2º grau, e, por este motivo, garantir a transparência recomendável nestes casos, dando conhecimento às bases do posicionamento dos seus delegados. Considero que esta circunstancial maioria, citada acima, exime-se em assumir a responsabilidade perante sua base, escondendo sua verdadeira posição no voto coletivo. Denise Maria – Delegada da APUFPR”. **TR 8.1 e 8.2 - Foram considerados superados como estavam no Caderno de Textos em função da apresentação de uma proposta substitutiva: O 18º Congresso da ANDES-SN reafirma o caráter de urgência na resolução dos problemas acerca do enquadramento da carreira dos professores de 1º e 2º graus das IFES e, nesse sentido, encaminha: 1 – que seja iniciado um amplo processo de luta com o objetivo de obtenção de um Projeto de Lei de Carreira única (de competência do executivo) para os docentes das IFES, baseado nas deliberações do Sindicato e expresso no Projeto da ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Caderno 2), proposta essa já protocolizada no MEC, a qual contempla a incorporação definitiva dos docentes de 1º e 2º graus na carreira do magistério superior. A minuta apresentada a seguir (constante do Caderno 2 da ANDES-SN) deverá ser corrigida para ser adequada à especificidade das IFES, à legislação vigente e ao novo quadro político em que determinadas normas legais são inaceitáveis a exemplo do referido Conselho**

Nacional de Educação. Minuta em Anexo 2) que, no enfrentamento com o MEC em relação à situação dos professores de 1º e 2º graus a diretoria da ANDES-SN se mantenha nos estreitos limites das decisões aprovadas nas instâncias deliberativas do sindicato, suspendendo toda e qualquer discussão com o MEC que envolva uma carreira específica de 1º e 2º graus; 3) que seja convocada uma rodada de Assembléias Gerais de Ads, bem como uma reunião do Setor das IFES, ainda no final de março ou início de abril, com pauta específica acerca da CARREIRA ÚNICA, com o objetivo de procedermos a uma avaliação e deliberação deste Congresso, além de novos encaminhamentos a serem viabilizados pelo conjunto do Movimento Docente. Votação: Aprovado por maioria com as seguintes declarações de votos: 1 – “O voto do Presidente da ANDES-SN em exercício, representando com seu voto o conjunto da Diretoria desta Entidade, foi favorável à proposta de carreira unificada para todos os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que inclui os docentes da atual carreira de 1º e 2º graus, entende que a votação do 18º Congresso, contrária a esta proposta, pode trazer sérios e irreparáveis prejuízos a esses professores, sobretudo os de ordem salarial. A Diretoria acatou a proposta de votação nominal que foi amplamente rejeitada pelos Delegados presentes. Por entender que essa deliberação agrega gravidade e tristeza e marca negativamente a evolução política desta entidade nacional. Fortaleza, 1º de março de 1999. Prof. Dalton Melo Macambira.” 2 – “Declaramos favorável a aprovação do TR-8.2 em respeito às declarações dos professores de 1º e 2º graus e do parecer do GT Carreira. Fortaleza, 1º de março de 1999. Professores Edna Maria Alencar de Sá, Maria Bernadete Leal Campos, João de Oliveira, Maria de Fátima Mattos Cunha, Denise Tomaz de Aquino e Roberto Burkhardt.” 3 – “Declaramos quando da votação da Minuta de Anteprojeto de Lei, proposta pela Diretoria da ANDES, e nascida de discussões com os Docentes de 1º e 2º graus, votei favoravelmente à sua aprovação. Faço isto porque a proposta de votação nominal foi rejeitada pela Plenária do 18º Congresso da ANDES-SN. Assinam os seguintes representantes da APUFSC: Osni Jacó da Silva, Marco Aurélio Da Ros, Corália Piacentini, Gerônimo W. Machado, Hamilton Carvalho de Abreu, Maria Esmênia Ribeiro Gonçalves, Marise da Silveira Veríssimo, Alberto Elvino Franke, Elza Costa Netto Muniz e Maria Helena Almança”. 4 – “Nós, integrantes da delegação da ADUA, abaixo-assinados, vimos declarar nosso voto favorável ao TR-8.2 (Minuta de Anteprojeto de lei que trata da unificação das carreiras de magistério superior e de magistério de 1º e 2º graus, das instituições federais de ensino superior e dá outras providências) por entender que se tal fosse aprovado, instrumentalizaria a luta que a anos a ANDES-SN vem levantando sobre a questão. Selma Suely Baçal de Oliveira e Heloisa da Silva Borges”. 5 – “Delegada da ADUFRGS Elena Salvatori - Voto – Aprovação do TR 8.2 nos termos propostos, visto contemplar imediatamente as necessidades dos docentes de 1º e 2º graus das IFES”. 6 – “A delegação da APUBH declara ter votado a favor da proposta TR-8.2 que trata da Unificação de carreira de magistério do 1º e 2º graus das IFES, por entender que essa proposta viabilizaria, caso aprovado, a luta da ANDES-SN pela unificação da carreira que há muito a qual por muito tempo vimos lutando. Tânia Lúcia Hirochi”. 7 – “Declaração de voto dos delegados, abaixo-assinados, a favor da proposta 1 do TR-8.2: Entendemos que a Plenária não está assumindo a responsabilidade quanto à questão crucial para o conjunto dos professores de 1º e 2º graus das IFES que poderão estar sendo enormemente prejudicados com a decisão de não encaminhar a proposta elaborada coletivamente pelos GTs e encontros, conforme deliberação do CONAD anterior. O resultado dessa votação portanto, representa o retrocesso na implementação dos interesses dos professores de 1º e 2º graus. Tudo isso, no nosso entendimento, por motivação de ordem política tentando incompatibilizar a atual diretoria com os professores de 1º e 2º graus. Cláudio Miranda Souza (APUB), Elizabeth Bittencourt

(APUB), Rita Aragão (APUB), Adriana V. S. Freitas (APUB), Cléia Bittencourt (APUB), Paulo César de Freitas Mathias (VPR-Sul), Antônio Rangel Júnior (ADUEPB), Wellington W. G. De Lima (ADUEPB), William Soares (ADUNI-RIO); Lino Castellani Filho (ADUNICAMP), Denise Maria Maia (APUFPR), Sérgio Gonçalves Correa (ADCEFET-RJ), Gláucia de Oliveira Assis (ADFAED), Maria de Fátima de O. Lima (ADCESP)". 8 – "Votamos favoráveis ao TR-8.2, Tema II, do 18º Congresso ANDES (Carreira do Magistério de 1º e 2º graus – Minuta de projeto de Lei). Acreditamos que faz-se necessário o encaminhamento da discussão da carreira única discutida nos setores, (anteriores ao Congresso) com a devida urgência pelo sindicato, em consonância aos anseios da base. Finalmente, consideramos extremamente danoso o sucessivo adiamento da discussão da proposta de implementação da unificação das carreiras docentes das IFES como aprovado pelo Plenário dos delegados do 18º Congresso da ANDES-SN. Delegados Marcos Fábio M. Oliveira (ADUNIMONTES) e demais delegados". 9 – "Nós, abaixo-assinados, manifestamos à Plenária do 18º Congresso da ANDES-SN nossa preocupação e nossa estranheza relativamente ao resultado da votação do TR-8.2, sobre a unificação das carreiras de magistério superior e de magistério de 1º e 2º graus das IFES. Isto se deve, fundamentalmente, ao fato de que a "Proposta nº 1", que consta do Relatório Consolidado, foi fruto de inúmeras e amplas discussões nas mais diferentes instâncias do nosso sindicato. A proposta aprovada remete o problema para longe, com inúmeras outras discussões, postergando em demasia a sua solução e abrindo o flanco para que o prejuízo aos interesses legítimos dos professores do 1º e 2º graus das IFES seja ainda maior. Tereza do Rosário Barbosa (UFSCAR), Fátima Maria Balduino dos Santos (UFSCar), Emerson Leal (UFSCAR), Marco Antônio Sanches Vieira (UFSCar)". Os TRs 9, 10, 23, 32, 38 e 41 foram considerados superados em função de votações anteriores. Os itens a, b e c) do TR-23 estavam superados e o item "d" remetido para o Tema III. TRs-25, 26 – remetidos para o Plano de Lutas. No TR 32 os itens 2, 3, 5 remetidos para o Plano de Lutas e os itens 1 e 4 estavam superados. O **TR-45 – Plano de Lutas das IEES** foi substituído por uma proposta de consolidação apresentada no Plenário: Mantém integralmente os itens 1 e 2.; Substituir o item 3 pela proposta de nova redação apresentada pelo Grupo 9, que se encontra na página 21. Item 4 (suprimir); Mantém integralmente o item 5; No item 6 letra "e" substituir pela redação proposta pelo Grupo 9 que consta no verso da página 23. Os itens 7 e 8 propomos a fusão e assumimos a proposta apresenta pelo Grupo 11 presente na página 23. Mantém o item 8; Item 9 substituir conforme a elaboração do Grupo 9, página 26; Votação: Aprovado com ampla maioria. Ainda foram feitas as seguintes propostas: a) Substituir "Recomendações" por "Encaminhamentos". Passar o item 6 para Encaminhamentos. O TR ficou a seguinte redação final: **1 - Realizar campanha por reposição salarial. 2 - Contra o confisco ou redução de salários e proventos via instituição e aumento de alíquotas previdenciárias e tributárias. 3 - Não pagamento da dívida bancária internacional e nacional e, qualquer outra espécie de dívida vinculada a instituições privadas, em âmbito Estadual e a aplicação desses recursos em programa de renda mínima e bolsa escola, em Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia. 4 - Implementar ações no sentido de pressionar os parlamentares de suas regiões, Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais, em defesa da universidade pública, gratuita e com qualidade social, para que assumam como pauta permanente de suas agendas políticas. 5 – Realizar reunião do Setor das IEES, no mês de abril de 1999, em Brasília, precedida de encontros regionais, como forma preparatória, tendo como ponto de pauta: - Discussão e avaliação dos Planos de Lutas definidos no 18º Congresso da ANDES-SN; Autonomia Universitária; Reformas Administrativas;- Reformas Estatutárias; Planos de cargos, carreiras e salários vigentes, malha salarial e gratificações; Plano de Lutas geral da ANDES-SN. 8 – Realizar encontros locais e regionais via Ads e**

VPRs, como forma de preparação do setor para seu encontro nacional e execução prática e política, tendo como eixos principais: A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA; AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS DOS GOVERNOS ESTADUAIS; AS REFORMAS ESTATUTÁRIAS DAS IEES; REFORMAS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA – PEC 623/98. 9 - Unificação da luta com os demais trabalhadores do setor estadual, contra o sucateamento do serviço público, contra o arrocho salarial e contra as privatizações e Reformas Administrativas. 10 - Lutar pela manutenção e ampliação dos programas de capacitação docente nas IEES. 11 - Lutar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais dos Estados que garantam recursos para C&T através das FAPs. Votação: Aprovado. ENCAMINHAMENTOS 1 - Fazer um levantamento acerca do perfil do setor das universidades estaduais enfatizando como aspectos principais: a) Reformas Estatutárias de adequações das instituições à nova LDB. b) Os reflexos nas IEES das reformas administrativas e previdenciárias ocorridas nos estados. c) Situação atual das Fundações de Amparo a Pesquisa - FAP's com relação às mudanças ocorridas no orçamento, e aspectos da composição e nomes dos membros dos conselhos. d) Plano de Cargos, Carreira e Salários vigentes (Regime de Trabalho, Piso Salarial e Gratificações). e) Situação dos HUs considerando, o grau de participação no orçamento das IEES, a transferência de recursos SUS; o impacto das arrecadações das fundações e convênios e os mecanismos de transparência e democracia na gestão desses recursos. f) Organização Sindical (número de associados, filiações e seções sindicais). g) Grau de participação institucional do movimento sindical (participação em comissões, colegiados da universidade e do Estado e Municípios, como também nos conselhos de educação, saúde e outros). h) Histórico, normas, decretos e legislação vigente que apontem algum grau de AUTONOMIA DAS IEES, ou mesmo da interferência do estado nesse processo. 2 - Organizar, através das Seções sindicais, seminários sobre as Leis Orçamentárias e Política Fiscal dos Estados (LDO/LO), com objetivo de instrumentalizar as lideranças para garantir o cumprimento de dotação orçamentária para as universidades. 3 - Continuar a construção dos Fóruns Estaduais de Defesa do sistema de C&T. 4 - Promover uma discussão aprofundada das implicações da nova LDB sobre as Universidades. 5 - Lutar para que os governos estaduais cumpram as respectivas Constituições com repasse de verbas estabelecidas para C&T. Votação: aprovado por ampla maioria. Nesse momento da Plenária a Mesa Diretora dos Trabalhos foi substituída pelos professores: Francisco Jaime Bezerra Mendonça, Presidente, Aurélio Gonçalves de Lacerda, Vice-Presidente; Antônio Passos Lima Filho, 1º Secretário e Maria Auxiliadora Leal Campos, 2ª Secretária. Iniciando os Trabalhos pelo **TR-46.1 - Política de Expansão**. Os itens a e c foram substituídos, os demais aprovados integralmente e foi aprovado ainda o acréscimo de novos itens ficando com a seguinte redação: **Considerando que a intensificação da política de expansão para o Setor das IPES é fundamental para a implementação da Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Cadernos 2) e do PNE/Sociedade, o 18º Congresso define como prioritário a aprovação do Plano de Lutas do Setor das IPES e o estabelecimento de estratégias de ação que viabilizem: a) Atuação efetiva da Diretoria nacional e do conjunto do Sindicato no sentido de desencadear a discussão de implementação das propostas e resoluções da ANDES-SN na IPES; b) elaborar estratégias para efetivar a transformação em Seções Sindicais, as organizações de docentes ainda não sindicalizados,. c) definir formas de atuação quanto a fiscalização das IPES a partir de ampla discussão no interior do Sindicato que se referencie no padrão unitário de qualidade e no projeto de avaliação institucional do movimento docente na perspectiva da universalização do ensino público. d) resgatar a**

discussão, em conjunto com o GTPE, sobre a Caracterização Jurídica das IPES para a sua inclusão no Caderno 2 – Proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira, no XXXVIII CONAD; e) a retomada do debate, juntamente com o GTPFS, das relações entre ANDES-SN e SINPROs que envolvem os docentes das IPES e incidem sobre a liberdade de organização sindical; f) a realização de Seminário Nacional abordando as questões que permeiam o ensino privado, as condições de trabalho dos docentes e a liberdade de organização sindical. g) resgatar discussão em reunião do Setor das IPES e em conjunto com o GTPE, sobre a caracterização jurídica das IPES para a inclusão no Caderno 2 - Proposta da ANDES-SN (...), no XXXVIII CONAD em reuniões realizadas no máximo até 2 meses após o 18º Congresso da ANDES-SN. h) resgatar o debate, juntamente com o GTPFS, das relações entre ANDES-SN e SINPROs que envolvem os docentes das IPES e incidem sobre a liberdade de organização sindical em reunião realizada até no máximo 2 meses após o 18º Congresso. i) - realização de Seminário Nacional abordando as questões que permeiam o ensino privado, as condições de trabalho dos docentes e a liberdade de organização sindical no 1º semestre/99. j) intermediação da ANDES-SN junto às mantenedoras buscando garantir às Seções Sindicais como legítimas representantes dos docentes do ensino superior. Votação: Aprovado por ampla maioria. O TR-46-2 foi aprovada integralmente conforme a proposta original. TR –46.2 - Campanha Salarial e Pauta de Negociação - A Pauta Unificada para os docentes do Setor das IPES/1998, aprovada no XVII foi um referencial importante para as campanhas salariais deflagradas pelas bases organizadas na ANDES-SN as quais conquistaram expressivos avanços quanto as condições de trabalho e salário. O 18º Congresso aprova a Pauta Unificada/1999 e as ações a serem implementadas pelas Seções Sindicais e Secretarias Regionais. Estas deverão atuar prioritariamente nas Instituições de base inorganizada quanto a: a) Campanha Salarial 1999, com lançamento em março do corrente; b) Campanha Salarial 2000, com lançamento em outubro de 1999, dada a diversidade de datas-base dos docentes das IPES; c) elaboração de peças publicitárias com os eixos – GARANTIA DE EMPREGO, CARREIRA, CAPACITAÇÃO DOCENTE E LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL; d) divulgação, ainda no mês de março, da Pauta Nacional Unificada/1999 para os docentes das IPES, como referência para a negociação salarial; e) processo de negociação de campanhas salariais do Setor das IPES levado a cabo por meio de celebração de Acordo Coletivo de Trabalho e de Convenção Coletiva de Trabalho aprovadas em Assembléias Regionais juridicamente convocadas; f) elaboração de um InformANDES especial sobre Campanha Salarial dos docentes das IPES; g) produção de um encarte na Revista Universidade e Sociedade sobre a situação do ensino privado no Brasil. Pauta Unificada para os Docentes das IPES/1999 - I - DIRETRIZES GERAIS - a) Direitos conquistados: deverão constar nas pautas de reivindicações as cláusulas que assegurem a manutenção de todos os direitos anteriormente conquistados e que integrem o contrato de trabalho dos docentes. b) Gestão democrática: as pautas deverão contemplar reivindicações que garantam o processo de democratização, no interior das IES. II – QUESTÕES SALARIAIS Neste item, as pautas de reivindicações devem conter: a) piso salarial de dois mínimos do DIEESE; b) reposição das perdas salariais acumuladas no período de vigência do acordo ou anteriores, cujos índices serão definidos nas Assembléias da categoria com base nos índices do ICV/DIEESE; c) correção automática de salário toda vez que a inflação acumulada no período, contada a partir da data base, ultrapassar o índice de 10% (dez por cento); d) aumento real de, no mínimo, índice equivalente ao crescimento do PIB nacional; e) pagamento de 50% (cinquenta por cento) do salário até o dia 20 de cada mês trabalhado; f)

deverá ser fornecido ao professor, documento comprobatório da remuneração total paga, explicitando: horas extras; adicional noturno; descontos efetuados; valor líquido pago no mês; valor do depósito do FGTS e demais paga; g) qualquer convocação fora do horário de trabalho dos docentes para efeito de remuneração, deve ser considerada hora extra; h) que fique assegurado a todo o docente a cada 1 (um) ano de efetivo exercício, contando a partir da data de contratação, o adicional denominado anuênio, 1% (um por cento) sobre seu salário base; i) deve ser garantida a irredutibilidade do regime de trabalho docente; j) é irredutível a remuneração; l) caso haja alteração na política salarial vigente, as partes reunir-se-ão, no prazo máximo de trinta dias da mudança verificada, para negociarem; m) adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário até o mês de junho, salvo manifestação expressa do docente em sentido contrário; n) a remuneração dos docentes, contratados em regime de hora - aula, deve se dar com base no regime de trabalho contratado sendo mês constituído de 5,25 (cinco vírgula vinte e cinco) semanas, já incluídas as quatro semanas e meia a que se refere o art. 320, parágrafo 1º da CLT e já incluído o repouso semanal remunerado de 1/6 (um sexto) a que se refere a Lei 605/49, regulamentada pelo Decreto n.º 27.048 de 12 de agosto de 1949. O cálculo do desconto das faltas far-se-á multiplicando-se o número de aulas não dadas pelo correspondente da hora contratada; o) Que fique assegurado o pagamento adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 22 horas, para atividades docentes independentemente do regime de trabalho. III - CARREIRA DOCENTE Neste item deve se tomar como referência o Plano de Carreira e Capacitação Docente da ANDES-SN, criando-se estímulos para a sua construção, em cada IPES, implantando uma política de valorização da qualificação *stricto sensu*, como defendemos. Deste modo, deve-se considerar os seguintes pontos: - criação/implementação dos Planos de Carreira e Capacitação Docente; - pagamento de adicional salarial por qualificação; - contratação por concurso público devidamente regulamentado pelos órgãos competentes da instituição, que atenda a critérios da transparência e do padrão unitário de qualidade; - assegurar as condições necessárias à participação nos eventos científicos culturais como parte do processo de capacitação. IV - REGIME DE TRABALHO - Neste item é fundamental que se avance no sentido da superação da relação de contratação por regime horista, instituindo-se o regime de tempo contínuo, de acordo com a proposta da ANDES-SN, contemplando: a) piso de dois salários mínimos DIESSE, por vinte horas semanais; b) a jornada de trabalho do docente deverá contemplar: - as atividades de ensino, pesquisa e extensão; - a administração acadêmica e a participação em órgãos colegiados; - horas para preparação das aulas, correspondentes a pelo menos o equivalente ao número de aulas ministradas; - a duração da hora aula será computada como de 50 minutos. a) plano de implementação de regime de tempo contínuo para todos os docentes; b) o regime de Dedicção Exclusiva (DE), que tem como meta garantir disponibilidade plena para o desenvolvimento das funções docentes de ensino, pesquisa e extensão, implica na remuneração de 3 (três) vezes o salário do docente em regime de 20 (vinte) horas; c) o número máximo de alunos em sala de aula deve ser compatível com o padrão unitário de qualidade. V - QUESTÕES SOCIAIS - a) Deverá ser assegurada a isenção integral de taxas de mensalidades em todos os cursos, de todos os níveis, no caso de opção do docente pela matrícula em seu local de trabalho, para si próprio ou para seu (sua) companheiro (a), filhos e dependentes, sem restrições; b) garantia de creche para o(s) filho(s) dos docentes, quando do seu período de trabalho na instituição, nos termos acordados. VI - ESTABILIDADE E GARANTIA DO EMPREGO - a) Nos termos do Decreto nº 68, 17/09/1992, que aprovou a

Convenção nº 158 da OIT, os professores tem garantia a estabilidade do emprego. Este direito só não subsiste nos casos de demissão por justa causa precedida de inquérito administrativo onde se assegure amplo direito de defesa, os recursos cabíveis e, ainda, de prévia anuência departamental, em reunião especificamente convocada para apreciar o ato demissório e que conte com 50% (cinquenta por cento) mais um dos membros efetivos do respectivo departamento a que estiver vinculado o docente. b) Estabilidade da gestante desde a concepção até sessenta dias após o término do afastamento legal de 120 (cento e vinte) dias, inclusive para a adoção de recém-nascido. c) Integralização do salário do docente que complete o benefício do auxílio-doença da Previdência Social, por um semestre letivo. d) Multa rescisória de 100% (cem por cento) sobre o valor depositado do FGTS, por demissão sem justa causa; e) Será assegurado ao docente demitido sem justa causa, no decorrer do ano letivo, a percepção total dos salários calculados até ao final do mesmo, garantindo-se o pagamento até o início do próximo ano letivo; f) Quando houver demissão por justa causa, nos termos do art. 482 da CLT, da IES será obrigada a determinar na carta aviso o motivo que deu origem à dispensa. Caso contrário, fica descaracterizada a justa causa. g) O docente que for readmitido até 12 (doze) meses após o seu desligamento ficará desobrigado de firmar contrato de experiência; h) Que fiquem assegurados empregos e salários aos docentes em vias de aposentadoria, que estejam contratados pela IES há pelo menos 03 (três) anos. O cálculo deste item, levará em conta 01(um) ano de estabilidade para cada 05(cinco) anos trabalhados. VII - RELAÇÕES SINDICAIS - Tendo em vista a importância de garantir as condições para o exercício e fortalecimento da organização sindical, faz-se necessário que seja assegurado ao docente, dispensa das atividades acadêmicas sem prejuízo de funções e vencimentos quando convocado para: a) exercício do mandato sindical na ANDES/SN, como na própria Seção Sindical; b) participação em eventos do sindicato. VIII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - As disposições referentes à transição do regime de trabalho de hora-aula para o regime de trabalho contínuo serão avaliadas pelas Assembléias Gerais - locais e regionais -, objetivando criar as condições de aproximação gradativa ao padrão unitário de qualidade que defendemos. Votação: Aprovado por ampla maioria e algumas abstenções. TR-47 – SETOR DAS IFES - PLANO DE LUTAS PARA O SETOR DAS IFES 1 - Reafirmação das pautas de reivindicação protocoladas no MARE e MEC, em particular no que diz respeito à questão salarial, devendo as mesmas serem atualizadas respectivamente em Plenária dos SPFs e Reunião do Setor das IFES. 2 - Lutar por um reajuste salarial emergencial de 49,57%, correspondente a recuperação de perda salarial do período de janeiro de 95 a dezembro de 98, segundo o índice do ICV do DIEESE. 3 – O 18º Congresso reitera a luta pela incorporação imediata da GAE aos salários básicos, proventos e pensões. 4 – Lutar para a realização de concursos para repor as vagas existentes e ampliar o quadro docente que permita a expansão de matrículas em cursos regulares diurnos e noturnos das IFES. 5 - Lutar pela implantação da Carreira Única e do Plano Nacional de Capacitação aprovados pela ANDES-SN. 6 – Lutar pela revogação da Lei nº 9.783, de 28/01/99, articulando-se numa ampla ação política junto a CNESF, contra esse confisco social. 7 – Lutar para garantir a isonomia constitucional entre professores ativos, inativos e pensionistas, garantindo que os recursos para pagamento dos docentes aposentados sejam mantidos no MEC e que as IFES não sejam transferidas para outros ministérios. 8 – Lutar pela implantação da Carreira e política de capacitação docente contida na Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Caderno nº 2). 9 – Lutar contra a mercantilização e a privatização dos HUs, esclarecendo à sociedade, sobre a importância que

eles têm como instrumento didático-pedagógico na formação dos profissionais de saúde e para o atendimento da população, bem como, defender os princípios de gratuidade, integralidade e universalidade de suas ações. 10 – Combater as propostas governamentais de fracionamento da gestão das Universidades Federais e da Educação como um todo. 11 - Combater as propostas de reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior que tenha como objetivo o seu desmantelamento e/ou que viabilizem a consolidação de diferenciações entre as instituições, que impliquem romper com a possibilidade de se atingir o padrão unitário de qualidade. 12 - Articular com os demais segmentos da comunidade universitária a retomada e intensificação da luta pela democratização interna das IFES com ênfase aos processos de escolha de dirigentes e reformas estatutárias. 13 - Que a ANDES-SN articule-se junto com a FASUBA, A UNE e o SINASEFE para organizar um encontro nacional das três entidades, com prazo indicativo até o final de abril de 1999, para elaborar estratégias comuns de luta em defesa da educação pública. 14 – Construir através da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais) um calendário de mobilizações e de lutas contra a política de extinção de direitos sociais e trabalhistas e de desmonte dos serviços públicos. 15 – Lutar pela implantação imediata do piso salarial da carreira docente da ANDES-SN. 16 - Lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente tais como professores substitutos, voluntários e outras formas, contratados fora da Carreira Docente. 17 – Lutar pela correção trimestral dos salários segundo o índice do ICV do DIEESE. Votação: aprovado por ampla maioria. O item que tratava da luta contra a reintegração institucional dos docentes aposentados nas IFES foi retirado do Plano de Lutas das IFES tendo em vista a deliberação do 16º Congresso (em João Pessoa) sobre o assunto. O Texto Resolução que tratava da filiação ao MOSAP foi remetido para discussão no Tema III. O cronograma do Plano de Lutas será adequado ao cronograma de lutas da CUT. Às vinte e quatro horas do dia primeiro de março o 18º Congresso foi prorrogado para até as 6:00 horas do dia 2 de março de 1999. A questão da GED foi retirada do Plano de Lutas das IFES. **Recomendação: Encaminhar à Assessoria Jurídica Nacional, pedido de estudos sobre a possibilidade de ingresso de uma Ação de ADIN já que a regulamentação da Reforma Administrativa prevê data-base e não há recursos previstos para reajuste salarial no Orçamento. Recomendação: Incluir a produção de um encarte na revista Universidade e Sociedade sobre a situação dos CEFETs, Escola de Aplicação e Escolas Técnicas vinculadas às IFES.** Votação: Aprovado por ampla maioria. O Plenário aprovou os seguintes itens: 1 - **Lutar para que os Governos Estaduais cumpram as respectivas Constituições com o repasse de verbas estabelecidas para C&T.** O plenário aprovou ainda incluir a inclusão deste item no Tema I. 2 - **Lutar contra todas e quaisquer formas de utilização de recursos públicos para programas de caráter clientelista, assistencialista e filantrópica, garantindo sua aplicação exclusiva em políticas públicas voltadas para o emprego, a terra, a moradia e a saúde, previdência e educação públicas.** (para inclusão no Plano Geral de Lutas). 3 - **Lutar contra todas as formas de aviltamento e barateamento do trabalho docente representados seja pela contratação de professores substitutos pelas IFES, seja pela complementação de bolsistas de pós-graduação, professores conferencistas, programa de treinamento em ensino ou outros modos irregulares de docência pelas IES.** (para inclusão no Plano Geral de Lutas). Nesse momento passou-se à apreciação dos TRs 6, 7, 30, e 43 que tratavam de **POLÍTICA SINDICAL - 1 - O DNTE será uma instância constituído pelas entidades filiadas a CUT pertencentes ao ramo educação, qual seja: ANDES, FASUBRA, CNTE, CONTEE e SINASEFE; 2 - O objetivo desta instância será o de elaborar, com base nas proposições**

aprovadas nas instâncias de cada entidade, a política unitária da CUT para o ramo educação; 3 - As despesas decorrentes da manutenção da estrutura de funcionamento do DNTE será proporcional a contribuição das entidades à CUT; 4 - A participação das entidades que compõem o DNTE nas instâncias da Central será proporcional ao número de filiados de cada entidade; 5 - As políticas encaminhadas pelo DNTE serão aquelas que obtiverem consenso, respeitando-se a autonomia e a independência de cada entidade. 6 - Reafirmar a posição geral, já aprovada nas instâncias da ANDES-SN, de manutenção e fortalecimento do DNTE, entendendo-se, no entanto, que o processo em busca de uma alternativa para a organização dos trabalhadores na educação, a atuação da ANDES-SN será fundamentada pelos seguintes eixos: a) o ramo de atividade da educação deve fazer parte da estrutura organizativa da CUT; b) respeito aos princípios da concepção e estrutura sindical defendida pela ANDES-SN. 7 - Convocar uma Frente de centrais sindicais, outros movimentos sociais, entidades democráticas e partidos em torno da Pauta Democrática, em defesa da liberdade sindical, contra o pacote trabalhista-sindical de FHC. O eixo de atuação que o movimento sindical deve propor para essa Frente é a defesa dos direitos democráticos ameaçados pela contra-reforma de FHC e a luta pelo avanço no campo da liberdade sindical; 8 - Deve ser tarefa dessa Frente fazer uma campanha de sensibilização da população sobre as conseqüências do processo de desregulamentação, flexibilização e eliminação de direitos trabalhistas que está em curso, e uma luta decidida para reverter esse processo; 9 - O foco de atuação prioritária em ambos os casos deve ser a disputa na sociedade, não os meandros das comissões do Congresso ou espaços que o Executivo quiser abrir para fazer de conta que negocia. A única possibilidade de reverter a atual correlação de forças negativa é ganhar aliados na sociedade. As possibilidades de êxito no plano institucional (a revogação de medidas anti-sindicais e anti-trabalhistas, por exemplo) se jogam aí e não na maior ou menor habilidade em negociações em espaços que todos sabemos ser viciados; 10 - reafirmando deliberações congressuais anteriores, a ANDES-SN deverá articular-se, no interior da CUT, com as forças que se mantém defendendo um sindicalismo autônomo, classistas e combativo; 11 - apoiar, no interior dos fóruns da CUT, as propostas que se opõem ao modelo de estrutura sindical centralizada e burocratizada, antes conhecido como “sindicalismo orgânico” e hoje apresentado, no debate interno da Central, como proposta de “sindicatos nacionais”. 12 - Denunciar e combater a PEC da Reforma Sindical e Trabalhista enviada ao Congresso Nacional pelo governo FHC, ampliando, no interior do movimento docente, a discussão sobre as propostas de reforma da legislação sindical e trabalhista do Governo FHC e construindo no interior da CUT, um calendário de mobilização para enfrentar as propostas de reforma da legislação sindical e trabalhista proposta pelo governo. 13 - Exigir do Estado brasileiro a ratificação e o cumprimento das resoluções das Convenções 87 da OIT que prescrevem a liberdade e autonomia sindical; 14 - Discuti nas base o posicionamento da ANDES—SN sobre a Convenção 98 da OIT. 15 - Reafirmar a concepção, estrutura e práticas da organização sindical classista, horizontal, de base e democrático. 16 - Intensificar estratégias para Formação Sindical, no âmbito nacional, regional e local visando qualificar a intervenção política dos docentes. 17 - Fortalecer as iniciativas de construção da solidariedade internacional entre os trabalhadores e desenvolver formas de resistência e luta pela afirmação dos direitos e da democracia. 18 - Defender a realização de auditoria pública sobre a administração dos recursos do FAT sob controle dos trabalhadores. Votação: Todas os itens foram aprovados por ampla maioria. TR – 10 – A questão do piso salarial e do leque salarial serão discutidos no GT-Verbas,

enviados para as bases do movimento e pautado no próximo CONAD com a indicação de tomada de decisão. Os itens a, b e c do TR-23 foram considerados superados e o item "d" remetido para a Plenária do Tema III. Foi enviado para a Plenária, pelo Grupo 6, a apreciação do Relatório do caso "Rubens Pinto Lyra" e o Texto de Resolução encaminhado pela ADUFRJ-SSIND intitulado "Esclarecimento da Diretoria (da ANDES-SN)". Foi lido e apresentado o Relatório: "RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO CONSTITUÍDA PELO 37º CONAD SOBRE AS DENÚNCIAS DE ADULTERAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO PREVISTA PELA LEI 9678 DE 03 DE JULHO DE 1998. "O 37º CONAD aprova a criação de uma comissão constituída por três membros da Diretoria e pelos professores Luiz Carlos Lucas (ADUFPel), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP), Lena Lúcia Espíndola R. Figueiredo (ADUFC) e tendo como suplente a Professora Maria Lia do Perpétuo Socorro Silva e Reis (ADUCSal), para preparar um relatório sobre as denúncias de adulteração do Relatório Final da Comissão Nacional prevista pela Lei 9678, de 03 de julho de 1998. O Relatório será apresentado pela Comissão numa reunião envolvendo os três setores para apreciação e discussão - tanto o Relatório quanto contribuições surgidas nesse encontro (Anexar ao relatório) serão encaminhados ao 18º Congresso que se realizará em Fortaleza.".

INTRODUÇÃO - Como todos sabemos, ao final da última greve foi criada, pela Lei 9678/98, uma Comissão Nacional de Avaliação, com o objetivo de regular o registro das atividades docentes instituída juntamente com a GED. Integraram-na três representantes do MEC, dois da ANDIFES e dois da ANDES: os professores Renato Dagnino e Rubens Pinto Lyra (além do professor Marco Antônio Sperb Leite, na qualidade de suplente). Reuniões ocorreram em 14 e 25 de agosto e em 8, 17 e 23 de setembro. Não foram lavradas atas. Após encerrados os trabalhos da Comissão, o jornal "ADUF INFORMA", da ADUFPb-JP, nº 66, publicava entrevista com o professor Rubens Pinto Lyra, contendo denúncias de envolvimento da Diretoria da ANDES na adulteração no relatório oficial publicado pelo MEC. Amplamente divulgadas no Movimento Docente, essas denúncias repercutiram no 37º CONAD que, num exemplo de maturidade política, absteve-se de votar qualquer deliberação envolvendo apreciação de mérito, preferindo designar uma comissão para tomar conhecimento dos fatos e analisá-los, composta por membros especificamente eleitos para essa finalidade e por representantes da Diretoria. Em três de fevereiro, esse grupo ouviu os professores Rubens, Dagnino e Marco Antônio e examinou a documentação disponível. No dia seguinte, chegou a um consenso sobre os seguintes pontos, considerados essenciais.

EXAME DOS DOCUMENTOS. Não houve reunião da Comissão Nacional de Avaliação após 23 de setembro de 98. Não há dúvida, portanto, sobre o fato de que só pode ser considerado como seu relatório final o documento distribuído pela ANDES como "versão preliminar", que reflete o conteúdo das decisões aprovadas nessa última reunião, estando sujeito apenas a alterações formais. Alguns dias após, o MEC fez circular novo documento, introduzindo unilateralmente modificações no que havia sido acordado, em detrimento de posições defendidas pelos docentes das IFES. É inegável, pois, que houve adulteração por parte do Ministério.

AÇÃO DA DIRETORIA - Diante do fato consumado, a Diretoria do Sindicato, ao invés de adotar a estratégia de questionar publicamente o comportamento do Governo, como propunha o professor Lyra, tentou reduzir as diferenças entre o texto final da Comissão e o documento oficial do governo, cuja versão definitiva, publicada em 09/10/98, recebeu a denominação de "Relatório da Comissão Nacional Prevista pela Lei nº 9678, de 03 de julho de 1998". A apreciação das diferenças de estratégias apresentadas não são de competência desta Comissão a quem cabe apenas informar à Reunião dos Setores. O Congresso poderá, se assim o desejar, pronunciar-se sobre o assunto.

ESCLARECIMENTOS DO PROFESSOR RUBENS PINTO LYRA - Nos esclarecimentos que prestou em 03/02/99, o professor Lyra afirmou que sua entrevista ao ADUF INFORMA foi "*dramaticamente editorada*", e

que em nenhum momento acusou a Diretoria da ANDES de haver manipulado o relatório juntamente com o MEC. O professor a exime, portanto, de envolvimento na adulteração por ele denunciada. **CONCLUSÃO** - Com este relatório a comissão conclui o seu trabalho e o submete à reunião dos três setores para apreciação e discussão. Os documentos impressos e as fitas gravadas que subsidiaram os trabalhos desta Comissão estarão à disposição na Secretaria do 18º Congresso em Fortaleza. Fortaleza, 23 de fevereiro de 1999. Ciomara Maria Pérez Nunes, Dalton Melo Macambira, Edmundo Fernandes Dias, Lena Lúcia Espíndola R. Figueiredo, Luiz Carlos Lucas, Osmar de Oliveira Marchese”. Após lido o Relatório, a mesa abriu a discussão em não havendo inscrito passou para a fase de encaminhamento. O Prof. Paulo Roberto Almeida, Delegado da ADUFU Seção Sindical encaminhou uma outra proposta: “Diante dos acontecimentos relacionados com as denúncias de adulteração do relatório final da Comissão Nacional de Avaliação prevista pela Lei 9.678, o 18º Congresso, considerando que: a) os trabalhos da referida Comissão encerraram-se em 23/09/98; b) Após essa data, a Diretoria do Sindicato desenvolveu negociações com o MEC sobre matéria de competência daquela comissão, sem que isso tenha sido adequadamente divulgado; c) a Direção Nacional do Sindicato chegou mesmo a difundir para o conjunto da categoria uma versão não verdadeira sobre os acontecimentos acima relatados; d) essa versão foi elaborada com relativa abundância de detalhes, incluindo o relato de uma reunião inexistente, ao especificar que “A partir dessa data (23/09), novas alterações foram introduzidas na segunda minuta pela Comissão. Esta era ainda integrada pelo prof. Marco Antônio Sperb Leite, agora substituindo o prof. Lyra. O documento a que se chegou nessa reunião, fruto das negociações nela havidas, embora muito distante da minuta inicialmente produzida, foi o resultado possível de ser alcançado, mantendo, no entanto, os pontos essenciais defendidos pela ANDES no quadro legal que instituiu a GED. Tendo sido aprovado por todos os membros da Comissão (inclusive, obviamente, os representantes da ANDES), o documento ganhou o caráter de Relatório da Comissão e foi enviado em 09/10/98, pelo Prof. Baeta, a todos os Reitores das IFES, para ter suas recomendações implementadas”; OF CIRC nº 270/98, dirigido a todas seções sindicais; e) o texto inverídico acima transcrito se adequava, na ocasião em que foi escrito, aos interesses da Diretoria, ao corroborar a posição por ela defendida, diante das acusações que lhe eram feitas. O 18º Congresso julga que o comportamento da Direção Nacional é inaceitável, no plano político. Mesmo que tivesse conduzido a resultados positivos – o que não é correto – isso não justificaria o procedimento adotado, que envolve o sindicato num processo de negociação não legitimado. No plano ético, é inadmissível que as relações entre as instâncias que constituem o Sindicato não sejam caracterizadas pela mais absoluta transparência. Diante dos fatos, o 18º Congresso exige da Diretoria uma retratação perante a categoria”. Foi apresentada uma questão de ordem sobre o fato da proposta apresentada não ter passado por nenhum Grupo Misto e se a mesma poderia ser apreciada pela plenária. A Mesa acatou a questão de ordem no sentido de que a Plenária deveria deliberar somente sobre o Relatório da Comissão instituída pelo 37º CONAD. Nova questão ordem foi apresentada contra a decisão da Mesa com seguinte resultado de Votação: 191 contra a decisão da Mesa, 35 favoráveis e 6 abstenções. A Mesa encaminhou primeiro a votação do Relatório: Proposta 1 - Homologar o Relatório Final da Comissão instituída 37º CONAD; Votação: 54; Proposta 2 – Não homologa o Relatório; Votação: 83; Abstenções: 75. Em seguida foi colocada em votação o Texto de Resolução apresentado na Plenária: “*Diante dos fatos, o 18º Congresso exige da Diretoria uma retratação perante a categoria*”. Votação: 170 favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções. Diante do resultado da votação, a Mesa constatou a inexistência de quorum na Plenária e suspendeu os trabalhos por 30 minutos. Após o intervalo os trabalhos foram reiniciados com uma solicitação de um recurso de votação as duas

votações anteriores, apresentado pelo **Prof. Júnior (ADUEPB)**. O recurso foi aprovado pelo Plenário por ampla maioria e foi submetida uma nova votação das questões anteriores da seguinte forma: Como proposta única da junção da proposta “Homologação do Relatório Final da Comissão instituída 37º CONAD” com a Proposta de “Retratção da Diretoria da ANDES-SN perante a categoria”. Votação: 226 favoráveis e 24 abstenções. Declaração de voto do professor Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP) “Pediria a atenção dos companheiros, eu sei que não é regimental a declaração de voto, mas por dever de consciência política e por responsabilidade política, dizer ao conjunto dos companheiros, sem nenhum ânimo polêmico, que trabalhamos na Comissão do Relatório com toda clareza e com toda franqueza e não cabe dúvida, nenhuma dúvida sobre o seu resultado. Todavia, diante do processo que se instalou aqui, diante da clara indicação da possibilidade de inviabilização do resultado, eu assumo a responsabilidade política de ter voto como protesto, não por discordar do que assinei e que assumo publicamente como verdadeiro o que eu assinei, mas como protesto aquilo. Queria dizer aos companheiros, transmitir aos companheiros um grande abraço, principalmente aos que estão doentes e que vieram aqui para salvar este Congresso. Obrigado companheiros”. Nesse momento a plenária passou a apreciar o texto: **“O 18º Congresso critica a Diretoria da ANDES-SN pelo modo indevido de sua atuação na crise da UFRJ, em particular no episódio da audiência com o reitor-interventor em 10/12/98, desrespeitando as análises e considerações do movimento local de resistência, em especial a ADUFRJ-SSind.”** Iniciando a discussão o Prof. Roberto Lerh falou pela ADUFRJ e o Prof. Eduardo Serra pela Diretoria da ANDES-SN. Votação: Aprovada por ampla maioria. Nada mais havendo a tratar, às quatro horas e cinquenta e cinco minutos o Presidente deu por encerrados os trabalhos da qual foi lavrada ata que será assinada pelos Presidentes e segundas Secretária.

Vilma Lúcia de Moraes Couto Albizzati
2ª Secretária

Milton Muniz
Presidente

Maria Auxiliadora Leal Campos
2ª Secretária

Francisco Jaime Bezerra Mendonça
Presidente

ANEXO I

INFORME DA DIRETORIA SOBRE OS NÚMEROS DO 18º CONGRESSO DA ANDES-SN

	Seção Sindical	S	Filiados	N.º delegados conforme o Estatuto	Nº de Professores na AG	Nº delegados presentes	Observadores
REGIONAL NORTE							
1.	ADUA	F	742	6+1=7	13	04	0
2.	ADUFAC	F	364	4+1=5	20	01	0
3.	ADFCAP	F	122	2+1=3	15	02	0
4.	ADUFPA	F	1200	8+1=9	15	08	0
5.	ADUNIR	F	237	3+1=4	18	03	0
6.	SEDUF-RR	F	120	2+1=2	17	03	0
	SUBTOTAL		2548	31	98	21	0
REGIONAL NORDESTE I							
7.	APRUMA	F	765	7+1=8	49	07	0
8.	ADUFPI	F	1237	8+1=9	44	09	0
9.	ADCESP	E	180	2+1=3	12	03	0
10.	ADUFC	F	1814	10+1=11	74	10	39
11.	ADUNIFOR	P	245	3+1=4	Não houve	0	2
12.	SINDURCA	E	37	1+1=2	22	02	0
	SUBTOTAL		4278	37	201	31	41
REGIONAL NORDESTE II							
13.	ADUFPB-JP	F	1825	9+1=10	117	10	05
14.	ADUEPB	E	519	6+1=7	25	07	01
15.	ADUFPB-CG	F	1088	8+1=9	Não houve	01	03
16.	ADURN	F	2024	10+1=11	97	10	0
17.	ADFURN	E	508	6+1=7	22	07	0
18.	ADUFERPE	F	612	6+1=7	25	02	11
19.	ADUFEPE	F	1349	9+1=10	54	10	2
20.	ADUPE	E	715	6+1=7	19	06	0
21.	ADESB	E	36	1+1=2	19	02	0
22.	ADESA-PE	M	34	1+1=2	10	02	1
	TOTAL		8710	72	388	57	23
REGIONAL NORDESTE III							
23.	ADUFS-SE	F	512	6+1=7	66	07	0
24.	ADUFAL	F	1112	8+1=9	53	01	07
25.	APUB	F	2530	11+1=12	31	12	01
26.	ADUNEB	E	460	5+1=6	16	05	0
27.	ADUFS	E	373	4+1=5	Não houve	01	0
28.	ADUCSAL	P	363	4+1=5	60	03	0
	TOTAL		5350	44	226	29	08
REGIONAL LESTE							
29.	ADUFU	F	1214	8+1=9	22	09	0
30.	APUBH	F	2669	11+1=12	22	12	02
31.	SINDCEFET-MG	F	461	5+1=6	18	06	0
32.	APES-JF	F	1045	8+1=9	33	08	0
33.	ASPUV	F	841	7+1=8	46	07	0
34.	ASPESAL	F	341	4+1=5	15	01	0
35.	APROEFEI	F	195	2+1=3	21	01	0
36.	ADUFOP	F	226	3+1=4	10	04	0
37.	ADUFES	F	1161	8+1=9	27	07	0

38.	ADUNIMONTES	E	147	2+1=3	05	03	0
39.	SINDUEMG	E	66	1+1=2	13	03	0
	TOTAL		8366	70	232	61	02
REGIONAL PLANALTO							
40.	ADUnB	F	1391	8+1=9	22	07	0
41.	ADUFG	F	1585	10+1=11	42	11	04
42.	ADCAJ	F	16	1+1=2	27	01	0
43.	ADCAC	F	70	1+1=2	24	02	0
	TOTAL		3092	24	115	21	04
REGIONAL PANTANAL							
44.	ADUFMAT	F	1185	10+1=11	24	09	0
45.	ADUFMS	F	902	7+1=8	08	06	0
46.	ADUNEMAT	E	253	3+1=4	13	04	0
47.	ADUEMS	E	20	1+1=2	11	02	0
48.	ADOURADO S	F	75	1+1=2	12	02	0
	TOTAL		2453	27	68	23	0
REGIONAL RIO DE JANEIRO							
49.	ASDUERJ	E	1405	8+1=9	35	08	0
50.	ADUFRJ	F	3365	12+1=13	31	13	0
51.	ADUNIRIO	F	605	6+1=7	Não houve	01	0
52.	ADCEFET	F	519	6+1=7	62	01	0
53.	ADUFF	F	2350	10+1=11	13	11	02
54.	ADUR	F	578	6+1=7	16	06	0
	TOTAL		8822	54	157	40	02
REGIONAL SÃO PAULO							
55.	ADUFSCAR	F	671	6+1=7	17	07	01
56.	ADUNIMEP	P	363	4+1=5	47	02	0
57.	ADUNICAMP	E	1927	9+1=10	23	06	0
58.	ADUSP	E	3066	12+1=13	09	08	0
59.	ADEPM	F	462	5+1=6	33	05	0
60.	ADUNESP	E	1009	8+1=9	12	09	02
	TOTAL		7498	50	141	37	3
REGIONAL SUL							
61.	ADUFSC	F	2227	10+1=11	49	11	04
62.	ADUFPR	F	2431	10+1=11	72	11	0
63.	SINDOCEFE-PR	F	871	7+1=8	14	07	02
64.	ADFAED	E	85	1+1=2	21	02	0
	TOTAL		5614	32	156	31	06
REGIONAL RIO GRANDE DO SUL							
65.	ADUFRGS	F	2599	11+1=12	30	12	0
66.	APROFURG	F	680	6+1=7	12	05	0
67.	ADUFPEL	F	1160	8+1=9	26	09	01
68.	SEDUFMS	F	1196	8+1=9	11	8	0
	TOTAL		5635	37	79	34	1
TOTAL GERAL		Filiados		N.º delegados Permitidos(*)	Presença de Professores na AG	Nº delegados presentes (**)	Observadores(***)
68 SEÇÕES SINDICAIS		62979		477	1861	385	90

(*) Soma dos delegados de base + o delegado indicado pela direção da seção sindical.

(**) também foram eleitos 06 delegados de VPRs.

(***) também foram eleitos 05 observadores de VPRs

RELATÓRIO DO TEMA II – TRABALHO DOCENTE: POLÍTICA EDUCACIONAL, POLÍTICA SINDICAL, POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, CARREIRA E QUALIFICAÇÃO, SALÁRIOS.

POLÍTICA EDUCACIONAL

Cursos Seqüenciais

- 1 - Reiterar a posição do MD, contrária aos cursos seqüenciais e desenvolver ações para combater a implementação destes cursos nas IES.
- 2 - Realizar Seminário Nacional sobre Diretrizes Curriculares sobre os efeitos nefastos dos cursos seqüenciais para propor ações a serem desencadeadas no âmbito sindical em defesa do padrão unitário de qualidade no ensino superior.
- 3 - Lutar pela ampliação de vagas nas IES públicas, atrelada à ampliação de recursos orçamentários, resguardando a autonomia.
- 4 - Que o GTPE coordene um processo de discussão e levantamento de dados sobre a efetiva implementação dos cursos seqüenciais nas IES, com sistematização e divulgação até o próximo CONAD.

Institutos Superiores de Educação

O 18º Congresso da ANDES-SN delibera pelo início imediato de ações desse Sindicato, através de todas as suas instâncias, no sentido de lutar pela:

- 1 - Reafirmação e implementação dos princípios, diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira, referendado no XVII Congresso da ANDES-SN, em especial os referentes à Formação dos Profissionais da Educação.
- 2 - Reafirmação do papel da universidade como o "locus" de formação do educador, no interior das faculdades de educação, propondo-se a retirada da expressão Instituto Superior de Educação do art. 62 da LDBEN, assim como a revogação do art. 63.
- 3 - Valorização do professor como um profissional da educação, com estabelecimento de planos de carreira, de política salarial compatível e de condições de trabalho que caracterizem o fazer pedagógico como profissão.
- 4 - Reorganização das faculdades de educação, tomando por base as diferentes experiências bem sucedidas em todo o território nacional e incorporando propostas advindas dos debates educacionais que estão ocorrendo em diferentes "fóruns" representativos dos educadores brasileiros (ANDE, ANFOPE, ANPED, Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras, Fórum Nacional e Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública).
- 5 - Criação de modelos curriculares mais adequados, tendo em vista a formação de profissionais da educação para os diferentes níveis, modalidades e áreas de ensino, superando a atual organização que separa a pedagogia dos bacharelados e licenciaturas.
- 6 - Compromisso com a qualificação permanente de profissionais pertencentes aos quadros efetivos da rede de ensino dentro de uma verdadeira atividade de extensão universitária, garantindo a todos esses profissionais mecanismos de acesso à qualificação permanente.

7 - Criação de programas que visem atender a demanda de regiões carentes do país por docentes do ensino fundamental e médio.

8 - Criação de programas criteriosos de interiorização da Universidade.

III CONED

O 18º Congresso delibera que a ANDES-SN:

1 - Apoiará a preparação, realização e coordenação do III CONED ainda em 1999.

2 - Envidará todos os esforços, inclusive financeiros, na tomada de providências necessárias a sua viabilização, como alternativa para o enfrentamento do conjunto das reformas que tem sido impostas à educação nacional.

3 - Realizará encontros preparatórios ao evento.

4 - Fortalecerá o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública como instância fundamental à articulação das entidades vinculadas à educação.

5 - Empreenderá medidas concretas de apoio ao Plano Nacional de Educação (elaborado no II CONED) em tramitação no Congresso Nacional.

6 - Estimulará a participação da criação de Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública.

7 - Indicará ao Fórum Nacional um local de realização do III CONED, a partir de critérios como apoio e infra-estrutura, visibilidade nacional, bem como comprometimento político com esse evento.

RECOMENDAÇÃO: Que o III CONED seja realizado preferencialmente em 3 dias.

1º E 2º GRAUS

O 18º Congresso da ANDES-SN reafirma o caráter de urgência na resolução dos problemas acerca do enquadramento da carreira dos professores de 1º e 2º graus das IFES e, nesse sentido, encaminha:

1 - que seja iniciado um amplo processo de luta com o objetivo de obtenção de um Projeto de Lei de Carreira única (de competência do executivo) para os docentes das IFES, baseado nas deliberações do Sindicato e expresso no Projeto da ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Caderno 2), proposta essa já protocolizada no MEC, a qual contempla a incorporação definitiva dos docentes de 1º e 2º graus na carreira do magistério superior. A minuta apresentada a seguir (constante do Caderno 2 da ANDES-SN) deverá ser corrigida para ser adequada à especificidade das IFES, à legislação vigente e ao novo quadro político em que determinadas normas legais são inaceitáveis a exemplo do referido Conselho Nacional de Educação¹.

Minuta em Anexo

2 - que, no enfrentamento com o MEC em relação à situação dos professores de 1º e 2º graus a diretoria da ANDES-SN se mantenha nos estreitos limites das decisões aprovadas nas instâncias deliberativas do sindicato, suspendendo toda e qualquer discussão com o MEC que envolva uma carreira específica de 1º e 2º graus;

¹ Compatibilizações sugeridas: a) onde se lê IES, leia-se IFES; b) revisão dos Artigos 4º e 22; c) Os artigos que se reportam ao Conselho Nacional de Educação devem ser revistos, tendo em vista que, em sua configuração atual é radicalmente distinto do previsto no Projeto de LDB da ANDES-SN, bem como das deliberações do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública; d) idem para o item 6.2 (Projeto que fixa as diretrizes do Plano Nacional de Capacitação Docente); e) as menções às Instituições Particulares de Ensino Superior devem ser corrigidas.

3 - que seja convocada uma rodada de Assembléias Gerais de Ads, bem como uma reunião do Setor das IFES, ainda no final de março ou início de abril, com pauta específica acerca da CARREIRA ÚNICA, com o objetivo de procedermos a uma avaliação e deliberação deste Congresso, além de novos encaminhamentos a serem viabilizados pelo conjunto do Movimento Docente.

PLANO DE LUTAS DAS IEES:

- 1 - Realizar campanha por reposição salarial.
- 2 - Contra o confisco ou redução de salários e proventos via instituição e aumento de alíquotas previdenciárias e tributárias.
- 3 - Não pagamento da dívida bancária internacional e nacional e, qualquer outra espécie de dívida vinculada a instituições privadas, em âmbito Estadual e a aplicação desses recursos em programa de renda mínima e bolsa escola, em Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia.
- 4 - Implementar ações no sentido de pressionar os parlamentares de suas regiões, Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais, em defesa da universidade pública, gratuita e com qualidade social, para que assumam como pauta permanente de suas agendas políticas.
- 5 – Realizar reunião do Setor das IEES, no mês de abril de 1999, em Brasília, precedida de encontros regionais, como forma preparatória, tendo como ponto de pauta:
 - Discussão e avaliação dos Planos de Lutas definidos no 18º Congresso da ANDES-SN;
 - Autonomia Universitária;
 - Reformas Administrativas;
 - Reformas Estatutárias
 - Planos de cargos, carreiras e salários vigentes, malha salarial e gratificações;
 - Plano de Lutas geral da ANDES-SN.
- 8 - Realizar encontros locais e regionais via Seções Sindicais e VPRs, como forma de preparação do setor para seu encontro nacional e execução prática e política, tendo como eixos principais: A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA; AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS DOS GOVERNOS ESTADUAIS; AS REFORMAS ESTATUTÁRIAS DAS IEES; REFORMAS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA – PEC 623/98.
- 9 - Unificação da luta com os demais trabalhadores do setor estadual, contra o sucateamento do serviço público, contra o arrocho salarial e contra as privatizações e Reformas Administrativas.
- 10 - Lutar pela manutenção e ampliação dos programas de capacitação docente nas IEES.
- 11 - Lutar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais dos Estados que garantam recursos para C&T através das FAPs.

ENCAMINHAMENTOS

- 1 - Fazer um levantamento acerca do perfil do setor das universidades estaduais enfatizando como aspectos principais:

- a) Reformas Estatutárias de adequações das instituições à nova LDB;
 - b) Os reflexos nas IEES das reformas administrativas e previdenciárias ocorridas nos estados;
 - c) Situação atual das Fundações de Amparo a Pesquisa - FAP's com relação às mudanças ocorridas no orçamento, e aspectos da composição e nomes dos membros dos conselhos;
 - d) Plano de Cargos, Carreira e Salários vigentes(Regime de Trabalho, Piso Salarial e Gratificações);
 - e) Situação dos HUs considerando, o grau de participação no orçamento das IEES, a transferência de recursos SUS; o impacto das arrecadações das fundações e convênios e os mecanismos de transparência e democracia na gestão desses recursos;
 - f) Organização Sindical(número de associados, filiações e seções sindicais);
 - g) Grau de participação institucional do movimento sindical(participação em comissões, colegiados da universidade e do Estado e Municípios, como também nos conselhos de educação, saúde e outros);
 - h) Histórico, normas, decretos e legislação vigente que apontem algum grau de AUTONOMIA DAS IEES, ou mesmo da interferência do estado nesse processo;
- 2 - Organizar, através das Seções sindicais, seminários sobre as Leis Orçamentárias e Política Fiscal dos Estados(LDO/LO), com objetivo de instrumentalizar as lideranças para garantir o cumprimento de dotação orçamentária para as universidades.
- 3 - Continuar a construção dos Fóruns Estaduais de Defesa do sistema de C&T.
- 4 - Promover uma discussão aprofundada das implicações da nova LDB sobre as Universidades.
- 5 - Lutar para que os governos estaduais cumpram as respectivas Constituições com repasse de verbas estabelecidas para C&T.

POLÍTICA DE EXPANSÃO DO SETOR DAS IPES

Considerando que a intensificação da política de expansão para o Setor das IPES é fundamental para a implementação da Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Cadernos 2) e do PNE/Sociedade, o 18º Congresso define como prioritário a aprovação do Plano de Lutas do Setor das IPES e o estabelecimento de estratégias de ação que viabilizem:

- 1 - Atuação efetiva da Diretoria nacional e do conjunto do Sindicato no sentido de desencadear a discussão de implementação das propostas e resoluções da ANDES-SN na IPES.
- 2 - Elaborar estratégias para efetivar a transformação em Seções Sindicais, as organizações de docentes ainda não sindicalizados.
- 3 - Definir formas de atuação quanto a fiscalização das IPES a partir de ampla discussão no interior do Sindicato que se referencie no padrão unitário de qualidade e no projeto de avaliação institucional do movimento docente na perspectiva da universalização do ensino público.

4 - Resgatar a discussão, em conjunto com o GTPE, sobre a Caracterização Jurídica das IPES para a sua inclusão no Caderno 2 – Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira, no XXXVIII CONAD.

5 - A retomada do debate, juntamente com o GTPFS, das relações entre ANDES-SN e SINPROs que envolvem os docentes das IPES e incidem sobre a liberdade de organização sindical.

6 - A realização de Seminário Nacional abordando as questões que permeiam o ensino privado, as condições de trabalho dos docentes e a liberdade de organização sindical.

7 - Resgatar discussão em reunião do Setor das IPES e em conjunto com o GTPE, sobre a caracterização jurídica das IPES para a inclusão no Caderno 2 - Proposta da ANDES-SN (...), no XXXVIII CONAD em reuniões realizadas no máximo até 2 meses após o 18º Congresso da ANDES-SN.

8 - Resgatar o debate, juntamente com o GTPFS, das relações entre ANDES-SN e SINPROs que envolvem os docentes das IPES e incidem sobre a liberdade de organização sindical em reunião realizada até no máximo 2 meses após o 18º Congresso.

9 - Realização de Seminário Nacional abordando as questões que permeiam o ensino privado, as condições de trabalho dos docentes e a liberdade de organização sindical no 1º semestre/99.

10 - Intermediação da ANDES-SN junto às mantenedoras buscando garantir às Seções Sindicais como legítimas representantes dos docentes do ensino superior.

Campanha Salarial e Pauta de Negociação do Setor das IPES

A Pauta Unificada para os docentes do Setor das IPES/1998, aprovada no XVII foi um referencial importante para as campanhas salariais deflagradas pelas bases organizadas na ANDES-SN as quais conquistaram expressivos avanços quanto as condições de trabalho e salário. O 18º Congresso aprova a Pauta Unificada/1999 e as ações a serem implementadas pelas Seções Sindicais e Secretarias Regionais. Estas deverão atuar prioritariamente nas Instituições de base inorganizada quanto a:

1 - Campanha Salarial 1999, com lançamento em março do corrente.

2 - Campanha Salarial 2000, com lançamento em outubro de 1999, dada a diversidade de datas-base dos docentes das IPES.

3 - elaboração de peças publicitárias com os eixos – GARANTIA DE EMPREGO, CARREIRA, CAPACITAÇÃO DOCENTE E LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL.

4 - divulgação, ainda no mês de março, da Pauta Nacional Unificada/1999 para os docentes das IPES, como referência para a negociação salarial;

5 - processo de negociação de campanhas salariais do Setor das IPES levado a cabo por meio de celebração de Acordo Coletivo de Trabalho e de Convenção Coletiva de Trabalho aprovadas em Assembléias Regionais juridicamente convocadas;

6 - elaboração de um InformANDES especial sobre Campanha Salarial dos docentes das IPES;

7 - produção de um encarte na Revista Universidade e Sociedade sobre a situação do ensino privado no Brasil.

Pauta Unificada para os Docentes das IPES/1999

I - DIRETRIZES GERAIS

a) Direitos conquistados: deverão constar nas pautas de reivindicações as cláusulas que assegurem a manutenção de todos os direitos anteriormente conquistados e que integrem o contrato de trabalho dos docentes.

b) Gestão democrática: as pautas deverão contemplar reivindicações que garantam o processo de democratização, no interior das IES.

II – QUESTÕES SALARIAIS

Neste item, as pautas de reivindicações devem conter:

a) piso salarial de dois mínimos do DIEESE;

b) reposição das perdas salariais acumuladas no período de vigência do acordo ou anteriores, cujos índices serão definidos nas Assembléias da categoria com base nos índices do ICV/DIEESE;

c) correção automática de salário toda vez que a inflação acumulada no período, contada a partir da data base, ultrapassar o índice de 10 % (dez por cento);

d) aumento real de, no mínimo, índice equivalente ao crescimento do PIB nacional;

e) pagamento de 50% (cinquenta por cento) do salário até o dia 20 de cada mês trabalhado;

f) deverá ser fornecido ao professor, documento comprobatório da remuneração total paga, explicitando: horas extras; adicional noturno; descontos efetuados; valor líquido pago no mês; valor do depósito do FGTS e demais paga;

g) qualquer convocação fora do horário de trabalho dos docentes para efeito de remuneração, deve ser considerada hora extra;

h) que fique assegurado a todo o docente a cada 1 (um) ano de efetivo exercício, contando a partir da data de contratação, o adicional denominado anuênio, 1% (um por cento) sobre seu salário base;

i) deve ser garantida a irredutibilidade do regime de trabalho docente;

j) é irredutível a remuneração;

l) caso haja alteração na política salarial vigente, as partes reunir-se-ão, no prazo máximo de trinta dias da mudança verificada, para negociarem;

m) adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário até o mês de junho, salvo manifestação expressa do docente em sentido contrário;

n) a remuneração dos docentes, contratados em regime de hora - aula, deve se dar com base no regime de trabalho contratado sendo mês constituído de 5,25 (cinco vírgula vinte e cinco) semanas, já incluídas as quatro semanas e meia a que se refere o art. 320, parágrafo 1º da CLT e já incluído o repouso semanal remunerado de 1/6 (um sexto) a que se refere a Lei 605/49, regulamentada pelo Decreto n.º 27.048 de 12 de agosto de 1949. O cálculo do desconto das faltas far-se-á multiplicando-se o número de aulas não dadas pelo correspondente da hora contratada;

o) Que fique assegurado o pagamento adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 22 horas, para atividades docentes independentemente do regime de trabalho.

III - CARREIRA DOCENTE

Neste item deve se tomar como referência o Plano de Carreira e Capacitação Docente da ANDES-SN, criando-se estímulos para a sua construção, em cada IPES, implantando uma política de valorização da qualificação stricto sensu, como defendemos.

Deste modo, deve-se considerar os seguintes pontos:

- criação/implementação dos Planos de Carreira e Capacitação Docente;
- pagamento de adicional salarial por qualificação;
- contratação por concurso público devidamente regulamentado pelos órgãos competentes da instituição, que atenda a critérios da transparência e do padrão unitário de qualidade;
- assegurar as condições necessárias à participação nos eventos científicos culturais como parte do processo de capacitação.

IV - REGIME DE TRABALHO

Neste item é fundamental que se avance no sentido da superação da relação de contratação por regime horista, instituindo-se o regime de tempo contínuo, de acordo com a proposta da ANDES-SN, contemplando:

- a) piso de dois salários mínimos DIESSE, por vinte horas semanais;
- b) a jornada de trabalho do docente deverá contemplar:
 - as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
 - a administração acadêmica e a participação em órgãos colegiados;
 - horas para preparação das aulas, correspondentes a pelo menos o equivalente ao número de aulas ministradas;
 - a duração da hora aula será computada como de 50 minutos.
- a) plano de implementação de regime de tempo contínuo para todos os docentes;
- b) o regime de Dedicção Exclusiva (DE), que tem como meta garantir disponibilidade plena para o desenvolvimento das funções docentes de ensino, pesquisa e extensão, implica na remuneração de 3 (três) vezes o salário do docente em regime de 20 (vinte) horas;
- c) o número máximo de alunos em sala de aula deve ser compatível com o padrão unitário de qualidade.

V - QUESTÕES SOCIAIS

- a) Deverá ser assegurada a isenção integral de taxas de mensalidades em todos os cursos, de todos os níveis, no caso de opção do docente pela matrícula em seu local de trabalho, para si próprio ou para seu (sua) companheiro (a), filhos e dependentes, sem restrições;
- b) garantia de creche para o(s) filho(s) dos docentes, quando do seu período de trabalho na instituição, nos termos acordados.

VI - ESTABILIDADE E GARANTIA DO EMPREGO

a) Nos termos do Decreto nº 68, 17/09/1992, que aprovou a Convenção nº 158 da OIT, os professores tem garantia a estabilidade do emprego.

Este direito só não subsiste nos casos de demissão por justa causa precedida de inquérito administrativo onde se assegure amplo direito de defesa, os recursos cabíveis e, ainda, de prévia anuência departamental, em reunião especificamente convocada para apreciar o ato demissório e que conte com 50% (cinquenta por cento) mais um dos membros efetivos do respectivo departamento a que estiver vinculado o docente.

b) Estabilidade da gestante desde a concepção até sessenta dias após o término do afastamento legal de 120 (cento e vinte) dias, inclusive para a adoção de recém-nascido.

c) Integralização do salário do docente que complete o benefício do auxílio-doença da Previdência Social, por um semestre letivo.

d) Multa rescisória de 100% (cem por cento) sobre o valor depositado do FGTS, por demissão sem justa causa;

e) Será assegurado ao docente demitido sem justa causa, no decorrer do ano letivo, a percepção total dos salários calculados até ao final do mesmo, garantindo-se o pagamento até o início do próximo ano letivo;

f) Quando houver demissão por justa causa, nos termos do art. 482 da CLT, da IES será obrigada a determinar na carta aviso o motivo que deu origem à dispensa. Caso contrário, fica descaracterizada a justa causa.

g) O docente que for readmitido até 12 (doze) meses após o seu desligamento ficará desobrigado de firmar contrato de experiência;

h) Que fiquem assegurados empregos e salários aos docentes em vias de aposentadoria, que estejam contratados pela IES há pelo menos 03 (três) anos. O cálculo deste item, levará em conta 01(um) ano de estabilidade para cada 05(cinco) anos trabalhados.

VII - RELAÇÕES SINDICAIS

Tendo em vista a importância de garantir as condições para o exercício e fortalecimento da organização sindical, faz-se necessário que seja assegurado ao docente, dispensa das atividades acadêmicas sem prejuízo de funções e vencimentos quando convocado para:

a) exercício do mandato sindical na ANDES/SN, como na própria Seção Sindical;

b) participação em eventos do sindicato

VIII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As disposições referentes à transição do regime de trabalho de hora-aula para o regime de trabalho contínuo serão avaliadas pelas Assembléias Gerais - locais e regionais -, objetivando criar as condições de aproximação gradativa ao padrão unitário de qualidade que defendemos.

PLANO DE LUTAS PARA O SETOR DAS IFES

- 1 - Reafirmação das pautas de reivindicação protocoladas no MARE e MEC, em particular no que diz respeito à questão salarial, devendo as mesmas serem atualizadas respectivamente em Plenária dos SPFs e Reunião do Setor das IFES.
- 2 - Lutar por um reajuste salarial emergencial de 49,57%, correspondente a recuperação de perda salarial do período de janeiro de 95 a dezembro de 98, segundo o índice do ICV do DIEESE.
- 3 – O 18º Congresso reitera a luta pela incorporação imediata da GAE aos salários básicos, proventos e pensões.
- 4 – Lutar para a realização de concursos para repor as vagas existentes e ampliar o quadro docente que permita a expansão de matrículas em cursos regulares diurnos e noturnos das IFES.
- 5 - Lutar pela implantação da Carreira Única e do Plano Nacional de Capacitação aprovados pela ANDES-SN.
- 6 – Lutar pela revogação da Lei nº 9.783, de 28/01/99, articulando-se numa ampla ação política junto a CNESF, contra esse confisco social.
- 7 – Lutar para garantir a isonomia constitucional entre professores ativos, inativos e pensionistas, garantindo que os recursos para pagamento dos docentes aposentados sejam mantidos no MEC e que as IFES não sejam transferidas para outros ministérios.
- 8 – Lutar pela implantação da Carreira e política de capacitação docente contida na Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Caderno nº 2).
- 9 – Lutar contra a mercantilização e a privatização dos HUs, esclarecendo à sociedade, sobre a importância que eles têm como instrumento didático-pedagógico na formação dos profissionais de saúde e para o atendimento da população, bem como, defender os princípios de gratuidade, integralidade e universalidade de suas ações.
- 10 – Combater as propostas governamentais de fracionamento da gestão das Universidades Federais e da Educação como um todo.
- 11 - Combater as propostas de reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior que tenha como objetivo o seu desmantelamento e/ou que viabilizem a consolidação de diferenciações entre as instituições, que impliquem romper com a possibilidade de se atingir o padrão unitário de qualidade.
- 12 - Articular com os demais segmentos da comunidade universitária a retomada e intensificação da luta pela democratização interna das IFES com ênfase aos processos de escolha de dirigentes e reformas estatutárias.
- 13 - Que a ANDES-SN articule-se junto com a FASUBA, A UNE e o SINASEFE para organizar um encontro nacional das três entidades, com prazo indicativo até o final de abril de 1999, para elaborar estratégias comuns de luta em defesa da educação pública.
- 14 – Construir através da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais) um calendário de mobilizações e de lutas contra a política de extinção de direitos sociais e trabalhistas e de desmonte dos serviços públicos.
- 15 – Lutar pela implantação imediata do piso salarial da carreira docente da ANDES-SN.

16 - Lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente tais como professores substitutos, voluntários e outras formas, contratados fora da Carreira Docente.

17 – Lutar pela correção trimestral dos salários segundo o índice do ICV do DIEESE.

RECOMENDAÇÕES:

1 - Encaminhar à Assessoria Jurídica Nacional, pedido de estudos sobre a possibilidade de ingresso de uma Ação de ADIN já que a regulamentação da Reforma Administrativa prevê data-base e não há recursos previstos para reajuste salarial no Orçamento.

2 - Incluir a produção de um encarte na revista Universidade e Sociedade sobre a situação dos CEFETs, Escola de Aplicação e Escolas Técnicas vinculadas às IFES.

POLÍTICA SINDICAL

1 - O DNTE será uma instância constituído pelas entidades filiadas a CUT pertencentes ao ramo educação, qual seja: ANDES, FASUBRA, CNTE, CONTEE e SINASEFE.

2 - O objetivo desta instância será o de elaborar, com base nas proposições aprovadas nas instâncias de cada entidade, a política unitária da CUT para o ramo educação.

3 - As despesas decorrentes da manutenção da estrutura de funcionamento do DNTE será proporcional a contribuição das entidades à CUT.

4 - A participação das entidades que compõem o DNTE nas instâncias da Central será proporcional ao número de filiados de cada entidade.

5 - As políticas encaminhadas pelo DNTE serão aquelas que obtiverem consenso, respeitando-se a autonomia e a independência de cada entidade.

6 - Reafirmar a posição geral, já aprovada nas instâncias da ANDES-SN, de manutenção e fortalecimento do DNTE, entendendo-se, no entanto, que o processo em busca de uma alternativa para a organização dos trabalhadores na educação, a atuação da ANDES-SN será fundamentada pelos seguintes eixos:

a) o ramo de atividade da educação deve fazer parte da estrutura organizativa da CUT;

b) respeito aos princípios da concepção e estrutura sindical defendida pela ANDES-SN.

7 - Convocar uma Frente de centrais sindicais, outros movimentos sociais, entidades democráticas e partidos em torno da Pauta Democrática, em defesa da liberdade sindical, contra o pacote trabalhista-sindical de FHC. O eixo de atuação que o movimento sindical deve propor para essa Frente é a defesa dos direitos democráticos ameaçados pela contra-reforma de FHC e a luta pelo avanço no campo da liberdade sindical.

8 - Deve ser tarefa dessa Frente fazer uma campanha de sensibilização da população sobre as conseqüências do processo de desregulamentação, flexibilização e eliminação de direitos trabalhistas que está em curso, e uma luta decidida para reverter esse processo.

9 - O foco de atuação prioritária em ambos os casos deve ser a disputa na sociedade, não os meandros das comissões do Congresso ou espaços que o Executivo quiser abrir para fazer de conta que negocia. A única possibilidade de reverter a atual correlação de forças negativa é ganhar aliados na sociedade. As possibilidades de êxito no plano institucional (a revogação de medidas anti-sindicais e anti-trabalhistas, por exemplo) se jogam aí e não na maior ou menor habilidade em negociações em espaços que todos sabemos ser viciados.

10 - Reafirmando deliberações congressuais anteriores, a ANDES-SN deverá articular-se, no interior da CUT, com as forças que se mantêm defendendo um sindicalismo autônomo, classistas e combativo.

11 - Apoiar, no interior dos fóruns da CUT, as propostas que se opõem ao modelo de estrutura sindical centralizada e burocratizada, antes conhecido como “sindicalismo orgânico” e hoje apresentado, no debate interno da Central, como proposta de “sindicatos nacionais”.

12 - Denunciar e combater a PEC da Reforma Sindical e Trabalhista enviada ao Congresso Nacional pelo governo FHC, ampliando, no interior do movimento docente, a discussão sobre as propostas de reforma da legislação sindical e trabalhista do Governo FHC e construindo no interior da CUT, um calendário de mobilização para enfrentar as propostas de reforma da legislação sindical e trabalhista proposta pelo governo.

13 - Exigir do Estado brasileiro a ratificação e o cumprimento das resoluções das Convenções 87 da OIT que prescrevem a liberdade e autonomia sindical.

14 – Discutir nas bases o posicionamento da ANDES—SN sobre a Convenção 98 da OIT.

15 - Reafirmar a concepção, estrutura e práticas da organização sindical classista, horizontal, de base e democrático.

16 - Intensificar estratégias para Formação Sindical, no âmbito nacional, regional e local visando qualificar a intervenção política dos docentes.

17 - Fortalecer as iniciativas de construção da solidariedade internacional entre os trabalhadores e desenvolver formas de resistência e luta pela afirmação dos direitos e da democracia.

18 – Defender a realização de auditoria pública sobre a administração dos recursos do FAT sob controle dos trabalhadores.

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO CONSTITUÍDA PELO 37º CONAD

O 18º Congresso homologa o Relatório Final da Comissão constituída pelo 37º CONAD sobre as denúncias de adulteração do Relatório Final da Comissão Nacional de Avaliação prevista pela Lei 9.678 de 03 de julho de 1998. Aprova, ainda, retratação da Diretoria da ANDES-SN perante a categoria.

CRÍTICA À DIRETORIA DA ANDES-SN

O 18º Congresso critica a Diretoria da ANDES-SN pelo modo indevido de sua atuação na crise da UFRJ, em particular no episódio da audiência com o reitor-interventor em 10/12/98, desrespeitando as análises e considerações do movimento local de resistência, em especial a ADUFRJ-SSind.

PLENÁRIA DO TEMA III – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA III – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Às cinco horas do dia dois de março de um mil novecentos e noventa e nove, no Auditório Venezia do Hotel Ponta Mar, Fortaleza – Ceará, foi instalada a Mesa Coordenadora dos Trabalhos da Plenária do Tema III – Questões Organizativas e Financeiras do 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional, composta pelos professores: Márcio Florentino Pereira, Presidente; Otávia Rodrigues, Vice-Presidente, Celso de Almeida Silva, 1º Secretário; e Ciomara Maria Pérez Nunes, 2ª Secretária. Com 391 (trezentos e noventa e um) delegados inscritos no 18º Congresso, o presidente iniciou os trabalhos informando quais os Textos de Resoluções (TRs) que estariam em discussão: TR 12 – pág. 45 e 46; TR 13 – pág. 47; TR 14 – pág. 47; TR 15 – pág. 49; TR 16 – pág. 49; TR 33 – pág. 103; TR 34 – pág. 104; TR 35 – pág. 105; TR 36 – pág. 106; TR 37 – pág. 106; TR 40 – pág. 4 (Caderno anexo); TR 42 – pág. 21 (Caderno anexo); TR 4.19 – pág.; TR 44 – pág. 22 e 23 (Caderno anexo) e Integração e/ou Confirmação em Grupos de Trabalho – GTs.. O **TR - 12.2 – POLÍTICA DE FINANÇAS E CONTRIBUIÇÃO DOS FILIADOS**, ficou com a seguinte redação: - **O 18º Congresso define a necessidade de ser retomada a discussão de política nacional de finanças, tendo como referência o aprovado no 17º Congresso e as demandas apontadas pelo mesmo. Reunião dos Tesoureiros até 30 de maio. 1 - Discutir e elaborar propostas alternativas para resolver a situação das Seções Sindicais com arrecadação insuficiente e/ou com dificuldades no recebimento das contribuições dos filiados. 2 - O 18º Congresso prorroga para o 19º Congresso o prazo para implementação do repasse de 0,2% do salário base de cada sindicalizado para o Sindicato Nacional” - Que qualquer empréstimo ou doação das VPRs às ADs seja obrigatoriamente divulgado na Plenária de Instalação do CONAD ou Congresso imediatamente posterior ao referido empréstimo ou doação: - Que os acordos financeiros realizados entre a Diretoria e as Seções Sindicais em débito com o Caixa Nacional sejam necessariamente divulgados nas Plenárias de Instalação dos CONADs e Congresso da ANDES-SN, para discussão e deliberação. RECOMENDAÇÃO: 1 - Que o GT Verbas e GTPFS e os Tesoureiros das Seções Sindicais discutam e elaborem alternativas acerca da situação das Seções Sindicais com arrecadação insuficiente para participação no recebimento das contribuições dos filiados e/ou em débito com o Sindicato Nacional. 2 – Que o GT Verbas e Política e Formação Sindical e os Tesoureiros das Seções Sindicais discutam e apresentem propostas de mecanismos para a efetivação do desconto, para todas as Seções Sindicais, de 0,2% do salário base de cada filiado para o Sindicato Nacional, conforme deliberação do 17º Congresso. VOTAÇÃO: ampla maioria. TR-12.3 - Prestação de Contas do 37º CONAD – O 18º Congresso aprova a prestação de contas do 37º CONAD - Belo Horizonte, 20 a 23 de novembro de 1998, com a seguinte RECOMENDAÇÃO: Em toda situação em que estejam envolvidos recursos financeiros (prestação de contas por exemplo) sejam remetidas, com o máximo de antecedência possível, em relação ao evento que deliberará sobre o assunto, o conjunto de informação com seu detalhamento. Isto garantirá mais clareza para o processo de deliberação. Votação: ampla maioria. TR-13 - HOMOLOGAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL – Criação de Seções Sindicais: Em consonância com os dispositivos estatutários da ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 18º Congresso da ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação da criação das seguintes Seções Sindicais da ANDES-SN: SINDURCA – Seção Sindical dos docentes da Universidade Regional do Cariri; SINDUFAP – Seção Sindical dos Docentes da Fundação Universidade Federal do Amapá. SESDUNIANA – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Anápolis – Transformação em Seções Sindicais da ANDES-SN. Em consonância com os dispositivos estatutários da ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 18º Congresso da ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação da transformação das**

seguintes Seções Sindicais: - ADUFPI S. SIND – Associação de Docentes da Universidade Federal do Piauí; ADFUNREI-Seção Sindical – Seção Sindical dos Docentes da Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei – Alteração Regimental. Em consonância com os dispositivos estatutários da ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada (Atas das Assembléias Gerais de 17/09/97 e 26/01/99), o 18º Congresso da ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação das alterações verificadas no Regimento da ADUFMAT Seção Sindical. Votação: Referendadas por Unanimidade

TR-14 - Alterações Estatutárias 1 – Em consonância com o disposto no Art. 70 do Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL, fica prorrogado até o 19º Congresso o processo de transformação das Ads em Seções Sindicais. Parágrafo único. As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-SSINDs, deverão, até o 19º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI). Votação: 199 favoráveis e 1 abstenção. 2 – Em consonância com o disposto do no Art. 71 do Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL, fica prorrogada até o 19º Congresso a possibilidade de alteração dos seus Estatutos, desde que a alteração seja aprovada por mais de 50% dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do Artigo 21. Votação: 199 favoráveis e 1 abstenção. 3 - As Encarregaturas de que trata o § 3º do Art. 32 do Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL, bem como outras a serem porventura criadas, deverão ser regulamentados em regimento próprio a ser apreciado pelos sindicalizados em instâncias deliberativas próprias (Congressos). Votação: 199 favoráveis e 1 abstenção. Em função da nova redação do item 3 das modificações estatutárias a inclusão de alínea “f” foi considerada suprimida. Foi aprovada ainda a seguinte resolução: O 18º Congresso delibera enviar para discussão nas bases e apreciação no 19º Congresso (2000) apreciasse as seguintes propostas de alterações estatutárias: – **Quanto às eleições subsequentes ao 18º Congresso: Prazo de inscrição de chapas - Será permitido inscrever chapas para a eleição da Diretoria da ANDES-SN até uma semana após o encerramento do Congresso, isto é, os nomes aos cargos de Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro. - Os nomes para os demais cargos poderão ser apresentados até mais 03 (três) semanas após o prazo anterior. - A nominata final poderá ser apresentada até 02 (duas) semanas após o prazo anterior. Prazo de sindicalização - Será exigido um prazo de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de sindicalização para poder integrar a chapa.** Votação: ampla maioria. **TR-15 - O 18º Congresso da ANDES-SN delibera contra a filiação da ANDES-SN ao MOSAP ou quaisquer instituições afins, sem invalidar as possíveis articulações que se fizerem necessárias ao longo dos processos de luta.** TR-16 - LOCAL DO 38º E 19º CONGRESSO - O 18º Congresso indica os locais do 38º CONAD e 19º Congresso a serem realizados nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e em Juiz de Fora (MG), respectivamente. O 38º CONAD será organizado pela ADUFRJ-S.Sind, com apoio da ADUFF-S.Sind, ASDUERJ-S.Sind e ADUR-RJ-S.Sind, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). O 19º Congresso será organizado pela APES-JF-S.Sind., em Juiz de Fora (MG). Votação: ampla maioria com aplausos. Com relação a Sede do 39º CONAD, o Prof. Guilherme, delegado da ADURN, apresentou a candidatura da ADURN Ssind. para sediar o referido evento. O Prof. Cunha, ADUFPB-CG, ponderou que a sede do 39º CONAD ficasse para deliberação no 38º CONAD. Mesmo assim, a Prof. Cristina solicitou que constasse em ata, a disposição da ADURN em realizar o 39º CONAD. **RECOMENDAÇÕES - a) realizar levantamento, em todas as Seções Sindicais, que esclareça se está havendo incidência do desconto sobre a GED; como está sendo feito o desconto sobre os vencimentos dos aposentados; se os ganhos temporários ou incorporados sofrem desconto; b) –Discutir nas Seções Sindicais a pertinência política da incidência do desconto sobre a GED para posicionamento no próximo CONAD. Com relação ao TR-36 o mesmo foi aprovado apenas como RECOMENDAÇÃO: a) Recomenda-se o aumento dos períodos de discussão dos Grupos Mistos e Plenárias dos Congressos; b) A realização de Seminários deve se dar antes da Abertura do Congresso, também, sem prejuízo para a realização de Reuniões produtivas dos Setores ou de GTs.** Votação: ampla maioria. **TR – 40 – O 18º Congresso prorroga a vigência do Fundo de Solidariedade, até o 19º Congresso, com os mesmos critérios de utilização e forma de pagamento em vigor. Quanto às normas de aplicação dos recursos, prevalecem as deliberações dos Congressos Anteriores.** Votação: ampla maioria. A Plenária aprovou ainda as seguintes **RECOMENDAÇÕES: 1 - Retomar a discussão sobre a política de comunicação tendo como referencial o projeto de comunicação da ANDES-SN aprovado no 16º Congresso (João Pessoa – PB). 2 - Estabelecer como calendário de ação política para a ANDES-SN, quatro reuniões de**

setor entre os CONADs, precedida de rodada de Ags, GTs, sem a interferência de seminários com exceção dos que sejam propostos ou organizados pelos GTs com calendário já estabelecido. 3 - Fortalecer e dinamizar os GTs da ANDES-SN convocando-os sistematicamente com pauta definida. 4 - Reativar o Comando Nacional de Mobilização; 5 - Atuar para que as Ads quitem seus débitos junto à CUT e ao Sindicato Nacional. Votação: ampla maioria. Foi aprovado ainda a extinção das Assessorias Parlamentar e de Política Sindical da ANDES. Votação: ampla maioria. **TR-15** A Prof^a Vilma Lúcia de Moraes Couto Albizzati prestou esclarecimento de que não há e não houve participação da ANDES-SN na direção do MOSAP, atuando apenas em ações políticas conjuntas. Com relação a organização do próximo CONAD foi apresentado uma **RECOMENDAÇÃO à Diretoria da ANDES-SN, que não deverá constar no relatório de deliberações do 18º Congresso: Que o próximo CONAD tenha a duração de quatro dias da seguinte maneira: Plenária de Abertura – tarde do 1º dia; Plenária de Instalação – tarde do 1º dia; Plenária de Conjuntura – noite do 1º dia; Grupos Mistos Tema I – manhã do 2º dia; Grupos Mistos Tema II – tarde e noite do 2º dia; Grupos Mistos Tema III – manhã do 3º dia; Plenária do Tema I – tarde do 3º dia; Plenárias do Tema II – noite do 3º dia e manhã do 4º dia; Plenária do Tema III – tarde do 4º dia; Plenária Final – noite do 4º dia.** Foram aprovados ainda as seguintes **RECOMENDAÇÕES: 1 – O 18º Congresso da ANDES-SN recomenda que a Diretoria da ANDES-SN, nos próximos eventos deliberativos (Congressos e CONADs), elabore os Cadernos de Textos ordenando-se todas as contribuições das Ads dentro de cada tema específico e ainda que, encaminhe os textos para discussão em grupo sugerindo-se a ordem de discussão; 2 – Associar-se a luta, respondendo a Convocação da Segunda Sessão do Tribunal Internacional, contra o Trabalho Infantil, que ocorrerá em São Paulo em 21, 22 e 23 de maio de 1999, conforme apelo lançado pelo eminente jurista Hélio Bicudo. 3 - Encaminhar abaixo assinado pela apuração dos assassinatos dos companheiros Jurandir dos Santos e Roberto Duarte de Oliveira e punição dos assassinos. Votação: ampla maioria.** O Presidente fez a leitura das solicitações de integração e/ou confirmações de Seções Sindicais em **Grupos de Trabalho: ADUFS Seção Sindical:** GTPE - Silvânia do Nascimento, Roselaine Kuhn, Maria Inez Araújo, Maria Cristina Martins, Marly Maria Santos Pinto, Rosemeri Santos de Melo e Solange Lacks. **APESJF Seção Sindical –** GTPE: Daniela Motta de Oliveira e André Silva Martins; GTPFS - Ana Lúvia Coimbra, Rômulo Garcia de Andrade e Márcio Antônio de Oliveira. GT-Carreira - Daniela Motta de Oliveira; GT-Verbas - Márcio Antônio de Oliveira; GTCA - Eduardo Leão; GTSS - Álvaro Quelhas, Eunice Maria G. Morando e Oscavo Homem de Campos. **ADUFU Seção Sindical:** GTHMD - Paulo Robero Almeida e Paulo Barros Machado; GT-Verbas - Solange Bretas; GTPE - Sarita Medina da Silva e Dinah Vasconcellos Terra; GTPFS - Fátima Conceição Ferreira e Hudson Rodrigues Lima; GT-Carreira - Edson Lúcio Kozan e Solange Bretas. GTSS - Edilamar Rezende, Tiong Hiap Ong; Sidineu Ruocco Júnior. **ADUFF Seção Sindical:** GT PE – Gelta Terezinha Ramos Xavier e Maria Lúcia Cunha Lopes de Oliveira; GTPFS - Wilma Lúcia Rodrigues Pêsoa e Marcelo Badaró de Mattos; GTSS - Heloísa Gouvêa e Marina Barbosa Pinto; GTC&T - Vera Regina da Silva Massena e Luiz Carlos Soares; GT Carreira - Sônia Monnerat Barbosa e Margarida Carvalho de Santana; GT PA - Jacob Binsztok e Antônio Joaquim Gonçalves Veloso; GT Verbas - Paulo Antônio C. de Almeida e Regina Célia Paula Leal Toledo; GT HMD - Marcos Waldemar de Freitas Reis e Cristina Pinheiro Mendonça; GTCA – Cláudia March Frota de Souza e Juarez Torres Duayer. **ADUEPB Seção Sindical:** GT C&T – Antônio Guedes Rangel Júnior. **APUB Seção Sindical:** GTPE – Edvaldo Souza Couto, Márcia de Matos pontes, Mirtânia Antunes Leão, Uilma Rodrigues de Matos Amazonas; GTPS: Elizabeth Aparecida Bittencourt e Pedro Rodolpho Jungers Habib; GTC&T: Antônio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas e Caiuby Alves da Costa; GTCA – Antônio Albino Canelas Rubim, Jonicael Cedraz de Oliveira e Suzana Maria Coelho Martins; GTSS – Fernando Bunchaft, Maristela Said e Solon Santana Fontes; GT-Carreira – Dirceu Martins e Lúcia Maria Dias Santos Machado; GT-Verbas: Cléia Maria Marques Bittencourt. Nada mais havendo a tratar, às oito horas e dez minutos o Presidente deu por encerrados os trabalhos e eu Ciomara Maria Pérez Nunes, 2ª Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pelo Presidente.

Ciomara Maria Pérez Nunes
2ª Secretária

Márcio Florentino Pereira
Presidente

RELATÓRIO DO TEMA III – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

I – POLÍTICA DE FINANÇAS E CONTRIBUIÇÃO DOS FILIADOS

O 18º Congresso define a necessidade de ser retomada a discussão de política nacional de finanças, tendo como referência o aprovado no 17º Congresso e as demandas apontadas pelo mesmo. Reunião dos Tesoureiros até 30 de maio.

1 - Discutir e elaborar propostas alternativas para resolver a situação das Seções Sindicais com arrecadação insuficiente e/ou com dificuldades no recebimento das contribuições dos filiados.

2 - O 18º Congresso prorroga para o 19º Congresso o prazo para implementação do repasse de 0,2% do salário base de cada sindicalizado para o Sindicato Nacional.

3 - Que qualquer empréstimo ou doação das VPRs às Seções Sindicais seja obrigatoriamente divulgado na Plenária de Instalação do CONAD ou Congresso imediatamente posterior ao referido empréstimo ou doação.

4 - Que os acordos financeiros realizados entre a Diretoria e as Seções Sindicais em débito com o Caixa Nacional sejam necessariamente divulgados nas Plenárias de Instalação dos CONADs e Congresso da ANDES-SN, para discussão e deliberação.

RECOMENDAÇÃO

1 - Que o GT Verbas e GTPFS e os Tesoureiros das Seções Sindicais discutam e elaborem alternativas acerca da situação das Seções Sindicais com arrecadação insuficiente para participação no recebimento das contribuições dos filiados e/ou em débito com o Sindicato Nacional.

2 - Que o GT Verbas e Política e Formação Sindical e os Tesoureiros das Seções Sindicais discutam e apresentem propostas de mecanismos para a efetivação do desconto, para todas as Seções Sindicais, de 0,2% do salário base de cada filiado para o Sindicato Nacional, conforme deliberação do 17º Congresso.

II – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 37º CONAD

O 18º Congresso aprova a prestação de contas do 37º CONAD (Belo Horizonte, 20 a 23 de novembro de 1998)

DESPESAS EFETUADAS

ITENS	Previsão	ANDES-SN	SINDCEFET-MG
1 – Pessoal			
1.1 – Passagens	714,00	492,47	
1.2 – Hospedagem	578,00	606,90	
1.3 – Diárias	935,00	935,00	
1.4 - Horas-extras	3.000,00	3.197,23	
Sub-total	5.227,00	5.231,60	
2 – Apoio	660,00		660,00

<i>Sub-total</i>	<i>660,00</i>		<i>660,00</i>
<i>3 - Telefone</i>	<i>2.500,00</i>		<i>1.229,76</i>
<i>Sub-total</i>	<i>2.500,00</i>		<i>1.229,76</i>
<i>4 - Material Secretaria</i>			
<i>4.1 - Correio</i>	<i>1.690,00</i>	<i>1.690,00</i>	
<i>4.2 - Papelaria</i>	<i>593,00</i>		<i>293,00</i>
<i>Sub-total</i>	<i>2.283,00</i>	<i>1.690,00</i>	<i>293,00</i>
<i>5 - Xerox</i>	<i>2.035,05</i>		<i>1.160,30</i>
<i>Sub-total</i>	<i>2.035,05</i>		<i>1.160,30</i>
<i>6 - Imprensa e Divulgação</i>			
<i>6.1 - Caderno Texto</i>	<i>2.580,00</i>	<i>2.580,00</i>	
<i>6.2 - Cartaz</i>	<i>1.465,00</i>		<i>1.465,00</i>
<i>6.3 - Faixas</i>	<i>88,00</i>		<i>88,00</i>
<i>6.4 - Convite</i>	<i>238,00</i>		<i>238,00</i>
<i>6.5 - Assessoria de Imprensa local</i>	<i>1.900,00</i>		<i>1.900,00</i>
<i>Sub-total</i>	<i>4.371,00</i>	<i>2.580,00</i>	<i>3.691,00</i>
<i>7 - Infra-Estrutura</i>			
<i>7.1 - Aluguel computadores</i>	<i>936,10</i>		<i>936,00</i>
<i>7.3 - Material consumo</i>	<i>30,16</i>		<i>30,16</i>
<i>7.4 - Coffe Break</i>	<i>2.500,00</i>		<i>5.266,80</i>
<i>7.5 - Floricultura</i>	<i>285,00</i>		<i>285,00</i>
<i>7.6 - Aluguel Salas</i>	<i>920,00</i>		<i>800,00</i>
<i>Sub-total</i>	<i>4.671,26</i>		<i>7.317,96</i>
<i>8 - Pastas, camisetas, crachas</i>			
<i>8.1 - Pastas</i>	<i>2.020,00</i>		<i>2.020,00</i>
<i>8.2 - Camisetas</i>	<i>1.185,00</i>		<i>1.185,00</i>
<i>8.3 - Crachas</i>	<i>183,00</i>		<i>213,00</i>
<i>Sub-total</i>	<i>3.388,00</i>		<i>3.418,00</i>
<i>9 - Filmagem</i>	<i>500,00</i>		<i>500,00</i>
<i>Sub-total</i>	<i>500,00</i>		<i>500,00</i>
<i>10 - Transporte</i>	<i>450,00</i>		<i>400,00</i>
<i>Sub-total</i>	<i>450,00</i>		<i>400,00</i>
<i>Total</i>	<i>26.085,31</i>	<i>9.501,60</i>	<i>18.670,02</i>
		<i>TOTAL</i>	<i>28.171,62</i>

RECOMENDAÇÃO

Em toda situação em que estejam envolvidos recursos financeiros (prestação de contas por exemplo) sejam remetidas, com o máximo de antecedência possível, em relação ao evento que deliberará sobre o assunto, o conjunto de informação com seu detalhamento. Isto garantirá mais clareza para o processo de deliberação.

III - HOMOLOGAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

- Criação de Seções Sindicais

Em consonância com os dispositivos estatutários da ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 18º Congresso da ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação da criação das seguintes Seções Sindicais da ANDES-SN:

SINDURCA – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Regional do Cariri

SINDUFAP – Seção Sindical dos Docentes da Fundação Universidade Federal do Amapá

SESDUNIANA – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Anápolis

- Transformação em Seções Sindicais da ANDES-SN

Em consonância com os dispositivos estatutários da ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 18º Congresso da ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação da transformação das seguintes Seções Sindicais:

- **ADUFPI S. SIND** – Associação de Docentes da Universidade Federal do Piauí

- **ADFUNREI-Seção Sindical** – Seção Sindical dos Docentes da Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei

- Alteração Regimental

Em consonância com os dispositivos estatutários da ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada (Atas das Assembléias Gerais de 17/09/97 e 26/01/99), o 18º Congresso da ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação das alterações verificadas no Regimento da ADUFMAT Seção Sindical

IV – ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

1 – Em consonância com o disposto no **Art. 70** da Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL, fica prorrogado até o 19º Congresso o processo de transformação das Ads em Seções Sindicais.

Parágrafo único. As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-SSINDs, deverão, até o 19º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

2 – Em consonância com o disposto do no **Art. 71** da Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL, fica prorrogada até o 19º Congresso a possibilidade de alteração dos seus Estatutos, desde que a alteração seja aprovada por mais de 50% dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do Artigo 21.

3 - As Encarregaturas de que trata o § 3º do Art. 32 do Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL, bem como outras a serem porventura criadas, deverão ser regulamentados em regimento próprio a ser apreciado pelos sindicalizados em instâncias deliberativas próprias (Congressos).

4 - O 18º Congresso delibera enviar para discussão nas bases e apreciação no 19º Congresso (2000) apreciasses as seguintes propostas de alterações estatutárias:

– Quanto às eleições subsequentes ao 18º Congresso:

Prazo de inscrição de chapas

- Será permitido inscrever chapas para a eleição da Diretoria da ANDES-SN até uma semana após o encerramento do Congresso, isto é, os nomes aos cargos de Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro.

- Os nomes para os demais cargos poderão ser apresentados até mais 03 (três) semanas após o prazo anterior.

- A nominata final poderá ser apresentada até 02 (duas) semanas após o prazo anterior.

Prazo de sindicalização

Será exigido um prazo de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de sindicalização para poder integrar a chapa.

V - LOCAL DO 38º E 19º CONGRESSO

O 18º Congresso indica os locais do 38º CONAD e 19º Congresso a serem realizados nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e em Juiz de Fora (MG), respectivamente.

O 38º CONAD será organizado pela ADUFRJ-S.Sind, com apoio da ADUFF-S.Sind, ASDUERJ e ADUR-RJ-S.Sind, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). O 19º Congresso será organizado pela APES-JF-S.Sind., em Juiz de Fora (MG).

VI – FUNDO DE SOLIDARIDADE

O 18º Congresso prorroga a vigência do Fundo de Solidariedade, até o 19º Congresso, com os mesmos critérios de utilização e forma de pagamento em vigor

Recomendação:

Que o Texto de Resolução nº 40, apresentado na sua forma original, seja encaminhado para discussão nas bases e nos GTs.

VII – INDICAÇÕES E CONFIRMAÇÕES EM GRUPOS DE TRABALHOS – GTs

1 - ADUFS Seção Sindical:

GTPE - Silvânia do Nascimento, Roselaine Kuhn, Maria Inez Araújo, Maria Cristina Martins, Marly Maria Santos Pinto, Rosemeri Santos de Melo e Solange Lacks.

2 - APESJF Seção Sindical

- GTPE - Daniela Motta de Oliveira e André Silva Martins;
- GTPFS - Ana Livia Coimbra, Rômulo Garcia de Andrade e Márcio Antônio de Oliveira.
- GT-Carreira - Daniela Motta de Oliveira.
- GT-Verbas - Márcio Antônio de Oliveira.
- GTCA - Eduardo Leão.
- GTSS - Álvaro Quelhas, Eunice Maria G. Morando e Oscavo Homem de Campos.

3 - ADUFU Seção Sindical:

- GTHMD - Paulo Robero Almeida e Paulo Barros Machado;
- GT-Verbas - Solange Bretas;
- GTPE - Sarita Medina da Silva e Dinah Vasconcellos Terra;
- GTPFS - Fátima Conceição Ferreira e Hudson Rodrigues Lima;
- GT-Carreira - Edson Lúcio Kozan e Solange Bretas.
- GTSS - Edilamar Rezende, Tiong Hiap Ong; Sidineu Ruocco Júnior.

4 - ADUFF Seção Sindical:

- GTPE – Gelta Terezinha Ramos Xavier e Maria Lúcia Cunha Lopes de Oliveira;
- GTPFS - Wilma Lúcia Rodrigues Pêsoa e Marcelo Badaró de Mattos;
- GTSS - Heloísa Gouvêa e Marina Barbosa Pinto;
- GTC&T - Vera Regina da Silva Massena e Luiz Carlos Soares;
- GT Carreira - Sônia Monnerat Barbosa e Margarida Carvalho de Santana;
- GT PA - Jacob Binsztok e Antônio Joaquim Gonçalves Veloso;
- GT Verbas - Paulo Antônio C. de Almeida e Regina Célia Paula Leal Toledo;
- GT HMD - Marcos Waldemar de Freitas Reis e Cristina Pinheiro Mendonça;
- GTCA – Cláudia March Frota de Souza e Juarez Torres Duayer.

5 - ADUEPB Seção Sindical:

- GT C&T – Antônio Guedes Rangel Júnior.

6 - APUB Seção Sindical:

- GTPE – Edvaldo Souza Couto, Márcia de Matos pontes, Mirtânia Antunes Leão, Uilma Rodrigues de Matos Amazonas;
- GTPS: Elizabeth Aparecida Bittencourt e Pedro Rodolpho Jungers Habib;
- GTC&T: Antônio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas e Caiuby Alves da Costa;
- GTCA – Antônio Albino Canelas Rubim, Jonicael Cedraz de Oliveira e Suzana Maria Coelho Martins;
- GTSS – Fernando Bunchaft, Maristela Said e Solon Santana Fontes;
- GT-Carreira – Dirceu Martins e Lúcia Maria Dias Santos Machado;
- GT-Verbas: Cléia Maria Marques Bittencourt.

VIII – RECOMENDAÇÕES GERAIS

1 - Realizar levantamento, em todas as Seções Sindicais, que esclareça se está havendo incidência do desconto sobre a GED; como está sendo feito o desconto sobre os vencimentos dos aposentados; se os ganhos temporários ou incorporados sofrem desconto.

2 - Discutir nas Seções Sindicais a pertinência política da incidência do desconto sobre a GED para posicionamento no próximo CONAD.

3 – Que período de discussão dos Grupos Mistos e Plenárias dos Congressos seja aumentado.

4 – Que a realização de Seminários deve se dar antes da Abertura do Congresso, também, sem prejuízo para a realização de Reuniões produtivas dos Setores ou de GTs.

5 - Retomar a discussão sobre a política de comunicação tendo como referencial o projeto de comunicação da ANDES-SN aprovado no 16^o Congresso (João Pessoa – PB).

6 – O 18^o Congresso da ANDES-SN recomenda que a Diretoria da ANDES-SN, nos próximos eventos deliberativos (Congressos e CONADs), elabore os Cadernos de Textos ordenando-se todas as contribuições das Seções Sindicais dentro de cada tema específico e ainda que, encaminhe os textos para discussão em grupo sugerindo-se a ordem de discussão.

7 – Associar-se a luta, respondendo a Convocação da Segunda Sessão do Tribunal Internacional, contra o Trabalho Infantil, que ocorrerá em São Paulo em 21, 22 e 23 de maio de 1999, conforme apelo lançado pelo eminente jurista Hélio Bicudo.

8 - Encaminhar abaixo assinado pela apuração dos assassinatos dos companheiros Jurandir dos Santos e Roberto Duarte de Oliveira e punição dos assassinos.

9 - Estabelecer como calendário de Ação política para a ANDES-SN, quatro reuniões de setor entre os CONADs, precedida de rodada de Ags, GTs, sem a interferência de seminários com exceção dos que sejam propostos ou organizados pelos GTs com calendário já estabelecido.

10 - Fortalecer e dinamizar os GTs da ANDES-SN convocando-os sistematicamente com pauta definida.

11 - Reativar o Comando Nacional de Mobilização, reforçando junto às Seções a importância do repasse das suas contribuições ao CNM.

12 - Atuar para que as Seções Sindicais quitem seus débitos junto à CUT e ao Sindicato Nacional.

PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

Às oito horas do dia 2 de março de um mil novecentos e noventa e oito, no Auditório Venezia do Hotel Ponta Mar foi instalada a Plenária de Encerramento do 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional. A mesa foi composta pelos Professores Dalton Melo Macambira, 1º Vice-Presidente da ANDES-SN, no exercício da Presidência; Profª Ciomara Maria Pérez Nunes, 1ª Secretária, no exercício da Secretaria Geral; Prof. Mário Ângelo de Meneses Souza, 2º Vice-Presidente Regional NE I; e a Profª Lena Lúcia Espíndola Rodrigues de Figueiredo, Presidente da ADUFC Seção Sindical. Iniciando os trabalhos o Presidente passou a palavra à Profª Ciomara para que fizesse a leitura das Moções, Saudação e Homenagem: A **Moção de Repúdio** ao governo de Santa Catarina já havia sido aprovada na Plenária Inicial, no entanto foi solicitado que a mesma fosse anexada à presente Ata. **Moção de apoio/repúdio** sobre a Moratória no Estado de Minas foi rejeitada por ampla maioria; **Solidariedade** aos governadores Itamar Franco e Olívio Dutra, foi rejeitada. **As moções** a seguir discriminadas foram todas aprovadas por ampla maioria, a saber: **Repúdio** à Resolução nº 31/99 do Conselho Universitário da UDESC; **Apoio** à readmissão do Prof. Francisco de Alencar pela Universidade Federal do Ceará; **Repúdio** aos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo representados por Roseana Sarney e Manoel Ribeiro, por implementarem no Estado do Maranhão, o Projeto Político do governo FHC e do FMI, de desmonte do serviço público; **Repúdio** ao Reitor da UFC pela forma como conduziu o processo de adequação do Estatuto da UFC; **Repúdio** à indicação de Luiz Carlos Mendonça de Barros para a Presidência da Petrobrás; Repúdio a atitude da Administração Superior da Universidade do Amazonas no processo de alteração do seu Estatuto. Também foi feita a leitura de uma **Saudação** à educadora Marise Paiva, Assessoria da Escola Nordeste de Formação Sindical da CUT, falecida recentemente e de uma **Homenagem** póstuma ao professor Horácio Macedo. A Profª Ciomara registrou também o recebimento de congratulações enviada pela ANBB e de alguns Manifestos de Seções Sindicais, anexos à presente Ata. O prof. Dalton passou a palavra à Profª Lena que fez um balanço do Congresso e da importância deste para a construção do Sindicato. Agradeceu a todos que contribuíram para a realização do evento e convidou os participantes do Congresso para a luta em defesa da Universidade. O professor Dalton fez a leitura da Carta de Fortaleza onde é feito um balanço do 18º Congresso e o chamamento para o engajamento de todo num amplo movimento para dar fim às políticas de destruição da Universidade. Ao final, agradeceu a presença de todos e às oito hora e trinta minutos declarou encerrado o 18º Congresso da ANDES-SN. Eu, Ciomara Maria Pérez Nunes, 1ª Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pelo Presidente.

Ciomara Maria Pérez Nunes
1ª Secretária
no exercício da Secretaria Geral

Dalton Melo Macambira
1º Vice-Presidente
no exercício da Presidência

ANEXOS A ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

- 1 – CARTA DE FORTALEZA**
- 2 – MOÇÕES, SAUDAÇÃO E HOMENAGEM**
- 3 – MANIFESTOS**
 - 3.1 – APUBH Seção Sindical**
 - 3.2 – APUFSC Seção Sindical**
 - 3.3 – ADUEPB Seção Sindical**
 - 3.4 – APUB/ADUNEB Seção Sindical**
 - 3.5 – ADUFERPE Seção Sindical**

ANEXO I

CARTA DE FORTALEZA

O 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional, realizado na cidade de Fortaleza, foi o maior dentre todos os realizados até hoje. O grande afluxo de professores de todo o país à capital do Ceará reflete a preocupação existente no corpo docente com a grave crise por que passam a sociedade e a universidade brasileira.

Depois de quatro anos aplicando a cartilha neoliberal – abertura comercial e financeira, desmonte do Estado, desregulamentação do mercado de trabalho e desnacionalização da economia –, o governo de Fernando Henrique Cardoso lançou o país na maior crise econômica e social de sua história. As condições gerais do país, hoje, são muito piores do que aquelas de quatro anos atrás. O desemprego, a concentração de renda e a exclusão social cresceram vertiginosamente.

O crescente endividamento externo e interno deixou o país totalmente vulnerável à sanha especuladora do capital internacional. Para não prejudicar seu projeto eleitoral, FHC permitiu que houvesse uma grande fuga de divisas, deixando o país sem as condições mínimas para executar uma política econômica própria. Sem respaldo interno e externo, entregou o país à administração direta do FMI. Sem apresentar resistência, dobrou-se às imposições que lhe foram feitas pelo centro do capitalismo internacional, negociando acordos danosos aos interesses nacionais.

Os pilares que davam sustentação, apoio popular e legitimidade social a FHC, em seu primeiro mandato, foram a moeda forte e a inflação baixa. Um pilar já ruiu, o outro está ruindo.

Com a desvalorização do Real e a volta da inflação, as diferenças sociais aumentarão ainda mais. Sem ter a dignidade de reconhecer seus fracassos, FHC quer que o conjunto da sociedade pague pelos seus erros. O governo já pensa em não reajustar plenamente o salário mínimo em maio, assim como pretende manter congelado o salário dos servidores públicos pelo quinto ano consecutivo. A luta contra o arrocho salarial e o desemprego é, portanto, comum a todos aqueles que dependem do trabalho para dar uma vida digna a suas famílias.

Um elemento central da atual conjuntura é o ataque à Universidade. O governo procura desmontar a Universidade, cortando recursos e não repondo as vagas de docentes. Além disso, ataca a Autonomia Universitária. A PEC 370 aparece como um golpe de morte na Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade. Lutamos contra essa Emenda Constitucional, por ela representar a destruição do sistema federal de ensino superior e ser totalmente contrária à concepção de Universidade que sempre foi defendida pelo Movimento Docente. Paralelamente, o governo tem criado toda uma legislação que afronta a Autonomia Universitária. O principal exemplo é a lei que trata da eleição dos dirigentes universitários. Precisamos fazer valer o conceito de auto-aplicabilidade consagrado no artigo 207 da Constituição Federal.

Para o ano em curso, impõe-se a luta por políticas educacionais e de Ciência e Tecnologia que contemplem a recomposição de seu orçamento de acordo com prioridades, democrática e participativamente estabelecidas pela sociedade. Queremos uma política de C&T autônoma, que promova a emancipação da maioria da população brasileira na perspectiva do trabalhador e da justiça social, visando a plena satisfação das necessidades básicas e o melhor aproveitamento de nossas riquezas naturais e do nosso mercado interno.

O Congresso da ANDES, frente a essa grave conjuntura, aponta para o Movimento Docente a necessidade de reagir energicamente contra a continuidade da política de FHC. Precisamos construir uma Greve Geral, que catalise o crescente descontentamento popular com o quadro que se desenha. Na Greve Geral, vai se dar a unidade dos setores progressistas contra o projeto neoliberal. Essa unidade, construída na luta, será fundamental para que construamos um programa de transformações sociais e econômicas no campo democrático e popular, suficiente para atender às necessidades básicas da maioria da população brasileira.

Para tanto, é fundamental a consolidação de nosso arco de alianças.

A luta que se apresenta é das mais agudas. Necessitamos reunir todas as forças progressistas para derrotar o projeto de FHC e do FMI. Temos que dizer não ao pacto social, que só serve para socializar os prejuízos e os custos de uma política subserviente promotora de ajustes fiscais sucessivos para pagar altas taxas de juros.

Por tudo isto, a ANDES conclama os professores e a sociedade a se engajarem em um amplo movimento para dar um fim a estas políticas de destruição da universidade e da sociedade e que só aumentam a ignorância, a fome e a miséria.

As resoluções aprovadas neste 18º Congresso representam o amadurecimento da nossa elaboração teórica. E a unidade construída na *práxis* será a gestora de uma universidade pública, gratuita, democrática, de qualidade e de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Basta das políticas neoliberais do governo FHC! Fora o FMI!

Fortaleza, 2 de março de 1999

ANEXO 2

MOÇÕES, SAUDAÇÃO E HOMENAGEM

1 - MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO DE SANTA CATARINA E À DIREÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE FLORIANÓPOLIS.

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao 18º Congresso da ANDES Sindicato Nacional, realizado em Fortaleza, no período de 25/02 a 02/03/99, repudiam a truculência da Política Militar sob o comando do Governador Esperidião Amim e a direção da Câmara de Vereadores sob a direção do Vereador Paulo Ávila.

JUSTIFICATIVA:

- A votação do projeto de renovação das concessões do transporte coletivo concedendo 20 anos de contrato sem o devido processo licitatório levou a população a se manifestar contrária à sua aprovação nas dependências da Câmara de Vereadores.
- Chamada a PM instalou-se um tumulto com forte pancadaria quando os vereadores da oposição Lázaro Daniel, Mauro Passos e Márcio de Souza do PT e Lia Carmem Kleine PC do B nossa colega e delegada a este Congresso tentaram impedir as filmagens da sessão por parte da PM. Os populares foram agredidos e os parlamentares foram à força impedidos de transitar pelas dependências da Câmara.
- A manifestação prosseguiu no dia seguinte quando a população foi impedida de entrar na Câmara usando-se para tal forte aparato policial. Novamente a população e os já referidos vereadores foram agredidos com violência resultando o episódio em graves ferimentos em 10 pessoas entre elas dirigentes sindicais, estudantes e parlamentares.
- Somente pessoas acostumadas do autoritarismo e que deram sustentação a didatura militar, aos terríveis anos da repressão poderiam tomar tais atitudes. Ainda respiram ares que nós professores(as) junto com o povo brasileiro ajudamos a derrotar nas ruas.
- Para que tais atos nunca mais venham a nos atormentar e que possamos livremente nos manifestar, repudiamos veementemente o episódio e prestamos total solidariedade a nossa colega vereadora Lia Kleine, aos vereadores da oposição, aos manifestantes e ao povo de Florianópolis.

2 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao 18º Congresso da ANDES Sindicato Nacional, realizado em Fortaleza, no período de 25/02 a 02/03/99, manifestam sua veemente contrariedade e indignação com a Resolução 31/99 do Conselho Universitário, aprovada em 18 de fevereiro passado. Tal resolução estabelece um conjunto de medidas que tem a finalidade de conter os gastos financeiros da UDESC sob a forma de um pacote, sem que houvesse tempo para que a comunidade universitária se posicionasse, portanto, constituindo uma grave ameaça aos princípios fundamentais da universidade, foi suspensa toda a alocação de recursos destinados a pesquisa e extensão, bem como seus respectivos programas de bolsas. Para os professores estas medidas, dentre outras conseqüências, implicaram numa sobrecarga nas atividades de ensino, pois para manter o adicional de produtividade devem ministrar no mínimo 15h/a em sala para o regime de 40 horas. Esta medida é agravada pelo corte de no mínimo 50% da carga horária dos

professores colaboradores. A delegação da ADFAED-SSIND requer da Plenária do 18º Congresso da ANDES-SN o repúdio desta resolução que fere os princípios da Universidade Pública e de Qualidade e solicita sua revisão.

Encaminha para:
Prof. Raimundo Zumblick
Presidente do Conselho Universitário – UDESC
Florianópolis–Santa Catarina

3 - MOÇÃO DE APOIO

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao 18º Congresso da ANDES Sindicato Nacional, realizado em Fortaleza, no período de 25/02 a 02/03/99, ao tomarem conhecimento dos seguintes fatos:

- O Sr. Francisco Alencar, admitido na Universidade Federal do Ceará, em 02 de janeiro de 1965 – através de contrato firmado com essa Universidade, o qual foi assinado pelo contratado e o então Reitor Antônio Martins Filho, pela contratante. Naquela época, o professor Francisco Alencar teve a sua cidadania ameaçada pelo Regime de Governo Imposto e, como consequência, foi envolvido em Inquéritos e preso;
- O seu afastamento de suas atividades na UFC se impôs pelas turbulências políticas e de direitos da época. Passou por diversas situações que não foram compreendidas administrativamente, tendo a sua readmissão negada;

recebem a denúncia desta negação, através do Prof. José Ferreira de Alencar irmão do requerente, e declaram seu apoio à readmissão do Prof. Francisco de Alencar na Universidade Federal do Ceará para que assim possa ser reparado seu direito legalmente comprovado.

4 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao 18º Congresso da ANDES Sindicato Nacional, realizado em Fortaleza, no período de 25/02 a 02/03/99, considerando:

- o papel desempenhado pelo senhor Mendonça de Barros no processo de privatização de empresas estatais promovido pelo governo federal ao longo dos últimos anos;
- suas conhecidas opiniões a respeito do papel do Estado e as circunstâncias que levaram ao seu afastamento do Ministério das Comunicações, tudo indica que sua indicação para a presidência da Petrobrás visa preparar a empresa para sua privatização.
- a eventual privatização da Petrobrás significaria a renúncia do governo ao controle de um elemento estratégico para o desenvolvimento nacional. Significa, portanto, uma gravíssima ameaça à soberania nacional, concebida única e exclusivamente como forma de transferir parcelas do patrimônio nacional a setores privados internacionais sem qualquer compromisso com os interesses da maioria da população brasileira com o objetivo de obter recursos destinados para o pagamento da dívida pública irresponsavelmente contraída junto ao capital especulativo internacional.
- e, a fim de evitar que o País seja vítima de mais esse atentado defendemos a manutenção do caráter estatal da Petrobrás e que sua gestão seja exclusividade de cidadãos brasileiros comprometidos com a defesa da soberania nacional.

Repudiamos, portanto, a indicação do senhor Mendonça de Barros ou de qualquer outra pessoa identificada com as propostas de privatização,

repudiam a indicação de Luiz Carlos Mendonça de Barros para a presidência da Petrobrás.

Enviar para:
Presidente da República
Conselho de Administração da Petrobrás

5 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao 18º Congresso da ANDES Sindicato Nacional, realizado em Fortaleza, no período de 25/02 a 02/03/99, repudiam a forma como o Reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), prof. Roberto Cláudio Frota Bezerra, conduziu o processo de adequação do Estatuto desta Universidade à LDB, por ferir o princípio de democratização interna e a recomendação de não recondução de dirigentes universitários, ambos já consagrados pelo Movimento docente (MD).

Silenciosamente elaborada, a proposta de Estatuto preparada pela Administração Superior da UFC não contou com a participação da comunidade universitária. E, como ponto culminante do processo, o Estatuto aprovado entre 23 e 28 de dezembro de 1998, permite a recondução dos atuais dirigentes da UFC.

Considerando, pois, a perspectiva de luta do MD no que toca à política interna das Universidades Públicas é que denunciamos esta forma autoritária de atuar, que impede que questões prioritárias sejam democraticamente discutidas.

6 – MOÇÃO DE REPÚDIO

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao 18º Congresso da ANDES Sindicato Nacional, realizado em Fortaleza, no período de 25/02 a 02/03/99, repudiam a atitude da Administração Superior da Universidade do Amazonas, que alterou pontos importantes do Estatuto já aprovado por representantes da comunidade universitária, mesmo depois de ter imposto um processo acelerado para a sua aprovação, sob o argumento de que estava cumprindo prazos inadiáveis do Conselho Nacional de Educação.

Nesta oportunidade, exigimos a imediata correção, respeitando-se aquilo que foi discutido e votado pelos estatuintes universitários.

Enviar para:

7 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao 18º Congresso da ANDES Sindicato Nacional, realizado em Fortaleza, no período de 25/02 a 02/03/99, manifestam repúdio aos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo representados por Roseana Sarney e Manoel Ribeiro respectivamente, por implementarem no Estado do Maranhão, o Projeto político do Governo FHC e do FMI,

de desmonte dos serviços públicos e destruição das políticas educacionais e da Ciência e Tecnologia de modo exemplar na pesquisa e pós-graduação, extinguindo a Fundação de Apoio a Pesquisa do MA – FAPEMA, no bojo da reforma da Constituição do Estado em dezembro de 1998.

Enviar para:

- Governador do Maranhão
- Dep. Estadual Manoel Ribeiro

8 – SAUDAÇÃO

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao 18º Congresso da ANDES Sindicato Nacional, realizado em Fortaleza, no período de 25/02 a 02/03/99, expressam sua homenagem à educadora Marise Paiva, Assessora da Escola Nordeste de Formação Sindical da CUT, em Recife (PE), falecida recentemente, pela sua vida de dedicação e luta à causa dos trabalhadores.

Nossa maior homenagem é o compromisso de continuar a luta que ela tão apaixonadamente abraçou.

Enviar: Aos familiares da professora Marise

9 – Homenagem póstuma ao Professor Horácio Macedo

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao 18º Congresso da ANDES Sindicato Nacional, realizado em Fortaleza, no período de 25/02 a 02/03/99, vêm prestar sua homenagem última ao Professor Horácio Cintra de Magalhães Macedo, ex-Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, eleito pela maioria da comunidade daquela instituição, no bojo do movimento grevista dos professores universitários, de 1984, do qual foi um dos principais líderes.

Horácio esteve sempre presente nas grandes lutas do povo brasileiro, do “o petróleo é nosso”, da luta contra a ditadura militar – pela qual foi preso em 1964, e vitimado no episódio do “massacre de Manguinhos”, em 1970.

Como Reitor, Horácio foi pioneiro na democratização da Universidade, no respeito a todos os seus segmentos, na sua gratuidade, na defesa intransigente de sua Autonomia.

Ao nos solidarizarmos com a dor de seus incontáveis amigos, companheiros e admiradores, assumimos o dever de manter vivos os ideais de liberdade, justiça e fraternidade que sempre defendeu, e, em particular, no que diz respeito à Universidade, a luta por seu compromisso social.

Enviar para:

- Seções Sindicais
- Aos familiares do prof. Horácio

ANEXO 3 MANIFESTOS

3.1 – Da Delegação da APUBH Seção Sindical

Os docentes, representantes de uma parcela da intelectualidade no país, têm, através de seu Sindicato Nacional, um dever que vai além da docência: buscar formas inteligentes, responsáveis e viáveis de lutar contra as forças políticas que vêm promovendo a destruição de conquistas sociais e, por uma Universidade comprometida com uma sociedade mais justa.

No momento do 18º Congresso da ANDES-SN, quando os docentes deveriam se mostrar unidos, fortes e determinados a definir ações que levem à construção de uma sociedade democrática, encontramos o sectarismo de um grupo para o qual o conceito de autonomia pode ser interpretado como uma soberania isenta de responsabilidades para com a categoria. Mais ainda, um grupo cuja concepção de democracia parece ser entendida apenas como alinhamento às suas posições políticas.

Manifestamos nosso repúdio à forma como esse grupo utiliza a força do voto, que circunstancialmente possui, para exercer de forma perversa um poder legítimo. Acreditamos que este deve ser utilizado na definição de políticas de ação sindical em benefício da categoria docente e da sociedade. O uso do voto, por exemplo, para excluir membros da base do Sindicato das decisões que aqui serão tomadas é um erro político sobre o qual não podemos calar.

Repudiamos a utilização do poder do voto para afirmar uma maioria eventual na correlação de forças. Maioria circunstancial, já que a ação política e sindical conseqüente e madura, que está sendo implementada, foi a proposta vencedora na última eleição à direção do Sindicato.

Certos de que a maioria dos professores das instituições representadas pela ANDES-SN jamais aprovaria tais ações, fazemos sua denúncia pública por colocar em risco ideais que promoveram a criação da ANDES e do próprio Sindicato Nacional. Comprometemo-nos, também publicamente, a continuar defendendo os anseios da parcela da categoria docente, ausente a este Congresso porém atenta à condução de seu Sindicato.

Nesse sentido, a delegação da APUBH, coerente com a postura de independência que tem pautado a história da entidade, expressa seu desacordo com os rumos tomados pelo 18º Congresso da ANDES-SN.

Acreditamos que a unificação do movimento somente se dará a partir das diretrizes traçadas pelos docentes, que entendem o Sindicato Nacional como seu legítimo representante e agente de transformação social.

Delegação da APUBH

3.2 – RESGATANDO O COMPANHEIRISMO

Num contexto histórico marcado por perdas de direitos sociais e, também, por perdas de diversos intelectuais que são cooptados ou relegam a segundo plano a luta social, não podemos nos dar ao luxo de dispensar sequer um único companheiro ou companheira. Muitas e duras batalhas precisam ser travadas até que nossos projetos se tornem realidade.

Precisamos recompor nossas forças dentro da ANDES-SN em defesa da luta “maior”, isto é, na construção de uma sociedade sem nenhuma forma de exclusão dentro do movimento docente. Os aposentados e professores do ensino fundamental e médio são nossos companheiros de jornada e não devem ficar de fora.

O mesmo deve ser dito de todos os excluídos: os sem-teto, os sem-terra, os sem-emprego, etc. Esta situação de exclusão provoca indignação em todos nós. Fazemos nossas, as palavras de Saramago que disse que, ***se fosse brasileiro, teria muita vergonha de pertencer a este cenário sem cidadania, sem emprego, sem saúde, sem educação.*** Brasil submissão ao FMI... É muito duro!

É verdade que a luta para reverter este **dantesco** quadro social não é nada simples.

A greve é instrumento fundamental de luta, mas na última experiência, ela serviu para nos dividir! Todos ainda lembram das circunstâncias:

- a) ***do descaso do governo para com os professores, sem reajuste salarial há quatro anos;***
- b) ***da tentativa do governo de desmobilizar e dividir a categoria, durante o Congresso da ANDES-SN – Porto Alegre (Fevereiro/98) -, através do anúncio de um bolsa na forma de “Programa de Incentivo à Docência (PID)”, destinada a uma parte dos professores...***

Indignados, os professores reunidos, aprovam, para levar à categoria, a proposta de “estado de greve” que desencadearia, no final de março/98, a greve específica do Setor das IFES. Esta só foi possível devido à unidade dos professores na luta por maiores salários.

Durante o período da última greve, esta unidade foi duramente aviltada, seja por exclusão dos professores de ensino fundamental, médio e aposentados, seja porque acentuaram-se as divergências entre os professores ligados aos dois grupos que disputavam as eleições para a ANDES-SN em maio/98.

Da questão **negociar ou não**, fizemos desta tática uma estratégia e dela uma grande batalha no movimento docente. Não privilegiamos a luta institucional, mas se preciso for, devemos ir ao institucional. É o respaldo da base que garante a negociação sem barganha. Negociar sim, mas sem abrir mão dos nossos princípios. Ainda que estejam entrelaçados e indissociados, sindicato não é partido, é uma frente de luta importante.

Estamos presenciando gravíssimos desacertos, a tal ponto que, hoje, alguns fatos colocam em risco a própria continuidade da existência do nosso sindicato. Duas grandes posições polarizam-se. As coisas precipitam-se. Os exemplos podem ser empilhados de ambos os lados: há intransigência, não respeito à posição de base, personalismos...

Do lado da Diretoria da ANDES-SN aparecem equívocos, os quais repudiamos, Por exemplo, na questão da UFRJ, recentemente envolvida com a sucessão para Reitor. A Diretoria não poderia passar por cima de uma decisão da AD local, desconsiderando a deliberação da mesma de não ir conversar com o Reitor, interventor, imposto pelo MEC.

E, do outro lado, a “oposição”, bate palmas, como se fosse uma vitória, quando os companheiros da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas são descredenciados. Esta disputa acirrada está nos levando a uma luta fratricida, colocando-nos, internamente, como inimigos e distanciando-nos cada vez mais da luta política maior e da base dos docentes da ANDES-SN.

É preciso dar um basta em tudo isto, na verdade temos que dizer que, nem de um lado, nem de outro, as posições são monolíticas e desta forma, é difícil e não devemos caracterizá-los como dois blocos. é necessário reverter esta situação para não sepultarmos o nosso Sindicato.

CONCLAMAMOS OS COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS PARA ENVIDAR TODOS OS ESFORÇOS PARA RESGATAR O CARÁTER HISTÓRICO DA ANDES-SN E A SUA MANEIRA DE SER DEMOCRÁTICA.

FRATERNIDADE, SOLIDARIEDADE E ÉTICA, NOS FARÃO MUITO BEM E, SE HOJE SOMOS POUCOS MILITANTES, AMANHÃ, SE TIVERMOS A CAPACIDADE DE NOS COLOCARMOS ACIMA DAS DIVERGÊNCIAS MENORES, PODEREMOS SER MUITOS E FORTES.

Fortaleza, 01 de março de 1999.

Delegados da Associação dos Professores da UFSC, Seção Sindical da ANDES-SN (APUFSC-SSIND).

3.3 – NOTA DE PROTESTO

Em Assembléia Geral realizada no dia 10 de fevereiro de 1999, os professores sindicalizados na ADUEPB - Seção Sindical, por unanimidade, deliberaram pelo seguinte:

- 1 – Manifestar sua preocupação com os rumos que vêm tomando algumas ADs, ao exemplo da ADUFMAT-SS. que, numa atitude persecutória, buscam atingir a diretoria da ANDES-Sindicato Nacional, motivadas apenas por interesses de facções e tendência político-ideológicas;
- 2 – Estas atitudes contribuem para o enfraquecimento do Movimento Sindical Docente e se constituem como prática diversionista, quebrando a unidade política do movimento progressista contra as políticas neoliberais de FHC e seus seguidores.
- 3 – Ao mesmo tempo, práticas assemelhadas às idéias de ditadura do pensamento único não condizem com os princípios de democracia sindical historicamente defendidos e construídos ao longo de quase duas décadas na ANDES-Sindicato Nacional.
- 4 – Os docentes da UEPB são de opinião que ao invés de priorizar-se o acirramento das divergências internas e as disputas pelo aparelho sindical, o conjunto do movimento docente deve buscar identificar pontos de unidade que visem o fortalecimento do Sindicato enquanto instrumento de classe, na luta contra o inimigo comum os defensores do projeto neoliberal que destroem a Universidade Pública e emperram o processo de construção de uma sociedade justa.

Assembléia Geral da ADUEPB - S.Sindical

3.3.1 – NOTA DE APOIO

A delegação da ADUEPB-S.SINDICAL presente no 18º Congresso da ANDES-SN, vem de público, manifestar seu veemente apoio e solidariedade aos representantes da ADUFAL-S.S. neste congresso, por considerarmos que:

- reconhecemos como legítima a decisão da Assembléia Geral quando da escolha dos seus representantes;
- a conjuntura nacional exige maior enfrentamento da sociedade civil organizada, como forma de derrotarmos a política nefasta do governo FHC e do FMI;
- a posição política do GRUPO ANDES-SN, na plenária de instalação do congresso, de desconsiderar a deliberação da base da ADUFAL e de não permitir uma decisão política desta plenária que viesse garantir a contribuição da ADUFAL na construção dos eixos de luta do 18º para o enfrentamento do projeto de destruição do nosso país, bancado pelo governo FHC e pelo FMI, só vem enfraquecer e reduzir o movimento sindical a meras decisões de correntes políticas no seu interior. Acreditamos que o momento exige que nos unamos em torno de bandeiras relevantes para o movimento docente, tais como:
 - FORA FHC E O FMI!
 - SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DAS DÍVIDAS EXTERNA E INTERNA COM IMEDIATA AUDITORIA!
 - EM DEFESA DE UM PROJETO ALTERNATIVO, DEMOCRÁTICO E POPULAR!
 - CONTRA O DESEMPREGO, FOME E MISÉRIA SOCIAL!
 - PELO FORTALECIMENTO DA ANDES-SN
 - EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE!

DELEGADOS DA ADUEPB-S.S. PRESENTES NO 18º CONGRESSO DA ANDES-SN

Fortaleza, 01 de março de 1999.

3.4 – REFLEXÕES CRÍTICAS E SOLIDÁRIAS!

Façamos uma reflexão crítica sobre nosso comportamento enquanto delegados de base do movimento docente, neste 18º Congresso da ANDES-SN, exatamente nos momentos de discussão e qualificação de propostas nos grupos mistos e de deliberação nas Plenárias.

Fatos ocorridos na Plenária de instalação e nas reuniões dos grupos mistos deste Congresso, como a cassação do direito de representação da base docente da ADUFAL, deixou-nos perplexos como sindicalistas e educadores que somos. Estas práticas desnudam, no interior do nosso sindicato, a pouca maturidade política, sobretudo quando nos defrontamos com problemas organizativos e normativos mas, que são essencialmente políticos.

Talvez tenhamos esquecido que participamos de um sindicato que em toda a sua trajetória tem praticado a concepção política ideológica do sindicalismo militante, onde o político conduz, normatiza nossas ações, produz sentido, cria e transforma quando necessário, toda e qualquer regra do jogo democrático interno, em qualquer das instâncias deliberativas da ANDES-SN. Assim, ao nos orientarmos por normas castradoras da dinâmica política da vida sindical, a exemplo de regulamentos ou estatutos circunstancialmente superados no espaço da política, caímos na armadilha conservadora do sindicalismo burocratizado, onde os protocolos se sobrepõem às vontades políticas das representações da categoria docente. As normas deveriam decorrer sempre da vontade política do movimento docente. Portanto, não devem

servir de impedimento, em hipótese alguma, para o exercício da representação e decisão política do sindicato.

Isso posto, pedimos a reflexão dos companheiros deste Congresso para que não continuemos a reproduzir equívocos políticos que terminam por comprometer a prática da concepção sindical que tem norteado a ANDES-SN em sua História de entidade representativa do movimento docente das Universidades Brasileiras. Refletir sobre isso é nossa obrigação!

Pelo exposto, nos solidarizamos com as companheiras e companheiros da ADUFAL, impedidos de exercerem o direito de representação neste Congresso.

Delegação da ADUNEB: Débora Fonseca, Josenita, Paula Arcoverde, Sílvia Leite e Maria das Neves.

Delegação da APUB-Bahia: Adriana Freitas, Cláudia Miranda, Cléa Bittencourt, Elizabeth Bittencourt, Jonicael Cedraz, Lúcia Machado, Lybia Rocha dos Santos, Márcia Pontes, Mirtânia A. Leão, Uilma Amazonas e Rita Aragão.

3.5 – Aos Companheiros da ADUFAL

A grave crise social brasileira é o resultado da completa ausência de respeito aos princípios básicos da cidadania. Nossa história apresenta diversas tentativas de implementação, no seio da nossa sociedade, de modelos forjados a partir de realidades outras que não as nossas. Isso tudo, na pretensa justificativa de responder imediatamente aos anseios de todos os brasileiros.

Enquanto isso, nossas universidades têm a importante tarefa de geração de conhecimentos e, acima de tudo, de formar e conscientizar a sociedade no intuito do resgate e manutenção desta cidadania. Neste contexto, nós professores representamos os elementos catalisadores no processo de socialização do saber.

A ANDES-SN, tem por função não somente nos congregar, mas também sistematizar, através de seus congressos, nossas ações políticas objetivando o sincronismo entre nossas universidades e os diversos segmentos da sociedade.

Paradoxalmente, neste maior congresso de história da ANDES-SN, questiona-se o poder de mobilização das Ads. Na ocasião, pudemos vivenciar fatos que deram prova da necessidade de um melhor controle normativo de algumas entidades no intuito de evitar prejuízos políticos. Em particular, chamamos a atenção para o descredenciamento desta entidade.

Não discutimos esse descredenciamento, mas lamentamos o ocorrido. Acima de tudo, por se tratar de uma entidade que tem demonstrado, nos seus 20 anos de atividade, o interesse de continuar participando desta difícil tarefa que é a obtenção de uma sociedade mais justa.

Esperamos que o ocorrido sirva de alerta a todos nós, Ads, para que procuremos evitar fatos como estes. Fatos que prejudicam o fortalecimento de nossas entidades e, conseqüentemente, a concretização de nossas aspirações, as quais são independentes de nossas posições ideológicas.

Delegação da ADUFERPE: Marcos Vinícius, Eufrázio de Souza, Maria do Carmo, Cícero Monteiro, Marizene de Jesus, Reinaldo Fernandes, João Paulo, Ademir Amaral, Juvenal Theodózio, Arthur Lapa, Mário Ferreira, Fernando Mota, Clodoaldo José, Antônio Lócio.

RATEIO DO 18º CONGRESSO 2ª Versão

Nº	AD	Nº Delegados Permitido	Nº Delegados Presentes	Observadores	Fator	COTA	TX Observador	Passagem	Pagar/Receber (-)
1	ADCAC	2	2		0	0,00		0,00	0,00
2	ADCAJ	2	1		0	0,00		0,00	0,00
3	ADCEFET-RJ	7	1		1	1.106,40		1.014,00	92,40
4	ADCESP	3	3		3	3.319,20		243,36	3.075,84
5	ADEPM	6	5		5	5.532,00		5.190,00	342,00
6	ADESA-PE	2	2		0	0,00		0,00	0,00
7	ADESB-PE	2	2		0	0,00		0,00	0,00
8	ADFAED	2	2		0	0,00		0,00	0,00
9	ADFCAP	3	2		2	2.212,80		1.256,00	956,80
10	ADFURRN	7	7		7	7.744,80		143,78	7.601,02
11	ADOURADOS	2	2		0	0,00		0,00	0,00
12	ADUA	7	4		4	4.425,60		3.968,00	457,60
13	ADUCSAL	5	3		3	3.319,20		2.262,00	1.057,20
14	ADUEMS	2	2		0	0,00		0,00	0,00
15	ADUEPB	7	7	1	7	7.744,80	20,00	3.150,00	4.614,80
16	ADUFAC	5	1		1	1.106,40		1.266,00	-159,60
17	ADUFAL	9	1	6	1	1.106,40	120,00	522,00	704,40
18	ADUFC	11	10	39	11	12.170,40	780,00	0,00	12.950,40
19	ADUFEPE	10	10	2	10	11.064,00	40,00	4.500,00	6.604,00
20	ADUFERPE	7	2	6	7	7.744,80	120,00	3.150,00	4.714,80
21	ADUFES	9	7		7	7.744,80		6.496,00	1.248,80
22	ADUFF	11	11	2	11	12.170,40	40,00	11.154,00	1.056,40
23	ADUFG	11	11	4	11	12.170,40	80,00	9.680,00	2.570,40
24	ADUFMAT-MT	11	9		9	9.957,60		9.576,00	381,60
25	ADUFMS	8	6		6	6.638,40		7.224,00	-585,60
26	ADUFOP	4	4		4	4.425,60		3.848,00	577,60
27	ADUFPA	9	8		8	8.851,20		5.652,00	3.199,20
28	ADUFPB-CG	9	1		4	4.425,60		1.800,00	2.625,60
29	ADUFPB-JP	10	10	5	10	11.064,00	100,00	656,40	10.507,60
30	ADUFPEL	9	9	1	9	9.957,60	20,00	11.124,00	-1.146,40
31	ADUFPI	9	9		9	9.957,60		730,08	9.227,52
32	ADUFRGS	12	12		12	13.276,80		14.832,00	-1.555,20
33	ADUFRJ	13	13		13	14.383,20		13.182,00	1.201,20
34	ADUFS-BA	5	1		1	1.106,40		754,00	352,40
35	ADUFS-SE	7	7		7	7.744,80		4.172,00	3.572,80
36	ADUFSCAR	7	7	1	7	7.744,80	20,00	7.266,00	498,80
37	ADUFU	9	9		9	9.957,60		8.599,86	1.357,74
38	ADUNB	9	7		7	7.744,80		5.726,00	2.018,80
39	ADUNEB	6	5		5	5.532,00		3.770,00	1.762,00
40	ADUNEMAT	4	4		4	4.425,60		4.256,00	169,60
41	ADUNESP	9	9	2	9	9.957,60	40,00	9.342,00	655,60
42	ADUNICAMP	10	7		7	7.744,80		7.266,00	478,80
43	ADUNIFOR	4	0		3	3.319,20		0,00	3.319,20
44	ADUNIMEP	5	2		2	2.212,80		2.076,00	136,80
45	ADUNIMONTES	3	3		3	3.319,20		2.886,00	433,20
46	ADUNIR	4	3		3	3.319,20		3.552,00	-232,80
47	ADUNIRIO	7	1		1	1.106,40		1.014,00	92,40
48	ADUPE	7	6		6	6.638,40		3.150,00	3.488,40
49	ADUR	7	6		6	6.638,40		6.084,00	554,40
50	ADURN	11	10		10	11.064,00		797,20	10.266,80
51	ADUSP	13	8		8	8.851,20		8.304,00	547,20
52	APES-JF	9	8		8	8.851,20		7.696,00	1.155,20
53	APROEFEI	3	1		1	1.106,40		962,00	144,40
54	APROFURG	7	5		5	5.532,00		6.728,50	-1.196,50
55	APRUMA	8	7		7	7.744,80		3.150,00	4.594,80
56	APUB	12	12	1	12	13.276,80	20,00	9.048,00	4.248,80
57	APUBH	12	12	2	12	13.276,80	40,00	11.544,00	1.772,80
57	APUFPR	11	11		11	12.170,40		12.320,00	-149,60

59	APUFSC	11	11	4	11	12.170,40	80,00	13.024,00	-773,60
60	ASDUERJ	9	8		8	8.851,20		8.112,00	739,20
61	ASPESAL	5	1		1	1.106,40		962,00	144,40
62	ASPUV	8	7		7	7.744,80		6.734,00	1.010,80
63	SEDUFMS	9	8		8	8.851,20		10.802,08	-1.950,88
64	SESDUF-RR	3	3		3	3.319,20		1.158,00	2.161,20
65	SINDCEFET-MG	6	6		6	6.638,40		5.772,00	866,40
66	SINDOCEFET-PR	8	7	1	8	8.851,20	20,00	8.960,00	-88,80
67	SINDUEMG	3	3		3	3.319,20		2.886,00	433,20
68	SINDURCA	2	2		0	0,00		0,00	0,00
Total					384		1.540,00	311.493,26	

ITENS	RECEITA	DESPESAS
1 - Pessoal		8.087,02
2 - Apoio		19.167,87
3 - Assessoria de Imprensa		2.050,00
4 - Telefone/Fax/Internet		2.496,65
5 - Material de Secretaria		9.886,44
6 - Imprensa e Divulgação		26.026,00
7 - Infraestrutura		16.472,36
8 - Pastas, camisetas, crachás		13.364,00
9 - Xerox		4.609,02
10 - Translada Congressistas		2.300,00
Receita de Observadores	1.600,00	
Total de Gastos na Organização		104.459,36
Margem de Segurança (10%)		10.445,93
Transporte de Delegados		316.923,26
Valor a ser rateado		430.228,55
Taxa de rateio		1.072,89

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 18º CONGRESSO DA ANDES-SN / ADUFC SEÇÃO SINDICAL

**Despesas
Efetuadas ANDES-SN**

RATEIO	Despesas Previstas	Despesas Efetuadas ADUFC	Despesas Efetuadas ANDES-SN
1 - PESSOAL			
Passagens aéreas (3 funcionários)	1.774,02		1.719,12
Diárias (3 funcionários)	1.485,00		1.485,00
Hotel (1 aptº triplo)	828,00		1.000,00
Hora extras (3 funcionários)	4.000,00		6.557,88
Sub-Total	8.087,02		10.762,00
2 - APOIO			
Pagamento funcionários	3.600,00	3.410,00	
Diárias	9.065,00	10.480,00	
Alimentação	2.245,36	916,39	
Horas-extras	3.757,51	4.631,41	
Táxi	500,00	813,93	
Sub-Total	19.167,87	20.251,73	
3 - Assessoria de Imprensa			
Jornalistas e Estagiários	2.050,00	2.050,00	
Sub-Total	2.050,00	2.050,00	
4 - Telefone/Fax/Internet			
Instalação 7 linhas telefônicas	496,65	340,84	
Conta telefônica	2.000,00	1.012,52	53,53
Sub-Total	2.496,65	1.353,36	53,53
5 - Material de Secretaria			
Correio (envio Caderno Texto)	2.744,65		2.744,65
Correio (envio de material BSB x Fortaleza)	698,60		300,60
Correio (material distribuído ADUFC)	1.871,91	2.708,98	
Farmácia	85,88	449,80	
Copos descartáveis	84,00	99,00	
Material Papelaria	4.401,40	3.447,40	
Sub-Total	9.886,44	6.705,18	3.045,25
6 - Imprensa e Divulgação			
Caderno Textos (fotolito, editoração, impressão)	8.070,00		8.070,00
Cartazes (art)	1.800,00	1.800,00	
Cartazes (impressão)	1.600,00	1.600,00	
Out - Door	7.800,00	7.800,00	
Painel	831,00	831,00	
Gravação fita cassete	750,00		750,00
Filmagem	2.400,00	2.400,00	
Projeção de filmes	260,00	195,00	
Fotografo	1.300,00	1.300,00	
Faixas	315,00	315,00	
Folder	900,00	900,00	
Sub-Total	26.026,00	17.141,00	8.820,00
7 - Infraestrutura			
Aluguel de equipamentos	3.885,00	3.950,00	
Instalação de equipamentos	280,00	280,00	
Aluguel de salão (abertura)	2.420,00	2.420,00	
Som (abertura)	200,00	200,00	
Iluminação	300,00	300,00	
Coquetel de abertura	5.793,00	9.330,22	
Decoração (Coquetel Abertura)	1.200,00	1.200,00	
Som (Coquetel de Abertura)	400,00	400,00	
Cache apresentação do "Boi" (Abertura)	200,00	200,00	
Água	262,50	245,00	

Café	52,50		
Coffee Break	1.239,36		
Exposição Xilogravuras	240,00	240,00	
Sub-Total	16.472,36	18.765,22	
8 - Pastas, camisetas, crachás			
Pastas	6.960,00	6.960,00	
Camisetas	4.620,00	4.620,00	
Crachas	1.272,00	1.272,00	
Blocos	512,00	512,00	
Sub-Total	13.364,00	13.364,00	
9 - Xerox			
Aluguel Máquinas	1.291,40	5.637,48	
Toner	3.317,62	2.456,24	
Sub-Total	4.609,02	8.093,72	
10 - Translado Congressistas			
	2.300,00	2.299,00	
TOTAL	104.459,36	90.023,21	22.680,78

Total 112.703,99
Diferença 8.244,63

Tesouraria da ANDES-SN

Tesouraria da ADUFC - Seção Sindical

APENSO

***CADERNO DE TEXTOS
18º CONGRESSO***

Fortaleza - CE, 25 de fevereiro a 1º de março de 1999

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**
**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

UnB Pavilhão Multi Uso I - Bloco A - Sala A1-72

Campus da UnB - Brasília - DF

Caixa Postal 04470 - CEP 70919-970

Tel: (061) 347-2028

Fax: (061) 274-3303

Gestão 1998/2000

Presidente: Renato de Oliveira

Secretário Geral: Osmar de Oliveira Marchese

1º. Tesoureiro: Márcio Florentino Pereira

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro

Secretária Administrativa da ANDES-SN: Maria de Fátima Alves da Silva

Editoração : Focus Comunicação

OS TEXTOS DO 18º CONGRESSO ESTÃO DISPONÍVEIS NA HOME PAGE DA ANDES-SN

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: andes-sn@andes.org.br

Impresso em Brasília, janeiro de 1999

APRESENTAÇÃO

O ano que se inicia revela o agravamento da crise econômica e dos conflitos sociais em nosso país. O Real acabou e isto revela e desmascara a política econômica do governo neoliberal de FHC e encerra a era do engodo.

O ajuste fiscal proposto pelo governo teria como finalidade a redução do rombo nas contas públicas provocada, entre outras coisas, pelo déficit da previdência pública. A reforma do sistema previdenciário seria fundamental para garantir a credibilidade dos investidores estrangeiros em nossa economia. O objetivo imediato era a queda na taxa de juros e a rápida desvalorização da moeda, bem como conter a fuga de capitais. Ocorre que no dia seguinte a aprovação dessas medidas no Parlamento a taxa de juros voltou a subir, o valor do Real despencou e a saída de dólares atingiu seu recorde. O discurso do governo não passava de uma farsa e os Deputados e Senadores sabiam disso.

No fechamento deste Caderno de Textos, a cotação do Real em relação ao Dólar chegou a R\$ 1,99. Seria cômico se não fosse trágico a mera coincidência que nos lembra o comércio de bugangas com que o governo enganava a população.

Neste dia, os jornais também anunciam que diretores da ANDES-SN, da FASUBRA e do SINASEFE, ingressaram no Supremo Tribunal Federal –STF, com um pedido de impeachment dos Ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Educação, Paulo Renato Souza, por se recusarem a liberar os recursos previstos no orçamento para o pagamento de precatórios das IFES.

O ano promete muitas lutas e desafios. O Movimento Docente não fugirá dos embates de projetos e estará atento para o encaminhamento da luta em defesa da soberania nacional e da Universidade pública.

Neste sentido, pretendemos transformar a abertura do 18º Congresso da ANDES-SN em um grande ato em defesa do Brasil e do sistema público de Ciência e Tecnologia. Para tanto estamos convidando as mais diversas personalidades democráticas do país para participar do nosso Congresso.

Cumprimentamos todos os participantes do 18º Congresso da ANDES-SN, certos de que, mais do que nunca, somaremos esforços para o fortalecimento de nosso sindicato que neste mês, completa 18 anos de gloriosas lutas pelos docentes e pela Universidade pública.

Bom congresso companheiros,

Brasília, 27 de Janeiro de 1999

A Diretoria da ANDES-SN

SUMÁRIO

Pauta e Cronograma

Regimento Interno

TEMA I - UNIVERSIDADE PÚBLICA, AUTONOMIA E SOBERANIA NACIONAL

TEXTO 1 - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEMA II - TRABALHO DOCENTE: POLÍTICA EDUCACIONAL, POLÍTICA SINDICAL, POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, CARREIRA E QUALIFICAÇÃO, SALÁRIOS.

TEXTO 2 - TRABALHO DOCENTE - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 3 - CURSOS SEQUENCIAIS - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 4 - INSTITUTOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 5 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE (II CONED) - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 6 - REORGANIZAÇÃO DO DNTE - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 7 - REFORMA SINDICAL E TRABALHISTA - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 8 - CARREIRA DOCENTE DA ANDES E A EDUCAÇÃO BÁSICA - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 9 - CARREIRA DOCENTE E VERBAS - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 10 - PROPOSTA DE PISO SALARIAL E MALHA SALARIAL - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 11 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEMA III - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS.

TEXTO 12 - QUESTÕES FINANCEIRAS - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 13 - HOMOLOGAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 14 - ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 15 - FILIAÇÃO DA ANDES-SN AO MOSAP - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 16 - LOCAL DO 38º CONAD E 19º CONGRESSO - DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 17 - COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO - DIRETORIA DA ANDES-SN

CONTRIBUIÇÕES DE SEÇÕES SINDICAIS E DE SINDICALIZADOS

TEXTO 18 - CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES AGAMENON ALMEIDA, LENA LÚCIA ESPÍNDOLA, FCO. JOSÉ PINHEIRO, IBERÉ GUIMARÃES, MA. LUIZA FONTENELE, JOÃO BOSCO F. ARRUDA.

TEXTO 19 - **CONTRIBUIÇÃO DO PROF. EDMUNDO FERNANDES DIAS – SINDICALIZADO DA ADUNICAMP**

TEXTO 20 - CONTRIBUIÇÃO DO PROF. JALDES REIS DE MENESES - PROFESSOR DO DH-UFPB. EX-PRESIDENTE DA ADUFPB-JP (1996)

TEXTO 21 - **CONTRIBUIÇÃO DO PROF. GUSTAVO LINS RIBEIRO VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (ADUnB).**

TEXTO 22 - CONTRIBUIÇÃO DA ADUFF/S.SIND.

TEXTO 23 - CONTRIBUIÇÃO DOS DELEGADOS QUE REPRESENTARÃO A ASPUV-S.SIND. NO 18º CONGRESSO DA ANDES-SN: ALOÍZIO, ANGELA, EVANDRO, DILENO, JOSÉ HUMBERTO, MÔNICA E RAHAN

TEXTO 24 - CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DA ADUFPB-JP

TEXTO 25 - CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DA ADUFPB-JP

TEXTO 26 - CONTRIBUIÇÃO DA APUFSC - SSIND

TEXTO 27 - CONTRIBUIÇÃO DA APUFSC - SSIND

TEXTO 28 - CONTRIBUIÇÃO DA APUFSC - SSIND

TEXTO 29 - CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DA ASDUERJ

TEXTO 30 - CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DA ASDUERJ

TEXTO 31 - CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DA ADUFEPE

TEXTO 32 - CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DA ADUFEPE

TEXTO 33 - TESE DA DIRETORIA DA ADUFRGS - SECAO SINDICAL

TEXTO 34 - CONTRIBUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA APESJF-SSIND, REALIZADA EM 20 DE JANEIRO DE 1999.

TEXTO 35 - CONTRIBUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA APESJF-SSIND, REALIZADA EM 20 DE JANEIRO DE 1999.

TEXTO 36 - CONTRIBUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA APESJF-SSIND, REALIZADA EM 20 DE JANEIRO DE 1999.

TEXTO 37 - PROPOSTA DA ADUFRJ-SSIND, APROVADA NA AG DE 19 DE JANEIRO DE 1999

TEXTO 38 - PROPOSTA DA DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

OBSERVAÇÃO

Como nem todas as contribuições de Seções Sindicais e de Sindicalizados se organizaram pelos temas pautados para o 18º Congresso, decidimos apresentá-las no formato em que foram encaminhadas.

Os Textos Resolução receberam a mesma numeração que os Textos Apoio correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para utilização, porventura sejam propostas Resoluções durante o evento.

SUMÁRIO

TR-1.1 - Conjuntura
TR-1.2 - Universidade
TR-1.3 - Autonomia Universitária
TR-2 - Trabalho Docente
TR-3 - Cursos Seqüenciais
TR-5 - Plano Nacional de Educação
TR-6 - Reorganização do DNTE
TR-7 - Reforma Sindical e Trabalhista
TR-8.1 - Projeto de Lei que fixa as diretrizes do Plano Nacional de Capacitação Docente (PNDC)
TR - 8.2 - Anteprojeto de Lei - Carreira Docente Unificada
TR-9 - Carreira Docente Unificada: Tabela Salarial
TR-10 - Piso Salarial e Malha Salarial
TR- 11- Ciência e Tecnologia
TR-12.1 - Plano Financeiro
TR-12.2 - Contribuição dos Filiados
TR- 12.3 - Prestação de Contas do 37º CONAD
TR-13 - Homologação de Seção Sindical
TR-14 - Alterações Estatutárias
TR-15 - Filiação da ANDES-SN ao MOSAP
TR-16 - Local do 38º CONAD e do 19º Congresso
TR-22.1 - Plano de Lutas
TR-22.2 - Setor das IFES
TR-23 - Representação na Política Educacional
TR-24 - Plano de Lutas
TR-25 - Plano de Lutas
TR-26 - Ensino de 1º e 2º nas IFES
TR-27 - Aposentados e Movimento Docente
TR-28 - Autonomia Universitária
TR-30 - Reforma da Legislação Trabalhista e Sindical
TR-31 - Formação e Política Sindical
TR-32 - Política Educacional
TR-33 - Alterações Estatutárias
TR-34 - Sede do 19º Congresso
TR-35 - Contribuição Financeira dos Sindicalizados
TR-36 - Mudança no Cronograma do 18º Congresso
TR-37 - Pauta e Cronograma do 18º Congresso
TR-38 - III CONED.

PAUTA E CRONOGRAMA DO 18º CONGRESSO

24/02 4ª feira	25/02 5ª feira	26/02 6ª feira	27/02 Sábado	28/02 Domingo	01/03 2ª feira
<p>Credenciamento Prévio 09:00 às 12:00h</p> <p>Reuniões dos Setores: I – Particulares II – Estaduais III - Federais 09:00 às 12:00h</p>	<p>Credenciamento 09:00 às 12:00h</p> <p>Seminário ANDES-SN CNBB/Unitrabalho Ética, Política e Economia 09:00 às 12:00h</p>	<p>Seminários</p> <p>ANDES-SN</p> <p><i>Mudanças na Legislação Trabalhista e Sindical e suas repercussões</i></p> <p>09:00 às 12:00h</p> <p><i>Políticas para o Ensino Superior e Sindicalismo</i></p> <p>09:00 as 12:00h</p>	<p>Grupos Mistos Tema II 09:00 às 12:00h</p>	<p>Plenária: Tema I 09:00 as 12:00h</p>	<p>Livre</p>
<p>Credenciamento Prévio 14:00 às 18:00h</p> <p>Reunião dos Setores: I – Particulares II – Estaduais III - Federais 14:00 às 17:00h</p>	<p>Credenciamento 14:00 às 18:00h</p> <p>Seminário ANDES-SN CNBB/Unitrabalho A Universidade face às demandas sociais e econômicas 14:00 às 17:00h</p>	<p>Plenária de Instalação</p> <p>14:00 às 16:00h</p> <p>Apresentação das Teses da Conjuntura 16:00 às 17:00h</p>	<p>Grupos Mistos: Tema II 14:00 às 17:00h</p>	<p>Plenária: Tema II 14:00 às 17:00h</p>	<p>Plenária Tema III 14:00 às 17:00h</p>
<p>Seminário ANDES-SN CNBB/Unitrabalho A Globalização, o Neoliberalismo, o Desemprego e a Crise Social 18:00 às 21:00h</p>	<p>Plenária de Abertura 18:00 às 21:00h</p>	<p>Grupos Mistos: Tema I 18:00 às 21:00h</p>	<p>Grupos Mistos: Tema III 18:00 às 21:00h</p>	<p>Plenária: Tema II 18:00 às 21:00h</p> <p>Confraternização 22:00h</p>	<p>Plenária de Encerramento 18:00 às 21:00h</p>

Seminários: Subsídio ao Debate

Temário:

Tema I – Universidade Pública, Autonomia e Soberania Nacional

Tema II – Trabalho Docente: Política Educacional, Política Sindical, Política de Ciência e Tecnologia, Carreira e Qualificação, Salários.

Tema III - Questões Organizativas e Financeiras da ANDES-SN

CONVIDADOS PARA OS SEMINÁRIOS DO 18º CONGRESSO DA ANDES-SN

SEMINÁRIO	DATA	HORÁRIO	CONVIDADOS	SITUAÇÃO
<i>A Globalização, o Neoliberalismo, o Desemprego e a Crise Social</i> (ANDES-SN/CNBB/Unitrabalho)	24/02	18 às 21h	- Márcio Poschmann – UNICAMP - Paulo Nogueira Batista Filho – FGV - Luís Fagundes Fernandes - UFF	Confirmado Confirmado Confirmado
<i>Ética, Política e Economia</i> (ANDES-SN/CNBB/Unitrabalho)	25/02	9 às 12h	- Sr. Marcos Bózzio –Pres. Sind. Aud. Fin. Públ. RS - Prof. Cristovam Buarque - Representante CNBB	Confirmado A confirmar A definir
<i>A Universidade face às Demandas Sociais e Econômicas</i> (ANDES-SN CNBB/Unitrabalho)	25/02	14 às 17h	- Vicente Paulo da Silva (CUT) - Dep. Maria da Conceição Tavares - Prof. Celso Furtado	Confirmado A confirmar A confirmar
<i>Mudanças na Legislação Trabalhista e Sindical e suas repercussões</i>	26/02	9 às 12h	- Marcelo Sereno (CUT) - Dep. Inácio Arruda (PC do B – CE) - Dep. Alberto Goldmam (PSDB–SP) - Ulisses Riedel (DIAP)	Confirmado Confirmado A confirmar A confirmar
<i>Políticas para o Ensino Superior e Sindicalismo</i>	26/02	9 às 12h	- Marco Antônio Dias (UNESCO) - Jorge Broveto (Universidade do Uruguai) - Daniel Monteux (FISE) - Representante CEA	Confirmado Confirmado Confirmado A definir

REGIMENTO DO 18º CONGRESSO DA ANDES-SN

Capítulo I - Do Congresso

Art. 1º - O 18º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-Sindicato Nacional, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto, reúne-se de 25 de fevereiro a 1º de março de 1999, na cidade de Fortaleza - CE, organizado pela Seção Sindical dos Docentes da Federal do Ceará - ADUFC-SSind e pela Diretoria da ANDES-Sindicato Nacional.

Art. 2º - O 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 e seus parágrafos do Estatuto da ANDES-Sindicato Nacional.

Capítulo II - Das Atribuições

Art. 3º - São atribuições do 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional, conforme dispõem os INCISOS I, II, III, IV, V, VI, VIII, IX e X do Art. 15 do seu ESTATUTO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no Art. 5º;

II - excluir os sindicalizados, em consonância com o disposto no Art. 11;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da Diretoria, que constarão obrigatoriamente da PAUTA do mesmo;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados da ANDES-Sindicato Nacional;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de Seções Sindicais, ou revogar sua homologação, observado o disposto no Art. 45;

VIII - decidir sobre a filiação da ANDES-Sindicato Nacional a organizações nacionais e internacionais, conforme o disposto no Art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos Regimentos das Seções Sindicais observado o disposto no Art. 45;

X - criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes.

Capítulo III - Dos Participantes

Art. 4º - São participantes do 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional:

I - os delegados, devidamente credenciados:

a) um de cada diretoria de Seção Sindical (Inciso I, Art. 16 do Estatuto) da ANDES-SN;

b) de base de cada Seção Sindical (Inciso II, Art. 16 do Estatuto) da ANDES-SN;

c) representativos dos sindicalizados via Vice-Presidências Regionais (Inciso III, Art. 16 do Estatuto).

II - os membros das Comissões Organizadora e Diretora do 18º Congresso.

III - como observadores, os sindicalizados à ANDES-Sindicato Nacional devidamente credenciados pelas suas respectivas Seções Sindicais ou Vice-Presidências Regionais. Estes deverão ter seus nomes indicados na ata da Assembléia que constituiu a delegação ao 18º Congresso.

IV - os convidados pelas Comissões Organizadora e Diretora.

§ 1º - Os sindicalizados da ANDES-Sindicato Nacional não poderão participar do Congresso como convidados, salvo na condição de pesquisadores, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§ 2º - O delegado, devidamente credenciado, só poderá ser substituído, uma única vez, durante a realização do 18º Congresso se:

a) comprovar, junto à Comissão Diretora, a necessidade de se ausentar definitivamente do 18º Congresso,

b) o suplente, indicado da mesma forma que o delegado, estiver presente no 18º Congresso e credenciado como observador.

Art. 5º - O Presidente da ANDES-Sindicato Nacional preside o 18º Congresso, tendo direito a voz e voto em seus órgãos (Art. 16, inciso IV do Estatuto da ANDES-Sindicato Nacional).

§ Único - Os demais membros da Diretoria da ANDES-Sindicato Nacional, excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional, dele participam com direito a voz.

Capítulo IV - Do Credenciamento

Art. 6º - O credenciamento dos delegados e observadores será efetuado no dia 24 de fevereiro nos seguintes horários: 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, e no dia 25/02 das 9:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00h.

§ 1º - Para o credenciamento dos delegados/observadores será exigida ata ou extrato da mesma com a respectiva lista de presença da Assembléia Geral que deliberou sobre a escolha, bem como a Seção Sindical estar quites com a Tesouraria Nacional da ANDES-SN.

§ 2º - Fica garantido o credenciamento prévio, por meios eletrônicos, desde que a Seção Sindical o ratifique, através de documentos originais, dentro dos prazos previstos no caput deste artigo.

Capítulo V - Do Funcionamento

Seção I - Dos órgãos

Art. 7º - São órgãos do 18º Congresso:

I - As Comissões:

a) Organizadora;

b) Diretora.

II - Os Grupos Mistos

III - As Plenárias

§ 1º - As Comissões, Organizadora e Diretora, são criadas a partir da convocação do 18º Congresso.

§ 2º - Os demais órgãos tem existência restrita ao período de realização do 18º Congresso.

§ 3º - O quorum mínimo de funcionamento de cada órgão do 18º Congresso é de metade mais um dos membros do órgão com direito a voto.

Seção II - Da Comissão Organizadora

Art. 8º - A Comissão Organizadora do 18º Congresso é constituída por dois (02) representantes da ADUFC Seção Sindical e por dois (02) Diretores da ANDES-Sindicato Nacional.

Art. 9º - Compete à Comissão Organizadora:

- I - preparar toda a infra-estrutura necessária à realização do 18º Congresso;
- II - organizar e instalar a Plenária de Abertura do 18º Congresso;
- III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 18º Congresso, organizando o rateio financeiro entre as Seções Sindicais, submetendo-os à apreciação e aprovação da Comissão Diretora do 18º Congresso;
- IV - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos participantes do 18º Congresso;
- V - indicar entre seus componentes, três (03) membros para compor a Comissão Diretora do 18º Congresso.

Seção III - Da Comissão Diretora

Art. 10 - A Comissão Diretora do 18º Congresso é composta pelos membros da Diretora da ANDES-Sindicato Nacional e por três (03) representantes da Comissão Organizadora.

Art. 11 - Compete à Comissão Diretora:

- I - responsabilizar-se pelo Credenciamento dos participantes do 18º Congresso;
- II - decidir sobre a substituição de delegados de acordo com o disposto nas alíneas “a” e “b” do parágrafo 2º do Art. 4º deste Regimento.
- III - fiscalizar, deliberar e aprovar as contas do 18º Congresso;
- IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 18º Congresso;
- V - organizar a composição dos Grupos Mistos do 18º Congresso em consonância com o disposto neste Regimento.

§ Único - Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso às Plenárias.

Seção IV - Dos Grupos Mistos

Sub Seção I - Da Composição

Art. 12 - Os Grupos Mistos, no 18º Congresso, são compostos por:

- I - delegados de Seções Sindicais e de sindicalizados via Vice-Presidências Regionais, devidamente credenciados, com direito a voz e voto;
- II - observadores de Seções Sindicais e de sindicalizados via Vice-Presidências Regionais, devidamente credenciados, com direito a voz;
- III - membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz;
- IV - diretores da ANDES-Sindicato Nacional com direito a voz;
- V - convidados, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 13 - Cada Grupo Misto é composto de, no máximo, trinta e cinco (35) delegados de Seções Sindicais e de sindicalizados via Vice-Presidências Regionais e de, no máximo, igual número de observadores de Seções Sindicais, de sindicalizados via vice-presidências Regionais e convidados.

§ Único - Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um (01) delegado de uma mesma AD S.Sind. ou mais de um delegado representativo dos sindicalizados de uma mesma Vice Presidência Regional, caso o respectivo número de delegados seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra aplica-se no caso de observadores.

Sub Seção II - Do Funcionamento

Art. 14 - Os trabalhos de cada Grupo são conduzidos por uma Mesa Coordenadora composta por um (01) Coordenador, um (01) Relator e um (01) Secretário, eleitos entre seus pares, pelos delegados membros dos grupos.

§ 1º - O Relator poderá ser, excepcionalmente, um observador credenciado.

§ 2º - A qualquer momento os integrantes do Grupo Misto podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art. 15 - As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 18º Congresso, desde que observado o quorum de 50% mais um (1) dos delegados participantes do Grupo.

§ 1º - Passados quinze (15) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo, o quorum mínimo será de 30% dos Delegados participantes do Grupo.

§ 2º - Passados trinta (30) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de Delegados presentes e recolhida a 1ª (primeira) lista, que será enviada para as Seções Sindicais, e iniciada/aberta uma nova lista de frequência.

§ 3º - As deliberações somente serão tomadas com a presença da maioria absoluta (cinquenta por cento mais um) dos Delegados, participantes do Grupo.

Art. 16 - Compete ao Coordenador dirigir os trabalhos do Grupo Misto, orientando as discussões e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17 - Compete ao Relator elaborar o relatório dos trabalhos do Grupo Misto, fazendo constar do mesmo o número de votos de cada proposta submetida a deliberação, de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora.

Art. 18 - Compete ao Secretário auxiliar o Coordenador e o Relator em suas atividades, substituindo-os em suas ausências ou impedimentos.

Art. 19 - Os Relatores dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de três (03) horas após o encerramento da reunião para entregar aos membros da Comissão Diretora responsáveis pela consolidação dos Relatórios, o Relatório consolidado de seu Grupo.

§ 1º - Excetuam-se do prazo estabelecido no caput desse Art., os Relatórios de Grupos Mistos cujas reuniões terminarem após as 19 horas. Para estes casos o prazo limite é até às 12 horas do dia seguinte.

§ 2º - A não observação no disposto no caput deste Art. e no parágrafo anterior, implicará na exclusão das deliberações aprovadas pelo Grupo, do Relatório consolidado a ser apresentado à respectiva Plenária.

Art. 20 - A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos, dar-se-á conjuntamente entre os membros da mesa coordenadora que conduzirá as votações da matéria em questão na Plenária, podendo os relatores serem convocados a participar desse trabalho, sempre que se fizer necessário.

§ 1º - Da reunião para consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos lavrar-se-á Ata.

§ 2º - A reunião prevista no parágrafo anterior será amplamente divulgada pela Comissão Diretora.

§ 3º - Na consolidação dos relatórios dos Grupos Mistos, não serão consideradas as propostas de acréscimo/alteração que impliquem em redação pela comissão relatora.

Art. 21 - Do relatório consolidado dos Grupos Mistos constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas, por maioria simples.

II - as propostas que obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados presentes no Grupo Misto.

Art. 22 - As reuniões de trabalho dos Grupos Mistos terão a duração de três (03) horas, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

§ 1º - A duração dos Grupos Mistos do Tema II - Trabalho Docente: Carreira, Salários, Qualificação, Avaliação e Organização Sindical - no seu total será de 06 (seis) horas, sendo 03 (três) horas em cada turno, contados a partir do horário previsto para o seu início.

§ 2º - O prazo previsto no caput e parágrafo primeiro deste Artigo poderá, por deliberação do Grupo, ser prorrogado, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 18º Congresso.

Seção III - Das Plenárias

Sub Seção I - Da Composição

Art. 23 - As Plenárias são compostas por:

I - Delegados das Seções Sindicais e de delegados representantes dos sindicalizados via vice-presidências Regionais e da Presidente da ANDES-SN, devidamente credenciado, com direito a voz e voto;

II - Observadores das Seções Sindicais e representantes dos sindicalizados via Vice-Presidências Regionais, devidamente credenciados, com direito a voz;

III - Membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz;

VI - Convidados, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Sub Seção II - Do Funcionamento

Art. 24 - Os trabalhos das Plenárias do 18º Congresso serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por um (01) Presidente, um (01) Vice Presidente, um (1) 1º Secretário e um (01) 2º Secretário.

§ 1º - A Comissão Diretora indica entre seus membros os componentes da Mesa Coordenadora das Plenárias.

§ 2º - A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes a Comissão Diretora do 18º Congresso serem eleitos pelos delegados presentes à Plenária.

§ 3º - O quorum mínimo de funcionamento de cada Plenária é de maioria absoluta (cinquenta por cento mais um) dos delegados inscritos no 18º Congresso (Art. 20 do Estatuto da ANDES-Sindicato Nacional);

§ 4º - As deliberações observam a maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes em cada Plenária (Art. 21 do Estatuto da ANDES-Sindicato Nacional).

§ 5º - A Plenária Inicial não tem caráter deliberativo.

Art. 25 - Compete ao Presidente da Mesa Coordenadora:

I - preparar, junto com o 1º Secretário, a Ordem do Dia das Plenárias, e

II - dirigir as Plenárias, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 26 - Compete ao Vice Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o Presidente em suas atividades;

II - substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 27 - Compete ao 1º Secretário:

I - preparar, junto com o Presidente, a Ordem do Dia das Plenárias;

II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária.

Art. 28 - Compete ao 2º Secretário:

I - auxiliar o 1º Secretário em suas atividades;

II - elaborar a ATA da sessão Plenária.

Art. 29 - A duração das Plenárias será a seguinte: Plenária de Abertura 03 (três) horas; e Plenária de Instalação 02 (duas) horas; Apresentação das Teses da Conjuntura 01 (uma) hora; Plenária do Tema I - 03 (três) horas; Plenária do Tema II - 06 (seis) horas com 01 (uma) hora de intervalo; Plenária Tema III - 03 (três) horas; e Plenária de Encerramento - 03 (três) horas, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

§ 1º - Por deliberação da Plenária, o prazo estipulado no caput deste Art. poderá ser prorrogado por mais uma hora.

§ 2º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no caput e parágrafo primeiro deste Art. terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

Art. 30 - A verificação do quorum no início das Plenárias do 18º Congresso será feita através de lista de presença onde constará o nome do Delegado, o nome das Seções Sindicais, assinatura do delegado e o horário da assinatura e da contagem dos presentes através do cartão de voto.

§ 1º - Passados 30 minutos do horário previsto para o início das plenárias será recolhida a 1ª (primeira) e iniciada/aberta uma nova lista de frequência.

§ 2º - A verificação de quorum em qualquer momento do andamento da Plenária será feito pela contagem dos delegados através do cartão de voto.

Capítulo VI - Das Discussões e Votações

Art. 31 - Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões a palavra somente será concedida para discuti-la a quem se inscrever na Mesa Diretora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 32 - Para a discussão de cada matéria será estabelecido um prazo de tempo, compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração do Grupo ou Plenária.

§ Único - O número de inscrições observará estritamente o prazo definido no caput deste Artigo.

O disposto neste parágrafo aplica-se às propostas das Plenárias dos diversos Temas do 18º Congresso.

Art. 33 - As discussões e votações tem o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de três (03) minutos improrrogáveis para cada orador;

II - fase de encaminhamento de votação das propostas constantes do relatório consolidado ou apresentadas por escrito à Mesa, com tempo de três (03) minutos, improrrogáveis para cada orador, com encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento, por parte do Plenário, dos oradores.

III - fase de votação através do levantamento do cartão de voto pelos delegados de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora.

§ Único - Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

Art. 34 - As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso ao Plenário.

§ 1º - Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º - Na fase de votação, não serão aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 35 - As deliberações que impliquem em alterações do Estatuto do Sindicato Nacional serão tomadas por cinquenta por cento (50%) dos delegados inscritos no 18º Congresso, conforme dispõe o Art. 71 do seu ESTATUTO.

Capítulo VII - Das Disposições Gerais e Finais

Art. 36 - As propostas de Moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 18º Congresso até às doze (12) horas do dia 28 de fevereiro de 1999, endereçada à Comissão Diretora, sendo especificados os responsáveis e os destinatários com endereço completo.

§ 1º - A Comissão Diretora divulgará aos participantes do 18º Congresso, as propostas de moções até às quatorze (14) horas do dia 1º de março de 1999.

§ 2º - A critério da Plenária, podem ser acrescentadas outras propostas de moções, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

§ 3º - A não observação das especificações contidas no caput deste Artigo implicará em não encaminhamento da proposta de moção à apreciação da Plenária de Encerramento.

Art. 37 - As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 38 - A Diretoria tem um prazo máximo de 20 dias úteis para divulgar o Relatório Final do 18º Congresso.

Art. 39 - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 40 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 18º Congresso da ANDES-Sindicato Nacional.

Fortaleza (CE), 26 de fevereiro de 1999

TEMA I - UNIVERSIDADE PÚBLICA, AUTONOMIA E SOBERANIA NACIONAL

TEXTO 1

DIRETORIA DA ANDES-SN

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

INTRODUÇÃO

O 18º Congresso da Andes-SN será marcado por dois aspectos. De um lado, pelo aprofundamento da crise, social e econômica, decorrente do fracasso da política governamental; de outro, pela disposição do governo de impor mudanças no sistema de ensino superior público. É, pois, necessário que tenhamos a maior clareza possível sobre o conteúdo das tensões sociais e políticas resultantes da política governamental e do impacto desta. É preciso fazer uma luta ideológica para mostrar à população brasileira e ao conjunto dos trabalhadores os verdadeiros culpados da crise

O Congresso deverá ter a preocupação central de estabelecer diretrizes que permitam dirigir o MD no sentido de somá-lo ao conjunto das forças, sociais e políticas, que se opõem ao projeto representado pelo Governo FHC. Assim, há que definir propostas alternativas claras a esse projeto, especialmente para a Universidade, no sentido de aumentar sua significação social, política, econômica e cultural com vistas a um projeto político democrático e popular.

CONJUNTURA

O Plano Real acabou. Desafortunadamente, deixou um legado desastroso à nação. Após cinco anos de uma política econômica de sobrevalorização cambial, altas taxas de juros e uma medíocre taxa de crescimento do PIB, o governo conseguiu bater todos os recordes históricos:

- 1 - o déficit orçamentário nominal ultrapassou a barreira dos dois dígitos apesar de tanto o funcionalismo público estar a quatro anos sem reajuste salarial como o déficit não ter sido provocado por aumento de capacidade produtiva interna ou de programas de caráter social;
- 2 - a dívida interna saltou de R\$ 153 bilhões em 1994 para R\$ 368 bilhões em outubro de 1998, apesar da venda do patrimônio das empresas estatais;
- 3 - o déficit externo em transações correntes chegou a US\$ 35 bilhões em 1998, deixando o país totalmente vulnerável à sanha especuladora dos capitais voláteis internacionais;
- 4 - a dívida externa alcançou a cifra de US\$ 230 bilhões em outubro de 1998, apesar da alegada capacidade governamental de atração de capitais de risco;
- 5 - as taxas de desemprego aberto, medidas pelo próprio governo, chegaram ao seu recorde histórico, além do crescimento exponencial do subemprego e da precarização das relações de trabalho;
- 6 - a exclusão social e da desigualdade na distribuição de renda e de riqueza chegaram a níveis sem precedentes e inimagináveis.

Restava apenas a decantada estabilidade monetária, responsável pela dupla eleição de FHC. Entretanto, o colapso da moeda – após as reiteradas afirmativas da equipe econômica de manutenção da política cambial – constituiu-se, inexoravelmente, no prenúncio da volta da espiral inflacionária.

A *débauche* econômica de janeiro de 1999 já havia sido anunciada durante a última campanha eleitoral. Entretanto, os marqueteiros da reeleição encobriram a realidade econômica vendendo um “produto falsificado”, que custou ao país bilhões de dólares das reservas internacionais. Neste sentido, podemos considerar a eleição presidencial como um estelionato eleitoral. A percepção deste, na medida que for se generalizando, provocará a ira popular contra o falso redentor do país.

A última tábua de salvação de FHC era a de culpar o Congresso Nacional e os Governos Estaduais de oposição, particularmente os Governadores Itamar Franco (PMDB), de Minas Gerais, e Olívio Dutra (PT), do Rio Grande do Sul. A pretensa culpabilidade do Congresso Nacional não pode ser mais utilizada, dada a submissão da maioria parlamentar que aprovou, em essência, todas as propostas encaminhadas pelo pacote fiscal, acordado com o FMI.

Quanto à moratória, declarada pelo Governador Itamar Franco, e à pressão exercida pelo Fórum dos Governadores de oposição, pela renegociação das dívidas estaduais, elas são o resultado da política fracassada de FHC e não pode ser responsabilizada pelo fracasso do Plano Real

A iniciativa do grupo de governadores de oposição, buscando preservar a capacidade financeira de seus respectivos estados responderem aos seus compromissos mínimos face às necessidades básicas de suas populações, reivindicando para tanto, por meios absolutamente legais, uma renegociação das dívidas de seus estados, situa-se no campo dos direitos fundamentais das unidades políticas de uma República Federativa, merecendo, portanto, o mais irrestrito apoio da cidadania.

Nacionalmente, há a possibilidade de desdobramento da crise econômica e social em crise político-institucional. Globalmente, as recentes iniciativas do Governo, especialmente o acordo com o FMI, leva-o a servir de mediador dos grandes interesses econômico-financeiros internacionais, tendo como consequência a perda da capacidade nacional de produção de riquezas. Isto gera três questões:

1 - a questão democrática, configurada num conjunto de propostas, entre as quais o projeto de reforma do Estado, que apresentam o claro propósito de reverter a dinâmica democrática, aberta no período da transição do regime militar para o regime civil;

2 - a questão da justiça social, configurada não só nos cortes orçamentários nas áreas sociais mas, fundamentalmente, no aprofundamento dos mecanismos de concentração da renda e da riqueza social, via os projetos de reforma fiscal, tributária e de eliminação de direitos sociais, por exemplo;

3 - a questão da soberania nacional, configurada não só nas obrigações impostas pelo acordo com o FMI como, também, pelo desmonte da máquina burocrático-administrativa do Estado.

Especificamente, as iniciativas governamentais comprometerão o caráter público das IFES, especialmente as configuradas pela PEC 370-A. Ainda, tal disposição do governo federal pode ter desdobramentos semelhantes nos sistemas estaduais de ensino superior.

A Andes-SN deverá atuar em duas linhas. Uma, na mobilização dos Professores, como segmento da sociedade civil organizada, no sentido de fortalecer as articulações da sociedade civil e das forças políticas que se opõem às medidas governamentais. Outra, na convocação da Universidade, como *locus* de competência, trazendo-a ao debate político nacional, articulando-a com os movimentos sociais e com os partidos de oposição democrática. Para tal, tem-se que:

TR - 1.1

a) lutar contra a implementação do acordo com o governo FHC com o FMI e pela manutenção dos mecanismos básicos de formulação e de execução de uma política econômica nacional;

b) defender a repactuação da sistemática de pagamento das dívidas dos estados, baseado no princípio de um justo pacto federativo, e não descartar a possibilidade, talvez inevitável, de uma moratória da dívida pública do país;

c) fortalecer os mecanismos institucionais da democracia representativa, articulando-os com as diversas experiências de democracia participativa emergentes na sociedade brasileira;

d) defender o fortalecimento do princípio da divisão dos poderes, característica do Estado de Direito Democrático, defendendo sobretudo a necessidade de mecanismos de controle democrático sobre o Executivo;

e) defender uma reforma do Poder Judiciário, de forma a garantir seu papel de efetivo guardião dos interesses da cidadania e do pacto constitucional democrático;

- f) defender uma reforma fiscal e tributária, fundada nos princípios da solidariedade e da justiça social;
- g) defender o princípio do Serviço Público, como direito fundamental da cidadania e fundamental ao Estado democrático;
- h) defender uma Autêntica Reforma Agrária, acompanhada de mecanismos de apoio técnico-financeiro, como fundamento de uma redefinição do modelo atual de política agrícola;
- i) defender uma política de geração de emprego e de renda que não se subordine aos mecanismos de mercado e que contemple a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário;
- j) defender uma política de segurança alimentar e nutricional que garanta o acesso de todos a um padrão alimentar adequado às suas necessidades;
- k) defender uma reforma urbana e uma política habitacional que assegure o direito à moradia como direito básico da cidadania;
- l) defender a recuperação dos direitos previdenciários da população brasileira, duramente comprometidos com a recente reforma do Sistema Previdenciário;
- m) defender o fortalecimento do SUS e atuar contra as políticas de mercantilização da saúde;
- n) defender uma política educacional que garanta a universalização do ensino básico, segundo metas realistas e acompanhadas de necessária alocação de recursos que garanta a escolaridade mínima de oito (8) anos;
- o) lutar por uma política de C&T articulada, com uma política de desenvolvimento econômico-industrial fundada na expansão do mercado interno, na geração interna de poupança e no atendimento das necessidades e demandas dos setores hoje excluídos do mercado;
- p) defender uma política ambiental que preserve nossos recursos naturais e comprometida com o crescimento econômico sustentável;
- q) lutar contra todas as formas de discriminação, especialmente aquelas relativas as questões de classe, de raça e de etnia, de gênero e de orientação sexual.

UNIVERSIDADE

Com relação à Universidade, devemos partir da premissa que, independentemente das iniciativas governamentais, o sistema brasileiro de ensino superior é crescentemente desadaptado às necessidades, presentes e futuras, da sociedade brasileira. Tanto mais, quando estas são projetadas no quadro, possível e necessário, de um processo de evolução democrática da sociedade. Tal desadaptação é visível na crescente cobrança que a Universidade Pública é objeto, de parte dos mais diversos segmentos da sociedade. Assim, isto possibilita desenvolver uma ação francamente ofensiva e propositiva, no sentido da consolidação de um modelo de Universidade pública verdadeiramente Autônoma e Democrática. Neste sentido, já no primeiro semestre de 1999, devemos estar preparados para encarar o grande desafio da Autonomia Universitária.

O problema da Autonomia Universitária é antes de tudo um problema político. Isto, tanto no sentido de que requer premissas políticas que a viabilizem, quanto no de que uma universidade autônoma deve ser capaz de desdobramentos no plano da cultura política de um país, fora da esfera de controle governamental, contribuindo para a consolidação de uma cultura democrática. Assim, o equacionamento das premissas políticas da Autonomia Universitária gerará o conteúdo das definições do próprio conceito, em seus aspectos jurídicos, financeiros e de gestão e de controle públicos.

A defesa do conjunto de princípios que constituem o legado histórico da Andes--SN remete, naturalmente, à questão da Autonomia Universitária. Por outro lado, os frutos políticos e econômicos da greve do ano passado, incluindo aí o resultado positivo que obtivemos com o pagamento da GED, parecem ter redefinido o quadro de enfrentamento com o Executivo no terreno da Autonomia. Aí, hoje defrontam-se dois projetos distintos para a universidade brasileira, cujos princípios orientadores nos interessa explicitar.

As características do momento político e a crescente pressão do Executivo sobre o complexo institucional, formado pelas Universidades e Instituições de Pesquisa públicas, exigem uma contínua reavaliação das táticas, estratégias e alianças que levem ao fortalecimento do projeto da Andes-SN. Por sua vez, isto demanda uma atualização substancial da análise de conjuntura que envolva tanto a universidade, como aquele complexo, no qual ela se insere.

A conjuntura atual caracteriza-se, no âmbito específico da Universidade, pela tentativa do Executivo de implementar o enxugamento do Estado. Isto, em termos neoliberais, visa a funcionalidade do Estado. O pretexto, insustentável, para tal é o de atacar as causas do déficit interno, por via do controle de gastos com a Universidade e a Pesquisa.

Ao impor novos cortes de verbas, o Executivo acena, demagogicamente, com a perspectiva da modernidade do Estado avaliador. Este quebra os “enlaces corporativos” e satisfaz o “conjunto da sociedade”. Entretanto, o aumento que se observa no poder regulador do Estado sobre o complexo institucional público “Universidade e Pesquisa”, não parece se orientar para sanar as falhas deste e para promover seu necessário fortalecimento. O objetivo perseguido por este choque regulatório parece ser, tão somente, o de promover a adequação de tal complexo ao mercado. Então, este geraria os sinais que levariam à formação dos recursos humanos e à produção pesquisa (?) necessários ao projeto de inserção subordinada do País no mundo globalizado.

Ante a ofensiva do Governo, o Movimento Docente (MD) tem afirmado que o Executivo está irresponsavelmente comprometendo o futuro do País. Isto porque inibe a formação de recursos humanos, a produção de conhecimento e a capacitação científica e tecnológica. Assim, coloca em risco a capacidade de resposta às demandas da sociedade igualitária e democrática que a população brasileira reclama e que nos cabe ajudar a construir.

O MD tem respondido propondo a universalização do complexo institucional público “Universidade e Pesquisa” e sua integração orgânica com as demandas de conhecimento e de recursos humanos que a sociedade que queremos irá demandar. O MD tem-se contraposto ao Executivo, afirmando que a redefinição estratégica que interessa à sociedade brasileira não é a da adequação ao mercado, que incapacita esse complexo para atender as demandas que ela irá crescentemente colocar. Também, tem responsabilmente diferenciado-se de outros atores envolvidos com o ensino superior e a pesquisa, afirmando que tampouco nos interessa a simples recomposição ou expansão tendencial desse complexo, dado que estes apenas reproduziriam uma inadequada situação anterior.

O embate entre esses dois projetos de reorientação do complexo institucional público “Universidade e Pesquisa” tem explicitado diferenças de fundo, de natureza estratégica, no que respeita a organização e a gestão e as atividades de docência e de pesquisa. As diferenças substanciais são relativas tanto aos critérios que cada projeto supõe, como às ações que decorrem desses critérios e ao espectro de alianças que viabilizam essas ações. As diferenças de fundo decorrem não apenas de uma rejeição ao neoliberalismo. Antes, estão baseadas numa análise crítica da relação entre o processo de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção no capitalismo contemporâneo. Essa análise tem revelado a inadequação crescente entre a dinâmica dominante de exploração da fronteira do conhecimento científico e tecnológico, que decorre daquela relação, e as demandas da maioria da população dos países periféricos. Essa dinâmica, conformada pelas grandes corporações dos países avançados, serve para atender a demanda de suas sociedades, porém não oferece solução para os problemas da metade da população brasileira que se encontra marginalizada.

A percepção da necessidade de forjar-se um novo caminho para a exploração da fronteira do conhecimento científico e tecnológico é uma dessas diferenças estratégicas e de grande impacto, em termos dos critérios, ações e alianças. De fato, forjar esse caminho alternativo exige profundas redefinições do MD. Isso implica um questionamento dos critérios de “qualidade” e “competitividade”, que têm sido usados para aferir o resultados dessas atividades e que o Executivo, hoje, reforça para proceder o enxugamento do complexo institucional público “Universidade e Pesquisa”. Tais critérios, à semelhança da dinâmica de exploração da fronteira científica e tecnológica convencional a eles associada, apesar de aparentemente universais e neutros (se não os únicos possíveis), são, na verdade, exógenos e disfuncionais para a sociedade que queremos. Eles nos afastam de nosso projeto. Em contraposição,

propomos a formulação de um critério de qualidade – original e próprio – que tenha por base a relevância do que venhamos a produzir, a partir dessa nova dinâmica científica e tecnológica para a sociedade que queremos. Esse nos parece um primeiro passo para desmistificar falsos dilemas mostrando que é possível:

TR – 1.2

- a) expandir a universidade pública, para atender a parcela crescente da sociedade, sem sacrificar o padrão de atendimento que já logrou;
- b) fazer pesquisa original e com reconhecimento internacional, sem obrigar nossos pesquisadores a trilhar o caminho apontado pela dinâmica convencional;
- c) generalizar a realização de pesquisa em todo o país, materializando o retorno que ela pode gerar; sem tornar seu custo proibitivo para a sociedade;
- d) estimular a realização do trabalho interdisciplinar, sem penalizar os que ousarem inovar;
- e) produzir resultados passíveis de serem aplicados no entorno regional, sem sacrificar a carreira dos pesquisadores;
- f) gerar resultados com aplicação tecnológica que sirvam à população diretamente ou mediante organismos públicos, sem ter que, necessariamente, associar-se a empresas;
- g) formar recursos humanos e produzir conhecimentos úteis, sem atrelar a definição de suas características aos sinais distorcidos que nosso mercado emite ou à correlação de forças ou prestígio entre as diferentes áreas do conhecimento, instituições ou regiões.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

O movimento docente tradicionalmente defendeu a tese da "auto-aplicabilidade" do artigo 207 da Constituição Federal. Na opinião da diretoria da ANDES, esta tese, do ponto de vista estratégico e de princípio, é correta, mas entendemos que a redação do texto constitucional ("*As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*") é insuficiente para a defesa da autonomia universitária e tem permitido ao governo normatizar, autoritariamente, a organização da universidade. Entretanto, entendemos que o artigo 207 não precisa de um projeto de emenda constitucional (PEC) que anule o princípio da autonomia como pretende o governo, mas é fundamental que o mesmo seja devidamente regulamentado com o objetivo de melhor definir: o modelo jurídico da universidade, sua gestão democrática e o processo de avaliação, garantia do financiamento público e o devido controle público e estatal sobre as instituições particulares de ensino superior.

Partimos do pressuposto que, em primeiro lugar, a Constituição não define por si só o quadro institucional da autonomia e, em segundo, porque sem esta definição a "auto-aplicabilidade" significaria na prática uma desregulamentação do sistema de ensino superior, com óbvias conseqüências negativas. Poderia levar à pulverização do sistema público de ciência e tecnologia.

A Constituição assegura a autonomia como **direito fundamental** das universidades. É preciso, no entanto, regulamentar o **quadro institucional** que materializará o exercício deste direito.

Como afirmamos anteriormente, esta regulamentação supõe a definição legal de quatro pontos. Primeiro, a definição do **regime jurídico** da futura universidade autônoma. Devemos formular um ente jurídico voltado para o exercício **autônomo** de uma **função pública**, e não para o exercício **descentralizado** de uma **função estatal**, como é o caso das atuais autarquias universitárias. Segundo, a definição do regime de **financiamento**. Este deve assegurar não apenas a manutenção das atuais universidades públicas, mas sua expansão, assegurando o regime de gratuidade do ensino. É deste ponto de vista que propomos a discussão de, ao lado do aumento das dotações estatais, buscar-se um sistema de contribuições específicas de setores da economia que se beneficiam diretamente da atividade universitária, bem como um sistema de incentivos fiscais, que dêem origem a um fundo a ser gerido autonomamente pelas instituições. Não se trata de incentivar a "venda de projetos", mas de reconhecer que é graças ao trabalho das universidades públicas que o Brasil é um dos grandes produtores mundiais de

petróleo, por exemplo. Porque os ganhos que isto representa para a economia não podem reverter para um fundo que garanta a expansão do sistema público de ensino superior?

Em terceiro, a definição do modelo de **gestão e avaliação**, que garanta a transparência, um regime de pessoal isonômico, compatível com a função específica da universidade e com as garantias de um serviço público, bem como a relevância social do sistema de ensino superior. Finalmente, a definição de instrumentos de **controle público e estatal sobre o ensino superior privado**. Partimos da premissa de que a educação e a pesquisa são atividades de interesse público, independentemente de serem realizadas em instituições estatais ou privadas. Sua regulamentação, portanto, deve respeitar o interesse público, e, se defendemos a autonomia das universidades públicas face ao Estado, defendemos também a autonomia das universidades privadas face às suas respectivas mantenedoras.

Estes são os princípios orientadores da proposta de debate que a diretoria da ANDES coloca para a apreciação do 18º congresso de nossa entidade.

Neste sentido, propomos que a Andes-SN:

TR – 1.3

a) desencadeie uma ampla ofensiva política de debate e de mobilização em defesa da Autonomia Universitária, envolvendo não apenas a comunidade universitária mas o conjunto das forças políticas democráticas e o movimento social organizado.

b) tome a iniciativa na proposição, sob a forma de Anteprojeto de Lei, do quadro legal e institucional da Autonomia Universitária, contemplando sua definição jurídica, os mecanismos de financiamento público-estatal que garantam, inclusive, a necessária expansão do ensino superior público, as formas de gestão e avaliação das instituições e o controle público sobre a rede de ensino superior privada.

TEMA II - TRABALHO DOCENTE: POLÍTICA EDUCACIONAL, POLÍTICA SINDICAL, POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA CARREIRA E QUALIFICAÇÃO, SALÁRIOS.

TEXTO 2

DIRETORIA DA ANDES-SN

TRABALHO DOCENTE

O conjunto das reivindicações de caráter econômico-corporativo dos docentes deverá ter como norte a normatização pretendida para a universidade autônoma. Assim, estas reivindicações deverão garantir, antes de tudo: os princípios do MD no que diz respeito à isonomia salarial entre as IFES; a garantia de planos de cargos e salários nas IEES, prevendo ingresso por concurso público; garantia de estímulos ao aperfeiçoamento docente; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; estabilidade, garantia de exercício profissional e liberdade acadêmica, na rede privada; garantia de piso salarial e luta contra as formas de precarização do trabalho docente.

Assim propomos que a Andes-SN:

TR – 2

a) lute contra todas as formas de cerceamento à liberdade de organização sindical dos docentes da rede privada;

b) lute pela definição de patamares salariais, especialmente nas redes privada e estaduais, compatíveis com o exercício da docência;

c) lute contra todas as formas de precarização do trabalho e das suas formas de remuneração;

d) no caso das IFES, lute para que a GED seja automaticamente atribuída em 100% à todos os docentes que cumprirem com as obrigações contratuais previstas em seu regime de trabalho, tal como assegurado em sua regulamentação;

e) no caso das IFES, lute contra tentativas de administrações universitárias de estabelecerem normas restritivas por conta própria, para a GED;

f) no caso das IFES, lute pela extensão da GED aos atuais aposentados;

g) lute pela definição de parâmetros de avaliação de desempenho institucional das IES efetivamente democráticos, que garantam o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e que se constituam como base de qualquer projeto de avaliação de desempenho individual dos docentes e discentes;

h) lute contra as diferentes formas de autoritarismo nas relações administrativas e acadêmicas nas IES, especialmente contra as tentativas de submissão de IEES aos interesses de oligarquias regionais;

i) lute pelo enquadramento dos docentes de 1º e 2º graus das IFES e IEES na carreira de docentes de ensino superior, com iguais exigências de formação acadêmica e iguais direitos.

TEXTO 3

DIRETORIA DA ANDES-SN

POLÍTICA EDUCACIONAL

CURSOS SEQUENCIAIS

Nos anos noventa, a partir do governo Collor, inicia-se o processo de discussão e implementação das condições políticas e institucionais para colocar o Brasil na dinâmica do mercado internacional. Nesse sentido, são propostas várias mudanças para a sociedade brasileira, abrangendo, dentre outras, a reforma do Estado, segundo as ideologias do Estado mínimo, privatizações de empresas públicas, abertura da economia ao mercado externo, desregulamentação das relações de trabalho. Essas mudanças têm sido introduzidas num quadro político no qual o executivo tem desconsiderado a ampla participação das maiorias sociais, privilegiando, entretanto, outros grupos de interesses que representam o projeto governamental para “modernizar” o país.

As medidas adotadas vêm gerando uma profunda exclusão social, não obstante alguns impactos das reformas cambial e monetária, produzindo aparente estabilidade econômica, e a utilização intensiva da mídia tenham contribuído para assegurar o apoio de parcelas da sociedade ao governo, a exemplo da reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

A vinculação do Brasil à dinâmica da mundialização do capital se realiza também pela intermediação de organismos internacionais, como o Banco Mundial, dentre outros, que vêm orientando a definição de políticas públicas em todas as instâncias da sociedade, particularmente na área de educação.

Nesse contexto, são formuladas políticas para modificar a concepção e a organização de todo o ensino no Brasil. No que diz respeito ao ensino superior, foram tomadas diversas iniciativas para reorganizá-lo, implicando, por exemplo, alterações na estrutura das universidades públicas, sua autonomia e a oferta de cursos superiores, seja em instituições públicas ou privadas.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) representou o estabelecimento de condições institucionais para adaptar a educação brasileira a diretrizes fixadas sob a orientação do Banco Mundial. Deu-se início, então, à regulamentação de seus artigos, explicitando-se propostas ali enunciadas. Dentre essas, encontram-se os Institutos Superiores de Educação e os cursos seqüenciais que, em nome da democratização do acesso ao ensino superior, propõem estratégias discriminatórias para diversificar a oferta de vagas nesse nível de ensino.

Focalizando, aqui, a emergência dos cursos seqüenciais, considera-se que, para sua compreensão, é importante resgatar seus antecedentes na história da educação brasileira. Tratam-se dos cursos de engenharia de operação, que deram origem aos cursos de Engenharia Industrial, e da formação de tecnólogos, hoje existente nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), cujos pressupostos filosóficos reaparecem na concepção dos cursos seqüenciais.

Os cursos seqüenciais: histórico e propostas²

O parecer da Câmara do Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, nº 672, retificado pelo parecer nº 968, aprovado em 17 de dezembro de 1998, procura regulamentar o artigo 44, inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), explicitando a organização dos cursos seqüenciais.

De acordo com o mencionado parecer, identifica-se na proposta dos cursos seqüenciais a preocupação em garantir a “flexibilidade” dos sistemas de ensino e das instituições, em suas formas de organização e modos de atuar. Considerando que a lei não foi muito clara sobre os referidos cursos, o parecerista admite que isso representa um convite a inovações no ensino pós médio e superior que possam atender demandas de diferentes setores da sociedade. Desse modo, julga ser possível abrir “avenidas para a indispensável diversificação de nosso ensino superior, permitindo que a expansão das vagas alcance, em médio prazo, índices de matrícula comparáveis aos de outros países da América Latina com desenvolvimento sócio-econômico similar ao brasileiro” (Parecer CNE 968, 1998: 2).

Dentre os aspectos inovadores que foram atribuídos aos cursos seqüenciais, destacam-se, essencialmente, sua duração mais reduzida do que os cursos de graduação regulares, a oferta de uma formação acadêmica ou profissional “menos densa”, as possibilidades de serem criados e extintos de acordo com demandas sociais ou institucionais, seu funcionamento mais independente de normas de autorização prévias e do ano letivo oficialmente instituído, a expedição de certificados e diplomas distintos dos cursos de graduação.

Embora essa perspectiva de “flexibilização” do ensino superior seja apresentada como algo inovador, ela não é, efetivamente, nova seja no cenário mundial ou no Brasil.

Nas décadas de sessenta e setenta, houve um amplo movimento de reformas educacionais, em vários países do mundo, trazendo, em seu bojo, os cursos de curta duração. Na época, atribuía-se a esses cursos duas características. Uma delas era a chamada “função compreensiva”, através da qual se propunha formar estudantes não só para atividades profissionais em nível técnico como também para ingressar no 2º ou 3º anos de cursos superiores de duração regular (bacharelado). A outra característica é a de fornecer aos estudantes um preparo estritamente profissional para que possam se inserir no mercado de trabalho. A predominância de cada um desses aspectos ou a coexistência de ambos chegou a variar nos diferentes países. A implementação desse modelo de curso está relacionada à realização de reformas educacionais que modificaram a organização da escola média, afetando a clássica dualidade que se estabeleceu, nas sociedades capitalistas, entre a formação geral e a formação técnica. Dependendo do grau de separação que historicamente se consolidou entre esses ramos do ensino, em cada país, a educação pós-secundária tendeu a oscilar entre as funções compreensivas e profissionalizante, prevalecendo, freqüentemente, esta última.

A justificativa para a implantação de cursos pós secundários – ou de ciclo curto – foi relacionada, em âmbito mundial, à necessidade de tornar os cursos universitários tradicionais mais “flexíveis”, apresentando-se novas respostas para a crescente demanda social pelo ensino superior. Procurando resumir os objetivos gerais a serem atribuídos a esse tipo de programa, Dorothea Furth (*apud*: SANTOS FILHO, 1976) os relaciona da seguinte forma:

- responder à crescente pressão da demanda individual pelo ensino superior;
- promover igualdade de oportunidades educacionais em nível superior;

² O histórico dessa experiência e a interpretação sobre ela foram organizados com base em SOARES (1982).

- treinar técnicos de nível intermediário, necessários ao desenvolvimento econômico;
- promover e facilitar a inovação do ensino superior.

No Brasil, a proposição de cursos "flexíveis" e "inovadores" surgiu com a LDB 4024/61 e tomou corpo no programa de engenharia de operações, criado em instituições privadas de ensino, desde 1963. Desse modo, se consideramos as características mais amplas dos cursos seqüenciais, podemos dizer que elas já estão presentes na realidade educacional brasileira há quase quarenta anos. Nos anos setenta, no quadro das reformas da educação produzidas pela ditadura militar, vieram as carreiras de curta duração e, com elas, os cursos de formação de tecnólogos, cuja implementação acarretou o fim da experiência inicial da engenharia de operações, e se consolidou nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Assim, os cursos seqüenciais nada mais são do que a continuidade dessa mesma política, atualmente existente na estrutura dos CEFETs: os cursos de formação de tecnólogos.

Primeira experiência de cursos de curta duração: a engenharia de operação

Os cursos de engenharia de operação começaram a ser criados com base na justificativa de que muitos setores da indústria não estavam requerendo a formação plena do engenheiro. A tendência era a de transferir para os engenheiros as atividades técnicas e operacionais do sistema industrial. Os empregadores convocavam engenheiros não diplomados e até mesmo profissionais de outras áreas³ para exercer atividades práticas imediatas na indústria.

Isso se verifica, principalmente, durante a década de cinqüenta, em São Paulo, onde se concentravam as maiores empresas industriais do país. É justamente em São Paulo, precisamente em São Bernardo do Campo, que são criados os primeiros cursos de engenharia de operação.

Esses cursos começam a ser implantados em 1963, na Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), escola que estava ligada à PUC/SP. Eles tinham três anos de duração, enfatizavam basicamente a formação de cunho profissionalizante que fazia parte dos tradicionais cursos de engenharia e concentravam-se essencialmente na área industrial.

No período de 1963 a 1972, foram implantados cerca de 74 cursos desse tipo, predominantemente nas universidades católicas. As modalidades que abrangiam eram, por exemplo, eletricidade, mecânica, petroquímica, siderurgia, construção civil, etc. Tais cursos foram programados em 34 instituições de ensino superior, das quais 21 pertenciam à rede privada.

O Ministro da Educação na época, Flávio Suplicy de Lacerda, apoiou os cursos com duração reduzida, criados nas universidades católicas, alegando que esse tipo de programa confirmava o plano geral do governo para reconstruir o ensino superior. A diminuição do número de anos dos cursos superiores, na sua opinião, tinha sido estudada para que o estudante ficasse "mais próximo do professor *obrigatoriamente*", contribuindo para impedi-lo de ir "para a rua discutir a autodeterminação dos povos" (*apud*: SOARES, 1982: 227).

O modelo de cursos superiores de duração reduzida adotado pelas universidades católicas inspirava-se na experiência alemã que, segundo os idealizadores desses cursos⁴,

³ No final dos anos cinqüenta surgiu uma publicação intitulada "Procura-se um engenheiro, de preferência sem diploma", onde se afirmava: "Recente pesquisa acusou a existência de 17 "engenheiros não diplomados", numa amostragem de 197. (...) A mesma pesquisa indicou que pelo menos 12 não diplomados ocupavam na Cia. Siderúrgica Nacional cargos técnicos cabíveis a engenheiros e que a "Aço Vilaros contava, em 1957, com um médico... no exercício das funções de engenheiro metalúrgico..." (*Apud*: KAWAMURA, 1979: 91, Nota 98).

⁴ Dentre eles, podem ser citados o professor do Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais (IPUC-MG), Roberto Rettore, que traduziu o texto de Bertarelli, "Seu filho engenheiro", no sentido de subsidiar o I Simpósio Brasileiro de Escolas de Engenharia, promovido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em julho de 1965, o professor Joaquim Ferreira Filho, um dos engenheiros que organizaram os cursos de engenharia de operação na Faculdade de Engenharia Industrial de São Bernardo do Campo, o professor engenheiro Mário Werneck de Alencar Lima, da UFMG e diretor do IPUC-MG.

possibilitava, teoricamente, o fluxo de alunos formados em cursos superiores técnicos para os de engenharia, em contraposição ao modelo americano que impedia essa continuidade de estudos. Valorizando-se o tipo de profissional a ser formado em cursos curtos, permitindo-lhes o prosseguimento de estudos, valorizava-se o ensino técnico superior e, conseqüentemente, os próprios estabelecimentos de ensino que ofertavam esse programa.

Para mudar a tendência em criar cursos de duração reduzida em instituições universitárias, intervieram representantes da Fundação Ford, procurando estimular a introdução desses programas nas escolas técnicas de nível médio. Nesse sentido, dão início a um programa com o objetivo de expandir os cursos de engenharia operacional. Henry P. Adams, um dos representantes da Fundação Ford, entra em contato com a FEI (PUC-SP), encaminhando-lhe "um plano de ajuda ao funcionamento dos cursos de engenharia de operação" que incluía o fornecimento de "consultoria técnica, bolsas de estudo e equipamentos. Em contrapartida, exigiam que esses programas funcionassem separados dos de engenharia plena; deveriam ser terminais e gratuitos, pois se destinariam a pessoas que não poderiam pagar uma educação de nível superior" (SOARES, 1982: 225-6).

Os representantes da FEI recusam a proposta. Diante disso, os assessores da Fundação Ford entram em contato com a Escola Técnica Federal do Rio de Janeiro, Celso Suckow da Fonseca e, através da mediação de Joaquim Faria Góes Filho, encontram receptividade ao seu programa ⁵. Os acordos para a implementação de cursos de engenharia de operações em escola técnica de nível médio pública, sob os auspícios da Fundação Ford, têm início em 1965. Entretanto, os referidos cursos "não seriam apresentados com a perspectiva de continuidade de estudos na engenharia plena, uma vez que essas escolas não possuíam outros cursos de nível superior. Acentuar-se-ia, assim, o cunho *terminalizante* da orientação americana sugerida pelos representantes da Ford" (SOARES, 1982: 226).

Considerando que seus interesses estavam prejudicados com a iniciativa da Fundação Ford, as Universidades Católicas organizaram o "I Simpósio Brasileiro de Escolas de Engenharia", no Rio de Janeiro, mediante o qual obtiveram grande sucesso entre as principais escolas particulares e efetivo apoio do MEC para seus interesses em "ampliar suas áreas de influência na educação superior; valorizar suas instituições, colaborar com a política governamental para conseguir mais verbas e criar oportunidades de organização, no sentido de fortalecer seu empreendimentos na área educacional" (SOARES, 1982: 227).

Desse modo, as universidades católicas conseguiram não apenas a liberação de recursos do MEC para incentivar a implementação dos curso de engenharia de operações, como também a aprovação do decreto 57.075, de 15/10/65, que impedia a criação de cursos superiores em escolas de nível médio, além de importantes acordos de cooperação com representantes do setor industrial, como a FIESP e o SIMESP (Cf. SOARES, 1982: 230).

Assim, para contornar os impedimentos legais à introdução dos programas de engenharia de operações nas instituições de nível médio, foram estabelecidas negociações entre a Escola Técnica Celso Suckow da Fonseca e a Escola Nacional de Engenharia (hoje ligada à Universidade Federal do Rio de Janeiro), que deu cobertura legal ao projeto. Desse modo, foram criados dois cursos de engenharia de operações naquela escola técnica e um na Escola Nacional de Engenharia. A Fundação Ford, por sua vez, responsabilizou-se pela doação de equipamentos e assistência técnica, através da Universidade de Oklahoma (Cf. SOARES, 1982: 230-1).

A expansão desses cursos provocou resistências e críticas por parte de muitos engenheiros, que se manifestaram através de suas corporações, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREAs). Alegava-se que a utilização do engenheiro em funções operacionais e técnicas na indústria chocava-se com os objetivos do tipo de formação desse profissional, que

⁵ Faria Góes Filho foi membro do Conselho Federal de Educação (CFE) e subchefe da seção brasileira da "Aliança para o progresso", no Rio de Janeiro, foi por muito tempo ligado ao SENAI e vinha organizando várias pesquisas sobre a formação de técnicos para a indústria, pela Fundação Getúlio Vargas,

se desenvolveu no Brasil: eminentemente voltada para qualificar quadros de direção e não de execução (Cf. SOARES, 1982: 231-6). Discutia-se, além disso, a concessão do título de “Engenheiro de Operação” bem como qualquer outro título que levasse a confusões com aquele conferido aos profissionais formados em cursos regulares, de duração plena. Sugeria-se que a titulação desses programas curtos fosse a de “técnico em engenharia” ou “tecnologista” e que os profissionais neles formados fossem impedidos de se filiarem ao Instituto de Engenharia, constituindo sua própria instituição representativa.

Apesar desses protestos, o governo apoiou amplamente, até 1967, o programa de engenharia de operação, aprovando-se documentos que regulamentaram as atribuições dos profissionais formados nesse programa, equiparando-os aos engenheiros plenos (Cf. SOARES, 1982: 235).

Entretanto, as reações de natureza corporativa dos engenheiros aos programas de duração reduzida são reforçadas com as mudanças que ocorrem no Estado brasileiro, no quadro do aprofundamento do autoritarismo militar, quando são reformuladas as políticas educacionais para as escolas média e superior.

Segunda experiência: as carreiras de curta duração e a formação de tecnólogos

Com a modificação da política educacional do governo, no final dos anos sessenta, é proposta uma nova alternativa para responder às demandas do setor industrial em expansão, ao problema dos “excedentes” da universidade e às insatisfações dos engenheiros. Surgem as carreiras de curta duração: cursos com a duração de dois anos, em todas as áreas da formação universitária (humanas, saúde, tecnologia) visando modernizar a estrutura de qualificação da escola superior. Dentre essas carreiras, encontravam-se os cursos de formação de tecnólogos. Com ampliação desse programa, são oficialmente extintos, em 1977, os cursos de engenharia de operações.

O programa de cursos de curta duração proposto no contexto das reformas educacionais promovidas pelo governo militar, entretanto, não pode ser compreendido senão a partir da análise do conjunto de medidas que advieram dessas reformas.

Apesar da Lei 5692/71 (ensino de 1º e 2º graus) ter sido instituída três anos depois da Lei 5.540/68 (ensino superior), elas foram pensadas conjuntamente e de modo articulado. Inclusive a Reforma do Ensino Superior foi resultado de uma proposta intitulada “*articulação da escola média com a superior*”⁶. Entretanto, os objetivos dessa Reforma eram exatamente o oposto: estabeleciam procedimentos para desarticular o ensino médio do ensino superior, em face do aumento das pressões sociais pelo acesso à universidade.

Como sabemos, a estrutura da escola no Brasil é marcadamente dualista: o ensino técnico e o ensino secundário constituíram-se de forma separada e com finalidades diversas, não existindo vínculos entre o ensino técnico e o universitário. Existiam mecanismos que impediam os alunos, provindos do ensino técnico, de se candidatar ao ingresso no ensino superior, pois não havia uma equivalência oficial entre os diferentes ramos do ensino técnico e o curso secundário. A LDB 4024/61 oficializou a equivalência entre os diversos ramos da escola média e isso repercutiu profundamente sobre a Universidade, na medida em que, a partir de então, aumentou enormemente a demanda pelo ensino superior. Isso se deveu à expansão de escolas profissionalizantes particulares, favorecidas com a referida Lei, que se aproveitaram do fato de que os seus egressos poderiam se candidatar ao ingresso na educação superior.

Para fazer face às maiores pressões sociais sobre o ensino superior, educadores e técnicos ligados ao governo procuraram formular estratégias para articular a escola média com a escola superior, que apareceram na forma das Leis 5.540/69 e 5692/71, promulgadas em tempos diferenciados, mas que estavam sintonizadas ante o mesmo propósito: em nome de uma suposta *articulação*, promover a *desarticulação* da escola média com a superior. E como isso ocorreu?

No que diz respeito à escola média, foi instituída a sua profissionalização compulsória para garantir sua terminalidade. Supunha-se que, com a qualificação para o trabalho, haveria

⁶ Indicação nº 48 do CFE, aprovada em 15 de dezembro de 1967.

possibilidades de se deter a corrida para o ensino superior, particularmente para as universidades públicas.

Quanto ao ensino superior, procurou-se diversificar sua organização, particularmente nas Universidades públicas, para garantir suas funções seletivas e elitistas. Nessa direção, foram tomadas, dentre outras, quatro medidas importantes, cujo objetivo mais amplo foi o de trazer para a organização da escola superior a dualidade já existente na escola média: a redefinição do vestibular; a criação do ciclo básico, a criação das carreiras de curta duração e dos cursos de pós-graduação.

A primeira delas, a redefinição do vestibular, consistiu em convertê-lo de eliminatório em *classificatório*. Com isso, pretendia-se conter os movimentos estudantis, que reivindicavam vagas e verbas para a educação superior. Apenas recordando, depois da equivalência dos cursos médios, foi mantido o vestibular eliminatório, que se tornou frágil como mecanismo de seleção, ante o aumento de candidatos ao ensino superior. Era enorme a quantidade de pessoas que “passavam” no vestibular mas se viam sem vagas para se matricularem na universidade. Isso gerava um elevado número de excedentes, que engrossavam as fileiras dos movimentos estudantis, pressionando as autoridades governamentais para ingressar no ensino superior. Com a mudança para o vestibular classificatório, a figura do excedente foi descaracterizada, como ocorre hoje.

A segunda medida, a instituição do primeiro ciclo de estudos (ciclo básico), que antecede a formação profissional na Universidade, foi pensada, inicialmente, como um vestibular interno à universidade. O ciclo básico tinha o objetivo de “aprimorar” a seleção para os cursos superiores, superando limites do vestibular, como é apontado por Rudolph Atcon, então secretário do Conselho de Reitores das Universidades do Brasil e um dos teóricos das reformas universitárias na América Latina. Para ele, “o único critério de eliminação deveria ser o da *intrínseca incapacidade do candidato seguir intelectualmente um curso de nível superior*. (...) a seleção real se daria no decorrer dos primeiros semestres na Universidade” (*apud*: SOARES, 1982: 250).

O ciclo básico foi propagandeado como sendo uma forma de homogeneizar estudos, mas, na verdade, tratava-se, como diz Chagas, um dos mais influentes teóricos da Reforma Universitária de 1968, de um “vestibular interno” (CHAGAS, 1962). Seria uma “seleção direta” (o vestibular constituiria a etapa da “seleção indireta”), na qual definia-se a opção do aluno pela carreira de ensino superior, condicionada ao seu desempenho no ciclo básico, complementado por testes psicológicos e orientação vocacional (Cf. SOARES, 1982: 24-8). E para quem se recusasse a seguir as carreiras de curta duração restava o “jubilamento”, medida também criada junto com a Reforma do ensino superior dos anos sessenta.

A terceira medida, a criação dos cursos de curta duração em diferentes áreas da formação, estava estreitamente relacionada ao ciclo básico: após a triagem dos alunos, realizada durante o vestibular interno à universidade (o ciclo básico), os *desclassificados* deveriam ser encaminhados para os cursos tradicionais e regulares ou para as novas modalidades de curso superior, de duração reduzida.

É preciso esclarecer que, junto à proposição do ciclo básico, estava a proposta de postergar a escolha, por parte do candidato, do curso superior a ser seguido. Essa opção seria feita após a conclusão do ciclo básico e com a participação da universidade, através de professores orientadores, aplicação de testes vocacionais, testes de inteligência, etc. Entretanto, o adiamento da opção do candidato pelo curso superior, para depois da conclusão do ciclo básico, somente foi implementada em universidades do nordeste, quando surgiram diversos problemas que levaram a mudanças dessa medida.⁷

⁷ Nesse sentido, vale ressaltar o depoimento do professor Lynaldo Cavalcanti, reitor da Universidade Federal da Paraíba, no início dos anos setenta. Segundo ele, as universidades adotaram, inicialmente, “o regime de *pós-opção de carreira* (opção após o Primeiro Ciclo) para tentarem orientar, durante os estudos básicos, os candidatos a melhor escolherem a profissão. Como a orientação não tem nem pode ter caráter compulsivo (é simples informação e aconselhamento) ficou sendo uma *tentativa de encaminhar os alunos na procura dos cursos*

É preciso entender que, nessa nova proposta de organização do ensino superior, pretendia-se oferecer muito mais vagas no ciclo básico do que aquelas existentes nos cursos tradicionais da Universidade. Esse aumento de vagas seria destinado aos cursos de curta duração, para onde iriam os estudantes desclassificados no ciclo básico. Ao mesmo tempo, os cursos de curta duração seriam constituídos a partir da fragmentação das carreiras tradicionais, devendo ter um caráter estritamente técnico e um programa curricular fixado em dois anos de duração. Esses cursos eram destinadas a preparar trabalhadores qualificados para as tarefas técnico-operacionais da produção industrial, de professores “polivalentes” (licenciaturas curtas) e toda sorte do que veio a ser chamado de profissões “intermediárias”.

Por fim, a quarta medida, a criação dos cursos de pós-graduação, vinha no sentido de ampliar o grau de estratificação interna da universidade. Considerados o mais alto patamar da hierarquia do sistema escolar, passaram a exigir, para sua realização, a conclusão de todos os graus que compõem a “escada educacional”. Tinham o propósito de enfatizar o pensamento crítico e a pesquisa. Já nos cursos de curta duração, também caracterizados como de nível superior, não se pretendia estimular o pensamento crítico. Foram criados para ampliar as oportunidades de ensino superior para aqueles indivíduos que não tivessem chances de acesso aos estudos universitários, limitando-se à preparação técnica de trabalhadores para ocupar posições específicas na divisão social do trabalho.

Os fracassos do ciclo básico, em cumprir sua função de “vestibular interno”, e do adiamento da opção pela carreira profissional (“pós-opção”) criaram o “excedente interno”: aquele que se recusava a aceitar seguir outros cursos superiores que não se encaixassem em suas escolhas pessoais, fossem eles plenos ou de duração reduzida. (Cf. SOARES, 1982: 263). O vestibular retorna, então, à sua função anterior, a de seleção para uma carreira determinada.

Com os insucessos do ciclo básico, muitos de seus objetivos foram concentrados no plano de carreiras de curta duração, incentivado a partir de 1972, quando o MEC o definiu como projeto prioritário do Plano Setorial de Educação e Cultura, para o período 1972-74. Esse projeto foi justificado pela necessidade de flexibilizar a estrutura universitária e introduzir uma mudança de mentalidade acerca do ensino superior no Brasil. Dentre os seus objetivos, destacam-se:

- atender à crescente demanda pelo ensino superior;
- minimizar o problema do excedente dos vestibulares;
- formar profissionais para atender às áreas prioritárias do governo;
- evitar o problema do “excedente profissional”, criando e extinguindo os cursos curtos, segundo as necessidades do mercado de trabalho;
- cobrir áreas de formação profissional ainda desatendidas pelos cursos superiores existentes.

Desse modo, as carreiras curtas surgem “no bojo da redefinição do processo seletivo, com a função de absorver os ‘desclassificados’ dentro da universidade. Esses estudantes seriam dirigidos tanto para cursos para os quais a demanda era inferior (como, por exemplo, História em lugar de Matemática), quanto para cursos de dois anos, paralelos aos cursos acadêmicos, visando à formação de técnicos para as novas tarefas geradas pela complexidade da estrutura produtiva” (SOARES, 1982: 251).

O modelo que passou a orientar os cursos de curta duração foi o da experiência americana dos “junior colleges” e dos “community colleges”. Segundo alguns educadores americanos (Cf. KARABEL, 1972 e BOWLES & Gintis, 1976), esses cursos surgiram nos Estados Unidos como uma forma de preparar quadros técnicos de nível superior e, ao mesmo tempo, responder às aspirações das classes subalternas de prosseguir estudos na universidade, *desviando-as* da universidade.

Nos “colleges”, adota-se um conjunto de procedimentos, tais como testes psicológicos e padrões de desempenho acadêmico, com o objetivo de convencer as pessoas de que elas não

menos tradicionais e condenados ao esvaziamento. Dada a frustração desta tentativa, surgiu então a figura do “excedente interno” (*apud*: SOARES, 1982: 263).

têm “aptidões” para as carreiras universitárias e sim para programas profissionalizantes. Esse tipo de escola, que se frequenta após o curso secundário, desempenha um importante papel na manutenção do ensino universitário como ensino de “elite”.

Para desenvolver o “Projeto 19” no Brasil, foram contratados diversos consultores estrangeiros, dentre os quais podem ser citados Henry P. Adams, da Fundação Ford, que orientou os programas de engenharia operacional nas Escolas Técnicas Federais; Victor Spathelf, da “Wayne State University”, para assessorar os cursos de tecnologia na área industrial; Laurence Abhrams, do “College of Allied Health Sciences”, para a área de saúde; Jerry J. Halterman, da “Ohio State University”, para o setor agrícola, e S. Castan e J. Scheid, do “Institut Universitaire de Technologie”, da França, para os cursos de processamento de dados (Cf. SOARES, 1982).

Diferenciados das características dos cursos longos, os currículos dos cursos superiores técnicos seriam compostos de disciplinas que, mesmo com conteúdo equivalente ao curso universitário tradicional, deveriam ter denominação distinta (Cf. MEC, 1977: 33). Tudo deveria ser feito para que o candidato entendesse que o curso técnico de nível superior era terminal, levando-o ao trabalho, e não uma “nova trilha para a universidade” (MEC, 1974: 22).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o MEC facilitaria a implantação dos cursos de curta duração, entregando às próprias instituições a tarefa de preparação dos currículos, também estimularia sua alteração, substituição e/ou desativação. Os cursos, portanto, deveriam atender demandas específicas do mercado de trabalho que, uma vez saturadas, implicariam a extinção desses cursos. Por isso, os novos “diplomas” oferecidos pelos cursos corresponderiam às exigências práticas do setor produtivo e não se confundiriam com os diplomas tradicionais de cursos de duração plena.

Posteriormente, o “Projeto 19” passou a ser “Projeto 15” e, para sua execução, o MEC liberou uma verba da ordem de Cr\$ 37.441.281,00 (trinta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e um mil e duzentos e oitenta e um cruzeiros), a ser distribuída durante o quinquênio 75-79, estabelecendo que o modelo nacional desses cursos deveria se pautar nos seguintes princípios:

- *terminalidade*: “Nesse sentido, o curso de curta duração *não se apresenta como trampolim para outros cursos de longa duração* Se admitíssemos este ponto de vista, aconteceria necessariamente o *enfraquecimento de definição quanto aos cursos de curta duração* (SOUSA, 1977: 55);

- *ligação imediata às demandas do mercado de trabalho regional e nacional*: “A preparação do novo profissional se fará levando em conta *as necessidades imediatas e próximas do empregador potencial*, pretendendo-se chegar ao ponto de com ele discutir, sempre que possível, aspectos do currículo escolar proposto” (SOUSA: 1977: 46);

- *extinção dos cursos quando constatada a saturação do mercado de trabalho*: os cursos de curta duração têm por objetivo “(...) o de não formar profissionais para além do número capaz de ser absorvido (...)”. Por isso, “(...) é preciso estabelecer a firme disposição de alterar e atualizar os currículos, para atendimento de exigências práticas novas (...)” (SOUSA, 1977);

- *necessidade de formar o profissional do “fazer”*: o currículo dos cursos de curta duração dispensam formação científica abrangente, pois “(...) intentam oferecer uma formação prática e técnica, enquanto superior tradicional está voltado mais para a formação científica abrangente” (SOUSA, 1977: 47);

- *não ligação com os cursos universitários*: a experiência internacional revelara que “(...) a integração dos cursos de curta duração no sistema universitário não contribui significativamente para aumentar o seu prestígio no contexto do sistema de ensino superior como um todo” (SOUSA, 1977: 61)

Os cursos de curta duração começaram a ser implantados a partir de 1970, abrangendo instituições públicas como as universidades federais, orientação diversa daquela que prevaleceu nos cursos de engenharia operacional.

De 1970 a 1981, foram criados aproximadamente 157 cursos de curta duração, na área técnica, em 79 instituições de ensino superior. Desse total, 90 cursos foram instalados em 39

instituições públicas e 69 em 40 estabelecimentos de ensino privado. Os programas de curta duração englobavam áreas como: bovinocultura, administração rural, petroquímica, manutenção elétrica, mecânica, saneamento ambiental, etc.

O programa de implementação de cursos de formação de tecnólogos, entretanto, enfrentou reações por parte das instituições que ofertavam cursos de engenharia de operação, universidades católicas e escolas técnicas federais, e por parte das próprias universidades públicas, onde os mencionados cursos foram criados a partir de 1975.

No primeiro caso, esse conflito se expressou nas dificuldades de coexistência de dois tipos de cursos de duração reduzida, formulados com base em concepções diversas. A engenharia de operação, com três anos de duração, possibilitando aos seus concluintes a continuidade de estudos. A formação de tecnólogos, por sua vez, com duração de dois anos, instituindo a terminalidade e impedindo seus egressos de poderem complementar estudos em nível superior.

Essa situação foi agravada quando se acentuou a interferência da Fundação Ford para redefinir a concepção dos programas de ensino superior técnico, de duração reduzida.

Depois de 1967, quando se agravaram as críticas aos cursos de engenharia de operação, representantes da Fundação Ford realizaram uma investigação das demandas por trabalhadores operacionais para a indústria e, com base nos resultados desse estudo, foram programados 29 cursos de engenharia de operação em Escola Técnicas Federais (Cf. SOARES, 1982: 253) Além disso, a Diretoria do Ensino Industrial do MEC constituiu uma comissão para, junto à Fundação Ford, tomar medidas para instituir cursos de engenharia de operações em cinco escolas técnicas federais: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Para isso, foi aprovada pela Fundação uma verba de setenta e quatro mil dólares para planejar os cursos, incluindo bolsas de treinamento para os coordenadores na Universidade de Oklahoma (Cf. *Cursos superiores de duração reduzida*, 1976: 57). Posteriormente, o MEC firmou um acordo com o BIRD, por meio do qual foi aberto um crédito no total de oito milhões e quatrocentos mil dólares para financiar, parcialmente, um programa de ensino profissionalizante em nível médio e em curta duração, marcando uma nova fase na criação de cursos de engenharia de operação (Cf. SOARES, p. 254). Com sua expansão em escolas técnicas de nível médio, pretendeu-se impor a terminalidade dos cursos de engenharia operacional e desvinculá-los das universidades, constituindo os “Centros de Engenharia de Operação”.

O conflito gerado pela coexistência entre os cursos de engenharia de operação e de formação de tecnólogos resultou na extinção dos cursos de engenharia de operação, que foi “negociada” com as instituições que ofertavam esse programa criando-se, em seu lugar, o curso de “engenharia industrial”, de duração plena (Cf. SOARES, 1982: 291).

No caso das universidades públicas federais, os cursos de curta duração entraram em conflito com a filosofia da formação universitária e se tornou um grande problema impedir que os estudantes que ingressavam nesses cursos, fazendo um mesmo vestibular, pleiteassem a continuidade de estudos em áreas afins, através, por exemplo, de mecanismos como a “reopção”. Esse tipo de conflito, dentre outros, levou à progressiva supressão dos programas de curta duração nas universidades federais brasileiras.

Como sabemos, depois de 1964 o Estado adotou medidas bastante severas em todas as instâncias da sociedade civil. Mas, por outro lado, procurou atenuar as contestações das camadas médias, recrutando-as para a composição de uma vasta tecnoburocracia. A partir de 1968, ainda mais autoritariamente, o Estado procurou criar, no plano institucional, as condições exigidas para o aprofundamento de uma economia de corte monopolístico. Nesse quadro, se inserem as leis educacionais 5540/68 e 5692/71, que estabelecem os princípios para a organização dos cursos de duração reduzida.

Até os anos sessenta, a organização da escola superior apresentava uma relativa homogeneidade. Sua função predominante era a de elaborar quadros dirigentes: as profissões tinham um cunho essencialmente acadêmico, unindo cultura geral e formação especializada.

Com o processo de industrialização do país, iniciado nos anos trinta e ampliado nas décadas posteriores, surgiram novas tarefas técnicas que passaram a exigir da escola superior uma outra função: a de elaborar quadros técnicos, principalmente aqueles descritos como “intermediários”.

Para atender a essas novas exigências e, simultaneamente, responder às crescentes pressões sociais sobre a universidade, a estrutura da escola superior deveria ser modificada sem que fossem abalados os seus mecanismos de seleção. Nesse sentido, a escola superior deveria ser ampliada com a diferenciação de suas funções: além da formação de quadros intelectuais para o exercício de funções dirigentes, deveria também preparar quadros técnicos para as tarefas práticas imediatas da produção.

Essa diferenciação de funções implicava manter a universidade como escola de formação de quadros intelectuais dirigentes e criar um outro tipo de escola superior, voltado para a formação de quadros instrumentais.

Com a Reforma Universitária de 1968, o governo modificou as condições de ingresso no ensino superior e instituiu os cursos superiores curtos, mediante os quais propunha elevar as oportunidades de escolarização de indivíduos provindos de setores da sociedade até então excluídos da formação de nível superior e que chegavam a esse tipo de ensino através dos cursos médios profissionais, expandidos depois da equivalência. Ao mesmo tempo, dever-se-ia manter a preparação desses indivíduos para o exercício de funções instrumentais na produção (técnicos intermediários).

Assim, as carreiras de curta duração constituem parte de uma proposta para recriar, na organização da escola superior, os padrões dualistas que já vinham caracterizando a estrutura da escola média no país: escolas diferentes para cada grupo social (SOARES, 1982)

Se as reformas que criaram esses programas foram realizadas para responder exigências próprias do contexto político autoritário dos anos da ditadura, quando eram adotadas medidas para garantir a inserção da economia brasileira no quadro do capitalismo monopolista, hoje elas são retomadas numa outra situação, quando acontecem grandes transformações na estrutura produtiva em âmbito mundial.

A perspectiva de instituir uma rede de educação técnica diferenciada de uma rede de educação de formação geral e propedêutica é estimulada pela LDB 9394/96 e pelo Decreto 2208/97, que regulamenta a educação profissional. Por este último, as instituições destinadas à formação técnico-profissional devem constituir uma rede própria, paralela ao sistema regular de ensino e integrada pelos serviços nacionais, de formação profissional, vinculados ao sistema sindical, demais instituições privadas ou públicas com objetivos semelhantes, bem como centros públicos de formação técnico-profissional criados pelo poder público. A organização da educação profissional de forma totalmente distinta da educação secundária e acadêmica contraria tendências que se apresentam hoje com o processo de reestruturação produtiva, da chamada passagem ao pós-fordismo, quando ocorre reintegração de tarefas de concepção e de execução na indústria, demandando dos trabalhadores uma formação mais geral.

Se o governo está propondo, com as reformas do ensino profissional, democratizar o acesso à educação àqueles que trabalham, então deve, necessariamente, contemplar a formação geral que está excluída desse programa, permitindo formar cidadãos que tenham qualificações não apenas para se inserir de forma dinâmica na vida produtiva como participar de decisões políticas sobre a sociedade em que vive. E não é isso o que propõe o programa da educação profissional, na medida em que está imediatamente atrelado à demanda empresarial e advoga que, nos cursos técnicos de nível superior, com duração reduzida, a densidade da formação acadêmica deva ser retirada em função da prioridade que deve ser dada à educação técnica.

Essa é também a tônica que atualmente está sendo dada à modalidade que não é absolutamente nova na educação superior brasileira: os cursos seqüenciais.

Os cursos seqüenciais: conceituação e propostas

Ao definir os cursos de duração reduzida instituídos pela LDB 9394/96, o relator procura, em primeiro lugar, distinguir os cursos **seqüenciais** dos cursos de **graduação**. Ambos são “pós médios”, isto é, realizam-se após a conclusão da escola média, mas são diferentes quanto à

duração e à densidade da formação acadêmica ou profissionalizante. Os cursos seqüenciais são menos “densos”, no que diz respeito à formação, e têm uma duração mais curta.

Os cursos seqüenciais podem ser anteriores, simultâneos ou posteriores aos de graduação, permitindo que seus alunos obtenham ou não diploma de nível superior, e não podem ser confundidos com cursos ou programas de extensão ou de pós graduação.

Outra sutileza própria da nova modalidade de curso pós médio (seqüencial) refere-se à diferença entre “áreas de conhecimento” e “campos do saber”, que demarca as esferas de atuação dos cursos seqüenciais e dos de graduação, pós graduação e extensão.

Os cursos seqüenciais, de acordo com a nova lei, *terão “diferentes níveis de abrangência dos campos do saber”*, níveis esses que, segundo o relator, se expressam distintamente tanto em “extensão” quanto em “profundidade”. Já os cursos e programas de graduação, pós graduação e extensão caracterizam-se por abranger “áreas de conhecimento”.

Para conceituar a sutil diferença entre “saber” e “conhecimento”, o parecerista procura resgatar na tradição da legislação brasileira sobre educação superior o conceito atribuído a “áreas de conhecimento”. Reportando-se a diversos instrumentos legais estabelecidos desde os anos sessenta, o parecerista identifica na Resolução no 002/94 (que fixa normas de autorização e reconhecimento de universidades) a melhor referência para definir o que são “áreas de conhecimento”. Para isso, focaliza o seu artigo 7º, parágrafo 4º, onde se lê que “§ 4º as áreas fundamentais do conhecimento humano compreendem as ciências matemáticas, físicas, químicas e biológicas, as geociências e as ciências humanas, bem como a filosofia, as letras e as artes”.

Já para definir os “campos do saber”, o parecerista busca subsídios nas proposições do Senador Darcy Ribeiro, seja no projeto de LDB encaminhado ao Congresso Nacional em dezembro de 1996 ou em palestra proferida na CESGRANRIO (Cf. Parecer CNE 968/98). Para o referido senador, assinala o parecerista, os cursos seqüenciais deveriam se assemelhar, numa concepção mais livre e de caráter nacional, aos *community colleges* norte-americanos. Poderiam, assim, ter diferentes níveis de abrangência, o que, segundo o parecerista, sugere que “campos do saber” poderiam “constituir-se a partir de elementos de mais de uma das áreas do conhecimento, de mais de uma de suas aplicações ou de mais de uma das áreas técnico-profissionais” (Parecer CNE 968, 1998: 7). De outro lado, “campos do saber também podem estar contidos numa destas áreas do conhecimento, numa de suas aplicações ou numa das áreas técnico-profissionais” (Parecer CNE 968, 1998: 7). Em face da tendência interdisciplinar, presente hoje na produção científica, o parecerista propõe que sejam aceitas as duas acepções de “campos do saber”. A partir desse entendimento, os cursos seqüenciais são concebidos como aqueles que incluem “elementos de mais de uma área do conhecimento assim como numa delas estarem contidos, desde que consigam desenhar uma lógica interna” (Parecer CNE 968, 1998: 8).

Com base nesse conceito de “campos do saber”, passa-se a delinear as possibilidades de organização de cursos seqüenciais. Em primeiro lugar, tais cursos estarão “abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino e sejam portadores de certificados de nível médio” (Projeto de resolução dos cursos seqüenciais) e podem se estruturar em três níveis de abrangência: por **campos do saber**; através de um **recorte específico numa área de conhecimento ou de suas aplicações**; pela **articulação de elementos de uma ou mais áreas de conhecimento**. Sua duração pode ser de dois tipos: com 200 dias letivos (2 semestres), oferecendo aos seus egressos um *certificado*; com 400 dias letivos (2 anos letivos), oferecendo aos seus concluintes um *diploma de curso superior*, que não deve ser confundido com um *diploma de graduação*. São dois os modelos de cursos seqüenciais: os de **destinação individual** e os de **destinação coletiva**.

Os cursos de **destinação individual** podem ser propostos por candidatos que estejam dentro ou fora da universidade. As finalidades podem ser as de complementar estudos de graduação ao graduando, ao graduado, aos egressos do ensino médio ou prover iniciação profissional. A duração pode ser variada e, dependendo dessa variação, será conferido um certificado ou um diploma de nível superior. Para serem implementados, dependem de vagas em disciplinas oferecidas nos cursos de graduação e fica a critério da instituição aceitar ou não propostas

apresentadas pelos candidatos, bem como cabe-lhe definir o número de disciplinas para um curso seqüencial, prazos para cursá-las, mínimo e máximo, requisitos para o ingresso nos cursos.

Os cursos de **destinação coletiva**, por sua vez, estão condicionados à proposição da instituição, que deve definir a proposta curricular, carga horária e prazo de integralização das disciplinas, seguindo as normas gerais dos cursos de graduação, observando-se frequência e aproveitamento. Podem ter a finalidade de **complementação de estudos** ou de **formação específica**.

No caso da **complementação de estudos**, a duração desses cursos pode ser inferior, igual ou superior a 400 dias letivos e, dependendo dessa duração, será conferido certificado ou diploma de curso superior. A flexibilidade desses cursos dá a marca de sua estruturação, pois podem ser criados sem autorização prévia, não estão sujeitos a reconhecimento, devem ser vinculados a um ou mais cursos de graduação reconhecidos e ministrados pela instituição ofertante do curso seqüencial e devem incluir disciplinas afins àquelas que compõem o curso seqüencial. Por outro lado, serão periodicamente avaliados por amostragem e os resultados serão considerados na renovação dos cursos de graduação regulares, vinculados aos cursos seqüenciais.

Já os cursos **seqüenciais de formação específica**, que sempre devem ter destinação coletiva, devem ser oferecidos por instituição que possua um ou mais cursos de graduação reconhecidos. Não precisam, entretanto, estarem vinculados a departamentos, institutos ou faculdades específicas. Para começarem a funcionar, estão sujeitos a processos de autorização e reconhecimento, aplicados aos cursos de graduação regulares, mas as instituições que gozam de autonomia universitária estão liberadas dessa autorização prévia. Esses cursos estão dispensados de obedecer ao ano letivo regular, podendo ser encerrados a qualquer tempo, desde que concluídos. A carga horária não pode ser inferior a 1.600 horas, a serem integralizadas num prazo nunca inferior a 400 dias letivos. Se o estudante quiser realizar um curso de graduação, há possibilidades de aproveitar as disciplinas do curso seqüencial, desde que elas constem desse curso, que a instituição concorde com esse aproveitamento e que o candidato passe pelos processos regulares de seleção.

Quanto aos diplomas e certificados a serem expedidos por esses cursos, estabelece-se que deles devem constar o campo do saber a que se referem os estudos desenvolvidos pelo estudante, a respectiva carga horária e a data de conclusão do curso, além dos seguintes dizeres: “diploma de curso superior de formação específica” ou “certificado de curso superior de complementação de estudos”.

A flexibilidade na concepção desses cursos, afirma o parecerista, “permite que sirvam ao propósito de enfrentar os desafios sociais por ensino superior, em caráter experimental. Alguns dos que vierem a ter êxito nas respostas aos desafios poderão, talvez, vir a constituir-se em embriões de futuros cursos de graduação, hoje ainda não divisados” (Parecer CNE 968/98: 9).

Considerações sobre a proposta dos cursos seqüenciais

Considerando-se algumas características dos cursos seqüenciais, pode-se dizer que eles não constituem, propriamente, uma novidade para “flexibilizar” e modernizar a estrutura de oferta de cursos superiores no Brasil.

Em sua concepção, eles guardam as grandes linhas que marcaram a proposição dos cursos de engenharia de operação e das carreiras de curta duração, de onde surgiram os cursos de formação de tecnólogos: atender à demanda por ensino superior sem afetar as carreiras de nível superior tradicionais; ter uma formação menos densa e duração reduzida; expedir certificados e diplomas diferenciados.

No contexto social e político dos anos sessenta, quando surgiu a experiência brasileira dos cursos de duração reduzida, verificava-se uma grande expansão da demanda social pelo ensino superior, em face da equivalência dos cursos da escola média. Atualmente, com os programas dos governos federal e estadual em ampliar a oferta de vagas na escola média – como escola de formação geral e propedêutica, a meta é a sua universalização - aparecem, ao mesmo tempo, propostas para ampliar experiências de cursos de curta duração.

Entretanto, guardadas essas semelhanças acima apontadas, pode-se também identificar algumas diferenças. Uma delas refere-se ao fato de que os cursos seqüenciais não são concebidos como sendo estritamente terminais, podendo até permitir a mudança do estudante para um curso de graduação regular, oferecido pela instituição, desde que observados os requisitos estabelecidos em lei. Outra diferença relaciona-se à possibilidade de que os candidatos possam montar o seu próprio programa de estudos, desenhando possibilidades de formação em nível superior mais relacionadas às suas aspirações profissionais. Nesse caso, ainda que o candidato dependa da disponibilidade de vagas, nas disciplinas propostas para o seu plano, na instituição em que pretende estudar, ele pode ficar mais independente de determinações institucionais na composição de um currículo, descortinando alternativas criativas para sua própria formação.

Mesmo que as possibilidades alternativas na composição de um currículo para a formação de nível superior constituam uma novidade para a educação brasileira, esse tipo de opção para o estudante foi discutido ao se introduzir, na organização do ensino superior, o sistema de créditos por disciplina, por ocasião da reforma do ensino superior dos anos sessenta. O modelo educacional americano, no qual se inspira o sistema de créditos, permite a composição de um programa de curso superior, por parte do estudante, que não tenha as características dos cursos regulares de duração plena. Assim, esse modelo visava modernizar a estrutura do ensino superior brasileiro na direção de chegar também a implementar as alternativas que hoje tomam o nome de “cursos seqüenciais”. Só que, à época da reforma universitária, essa possibilidade tinha um feitiço inteiramente institucional, que tomou corpo nas carreiras de curta duração.

Os cursos seqüenciais constituem também uma alternativa para expandir vagas no ensino superior sem, necessariamente, serem criadas novas vagas, sem que seja preciso contratar novos professores. Antes mesmo de sua regulamentação, muitos desses cursos vêm sendo implementados em diversas instituições de ensino superior.

As transformações por que passa a nossa sociedade, em todos os níveis, vem requerendo, evidentemente, a busca de soluções para modernizar e dinamizar a estrutura da universidade brasileira, capacitando-a a oferecer qualificações profissionais que possam responder de forma competente aos múltiplos desafios do mundo contemporâneo. As estratégias para isso, formuladas no programa dos cursos seqüenciais, embora se apresentem como inovadoras e se inserindo numa perspectiva de democratização do acesso ao ensino superior, acabam reforçando uma política de estratificação cada vez maior desse ensino. É que as propostas para modernizá-lo têm confundido “diversidade” com hierarquização da oferta de qualificações profissionais, alargando as perspectivas de formação justamente em áreas consideradas pouco nobres, que não conferem diplomas que assegurem reconhecimento público e a necessária credibilidade às possibilidades de atuação profissional de seus concluintes.

Como se sabe, o chamado “mercado de trabalho”, esfera onde se confrontam a oferta de profissionais, as demandas por trabalhadores e as possibilidades de trabalho, não tem dispensado títulos que garantam a confiabilidade no preparo profissional, apesar do discurso sobre a “empregabilidade”. Os instrumentos para assegurar essa confiabilidade estão calcados em paradigmas científicos, consubstanciados nos currículos, que nem sempre podem ser idealizados por pessoas sem inserção na vida acadêmica, sem tradição de pesquisa, sem compreender o alcance e a complexidade de um conjunto de disciplinas que dão os fundamentos que capacitam o exercício profissional nas diferentes áreas da atividade social. Talvez sejam esses os problemas que levam os propositores dos cursos seqüenciais a distinguir os diplomas e certificados a serem conferidos aos egressos desses cursos.

BIBLIOGRAFIA

BOWLES, Samuel. & Gintis, Herbert. *Schooling in capitalist America - educational reform and the contradictions of economic*. New York: Basic Books, 1976.

CHAGAS, Valnir "Concurso de habilitação aos cursos superiores". (Parecer nº 58 do CFE, aprovado em 1962) 11 p. Separata de *Documenta* (4): 58-62, 1962.

CHAGAS, Valnir. Articulações da escola média com a superior. (Indicação nº 48 do CFE, aprovada em 15 de dez. 1967). Separata de *Documenta* (79): 92-115. Dez. 1967.

CUNHA, Nádya F. da. O acesso à universidade. In: *IV reunião plenária da conferência nacional de educação*. Brasília: MEC / INEP, 1969.

Cursos superiores de duração reduzida. Pesquisa contratada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1976, Vol. I, p. 41 (versão preliminar).

FURTH, Dorothea. Short-cycle higher education: some basic considerations. *Apud*: SANTOS FILHO, José Camilo dos. *O ciclo curto: alternativas de ensino superior*. Rio de Janeiro. INEPMEC, vol. 61, nº 137, jan./mar., 1976.

KARABEL, Jerome. Community colleges and social stratification. In: *Harvard education review*. Vol. 42, n.4, nov., 1972.

KAWAMURA, Lili K. *Engenheiro: trabalho e ideologia*. São Paulo. Ática. 1979.

MEC. *Cursos superiores de tecnologia*. Brasília: MEC/DAU, 1974.

MEC/DAU. *Exposição de motivos (Projeto 19)*. Brasília: MEC/DAU/UFMT, 1977

PARECER CNE 968, 1998.

SOARES, Rosemary D. Formação de técnicos de nível superior no Brasil: do engenheiro de operação de tecnólogos. Mestrado em Educação. FAE/UFMG. Belo Horizonte. Nov. 1982.

SOUSA, Edson M. de. Definições e experiências - estrutura e conteúdo - cursos de curta duração. In: *Estudos sobre a formação de tecnólogos*. Brasília: MEC/DAU/UFMT, 1977.

Neste sentido, a diretoria da ANDES-SN propõe:

TR – 3

- a) Ampliar a discussão sobre os cursos seqüenciais
- b) Trabalhar contra a implementação dos cursos seqüenciais, regulamentados pelo CNE, através do Parecer 968/98
- c) Propor soluções para ampliar vagas nos cursos superiores e modernizar a estrutura da universidade brasileira, no sentido de responder aos múltiplos desafios do mundo contemporâneo, sem prejuízo da qualidade do ensino e da densidade da formação acadêmica, em suas dimensões científica, humanista, técnica e política.

ANEXO (texto 3):

No fechamento do Caderno de Textos do 18º Congresso foi publicada no Jornal O Estado de São Paulo (24/01/99), entrevista com o Ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, onde o tema “Cursos Seqüenciais”, é abordado pelo Ministro:

“ ... Estrutura universitária deve ser mais flexível

Estado: Qual o modelo de universidade que o senhor busca para o País?

Paulo Renato: A resposta não é que universidade, mas sim que sistema de ensino superior. Nós, que temos a tradição acadêmica da universidade, especialmente em São Paulo, tendemos a confundir o sistema de ensino superior com a universidade. Precisamos ter um sistema mais diversificado e estamos, propositadamente, chegando a isso. Precisamos de um

sistema em que convivam universidades, faculdades e instituições que se dedicam só ao ensino, como os centros universitários. O sistema tem de ser diversificado na estrutura das instituições e na oferta dos cursos. Não posso ter apenas cursos formais que correspondem a carreiras, a um currículo mínimo. Porque a tecnologia evolui muito mais rápido do que as gerações. Ao longo de uma geração, vários padrões tecnológicos mudam. No passado, a pessoa podia frequentar um curso e tinha, então, uma profissão, com um determinado padrão tecnológico conhecido. Essa pessoa vivia o resto da vida com aquele padrão tecnológico, necessitando de um ou outro aperfeiçoamento. Isso não existe mais. Hoje, o profissional já sai da escola defasado, precisando voltar. Então, a universidade precisa ter flexibilidade para atender a essa demanda, para que ele possa voltar.

Estado: De que forma isso vai ocorrer no Brasil?

Paulo Renato: A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) já aponta nesse sentido ao acabar com a idéia do currículo mínimo, por carreira, e passar para a idéia das diretrizes curriculares. Isso é uma grande revolução na estrutura dos cursos. É preciso que o aluno entre na faculdade e lá possa mover-se dentro das carreiras. Hoje, é muito difícil para um aluno transferir-se de curso ou de universidade. Às vezes, as pessoas me pedem para ligar para um determinado reitor e pedir que um aluno seja transferido do curso de arquitetura para o de administração, por exemplo.

Estado: O que o senhor faz nesses casos?

Paulo Renato: Eu ligo e peço.

Estado: Já deixou de ser atendido?

Paulo Renato: Não lembro, não foram muitos casos. Quem pede isso são pessoas que me conhecem e posso sentir a dificuldade que estão enfrentando. O problema da baixa relação aluno/professor nas universidades públicas não ocorre só nas federais, mas também na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Essas instituições não aceitam alunos transferidos de outras. Assim, as turmas de segundo, terceiro e quarto ano têm um número cada vez menor de estudantes. Cansei de formar turmas de cinco, seis pessoas quando era reitor da Unicamp (entre 86 e 90). Isso é um preconceito que tem de acabar. Os alunos que pedem transferência são submetidos a provas muito mais difíceis do que às que estão sujeitos os estudantes regulares de uma determinada instituição. Isso é um preconceito, um elitismo inaceitável.

Estado: Que outras mudanças o senhor persegue?

Paulo Renato: Teremos de ter mais flexibilidade também na organização interna dos cursos. É o que a resolução do Conselho Nacional de Educação sobre os cursos seqüenciais vai permitir: cursos mais curtos que dão alguma certificação e já servem para uma espécie de profissionalização. O aluno pode fazer um curso de dois anos e ganhar uma certificação. Então, sai, trabalha, depois volta, faz mais outro e pode até obter o diploma de graduação, se completar a carga horária que lhe daria direito a isso. Assim é possível lidar com a necessidade da educação permanente que existe hoje no mundo. (grifo nosso) A universidade tem de olhar um pouco mais para o mercado de trabalho. Olhamos muito para a pesquisa: quando pensamos no relacionamento universidade-setor produtivo, pensamos nos empresários (José Mindlin, Antônio Ermírio de Moraes, pessoas que têm interesse na universidade pelo que ela gera de conhecimentos. Mas não pensamos no chefe de recursos humanos do Banco Itaú, no chefe de recursos humanos da Votorantin, por exemplo. Pensamos só no empresário e na vinculação do ponto de vista produtivo. Isso tem de ser mantido, mas novamente estamos com a cabeça ligada à universidade enquanto pesquisa, não do ponto de vista da formação de recursos humanos, que é uma demanda que está chegando à universidade.

Estado: Que experiências o senhor conhece nesse sentido?

Paulo Renato: A primeira vez que fizemos isso eu era reitor da Unicamp e fiz um acordo com a Petrobrás para criar um mestrado em engenharia do petróleo. Segundo a Petrobrás, mestrados como esse só existiam nos Estados Unidos ou na Venezuela. A Petrobrás deu dinheiro e nós criamos o mestrado. Mas foi a única experiência que lembro de um acordo com uma empresa do ponto de vista da formação de recursos humanos e não do ponto de vista da pesquisa.”

TEXTO 4

DIRETORIA DA ANDES-SN

INSTITUTOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO

Os Institutos Superiores de Educação, criados pela LDB ,Lei 9.394/96, em seu artigo 62. **A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.**

O artigo 63, da mesma lei é definida a competência dos institutos superiores de educação:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de formação continuada para profissionais de educação dos diversos níveis

O Conselho Nacional de Educação - CNE apresentou no dia 1º de dezembro de 1999, em audiência pública, a nona versão da minuta de parecer sobre a regulamentação dos institutos superiores de educação. Na citada audiência, as manifestações da ANDES, através da coordenação do GT-PE, da ANFOPE(Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), através de sua presidente, a professora Helena Freitas e da ANPED(Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) representada pela professora Iria, coincidiram na posição de contrárias a implementação dos Institutos Superiores de Educação.

O grupo de trabalho em Política Educacional da ANDES, o GT-PE, pautou o tema em duas reuniões, Salvador e Brasília e uma comissão formada com o apoio da diretoria encaminhará ao 18º Congresso texto de apoio com resoluções que deverão ser apreciada pelo coletivo.

TEXTO 5

DIRETORIA DA ANDES-SN

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- PNE(II CONED)

O Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado no II CONED, encontra-se na Câmara Federal (PL 4153/98) encaminhado pelo deputado Ivan Valente PT-SP e mais um conjunto de parlamentares. Sendo considerado o projeto principal por ter sido apresentado antes do projeto executivo/MEC(PL 4173/98) que tramita apensado. O relator é o deputado Nelson Marchesan PSDB-RGS. A Comissão de Educação da Câmara Federal já realizou duas audiências públicas, que foram acompanhadas pelo **Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública**, com a presença da ANDES que participa da Secretaria Executiva do Fórum.

Neste sentido, entendemos que:

TR – 5

- a) a ANDES-SN lute pela aprovação do Plano Nacional de Educação aprovado na Plenária Final do II CONED, em 9/11/97 e referendado no XVII Congresso;
- b) a ANDES-SN busque o fortalecimento do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública;
- c) as Seções Sindicais busquem o fortalecimento dos fóruns estaduais em defesa da educação;

d) ANDES-SN busque a realização do III CONED articulando-se com as outras entidades do Fórum com objetivo de resolver as dificuldades atuais: financeiras; da indisponibilidade de um local adequado para realização do evento e da falta de envolvimento de algumas entidades nacionais.

POLÍTICA SINDICAL

TEXTO 6

DIRETORIA DA ANDES-SN

REORGANIZAÇÃO DO DNTE(1)

A diretoria da ANDES-SN propõe ao 18º Congresso um debate sobre a reorganização do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT. É inaceitável que a maior central sindical da América Latina não tenha uma proposta articulada no campo da educação. As maiores entidades desse ramo no país são filiadas a CUT, mas a desarticulação do DNTE, como é do conhecimento de todos (2), deixou a Central sem uma política unitária em um setor estratégico para a construção de qualquer proposta de transformação em nosso país.

Alertamos insistentemente às entidades do DNTE e com a própria direção da Central sobre a importância da continuidade do Departamento até conseguirmos reunir as entidades durante a última reunião da direção nacional da CUT (27 e 28/08/98). Nessa reunião a executiva nacional assumiu o compromisso de encontrar uma solução que defina o futuro do Departamento(3), desde que as entidades que compõem o Departamento discutissem, previamente, com o objetivo de encontrar parâmetros mínimos que garantissem a unidade. Com essa finalidade as entidades que compõem o DNTE se reuniram e decidiram que o Departamento terá seu funcionamento organizado de forma a garantir os encaminhamentos conjuntos das propostas da área educacional para a CUT. Decidimos também que as decisões deverão se pautar pela consensualidade entre as entidades. A idéia inicial é garantir o funcionamento do DNTE como fórum de entidades, visando resgatar uma estratégia de intervenção cutista conjunta e articulada no campo da Educação.

Neste sentido, a executiva nacional da CUT convocou reunião do DNTE (10/11/98) em São Paulo para definir, concretamente, o futuro do Departamento. Estiveram presentes, além da ANDES, as seguintes entidades: CNTE, CONTEE, FASUBRA, SINASEFE. Na ocasião ficou aprovado consensualmente o seguinte: 1) O DNTE se transformará em um fórum de entidades; 2) As entidades irão bancar a infra-estrutura do Departamento na sede da CUT – nacional (proporcionalmente ao que contribuem para a CUT); 3) A executiva nacional da CUT estudará as implicações estatutárias desse novo formato de organização do DNTE, bem como a forma de representação do ramo educação nas instâncias da Central. A questão foi pautada para a reunião da direção nacional da Central, realizada nos dias 09 e 10/12 no Rio de Janeiro.

Durante a reunião da direção nacional da CUT a Articulação Sindical, tendência majoritária, apresentou a seguinte proposta: *“O DNTE será dirigido por uma coordenação nacional composta pelas seguintes entidades: CNTE, ANDES, FASUBRA, CONTEE, SINASEFE. Esta coordenação terá como atribuições o encaminhamento das lutas e da organização do ramo, bem como outras incumbências, sempre por consenso. Aquelas decisões onde não houver consenso no âmbito desta coordenação serão remetidas à Direção Executiva Nacional da CUT. A representação nas instâncias da CUT será de acordo com a proporção do número atual de sócios de cada uma delas. As despesas decorrentes de espaço, funcionário(a), estrutura para reuniões, encaminhamento de lutas e outras serão divididas proporcionalmente às receitas de cada entidade”*. Como a direção da Central não chegou a um acordo acerca da organização sindical, essa questão será remetida para a 9ª Plenária Nacional da CUT que será realizada nos dias 14, 15 e 16 de abril do ano em curso.

Neste sentido, as entidades que compõem o DNTE se reuniram e decidiram tomar uma decisão definitiva somente no início de março após a realização dos congressos nacionais de todas as entidades.

Neste sentido, o 18º Congresso da ANDES autoriza a diretoria a prosseguir os entendimentos com as entidades que integram o DNTE-CUT nos seguintes termos:

TR - 6

- a) O DNTE será um Fórum constituído pelas entidades filiadas a CUT pertencentes ao ramo educação, qual seja: ANDES, FASUBRA, CNTE, CONTEE e SINASEFE;
- b) O objetivo do Fórum será o de elaborar, com base nas proposições aprovadas nas instâncias de cada entidade, a política unitária da CUT para o ramo educação;
- c) As despesas decorrentes da manutenção da estrutura de funcionamento do DNTE será proporcional a contribuição das entidades à CUT;
- d) A participação das entidades que compõem o DNTE nas instâncias da Central será proporcional ao número de filiados de cada entidade;
- e) As políticas encaminhadas pelo DNTE serão aquelas que obtiverem consenso, respeitando-se a autonomia e a independência de cada entidade.

(1) Texto referendado na reunião do Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical (22/01/99) e na reunião da diretoria da ANDES-SN (23 e 24/01/99).

(2) Sobre o histórico e o processo de desarticulação do DNTE ver o texto "O Departamento Nacional dos Trabalhadores da Educação da CUT na construção do Ramo da Educação" do professor Márcio Antônio de Oliveira (publicado neste caderno de textos).

(3) O 16º Congresso da ANDES-SN, realizado em João Pessoa - Pb, tomou as seguintes deliberações sobre o futuro do DNTE:

"01 - Acatar a indicação da Executiva Nacional da CUT de adiar o Congresso do DNTE, sem perder de vista a necessidade política de sua realização, o mais rápido possível.

02 - Lutar para que o referencial fundamental de participação no Congresso do DNTE sejam os princípios defendidos por esse sindicato, principalmente no que se refere à participação da base.

03 - Reafirmar a posição geral, já aprovadas nas instâncias da ANDES-SN, de manutenção do DNTE, entendendo-se, no entanto, que no processo em busca de uma alternativa para a organização dos trabalhadores na Educação, a atuação da ANDES-SN será fundamentada pelos seguintes eixos:

o ramo de atividade da educação deve fazer parte da estrutura organizativa da CUT;

resguardar os princípios da concepção e estrutura sindical defendidas pela ANDES-SN".

ANEXO (texto 6):

O texto a seguir, do professor Márcio Antônio de Oliveira, foi elaborado a pedido do GTPFS reunido na cidade do Rio de Janeiro/RJ, nos dias 11 e 12 de dezembro/98, para ser publicado no InformAndes Especial que tratará sobre a reforma sindical. Após nova reunião do GTPFS, realizada no dia 22/01/99, em Brasília/DF, por sugestão do GT, a diretoria da ANDES-SN definiu pela sua inclusão no Caderno de Textos do 18º Congresso.

O Departamento Nacional dos Trabalhadores da Educação da CUT na Construção do Ramo da Educação (*)

CUT - Organização da Estrutura Vertical

Fundada em 1983, a CUT representou um novo patamar de organização do movimento sindical, propondo a superação das formas organizativas herdadas da era Vargas. O 2º CONCUR, realizado em 1986, foi um momento de afirmação e de aprofundamento das propostas que deram origem à CUT. Foi reafirmada a necessidade de destruição da estrutura sindical fascista e a necessidade de construção de um sindicalismo classista, livre e autônomo

frente ao Estado e discutida a organização de uma estrutura vertical que superava a velha estrutura corporativa, através da proposta de criação dos Departamentos por ramos de atividades. Estava posta a possibilidade de romper com a organização corporativa a partir das categorias viabilizando a articulação ao nível dos ramos de atividade, tornando possível uma compreensão da classe social. Com esses objetivos, foram organizados os Departamentos da CUT, inclusive o DNTE.

Já a partir do 3º CONCUT (1988), houve mudanças. Esse Congresso restringiu a ação dirigente da CUT aos Sindicatos filiados, no lugar do conjunto dos trabalhadores brasileiros como previsto na concepção original. O 4º CONCUT (1991) delegou a mudança da Estrutura Vertical para a Vª Plenária (1992). Esta optou “pela transformação da estrutura oficial e não pela construção de uma estrutura paralela, desde o sindicato de base”. Se a Central, na sua origem, propusera o rompimento com a estrutura oficial, a Vª Plenária aprovou a transformação de sua estrutura, com a substituição dos Departamentos (estaduais e nacional) pelas Federações (em nível estadual e interestaduais) e Confederações (em nível nacional), definição completada na VIª Plenária (1993). Ainda que fosse apresentada como estratégia, esta alteração não deixou de significar um processo de readequação às velhas estruturas.

Organização e funcionamento do DNTE

Essa visão panorâmica da CUT nos seus primeiros 10 anos remete-nos a uma situação minimamente paradoxal. O DNTE iniciou sua organização com a primeira direção (1989-1993), eleita no Iº Congresso do DNTE (Campinas – 1989), tendo como Presidenta a Profª. Rosiver Pavan da APEOESP. Nem bem se instalava e se organizava o Departamento, as mudanças estruturais que estavam sendo realizadas na CUT cobravam a sua transformação dos em Confederação. Esta foi a questão que permeou o II Congresso do DNTE, realizado em Brasília, em 1993, que aprovou uma solução transitória com a criação de uma direção colegiada - a Coordenação do DNTE - formada pelas cinco Entidades Nacionais da Educação: ANDES-SN (2 titulares e 1 suplente), CNTE (5 titulares e 2 suplentes), CONTEE (2 titulares e 1 suplente), FASUBRA-Sindical (2 titulares e 1 suplente) e SINASEFE (1 suplente). Essa composição, acordada pelas tendências e pelas Entidades Nacionais, previa uma direção colegiada, embora para a CUT constassem, formalmente, os cargos de presidente, secretário, etc.

Para a Coordenação Geral, com aprovação dos Coordenadores, foi indicado um dos representantes da ANDES-SN, Prof. Paulo Rizzo, 1º Vice Presidente – Gestão 1992-1994. O professor Márcio Antônio de Oliveira permaneceu na Coordenação Geral do final de 1994 até 1998. Estava claro, como parte do acordo firmado no Congresso, que a Coordenação não era responsabilidade da ANDES-SN; era, sim, de todas as entidades que compunham a Coordenação já que a direção era colegiada e como tal funcionou. A Coordenação Geral não era mais que executora das deliberações tomadas pelo pleno da Coordenação, de forma consensual, para o qual eram convocados todos os Coordenadores, mesmo os suplentes. O Congresso definiu, ainda que essa estrutura deveria funcionar por dois anos, ao fim dos quais se chamaria o IIIº Congresso do DNTE para as definições em relação ao ramo da educação na Estrutura Vertical da CUT.

O DNTE e as ações desenvolvidas

Desde a criação da Coordenação do DNTE, tendo como parâmetro a importância e o significado de uma forte organização dos trabalhadores do ramo da educação da CUT para o enfrentamento dos problemas conjunturais do país, houve redobrado esforço de tomada de iniciativas, dentre as quais podemos citar: a criação de infra-estrutura de funcionamento do DNTE, com sede e aparelhagem de funcionamento; a Campanha Nacional em defesa da Escola Pública (1995), com cartazes e o lançamento e distribuição de excelente cartilha que até hoje é referência, “Escola e Criança – Feitos um para o outro”; participação no Fórum em Defesa da Educação Pública na luta pela LDB e pelo Plano Nacional de Educação; participação na preparação e auxílio financeiro para a realização do Iº e do IIº Congresso Nacional de Educação (1996 e 1997), participação em atividades no Cone Sul/CEA, inclusive no Seminário Internacional da Educação do Cone Sul organizado pelo Departamento; participação da Coordenação nas atividades da CUT e de suas instâncias (Direção Nacional, Plenárias e Congressos).

As dificuldades enfrentadas pelo DNTE a partir de 1996

A consolidação de uma estrutura dos trabalhadores da educação no interior da CUT, inclusive para dar visibilidade ao conjunto da sociedade brasileira, foi um objetivo sempre presente no horizonte das lutas do ramo da educação. Esforços nesse sentido foram feitos e se consubstanciaram em iniciativas de larga repercussão. Dificuldades de diversas ordens favoreceram, no entanto, o esvaziamento da pauta geral a favor de ações e cronogramas específicos das entidades da educação. Tanto mais acentuavam-se essas ações, potencializavam-se os problemas que dificultavam o funcionamento do DNTE.

A questão da sustentação financeira do DNTE não pode ser separada das alterações na Estrutura Vertical da CUT. Até 1995, as entidades pagavam 5% de sua arrecadação mensal à CUT, que repassava 0,5% para os Departamentos da Estrutura Vertical. Por deliberação da VIIª Plenária, a partir de janeiro de 1996, houve mudança na sistemática de cobrança, de 5% para 9% e, a partir de janeiro de 1997, para 10%, dos quais 3,2% e 3,8%, respectivamente, passaram a ser destinados à Estrutura Vertical (Departamentos, Federações/Confederações) e às Confederações e Federações filiadas. Assim consideradas, as Entidades Nacionais da Educação, passaram a receber de volta ou mesmo a deduzir esses percentuais, mediante acordo com a Tesouraria da CUT. O DNTE passou a não ter mais fonte de recursos. A sobrevivência do Departamento, durante esses anos, se deu pelas reservas que possuía e pelo aporte de R\$60.000 (sessenta mil Reais) negociados com a Tesouraria Nacional da CUT, recursos que foram pagos, a conta gotas, entre 1996 e 1998. Várias tentativas de solução foram propostas, inclusive da ANDES-SN, não sendo suficientes porque não tinham o acordo de todas as Entidades. Não pode deixar de ser lembrado que a mudança da sistemática de cobrança estava vinculada à criação de Federações (Estaduais) e Confederações (nacionais) da Estrutura Vertical da CUT por Ramo de atividade, no lugar dos Departamentos, bem como à introdução dos Sindicatos Orgânicos, sobre os quais havia ampla e clara suspeição de nossas Instâncias devido à falta de discussão democrática da proposta da CUT. Como a grande maioria das Entidades que compunham o DNTE resistiam a sua transformação em Confederação da Estrutura Vertical e não havendo solução para sua sustentação financeira, não há como evitar a relação entre as transformações da Estrutura Vertical da CUT, a nova sistemática de financiamento e a desestruturação do DNTE.

Um segundo problema refere-se ao IIIº Congresso, com a finalidade de estabelecer as definições necessárias quanto à estrutura e funcionamento do DNTE, cuja realização estava prevista para 1995, dois anos após a constituição da Coordenação no IIº Congresso,. Diante das dificuldades de comparecimento da maior base, que é a da CNTE, e por solicitação de membros da Executiva da CUT, o Congresso foi transferido para 1996, com precedência de um Seminário Preparatório. Realizado em São Paulo, em março de 1996, esse Seminário contou com excelente presença: Entidades nacionais da Educação e de suas bases, Diretores da CUT e Dirigentes de outros ramos. A divergência de posições levou à criação de uma Comissão, que se reuniu várias vezes, para tentar um acordo antes da realização do Congresso. Consequentemente foi mantida a Coordenação com anuência da Executiva Nacional da CUT. A marcação do Congresso deveria ser até Julho de 1996. No entanto, aguardou-se a realização da VIIIª Plenária para então haver a definição. Novas tentativas de marcação do Congresso foram frustradas porque as Entidades tinham calendários próprios ou porque surgira o impasse sobre o tamanho do Congresso, o que implicava no número e na escolha de delegados. Remarcado para março de 1997, mais uma vez não ocorreu.

Quais eram as divergências? Até o 16º Congresso da ANDES-SN (João Pessoa-1997), nossa entidade defendia a manutenção estrita do DNTE, de acordo com deliberação de nossas Instâncias. No DNTE, as propostas em discussão eram: manutenção do DNTE; transformação em Confederação nos moldes da CUT; criação de um fórum de entidades com representação igual por entidade; criação de fórum com representação de cada entidade nacional proporcional ao tamanho de sua base. O Congresso de João Pessoa decidiu: *“acatar a indicação da Executiva Nacional da CUT de adiar o Congresso do DNTE; que o referencial fundamental de participação no Congresso do DNTE sejam os princípios defendidos por esse sindicato, principalmente no que se refere à participação de base; reafirmar a posição geral, já aprovada nas instâncias da ANDES-SN, de manutenção do DNTE, entendendo-se, no entanto, que no processo em busca de uma alternativa para a organização dos trabalhadores na*

Educação, a atuação da ANDES-SN será fundamentada pelos seguintes eixos - o ramo de atividade da educação deve fazer parte da estrutura organizativa da CUT e resguardar os princípios da concepção e estrutura sindical defendidas pela ANDES-SN". Da parte da ANDES-SN, abria-se um caminho de busca solução, reconhecido pela Executiva da CUT. Era imperiosa, porém, a realização do Congresso para cancelar quaisquer modificações, já que a estrutura de Coordenação do DNTE, mesmo transitória, fora definida em Congresso. No entanto, o impasse maior, desde o final de 1996 passara a ser o dar representação. De acordo com a posição de nossas Instâncias, os Coordenadores da ANDES-SN defendiam, no que eram acompanhados pela maioria das Entidades, o número de delegados dentro do critério de proporcionalidade, com a garantia de, no mínimo, um delegado para cada entidade de base, conforme o Estatuto da CUT, aí compreendidas as Seções Sindicais, caso não conseguissem representação proporcional. É bom lembrar que, para efeito de contribuição à CUT, nossas Seções Sindicais assim são consideradas, reconhecida a forma inovadora de nossa organização sindical em Sindicato Nacional. Outra posição era no sentido de que entidade de base referia-se à entidade sindicato como um todo. Portanto, como sindicato nacional, a ANDES-SN deveria submeter-se ao critério da proporcionalidade pelo número total de seus associados, sendo a garantia mínima de apenas um delegado. Esse impasse não foi resolvido apesar das inúmeras reuniões e das tentativas de mediação da Secretaria Geral da CUT, agravando-se a situação com as dificuldades de sustentação financeira do DNTE. Em sua última reunião (abril-1998), a Coordenação do DNTE enviou à Executiva Nacional da CUT solicitação de encaminhamento da questão do DNTE, tanto em relação ao funcionamento e sustentação financeira quanto à realização do Congresso e conseqüente fortalecimento daquele que é o ramo de maior base da CUT – o da educação.

Fortalecer o ramo da educação é fortalecer a CUT

É inegável que o ramo da educação da CUT tem que ser fortalecido. É imprescindível que a CUT, através do seu ramo educação, desenvolva políticas para o enfrentamento das nefastas ações governamentais que atingem todos os graus do ensino público, o ensino técnico e o ensino profissional, a educação em geral. É imperioso que se retome a Campanha Nacional em Defesa da Educação e que se rearticulem iniciativas que refaçam o caráter unitário da luta dos trabalhadores da educação.

É preciso, porém, ter presente o conjunto de resoluções dos Congressos da ANDES-SN. O XV (Santa Maria-1996) já considerara uma estrutura de simples articulação de entidades como um retrocesso. O XVI (João Pessoa-1997), ao tratar do Congresso do DNTE, estabeleceu que o referencial fundamental de participação devem ser os princípios defendidos pelo sindicato, principalmente no que se refere à participação de base; em relação à estrutura organizativa do ramo da educação, embora reafirmasse o DNTE, abriu perspectiva de busca de alternativas desde que o ramo de atividade da educação faça parte da estrutura organizativa da CUT e que se resguardem os princípios da concepção e estrutura sindical defendidas pela ANDES-SN. É, preciso por fim, que o fortalecimento do ramo da educação se dê no respeito à história de construções e acúmulos das entidades nacionais da educação e na discussão aberta e democrática, com um único objetivo organização, fortalecimento e avanço da classe trabalhadora.

(*) Márcio Antônio de Oliveira (2º Tesoureiro da APESJF Ssind)

Sobre a questão do DNTE, sugerimos a leitura dos seguintes textos:

Caderno de Textos do XV Congresso e Relatório Final - Santa Maria – 1996

Caderno de Textos do 16º Congresso e Relatório Final - João Pessoa – 1997

Contribuição da ANDES-SN e das Entidades da Educação para o Caderno de Teses do Congresso do DNTE – 1995 e 1996

Cadernos de Textos e Relatórios dos Congressos e Plenárias da CUT.

TEXTO 7
DIRETORIA DA ANDES-SN

REFORMA SINDICAL E TRABALHISTA

No final do ano passado o governo FHC enviou para o Congresso Nacional um Projeto de Emenda Constitucional (PEC 623/98) cujo objetivo é alterar o que dispõe os artigos 8º, 111 e 114 da Carta de 1988. É importante lembrar que tramitam no Parlamento diversos Projetos de Lei de iniciativa do executivo e de vários parlamentares, da esquerda até a direita, visando também modificar a organização sindical e trabalhista.

Em relação ao artigo 8º, a principal modificação proposta é a supressão do inciso segundo que diz: *“é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de **categoria profissional ou econômica**, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;”*. A intenção do governo é clara: os sindicatos deixariam de representar toda a categoria para representar apenas os associados e ao mesmo tempo permitir a criação de sindicatos por empresa, estabelecendo a pulverização das organizações sindicais com a conseqüente fragilização das lutas dos trabalhadores, como pretende o projeto neoliberal. No Japão, esse processo atingiu o seu limite com o surgimento do que alguns autores chamam de sindicato-casa e praticamente destruiu o movimento sindical naquele país. Com o fim do monopólio da representação, ao não se estabelecer qualquer critério para se criar um sindicato e não se definir a base territorial, o surgimento do sindicato por empresa, inclusive com interferência patronal, será uma triste realidade para o conjunto dos trabalhadores.

Segundo Ulisses Riedel, do DIAP, *“O pior não é isso, mas o fato de que no âmbito das categorias econômicas o sindicato patronal também só representa as empresas sindicalizadas e, como conseqüência, as empresas não serão alcançadas por nenhuma negociação feita no nível da categoria, só sendo possível a negociação direta, empresa por empresa”*. Ou seja vamos trocar a unicidade imposta em Lei pelo pluralismo sindical também por imposição legal. Aliás o fim da unicidade sindical é a pedra de toque para desarticular todo o sistema de organização sindical no Brasil. Com o fim da unicidade cai por terra a validade dos direitos conquistados nas convenções coletivas para todas as categorias. A partir da promulgação da Lei, as atuais convenções somente valeriam por 12 meses. O Brasil se transformará no paraíso da economia de mercado. A precarização dos contratos de trabalho podem assumir feições do século passado. Não será surpresa se a próxima medida do governo FHC seja o envio ao Congresso da revogação da Lei Áurea.

Quanto ao artigo 111 a modificação prevista é a criação, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Nacional da Justiça do Trabalho, cuja finalidade será a de punir os juizes que não rezarem na cartilha imposta pelo governo FHC.

As modificações propostas para o artigo 114 estão relacionadas com o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho. Proposta também defendida por parte da esquerda brasileira. A idéia é suprimir os dissídios coletivos de natureza econômica e impedir que os impasses possam ser solucionados judicialmente, mas apenas pela via da negociação coletiva entre patrões e empregados. Isto significa que os tribunais não poderão mais reconhecer direitos coletivos. No entanto, os tribunais continuam com o poder de decretar a ilegalidade das greves e estabelecer multas para quem desrespeitar suas decisões a pedido do patronato. Mas o descaramento do governo vai mais longe: sob o pretexto de desafogar a Justiça do trabalho, limita enormemente qualquer possibilidade de reclamação trabalhista individual sem que antes seja esgotado as possibilidades administrativas (dentro da empresa) de acordo. Ou seja, o trabalhador será lesado sem ter a quem recorrer.

Mas o cinismo do governo não termina por aí. Propõe o fim de toda e qualquer contribuição compulsória sem a previsão de qualquer período de transição para que os sindicatos possam se organizar administrativa e financeiramente para garantir outras fontes de financiamento para manter sua estrutura e ação sindicais. O pressuposto do governo da não intervenção dos sindicatos é uma farsa. A proposta governamental pretende intervir na forma de sustentação financeira do sindicato passando a exigir o vago critério da *“razoabilidade”* para a definição das contribuições dos sindicalizados. Pasmem senhores: o governo chega ao disparate de colocar

na proposta que, com o surgimento da nova forma de organização sindical, uma lei complementar definirá para onde irá o patrimônio dos sindicatos, isto é, com o surgimento de vários sindicatos em uma mesma base de trabalhadores, a infra-estrutura dos atuais sindicatos poderiam simplesmente ser distribuídos entre os diversos novos sindicatos ou parar na mão de um determinado sindicato de uma determinada empresa onde fosse maior o número de trabalhadores sindicalizados. Isto poderia ocorrer, de preferência, em uma empresa onde o patrão monopolizou a criação do sindicato, como ocorre em muitos casos nos EUA.

No documento que encaminha a proposta, na justificativa, o governo afirma que o Brasil tem *“uma estrutura sindical de inspiração corporativista que gerou a proliferação de sindicatos sem qualquer legitimidade ou representatividade, especialmente após 1988. Temos uma unicidade sindical constitucionalmente imposta, mas uma pluralidade de fato, com mais de 16.000 sindicatos, segundo estimativas conservadoras. Cada empresa é obrigada a negociar com vários sindicatos, em face do sistema de representação por categorias. Chegamos, portanto, ao verdadeiro caos sindical (...). Manteve-se a contribuição sindical compulsória, que atinge a todos, associados ou não ao sindicato. O Brasil é um dos raros países que obriga, por lei, o trabalhador não-associado recolher uma contribuição ao sindicato. Esse imposto sindical é típico do regime corporativo, agride frontalmente o princípio da liberdade sindical. É necessário, pois, implantar a verdadeira liberdade sindical, tal como concebida na Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (...).”*

Como todos podem perceber essa citação não foi extraída de nenhuma deliberação de Congresso da CUT ou de algum partido de esquerda, mas consta da justificativa do governo para tentar convencer o Congresso a aprovar sua proposta. O que está por trás dessa iniciativa? O governo FHC se tornou um governo democrático e decidiu fortalecer o movimento sindical? Os tempos mudaram e simplesmente o governo está se penitenciando em relação a truculência com que tem tratado os movimentos sociais em nosso país? Será que FHC voltou atrás e agora quer que todos se lembrem do que ele foi e escreveu no passado? Se nenhuma dessas respostas podem ser respondidas afirmativamente, podemos indagar, então: a parcela da esquerda, e do movimento sindical, que sempre defendeu essas idéias está errada e FHC está certo, do ponto de vista dos projetos que defendem, ou os primeiros estão certos e o presidente está fazendo um gol contra, está dando um tiro no próprio pé?

Fazendo uma séria análise dessa proposta, Riedel afirma que *“a liberdade sindical não pode ser a liberdade da raposa dentro do galinheiro (...). A liberdade absoluta é a liberdade das feras. O Estado de Direito é exatamente a organização social com regras contra a liberdade selvagem (...).”* E arremata de forma lapidar: *“o simples fato de que o poder econômico tem defendido o ‘espírito’ do projeto governamental deve servir como elemento básico para perceber que não se trata de projeto que favoreça a classe trabalhadora”*. Uma análise mais acurada dessa proposta governamental nos leva a concluir que seu objetivo maior é a completa desregulamentação das relações de trabalho e a desestruturação da organização sindical em nosso país. Não é atoa que essa proposta de reforma sindical e trabalhista faz parte das exigências contidas no acordo que o governo brasileiro celebrou recentemente com o FMI. Com a palavra os defensores da pluralidade sindical e da Convenção 87 da OIT.

Neste sentido, por entendermos que não existe um consenso que possa unificar o conjunto do movimento sindical em relação a oportunidade de propor uma reforma na organização sindical do país, propomos que o 18º Congresso da ANDES-SN referende o mesmo encaminhamento, para essa questão, **aprovado por unanimidade (com o apoio de todas as correntes políticas)** na última reunião da direção nacional da CUT - NACIONAL (Rio de Janeiro, 09 e 10/12/98):

TR-7

Denunciar e combater a PEC da Reforma Sindical e Trabalhista enviada ao Congresso Nacional pelo governo FHC.

TEXTO 8
DIRETORIA DA ANDES-SN

CARREIRA DOCENTE DA ANDES-SN E A EDUCAÇÃO BÁSICA

Com o desfecho da greve das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) deflagrada em 26/março/98, a questão da Carreira aflorou em todas as suas dimensões, pois os docentes de 1º e 2º graus, mais uma vez, ficaram com as suas reivindicações pendentes. Coube a eles o pagamento de uma bolsa calculada de acordo com o regime de trabalho e a titulação, além da sinalização de reestruturação da Carreira como forma de corrigir perdas salariais.

Instituída a Comissão de Carreira do MEC, a ANDES-SN se apresentou nas primeiras reuniões e contribuiu na elaboração do mapeamento do perfil dos docentes de 1º e 2º graus das IFES, através de um levantamento elaborado pela Comissão Nacional de Mobilização (CNM). No entanto, como os trabalhos da referida Comissão de Carreira do MEC começou a encaminhar-se quase exclusivamente para a reforma do Ensino Técnico e Tecnológico, a Coordenação do Grupo de Trabalho de Carreira da ANDES-SN (GT-Carreira) encaminhou à diretoria a saída da ANDES-SN da Comissão do MEC, que foi referendada pelo 37º CONAD.

Simultaneamente, o GT-Carreira, na sua primeira reunião no ano de 1998, considerou oportuna a retomada da discussão da proposta de Carreira formulada pela ANDES-SN visando não só participar de maneira mais efetiva na Comissão de Carreira do MEC, como também abrir um espaço de negociação para a implementação da Carreira Única, no **momento em que as IFES discutem a Autonomia Universitária, sob a vigência de uma lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que deixa aberta a possibilidade de cada Instituição vir a propor sua própria Carreira.**

À luz da nova LDBEN e da conjuntura é necessário construir o espaço para a implementação da Carreira Única para as Instituições de Ensino Superior (IES). Neste contexto de discussão da Autonomia Universitária, onde buscamos ampliar o significado de uma proposta de Carreira Única como o possível elo de ligação do sistema de ensino brasileiro, profundas transformações estão sendo feitas na Constituição Brasileira através de emendas constitucionais regulamentadas por decretos, leis, entre outras manobras casuísticas deste governo. Este movimento estrutural do governo neoliberal visa impedir a construção de um sistema único de ensino, impondo planos de Carreira diferenciados por níveis e modalidades. Se estes instrumentos se tornarem realidade no interior das IES, aumentarão as nossas diferenças, tornando inviável qualquer luta unificada.

Este movimento de “regulamentação do ensino” proposto pelo governo vem se acentuando após a promulgação da LDBEN. Destacam-se dois decretos, 2207 e 2208, que regulamentam os capítulos referentes à Educação Superior e a Educação Profissional. Um objetivo implícito pode ser extraído: implementação de Carreiras docentes que possam se adequar aos novos formatos das Instituições.

Os docentes da educação básica, nova denominação do 1º e 2º graus, vinculados a rede federal de educação, são distribuídos, principalmente, em 19 Escolas Técnicas Federais, 46 Escolas Agrotécnicas Federais, 5 CEFET'S, o Colégio Pedro II e 19 colégios mantidos por Universidades Federais. Esse conjunto de docentes possui titulação acadêmica diversificada, desde professores não graduados a doutores, com diversas modalidades de ensino que vai da educação infantil, o ensino médio e técnico, até pós-graduação.

A LDBEN atribui responsabilidades próprias a cada nível de governo. Desta forma, cabe ao governo federal a responsabilidade com a organização e manutenção do Sistema Federal de Educação. O Executivo Federal, utilizando-se de um decreto (2.208 de 17/04/97), regulamentou o §2º do Artigo 36 e os artigos 39 a 42 da LDBEN, impondo a separação entre o ensino técnico e o ensino médio, deixando em aberto a possibilidade de extinção das modalidades de ensino que não se enquadram nas responsabilidades do sistema federal, com conseqüências daí decorrentes para os docentes atingidos por essa situação. Essa situação amplia a complexidade da discussão acerca da Carreira Única.

Ao longo desse ano, quando o governo FHC apresentou o Programa de Incentivo a Docência, em fevereiro de 1998, não fazendo nenhuma menção aos docentes de 1º e 2º graus, houve a

primeira explicitação do problema, culminando na constituição da Comissão de Carreira do MEC. Assim, nesta Comissão, o governo sinalizou com a proposta de uma Carreira específica para a rede federal de educação técnica e tecnológica, com critérios diferenciados para a titulação acadêmica.

A posição governamental que se prende na argumentação de que em virtude da velocidade dos avanços tecnológicos não se justificaria capacitar um professor para produzir um conhecimento que seria ultrapassado em pouco tempo, sinaliza para a apresentação da capacitação diferenciada, através da formação continuada, em detrimento da titulação formal e tradicional (mestrado e doutorado).

Portanto, na visão do MEC, a titulação para a Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica, deve ser estruturada com critérios diferenciados e que pretende, a transformação do conceito de Dedicção Exclusiva, de tal forma que ela retome a sua idéia original, de vinculação a um projeto acadêmico e pedagógico.

Reflexões a Respeito da Realidade Atual da Carreira Docente

Pode-se destacar alguns aspectos característicos da atual realidade na Carreira docente que evidenciam uma situação de total ausência de critérios que a regulem de forma a se adequar à realidade brasileira e à especificidade do nosso sistema educacional. Dentre estes, podemos sublinhar os seguintes, que são próprios às IFES, mas que, de certa forma, influenciam o conjunto do sistema.

As modalidades de acesso à Carreira docente são múltiplas e diferenciadas. Entre aquele professor que presta concurso para o ingresso no quadro e aquele que é contratado como professor substituto, sem vínculo empregatício, existem inúmeras outras modalidades de ingresso nas IFES, que permitem a atividade docente. Algumas são induzidas pelas agências estatais (CNPq/ CAPES) através do sistema de bolsas para recém doutores, outras são criadas pelas próprias universidades a partir da disponibilidade de recursos financeiros (professor visitante, colaborador e convidado); outras são formuladas nos próprios departamentos onde estes se inserem, (créditos em disciplinas de prática docente, que transformam o estudante da pós-graduação em responsável por disciplinas na graduação, etc.). A universidade brasileira hoje se transformou num universo extremamente heterogêneo quando vista sobre o ângulo das modalidades do exercício da atividade docente.

Cada vez mais, os poucos concursos abertos para recolocação de docentes, têm como critério de avaliação o do título acadêmico, sendo este definitivo para ingresso na atividade. Esta prática, se por um lado oferece vantagens aos indivíduos academicamente mais qualificados, por outro, faz com que, sutilmente, a noção de Carreira - onde o indivíduo inicia sua vida profissional nos escalões mais baixos e vai, paulatinamente, galgando postos e ascendendo no sistema - se descaracterize. É cada vez mais freqüente a entrada na Carreira já no último nível - professor adjunto e, em alguns casos, professor titular - sem ter passado pelos diferentes níveis pressupostos na estrutura da Carreira docente.

Levando-se em conta que a atividade profissional na universidade se apóia no tripé ensino, pesquisa e extensão, o ingresso onde é priorizado o título, presume que "quem é titulado, sabe ensinar" o que de forma alguma é um princípio seguro. Podemos ter como resultado uma cultura de supervalorização da titulação, onde o prestígio do docente se torna mais evidente, em detrimento das demais áreas de ensino onde o essencial é a transmissão do conhecimento.

A estruturação formal da Carreira docente - auxiliar; assistente, adjunto e titular - e suas subdivisões, está cada vez mais se transformando numa abstração. Além dos aspectos levantados nos itens anteriores, cabe ressaltar que as IES adotam critérios particulares para a progressão funcional, não havendo, de fato, critérios gerais. Tal deformação se evidencia na multiplicidade de formas e de pré-requisitos para o acesso aos níveis superiores da Carreira, - adjuntos e titulares - que refletem mais a instituição na qual o docente se incorpora do que uma posição no sistema educacional e numa Carreira reconhecida a nível nacional.

A natureza das Instituições Universitárias que congregam as diferentes áreas do conhecimento traz no seu bojo uma multiplicidade de "culturas" na concretização dos seus objetivos, diferenciando-se entre estágios de desenvolvimento e áreas de saber.

É uma diversidade de formas de reconhecimento e valorização docente que multiplica as exigências de progressão na Carreira. Estas especificidades dificultam a definição de critérios universais para a Carreira e transformam a academia, no conjunto, e as universidades, no particular, em nichos, cada qual com uma "cultura" que lhe é própria.

Os elementos, de natureza geral, apresentados nos itens acima, permitem uma conclusão que, se bem não seja ainda definitiva, oferece pistas para discussão da Carreira docente. Assim, a primeira constatação diz respeito à precariedade na qual se estrutura a chamada Carreira docente. Esta está longe de uma racionalidade que se observa, por exemplo, na Carreira diplomática, na de técnicos em desenvolvimento científico e tecnológico do MC&T, ou na dos "gestores públicos" formados pela Escola Nacional de Educação Pública - ENAP. Nestas, há critérios de entrada, um percurso que todos têm de percorrer e um topo no qual só se chega após cumpridas uma série de exigências gerais que significam longos anos de dedicação.

Levando tais características em conta pode-se perceber que, na atividade docente, a titulação e o tempo, entendido como experiência nas diversas funções tipicamente acadêmicas, são as duas condições objetivas que podem ser universalizadas para o conjunto das instituições e podem se constituir no critério básico, a partir do qual se formule possíveis desdobramentos para a estruturação de uma Carreira docente única.

Resgatando a complexa problemática que envolve os Docentes em atividades de 1º e 2º Graus nas IFES, se depara com uma situação onde se vê uma pluralidade ainda maior de elementos os quais se classificam entre as seguintes espécies:

1 - Diversidade na forma de ingresso nas IFES, tendo professores que, além de outras formas, ingressaram por: - concurso público para a Carreira própria de cada Instituição, anterior ao Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos - PUCRCE; - concurso público na Carreira de 1º e 2º Graus posterior ao PUCRCE; - concurso público na Carreira de 3º Grau, posterior ao PUCRCE; - pela federalização de escolas estaduais e ou municipais; - pela redistribuição e/ou reaproveitamento de servidores a partir da extinção dos ex-Territórios Federais;

2 - Diversidade nos níveis de formação profissional/acadêmica abrangendo um conjunto que oscila desde os profissionais que exercem a docência sem ser graduados até os docentes com nível de formação de pós-doutorado;

3 - Diversidade no exercício da função no âmbito de cada IFES, com professores atuando apenas em atividades administrativas, outros exercendo exclusivamente atividades de ensino em um único grau ou transitando entre todos os níveis de ensino e, ainda, os que atuam também em pesquisa, pós-graduação e extensão;

4 - Diversidade nas formas de vinculação dos locais de trabalho dos docentes de 1º e 2º Graus, em Escolas Técnicas, Agrotécnicas, Colégios de Aplicação, ou mesmo fora de qualquer unidade de ensino das IFES, podendo ser vinculação direta à Reitorias, à Institutos, à Departamentos de Educação, entre outros;

5 - Diversidade no reconhecimento da natureza do trabalho, acarretando formas diferenciadas de enquadramento para a aposentadoria, uns com direito à aposentadoria especial e outros não.

Neste processo emergencial de vinculação da discussão da nova Carreira para os Docentes de 1º e 2º Graus com a recomposição salarial e de expectativas geradas pelo compromisso, assumido pelo MEC em estabelecê-la a partir do resultado dos trabalhos da Comissão de Carreira do MEC, que nesse instante se coloca, surgiram pontos de reflexão sobre os quais o conjunto do Movimento Docente se debruçou implementando a discussão.

Em que campo e com que estratégias se deve atuar para a conseguir interferir na implementação de uma Carreira contemplando tais necessidades? Algumas questões foram estimuladas pelo GT-Carreira e respondidas pela Categoria Docente.

Do ponto de vista Estrutural:

- A Educação Básica nas IFES é admissível do ponto de vista do projeto de Universidade da ANDES-Sindicato Nacional?

- Em caso positivo, qual deverá ser a sua função?
- A Educação Básica nas IFES deverá contar com corpo docente específico?
- Em caso positivo, qual deverá ser o plano de Carreira destes docentes, ou quais características e princípios deverão orientá-lo?
- Em caso negativo, como efetivar a transposição dos docentes atualmente lotados no quadro da Carreira de 1º e 2º Graus para a Carreira Única?

Entendemos que a Educação Básica nas IFES não só é perfeitamente admissível como necessária do ponto de vista do projeto de Universidade da ANDES-Sindicato Nacional já que ela está para as IFES na mesma proporção que os Hospitais Universitários e os Centros de Pesquisa e Pós-Graduação, desenvolvendo, em sua plenitude as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Participa da formação do professor, do desenvolvimento de ensino e técnicas pedagógicas, do desenvolvimento de conhecimento educacional, atende às demandas sociais, entre outras.

O MD entende ainda que a educação básica não deve contar com um corpo docente específico, pois a natureza do trabalho não se diferencia entre os docentes das IFES. Tem-se, sim, diversidade quanto ao público alvo, assistido em todas as faixas etárias, indo da primeira infância à terceira idade.

O plano de Carreira dos Docentes das IFES, no presente entendimento, deve ser a Carreira Unificada, com um período para reopção dos docentes da Carreira de 1º e 2º Graus e da Carreira do Magistério Superior e o movimento conjunto da totalidade da Categoria docente para a implementação da Carreira Única.

A proposta de Carreira Unificada, fixada nas IFES contempla a nossa diversidade e é chegado o momento de interferir de maneira direta para não sermos atingidos pela implementação de várias Carreiras impostas, em detrimento da nossa vontade.

FUNDAMENTO POLÍTICO

O exame da reforma do Estado e das políticas educacionais vigentes no Brasil indicam que a política governamental está acelerada no processo de pulverização do Sistema Federal de Ensino. Ao invés de buscar a unificação das Carreiras dos SPF's, como definido pelo RJU, o projeto do governo, evidenciado pelas reformas em curso, promove a fragmentação e desregulamentação das Carreiras. Este objetivo está subjacente à Reforma Administrativa advinda da Emenda Constitucional nº 19 e de suas leis complementares atualmente em votação no Congresso Nacional. A redefinição do *status* jurídico das universidades, de autarquias à organizações sociais, é uma das conseqüências possíveis dessas reformas.

Vale enfatizar que as IFES já estão sofrendo os efeitos dessa política de desregulamentação e descentralização. O propósito do MEC de criar uma Carreira para os docentes de 1º e 2º Graus em suas modalidades técnica e tecnológica desvinculada da Carreira de magistério superior é uma demonstração desta tendência. Também a redefinição do lugar da formação de professores das universidades para os Institutos Superiores de Educação pode ser compreendido no mesmo escopo. Deste modo, não é um exagero afirmar que o governo deliberadamente quer excluir os docentes de 1º e 2º Graus das IFES. A mesma tendência pode ser verificada nos CEFET's. Com a sua transformação em universidades tecnológicas (com uma formação acentuadamente instrumental) os docentes que atuam no ensino propedéutico básico terão sua atuação prejudicada correndo risco até mesmo de perderem sua função institucional.

A discussão de um novo projeto de Carreira que incorpore os professores de 1º e 2º graus e, ao mesmo tempo, resgate a discussão já acumulada e consolidada na proposta da ANDES, explícita no Caderno nº 2, poderá pois contribuir para a definição de um importante instrumento da luta unificada dos docentes das IFES, no embate que ora se avizinha, em defesa de nossa proposta de universidade.

Este embate se dará, muito provavelmente, no futuro imediato, posto que o governo tem reiteradamente anunciado sua intenção de encaminhar a regulamentação do Art.207 da Constituição, de maneira a implementar seu conceito de autonomia universitária, que passa pela pulverização da atual Carreira única, pela instituição de um modelo de distribuição de verbas orçamentárias entre as IFES em função de sua 'produtividade' e pelo conseqüente fracionamento e destruição do sistema público federal de ensino superior, que passaria a

compreender, muitas vezes convivendo no interior de uma mesma IFES, 'Centros de Excelência' e 'de Ensino', configurando deste modo numa única estrutura educacional o desempenho funcionalmente competente de sua atuação dual.

Demonstração concreta está na proposta do Reitor da UFRJ de um lado, a Carreira dos "docentes profissionais", configurada como uma Carreira temporária, cujo ingresso não requer o concurso público, sem DE e estabilidade; de outro lado, a "Carreira de docente acadêmico", voltada para a pesquisa, com DE, estabilidade etc. Face a esta situação, é tarefa do sindicato oferecer alternativas capazes de congrega a maioria dos docentes, para impedir a concretização do projeto de universidade nos moldes pretendidos pelo governo/ organismos internacionais.

Em função dessas considerações, a Diretoria da ANDES-SN propõe o redimensionamento da questão da Carreira docente. Ao invés de limitá-la ao 1º e 2º Graus, a discussão deverá abranger também o magistério superior. Tal ampliação se justifica politicamente, pois, com o avanço das reformas neoliberais, também a Carreira do magistério superior está sendo precarizada.

É importante que o movimento docente discuta, com a seriedade que o momento exige, a urgência da implantação da Carreira Unificada já referendada nas instâncias máximas do sindicato. Isto decorre do fato de que a atual Carreira está cada vez mais defasada. Em várias IFES já se contratam apenas professores com o doutorado e, portanto, os ingressantes já entram praticamente em fim de Carreira, dado que a passagem para titular depende da existência de vaga. Assim, nessas universidades, a proposta de quebra da Carreira unificada nacional e adoção de outra, local, com salários maiores, contemplando suas especificidades, sua 'excelência', permitindo progressão de docentes doutores para cargos do tipo 'livre docente', 'associado' ou similares, encontra eco em segmentos significativos dos respectivos quadros. É vital, pois, que possamos contrapor a essa alternativa uma outra, alinhada com os princípios que historicamente defendemos. Do contrário poderá haver uma adesão progressiva de IFES às ilusórias e fragmentárias propostas de melhoria de salário e condições de trabalho pela via da aceitação do conceito e da prática de autonomia preconizada pelo governo, com todas as suas decorrências.

Esta transposição, nos termos das discussões ocorridas, adquiriu uma nova forma jurídica, tendo em vista que se trata não de uma simples transposição, mas de uma nova Carreira, de acordo com as análises apresentadas pelas assessorias jurídicas nacional e de várias Seções Sindicais.

O fato de se tratar de uma nova Carreira tem implicações políticas importantes. Uma nova Carreira pressupõe novos cargos e uma malha salarial, por isso, nos termos da Constituição Federal, a prerrogativa de encaminhá-lo ao Congresso é do Presidente da República.

Parece-nos, portanto, que a tática de conjugar os esforços dos docentes da Carreira do magistério superior, do 1º e do 2º graus, considerada a emergencialidade de equacionar a dramática situação deste últimos e a situação de iminente esfacelamento que pode vir a afetar a todos, maximizará as chances de sucesso do conjunto dos professores das IFES. É necessário pontuar que a inclusão da classe de professor associado (principal diferença entre a proposta de Carreira unificada e a vigente para o Magistério Superior) avança no sentido da implantação da Carreira Única da ANDES.

Portanto, as dificuldades que enfrentaríamos para aprovação de um projeto contemplando apenas a inclusão dos professores de 1º e 2º graus na nova Carreira não seriam significativamente menores do que a luta por uma nova Carreira Unificada, dado que ambas estão na contramão do que pretende o governo, e, do ponto de vista de recursos, a diferença seria muito pequena.

Por outro lado, taticamente, teríamos potencialmente a adesão da totalidade dos docentes das IFES, no segundo caso, o que certamente traria à reivindicação maior força e logo nos conferiria mais poder de negociação e de articulação com os demais setores que pudessem vir a apoiá-la.

As discussões em diversos espaços do sindicato teve como resultado final a minuta do anteprojeto de Carreira Unificada para os docentes das IFES, da Educação Básica, Técnica e Tecnológica e do Ensino Superior apresentada adiante.

É importante salientar que o tema deve pautar ampla discussão no seio do movimento docente, não só no sentido de aprimorar a proposta como também no sentido de se definirem estratégias que permitam organizar a luta necessária para sua implementação.

TR – 8.1

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI

Projeto de Lei que fixa as diretrizes do Plano Nacional de Capacitação Docente (PNCD)

Dispõe sobre o PNCD para os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), de acordo com a LDBEN, e dá outras providencias.

I - DO SEU ESTABELECIMENTO

ART 1º - É de responsabilidade do Conselho Nacional de Educação⁸, a elaboração do PNCD.

ART 2º - O PNCD, de que dispõe o ART. 1º desta lei, deve:

I - Abranger todos os docentes das IFES;

II - Ter caráter permanente, garantindo um padrão unitário de qualidade, respeitando a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;

ART 3º - O PNCD deve necessariamente priorizar os programas de pós- graduação stricto sensu e em casos especiais, a graduação.

Parágrafo Único - Os programas de Pós-Graduação de que trata o caput deste artigo, terão processo contínuo de avaliação.

ART 4º - O PNCD deverá estabelecer critérios que garantam cooperação inter-institucional, visando a implementação de programas de Pós-Graduação.

ART 5º - As IFES deverão ter quadros permanentes de forma a possibilitar 20,0% (vinte por cento) dos seus docentes em programas de Pós-Graduação, por unidades, departamento ou centros.

II- DO FINANCIAMENTO

ART 6º. - A União deverá garantir em seu orçamento anual, recursos financeiros suficientes para a manutenção e participação do docente no PNCD.

III- DOS PLANOS INSTITUCIONAIS

ART 7º - As IFES, com base no PNCD, estabelecerão seus planos institucionais de capacitação, respeitando o que dispõe esta Lei.

IV - DA COORDENAÇÃO

ART 8º - É de responsabilidade do Conselho Nacional de Educação a coordenação e a fiscalização do PNCD.

TR – 8.2

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI

Aprova a unificação das carreiras de magistério superior e de magistério de 1º e 2º graus, das instituições federais de ensino superior, e dá outras providências.

Art. 1º As universidades federais e demais instituições federais de ensino superior, terão carreira unificada para o pessoal docente do magistério de educação básica, de educação técnica e tecnológica e do magistério superior, assegurados os direitos adquiridos e a uniformidade de critérios de ingresso e de progressão funcional.

⁸ Conselho Nacional de Educação no contexto do PLC 101/92

Art. 2º A *carreira unificada do magistério* compreende as seguintes classes:

I – Professor Titular;

II – Professor Associado;

III – Professor Adjunto;

IV – Professor Assistente;

V – Professor Auxiliar.

§ 1º – Cada classe compreende quatro níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a de Professor Titular, que possui um só nível.

§ 2º - A classe de Professor Associado é exclusivamente acessível aos doutores e livre-docentes com experiência acadêmica comprovada. Na estrutura da carreira unificada, a classe dos Professor Associado estará imediatamente acima da classe do Professor Adjunto.

§ 3º Fica aprovada a tabela de vencimentos da carreira unificada, na forma do Anexo I.

Art. 3º Aplicam-se à *carreira unificada do magistério* todos os dispositivos relativos à extinta carreira do magistério superior previstos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE – Anexo ao Decreto nº 94.664, de 23.7.87, regulamentador da Lei nº 7.596, de 10.4.87) referentes ao ingresso na carreira, ao regime de trabalho, à progressão funcional e outros, que não estejam em desacordo com o disposto na presente lei.

Art. 4º Os docentes oriundos da carreira do magistério superior serão reenquadrados na *carreira unificada do magistério* nas classes e níveis de denominação idêntica aos ocupados na tabela original quando do advento desta lei.

Art. 5º Os docentes oriundos da carreira do magistério de 1º e 2º graus que exercitarem opção neste sentido serão reenquadrados na *carreira unificada do magistério*, de acordo com os seguintes critérios:

I - Os docentes com graduação em curso superior ou especialização serão reenquadrados como *Professores Auxiliares*;

II - Os docentes grau de mestre serão reenquadrados como *Professores Assistentes*;

III - Os docentes com grau de doutor e os livre-docentes serão reenquadrados como *Professores Adjuntos*;

IV – Os docentes enquadrados como *titulares* nas carreiras originais permanecerão como *titulares*.

§ 1º - Os docentes que optarem pela transposição manterão, a nível horizontal, os mesmos padrões anteriormente ocupados na carreira de magistério de 1º e 2º graus.

§ 2º – Ficarão assegurado o reenquadramento com base na contagem dos interstícios com avaliações de desempenho já realizadas, se for mais vantajoso para o docente.

§ 3º - Os docentes que declinarem da opção de transposição para a carreira unificada do magistério permanecerão no *quadro em extinção* da carreira de magistério de 1º e 2º graus.

§ 4º - Os docentes enquadrados nas classes A e B da carreira de magistério de 1º e 2º graus obrigatoriamente farão parte do *quadro em extinção*, podendo exercer a opção apenas caso adquiram diploma de graduação em curso superior.

Art. 6º Em qualquer hipótese, fica assegurada a irredutibilidade dos vencimentos do docente.

Art. 7º As instituições federais de ensino desenvolverão programas de capacitação, para aperfeiçoamento profissional continuado, de acordo com o Plano Nacional de Capacitação Docente (PNDC).

Art. 8º O reenquadramento na carreira unificada abrange os docentes aposentados, de acordo com as mesmas regras e limites estipulados nesta lei.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

TEXTO 9

DIRETORIA DA ANDES-SN

CARREIRA DOCENTE E VERBAS

Proposta emergencial a ser adotada quando da aprovação do anteprojeto de lei que cria nova carreira docente, incorporando os professores de 1º e 2º graus das IFES.

A partir do consenso estabelecido em reuniões de GTs que avaliou que qualquer proposta que implique alteração substantiva do volume de recursos de pessoal a ser disponibilizado pelo governo poderia criar um óbice insuperável à incorporação imediata dos professores do 1º e 2º graus na atual carreira vigente no ensino superior das IFES e considerando que precisamos conquistar o apoio dos atuais docentes adjuntos que estão represados e sem possibilidade de ascensão na carreira, propomos a inclusão da classe de professores associados na atual carreira docente, que além de abarcar os professores de 1º e 2º graus, ficaria da seguinte forma:

- a) a única alteração na carreira a ser introduzida seria a inclusão da classe de professor associado;
- b) o salário do professor associado 1 seria igual ao que hoje recebe o professor titular;
- c) o salário do professor titular seria 25% maior do que o do associado 1;
- d) os professores da demais classes - auxiliar, assistente e adjunto - (e seus respectivos níveis) continuariam a perceber o mesmo salário;
- e) a transição entre esta malha salarial e a malha da nova carreira única se dará a médio prazo, segundo sistemática a ser negociada no momento próprio.

TR- 9

O 18º CONGRESSO da ANDES-SN delibera que, na Nova Carreira Docente Unificada, sugerida em caráter emergencial, válida para o Setor das IFES e que incorpora os professores do 1º e 2º graus e a classe de professor associado tenha 5 categorias e 17 níveis, conforme exemplificado na tabela abaixo:

Salário dos docentes das IFES – Regime DE (Sem GED)				
CLASSE	NÍVEL	SALÁRIO BASE	GAE 160%	TOTAL SALÁRIO + GAE
AUXILIAR	1	379,15	606,64	985,79
	2	396,21	633,94	1.030,15
	3	414,04	662,47	1.076,51
	4	432,67	692,28	1.124,95
ASSISTENTE	1	589,52	943,23	1.532,74
	2	616,04	985,67	1.601,72
	3	643,77	1.030,03	1.673,79
	4	672,74	1.076,38	1.749,11
ADJUNTO	1	879,94	1.407,90	2.287,84
	2	919,54	1.471,26	2.390,79
	3	960,92	1.537,46	2.498,38
	4	1.004,16	1.606,65	2.610,81
ASSOCIADO	1	1.219,05	1.950,47	3.169,52
	2	1.280,00	2.047,99	3.327,99
	3	1.344,00	2.150,39	3.494,39
	4	1.411,20	2.257,91	3.669,11
TITULAR		1.523,81	2.438,09	3.961,90

TEXTO 10

DIRETORIA DA ANDES-SN

Proposta de Piso Salarial e Malha salarial para a nova Carreira Única da ANDES-SN

A proposta de Carreira Única para os docentes das IES já foi deliberada pelas instâncias da ANDES-SN. Entretanto, a definição do piso salarial e da malha salarial implícita à proposta de Carreira, ainda não foi objeto de deliberação. Esta falta de definição tem prejudicado a atuação do Sindicato na defesa de uma proposta unitária para os três setores da nossa entidade (IFES, IEES e IPES).

A premência desta definição é tanto mais urgente, quanto as constantes ameaças do MEC no sentido da aprovação de um novo conceito de autonomia, colocando como perspectiva de curto prazo "a quebra da carreira unificada dos docentes das IFES, com a pulverização e a multiplicação de estruturas salariais, a diferenciação de salários para funções similares em instituições distintas (e mesmo dentro de uma própria instituição) e a transferência da administração de todos os problemas decorrentes da competição interna por verbas (vencimentos de servidores, custeio e capital, etc.) para o interior das universidades".

A definição de um piso salarial para os docentes de ensino superior tem sido uma bandeira de nosso sindicato. A Constituição de 1988, em seu artigo 206, inciso V, estabeleceu como princípio a garantia de "piso salarial profissional" para o magistério público. O sindicato, por sua vez, definiu como bandeira de luta a extensão desse piso a todos os docentes, tanto da área pública quanto do setor privado.

O VIII Congresso da ANDES-SN, realizado em São Paulo, de 14 a 18 de fevereiro de 1989 deliberou, por outro lado, reivindicar para piso salarial do professor auxiliar de ensino, 20 horas, o valor de 1 salário mínimo do DIEESE. O GT-Verbas, reunido nos dias 28 e 29 de agosto de 1997, calculando os valores necessários para repor, nas IFES, o melhor salário desde a unificação das respectivas carreiras docentes, chegou também, aproximadamente, ao valor de 1 S.M. DIEESE. Foi estimado, igualmente, o valor necessário para repor o melhor salário após o plano real: encontrou-se cerca de 0,65 SM DIEESE.

Assim, reforçamos, mais uma vez, a proposta já consolidada deste GT-Verbas, segundo a qual:

- a) o piso salarial deve ser fixado em 1 Salário Mínimo do DIEESE;
- b) o piso emergencial das IFES será de 0,65 S.M. do DIEESE.

Quanto à fundamentação da proposta de leque salarial, apresentamos os argumentos apresentados pela Diretoria da ADUFSCar:

1 - é importante valorizar a progressão na carreira através da capacitação do docente, de forma a possibilitar seu trabalho indissociado de produção, transmissão e difusão de conhecimento crítico, comprometido e compatível com o papel social da universidade; ao mesmo tempo, apontamos que uma tal proposta terá que ser necessariamente integrada a outra: a de lutar pelo acesso pleno à capacitação para todos os docentes do país - caso contrário, estaremos criando um mecanismo discriminatório, que impossibilitará os professores de universidades com menos tradição de pesquisa de progredirem na carreira, o que lhes imporá, em decorrência, perdas salariais significativas;

2 - essa ampliação, conjugada inclusive à criação da categoria de professor associado, com um patamar remunerativo bem superior ao do adjunto, é uma forma correta de estimular o trabalho dos atuais doutores, hoje represados salarial e academicamente, pois o acesso à categoria de professor titular depende da existência de vaga;

3 - as instituições de ensino superior particulares já estão adotando leques salariais que valorizam os professores assistentes, adjuntos e titulares (com título), pagando a esses docentes salários reais substancialmente maiores do que os das universidades públicas; portanto, a manutenção, nestas, do atual diferencial (3,2 para 1), resultará na progressiva perda de quadros qualificados do ensino público para o privado.

A proposta apresentada abaixo foi construída a partir dos seguintes parâmetros:

1 - manteve-se, na nova carreira, a atual relação salarial existente entre os vários regimes existentes nas IFES: assim, professores em regime 40 horas ganharão, pela proposta, 2,0 vezes mais que os em regime 20 horas e os docentes em DE, 3,1 vezes mais (DE = 55% sobre o regime de 40 horas);

2 - definiu-se o valor do salário do Professor Auxiliar A, da nova carreira, a partir das discussões anteriores do GT Verbas. Este valor, que deve ser entendido como o mínimo a ser reivindicado, quando da implantação da nova carreira, corresponde a 65% do salário mínimo do DIEESE que, em janeiro de 1999, era de R\$ 857,66. Assim, o valor numérico de R\$ 557,48 correspondente ao recebido pelo prof. Aux. A, foi obtido multiplicando-se R\$ 857,66 por 0,65.

TR - 10

O 18º CONGRESSO delibera que - na Nova Carreira Docente, já aprovada anteriormente, e composta pelas 05 categorias e 09 níveis - o piso salarial emergencial seja de 0,65 Salário Mínimo do DIEESE e o leque salarial seja representado pelo fator de multiplicação apresentado na tabela abaixo:

Carreira Da ANDES	MALHA		SALARIAL	
	Professores em	Regime 20h	Professores em	regime DE
	Fator de multiplicação	Salário em R\$ Salário Aux.A=0,65 SMD	Fator de multiplicação	Salário em R\$
Auxiliar A	1.00	557,48	3.10	1.728,18
Auxiliar B	1.10	613,23	3,41	1.901,01
Assistente A	2.00	1.114,96	6,20	3.456,38
Assistente B	2.20	1.226,46	6,82	3.802,01
Adjunto A	3,00	1.672,44	9.30	5.184,56
Adjunto B	3.30	1.839,68	10.23	5.703,02
Associado A	4.00	2.229,92	12.40	6.912,75
Associado B	4.40	2452,91	13.64	7.604,03
Prof. Pleno	5.00	2.787,40	15.50	8.640,94

Janeiro de 1999

TEXTO 11

DIRETORIA DA ANDES-SN

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Reformulação em curso no setor de Ciência e Tecnologia (C&T) federal e a forma como ela vem sendo conduzida, tem solicitado incrementar a ação conjunta de sindicatos e associações como a Sociedade para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Brasileira de Ciência (ABC) e ANDES-SN, além de representantes de instâncias de governo, como secretários de C&T estaduais.

Mesmo as preocupações não sendo consideradas novas, os diretamente envolvidos com a política de C&T e de Ensino Superior – pesquisadores e professores universitários – assim como os formuladores e gestores dessa política no âmbito estadual, devem implementar a luta na defesa da C&T, como mais um momento da sua trajetória.

Qual é o interesse dos pesquisadores, expresso nas manifestações da SBPC, por exemplo?

No plano mais específico é a manutenção das bolsas de pós-graduação e de pesquisa e o financiamento a projetos de pesquisa científica básica, que seriam responsáveis pela oferta de conhecimento entendida como imprescindível para a inovação tecnológica e para o desenvolvimento econômico e social do País. Além, disso, e de acordo com a visão de que esse conhecimento deveria ser colocado à disposição do setor produtivo, defendem a manutenção dos estímulos proporcionados pelo estado à sua demanda. Entre eles, os de apoio à P&D empresarial e à vinculação universidade-empresa, e demais mecanismos de enlace consubstanciados, por exemplo, na atuação da FINEP. No mesmo sentido, defendem o apoio a projetos “estratégicos” intensivos em conhecimento, cuja prerrogativa de definição, ao contrário das ações de estímulo à oferta de conhecimento, é do governo e não da comunidade de pesquisa.

No plano político mais geral, a comunidade de pesquisa se encontra ressentida pelo fato de, tanto a indicação do Ministro de C&T como as definições em curso, terem ocorrido sem a participação de suas instituições representativas. Seu comportamento político frente ao executivo, embora mais reservado do que o dos professores, vem assumindo um tom crescentemente crítico. Num outro nível, esse segmento do grupo se coloca como um pólo de um pacto nacionalista que aglutinaria os demais, e outros atores a ele externos, em defesa da C&T nacional. Atenta aos efeitos da globalização e da crescente intervenção do capital internacional, associados aos do ajuste econômico e da abertura, ela tem reforçada sua postura nacionalista. A avaliação de que esses efeitos tendem a interromper a trajetória de expansão da pós-graduação e da produção científica, dada sua avaliação acerca da prescindibilidade destas para o novo padrão de desenvolvimento econômico em implantação, a aproxima dos professores. O argumento subsequente, de que a manutenção da capacidade científica seria uma defesa contra as pressões que ameaçam nossa soberania e uma garantia de desenvolvimento econômico e social, entretanto, a afasta da esquerda dos professores.

Qual é o interesse dos professores, tal como expresso no posicionamento que a ANDES vem adotando ao longo da trajetória deste grupo?

No plano mais específico, a ANDES tem afirmado que a política atual debilita a capacidade do complexo Universidade e Instituto de Pesquisa públicos, colocando em risco sua capacidade de resposta às demandas futuras – por conhecimento e recursos humanos – da sociedade igualitária e democrática que visualiza. Tem ressaltado que a crescente inadequação entre a dinâmica de exploração da fronteira do conhecimento científico e tecnológico – conformada pelas grandes corporações dos países avançados para atender a demandas de suas sociedades – e as necessidades da maioria da população dos países periféricos, a obriga a uma redefinição estratégica. Esta, se opõe à adequação ao mercado proposta pelo Executivo, ao mesmo tempo em que se diferencia do defendido por membros da comunidade científica acerca da simples recomposição ou expansão tendencial desse complexo, uma vez que isto apenas reproduziria uma situação anterior socialmente perversa. Forjar essa dinâmica alternativa à que se afigura como única, pois que respaldada por um enorme poder de demonstração e indução, é percebido como o núcleo de uma política de C&T alternativa.

No plano político mais geral, os professores percebem que sua estratégia supõe um questionamento de uma concepção de política de C&T (e das ações que orienta) ainda majoritária no País, e que este pode vir a demandar uma redefinição de suas ianças. Não oportuniza, entretanto, qualquer redefinição, o escasso nível de operacionalização em que se encontra aquela estratégia, que a inviabiliza como alternativa ao enxugamento proposto pelo executivo e à postura defensiva da comunidade de pesquisa, e a possibilidade de cooptar cada vez mais membros dessa comunidade. Não obstante, e de forma mais agressiva que os pesquisadores, os professores têm liderado a oposição ao Executivo. Têm denunciado que, ao impor seu enxugamento, e demagogicamente acenar com a perspectiva da modernidade do Estado avaliador – que quebra os “enlaces corporativos” e satisfaz o “conjunto da sociedade” –

o Executivo apenas quer promover os ajustes necessários ao projeto neoliberal de inserção subordinada do País ao mundo globalizado.

Qual é o interesse dos secretários estaduais de C&T, mais precisamente os que se situam no campo da oposição?

Fundamentalmente, o de preservar a governabilidade em seus âmbitos de atuação colocada em xeque pela redução do orçamento federal para ensino e pesquisa e, mais recentemente, pelo que consideram uma ameaça ao pacto federativo. Sua não convocação para participar da reformulação em curso é vista como injustificável, dada a evidente necessidade de cooperação e entrosamento que deve existir com o âmbito federal.

No plano político mais geral, esse segmento propõe um compromisso entre as duas posições anteriores que representa o atual consenso possível neste grupo. A interação e os laços estreitos que têm com “suas” comunidades de pesquisa, sua sensibilidade política, sua orientação de esquerda e a crítica que assumem da concepção de política de C&T que baliza a reformulação em curso, qualificam os secretários de C&T de oposição como expressão desse consenso.

Nossa proposta de compromisso, entre outras vantagens, é simples, exequível e avança no sentido de qualificar o processo decisório da C&T nos níveis federal e estadual, ampliando o espectro de atores participantes e de critérios de tomada de decisão, tornando-o mais racional e transparente. A proposta coloca o governo no papel de orientação do desenvolvimento de C&T, através da alocação de recursos a áreas e programas considerados estratégicos e prioritários, segundo critérios econômicos e sociais, por um fórum por ele coordenado. Garante, por outro lado, à comunidade científica, a prerrogativa de, no quadro dessa distribuição maior, alocar recursos às atividades que realiza mediante os critérios de mérito – e processos – de julgamento por pares – de avaliação e os mecanismos de fomento usuais. Adicionalmente, a essa distinção de responsabilidade nos níveis do “atacado” e do “varejo”, nossa proposta aponta a necessidade de que, em ambos, se reforce a pluralidade evitando a “verticalização”, no que se refere à organização institucional, e a multidisciplinaridade, no que respeita às atividades apoiadas. Nesse sentido, acreditamos essencial que se preserve, qualquer que sejam os arranjos futuros, um espaço institucional gerido pelo governo onde possam ser materializados os interesses permanentes da nação e a sociedade mediante a ação dos atores diretamente envolvidos com o desenvolvimento científico e tecnológico.

TR- 11

Intensificar a ação conjunta da ANDES-SN com a SBPC, ABC, Frente Parlamentar em Defesa de C&T, o Fórum Nacional de C&T, para implementar a luta em defesa da Ciência e Tecnologia

PLANO DE LUTAS PARA 1999

O Plano de Lutas do Setor das IFES, IPES e IEES, a ser aprovado no 18º Congresso da ANDES-SN, será trabalhado nas reuniões dos respectivos setores, a serem realizadas no dia 24/02/99

TEMA III - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 12

DIRETORIA DA ANDES-SN **QUESTÕES FINANCEIRAS**

O momento político impõe ao Sindicato um plano de lutas que requer o esforço de adequar as condições materiais e financeiras às necessidades de realização de ações concretas no enfrentamento dos desafios que se apresentam para o Movimento Docente. Tal esforço tem que levar em conta, de um lado, a situação salarial da maioria dos filiados, agravada pelo confisco de parte dos salários através do desconto para a Previdência nas IFES e, de outro, o acelerado aumento dos preços desencadeado pela desvalorização do real, no bojo da crise econômica que explodiu no início do ano.

1 - PLANO FINANCEIRO

É necessário elaborar um plano financeiro com a definição de prioridades de acordo com o plano de lutas, no sentido de armar o Sindicato para dar conta das grandes tarefas políticas. Um plano que busque criar as condições para que o maior número de filiados possam participar dos debates e da definição das ações do Sindicato. Para tanto, o 18º Congresso da ANDES-SN propõe:

TR - 12.1

1 - Que a diretoria da ANDES-SN elabore o plano financeiro para o ano de 1999 com a participação do GT-Verbas, das Vice Regionais e das Seções Sindicais, através de seus tesoureiros, levando em conta o plano de lutas aprovado no 18º Congresso, a programação das atividades e eventos definidos.

2 - Na elaboração do plano financeiro considerar também as resoluções do 17º Congresso e as propostas dos Encontros de Tesoureiros já realizados.

TEXTO APOIO

2 - CONTRIBUIÇÃO DOS FILIADOS À ANDES-SN

A difícil situação enfrentada pelas Seções Sindicais, algumas delas sem as mínimas condições de funcionamento cotidiano, as impede de repassar regularmente à ANDES-SN a contribuição dos filiados e de participar de eventos nacionais e regionais do Sindicato. Tal situação pode ser vista no quadro 1.

QUADRO 1

Nº	Seção Sindical	Setor	Data Filiação	Nº Filiados	Data última contribuição	Débito Acumulado
01	ADUNIR	F	31/10/90	237	01/04/98	R\$ 8.375,46
02	SESDUF-RR	F	31/10/90	97	15/12/98	R\$ 8.654,55
03	ADUEPB	E	31/10/90	519	13/08/98	R\$ 3.360,05
04	ADUNEB	E	31/10/90	460	18/07/95	R\$ 20.442,53
05	ADUSB	E		297	06/06/96	R\$ 4.089,84
06	SINDEFQA	F	06/06/96	84	17/02/97	R\$ 5.694,56
07	APUG	P	06/11/92	sem informação	07/07/96	
08	ADUFMAT-ROO	F	09/12/94	96	14/11/97	R\$ 4.767,27
09	ADUNISA	P	19/11/93	265	29/09/95	
10	APROFURJ	P	03/11/93	67	15/09/96	
11	APROFEJ	E	10/06/94	104	27/10/97	R\$ 3.806,86
12	ADOCA	F		138	21/09/95	
13	SINDUTAM	E	28/06/96	sem informação	Não contribui	

14	ADESA-PE	M	09/12/94	34	Não contribui	
15	ADFAFIA	M	06/12/95	sem informação	Não contribui	
16	ADESA-GO	E	27/11/92	142	16/12/97	
17	ADUEMS	E		sem informação	Não contribui	
18	ADOURADOS	F	09/01/97	75	Não contribui	
19	APROFOC	P		sem informação	Não contribui	

As dificuldades são de variada ordem. Algumas Seções Sindicais têm um número de filiados tão pequeno, que a contribuição não é suficiente nem para o seu funcionamento. Outras, dos setores das estaduais, das municipais e das particulares, têm problemas de atraso no repasse das contribuições pelas mantenedoras, e até mesmo do não desconto da contribuição em folha. O quadro mostra que algumas Seções Sindicais não repassaram nenhuma contribuição para o Sindicato Nacional.

Outra situação que se apresenta, é que várias Seções Sindicais que vêm repassando regularmente a contribuição, não estão cumprindo as deliberações do Congresso anterior. "O 17º Congresso estabelece o 18º Congresso como prazo final para implantação da política de contribuição dos filiados à ANDES-SN, no percentual de 0,2% (zero virgula 2 por cento), do salário base de cada docente". Oito Seções Sindicais contribuíram repassando um valor fixo, que não corresponde a esse percentual definido pelo 17º Congresso. A ADUNICAMP reduziu sua contribuição a partir do mês de outubro de 1998 (Quadro 2).

QUADRO 2

Nº	Seção Sindical	Setor	Nº Filiados
01	ADUFAC	F	364
02	ADUA	F	742
03	ASDESAM	F	51
04	ADFMTM	F	169
05	ASPESAL	F	341
06	ADUFRJ	F	3.365
07	ADCEFET-RJ	F	519
08	ADUNICAMP	E	1.927
09	ADOCA	F	138
10	APROFEJ	E	104

TR - 12.2

1 - Discutir e elaborar propostas alternativas para resolver a situação das Seções Sindicais com arrecadação insuficiente e/ou com dificuldades no recebimento das contribuições dos filiados.

2 - Discutir e apresentar propostas para resolver a situação das Seções Sindicais que não cumpriram a resolução do 17º Congresso do repasse de 0,2% do salário base de cada filiado para o Sindicato Nacional.

TR-12.3

Prestação de Contas do 37º CONAD

A Diretoria da ANDES-SN está apresentando ao 18º Congresso a prestação de contas do 37º CONAD (Belo Horizonte, 20 a 23 de novembro de 1998)

DESPESAS EFETUADAS

ITENS	Previsão	ANDES-SN	SINDCEFET-MG
1 - Pessoal			
1.1 - Passagens	714,00	492,47	
1.2 - Hospedagem	578,00	606,90	
1.3 - Diárias	935,00	935,00	
1.4 - Horas-extras	3.000,00	3.197,23	
Sub-total	5.227,00	5.231,60	
2 - Apoio	660,00		660,00
Sub-total	660,00		660,00
3 - Telefone	2.500,00		1.229,76
Sub-total	2.500,00		1.229,76
4 - Material Secretaria			
4.1 - Correio	1.690,00	1.690,00	
4.2 - Papelaria	593,00		293,00
Sub-total	2.283,00	1.690,00	293,00
5 - Xerox	2.035,05		1.160,30
Sub-total	2.035,05		1.160,30
6 - Imprensa e Divulgação			
6.1 - Caderno Texto	2.580,00	2.580,00	
6.2 - Cartaz	1.465,00		1.465,00
6.3 - Faixas	88,00		88,00
6.4 - Convite	238,00		238,00
6.5 - Assessoria de Imprensa local	1.900,00		1.900,00
Sub-total	4.371,00	2.580,00	3.691,00
7 - Infra-Estrutura			
7.1 - Aluguel computadores	936,10		936,00
7.3 - Material consumo	30,16		30,16
7.4 - Coffe Break	2.500,00		5.266,80
7.5 - Floricultura	285,00		285,00
7.6 - Aluguel Salas	920,00		800,00
Sub-total	4.671,26		7.317,96
8 - Pastas, camisetas, crachas			
8.1 - Pastas	2.020,00		2.020,00
8.2 - Camisetas	1.185,00		1.185,00
8.3 - Crachas	183,00		213,00
Sub-total	3.388,00		3.418,00
9 - Filmagem	500,00		500,00
Sub-total	500,00		500,00
10 - Transporte	450,00		400,00
Sub-total	450,00		400,00
Total	26.085,31	9.501,60	18.670,02
TOTAL			28.171,62

TR-13

HOMOLOGAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 – Criação de Seções Sindicais

Em consonância com os dispositivos estatutários da ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 18º Congresso da ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação da criação das seguintes Seções Sindicais da ANDES-SN:

- **SINDURCA** – Seção Sindical dos docentes da Universidade Regional do Cariri
- **SINDUFAP** – Seção Sindical dos Docentes da Fundação Universidade Federal do Amapá
- **SEDUNIANA** – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Anápolis

1.2 – Transformação em Seções Sindicais da ANDES-SN

Em consonância com os dispositivos estatutários da ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 18º Congresso da ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação da transformação das seguintes Seções Sindicais:

- **ADUFPI S. SIND** – Associação de Docentes da Universidade Federal do Piauí
- **ADFUNREI-Seção Sindical** – Seção Sindical dos Docentes da Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei

1.3 – Alteração Regimental

Em consonância com os dispositivos estatutários da ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada (Ata da Assembléia Geral de 17/09/97), o 18º Congresso da ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação das alterações verificadas no Regimento da ADUFMAT Seção Sindical

TR-14

Alterações Estatutárias

1 – Em consonância com o disposto no Art. 70 da Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL, fica prorrogado até o 19º Congresso o processo de transformação das Ads em Seções Sindicais.

Parágrafo único. As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-SSINDs, deverão, até o 18º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

2 – Em consonância com o disposto do no Art. 71 da Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL, fica prorrogada até o 19º Congresso a possibilidade de alteração dos seus Estatutos, desde que a alteração seja aprovada por mais de 50% dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do Artigo 21.

3 - Incluir no § 3º do Art. 32 do Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL a linha “f” com a seguinte redação:

“f encarregado de assuntos educacionais”.

4 - O 17º Congresso deliberou que o 18º Congresso (1999) apreciasse as seguintes propostas de alterações estatutárias:

– Quanto às eleições subsequentes ao 18º Congresso:

Prazo de inscrição de chapas

- Será permitido inscrever chapas para a eleição da Diretoria da ANDES-SN até uma semana após o encerramento do Congresso, isto é, os nomes aos cargos de Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro.
- Os nomes para os demais cargos poderão ser apresentados até mais 03 (três) semanas após o prazo anterior.
- A nominata final poderá ser apresentada até 02 (duas) semanas após o prazo anterior.

Prazo de sindicalização

Será exigido um prazo de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de sindicalização para poder integrar a chapa.

– Data dos Congressos

Congresso ordinário no mês de junho

– Número e data dos CONADs

- Que nos anos de 1999 e 2000 seja realizado apenas um CONAD por ano.
- Que a questão seja reavaliada no Congresso de 2001.
- Que no intervalo entre o Congresso e o CONAD seja de aproximadamente seis meses realizando-se, preferencialmente, nos períodos de recesso escolar.
- CONAD ordinário no mês de novembro.
- Ordinariamente, uma vez por ano, em local fixado pelo Congresso anterior e em data determinada pela Diretoria da ANDES-SN.

TEXTO 15

DIRETORIA DA ANDES-SN

FILIAÇÃO DA ANDES-SN AO MOSAP

O QUE É O MOSAP

O MOSAP é um movimento de atuação solidária, sem caráter político-partidário, que aglutina diversas agremiações de servidores aposentados e de pensionistas pagos pelo Tesouro, em nível federal, estadual ou municipal. Não é integrado por filiados pessoas físicas.

Fundação:

Em 21 de março de 1992, por iniciativa, coordenação e patrocínio da ACAF/SP e com apoio integral da então **UNAFISCO NACIONAL**, fundou-se o **MOSAP**, abrangendo inicialmente os servidores aposentados e os pensionistas da Receita Federal. Em 1º de outubro de 1993, instalou-se a Coordenação Nacional, com a participação de outras entidades afins em nível federal, estadual e municipal.

Objetivo:

Promover a união, através de suas entidades, dos servidores públicos federais, estaduais e municipais para um trabalho político harmônico e coordenado no Congresso Nacional e nas bases eleitorais junto aos deputados federais, senadores e lideranças políticas, falando uma só linguagem na defesa dos direitos contidos na Constituição, nos §§ 4º e 5º, do art. 40, ou seja, a paridade dos proventos com a remuneração dos ativos e a integralidade das pensões.

Estrutura:

Embora sendo um movimento informal e sem personalidade jurídica, o MOSAP procura atender com uma estrutura formada por uma coordenação nacional e por várias coordenação locais e estaduais.

A direção-geral é exercida por uma Diretoria Executiva, cujos membros são escolhidos entre os integrantes da Coordenação Nacional.

As coordenações são maleáveis e formadas por um número de integrantes que atende às peculiaridades e interesses locais e/ou estaduais.

Fonte de recursos:

Cada entidade participante financia as despesas provenientes de sua participação, quando houver interesse e possibilidade, nos eventos organizados pelo **MOSAP** e naqueles de sua iniciativa. Não existe qualquer compromisso de contribuição financeira regular, podendo porém, a entidade publicar e divulgar por quaisquer meios os objetivos do **MOSAP**, a exemplo do procedimento de inúmeras entidades, assim como promover encontros e reuniões regionais e locais.

Convém destacar que a **UNAFISCO SINDICAL** tem sido a principal mantenedora do **MOSAP**, independente das valiosas contribuições prestadas pela ACAF/SP, UNAFISCO/MG, ANFIP, ASSISEFE, ASACD, ASAP-TCU, ANPREV, FENAFISP, ANASPS, SINDILEGIS e ADPF.

A participação da **Unafisco Sindical** é tão significativa que as instalações da sua Secretaria de Assuntos de aposentados e Pensionistas constituem a atual sede do MOSAP.

Atividades:

Atuar com perseverança, constância e tenacidade na mobilização de outras entidades.

Tornar mais expressiva a sua representatividade como força política, a fim de atingir o objetivo de preservar os direitos expressos nos parágrafos 4º e 5º do art. 40, da Constituição Federal.

Prestigiar e implementar a atuação política das bases, como a mais importante de suas atividades.

TR-15

O 18º Congresso da ANDES-SN aprova a filiação da ANDES-SN ao Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – MOSAP.

TR-16

LOCAL DO 38º E 19º CONGRESSO

Tendo em vista que, estatutariamente, o 18º Congresso indica as datas e os locais do 38º CONAD e 19º Congresso, a Diretoria da ANDES-SN solicita às Seções Sindicais que se candidatem a sediar os referidos eventos.

TEXTO 17

DIRETORIA DA ANDES-SN

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

É atribuição do Congresso compor e recompor os Grupos de Trabalho (GTs). Para tanto, as Seções Sindicais devem enviar as suas indicações ao 18º Congresso da ANDES-SN.

CONTRIBUIÇÕES DE SEÇÕES SINDICAIS E DE SINDICALIZADOS

CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES AGAMENON ALMEIDA, LENA LÚCIA ESPÍNDOLA, FCO. JOSÉ PINHEIRO, IBERÊ GUIMARÃES, MA. LUIZA FONTENELE, JOÃO BOSCO F. ARRUDA.

TEXTO 18

Texto Apoio CONJUNTURA

BRASIL – UM PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DESTRUIDORA

O final do milênio se inicia com o agravamento de uma crise internacional, cuja onda mais recente começou em julho de 1997, com rebatimentos vários no decorrer de 1998.

O caráter dessa crise – apesar das constantes tentativas de mascarar-la como uma crise especulativo-financeira – é, na realidade, uma profunda “crise real” do sistema capitalista.⁹ O tão decantado processo de reestruturação produtiva, apontado desde meados dos anos setenta, como o grande salto de qualidade do capitalismo, vem produzindo, de forma crescente e internacionalizada, os seus efeitos deletérios. Ao crescimento do desemprego em nível mundial, sem perspectiva de equacionamento, o desmonte do Estado em todos os níveis, a privatização dos setores produtivos estatais e de uma gama variada e ampla de atividades ditas sociais, como a educação, saúde, previdência social, dentre outras, agregam-se agora, sob a forma dos chamados “ataques especulativos”, completando-se o mosaico que veio por a nu a verdadeira face e o caráter do processo recente de expansão do capitalismo.

A vulnerabilidade de economias, até então louvadas em prosa e verso como exemplos de modernização capitalista, tornou-se patente com a redução dos “tigres asiáticos” à condição de meros “gatinhos assustados”, com a demonstração dos “pés de barro” do gigante japonês e com a falência do processo de construção do capitalismo de mercado sobre os escombros do socialismo real do Leste Europeu.

Pairando sobre tudo isso, com ares de invulnerabilidade plena, “reinem” os Estados Unidos, qual “ilha internacional de prosperidade”, com baixas taxas de desemprego, crescimento contínuo de sua economia nos últimos 93 meses, baixa taxa de inflação, apresentando como problema maior, as banalidades das incursões extramatrimoniais do presidente Clinton, que mascaram o caráter político das lutas intestinas pelo poder e ofuscam as constantes oscilações do seu mercado financeiro.

Do outro lado do mundo, as tradicionais nações da velha Europa – ainda saudosa da era colonial – procuram desenvolver, a todo custo, o seu projeto de “modernização” capitalista através da construção da União Européia, como possibilidade de retomada da hegemonia há muito perdida.

Do lado de cá, os países da América Latina - cuja identidade regional é um belo exemplo de ficção - catequizados para rezarem pelo credo neoliberal – avançam politicamente no processo de sua desconstrução como economias e sociedades emergentes, muitas vezes numa disputa para, mais rapidamente, serem ungidos como novos crentes da nova ordem internacional.

Todo este longo processo de desconstrução destruidora (substituindo o conceito Schumpeteriano de que as crises no capitalismo representam um processo de “destruição criadora”) vem se desenvolvendo através de um cronograma cujo “timing” está intimamente

⁹ Chesnais, François. “Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais”. **Outubro**. N.º 1, Maio de 1998, pp. 7-31.

ligado aos interesses maiores do capital internacional. No entanto, este não é o espaço para discutir a dinâmica desse processo.

Objetivamente, é necessário que construamos, a partir de uma análise geral da crise, respostas para os diferentes desafios que hoje se colocam para nós que ainda acreditamos que o capitalismo não é o “fim da história”, mas que a sua continuidade e o caminho mais curto para a barbárie, dado o seu potencial de destrutividade.

Faz-se necessário um entendimento mínimo do caráter que a presente crise do capitalismo assume no Brasil e, conseqüentemente, dos desafios que se colocam para um Sindicato cuja base é composta por aqueles que têm como atividade primordial a produção e a transmissão do conhecimento, o que a torna eticamente responsável por contribuir para uma correta interpretação da realidade e politicamente obrigada a intervir em sua superação e na construção de uma nova ordem social humana, justa e igualitária.

Em linhas gerais, há que se reconhecer que a partir da implantação do “real” em 1994, foi possível conseguir a redução do processo inflacionário e se atingir um relativa estabilidade de preços. Esta é a vitória tão decantada pelo governo FHC e seus aliados. É importante salientar, no entanto, que das maravilhas da globalização prometidas, como a derrubada dos juros internos, a retomada do crescimento da economia, do emprego e da renda, bem como a redução dos níveis de miséria com maior volume de investimentos sociais, nada se concretizou nos quatro anos do “reinado” neoliberal. Ao contrário, é preciso deixar claro qual o custo social da estabilidade monetária. Desde o início do “real” vozes levantaram-se questionando a dependência quase total que o esquema disfarçado de dolarização da economia brasileira trazia para a possibilidade de transformação das condições sociais. Não cabe agora retomar aqueles argumentos, na medida em que a realidade encarregou-se de comprová-los, ao mesmo tempo que impõe, no presente momento, a necessidade política de se retomar a luta pela democracia e pela construção de uma sociedade humana e justa.

A hegemonia do governo FHC, caracterizada por sua reeleição, deveu-se em parte às loas cantadas ao “Plano Real”, à atuação de uma mídia que fortaleceu e favoreceu de todas as formas o projeto governamental, a esquemas fisiológicos vários acionados em diferentes ocasiões, e, no campo da oposição, às posições acanhadas e/ou temporizadoras de alguns segmentos que terminaram por inviabilizar a concretização de um projeto verdadeiramente democrático e popular. Não é possível deixar de frisar, por outro lado, o custo moral da aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição que, em determinado momento, passou a ser o objetivo primordial do governo. Os resultantes desse processo tornaram-se bastante claros quando da composição do novo governo, ao se evidenciar o enfraquecimento do poder político do PSDB frente às forças políticas mais retrógradas que a ele se aliaram. No entanto, há que se reconhecer que num ponto a unidade se manteve através da ação política conjunta para viabilizar a construção mais rápida do projeto político-econômico neoliberal, ainda que, em alguns momentos pequenas, mas importantes vitórias políticas, foram alcançadas, principalmente nas proximidades do processo eleitoral, como por exemplo a derrota de pontos específicos das emendas constitucionais da reforma administrativa e da previdência.

Não resta dúvida, por outro lado, que um complicador se interpôs e, de certa forma, favoreceu um refreamento do processo de desconstrução da economia, da política e da sociedade brasileiras. Os rebatimentos das ondas da crise internacional sobre o Brasil terminaram jogando um importante papel para aclarar os mecanismos econômicos e políticos que vinham sendo utilizados para a construção do projeto neoliberal. A explicitação dos jogos de interesses no processo de privatização do setor produtivo estatal e o envolvimento de membros da própria máquina governamental em esquemas de privilegiamento de grupos, foram elementos importantes no desgaste político do governo, ainda que não aproveitado de forma plena pelas forças políticas de oposição.

O posicionamento tímido dos diferentes segmentos progressistas do movimento social organizado (leia-se, partidos políticos, movimento sindical, movimento estudantil, dentre outros, com a honrosa exceção do MST) terminou favorecendo ação do governo no sentido de cooptar o parlamento para o conjunto de mudanças que, como sempre, representam, por um lado, a

perda acelerada de conquistas sociais e trabalhistas e, por outro, o fortalecimento dos segmentos mais espúrios do capital nacional e internacional.

É importante enfatizar o elevado grau de vulnerabilidade gerado pela política econômica do governo. Vulnerabilidade esta que, no entanto, joga um duplo papel. Por um lado, tornou o país refém do capital especulativo internacional e, conseqüentemente, passível de entrar em crise aguda na medida em que tais capitais resolvam debandar. Por outro, dadas as estreitas vinculações econômicas com algumas nações do chamado primeiro mundo e, em especial, com os Estados Unidos, tornaram o Brasil uma possível bomba de efeito retardado com respeito a uma possível alastramento da crise á “ilha internacional de prosperidade” e a partir dela ao restante do chamado primeiro mundo. . No entanto, a manutenção do esquema de submissão aos ditames do capital internacional continua a colocar o país como refém de instituições internacionais como o FMI e o BIRD, além do sistema financeiro internacional que no processo de barganha com relação ao apoio econômico têm se utilizado de forma descarada de esquemas de pressão política para a realização de transformações estruturais básicas para a consolidação do neoliberalismo.

Mais recentemente, evidenciaram-se de forma cabal vários importantes aspectos da situação de crise experimentada pelo Brasil. Por um lado, ficou claro que as formas de negociação da redução do déficit dos Estados colocou tanto os aliados como os opositores numa situação de extrema vulnerabilidade política, incapacitando os governadores, logo nos primeiros dias de seus mandatos, de fazerem funcionar a máquina pública. Por outro lado, demonstrou mais uma vez a insensibilidade social e política dos tomadores de decisão em nível do poder executivo que, mesmo conhecendo e analisando a realidade econômico-social dos últimos meses mantiveram, de forma irresponsável, mecanismos rígidos de política econômica – como foi o caso da definição dos parâmetros de variação da taxa de câmbio e os níveis estratosféricos das taxas de juro – que não conseguiram impedir que no curto espaço de três dias cerca de 2,9 bilhões de dólares voassem para paragens menos conturbadas. Apesar da, aparentemente drástica, mudança no sentido de deixar que o mercado financeiro defina “livremente” as cotações do dólar, o desenrolar da novela, como aconteceu no dia 19/janeiro, aponta para a manutenção dos níveis das taxas em patamares típicos da agiotagem – piso de 32% e teto de 41%. É mantido, por outra parte, o desgastado e batido discurso de que os servidores públicos são os grandes responsáveis pelo déficit, que as aposentadorias neste setor representam privilégios que devem ser combatidos, de tal maneira que a grande saída proposta e, possivelmente em processo espúrio de negociação neste momento, é penalizar, de forma contundente, tanto os funcionários da ativa quanto os aposentados e pensionistas. É esta a “política social” do governo. É lógico, que medidas como estas não solucionarão o real problema do déficit público, hoje ancorado num assombroso custo do endividamento, externo e interno. Para utilizarmos os dados oficiais mais recentes, disponibilizados pelo Banco Central, a dívida externa alcançou um volume de 230,5 bilhões de dólares ao final de outubro. As estimativas da dívida interna apontam um volume em torno de 328 bilhões de reais.

Finalizando, deve ser ressaltado que os novos mecanismos acionados, (taxa de câmbio liberada, mas em regime de liberdade vigiada, e a continuidade da taxa de juros em patamar elevado), bem como, as pressões sobre o Congresso para a aprovação de medidas, redutoras de gastos e/ou ampliadoras de receita, indicam, de forma preocupante para um final de milênio, que implicará numa deterioração cada vez mais profunda das condições de vida do povo brasileiro. Por outro lado o governo, vem emitindo pronunciamentos demagógicos procurando disfarçar o grau de seriedade da crise e a relatividade das medidas tomadas com relação ao caótico quadro já definido. Construir coletiva e democraticamente os mecanismos políticos para responder a esses desafios é tarefa primordial do 18º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN.

TEXTO 19

AS ESTRATÉGIAS POSSÍVEIS E AS POSSIBILIDADES ESTRATÉGICAS

O processo da revolução russa concretizou, durante décadas, no ideário e nas práticas das classes trabalhadoras a alternativa ao capitalismo. Obviamente não cabe nos limites deste texto a análise do que foi a experiência russa. Pode-se, contudo, afirmar que esse processo revolucionário foi abortado. Depois de várias décadas de confusão entre o processo histórico russo e o socialismo, um sem número de direções e organizações de esquerda, de diversas matizes, acabaram por fazer um giro de 180° graus e passaram a afirmar, com a mesma certeza e dogmatismo anteriores, justo o contrário, sem dar-se conta da operação ideológica que "sustenta" essa mudança de "análise" e de práticas. A partir daí, a maior parte das esquerdas brasileiras vêm proclamando a impossibilidade de uma alternativa real ao capitalismo e construindo suas táticas e estratégias a partir dessa constatação há pelo menos uma década.

Como as esquerdas em escala internacional, em especial o Partido Comunista da União Soviética, baseavam suas análises sobre o socialismo a partir da identificação de socialismo=estatismo e, ao mesmo tempo, se recusavam a colocar a questão específica da socialização das forças produtivas o discurso majoritário por elas produzido - e suas práticas correlatas - traduziu-se em uma análise determinista de tipo economicista. Esta "análise" rebaixava o nível da teoria e das práticas à luta pela obtenção de medidas que permitissem às classes trabalhadoras, em especial ao operário fabril, uma melhor condição material de vida. Decorrente daí, ficava para os social-democratas a suposição de que era possível realizar essas conquistas no plano da democracia formal de tipo liberal e, para os partidos comunistas, a de que socialismo e planificação eram um único e solidário corpo. A industrialização passava a ser a solução mágica.¹⁰ As sociedades industriais apareciam, assim, como um território indiferenciado (forma primeira do debate sobre a sociedade pós industrial). Suprimia-se, deste modo, a possibilidade da constituição de uma nova forma societária; reforçava-se o capitalismo como horizonte político-ideológico a ser vivido pelas classes trabalhadoras.

Majoritariamente as esquerdas não se colocavam a pergunta sobre as condições reais do seu "novo" projeto e acabaram por institucionalizar a luta dos trabalhadores através de uma postura aliancista *a priori*.¹¹ Vale dizer buscavam em outra classe (a burguesia nacional progressista) a direção real e incontestada do processo de "libertação" das forças produtivas. Na realidade trabalhavam - no mais das vezes inconscientemente - com a idéia segundo a qual o imperialismo era uma anomalia e, dentro dele, seria possível a constituição de uma sociedade moderna, democrática, autônoma. Ou seja, afirmavam que essa transição pudesse ser encaminhada nas formas vigentes do capitalismo, tornando-se assim prisioneiras umbilicalmente daquele, atrelando a ele as classes trabalhadoras e decapitando suas possibilidades reais de libertação. Impediam, pois, a constituição da identidade destas classes, limitavam seus projetos, ajudavam a perpetuar aquele que em teoria, era seu "inimigo". Suas ações eram, portanto, pautadas, agendadas pelo inimigo de classe.

A raiz desse problema radica na ausência, pelas forças de esquerda, da compreensão real do processo do capitalismo. "Lendo" de forma muito particular (quando o faziam) *O Capital* o pensamento majoritário nas esquerdas reduzia o modo de produção capitalista à produção de

¹⁰ Esta é uma primeira redução da totalidade do social ao desenvolvimento das forças produtivas entendidas, no mais das vezes, como tecnologia. É o prelúdio da tese da revolução científico-tecnológica que ganhará maturidade a partir da década de 70. No caso da chamada União Soviética atrelou-se todo o desenvolvimento da nova forma estatal e societária a este programa de modernização econômica. Aqui está a questão central: confundindo tecnologia com o desenvolvimento das forças produtivas negava-se o papel da luta de classes na transformação social e substituiu-se, acriticamente, mercado por planificação. Ver a análise de Gramsci nos *Quaderni del Carcere* onde ele analisa a questão do mercado determinado e do *homo oeconomicus*.

¹¹ Não cabe nos limites deste texto explicitar as diferenciações deste projeto aliancista seja na forma socialdemocrata seja na forma estalinista.

mercadorias. Assumiram a hipótese de que, dada a produção, a questão central se deslocava para o campo da circulação, do consumo, consubstanciando assim uma visão "distributivista de esquerda". Confundia-se, assim, conquistas materiais e acesso aos bens não apenas com objetivos centrais da luta e as assumiam como plataforma política e sindical e, o que é mais relevante, como demonstração da viabilidade desse projeto.¹²

Obviamente essas esquerdas continuavam a falar das classes e da sua desigualdade sob o capitalismo, mas era uma fala mutilada do antagonismo classista, pois o acesso aos bens não implicava em questionar a Ordem do Capital, mas tão somente as formas de distribuição e consumo. Logo, não poderiam colocar esse antagonismo e a destruição da ordem capitalista como projeto estratégico.

Essas "análises", estratégias e táticas não levavam na devida consideração as formulações já elaboradas por Marx na metade do século passado. A análise marxista era a mais radical crítica da economia política capitalista e da sua institucionalidade e não uma pura teoria econômica. Marx analisara o capitalismo como uma totalidade articulada pelos processos de trabalho e de valorização sob o comando deste último e que o segredo de toda dominação era explicado pela forma pela qual se extraía a mais-valia. O fato de colocar a imediatividade das conquistas materiais como elemento estratégico central levava necessariamente à desqualificação de esse todo um conjunto de questões. Discursos e práticas que essas análises esquerdas não conseguiam capturar.

A redução da totalidade social à pura contradição Capital-Trabalho como se esta, em si mesma, fosse capaz de desvendar o real, era, em suma, uma forma mistificada/alienante. Nunca é demasiado ressaltar que as leis de desenvolvimento capitalista não se dão no vazio, mas no solo fecundo da historicidade do real. Poder-se-ia argumentar que essas mesmas esquerdas já tinham, na prática, abandonado essa compreensão dessa contradição e do conjunto das demais contradições classistas, ao aceitar a visão distributivista-aliancista. A negação do antagonismo classista é a característica essencial do pensamento reformista: e é a partir disto que ganha significação o privilegiamento da atuação no campo institucional¹³ e a conseqüente desqualificação do antagonismo no processo de politização (dentro da ordem) da luta. Não queremos negar que o plano da institucionalidade possa e deva ser usado desde que seja colocado sob a égide do antagonismo classista e de suas práticas políticas.

Marx, no famoso *Capítulo inédito* afirmou, sem ambigüidades, que o capitalismo era produtor e reproduzidor das relações sociais capitalistas, vale dizer, das classes sociais. Mostrou que a determinação do processo de valorização era essencial para a compreensão de como se realizava o próprio processo de produção. Para sua existência, o capitalismo requeria a presença/fusão dessas condições. Em *O Capital* ele mostrou que o processo histórico da luta de classes conformou o modo capitalista de dominação: o Estado Moderno e sua institucionalidade. E que, obviamente, as transformações que ocorrem no cotidiano capitalista embora criem contradições e conjunturas sempre renovadas, não alteram essencialmente a natureza de classe dessa forma societária. O fato, por exemplo, da redução numérica dos trabalhadores fabris de tipo fordista não implica o desaparecimento do trabalho nem como prática nem como categoria central para a compreensão da sociabilidade capitalista. Não suspende os efeitos da Teoria do Valor (da condensação de exploração/opressão) nem muito menos elimina os efeitos fetichistas da ordem mercantil. É preciso ter sempre em mente uma conhecida afirmação de Marx segundo a qual toda ciência seria desnecessária se essência e aparência coincidissem.

A clara compreensão da determinação dos processos reais sob a aparência fenomênica é vital para não cair nem em erros teóricos nem nos eternos cantos de sereia do pensamento liberal. As análises - inclusive as das esquerdas no plano internacional - passaram a focar a

¹² A ilustração máxima dessa forma de intervenção é o papel desempenhado pela socialdemocracia alemã na gerência da crise capitalista e na administração política do *Welfare State*.

¹³ Sobre os limites da ação institucional é sempre bom ter presente o conjunto das reflexões de Norberto Bobbio, um dos mais destacados liberais do nosso século. Trata-se de uma visão insuspeita, visto que Bobbio identifica democracia com regras do jogo.

possibilidade de regular o capitalismo como alternativa.¹⁴ Pretendia-se, com isso, impedir que as famosas contradições capitalistas atingissem um nível superior de deterioração da vida social. Predominava, nessa concepção "distributivista", a idéia de que era possível, dentro do capitalismo alterar a correlação de forças em favor do operariado e das demais classes trabalhadoras. Confundia-se o plano - necessário mas não suficiente - das reformas com o processo de transformação a longo prazo. Abandonava-se a idéia da revolução socialista. Não se levava em conta a capacidade do capitalismo de superar suas próprias crises. Isso aparecia claramente tanto na ideologia estalinista da crise final do capitalismo quanto nas análises social-democratas da auto-superação do capitalismo pelas liberdades já realizadas pelo Estado Moderno.

Elaborando suas táticas e estratégias a partir dessa concepção, setores amplos da esquerda, dos mais diferentes matizes, não percebiam que o mecanismo de regulação era um dos elementos fundamentais de saída da crise capitalista. Isso pode ser claramente demonstrado pela compreensão estalinista de que na década de 30 o capitalismo estava atravessando um momento de estabilização¹⁵ exatamente no momento em que ele vivia o seu grande momento de ofensiva material e ideológica: o fordismo generalizava-se nos USA e avançava sobre a Europa.

A identificação entre planificação e socialismo corria paralela à impossibilidade, afirmada por esses teóricos e práticos, de conciliar planificação e mercado. A história do século vinte cansou de mostrar o erro dessa tese - apesar dos ultra liberais - e demonstrou que, muito pelo contrário, isso não só era possível como era a lógica da resposta capitalista à sua crise. Reduzia, além dos seus erros anteriores, o fio da navalha crítica do marxismo a uma mera apologia da planificação, com o que se negava o seu caráter de construtor da racionalidade emancipatória das classes trabalhadoras. E, pior ainda, transformou-o em teoria apologética do Estado estalinista.

O modelo "soviético"¹⁶ generalizou esse conjunto de equívocos e os transformou em palavras de ordem internacional. O estalinismo apagava não apenas suas oposições internas (ver em especial a trotskista) mas toda e qualquer oposição em qualquer lugar onde existisse um partido comunista. E, perversamente, ao negar a questão da socialização das forças produtivas e a conseqüente questão da democracia dos trabalhadores, o estalinismo atuava como o braço esquerdo do revisionismo social-democrata. Com uma diferença fundamental: para estes últimos o projeto era bastante claro e coerente.

A década de setenta vai mostrar uma crise mais global: não era apenas a sociedade capitalista que estava em crise mas toda a Ordem do Capital. Ou seja, o "socialismo" de corte estalinista que fora reintroduzindo práticas capitalistas, estava também em crise. Contudo é necessário dizer que ao não colocar a questão da socialização das forças produtivas e ao reduzi-la, pura e simplesmente, à tese da estatização a esquerda oficial - nacional e internacionalmente - abandonava não apenas a perspectiva da revolução mas acabava por ser capturada pelas teses deterministas do avanço da tecnologia. Ou seja, a tecnologia passou a ser vista como a saída para a crise, como a "ante sala do socialismo".¹⁷ Reforçava-se, ainda uma vez, a eliminação das identidades e das lutas das classes trabalhadoras. Mais do que tudo: a esquerda passava a ser hegemônica pelo pensamento liberal.

Com isso o Capitalismo passa a "aparecer" cada vez mais não apenas como vitorioso, mas como a única forma societária possível. Aqui relembramos a diferença entre a essência e a aparência. Relembramos, também, que a aparência é um elemento decisivo da legitimação da

¹⁴ Sobre isso ver as teses dos regulacionistas, alguns dos quais se proclamaram marxistas durante algum tempo.

¹⁵ Sobre isso ver a obra clássica do economista E. Varga: *L'economie de la période de déclin du capitalisme après la stabilisation*, Moscou, 1938 publicado pelo Bureau d'Éditions, Paris.

¹⁶ Aqui há uma curiosa contrafação ideológica pois a União Soviética - sob o estalinismo - começou a se designar assim bastante depois da liquidação prática das experiências soviéticas. Era apenas a forma de identificação mítica e alienada com a revolução de 17. Mas era mecanismo necessário para dirigir o movimento comunista internacional.

¹⁷ Sobre isso ver Dias, Edmundo Fernandes - A Liberdade (Im)possível na Ordem do Capital. Reestruturação Produtiva e Passivação, Unicamp, Agosto de 1997.

dominação classista: é um elemento decisivo das ideologias como constituidoras do real. As "pátrias" socialistas começam a produzir um processo de reconstrução do capitalismo. A "primavera de Praga", analisada com cuidado, já indicava uma série de reformas econômicas não contraditórias com algumas formulações russas e com as que vão predominar mais tarde. O problema, para a burocracia russa, residia em como evitar a quebra do seu monopólio de poder sobre os países de sua área de influência. Não era tanto uma questão de manter o princípio socialista - ainda que esse fosse o "mote" - mas de continuar a controlar politicamente àquelas sociedades. As experiências russa e chinesa de transição ao capitalismo o demonstram claramente.¹⁸

Que lições as esquerdas retiraram desses eventos? Elas trabalharam com a perspectiva da inviabilidade do socialismo e, assim, reduziram o leque de possibilidades às formas societárias capitalistas. Na realidade, realizava-se uma ironia perversa: os "derrotados" social-democratas vingam-se dos "vencedores" comunistas. O projeto que passa a ser, na prática, hegemônico entre os que se declaram socialistas - o nome comunista é rapidamente abandonado¹⁹ - é o da *possibilidade realizável*, da *utopia possível*, vale dizer, a perpetuação do projeto capitalista ainda que *tendencialmente controlado*. Essa é a ilusão, ou melhor, o fetiche dominante na política das esquerdas atuais. O projeto da democracia formal e seu componente fundamental - a cidadania - passam a dominar o seu imaginário e as suas *ideologias*.

Pensar o projeto de transformação social no interior do capitalismo implica a afirmação da neutralidade das instituições ou pelo menos no seu caráter de democracia radical. Trata-se de aceitar a possibilidade de que, nessas e por essas instituições, seja possível alterar a natureza de classe do Estado. O sonho que em Bernstein já era ilusório apesar de ser vivenciado no período da *belle époque* criada pela exploração do mundo colonial e, portanto, da capacidade do Estado burguês e de suas classes dominantes, de fazer concessões, é agora grosseira contrafação. Gramsci afirmou que "o reformismo é a política dos bons tempos". Com possibilidades amplísimas, o Estado capitalista pôde assimilar as classes trabalhadoras, principalmente a partir do momento em que partidos e sindicatos não colocavam rigorosamente a Ordem do Capital em questão. Discutir a distribuição de benefícios sociais sem questionar a exploração capitalista é aceitá-la na prática.

A crise capitalista que se acentua nos anos 70 coloca essas ilusões em xeque. Livre do fantasma comunista, o capitalismo pode reinventar formas pretéritas de exploração, articulá-las com as formas mais modernas e ampliar sua dominação. Para tanto, há que silenciar as classes trabalhadoras, há que expulsar o trabalho do campo legal. Há que reconstruir a unidade economia-política capitalista. Assim, neoliberalismo e reestruturação produtivas são irmãos siameses. O problema está, centralmente, na assunção pelas formas organizativas dos trabalhadores (partidos e sindicatos), da inevitabilidade da ordem do Capital. Completa-se, desse modo, a subsunção do trabalho ao capital.

Aceita essa inexorabilidade, resta acabar de subsumir o trabalho ao Capital. Do coletivo dos trabalhadores, de suas famílias, enfim, do conjunto da sociedade. Aqui entra em jogo a forma de intervenção do conjunto da esquerda nas conjuntura. Hegemonizadas pelo pensamento liberal, elas sacrificam o aqui e agora das classes trabalhadoras à ordem do Capital. Não conseguem, e em muitos casos sequer o desejam, perceber que sob o domínio do privado não pode haver liberdade real para os dominados.

Os movimentos sociais passaram, já na década de 80, em grande medida, a substituir as organizações formais das classes trabalhadoras. Muitas vezes cometeram o suicídio de se colocarem como não políticos, voltando as costas para o Estado. Os sindicatos e os partidos de esquerda passaram a assimilar a ideologia da cidadania e da sociedade civil. Chegaram mesmo a falar em organizar a sociedade civil contra o Estado, como se fosse possível separá-los orgânicamente. Tomando essa perspectiva, aprofundaram sua inserção nessa Ordem ao

¹⁸ Não cabe nos limites deste texto essa análise mas seria relevante sinalizar a questão dos tempos diferenciais nesses dois casos. A forma russa unificou reforma política e reforma econômica em um único momento. A chinesa separa os dois momentos e produz o que poderia parecer aos não iniciados uma aberração: a transição ao capitalismo se faz sob o comando do velho Partido Comunista.

¹⁹ Desde o debate sobre o eurocomunismo até o processo de transformação do *Partito Comunista Italiano* em *Partito Democratico della Sinistra*.

invés de concebê-la como *locus* privilegiado da luta de classes. O capitalismo ao implementar os irmãos siameses, coloca como projeto sua "auto-reforma"²⁰

Essa reforma do Estado, em especial nos países capitalistas da periferia, mas não só neles, passou a implicar na eliminação progressiva de direitos sociais, de limitações aos direitos políticos - ver sobretudo o mecanismo das Medidas Provisórias e o da liberdade incontrastada da mídia capitalista paralelamente a proibição ou quase da mídia das classes trabalhadoras -, da quebra das organizações sindicais, etc. Progressivamente entram em crise todas as formas democráticas de participação e de representação: as acusações variam do corporatismo ao estatismo.

Apesar disso, a esquerda hegemônica continua a afirmar que esse é o único caminho, já que a revolução é coisa do passado. Identificando ao mesmo tempo estalinismo com socialismo, passa-se a aceitar o capitalismo como a única forma societária possível. A um só tempo reafirmam, contra toda e qualquer evidência - salvo nos momentos mais agudos da crise - que esta é a única forma organizativa possível: os partidos na ordem parlamentar. Ainda que todos saibamos os limites do Parlamento nesse momento.

Passamos, assim, ao plano das estratégias possíveis. Limita-se - ou melhor, se auto-limita - o horizonte das possibilidades estratégicas. O fetiche da cidadania cumpre sua função. Trata-se, aqui e agora, de reduzir partidos e sindicatos à Ordem. Da mesma forma, trata-se de reduzir o alcance e a força dos movimentos sociais. Que fazer? Aceitar a incorporação ao horizonte capitalista ou articular um novo campo de possibilidades estratégicas?

Do nosso ponto de vista, a segunda é a perspectiva que pode construir a liberdade das classes trabalhadoras. Trata-se de pensar e articular socialmente uma unidade dos diversos setores da classe organizados em sua múltipla inserção. O projeto de realização de um Congresso de lideranças sindicais combativas, dos companheiros que se colocam no campo partidário de forma intransigente em defesa do socialismo, dos sem-terra, dos sem-teto, etc. permitiria uma manifestação orgânica dessas classes na constituição de um projeto que coloque a superação da Ordem do Capital. Não se trata mais de um vago apelo à cidadania, da participação desqualificada e desqualificadora na ordem parlamentar. Trata-se de um projeto que reivindique os elementos necessários à liberdade tais como a questão do controle social dos meios de comunicação de massa, a organização livre e soberana dos trabalhadores, a educação pública e gratuita e a construção de um projeto de saúde sob controle dos trabalhadores. Estes são elementos que permitirão lutar pela superação do malfadado limite da utopia possível. Romper com esse plano implica em construir socialmente novas possibilidades estratégicas. Neste sentido, a reconstrução da forma partidária das classes trabalhadoras ganha uma dimensão crucial.

Em suma, este é o projeto que se coloca para nós: sair dos limites do aqui e do agora, da limitação da imediatez, reconstruir a política como atividade fundadora de uma nova ordem social para além do Capital. Por fim, colocar na ordem do dia a negação da ordem do Capital e afirmar os direitos da liberdade para o conjunto dos trabalhadores. Trata-se de "acelerar o futuro", sonhando o sonho juntos.

²⁰ Em um filme clássico existe uma reflexão que deve ser feita por quem pretende transformar a sociedade. Giordano Bruno, condenado pela Igreja como herético, afirma: "Que ingenuidade a minha, pensar que o poder pode se auto-reformar".

TEXTO 20

AS TRÊS ALTERNATIVAS DO BRASIL

As previsões são arriscadas, mas certamente teremos no Brasil de 1999-2000 a combinação do colapso das reservas brasileiras, a desvalorização cambial do real e o caos econômico na forma de recessão generalizada. Diante disso, e levando em consideração que o caos econômico elevará a temperatura e a pressão da política, parece que só há *três saídas ou alternativas*, a saber: 1) *Bonapartismo regressivo com FHC*; 2) *New Deal*; 3) *Projeto Nacional*.. Em tese, há uma quarta saída - o rompimento estrutural com a ordem internacional sob a forma da revolução permanente dos trabalhadores (expressa principalmente pelo PSTU) -, mas esta é absolutamente marginal no debate brasileiro contemporâneo e encontra-se impossibilitada de reunir forças no sentido do desiderato estratégico - deve atuar na crise como um fermento para a ação direta, no que será bem-vindo.

O leitor arguto perceberá que *as três alternativas* não são excludentes. Podemos, por exemplo, combinar um bonapartismo regressivo de FHC com um acordo tácito - inclusive com forças da oposição - visando carregar o andor até a eleição presidencial de 2002, (esse "acordo tácito" até 2002 pode até assumir a forma de um *New Deal* de fachada - um factóide inspirado no mega-factóide da *terceira via* de Blair, bastante diverso do *New Deal* bem intencionado que trataremos em seção adiante), ou, em outra *dérmarche*, pode-se argüir que o *New Deal* é um *Projeto Nacional*.²² As alternativas não são quimicamente puras, mas mescladas.

Nossa afirmação peremptória de que há *três alternativas* - e delas dificilmente escaparemos - radica na observação do debate político brasileiro contemporâneo, onde, aleatoriamente (e às vezes até invisivelmente) um conjunto de forças começam a esboçar programas. O primeiro comentário geral é que essas programáticas são, ainda, muito insipientes - mas, afinal de contas, é o que existe no inosso debate político brasileiro. Este debate traspassa os partidos mas eles não são o centro do debate - com o comentário curioso de que o PFL só vislumbra a primeira alternativa (*o bonapartismo regressivo com FHC*) e no maior partido de oposição, o PT, as duas outras alternativas estão presentes no debate interno e são factíveis de hegemonia, para além da luta de tendências despolitizada.

Bonapartismo Regressivo

Identifiquemos os programas, defensores e possibilidades. Na alternativa do *bonapartismo regressivo*, objetivamente estão FHC e o núcleo duro de sua coligação conservadora (PFL, PSDB, Governadores nordestinos do PMBD, a plutocracia e o capital financeiro). Não acreditamos que o malogro da prestidigitação do Plano Real seja aceito passivamente por parte das forças políticas atualmente dominantes. Assim pensar significa fazer tabula rasa dos poderosíssimos interesses materiais que a coligação conservadora de 1994 mobilizou, desde o capital financeiro internacional, os novos grupos monopólicos advindos da privatização brasileira e as oligarquias nordestinas. Sem o poder do Estado, no Brasil, estes interesses se esfumam.

Vale adiantar que por *bonapartismo regressivo* não entendemos necessariamente a figura do golpe de Estado clássico (o *coup de tête* de Luís Bonaparte), mas o aprofundamento exponencializado das tendências antidemocráticas e repressivas manifestas nos primeiros quatro anos do governo FHC, cujo governo caracterizou-se pelo (a) recurso permanente às Medidas Provisórias, tutela fisiológica do Executivo sobre o Legislativo e até o Judiciário (neste, na forma de acordos salariais espúrios) e a repressão aos movimentos sociais (onde avulta a emblemática greve do Petroleiros). Este aprofundamento antidemocrático só poderá ser efetuado com o concurso das forças armadas, do judiciário, do legislativo e da mídia. Trata-se

²¹ Versão condensada. E-mail para opiniões ou solicitar o texto inteiro: Jaldes@openline.com.br.

²² Doravante, grifaremos no artigo, excetuando-se os intertítulos, *ND* (referente a *New Deal*) e *PN* (referente a *Projeto Nacional*).

de criar no Brasil um regime de vigilância controlada sobre a esquerda e os movimentos populares.

Não acreditamos que a progressividade de FHC no sentido do *bonapartismo regressivo* passe sem protesto e resistência veementes no Brasil, nos moldes da resistência encetada no governo Castelo Branco, embora o bonapartismo de FHC deva vir despojado da forma de ditadura fardada deste. O Brasil da longa transição (1979-hoje) forjou uma cultura política democrática em várias instituições que dificulta - mas não impede - o recrudescimento autoritário. O *bonapartismo regressivo* é, portanto, uma tentativa arriscada. Vários demônios podem ser destampados da garrafa, à direita e à esquerda. Além de se constituir necessariamente como situação provisória (cuja saída, do ponto de vista do bloco no poder, poderia ser, por exemplo, o parlamentarismo em 2002), qual, efetivamente o programa econômico desse bonapartismo face ao eminente caos social, político, financeiro e econômico? Vender o Banco do Brasil, como quer Jorge Bornhausen?²³ Oferecer dinheiro grátis mas seletivo aos nossos pálidos empresários schumpeterianos, através do novo Ministério do Desenvolvimento? Tristes e pálidas miragens.

Na verdade, o *bonapartismo regressivo* aguça todas as contradições do que denominamos de transição brasileira, ou seja, o período histórico relativamente demorado e inacabado compreendido entre final dos anos 70 e os dias de hoje, caracterizado pela quebra do Estado desenvolvimentista-conservador e a ascensão dos movimentos sociais e da esquerda. Na nossa análise, o Plano Real e o determinismo irradiado pela nova moeda deflacionada foi apenas uma *pausa* ou *interregno*, mas, por algum tempo, a *pausa*, deixou a falsa impressão de que a transição havia terminado e as classes dominantes brasileiras logrado o êxito da construção, pela primeira vez no Brasil, de uma direção hegemônica e, assim, dado cabo da transição

A escolha do *bonapartismo regressivo* pode significar que a burguesia brasileira abre mão, mais uma vez, de *dirigir* a sociedade, optando pelo caminho da simples dominação. Assim, definitivamente, o Plano Real estaria desmoralizado como instrumento de hegemonia. A única coisa boa do *bonapartismo regressivo* seria, anos mais tarde, a desmoralização daquele que já foi chamado de “príncipe da sociologia” junto aos anais da história. Passaríamos a ter na galeria dos nossos presidentes um personagem sem ambigüidades (ao contrário de Getúlio, por exemplo): a passagem do “teórico” da incapacidade de acumulação e reprodução autônoma do capital nacional para o chefe bonapartista da república de bananas, que visa, com mão de ferro, garantir a dependência e o lucro da especulação financeira.

New Deal

A senilidade precoce do segundo mandato de FHC, a crise econômica internacional e a perspectiva da esquerda brasileira, no fluxo da crise, empalmar - pela via eleitoral - o executivo nacional em 2002, tem motivado referências insistentes à experiência do *ND* norte-americano (1933-1939) da parte de duas personalidades influentes no debate político brasileiro - Roberto Mangabeira Unger e Aloizio Mercadante.²⁴

Emergindo em cena através da opinião de um intelectual independente, mas bastante influente no debate de idéias nacional, e de um economista, parlamentar e dirigente do PT - definitivamente, o partido eixo da esquerda -, a discussão sobre o *ND* começa a abandonar a condição de uma preciosidade historiográfica e adquire uma conotação fundamental para a ação estratégica da esquerda brasileira nos anos vindouros, diz respeito mesmo ao *conteúdo* do projeto político da esquerda, ainda não definido mas se fazendo, para abordar, no sentido de um desfecho popular, às duas possessualidades combinadas desde os anos 70: a maior e

²³ As palavras do Senador catarinense sobre o dilema de FHC são cínicas e esclarecedoras: “O governo caminha para uma sinuca de bico: ou privatiza tudo, ou libera o câmbio ou roda a guitarra (...) Acho que tem de privatizar tudo”. Apud Maria da Conceição Tavares, in *Visões da Crise*, Caderno Dinheiro/Folha de São Paulo (doravante denominaremos FSP), 03/01/99, p. 6.

²⁴ Cf. Roberto Mangabeira Unger, *Uma Proposta para o Brasil*, in Carta Capital nº 84, 1998, pp 28-35; *O Descalabro e a Saída*, in Carta Capital nº 89, 1998, pp. 48-51; Ciro Gomes & Roberto Mangabeira Unger, *O Próximo Passo - uma alternativa prática ao neoliberalismo*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1996; Aloizio Mercadante, *Globalização, FMI e New Deal*, in FSP/Caderno Dinheiro, 27/12/98, p. 6 .

mais prolongada crise do capitalismo mundial desde a crise de 1914-1939 e do desmonte da economia, da sociedade e do Estado brasileiro.

Mas, o que foi o *ND*?²⁵ Antes de mais nada, foi um apelo emocional e vibrante do candidato a presidente dos Estados Unidos pelo Partido Democrata F. D. Roosevelt, na campanha de 1932, que configurou um estilo depois de eleito, pela mobilização, união e sentimento patriótico do povo norte-americano visando sair da espiral de falências e desemprego trazidas pela crise de 1929-1932. Desprovido da mística da mobilização nacional, é impossível compreender o *ND* - Roosevelt foi um gigante, falou diretamente à população pelo rádio (as famosas “conversas junto da lareira”, todas de grande impacto popular); brigou com a direita parlamentar; enfrentou os interesses do capital especulativo; desmascarou a suposta “neutralidade” Suprema Corte. Assim, ao tratar do *ND*, não estamos acercando-nos das tecnalidades da política econômica fria, desprovida da ação de sujeitos ativos e livres para criar. Talvez seja este o aspecto - a criação premida pela contingência - que tanto seduza a Mangabeira e Mercadante. O Brasil precisa ser sacudido de alto a baixo, criar, mobilizar, romper as cadeias do pensamento único da intelectualidade medíocre, acomodada ou vendida.

O debate sobre o *ND* puxado por Mangabeira e Mercadante, porém, é ainda muito superficial. Na verdade, nos artigos de Mercadante, o *ND* aparece quase como um exercício retórico no sentido da grande mobilização social que precisamos - portanto não requer análise detida -, enquanto que subjacente aos escritos de Mangabeira encontramos uma aposta nos valores políticos positivos que podem mobilizar a teoria social de sua própria lavra. Ainda é muito pouco para compreender a experiência do *ND* e sua factibilidade, em condições renovadas, para o caso brasileiro, adendando o aspecto de que a discussão da experiência societal e estatal norte-americana dos anos 30 trás explicitamente ao proscênio os impasses teóricos e históricos do keynesiano, base ineliminável dos experimentos ao molde do *ND*.

O filósofo social de estirpe a um só tempo baiana e norte-americana, freqüentemente um raio em céu azul instantâneo que desce entre nós, e longo após recolhe-se aos estudos em Harvard, trata-se de um cultor, em vertente radical e democrática, da tradição filosófica do pragmatismo norte-americano. A teoria social da lavra de Mangabeira pressupõe a política como o anti-destino, uma criação sem amarras do sujeito que muda a si mesmo e aos outros, faz-se demiurgo - em termos de filosofia européia, lembra também a categoria da criação bersoniana. É fundamentado em sua teoria social que Mangabeira afirma categoricamente em entrevista à *Carta Capital de 23/12/98* (nº 89) que o governo FHC “...deixou de representar qualquer grande interesse organizado no país” e o Presidente é “prisioneiro de si mesmo e de uma idéia”. Por entender que a política do governo não possui bases sociais internas/externas, Mangabeira simplifica a decisão dos rumos do governo como um ato de vontade de FHC (desvendar-se de si mesmo e de um pensamento). O Barão de Münchhausen, na saborosa lenda alemã, encetou raciocínio semelhante ao afogar num pântano: bastava por as mãos nos cabelos e friccioná-lo para o alto...

O projeto global de Mangabeira, lançado no debate brasileiro atual pelo livro escrito a quatro mãos (?) com Ciro Gomes, intitulado *O Próximo Passo - uma alternativa prática ao neoliberalismo*, pauta-se por cinco diretrizes imediatas visando o começo de uma alternativa nacional e produtivista: “1) financiar o Estado pela tributação do consumo, desonerando a produção e o salário; 2) mobilizar os recursos nacionais, organizando a poupança interna compulsória e reorganizando a relação entre as finanças e a produção para dar oportunidade à massa de empreendimentos emergentes, esfomeada de acesso aos recursos da produção; 3) caminhar em direção ao câmbio flutuante para poder usar a política da moeda e dos juros em prol do crescimento e do emprego. Será então possível nacionalizar o Banco Central; 4) organizar um produtivismo voltado à quebra de privilégios. Trata-se de democratizar o

²⁵ A bibliografia acerca do *ND* é mastodônica, envolvendo trabalhos gerais, monográficos ou imersos em leituras sobre a crise do capitalismo dos anos 20-30. Para um painel relativamente amplo do *ND*, cf. Michel Beaud, *História do Capitalismo*, São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 241-298; Leo Huberman, *História da Riqueza dos EUA (Nós, o Povo)*, 4ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 247-324; Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos*, São Paulo, Cia das Letras, 1995, pp. 90-177. Dois textos escritos por dois eminentes marxistas à época de *ND* são chaves para compreender suas determinações mais profundas: Antonio Gramsci, *Americanismo e Fordismo*, in *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, 5ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984; Leon Trotsky, *Programa de Transição*, São Paulo, Causa Operária, sd.

mercado, não simplesmente de regulá-lo, nem apenas suavizar as conseqüências destruidoras do financismo; 5) assegurar o poder aquisitivo que sustente o ímpeto produtivista" (...) ²⁶ Este programa mínimo emergencial foi atacado por algumas correntes internas da esquerda do PT (preocupadas com os encontros internacionais seguidos do grupo articulação com Mangabeira e Jorge Castañeda, cientista político de influência no PRD mexicano, escudeiro de Mangabeira no sentido de unir da esquerda latina em torno de programa criado por eles) no item 1 - o imposto sobre o consumo. Esta esquerda argüiu um principismo inconsistente ²⁷: cerrou fileiras na tese de que o imposto de renda progressivo é um princípio programático do PT e o imposto sobre o consumo tem inspiração no conservadorismo norte-americano. Assim construída, tal opinião simplesmente elude o eixo do argumento de Mangabeira, de tipo tático-concreto, interessante politicamente por financiar rapidamente, sem delongas, um eventual governo mudancista recém eleito e empossado. Mangabeira escreve sempre que o imposto sobre o consumo é tão somente *emergencial*, começo de um de Estado reformista que no futuro ensinará uma reforma tributária progressiva, pode transformar-se em poderosa alavanca de políticas sociais, senão universais, pelo menos populares, alargadoras da base social do novo governo.

O ponto frágil do programa de Mangabeira não se encontra aí (item 1), mas no item 4: argüir um "produtivismo voltado à quebra de privilégios" e identificá-lo na matriz do *ND*, porque aqui encontra-se o elo entre o programa emergencial e o desdobramento do projeto societal, entre a tática e a estratégia. Ao contrário do que argumenta com paixão Mangabeira, o *ND* não se constituiu em um experimento de capitalismo competitivo e promoção da igualdade de oportunidades na sociedade norte-americana, mas, ao contrário, significou exatamente a morte definitiva da competição e do experimento econômico no plano da sociedade civil - desde então subordinado funcionalmente aos desígnios da grande empresa - em prol do aumento dos controles econômicos por parte do Estado, que conscientemente acentuou a tendência monopólica do desenvolvimento do capitalismo. Roosevelt, por exemplo, criticava a Lei Anti-Truste do início do século no sentido de reduzir sua aplicabilidade e não aumentá-la. Assim, contraditoriamente, o *ND* foi pró-truste e não anti-truste, desde que, evidentemente, estes se curvassem à força monopólica e reguladora do Estado, o maior e principal dos trustes. Todas as importantes transformações aconteceram nesta direção. O Estado alçou vôo, aproximando-se idealmente da metáfora do Leviatã: efetivamente dotado da força monopólica, os projetos estratégicos do *ND* (política de combate ao desemprego de 14 milhões de pessoas, políticas sociais, reestruturação industrial, reorganização bancária e financeira, política agrícola e política de desenvolvimento regional do Vale do Tenesse) eram executados e monitorados por agências executivas (parecidas com os Grupos de Trabalho de Juscelino) autônomas e independentes após a aprovação legislativa - tratava-se, no caso norte-americano, da vitória de Weber sobre Tocqueville. O *ND* alterou de maneira drástica a forma de financiamento da economia norte-americana, realizando a centralização bancária e financeira, além de exponencializar a atuação financeira do Estado. No plano sindical, o período do *ND* mudou a face do sindicalismo norte-americano, assistimos à transição da hegemonia do sindicalismo de profissões (de cariz liberal-democrático) da AFL pelo sindicalismo industrial da CIO, mais corporativo e menos liberal. As sementes da sociedade estatal regulada (ou administrada, do neocapitalismo ou capitalismo tardio, como queiram) do pós-guerra estavam sendo plantadas.

Chama a atenção que Mangabeira e Mercadante fixem os olhos nos Estados Unidos dos anos 30 e esqueçam as experiências, no mesmo período, das *frentes populares* na Europa e mesmo do Getulismo no Brasil (uma ilustração: quando Roosevelt esteve no Rio de Janeiro em 1936, ele bateu nas costas de Vargas: "... foram duas pessoas que inventaram o *ND*: o presidente do Brasil e o presidente dos Estados Unidos." ²⁸ Este esquecimento pode levar a uma questão política de fundo que esbate no problema da hegemonia: o *ND* constituiu-se numa tentativa de instaurar um processo de revolução passiva (para utilizar a categoria de Gramsci referente aos processos históricos de modernização e industrialização que prescindiram da revolução política de tipo radical-jacobino) sob a hegemonia do Partido Democrata, ou seja, do liberalismo democrático norte-americano, onde as forças sindicais e trabalhistas operavam por meio da

²⁶ Cf. *O Descalabro e a Saída*, op. Cit., p. 49.

²⁷ Cf. Ivan Valente e Nildo Ouriques, *Os Caminhos da Esquerda*, Tendências/Debates FSP, 20/06/97, p. 3).

²⁸ Cf. Leo Huberman, op. Cit, p. 310.

força de gravidade desse partido e da figura carismática de Roosevelt. Em termos gramscianos, o New Deal permitiu a consolidação (porque foi uma proposta carregada de hegemonia) da forma estatal do capitalismo monopolista: um Estado orgânico, ampliado. Uma certa literatura eclética brasileira - principalmente na área de política social, que não vem caso citar - difundiu a idéia, transformada em senso comum, de que o Estado Ampliado foi uma consequência da teoria keynesiana. Nada mais falso: *não há Estado Ampliado sem revolução passiva*.

Na Europa, a experiência das *frentes populares* oferece uma sinalização distinta, o pólo de aglutinação política dos trabalhadores eram os partidos comunistas e social-democratas. Assim, as forças de esquerda não podem abordar apenas a experiência do *New Deal*, esquecendo a das *frentes populares*.

O outro problema sobre a factibilidade de um *ND* no Brasil de hoje reverbera (como o próprio Mercadante lembra) no grau acentuado de internacionalização da economia brasileira sob o governo FHC. Tanto o *ND* quanto o programa econômico das *frentes populares* eram de alavancagem do mercado interno, a partir de políticas de manejo da demanda, de pleno emprego e de dessubalternização do Estado face ao mercado. Sem algum grau de beneplácito ou acordo internacional, tais políticas são inviáveis no Brasil de hoje. O próprio acordo com o setor produtivista da FIESP revela-se como utópico porque estes setores empresariais tendem a esperar o aval externo ou a evolução de uma onda longa da economia mundial no sentido da produção, em detrimento da mentalidade financista, para dar começo ao *ND* brasileiro. Godot, mas não Deus, é brasileiro.

De tudo isso resplandece um grande impasse. A acordo monopólico entre o capital e o trabalho do setor monopolista, no *ND* norte-americano, configurando a fundação do Estado intervencionista-keynesiano, não foi um raio em céu azul de um intelectual independente, um parlamentar ativo e um jovem líder empresarial, mas um aguçado processo de luta de classes que resultou numa revolução passiva, base para a onda longa de crescimento capitalista do pós-guerra. O *ND* foi um dos desfechos possíveis da crise, e não a receita mágica de prevê-la e impedi-la. Embora a transição brasileira seja um tortuoso processo de vinte anos e esteja chegando a sua hora da verdade (assim, as possibilidades da política estão abertas e não fechadas), não acreditamos que a disposição das forças políticas no Brasil caminhe no sentido de um acordo produtivista como desfecho da transição. A lembrança do *ND* por muitos mais parece demonstrar a dimensão abissal do impasse brasileiro do que propriamente o desfecho do mesmo.

Projeto Nacional

Em *dérmarche* oposta ao *ND* pela maior radicalidade, há o *Projeto Nacional*. A característica mais sobressalente do *PN* é que essa tese tem saído dos mais díspares setores: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e Central dos Movimentos Populares (CPM), segmentos militares, intelectuais do Instituto de Economia da Unicamp (Luís Gonzaga Beluzzo e João Manuel Cardoso de Melo), PDT brizolista e uma plêiade de políticos dos mais diversos matrizes. Afora reuniões de troca de idéias, esta corrente não conseguiu aglutinar-se numa ação política orgânica e unitária, o que a debilita bastante.

A corrente do *PN* tem crescido, embora ausente de contornos definidos. Efetivamente, construir um *projeto nacional autônomo mas não autárquico* nas condições do capitalismo contemporâneo é uma tarefa das mais difíceis, que dependem de dois elementos, umbilicalmente ligados, e ainda não resolvidos na formulação presente: a questão do Estado e da natureza do novo poder nacional expresso pelo projeto (o que leva à apreciação do caráter histórico do Estado desenvolvimentista conservador brasileiro) e as forças políticas e sociais impulsionadoras do *PN*.

À falta da delimitação rigorosa desses elementos axiais, a pregação do *PN*, no debate brasileiro hoje, tem as mais dissonantes vozes, desde a mitológica recuperação/escavação - romântica e irracional, tanto pela base conceitual quanto pela escrita cifrada visando tão somente um *efeito* - de personagens seletos da história brasileira pós-30 (Getúlio Vargas, Glauber Rocha, Villa Lobos, Câmara Cascudo e outros), encetada pelo livro *O Príncipe da Moeda* e os artigos assinados por Gilberto Vasconcelos na *Folha de S. Paulo*, até o

bonapartismo progressivo do setor nacionalista das forças armadas. Nas bases do anticapitalismo romântico (recuperador, na sombra de Getúlio e Glauber, de Nietzsche e Ortega y Gasset) conformaremos-nos, na melhor das hipóteses, a uma crítica social tão mistificadora quanto a neoliberal do passado brasileiro e da obra do Estado conservador-desenvolvimentista, e, na pior, a observar o fermento de uma nova ideologia autoritária e de massas, como outras na história da modernidade. Porém, as peripécias do anticapitalismo romântico irracionalista - para além das diatribes -, hoje, soma pouco, para a consecução de um *PN* de veiledade hegemônica.²⁹

Na discussão da saída pela via do *PN* reputamos, de longe, os esforços promovidos pelo MST, CMP, setores progressistas da Igreja Católica e intelectuais de esquerda, conhecido como *Consulta Popular*, como o mais importante no âmbito do campo político do *PN*. Desde logo constata-se a organicidade das forças envolvidas, permitindo um debate nacional amplo entre militantes populares de variadas origens e formações. Porém, o texto-síntese (*A Opção Brasileira*)³⁰ do debate nacional promovido por essas forças políticas, redigido pelo economista César Benjamim e subscrito por políticos e intelectuais importantes (João Pedro Stédile, Emir Sader, Tânia Bacelar e outros) nos afigura como problemático e até mesmo um retrocesso em relação à trajetória de formulação projetual recente da esquerda brasileira.

Não é tarefa fácil formular uma visão de conjunto da formação econômica e social brasileira, iluminadora da ação política consciente. Neste aspecto, a ciência social brasileira contemporânea é lapidária: multiplicam-se os estudos específicos e a visão de conjunto esmaece. Desse modo, iniciativas como a *Consulta Popular* e texto-síntese como OB podem permitir um aceso debate.

Elegantemente redigido, OB, divide-se em quatro partes e uma introdução. Na *Introdução*, como de praxe, está o que os autores chamam de a “motivação” do trabalho, para eles: “explicitar bases conceituais para um novo enfoque sobre as possibilidades de desenvolvimento do Brasil” (p.18); a denominada *Parte I* compõe-se de quatro seções (*O Sentido da construção nacional, O desafio da Globalização, A macroeconomia do plano real, O bloqueio da construção nacional*, a primeira e a última explicitando as bases conceituais, as duas do meio formulando diagnósticos sobre o plano real e a globalização. A primeira e a última seções da parte I são bastante importantes na lógica do texto, rigorosamente lançam as bases conceituais do mesmo, arrematadas somente na *Parte IV, A Opção Brasileira*, a alma programática do livro, onde é explicitada a proposta de saída nacional brasileira. Intermediando primeira e a última parte há um longo diagnóstico nas *Partes II e III*, sobre *O cenário estrutural do Brasil - Parte II* (espaço, dinâmica populacional, questão agrária, cidades, concentração de renda, envelhecimento da infra-estrutura, industrialização brasileira, potencial tecnológico, financiamento da economia, a crise do Estado, o sistema político, a mídia) e, na *Parte III*, digressões referentes ao *Colapso das estratégias de emparelhamento* (ou a crise e falência dos processos de industrialização retardatária, com destaque para o Brasil, a União Soviética e a Coreia do Sul), à *Nova (des)ordem internacional* e a viabilidade da América do Sul.

Conquanto o texto pretenda um “novo enfoque” sobre o desenvolvimento brasileiro, o mesmo não surge do nada, mas funda-se na *dérmarche* inaugurada pelos clássicos de nossa melhor ciência social - chamados de *explicadores do Brasil*, ou seja, os raros intelectuais que lograram sucesso na árdua missão de estabelecer uma visão de conjunto do Brasil - no livro, estão nomeados, entre os mortos, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Ignácio Rangel, Darcy Ribeiro e, entre os vivos, Celso Furtado e Milton Santos.

De começo, dois comentários. Em primeiro lugar, chamou-nos a atenção a ausência entre os clássicos *explicadores do Brasil* o nome de Nelson Werneck Sodré, não só pela profícua obra, mas pela identidade (talvez involuntária) entre o que denominamos de *eixo estratégico* de OB e a formulação wernekiana (ademais influenciada pela famosa resolução do VI Congresso da III Internacional Comunista, sobre a revolução nos países chamados de coloniais e semicoloniais, de 1928, e as orientações do IV Congresso do PCB, de 1954) uma articulação entre a

²⁹ Cf. Gilberto Vasconcelos, *O Príncipe da Moeda*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1997.

³⁰ César Benjamim et alii, *A Opção Brasileira*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1998. Doravante, grifaremos OB, seguido do número da página.

chamada “questão nacional” e o socialismo - expresso em OB, em linguagem caiopradiana, mas desviando-se das intenções originais de Prado Jr., no movimento de passagem da não-nação (período colonial) à nação (abertura dos portos de 1808 e independência política de 1822 até à recente desconstrução neoliberal) e, novamente, à não-nação (desconstrução nacional neoliberal) - que pressupõe a supremacia/autonomia do momento da nação (e o séquito de tarefas específicas pertinente a este momento) em relação ao do socialismo, nestas propostas geralmente uma entidade nebulosa ou definida doutrinariamente.

Em segundo lugar, avançamos a hipótese de um ardil ideológico sutil na mobilização, ademais imprescindível em qualquer *PN*, dos *explicadores do Brasil* na formulação do *PN* de OB: afora citações respeitadas mas passageiras de Marx e Gramsci (em virtude desses autores não figurarem - ou figurarem residualmente - entre os *fundamentos* da elaboração de OB, os autores passam ao largo da trajetória da elaboração da tradição marxista sobre a relação entre o momento nacional e o momento do socialismo, onde, ao lado de Marx e Gramsci, apareceriam inevitavelmente, pelo menos, os nomes de Engels, Lênin e Trotsky, e, o mais importante, através dessa galeria (Marx, Engels, Lênin, Gramsci e Trotsky), questões essenciais, de larga fortuna crítica, como o desenvolvimento desigual e combinado de objetivação do capitalismo, a revolução democrático-burguesa, a revolução permanente e o socialismo em um só país - ou seja, o problema das vias “não-clássicas” de objetivação do capitalismo, de larga fortuna crítica. OB reconhece, em rápida passagem, embora parcialmente, porque a citação diz respeito apenas aos *processos de industrialização* e não ao modo de produção como totalidade, a particularidade não-clássica da objetivação do capitalismo brasileiro.³¹ Mas parece não retirar daí todas as ilações possíveis, como veremos mais adiante.

Nossa cobrança não é despropositada porque OB (p.18) se propõe a ser “um texto sobre fundamentos.” Parece-nos que OB procurou escapar da pesquisa dos clássicos do marxismo, porque há uma certa esquerda que aborda esta literatura de maneira a fazer de temas concretos - portanto passíveis de revisão - uma hagiografia para fugir dos problemas da realidade. Como essa esquerda procura entender o Brasil tão somente a partir das polêmicas e dos escritos dos clássicos do marxismo, OB vai buscar a fonte de entendimento do Brasil em nossos melhores autores, vibrando aqui uma distinção com a esquerda dogmática. Essa característica, obviamente, não está desligada do tipo de *PN* idealizado por OB - a separação entre o momento nacional e o momento do socialismo. Para o momento nacional, formador da nação e da auto-estima, autores nacionais. Daí deriva um problema metodológico grave: autores como Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, em grau absoluto, e todos os demais (Celso Furtado, Ignácio Rangel, Milton Santos e Darcy Ribeiro), em gradação por escala decrescente de aproximação, dialogaram diretamente com a tradição marxista. Sem exageros, como filosofia de nosso tempo, o marxismo contaminou todo o debate sobre a formação nacional brasileira desde os anos trinta. Nenhuma outra corrente de pensamento foi tão influente, inclusive quando era negada.

Este afastamento tácito - não a negação - da tradição marxista resulta um certo rebaixamento do horizonte transformacionista do *PN* de OB. Algumas categorias de análise do *PN* de OB caberiam perfeitamente em projetos de sinal ideológico trocado, tanto à direita (território, povo, nação, soberania e Estado) quanto de tipo social-democrático (cidadania marshallniana, distribuição de renda e reforma agrária) que visassem (o que não consideraremos pouco) dar um feio à desconstrução nacional encetada pelo neoliberalismo.

Porém, o principal defeito da ausência de diálogo direto com os clássicos do marxismo diz respeito à absoluta identidade que OB faz entre *PN* e *desenvolvimento brasileiro*, quando, na verdade, são dois objetos distintos conquanto interligados. Para OB (p. 25) “depois de 1930, com a opção desenvolvimentista, o Brasil chegou a sentir-se portador de um projeto”; corolário dessa *dérmarche* projeto nacional = projeto desenvolvimentista, hoje, “pela primeira vez na história contemporânea, governo e elites se descomprometem (...) com a continuidade do processo industrializador - o com a própria idéia de desenvolvimento que selou o acordo político e social básico do Brasil neste século e conferiu relativa estabilidade a uma sociedade

³¹ “A industrialização brasileira não seguiu, e nem poderia ter seguido, a via considerada mais clássica, que aliás só existiu na pioneira Inglaterra.” (OB, p. 97)

tão desigual”(pp. 59-60); desse modo, “mesmo às custas de (...) injustiças e irracionalidade, o capitalismo dependente exerceu uma *função construtiva* (grifos nossos, JRM), principalmente neste século, quando a industrialização acelerada e seus processos correlatos contribuíram para torna nossa economia mais forte e mantiveram um horizonte de mobilidade social ascendente para milhões de pessoas” (p. 148)

Ao descobrir uma *função construtiva* para o capitalismo dependente, OB inclui este em um longo processo de afirmação nacional que começa na colônia (a não-nação), segue no império e na primeira República (processo positivo porque, segundo os autores de OB, nos legou a unidade territorial, ao contrário da fragmentação da América espanhola), e, pós trinta, nos legou uma relativamente sólida base industrial e um Estado organizado. Esta processualidade resulta no *sentido profundo* de nossa história, nossa *vocação* para a grandeza e a soberania (as expressões são de OB), porque passamos através da história : “a) do encontro de grupos étnicos desenraizados à formação de um povo dotado de unidade lingüística e identidade cultural; b) dos governos coloniais a um Estado nacional capaz de cumprir funções estruturantes cada vez mais complexas; c) da prevalência do mercado externo à do mercado interno como fonte de estímulo aos setores dinâmicos da economia; d) da máxima apartação social (o escravismo) à cidadania formal e às aspirações de generalização de uma cidadania real; e) da fragmentação à unificação da base geográfica; f) do modelo primário-exportador à predominância da indústria; g) da população dispersa no meio rural a uma sociedade urbanizada”(pp. 24-25).

O *sentido profundo* da história brasileira, portanto, é amplamente positivo, em que pese capitalismo dependente, elites perdulárias, modernizações conservadoras e conciliações pelo alto. Para construir o conceito de *sentido profundo* (assemelhado à *Bildung* alemã), OB opera com cortes seletos, que, no limite, vão da história à não-história, da nação à não-nação.³² Desse modo, a questão é que hoje, a construção nacional encontra-se *bloqueada* e a *vocação* de grandeza do Brasil obstruída. Porém, há dois diferenciais importantes entre os bloqueios do passado brasileiro e o atual: “*parece ter chegado ao fim - inconcluso - o longo e tortuoso processo de construção nacional comandado pelas velhas elites*” (grifos de OB, p.59) e, em contraface, “*são os trabalhadores que podem tirar o Brasil da crise.*”(grifos de OB, p. 153). Essas duas ilações axiais - ter chegado ao fim o processo de modernização comandado pelas elites internas e a centralidade dos trabalhadores num novo processo de construção nacional não são tomadas até às últimas conseqüências, em OB, no que diz respeito à viragem estratégica radical que as mesmas infirmam junto à elaboração de um *PN*.

Chegamos ao *corpus* do ponto arquimédico visando à elaboração de um *PN* novo, condizente com a estrutura material da sociedade brasileira e as melhores aspirações emancipacionistas, que são, do nosso ponto de vista: 1) encetar uma revisão histórica do passado recente do desenvolvimento brasileiro (anos 30-80), visando verificar as vicissitudes do nosso capitalismo, o papel das elites, do Estado e a conexão externa desse desenvolvimento; 2) caracterizar as novas forças motrizes do *PN* brasileiro, os trabalhadores, o que esbate, em nível prático, nos problemas típicos da ação política: as alianças e as formas de lutas .

O ponto frágil da análise do processo de industrialização brasileira de OB é o de saltar por cima do processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial, autonomizando exageradamente a capacidade decisória da burguesia brasileira.³³ Das vicissitudes do desenvolvimento brasileiro não podem ser abstraídos, no plano político, a presença ativa na política mundial da União Soviética e a ameaça presente (para a burguesia) do socialismo; no plano econômico, há a questão da configuração de uma nova fase da etapa do imperialismo, que denominamos, com Mandel, de *capitalismo tardio*. A virtude de nossa elite (principalmente as figuras emblemáticas de Getúlio e Juscelino) foi de ter manobrado com maestria,

³² A avalanche neoliberal no Brasil, é vista como “ vitória temporária, porque a-histórica - da perspectiva da “não-nação” sobre a perspectiva da nação (...)” (p.63).

³³ Um arguto autor percebeu isso recentemente: “mesmo tendo sido decisiva a contribuição latino-americana, não se pode negar que o impulso original da preocupação com o desenvolvimento, como projeto global para o mundo atrasado, ganhou força, basicamente, a partir dos países centrais.” Cf. José Luís Fiori, *O Capitalismo e suas Vias de Desenvolvimento*, in *Desorganizando o Consenso* (org. Fernando Haddad), Petrópolis, Vozes/Perseu Abramo, 1998, p.-70

aproveitando as brechas da conjuntura mundial no sentido de realizar a industrialização subordinada ou subdesenvolvida brasileira.³⁴

Parece-nos que OB levou muito longe as descrições de Ignácio Rangel referente a um *ciclo longo* interno na economia nacional nos anos 30-80, autonomizando também o impulso interno desse ciclo. Na verdade, parece-nos que a intenção fundamental de Rangel, é mais caracterizar os processos pelos quais a economia brasileira procura fugir da fase b (ou depressiva) do ciclo longo, voltando-se para o mercado interno, do que propriamente autonomizar o ciclo.³⁵ Desse modo, podemos periodizar o processo de desenvolvimento dos anos 30-80, esquematicamente, em dois grandes momentos, o primeiro compreendido entre 1930-1945, de isolamento brasileiro face à depressão mundial, e o segundo, de 1945-1980, de integração nacional na nova fase do imperialismo - o *capitalismo tardio* - através de um processo de *industrialização subdesenvolvida* acelerado.

Em sua *magnum opus*, o economista e dirigente trotsquista Ernest Mandel fornece subsídios para a compreensão da fase de integração do processo de industrialização brasileiro ao movimento da economia mundial.³⁶ A premissa geral dessa teoria, frente a países de desenvolvimento médio como o Brasil, é a de que a famosa frase de Marx de que os países desenvolvidos refletem o futuro dos anos desenvolvidos fenece com a ascensão definitiva do imperialismo (que configurou uma mudança estrutural/qualitativa na economia mundial) entre o último quartel do século XIX e começo do século XX, daí derivando toda a problemática das vias “não-clássicas” de objetivação do capitalismo.

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo não é um problema pertinente apenas às relações políticas internacionais entre Estados centrais, semiperiféricos e periféricos, subordinados economicamente via exploração neocolonial, mas, também, hoje, um *elemento mesmo da estrutura interna do capital*. Ao longo da história do capitalismo, tivemos *três formas principais de superlucros* (Mandel, 51-74), correspondendo a fases históricas do capitalismo e do mercado mundial: 1) fase do capitalismo concorrencial - correspondendo a um desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo baseado na relação entre regiões industriais e atrasadas ou agrícolas dentro do mercado nacional (por exemplo: entre a Inglaterra e a Irlanda, o Norte e o Sul Italiano etc.). Nesta fase, o *superlucro era regional*; 2) fase do capitalismo imperialista *clássico*, ou de desenvolvimento desigual e combinado baseado na divisão internacional do trabalho entre países exportadores de produtos industriais e países exportadores de matérias primas. Nesta fase, o superlucro era internacional; 3) fase do capitalismo tardio, baseado no desenvolvimento desigual e combinado entre o DI e o DII. Nesta fase, o superlucro é tecnológico.

Se examinarmos atentamente o que aconteceu a partir de 1945 nos países que transitaram da periferia para a semiperiferia na América Latina (Brasil e México essencialmente), parece-nos que seria difícil discordar da afirmação de que um processo de industrialização completo e orgânico não ocorreu em nenhum dos dois países. Por vias tortuosas, parece que estavam

³⁴ “Se passarmos para uma definição mais detalhada do que foram as estratégias de crescimento da economia capitalista como um todo, pelos menos na sua parte central e em alguns segmentos periféricos, veremos que isso foi possível em grande medida pelo desrespeito pragmático da potência imperial às regras que eles estabeleceram em Breton Woods. Havia regras monetárias e comerciais cuja arbitragem ficou informalmente com os EUA. O governo americano a exerceu de uma maneira extremamente *benevolente*, porque pragmática e movida pela Guerra Fria, pela competição econômica e tecnológica com a União Soviética. Isso fez com que os norte-americanos, de uma certa maneira, fossem os primeiros a driblar certas regras e fazer uma política monetária frouxa durante esse período. No início, na forma direta de ajuda, como foi o Plano Marshall e, um pouco mais tarde, sua ajuda para a Ásia. Depois, fazendo vistas grossas ao protecionismo de alguns países.” José Luís Fiori, op. Cit., p 74.

³⁵ “De longa data o Brasil reage - nem poderia deixar de fazê-lo aos movimentos do ciclo longo mundial, mas essa reação tem-se revestido de caráter ativo. Assim, quando a economia mundial entra na fase expansiva, o Brasil reage aprofundando seus laços de divisão internacional do trabalho, o que se manifesta pela expansão das importações. Entretanto, quando a economia mundial entra em fase recessiva, a economia brasileira volta-se sobre si mesma - o ‘crescimento hacia adentro’ dos cepalinos - adotando uma forma de substituição de importações (...)” Ignácio Rangel, *Economia: Milagre e Anti-Milagre*, Rio de Janeiro, Zahar, 1985, pp.- 30-31.

³⁶ Ernest Mandel, *O Capitalismo Tardio*, 2ª edição, São Paulo, Nova Cultural (Os Economistas), 1985. Cf. especialmente os capítulos 1 (*As Estrutura do Mercado Mundial Capitalista*, pp. 29-49), 2 (*As Três Fontes Principais de Superlucro no Desenvolvimento do Capitalismo Moderno*, pp.- 51-74) e 3 (*O Neocolonialismo e a Troca Desigual*, pp. - 243-264).

mais certos os que, nos debates dos anos sessenta, eram pessimistas quando aos destinos da industrialização brasileira e o desenvolvimento da dependência. Embora errados na ilusão ultraesquerdista de que o desenvolvimento brasileiro havia estancado e o processo de substituição de importações chegado ao término, diagnosticando o regime militar regressivo enquanto promotor do desenvolvimento econômico, chegando a pregar que o futuro do Brasil seria - à lá o regime espanhol de Franco ou o português de Salazar - o retorno ao campo e a "pastorização" ou ruralização, eles não estavam de todo errados ao apontar as limitações desse desenvolvimento. Equivocaram-se ao apontar, luxemburguistamente ou conforme o Trotsky do *Programa de Transição*, o *limite estrutural* desse desenvolvimento subdesenvolvido: para eles, o *limite estrutural* radicava na manutenção ou na regressão da dependência, através de regimes títeres especializados na captura, fausto interno do excedente, exportação do excedente econômico e na ultraexploração pré-capitalista e compulsória de massas de trabalhadores. Desse catastrofismo só poderia surgir uma revolução que mais parecia a rebelião dos escravos do antigo Império Romano, a exemplo da comanda por Spartacus, do que um processo político ocidental, hegemônico por trabalhadores organizados. Ora, o limite estrutural de nosso capitalismo não radicava aí, mas na captura do valor aqui gerado no DII, pela via da renda tecnológica, para o DI localizado nos países centrais.

Subjacente a tudo isso, encontra-se o funcionamento da velha lei capitalista do valor no mercado mundial - absolutamente desconsiderada em OB (pp. 95-105) quanto trata do processo de industrialização brasileira -, que consiste no dado estrutural básico da diferença países desenvolvidos/subdesenvolvidos: o fato de que o mercado mundial capitalista homogeniza a *circulação* capitalista de mercadorias, mas não a *produção* capitalista de mercadorias.³⁷ Ao desconsiderar a atuação da lei do valor no mercado internacional, a passagem de OB complementar à da análise da industrialização, o primeiro capítulo da parte III, pertinente às chamadas "estratégias de emparelhamento" (o balanço dos esforços de países como União Soviética, Brasil e Coréia do Sul no sentido da industrialização plena), escolhe uma abordagem alternativa, bastante interessante, mas que não ilumina completamente o complexo estrutural desses processos de modernização.³⁸ Além de não concordar com a redução da questão da União Soviética à simples "estratégias de emparelhamento", obstruindo as determinações mais importantes dessa experiência (vinculadas à tentativa de construção do socialismo), nesta abordagem, a captura de superlucros pela via da lei do valor aparece camuflada na forma de que "o núcleo do sistema internacional são os espaços nacionais que concentram em si a dinâmica da inovação" (OB, 127). Nada a obstar quanto à afirmação, mas ela pode conduzir a duas ciladas: 1) obnular a *forma concreta* em que, no mundo da produção, é efetivado o processo de domínio da inovação tecnológica nos países centrais;³⁹ 2) estimular a ilusão (em OB bastante ambígua) de que uma das maneiras principais de combater este "sistema econômico internacional estruturalmente assimétrico" é "mudar o conceito desenvolvimento", que não é "apenas um imperativo ético e social, mas uma exigência da boa estratégia." (OB, 128) Parece-nos que OB não apreendeu a principal lição da "ilusão do desenvolvimento", onde estão imersas as "estratégias de emparelhamento": perceber que o problema central *não* é a estratégia de

³⁷ "De onde provém essa falta de homogeneidade? Deve-se à própria natureza do capital, ou é resultado de uma estrutura histórica inicial - a estrutura do colonialismo - que foi certamente um acompanhamento concreto da marcha triunfal do capital através do globo, mas que não representa uma pré-condição essencial para o progresso da acumulação de capital? A resposta a essa questão nos remete de volta ao problema das diferenças no nível de lucro, uma expressão da busca incansável de superlucros, que resulta do movimento desigual da própria acumulação de capital. No caso "puro" de aumentos contínuos na composição orgânica de capital e no desenvolvimento incessante de novas técnicas e tecnologia, que Marx anteviu mas que se apresentou em sua forma plenamente desenvolvida apenas no capitalismo tardio da atualidade, as diferenças no nível de lucro despontam a partir da concorrência entre capitais e da condenação inexorável de todas as firmas, ramos industriais e áreas que se deixam ultrapassar nessa corrida e que, por isso, são forçadas a ceder uma parte de sua 'própria' mais-valia aos que as lideram. O que é esse processo, senão a produção permanente de firmas, ramos industriais, áreas e regiões subdesenvolvidos?" Ernest Mandel, *op. Cit.*, p. 58.

³⁸ A "abordagem alternativa" é baseada, essencialmente, em dois livros de Giovanni Arrighi, *O Longo Século XX*, Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Unesp, 1996; *A Ilusão do Desenvolvimento*, 2ª edição, Petrópolis, Vozes, 1997.

³⁹ Esta questão aparece cifrada em OB (p. 127) da seguinte forma: "tal como está organizado, o sistema econômico internacional é estruturalmente assimétrico e rigidamente estratificado. Uma impossibilidade lógica impede que qualquer estratégia de emparelhamento altere as posições relativas no interior do sistema", os grifos são de OB. Desse modo, damos voltas em torno da questão central, mas ela permanece obscura.

desenvolvimento per si, mas as relações historicamente construídas, tanto interna quanto externamente, de onde emergem as questões pertinentes às classes sociais, o Estado e o imperialismo.

O que vem a ser “as relações historicamente construídas”? Na nossa *dérmarche*, a história do capitalismo competitivo tem dois grandes surtos de desenvolvimento. O primeiro grande período, marcado pelas revoluções política burguesa e industrial (séculos XVII/XVIII até 1848). Aproveitaram esta primeira onda do capitalismo a Inglaterra e os Estados Unidos; a França e a Bélgica, no que tange ao processo de industrialização seguiram, em geral, o padrão de desenvolvimento inglês. Há, depois, um segundo grande período do capitalismo competitivo - tipificado como “prussiano”-, onde está imersa principalmente a Alemanha, caracterizado por processos de modernização comandados pelo Estado e o capital financeiro centralizado pelo mesmo Estado. Os países da “via prussiana” não realizaram a revolução política burguesa “clássica” (nos moldes da Revolução Francesa): acomodaram as antigas estruturas agrárias, combateram ideologicamente o dogma do *laissez-faire* smithiano e trocaram-no pelo novo dogma, o “sistema nacional das forças produtivas” de List. Desde então, alternadamente e conforme os humores da onda longa (fase A - tônica de crescimento; fase B - tônica de depressão), a burguesia tem trocado a ideologia do livre campismo pela protecionista.

Observemos que as vias “clássica” e “prussiana” do primeiro período encerram todo um conjunto de características comuns : superlucro regional (eixo do desenvolvimento desigual e combinado), do capitalismo concorrencial, da formação dos estados nacionais burgueses. Neste período, o peso do capital externo/ imperialista não se faz sentir como determinante nos processos de acumulação industrial nacional, possibilitando processos orgânicos de industrialização - nesta fase, ainda vale a frase de Marx de que os países adiantados refletem o futuro dos menos desenvolvidos. Esta, aliás, a diferença básica entre as “vias prussianas” do século XIX e começo do século XX (processos Alemão e Japonês) e as que se desenvolveram depois dos anos trinta do século XX: a espada de dâmocles do capital imperialista no âmago das novas vias prussianas, dentro mesmo do arranjo político do Estado, de que o caso brasileiro é emblemático.

Longe de nós, com isso, afirmar que os Estados dos processos de modernização prussiana mais recente (caso brasileiro) são meros títeres ou biombos do capital imperialista. Especificar corretamente o grau de autonomia desses Estados em relação ao capital imperialista é tarefa das mais complexas porque sinuosa, no essencial dependente da análise da correlação de forças e do bloco no poder desses países. Assim, por exemplo, o bloco no poder do período do regime militar exercitou o poder de Estado com mais independência ao imperialismo do que, hoje, a plutocracia comandada por FHC.

Verificada sumariamente a primeira questão (as vicissitudes do processo de desenvolvimento brasileiro, o papel das elites, do Estado e a conexão externa desse desenvolvimento), chega a segunda e mais importante questão: que vem a ser um *projeto nacional* comandado pelos trabalhadores? Que trabalhadores são esses, quais as configurações novas e salientes do trabalho no Brasil e suas conexões com o desenvolvimento do capitalismo mundial? Quais, enfim, as forças motrizes da luta de classes no Brasil de hoje? As páginas de OB são insuficientes para responder à questão programática axial do *PN* hoje. Não há em suas páginas de profusa análise sobre distintos temas, estranhamente, considerações sobre o mundo do trabalho hoje e as implicações do complexo de alterações produzidas neste mundo em relação à programática das forças políticas de esquerda. Mesmo a questão do socialismo é marginal ao texto. À rigor, a expressão socialismo aparece, deslocada, apenas em dois momentos do texto: no começo - “propomos algumas coisas que ultimamente se tornaram impensáveis, na medida em que rompem com as bases da organização socioeconômica atual do Brasil e reatualizam a idéia de um futuro socialista (OB, 18) - e no parágrafo final - “se nos perguntarem se o projeto que esboçamos é de natureza socialista, responderemos que sim (...)” (OB, 176).

Defendemos, sim, um *Projeto Nacional* brasileiro, mas, do nosso ponto de vista, nas condições do capitalismo brasileiro hoje, não há mais como desligar ou estabelecer clivagens rígidas entre o momento nacional e o momento socialista. A programática propositiva de OB (seção IV) contém uma série de medidas de caráter nacional, e uma meta geral de governo: “(...) a

eliminação da pobreza e de incultura sob todas as formas e manifestação.” (OB, 157) OB reconhece dificuldade para cumprir tal objetivo: “ou a economia se reorienta para permitir um ataque (...) à pobreza - de modo que esse ataque seja um elemento de dinâmica econômica -, ou a pobreza não terá solução. *Nosso problema econômico mais importante, portanto, é o de conciliar a dinâmica da distribuição com a dinâmica do crescimento.* Isso exige reformas estruturais, combinadas com políticas ousadas, ofensivas, sistêmicas, capazes de reorganizar o esforço produtivo do país.” (OB, 157) Este tipo de desenvolvimento só será alcançado via mercado interno - “*a consolidação desse mercado como um elemento dinâmico é a nova fase fundamental da questão nacional (...)*” (OB, 157-158). Após uma série de digressões sobre o aumento da produtividade, a potencialidade do mercado interno de massas brasileiro, nossos recursos naturais e energéticos etc., OB chega à pergunta-chave, mas não desenvolve: “se os grandes grupos privados ligados ao modelo globalizante mantiverem o controle sobre a acumulação e o investimento (que garantem a oferta de emprego e de mercadorias), toda a sociedade depende da sustentação de seus lucros.” (OB, 171) Como os grandes grupos privados perderão o controle da acumulação e seus lucros, através de um decreto do governo?

Depois da crise do trabalho, chega a crise do capital. Durante anos uma sociologia mistificadora vem tematizando a *crise do trabalho* ou a *impotência dos projetos políticos gerados com base na sociabilidade do trabalho*. Contrariamente a este corrente, reconhecemos no mundo do trabalho e dos sujeitos políticos que daí estão emergindo a base do novo projeto nacional brasileiro. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, da moda, assinala que uma “promiscuidade entre a produção e reprodução social tira razão ao argumento de Habermas e Offe segundo o qual as sociedades capitalistas passaram de um paradigma do trabalho para um paradigma da comunicação.”⁴⁰ A notação de BSS não é original, muito antes de um sociólogo da moda, vários autores marxistas fizeram observação semelhante de maneira mais completa e sistemática - já nos anos 60 e 70.⁴¹ Não atravessamos o umbral da sociedade *pós-industrial*, mas, pelo contrário, somos contemporâneos de uma *industrialização generalizada universal* pela primeira vez na história da humanidade. A mecanização, a padronização, a super-especialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinaram apenas a esfera da produção industrial de mercadorias, penetram em todos os setores da vida social. No nosso tempo, a agricultura se tornou tão industrializada quanto a própria indústria, a esfera da circulação tanto quanto a da produção, o lazer tanto quanto a organização do trabalho.

Uma das passagens mais rebatidas do *Manifesto Comunista* é aquela em que Marx e Engels afirmam ter “a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se (...) por ter simplificado os antagonismos de classe.”⁴² Ousamos, com Marx e Engels, afirmar que nossa época tem, sim, *simplificado os antagonismos de classes*. Há uma brutal concentração da propriedade dos meios de produção e do capital, de um lado, e um crescimento do trabalho assalariado - braçal ou intelectual - e muitas formas de exploração da mais-valia absoluta pela subordinação de formas domésticas e artesanais do trabalho, de outro. A polaridade entre a classe proprietária e as classes não-proprietárias acentua-se.

Evidentemente, hoje, ocorre uma enorme diversificação da *divisão ocupacional do trabalho*, por meio de uma miríade de profissões assalariadas. Isto não pode ser confundido com o conceito de divisão social do trabalho, referido a funções sociais qualitativamente diferentes, redutíveis, às funções de produção (trabalho) e administração e propriedade (do capital). Lembremos que Marx identificava o conceito de classe fundamentalmente da relação com os meios de produção e a forma de apropriação do excedente produzido - daí as três classes fundamentais, burguesia, latifundiários e trabalhadores, vinculados à apropriação do excedente sob a forma de mais-valia, renda da terra e salário.

⁴⁰ Boaventura de Sousa Santos, *Pela Mão de Alice - o social e o político na pós modernidade*, São Paulo, Cortez, 1995, p. 253.

⁴¹ Cf. Paul Baran/Paul Sweezy, *Capitalismo Monopolista*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, pp. 334-362; Ernest Mandel, op. Cit., pp. 265-285.

⁴² Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, (Prólogo de José Paulo Netto), São Paulo, Cortez, 1998, p. 5.

Entretanto, se o nosso tempo simplificou os antagonismos (ou polaridade) de classes, por outro lado, sofisticou o trabalho e a diferenciação entre os trabalhos parciais. Tornou mais difícil uma análise empírica das classes, o que às vezes é confundido com a questão da polaridade. O macacão do operário já é uma imagem estreita, embora plenamente válida, para identificar os que vivem do trabalho. Isso tem reverberação absoluta, inclusive no debate eterno sobre a lei do valor. A produção do valor já não pode ser confundida com trabalho industrial *stricto sensu*, mas deve ser identificada com todas as maneiras de trabalho coletivo organizada sob a forma de mercadoria. São muitos estes trabalhos: envolvendo desde a classe operária “tradicional”, o caixa de supermercado, o cientista do setor de P&D de uma firma multinacional.⁴³

Visto de hoje, as lutas de 1968 sinalizavam para a transição do sujeito político transformador da classe operária tradicional para o conjunto das classes não-proprietárias, mas foram interpretadas erroneamente como a desaparecimento da luta de classes e a emergência de novos movimentos sociais poli ou até anti-classistas. Nada mais falso.

O caso brasileiro é exemplar neste sentido. A formação do Partido dos Trabalhadores - um partido curioso, que cresce até quando erra - é um sintoma desse novo sujeito político classista. Desse modo, o *PN* brasileiro hoje, transformacionista, deve fixar suas forças motrizes. As lutas das classes médias, da burguesia nacional, do povo, enfim, que conformaram as campanhas abolicionistas, do *Petróleo é Nosso*, das reformas de base, etc. são a referência histórica em que deitam as lutas do presente. Mas as forças motrizes são outras, transfiguradas nas novas classes não proprietárias e seus aliados permanentes e eventuais.

Começamos a escrever este artigo dia 2 de janeiro, vendo na televisão a fulguração das bandeiras vermelhas do PT e outros partidos de esquerda na posse de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul e terminamos dia 14, no apogeu da crise de demissão de Gustavo de Franco do Banco Central. A crise não entrou de férias. O ano será muito animado. A história não acabou.

CONTRIBUIÇÃO DO PROF. GUSTAVO LINS RIBEIRO VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (ADUnB).

TEXTO 21

O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E GRATUITO, PROMETE!

Na década de setenta, a sociologia de esquerda brasileira, de onde vem grande parte daqueles que mandam na República hoje, rezava, com razão, que a classe média abastada estava sendo privilegiada pelo acesso às universidades públicas gratuitas onde a melhor educação superior podia ser encontrada. Quem não conhece esta realidade? Os filhos da classe média vão para escolas particulares de primeiro e segundo graus preparando-se para vestibulares cada vez mais concorridos. Por outro lado, a grande maioria frequentadora de um sistema público depauperado encontra-se sem competitividade às portas da universidade gratuita. Das muitas injustiças, destaca-se o fato de que todos os pagadores de impostos, inclusive os mais pobres, acabam financiando a formação profissional dos filhos dos mais ricos. Na década de setenta, e ainda hoje, a proposta para corrigir esta distorção era acabar com a gratuidade do ensino superior para os que podem pagar, mantendo o ensino gratuito para aqueles que não podem fazê-lo. A intenção é indubitavelmente boa, mas não a solução.

Este tipo de proposição defronta-se com várias barreiras. Algumas sócio-econômicas, outras político-ideológicas. As boas universidades são instituições caras, impossíveis de serem

⁴³ Por caminhos diferentes, o livro de Fernando Haddad, *Em Defesa do Socialismo*, Petrópolis, Vozes, 1998, faz análise semelhante. É um livro brilhante - na verdade um conjunto de hipóteses visando verificação em anos futuros de pesquisa. Porém, do nosso ponto de vista, há um problema no raciocínio encetado por Haddad: ele não faz distinção entre *produção científica* e *inovação tecnológica*, o que o leva a *superestimar* o caráter individual-criativo do trabalho dos que ele chama de *"inovadores tecnológicos"* (aliás, tão demiúrgicos quanto os *empresários empreendedores* de Schumpeter), subestimando a tônica dominante desse tipo de trabalho hoje: a organização coletiva do trabalho e do conhecimento sob a forma de mercadoria. Desse modo, a *inovação tecnológica* brota mais da infra-estrutura e da memória científica coletiva disponibilizada e apropriada pelo capital do que dos insights brilhantes do Professor Parda.

financiadas exclusivamente por pagamentos de mensalidades ou anuidades. Os exemplos das universidades americanas demonstram que mesmo as fortunas pagas pelos estudantes (mais de US\$ 20.000,00, ao ano, nas melhores instituições privadas) representam apenas uma fração dos seus orçamentos. Sem os subsídios do governo federal, da participação das grandes corporações e das doações privadas milionárias (as últimas duas totalmente estranhas ao contexto brasileiro), a universidade americana não existiria. Agregue-se a isto, o fato, em geral desconsiderado, de que a participação das universidades públicas na educação superior norte-americana é muito mais importante do que a privada. Em segundo lugar, mexer com a questão do ensino superior público e gratuito é, como reconheceu em certo momento o atual Ministro da Educação, mexer em casa de marimbondo. Afinal de contas, nós também temos tradições e culturas políticas que não podem ser facilmente descartáveis sem ferir a democracia que lutamos para ter. Este fato, longe de ser uma perversidade de país dependente ou periférico (para colocar em jargão dos anos 70) aponta para o entrelaçamento, típico das universidades brasileiras, da produção de conhecimento e formação de elites técnicas e intelectuais com a comunidade nacional e seus diversos projetos de inserção do Brasil na modernidade

Projeto do ano 2000: *PROgraMa* de Extensão e Trabalho Estudantil (*PROMETE*).

Para o ensino superior, sempre confluem as desigualdades sócio-econômicas filtradas pelo primeiro e segundo grau. Na verdade, a luta contra a miséria e a ignorância é uma luta de toda sociedade e começa no jardim da infância. Fazer com que os mais ricos paguem a universidade pública, a solução pecuniária, parece uma maneira de remediar uma injustiça, mas apenas replica as desigualdades sociais pré-existentes, confirma o poder do dinheiro e, perversamente, dentro do ambiente universitário brasileiro tradicionalmente igualitário e democrático, acentua a clivagem entre os que têm e os que não têm. “Afinal, eu estou aqui pagando; e você, está aqui porque é pobre!” Esta seria uma afirmação possível por parte de um estudante esnobe e acostumado a usufruir da sua posição elitista na sociedade brasileira. Ao invés de estimularmos a solidariedade, a cidadania e a responsabilidade para com o bem público, estaríamos estimulando a competição e a arrogância. Em síntese: fazer com que os estudantes ricos paguem e os pobres não, longe de ser um mecanismo democrático nivelador, é um mecanismo de confirmação das diferenças sócio-econômicas e criador de novos conflitos que apenas reproduz, em outro patamar, a estratificação social brasileira e a lógica perversa, monetarista, do mercado. Poderíamos poupar a universidade brasileira de mais este equívoco.

A solução democrática, social, econômica e politicamente viável não advém da lógica do mercado, mas sim da lógica do trabalho que leva à integração em uma organização solidária, potencializando o desenvolvimento de um sentido comunitário e de responsabilidade com o bem público. Para simplificar, resolvi denominar esta solução de **PROMETE**, **PROgraMa** de **Extensão** e **Trabalho Estudantil**, ancorado na necessidade de fazer retornar ao bem comum, aquilo que dele, em última instância, vem. Sua idéia central é simples. Já sabemos que prestações - mensais ou anuais - não mantêm universidades e que a implantação do ensino pago representa um custo político com baixo retorno real. Trata-se, então, de criar a obrigatoriedade de prestação de serviços para todos os estudantes de graduação e pós-graduação das universidades públicas brasileiras. Esta é a forma de retribuir a frequência, sem dispêndio, nas melhores escolas de nível superior que representam uma enorme contribuição de várias gerações para o desenvolvimento do país. Ricos e pobres serão igualmente tratados e estarão contribuindo tanto para o bem comum quanto para a melhoria das universidades públicas. Ao promover o engajamento dos estudantes nas mais diversas tarefas o **PROMETE** favorecerá a criação de relações solidárias entre alunos, funcionários e professores, assim como o conhecimento dos defeitos e virtudes das universidades por parte dos seus beneficiários mais diretos. Favorecerá, enfim, o florescimento e fortalecimento de um sentido de responsabilidade com o bem comum, escasso no presente, algo a se esperar, sempre, de uma instituição que, ao mesmo tempo que pública e mantida por impostos, tem como missão o ensino, a pesquisa e a extensão.

Não detalharei aqui a operacionalização desta idéia. Basta verificar a necessidade da criação de um banco de trabalho, um novo órgão administrativo que contabilizaria a quantidade de trabalho existente, alocando-o de acordo com a oferta e demandas. Os estudantes se engajariam, preferencialmente, em tarefas sintonizadas com seus interesses pessoais e

características acadêmicas e só se formariam uma vez cumpridas suas obrigações. Cálculos grosseiramente subestimados, demonstram que, em uma universidade de 10.000 estudantes, cada um trabalhando 8 horas por semana, gerar-se-ia, nas 30 semanas de aulas do ano letivo, aproximadamente R\$ 16 milhões, ou, em escala nacional, mais de R\$ 600 milhões, uma riqueza criada por prestações de serviços que podem incluir tarefas de recuperação e manutenção de infra-estrutura; trabalhos em bibliotecas, laboratórios, hospitais, pesquisas, secretarias, administração central e nos diversos programas de extensão mantidos pelas universidades. Estes números implicam em que o trabalho do estudante equivaleria a um “pagamento” mensal de R\$ 320,00, correspondente aos meses letivos do ano acadêmico. Novos projetos, de há tanto engavetados, poderiam ser executados. Em caso de excesso de oferta de trabalho face às características de uma determinada universidade, o trabalho excedente pode ser direcionado ao serviço público dos governos estaduais e federais, sobretudo aos destinados ao atendimento das necessidades por saúde, educação e segurança. Estágios em órgãos públicos, sindicatos, ongs, entidades sem fins lucrativos, também podem ser considerados para dar conta deste excedente.

Há que escapar da polarização, já desgastada, da universidade gratuita *versus* universidade paga. Um programa deste tipo pressupõe o engajamento dos três segmentos formadores da vida universitária. Os professores e suas lideranças precisam ser propositivos e não apenas reativos. Só terão o seu peso político aumentado. Uma iniciativa como a aqui discutida permitirá fazer frente a inúmeras necessidades por trabalho e estimulará maior interação com o corpo discente. Os estudantes precisam ter claro que são beneficiários de um serviço público gratuito, de alto nível e custo, que demanda alguma forma de compensação ao bem comum para regular as injustiças existentes internamente à educação pública no Brasil. Só terão sua cidadania ampliada. Os funcionários precisam de uma visão e participação mais orgânica na vida universitária. Eles terão um papel central na definição das demandas e na alocação do trabalho, poderão usufruir do aumento da sua capacidade de intervenção na vida universitária decorrente de uma ampliação da eficácia de suas atividades e das trocas que se estabelecerão na cooperação com os estudantes. Só terão melhoradas suas qualificações, inserção e visibilidade. Já o governo federal e outras poderosas agências de planejamento como as agências multilaterais, precisam abrir-se para soluções que não passem por receituários estabelecidos e a contabilidade fria do monetarismo. Só crescerá a capacidade de realizar suas missões de desenvolvimento e crescimento do bem-estar social.

Não resta dúvida que o ensino público e gratuito é um direito do cidadão, uma conquista importante da modernidade. Mas direito ao qual não corresponde um dever, pode, no decorrer da história, tornar-se um privilégio. A diretoria da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB) resolveu discutir os destinos da universidade sob outras óticas. Em épocas de crise, a regulação das injustiças no âmbito do ensino superior demanda imaginação e capacidade de trabalho. Certamente a UnB, uma das melhores e mais inovadoras universidades brasileiras, pode sair à frente realizando uma experiência piloto para comprovar que o ensino superior público e gratuito PROMETE!

CONTRIBUIÇÃO DA ADUFF/S.SIND.

TEXTO 22

ANÁLISE DE CONJUNTURA

1998 passou sem deixar qualquer saudade entre os trabalhadores. Se a classe trabalhadora não se mobilizar e construir alternativas, 1999 será ainda pior. O que antes era uma ameaça, nas últimas semanas tornou-se um fato: o Brasil quebrou.

Instalados em seus castelos financeiros de Brasília, os economistas/arrivistas que comandam a política econômica findaram o ano de 1997 elevando as taxas de juros aos mais altos patamares mundiais, afirmando defender o real da crise asiática. As conseqüências recessivas de sua ação – estagnação econômica, desemprego, comprometimento da maioria da receita do

estado com a dívida pública e déficit público estratosférico – foram por eles minimizadas. Para os neoliberais mais irresponsáveis – o ex-presidente do Banco Central à frente – a crise era até saudada, pois com certeza haveria de fazer migrar capitais antes investidos na Ásia para o Brasil.

Porém, ao contrário do que apregoam nossos modernos “analistas econômicos”, as crises econômicas não são acidentes de percurso no rumo inexorável do crescimento orientado pelo livre-mercado. Um sistema financeiro desequilibrado, ataques especulativos, excessos ou ausências excessivas do Estado, muitas foram as causas externas à produção levantadas nessa linha para explicar a quebra das economias asiáticas em 1997. O fato é que, em 1998, os prognósticos otimistas foram completamente desmentidos pelo avanço da crise em direção ao centro da economia capitalista globalizada. A instabilidade japonesa, a falência russa e os abalos na economia chinesa, ao longo principalmente do segundo semestre do último ano, revelaram que, como tantas outras crises capitalistas, as raízes da nova depressão que se anuncia vinham das contradições internas ao próprio processo de valorização e acumulação do capital. E se essas contradições se manifestam de forma mais aguda – explodindo em crises – justamente no ponto mais elevado da acumulação, a marcha da crise tem como destino o mais amplo e lucrativo parque produtivo mundial, aquele que funciona hoje como alavanca principal para a internacionalização do capital: a economia norte-americana.

Quando no semestre do ano passado, o *Federal Reserve* anunciou a primeira queda na taxa de juros dos últimos anos, recebida aqui como um sinal de boas intenções para com os mercados “emergentes”, a preocupação central das autoridades monetárias americanas era com a saúde da sua própria economia. Afinal, os sinais da crise já se aproximavam de Wall Street, como indicavam não apenas a queda nos índices da bolsa, mas quebras como a do LTCM, fundo privado especializado no “seguro” às operações financeiras internacionais dos fundos de investidores norte-americanos, administrado por dois prêmios Nobel de economia, especialistas no mercado de derivativos – supra-sumo da roleta planetária do capital especulativo. A operação-salvamento daquele fundo foi digna do modelo PROER, com o dispêndio de alguns bilhões pelo Banco Central deles, embora para a tradição norte-americana o uso do dinheiro dos contribuintes numa operação desse tipo não seja bem visto.

No Brasil, que de “bola da vez” passou a um dos epicentros da crise, o remédio receitado pelos doutores do FMI foi mais recessão. A sangria da perda das divisas sustentou, da maneira artificial que vigorou nos últimos anos, a cotação do real até janeiro de 1999. A conta foi cobrada diariamente, em cifras que giraram em torno de um bilhão/dia. Mas, nossos homens-fortes não tremeram: juros ainda mais astronômicos, venda indiscriminada do patrimônio público a preços de banana e mesmo assim subsidiados (e manipulados, como as paredes que escutam revelaram) e cortes indiscriminados nos gastos públicos. À estagnação do período anterior segue-se a recessão aberta.

No 3º trimestre de 1998, o PIB brasileiro caiu 0,14%, em consequência de uma queda de 2,6% na taxa do setor industrial. Desde a início do Plano Real (primeiro semestre de 1994), o PIB brasileiro cresceu pouco menos de 15% (a indústria cresceu ainda menos), o que resulta em uma média de menos de 3% ao ano (segundo os dados cada vez menos confiáveis do IBGE). Um resultado inexpressivo, principalmente se tomado em perspectiva comparada. No mesmo período, o setor industrial norte-americano cresceu mais de 40%, numa média de aproximadamente 7,8% ao ano. Números que explicam muito sobre a natureza e os objetivos de nossa política econômica subordinada.

Ainda assim, em meados de janeiro, o país quebrou, incapaz de sustentar por mais tempo a “âncora cambial” do real. Datam de 1995 as primeiras advertências – nacionais e externas – sobre a insustentabilidade da defasagem cambial brasileira. Após a chamada “crise asiática”, tal política foi denunciada em várias oportunidades como suicida, mas seria ingênuo julgar que o governo alteraria os rumos do real em ano eleitoral. A crise de janeiro estava, portanto, prevista. Faz parte de um processo internacional de crise do capital e não é resultado simplesmente de um “ataque especulativo” irracional de agentes histéricos do mercado financeiro. Mas a forma como o processo se deu revela muito sobre a irresponsabilidade e a subserviência dos condutores da política econômica.

Ante os primeiros sinais de que a moeda não mais se sustentaria, o Sr. Gustavo Franco, arauto-mór das vantagens neoliberais da receita do Consenso de Washington, demitiu-se, provando o quanto podem ser rápidos os ratos ao abandonar o navio que afunda. A fórmula mágica adotada como definitiva (alargamento da banda cambial) pelo novo Presidente do BC – um dos professores de Franco – durou apenas um dia. Foi triste perceber que a imprensa norte-americana noticiou com um dia de antecedência o fim da ancoragem cambial do real pela adoção do câmbio livre. O motivo do furo jornalístico estava estampado nas manchetes daqueles jornais: o FMI mandou liberar o câmbio.

As desculpas oficiais miraram naquele momento em um outro alvo, as declarações de Itamar Franco antecipando uma moratória unilateral da dívida mineira. Tivesse um acontecimento de tal forma restrito a possibilidade de quebrar o país e derrubar as bolsas do mundo todo e estaria definitivamente provado o quão frágeis eram as bases tanto de nossa política econômica quanto da fé de nossos governantes no mundo globalizado.

Conseqüências sociais? Para ficar apenas na mais óbvia: 7,5% de desemprego oficial (taxas chapa-branca do IBGE) em dezembro de 1998 e expectativas de 12% para o primeiro semestre de 1999.

E quanto aos gerentes deste emergente parque de diversões do capital globalizado? Em campanha imperialmente asséptica, FHC reelegeu-se, apesar de toda a crise, pilotando um discurso de que era o mais capaz para conduzir o barco brasileiro nos revoltos mares da economia mundial. O anúncio da necessidade de “medidas duras” – para garantir o real, é claro – só fez ampliar sua vantagem no pleito. Do outro lado, um setor da oposição que entendeu a eleição como um jogo de soma simples e saiu a construir alianças ideologicamente incompatíveis com o perfil originário de seu mais importante partido (o PT), em busca dos eleitores que haveriam de levar seu candidato à presidente ao segundo turno. O discurso ambíguo e as articulações com velhas raposas da política das classes dominantes não foram suficientes para garantir tal objetivo. Mas foram sinais inequívocos de que, neste rumo, esse setor da oposição já não é mais capaz de representar uma alternativa de fato ao projeto no poder.

Nem mesmo a vitória de vários governadores dessa mesma aliança pode ser vista como uma compensação à derrota na eleição presidencial. O posicionamento destes governadores de restringir ao âmbito estadual o episódio da negociação das dívidas dos estados em meio à ameaça de moratória de Itamar e da crise recente do câmbio, é sintomático da falta de disposição em aprofundar e mobilizar o conjunto da sociedade para o enfrentamento das políticas do governo.

OS SINDICATOS NA CONJUNTURA

Esse quadro contém elementos suficientes para o agravamento da crise social. É fundamental que o movimento sindical possa contribuir de forma a canalizar esta insatisfação na direção de um projeto alternativo. O sindicalismo classista que, nos anos 1980, foi decisivo no processo de ampliação da participação da classe trabalhadora na cena política do país, gerando expectativas de possibilidades efetivas de mudança não se apresenta hoje como força hegemônica no movimento sindical, movimento que tem sido incapaz de defender, sequer, as conquistas mais elementares da classe trabalhadora.

Em meados de 1998, os trabalhadores da General Motors nas unidades fabris de Flint, estado de Michigan, paralisaram suas atividades por 54 dias, gerando a interrupção das atividades em 27 das 29 montadoras e quase 100 setores da GM nos Estados Unidos, Canadá e México. 3 bilhões em lucros e 12 bilhões em vendas não realizados somam o prejuízo estimado pela GM. Os operários pararam contra um anunciado pacote de reestruturação das unidades montadoras, que teria como conseqüência a demissão de trabalhadores e o aumento no ritmo da produção. Dados comparativos ilustram o que estava em jogo. Entre 1987 e 1996, a indústria automobilística nos EUA manteve o seu nível de emprego praticamente inalterado, com redução de cerca de 1% nos postos de trabalho. Enquanto isso, a GM do Brasil reduzia sua mão de obra em 10%. Na fase compreendida entre 1992 e 1996, a indústria automobilística norte-americana produziu 5,5% mais automóveis, enquanto a GM brasileira

elevava sua produção em 107, 9%. Ou seja, o que os operários de Flint temiam era a implantação do “modelo brasileiro” de gestão globalizada do trabalho na matriz.

A longa greve dos operários da GM contra a reestruturação, parente próxima da greve dos funcionários do empresa de correios UPS no ano anterior, contra a terceirização, marcam nos EUA uma retomada, ainda que tímida, de mobilizações dos trabalhadores contra a política de terra arrasada do capital, muitas vezes à contrapelo de um sindicalismo burocratizado (como o do UAW – sindicato dos trabalhadores nas empresas automobilísticas – que negociou um acordo muito aquém das propostas dos trabalhadores da GM). Na Europa, essa retomada iniciou-se em fins de 1995, com a greve dos ferroviários e outros trabalhadores em serviços públicos na França, ampliando-se com diversas greves de caminhoneiros, marchas sindicais internacionais e greves de categorias específicas que se desenrolaram desde então.

Não é pouco, diante do recuo profundo do sindicalismo do hemisfério norte na década de 1980, quando o declínio nos indicadores de greves, a queda no número de afiliados, a fragmentação de algumas entidades sindicais nacionais, a ascensão de governos de direita com discursos e práticas eminentemente anti-sindicais e a perda da referência do leste-europeu, importante para setores expressivos daquele sindicalismo, levaram os analistas mais apressados a decretarem o fim do movimento operário tradicional.

Nada em comum com o Brasil na mesma época. Aqui, registrava-se uma fase ímpar de ampliação das lutas sindicais, com uma onda grevista e a criação das centrais sindicais, em especial a CUT, nascida nas lutas operárias contra a ditadura e o empresariado, contra as leis do arrocho e a legislação sindical, que caracterizaram aquele processo como o do surgimento de um novo sindicalismo. Mas, a permanência da essência da estrutura sindical corporativista mesmo após a Constituição de 1988, a mudança de postura de boa parte do setor mais importante da esquerda partidária – o PT –, notadamente após as eleições de 1989 e os ventos da reestruturação nos anos 1990, trouxeram consigo uma virada radical naquele movimento.

A ponto de, em dezembro de 1998, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – berço do novo sindicalismo nas greves de fins dos anos 1970 – ter assinado um acordo com a Volkswagen que prevê a redução de salários (a partir de um determinado patamar) e da jornada de trabalho (além de redução de salário indireto e demissão dos aposentados recontratados) em troca da promessa de manutenção do nível de emprego. Foi a Segunda proposta apresentada pelo sindicato à categoria, pois a primeira, que previa reajuste zero e zero de Participação nos Lucros e Produtividade em 1999, fora recusada em assembléia de base, alguns dias antes. O acordo foi assinado sob o peso da ameaça de demissão de mais de sete mil trabalhadores pela empresa e, exatamente um ano após o mesmo sindicato ter recusado proposta semelhante da Volks (embora negociando reduções nos ganhos indiretos e demissões “voluntárias”), alegando ser contrário por princípio a acordos de redução de salário e jornada, como o que a Força Sindical havia acertado com as indústrias de auto-peças.

Poder-se-ia argumentar que tal mudança de postura das direções sindicais é decorrente da ameaça do desemprego. Fosse tão conjuntural a postura defensiva e de pactuação com o capital e poderíamos aceitar tal afirmativa. Mas não é esse o caso. Recuemos no tempo: o ponto de inflexão, nesse sentido, foi o chamado “acordo das montadoras” negociado da câmara setorial do setor automotivo, em 1992 (1ª versão) e 1993. Até hoje invocado como modelo de solução positiva pelos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, aquele acordo previa redução da margem de lucro empresarial, redução dos preços dos veículos mais baratos, modernização dos parques industriais, limitação das reivindicações salariais à reposição da inflação passada e manutenção (ou ampliação) dos postos de trabalho. A chave do acordo, porém, residia na participação do Estado (nas esferas federal e estadual), que assumia uma redução do Imposto sobre Produção Industrial (IPI, arrecadado pelo governo federal) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, arrecadado pelos governos estaduais).

A mudança de perspectiva do governo nos anos seguintes, levou ao esvaziamento da câmara setorial e ao fim do acordo. O governo, entretanto, instituiria nova política de estímulo à ampliação da produção automotiva através de isenções fiscais para importação de peças e insumos (desta feita não vinculada a metas de manutenção ou criação de empregos), através do “regime automotivo”. Já o sindicato, ampliou o escopo das negociações com o empresariado

do setor automobilístico e, tomando como referência um acordo da Volkswagen alemã, aceitou limitar reivindicações salariais e flexibilizar as horas-extras (criando o banco de horas), com a justificativa de reduzir as demissões.

Em resultados numéricos, a comparação entre 1991 (antes do acordo das montadoras) e 1995 demonstra que, do ponto de vista da criação de novos empregos ou mesmo na perspectiva de manutenção dos postos, o acordo não fora bem sucedido. Ao mesmo tempo, a elevação da produtividade no setor foi muito expressiva. Dados dos fabricantes de veículos e autopeças, sistematizados pelo DIEESE, indicam que entre 1991 e 1995 as taxas de crescimento da produção, da produtividade e do emprego foram, respectivamente, de 70%, 78% e - 5%. Ou seja, enquanto a produtividade do trabalho quase dobrou, o emprego foi reduzido. O papel do governo foi claro, mesmo não tendo reduzido a arrecadação total (pelo ganho em escala), a redução dos impostos aumentou a margem de lucro dos empresários e, quando a câmara setorial foi desmobilizada, o governo manteve-se apoiando aquele setor do capital, através das facilidades do regime automotivo.

A mesma lógica que presidiu as negociações atuais esteve presente naquela época. O discurso empresarial alegava ser necessário demitir para ampliar a produtividade e o poder de competitividade, naquele momento em função da abertura do mercado, o que só poderia ser evitado através de concessões do governo (sempre disposto a esse papel) e dos trabalhadores. Em fins de 1997, o argumento era o mesmo. Só com demissões ou novas concessões dos trabalhadores seria possível evitar uma retração do setor, ante a elevação dos juros que se seguiu à crise asiática. Pouco depois, porém, em janeiro de 1998 a indústria paulista manteve-se em plena expansão, com um crescimento de 2,9% em relação a dezembro e de 3,8% em relação ao mesmo mês em 1997, mas ninguém falou em readmitir. Os trabalhadores se tornam assim, reféns das estratégias empresariais de aumento da produtividade (e, portanto, do lucro). Os resultados são claros: não se criam novos empregos, pelo contrário, as demissões continuam, mas se perde completamente a autonomia dos sindicatos diante do capital.

A postura de parceria com o capital não é um ato isolado do Sindicato do ABC. Ainda em dezembro de 1998, a CUT anunciava um pacto com a FIESP em defesa de políticas públicas que gerassem emprego e desenvolvimento. Como se o desemprego fosse resultante apenas das políticas governamentais – tidas como pairando acima dos interesses de classe - nada tendo em comum com as estratégias de reestruturação da produção gestadas pelos capitalistas.

O marco da postura de negociar a qualquer custo da direção majoritária da CUT foi o episódio do "acordo da previdência", em janeiro de 1996. Naquele momento, o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva - o Vicentinho - apresentou-se para negociar com o Executivo e líderes do Legislativo, um acordo em torno da reforma da previdência. O que estava em discussão era a proposta de reforma do sistema previdenciário que o Executivo apresentara ao Legislativo ainda no 1º semestre de 1995 e cujas bases seguiam um modelo discutido em diversos países, de redução dos benefícios e aumento tanto da contribuição dos trabalhadores quanto do número de anos que devem trabalhar para poderem se aposentar. O governo, que em 95 demonizara a CUT, acusando-a de ser um obstáculo corporativista às reformas econômicas apresentadas como necessárias ao ingresso do país na moderna nova ordem mundial, agora recebia Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT de braços abertos, elevando-o à categoria de seu mais importante interlocutor junto à sociedade civil.

O presidente da CUT resolveu negociar os interesses imediatos dos trabalhadores organizados do setor privado, garantindo a "aposentadoria proporcional", mas referendando o fim da aposentadoria integral para o funcionalismo público (a quem ora afirmava defender, ora classificava com a rubrica já desgastada pelos conservadores de "marajás") e abandonando qualquer preocupação com o enorme contingente de trabalhadores precarizados ao aceitar a tese da aposentadoria por "tempo de contribuição", em substituição ao modelo do "tempo de serviço".

Após dois meses de repercussão das negociações, a direção da Central anunciou que os termos do acordo não haviam sido respeitados no relatório da matéria no Legislativo, mas já era tarde para apagar completamente seu endosso à tramitação da reforma. O governo

contabilizou várias vitórias: o projeto avançou no legislativo; difundiu-se a imagem do Presidente como um líder disposto ao diálogo e a CUT, principal obstáculo às reformas, dividiu-se ainda mais nas discussões internas sobre a validade e o conteúdo do acordo que se anunciou e sobre a forma de sua negociação. Quando mais tarde a reforma passou por mais uma etapa de votação no Congresso e Vicentinho comandou protestos, alguns articulistas da grande imprensa cobraram com sarcasmo a coerência do presidente da Central, que dois anos antes havia endossado a essência do projeto.

A crise econômica, o desemprego e a precarização das relações de trabalho podem ser vistos como moldura do recuo sindical na conjuntura, mas muito também deve ser debitado na conta da postura do setor majoritário na direção da CUT, que tem posto em risco não apenas empregos ou conquistas econômicas, mas uma década de avanço em direção a um sindicalismo classista, autônomo e combativo. Retomar a direção da Central para o caminho da luta é uma tarefa prioritária.

POLÍTICA SINDICAL

AS PROPOSTAS DE REFORMA DA ESTRUTURA SINDICAL

Nesta conjuntura de nítido recuo do movimento sindical, o governo FHC pretende completar seu esforço de desmonte do sindicalismo mais ativo, através das medidas (PECs, MPs e PLs) do “pacote sindical”. Se aprovado, o pacote acabará com a unicidade sindical e o imposto sindical - propostas históricas do sindicalismo cutistas - mas definindo que compete à Justiça do Trabalho decidir quem negocia por um determinado coletivo de trabalhadores, mantendo ainda o seu poder normativo, para os casos em que houver “possibilidade de lesão ao interesse público (no entender deles, sempre). A mesma Justiça do Trabalho que poderá aplicar multas ainda mais pesadas aos sindicatos, em caso de greve. Não se reconhece a atuação sindical no local de trabalho e pressionam-se os sindicatos com uma proposta que define em 12 meses a vigência dos atuais acordos, prazo em que, se patrões e empregados não chegarem a um acordo, serão suspensas todas as cláusulas trabalhistas vigentes. Tais medidas têm o claro objetivo de abrir espaço para a criação dos sindicatos por empresa que, independentemente de sua representatividade, serão legitimados, autoritariamente, pela Justiça do Trabalho.

Trata-se de um duplo ataque, cujo resultado pode ser o rebaixamento a zero das garantias trabalhistas e uma exacerbação dos mecanismos de controle e subordinação das entidades sindicais. Resistir a tal ataque deve ser a principal prioridade atual do campo mais combativo da luta sindical.

Na CUT, a proposta do governo de mudança na legislação sindical aparece em meio à já longa discussão sobre as propostas para um Sistema Democrático de relações de Trabalho, tema polarizador dos encontros da Central nos últimos anos. A discussão, desencadeada no interior da Central em 1992, centrou-se em torno da proposta do “sindicato orgânico”, apresentada pela corrente majoritária da CUT – a Articulação Sindical – como alternativa à estrutura sindical oficial. Por considerar que a proposta do sindicato orgânico acarretaria um processo de centralização excessiva do movimento sindical cutista, com a possibilidade de intervenção da direção da central na vida interna e nas decisões de base dos sindicatos filiados, a ANDES-SN, em seu Congresso de 1997, aprovou resoluções contra a proposta, encaminhando no sentido de atuar-se no interior da Central em conjunto com os demais setores contrários ao sindicalismo orgânico.

Para a próxima Plenária Nacional da CUT, a realizar-se em abril, o setor majoritário da Executiva da CUT apresenta tese em que a expressão “sindicalismo orgânico” não mais aparece. Em seu lugar surge a proposta de “Sindicatos Nacionais”. Embora não se explicitem mais os mecanismo de intervenção da direção nacional da CUT nas deliberações de base dos sindicatos filiados, a perspectiva centralizadora permanece presente na proposta, que pretende conferir poderes e definir prazos para que as entidades nacionais (Confederações e Federações cutistas em especial) conduzam um processo de unificação de sindicatos por ramo de produção para bases, no mínimo estaduais, como forma de transição para os sindicatos nacionais. Lembramos que a ANDES-SN sempre se posicionou contrariamente à conversão do

DNTE em Confederação cutista, justamente por entender que tal transformação jogaria água no moinho do centralismo e da burocratização no interior da Central.

Além disso, a tese da maioria na executiva não explicita a necessidade de negação em bloco da proposta de reforma do governo, sugerindo a possibilidade de minimizá-la pelas “negociações” no Congresso Nacional, a mesma “casa do povo” que vem aprovando sistematicamente as medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores.

É necessário que o Congresso da ANDES-SN mantenha a coerência de sua linha política de rejeição à proposta centralista da maioria da Central e aprove a continuidade da atuação no interior de suas instâncias de deliberação em conjunto com as demais forças que se opõem a tal proposta.

Sempre combatemos a estrutura sindical corporativista e, em seu lugar, sempre defendemos e continuaremos a defender: o fim da unicidade, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho, além da assinatura da Convenção 87 da OIT, a garantia para a organização sindical, inclusive para o funcionalismo público, com direito à negociação e contratação coletivas, a irredutibilidade dos direitos atualmente assegurados na legislação, o Contrato Coletivo nacionalmente articulado e o amplo direito de greve. De forma a aprofundarmos o debate, nos termos em que ele se está travando no interior da CUT, será importante também que a ANDES-SN, empreenda, com a máxima profundidade, uma discussão sobre alguns pontos polêmicos a respeito dos quais nossas posições precisam ser clareadas, como em relação ao sindicalismo por ramos de atividade ou a questão da proporcionalidade nas direções sindicais.

No combate às propostas do governo e no debate sério das alternativas cutistas encontraremos, ao mesmo tempo, obstáculos externos e internos à ANDES-SN, mas contamos com uma longa história de lutas contra a estrutura sindical corporativista e com a construção coletiva, pelas bases, de uma proposta sindical classista, autônoma e de luta, para enfrentar tais desafios.

POLÍTICA SINDICAL NA ANDES E DEMOCRACIA INTERNA

É diante da conjuntura atual e do papel que o movimento sindical cutista vem desempenhando neste quadro - em especial a partir das posições da corrente majoritária na CUT - que devem ser avaliadas as posições da atual diretoria da ANDES. O segmento que segue hegemônico na direção da Central, numa intervenção inédita, deu apoio político (inclusive através de um manifesto lançado durante o nosso processo eleitoral) à chapa da atual diretoria da ANDES. A identidade de concepções e estratégias foi a base desse apoio e temos podido identificá-la em diversas situações que têm ocorrido na ANDES mesmo antes do malfadado episódio que envolveu o fim da greve dos docentes das IFES em 98, como foi o caso das negociações veladas e paralelas junto ao MEC durante a greve.

A diretoria da ANDES não tem se pautado sequer numa concepção sindical fundada no sindicalismo de resultados e seu imediatismo é proporcional à mesquinhez dos objetivos: usar a entidade contra a categoria. Basta dizer que, em nome da aprovação da GED, a diretoria interveio contra um Comando Nacional de Greve; ofereceu um acordo espúrio para a direita mais governista, o PFL; desrespeitou deliberações de Assembléias Gerais de base; aceitou a exclusão e a discriminação dos docentes aposentados; aceitou a exclusão dos docentes de 1º e 2º graus; aceitou todos os princípios quantitativistas e fragmentadores da GED; gerou uma fratura pública no movimento docente ao fim de uma greve que havia, dentre outras coisas, resgatado nossa dignidade e a identificação da sociedade com a justiça das nossas reivindicações. O custo político dessa intervenção é desprezado pela diretoria, haja visto seu crescente e notório envolvimento com as instâncias do poder governamental e econômico, contrários ao projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade. Os representantes destes mesmos interesses são agora convidados para o “convívio fraterno” com o MD nas mesas dos seminários que irão preceder o 18º Congresso da ANDES, em Fortaleza.

Assim como as ações da direção majoritária da CUT tem levado os trabalhadores a sucessivas derrotas, a direção da ANDES, com ela identificada, também têm atuado desastrosamente à

frente do sindicato, a exemplo de sua participação na Comissão de Avaliação do MEC, criticada pelo MD no último CONAD, em BH.

Num momento grave como o que enfrentamos e pelo que ainda enfrentaremos adiante, direções flexíveis e “sensíveis ao diálogo com o governo” representam um risco para os trabalhadores de qualquer sindicato. É esse ultra-peleguismo que se dissemina no meio sindical um dos fatores mais perniciosos que tem dificultado a construção do enfrentamento ao projeto neoliberal. Trata-se de uma modalidade do peleguismo ainda pior do que o que existiu no passado, cuja essência é o colaboracionismo mais subserviente e que advém de forças organicamente reacionárias que se lançam à luta pela direção das organizações sindicais travestidas de militantes e de “oposição sindical” (!) quando são na verdade oposição ao próprio sindicato. A nova diretoria da ANDES é a expressão cabal desse novo tipo de “sindicalismo”, seja pela sua pactuação servil com os poderes governamentais e o campo institucional, seja pelo ataque inescrupuloso à militância e às instâncias e fóruns do MD ou pelo não encaminhamento de qualquer forma de luta, pura e simplesmente.

É fundamental que o movimento defina uma direção política para o ANDES, estabelecendo nesse Congresso um plano de lutas claro que defina o conjunto das tarefas prioritárias que temos pela frente ou ficaremos à mercê do atual imobilismo e indigência política a que o nosso sindicato foi lançado. Em que pese todos os fatos graves da conjuntura, de dezembro até meados de janeiro, NENHUMA reunião do setor ou rodada de AGs foi convocada, o que inviabilizou a articulação de estratégias de enfrentamento emergenciais e a socialização de informações. Enquanto isso, diretores da ANDES freqüentam a corte palaciana de Brasília exibindo intimidade com o governo à espreita de migalhas a exemplo de passeios à Paris em comitivas oficiais.

UMA DIREÇÃO CONTRA A MILITÂNCIA

Impossibilitada de mobilizar seu "eleitorado silencioso" para dar apoio cotidiano às suas ações, a diretoria se viu às voltas com a oposição. Frente a isso sua alternativa poderia ser a de tentar mobilizar algum grupo de apoiadores para integrar-se ao MD, o que significaria uma contradição com sua concepção centralista e despolitizante e uma dificuldade prática evidente. Daí, a opção da diretoria pelo ataque direto aos militantes do sindicato, às Assembléias Gerais e o desprezo pelos espaços de construção e elaboração coletiva não estatutários, como os GTs e as reuniões de setor. A tentativa de desqualificar a essência política da vida do sindicato, a participação ativa de seus militantes de base, foi uma das primeiras medidas da diretoria. Hoje, a tática é o seu puro e simples desconhecimento. Nesse contexto, o ANDES amarga um período em que o debate e a ação política são tratados como formalidades estatutárias enquanto a vontade soberana da diretoria é elevada à categoria de instância do movimento. Não satisfeitos, terceirizam as atividades políticas no interior da ANDES, o que expressa, de um lado, a opção pela tecnocracia no trato das questões político sindicais, e de outro, a negação da militância como sujeito da elaboração das estratégias e análises do sindicato.

O mais recente episódio desse processo de degradação da direção nacional foi o das conversações da mesma com interventor da UFRJ, José Henrique Vilhena, numa atitude traiçoeira que desrespeitou acordo firmado com a diretoria da ADUFRJ e as lutas dos três segmentos da comunidade universitária daquela universidade. O protesto dos companheiros da UFRJ e do seu Conselho de Representantes não recebeu até aqui (14/01) nenhuma satisfação pública da diretoria, conforme solicitado pela ADUFRJ.

ULTRAJE À ÉTICA E À MEMÓRIA DOS TRABALHADORES E DA ANDES

Sem nenhum constrangimento a diretoria convidou o ministro Delfim Netto para “ilustrar” com sua “neutralidade” a Revista *Universidade e Sociedade*. Menos de 10 dias após o lançamento da revista o ex-ministro defendia publicamente o AI-5 em entrevistas à imprensa. Cometeu-se assim um ultraje à memória e à ética histórica dos trabalhadores pelas quais vimos zelando não só em respeito à dor de todos os que sofreram e morreram sob a ditadura e o AI-5, mas também em defesa da democracia, para que a verdade ocultada pelo poder possa ser por nós repassada às futuras gerações.

É impossível que se possa esquecer as conseqüências nefastas do AI-5 para a universidade pública brasileira, contra as quais lutamos ainda hoje. Cabe perguntar: Em nome de quem um

sindicato de professores universitários abre espaço em sua principal publicação para um artigo de um dos mais notórios malufistas e esbirros da ditadura? A liberdade de expressão não se resume a uma questão aritmética onde se concede igual número de laudas ou de minutos à voz dos dominados e dos seus algozes. Ela envolve, ao contrário, princípios éticos e compromissos políticos e históricos com a democracia, a liberdade e a vida humana. Foram estes os princípios dos quais a diretoria abriu mão. Deles o MD jamais se afastará.

A contrastante presença de membros da FIESP, Banco Mundial e governo com a ausência de representantes do movimento sindical do campo da educação nas mesas dos seminários que precederão o 18º Congresso é mais um exemplo do furor conciliatório e servil da diretoria da ANDES em sua parceria com o poder..

MUDAR A DIREÇÃO DA ANDES PARA RESGATAR A DEMOCRACIA INTERNA E AS LUTAS DO MD.

A diretoria da ANDES tem reproduzido a atitude soberana e imperial de FHC quando desqualifica as manifestações dos seus opositores apoiando-se mecanicamente no número de votos que recebeu como se os mesmos tivessem o poder de eliminar toda e qualquer possibilidade de crítica e contestação. Ao desqualificar, como FHC, os movimentos sociais, ou a militância do MD, no caso da diretoria da ANDES, o que se verifica é que ambos adotam o mesmo princípio e a mesma prática antidemocrática para defender as “condições da sua governabilidade”: o desrespeito aos fóruns constituídos política e democraticamente pela dinâmica dos movimentos. Assim é que, se FHC governa por medidas provisórias para se impor ao Congresso e à sociedade, a diretoria da ANDES, por sua vez, dirige o sindicato do alto de sua vontade soberana impondo-se às Seções Sindicais e ao movimento docente.

Alçada à direção do movimento pela “maioria silenciosa”, esta diretoria da ANDES tem enfrentado sistemática oposição organizada da militância do MD desde sua posse, tanto em virtude de sua concepção política quanto pela gravidade da sua prática à frente do sindicato. A indignação crescente da categoria têm se materializado num crescente número de vitórias eleitorais da oposição em ADs antes controladas pelos apoiadores da diretoria ou ainda pela vitória apertada da mesma em Seções Sindicais onde antes gozava de amplíssimo apoio. Outro exemplo são as defecções ou reações de pessoas que tinham relação de confiança ou até mesmo de apoio à diretoria, como é o caso das denúncias do professor Rubens Pinto Lira, da UFPB, e da recente carta publicizada pelo professor Roberto Romano, da Unicamp.

Todo esse processo indica a necessidade do resgate de uma direção que assuma os projetos e as lutas históricas da categoria na perspectiva da defesa intransigente da universidade pública gratuita e com qualidade socialmente referenciada, sem concessões ao poder, sem rebaixamento das nossas reivindicações ou tratamentos discriminatórios aos segmentos que integram a categoria. Só o comprometimento incondicional e a luta efetiva em defesa da categoria e da universidade pública podem fortalecer o sindicato e o MD.

O COMANDO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO

Criado em Congresso, o Comando Nacional de Mobilização conta, para seu funcionamento, com a contribuição das Seções Sindicais. Esse Comando funciona com a participação voluntária de três representantes de Ads que permanecem em Brasília durante pelo menos 5 dias realizando tarefas diversas do movimento desde idas ao Congresso até a participação em reuniões na CNESF, preparação de seminários da ANDES e outras mais que se fizessem necessárias, haja vista as dificuldades enfrentadas pela direção nacional até mesmo pela falta de licença sindical para o conjunto dos membros da executiva. Em momento algum ficou definido que as atividades do Comando se restringiriam a ações no Congresso Nacional. Entretanto, a atual diretoria da ANDES, informou que, devido a pouca atividade no Congresso a Comando não estaria funcionando durante as três últimas semanas de dezembro. Além de absolutamente descabido, o encaminhamento não implicou na suspensão da contribuição das ADs ao fundo de Mobilização Nacional de modo que o mesmo continua arrecadando sem que se saiba que utilização ele tem tido, uma vez que seu ÚNICO objetivo, congressualmente determinado, foi suspenso, qual seja, o de financiar os gastos semanais com a Comissão Nacional de Mobilização. Não se trata aqui, contudo, apenas de saber a destinação desses

valores, mas de esclarecer como uma diretoria se arroga o poder de desvirtuar o caráter de uma atividade definida em congresso. Nunca é demais lembrar que o sindicato atravessa um processo de tecnoburocratização com a terceirização das atividades políticas do sindicato que passaram a ser realizadas por técnicos contratados sem nenhum processo de seleção pública conhecido, o que além de grave politicamente, implica mais despesas para o sindicato.

GARANTIR A PARTICIPAÇÃO DAS ADs E DA ANDES NAS PLENÁRIAS DA CUT

Além da questão elementar de que nossas entidades representativas só existem se contribuirmos efetivamente com a sua viabilização no plano material, a regularização das finanças junto à CUT é fundamental para garantirmos nossa intervenção no interior da Central. A inadimplência das Seções Sindicais com as CUTs regionais ou da ANDES com a Nacional nos impede de participar das Plenárias Estatutárias da CUT. É fundamental, portanto, que as Seções Sindicais da ANDES que não estejam em dia com a CUT procurem rapidamente acertar suas contas para viabilizar sua participação nas plenárias estaduais. Na gestão passada, a tesouraria da ANDES estabeleceu um acerto com a tesouraria da CUT para que a participação de delegados da ANDES não fosse prejudicada pelo eventual desacerto de contas de algumas Ads, o que permitiu a participação, na Plenária Nacional da CUT, de todos os representantes de ADs que se elegeram delegados em seus estados, bem como dos representantes da direção nacional.

POLÍTICA EDUCACIONAL E C&T

O ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA GOVERNAMENTAL:

Ainda que a Universidade Pública venha sofrendo reiterados ataques nos últimos governos, o governo FHC tem sido responsável pelo aprofundamento desses ataques através de sua política para o ensino superior e para a Universidade Pública, em particular.

Recentemente assistimos a uma ampliação na criação de cursos de nível superior pelas universidades privadas e conseqüente aumento na oferta de vagas, principalmente a partir da política do MEC de reduzir as restrições para a abertura de novos cursos. Regulamentações da LDB, como a relativa aos cursos seqüenciais ou a das diretrizes curriculares para os cursos superiores, vêm sendo feitas em acordo com esses mesmos princípios privatistas. O Ministério e o Conselho Nacional de Educação têm adotado a política de que "só os bons sobreviverão", portanto não existiriam motivos para restrições a priori.

Na mesma linha, o cumprimento dos dispositivos da LDB que tratam da reforma dos Estatutos e Regimentos das IFES, têm sido tomado como pretexto pelo MEC para impor o seu modelo de Universidade voltada para o mercado, mesmo que a custo de qualquer aparência democrática, como no caso do fechamento do Conselho Universitário pelo Sr. Vilhena, interventor da UFRJ, que tem vindo a público apresentar a "moderna" proposta de reforma estatutária elaborada por uma comissão de "notáveis". Por fim aos departamentos (e ao poder de decisão dos professores nas políticas acadêmicas e administrativas das Universidades), bem como flexibilizar cursos e programas ao sabor dos ventos do mercado são alguns dos objetivos explícitos de tal projeto. É preciso que o MD apresente-se à frente da resistência interna a cada instituição contra essas propostas, reforçando nacionalmente a bandeira histórica das Estatuintes autônomas, soberanas e paritárias, em articulação com as entidades representativas dos estudantes e técnico-administrativos.

Os ataques materiais à Universidade Pública têm avançado e se aprofundado, indo desde ao congelamento salarial, a redução de vagas para docentes, a falta de materiais e equipamentos para as atividades cotidianas, à contenção de verbas para todo tipo de custeio, etc.

A proposta do governo FHC de transferir o ensino superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia conjugada com a implementação das ISES acelera a implantação dos Centros de Excelência e a transformação das IFES em escolões de 3º grau já que a Constituição prevê um percentual para a manutenção apenas do ensino e não da pesquisa.

Assim, a reeleição de FHC e, mais, a manutenção de Paulo Renato como Ministro da Educação revelam a permanência da política geral do governo e a da educação, em particular, seguindo e aprofundando as normas estabelecidas pelo Banco Mundial. Desta forma, podemos assistir a uma intensificação no processo de degradação das Instituições de Ensino Superior e do trabalho docente.

Desta forma, percebe-se que o Projeto de Autonomia do MEC expresso na PEC 370-A/96, vem, na verdade, sendo implementado através de diversas iniciativas pontuais tomadas nos primeiros 4 anos de FHC, tais como o PAIUB, o PROVÃO (Lei 9131/95), a GED (Lei 9678/98). A aprovação da PEC representará a consolidação de um processo em curso e contra o qual precisamos, urgentemente, retomar a luta em bases mais radicalizadas.

A AVALIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DO MEC E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE:

A precarização do trabalho docente afeta a categoria como um todo e aos professores em seu cotidiano e exercício profissional, levando a uma competição que destrói a solidariedade entre os docentes na disputa por financiamentos de projetos e pesquisas, e a busca de complementação salarial fora da Universidade.

Os mecanismos de avaliação das Universidades Públicas surgiram na esteira da proposta de autonomia apresentada pelo MEC, tendo. Os parâmetros da avaliação contidos na proposta de autonomia do MEC se voltam estritamente para os aspectos quantitativos gerais da universidade, tendo inicialmente se voltado para aspectos gerais de cada Instituição (relação professor-aluno, número de cursos, número de alunos matriculados, etc.) têm como objetivo restringir e hierarquizar a distribuição dos já poucos recursos das IFES. O desdobramento dessa política é, no mínimo, a extinção de cursos e de programas institucionais de pesquisa e extensão.

O aprofundamento dessa proposta de avaliação pormenorizada se dá com a adoção do Provão, que estabelece parâmetros entre os cursos e cria a primeira fragmentação intra-institucional ao atribuir conceitos diferenciados a cursos de uma mesma instituição.

Estes dois mecanismos de avaliação já traziam conseqüências destrutivas ao trabalho docente, mas não tão próximas como o imposto pela GED. A Gratificação de Estímulo à Docência fragmenta a categoria através de diversos mecanismos, tais como: a não inclusão dos docentes de 1º e 2º graus, a diferenciação entre ativos e aposentados e a limitação de concessão da pontuação máxima a todos os docentes em cada Instituição.

A pontuação estabelecida pela GED, ao determinar uma vinculação entre a produtividade individual e a remuneração, institucionaliza a fragmentação do trabalho já iniciada quando da busca de alternativas aos baixos salários. O estabelecimento de vínculo direto de cada docente com a Comissão de Avaliação da IFES, em detrimento de um planejamento e avaliação do trabalho docente realizado pelos colegiados departamentais, enfraquece os espaços coletivos de construção de um projeto acadêmico-institucional.

Muitas Comissões locais imbuídas da perspectiva de produtividade individual, e seguindo as normas da CAPES e do CNPq, pontuaram as pesquisas apenas na figura do Coordenador, mais uma vez desconsiderando o trabalho desenvolvido nas instâncias institucionais deliberação coletivas.

Estes mecanismos de individualização do trabalho, além de fragmentarem uma perspectiva de desenvolvimento de um projeto coletivo no âmbito institucional, afetam também diretamente a solidariedade da categoria docente.

Ao compreendermos a GED no contexto de uma proposta política global para o país, e mais particularmente de sucateamento da educação pública superior, é que se coloca como inconcebível e inócua a participação da ANDES-SN em Comissões instituídas em qualquer âmbito do governo, conforme advertimos no IV CONAD Extraordinário.

A ADUFF-SSind ao entender a GED como uma proposta excludente e discriminatória e acatando deliberação de suas Assembléias Gerais, recusou-se a fazer parte da Comissão local instituída para a avaliação dos docentes, ciente de que a interferência pontual e localizada não

interferiria na reversão do quadro geral, mas apenas legitimar a proposta do MEC/FHC para as IFES.

Assim, não caberia nenhuma perplexidade frente ao processo de implementação da GED, mas sim uma proposta de enfrentamento contundente a partir da proposta de avaliação construída pelo Movimento Docente através de uma ampla discussão e reiterada em resoluções das instâncias deliberativas do Sindicato Nacional. Uma das bases fundamentais para o enfrentamento reside no resgate da proposta do padrão unitário de qualidade da Universidade Brasileira pela atual defendida pelo MD e ignorada pela atual diretoria.

POLÍTICA EDUCACIONAL: O PNE, O CONED E A UNIFICAÇÃO DAS LUTAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Descumprindo deliberações do congresso de Porto Alegre, que não foram questionadas ou revistas em nenhum CONAD ocorrido até o momento, a diretoria da ANDES não tem investido no fortalecimento do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, posicionou-se contrariamente a realização do 3º CONED em novembro de 99 e manifestou discordância em relação ao PNE construído pela sociedade nos dois últimos CONEDs. Além de uma afronta grave à deliberações congressuais essa atitude representa também a ruptura da histórica inserção da ANDES na vanguarda dos movimentos no campo da educação, incluindo aí o Fórum, construído com a nossa participação.

Nesse ano o governo já anuncia mais medidas contra a educação pública, desdobramentos do seu projeto neoliberal, contra a qual lutamos obstinadamente. É nesse sentido que devemos investir no fortalecimento nas instâncias políticas de luta que construímos e no alinhamento das forças daqueles que defendem um projeto alternativo para a educação, conforme as reais necessidades da ampla maioria da sociedade.

O CONED representa um espaço privilegiado de construção coletiva que permite a politização e a unificação crescente das lutas no campo educacional. As reflexões e experiências que ali são socializadas são a expressão tanto da riqueza de perspectivas sobre o tema educacional quanto das divergências que existem quanto às análises e estratégias para enfrentar a crise educacional do país. Nas plenárias do CONED pontos essenciais são consubstanciados em encaminhamentos políticos que não comprometem a autonomia das entidades e se constituem em referências para que as mesmas possam elaborar estratégias mais próximas que convirjam no objetivo comum de oferecer à sociedade um projeto alternativo para a educação brasileira que se contraponha na essência e na forma ao projeto governamental. Todas as dificuldades enfrentadas na formulação dos encaminhamentos do CONED são parte do processo de superação e avanço inerente a qualquer construção que envolva um coletivo tão amplo. Este fato não é de modo algum contraditório com as lutas no campo da educação, uma vez que referencia o aprofundamento das nossas reflexões na busca de caminhos cada vez mais unificadores da luta e capazes de não comprometer princípios comuns e elementares. A unidade se constrói na diversidade, horizontalmente, e não sob imposição vertical e burocratizada.

O PNE elaborado nos 2º CONED representa um passo importante na história da educação brasileira. Atualmente transitando no Congresso, tem carecido de um investimento no campo da ação política para sua concretização. O embate de projetos entre governo e sociedade só nos será favorável, sociedade, se não nos limitarmos à simples coleta de assinaturas. É necessário investir na conscientização e publicização do projeto que construímos através do debate público e de ações políticas que lhe dê visibilidade.

SOBRE A IDA DE BRESSER PEREIRA PARA A PASTA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E PARA A PRESIDÊNCIA DO CNPq

A designação de Bresser Pereira para o Ministério de Ciência e Tecnologia e a concentração de poderes em suas mãos, acumulando a presidência do CNPq, além da discussão sobre a transferência das universidades federais para esta pasta, representa um sinal claro do aprofundamento da subordinação ao capital internacional, através da conformação de nossa produção científica aos limites da aplicabilidade exigida pela posição subalterna a que vem sendo levado o país na divisão internacional do trabalho, o de país mondador no projeto de parceria das empresas transacionais;

Trata-se também de um novo passo para que empresas privadas avancem ainda mais sobre o patrimônio público através da ampliação da utilização de recursos destinados à tecnologia, e agora também à pesquisa, financiando projetos de interesse restrito ao capital.

Com essa mudança, acelera-se também, a transformação dos Institutos vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao CNPq em organizações sociais, visando restringir a participação do Estado no financiamento da ciência e tecnologia.

Acumulando a presidência do CNPq, que concentra a maior parte do aporte financeiro do Ministério, Bresser Pereira pode, tenderá a implementar seu projeto, "incentivando" as universidades públicas, através de seus pesquisadores, a fazerem parcerias com empresas que passariam a estabelecer prioridades para projetos de pesquisa.

Deverá avançar ainda a perspectiva da diferenciação entre as universidades "vocacionadas" para a pesquisa, apoiadas ou encampadas pelo M C&T e as demais, escolões de terceiro grau sem recursos para pesquisa.

Como última conseqüência a exclusão da comunidade científica e tecnológica da formulação e da implementação da política nacional para a área.

SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

ATAQUE DO GOVERNO AOS DIREITOS DE APOSENTADORIA

GOVERNO FHC CONTRA OS TRABALHADORES APOSENTADOS E OS PENSIONISTAS

O governo FHC investiu de forma bastante agressiva contra os direitos de aposentadoria e seguridade social. Assim, ele não só procura desobrigar o Estado de arcar com os recursos necessários como também oferece à iniciativa privada um mercado novo e altamente rentável a ser explorado por planos de saúde e fundos de pensão nacionais e internacionais. Evidentemente não se trata apenas da associação entre o Estado brasileiro e os interesses privados ligados ao setor, mas da implantação de medidas neoliberais que atacam os direitos dos trabalhadores e a sua organização, em atendimento às recomendações do grande capital especulativo financeiro internacional sediados no Banco Mundial e no FMI.

A velha desculpa do déficit público e dos "prejuízos" da previdência foi mais uma vez utilizada para obliterar a verdade e justificar o desvio de recursos e sua malversação promovidos pela cúpula do governo. A campanha sem precedentes contra os serviços públicos, o servidor e os direitos dos aposentados acionada durante o primeiro governo de governo FHC deverá ser aprofundada com a crise recente. Esses fatores, que afetam as condições de mobilização da sociedade e das categorias, aliado ao controle do governo sobre o Congresso, seja pela maioria governista que o compõe, seja pela capacidade do governo em *negociar* votos, permitiu o avanço do projeto de reformas neoliberais. Desse modo foi aprovado o fim da aposentadoria por tempo de serviço e por idade e a implementação da aposentadoria por tempo de contribuição. Fato ainda mais grave foi a inqualificável colaboração da corrente majoritária na direção da CUT e seus "propositivismos" ao *negociar* as reformas neoliberais.

Os trabalhadores em atividade não terão mais contados para efeito de aposentadoria os períodos em que não contribuírem, situação agravada pelos altíssimos índices de desemprego e trabalho informal. No caso dos servidores públicos federais a situação piorou drasticamente: Os servidores que quiserem se aposentar pela idade mínima (48 anos, para as mulheres e 53 para os homens) terão que ter no mínimo 10 anos de serviço e cinco anos no cargo em que se aposentar.

Os que ingressam a partir da reforma terão que combinar tempo de contribuição com tempo de serviço: os homens se aposentam com 60 anos de idade e 35 de contribuição e as mulheres com 55 anos de idade e 30 de contribuição.

Acaba a aposentadoria proporcional, o acúmulo de aposentadorias e a contagem da licença prêmio não gozada para efeito de aposentadoria.

Acaba a aposentadoria especial para os professores.

O governo parte agora para a quinta tentativa de aprovação no congresso da emenda que institui o desconto previdenciário para o trabalhador aposentado do setor público e aumenta o

desconto para o pessoal da ativa. Ou seja: depois de quatro investidas fracassadas devido às discordâncias na base governista. Nesse exato momento, contudo, o governo FHC já pode contar com o apoio precioso de um governador dito de *oposição*, Anthony Garotinho, da coligação *POVO UNIDO*, do Rio de Janeiro. Garotinho já anunciou projeto elaborado pelo secretário de estado, Jorge Bittar que visa implementar o desconto previdenciário para os aposentados do setor público estadual. Trata-se de um colaboracionismo abjeto com vistas a obter facilidades na negociação da dívida do RJ com o governo federal.

As investidas do governo FHC sobre os aposentados não param por aí. Há ainda o projeto que pretende definir o teto salarial para os aposentados e pensionistas da União em R\$1.200,00 e a desvinculação entre a folha de pagamento do pessoal da ativa e o dos aposentados com o conseqüente fim do princípio da isonomia. Nas IFES, a desvinculação vem embutida no projeto de autonomia, a PEC-370, que está transitando, no Congresso Nacional e contra o qual precisamos urgentemente mobilizar todas as forças da ANDES-SN.

SINDICATO E AS LUTAS EM DEFESA DOS DIREITOS DE APOSENTADORIA E SEGURIDADE SOCIAL

Há algum tempo atrás, tranqüilos quanto aos seus direitos, os docentes se aposentavam e via de regra se afastavam do sindicato por se considerarem dispensáveis da participação política dentro da entidade mas se mantinham filiados e contribuindo com sua manutenção enquanto espaço de defesa de suas conquistas. Envolvidos em questões quase sempre emergenciais de defesa da universidade, o sindicato adaptou-se passivamente a esse processo sem conseguir encaminhar ações que motivassem os aposentados a participarem mais quotidianamente de suas lutas políticas. Os temas relacionados à aposentadoria eram tratados por alguns poucos militantes aposentados juntamente com a militância da ativa. Essa falta de organicidade do sindicato com um segmento importante da sua base sem dúvida alimentou um processo de afastamento.

Hoje encontramos um maior nível de mobilização e inserção dos professores aposentados no cotidiano das lutas do sindicato. Esse fato se deve à consciência dos aposentados ante os ataques do governo contra os direitos de aposentadoria e seguridade social (as ofensas públicas do presidente contra as mulheres e os "vagabundos"). A busca de um espaço de organização para a defesa dos seus direitos trouxe de volta à cena política nacional os aposentados e pensionistas e as suas reivindicações. Embora receptiva a esse movimento, a sociedade ainda tem uma visão despolitizada do processo. Ele é compreendido como luta de um grupo por direitos específicos e não como uma luta geral de toda a sociedade pelos direitos do trabalhador.

Entre nós, essa visão fragmentada se verifica atualmente também por parte da direção da ANDES quando não encaminha a luta unificada e isonômica em defesa dos direitos dos docentes da ativa e aposentados, não incorporando as reivindicações dos aposentados à pauta do conjunto da categoria. Assim foi no desfecho da greve dos docentes das IFES, em 98, quando a direção nacional da ANDES, recém-empossada, encaminhou o fim da greve e defesa da aprovação do projeto de lei que instituiu a GED, mesmo sabendo tratar-se de uma gratificação que não só discriminava os docentes aposentados do 3º grau como excluía a totalidade dos docentes aposentados do 1º e 2º graus das IFES.

Só é possível qualificar como demagógica a defesa feita por alguns setores da ANDES pela reinserção do docente aposentado à vida institucional da universidade. Trata-se de uma postura, mais uma vez, discriminatória. Condiciona-se sub-repticiamente o reconhecimento da importância dos direitos de aposentadoria à reintegração dos aposentados às IFES, como se só pudesse ter condições de intervir o docente que retornou de alguma maneira ao cotidiano da institucionalidade. Dessa maneira, desconhece-se e despolitiza-se o significado do direito à aposentadoria digna enquanto conquista fundamental dos trabalhadores. Promove-se, na verdade, uma vinculação institucional que tenta reincorporar o docente com a sua IFE em particular e não com a luta sindical, no campo geral, deslocando-se o espaço da luta da esfera político-sindical mais ampla para a esfera institucional.

A proposta de reinserção dos aposentados na vida Institucional das IFES expressa uma estratégia não só demagógica como equivocada, que se identifica com os princípios

fragmentadores do projeto de autonomia do governo (que individualiza nas IFES a definição das relações de pessoal - o famoso modelo das organizações sociais).

Essa estratégia fragiliza o MD na luta em defesa do conjunto dos seus direitos e conquistas e expõe os docentes aos ataques do governo. Ela contém, ainda, algo de mais grave, uma concepção da luta dos aposentados como uma luta restrita, a ser desenvolvida através de outras entidades específicas. Não é por outra razão que a diretoria da ANDES propôs a nossa filiação ao MOSAP, proposta que só não foi à votação nos dois últimos CONADs por questões estatutárias. Essa concepção de luta tem aberto espaços para o surgimento de associações de aposentados que se disseminam nas universidades, muitas vezes em oposição às seções sindicais.

É um prejuízo político grave para as lutas do MD a proposta de reintegração institucional do docente aposentado e o isolamento das suas lutas. Em contraposição, defendemos o investimento máximo da categoria no fortalecimento da nossa unidade e na constituição de uma estratégia política na ANDES que retome e valorize a participação do docente aposentado no processo da ação sindical. É preciso ainda que essa retomada se dê no contexto de um trabalho de politização da discussão acerca dos direitos de aposentadoria no interior do conjunto da categoria - ativos e aposentados.

TR - 22.1

TEXTO RESOLUÇÃO

Plano de lutas

Radicalizar e intensificar a luta contra o governo FHC;

Atuar no interior da CUT pela ampliação e articulação com os movimentos organizados - estudantes, aposentados, trabalhadores do setor informal, Sem Terra, Sem Teto, Trabalhadores das Estatais, etc. e com os não organizados, tais como desempregados e precarizados com o objetivo de enfrentar o governo FHC;

Construir, com as entidades representativas do funcionalismo público, através da CNESF, e no interior das instâncias da CUT, um calendário de lutas e mobilizações contra as políticas neoliberais de extinção dos direitos sociais e trabalhistas e geradoras de recessão, de desemprego e de desmonte dos serviços públicos;

Encaminhar no interior da CUT a construção da greve geral, antecipada por um calendário de mobilização com manifestações públicas e paralisações por setores e/ou categorias;

Ampliar, no interior do movimento docente, a discussão sobre as propostas de reforma da legislação sindical e trabalhista do governo FHC;

Construir no interior da CUT um calendário de mobilização para enfrentar as propostas de reforma da legislação sindical e trabalhista proposta pelo governo;

Estabelecer uma pauta e um calendário de discussões internos a ANDES-SN, sobre os pontos polêmicos das propostas de mudança da estrutura sindical em debate no interior da CUT, como sindicatos por ramos de atividade e proporcionalidade;

Atuar com o bloco de esquerda da CUT, no sentido de combater as formas de atuação da corrente majoritária na direção da Central pautadas pela colaboração com o governo e o capital, bem como as propostas de estrutura sindical cutista centralizada;

Articular-se ao bloco de esquerda da CUT, visando disputar a direção da Central a partir de um projeto político pautado na combatividade e na independência de classe.

Estabelecer como calendário de ação política para a ANDES-SN, a realização de 2 CONADs em 1999 e quatro reuniões de setor entre eles, precedidas de rodadas de AGs, GTs, sem a interferência de seminários com exceção dos que sejam propostos ou organizados pelos GTs com calendário já estabelecido.

Fortalecer e dinamizar os GTs da ANDES convocando-os sistematicamente com pauta definida.

Extinguir as Assessorias Parlamentar e de Política Sindical da ANDES.

TR-22.2

Setor das IFES:

Combater as propostas governamentais de fracionamento da gestão das Universidades Federais e da Educação como um todo (Transferência dos Hospitais Universitários para o Ministério da Saúde; transferência das IFES para o Ministério da C&T; carreira própria para os docentes de 1º e 2º Graus);

Lutar pela imediata incorporação, pelo teto, de todas as gratificações (GAE; GED) ao salário base dos docentes da IFES, bem como pela implantação da Carreira Única e do Plano Nacional de Capacitação aprovados pela ANDES-SN;

Lutar pela ampliação das verbas para as Universidades e a educação pública em geral, bem como para as pesquisas científicas e tecnológicas, buscando para tanto a articulação com o Fórum em Defesa da Escola Pública e o Frente em Defesa da Ciência e Tecnologia, associações científicas e profissionais, assim como com o conjunto da sociedade organizada.

Garantir a realização, ainda em 1999, do 3º CONED, ampliando a luta pelo Plano Nacional de Educação que defendemos;

Dinamizar discussões do GTSS

Retomar os Encontros Nacionais de Assuntos de Aposentadoria

Lutar pela incorporação dos valores da GED, pelo teto para todos os docentes, sem exceção.

Defender a isonomia entre ativos e inativos e não permitir a transferência dos aposentados para outro ministério.

Articular com as entidades dos servidores públicos federais a luta contra o desconto previdenciário sobre o vencimento dos aposentados.

Incluir no calendário de luta um dia nacional de defesa dos direitos de aposentadoria.

Articular as lutas pelos direitos de aposentadoria nos Fóruns Estaduais em defesa do serviço público.

Lutar contra a reintegração institucional do docente aposentado nas IFES.

Deliberar contra a filiação da ANDES-SN ao MOSAP.

Reativar o Comando Nacional de Mobilização.

Devolver as contribuições efetuadas pelas ADs durante o período em que as atividades do Comando Nacional de mobilização estiveram suspensas.

Atuar para que as ADs quitem seus débitos junto as CUTs estaduais e ao Sindicato Nacional.

Que a diretoria assuma, junto à tesouraria da CUT, conversações a fim de garantir a participação das Seções Sindicais e da direção nacional nas Plenárias e Congressos da Central.

Lutar pela aprovação do PNE;

Que a diretoria da ANDES-SN participe e fortaleça o Fórum Nacional em Defesa da Educação;

Lutar pela realização do 3º CONED em novembro de 1999;

Lutar para que o DNTE e a CUT assumam a defesa do PNE;

Atuar, no interior da CUT, pela não inserção do DNTE no projeto de estrutura orgânica defendido pela corrente majoritária da Central;

Lançar campanha nacional, no interior das IFES, contra as formas autoritárias de reforma estatutária e pela convocação das Estatuintes autônomas, soberanas e paritárias, em articulação com as entidades representativas de estudantes e técnico-administrativos.

TEXTO 23

CONTRIBUIÇÃO DOS DELEGADOS QUE REPRESENTARÃO A ASPUV-S.SIND. NO 18º CONGRESSO DA ANDES-SN: ALOÍZIO, ANGELA, EVANDRO, DILENO, JOSÉ HUMBERTO, MÔNICA E RAHAN

MAZELAS DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Federal de Educação foi extinto por uma série de problemas, dentre os quais o não atendimento dos anseios da população com relação às políticas educacionais, tornando-se concubina fácil de interesses privatistas da educação.

Assim, no projeto de LDB defendido pela sociedade, propôs-se a criação de um Conselho Nacional de Educação (CNE), que refletisse as discussões sobre educação obtidas nos diversos fóruns nacionais constituídos para representar a sociedade civil organizada. Tal conselho teria poderes deliberativos para formular políticas educacionais e fiscalizar as ações do MEC na implementação dessas políticas. Para isso, contaria com uma efetiva representação da sociedade brasileira.

Antes mesmo da aprovação da LDB, o governo, apropriando-se da idéia proposta no projeto popular e através de decreto, cria o CNE, subordinado-o ao MEC. Em princípio, o CNE criado dessa forma poder-se-ia até ser entendido como uma consolidação das idéias democráticas e das aspirações populares para a construção de um projeto educacional para o país, uma vez que prevêem audiências públicas para “explicitação e aparente” discussão de suas propostas.

Porém, essa lógica tem se mostrado falsa na medida em que os projetos apresentados pelo CNE, nas referidas audiências, não são passíveis de intervenção e modificação em favor dos projetos populares de educação.

No limiar desta lógica acompanhamos o grande esforço do governo em consolidar um novo projeto educacional que garanta a hegemonia intelectual da casta dirigente do país. Como parte deste esforço destacam-se as alternativas apresentadas pelo CNE, que em dezembro de 1998 manifestou, em audiência pública, a sua vontade de encaminhar o mais rápido possível a implementação dos Institutos Superiores de Educação (ISEs). Os ISEs, previstos na LDB, têm como principal objetivo o aligeiramento na formação de professores para o ensino fundamental.

O debate na audiência foi intenso, porém, a cada intervenção, percebia-se que a discussão não tinha ressonância, pois pouco importavam as ponderações feitas pelos representantes do movimento social.

Desta forma, percebe-se a intenção de rápido desmonte da educação pública no caminho da privatização e na lógica do mercado.

Outro fato interessante a ser destacado na audiência pública foi a informação dada por um dos conselheiros, que afirmou estar apenas cumprindo uma delegação do MEC para elaborar o projeto de lei que regulamentaria a LDB com relação aos ISEs.

Nesse sentido, o movimento docente precisa reconhecer que a intervenção da ANDES-SN tem sido insuficiente com relação às questões educacionais. Em particular, a da atual diretoria, que tem participado de fóruns posicionando-se contrária às deliberações da Categoria. Tal postura evidenciou-se recentemente na reunião do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em dezembro de 1998, quando o representante da Diretoria Nacional manifestou-se contrário à realização do CONED em 1999.

2. Texto de Resolução

- a) Aprofundar a discussão sobre os ISEs, tendo como perspectiva a derrubada do Projeto de Lei que os regulamentará;
- b) Reafirmar a necessidade de realização do CONED em 1999, conforme deliberação do XVII Congresso da ANDES-SN, em Porto Alegre;
- c) Denunciar o papel de subserviência do CNE para com as políticas educacionais das agências multilaterais;
- d) Exigir que a diretoria da ANDES-SN, no exercício de sua representação sindical, em qualquer fórum sobre política educacional, posicione-se respeitando e afirmando as deliberações da categoria.

CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DA ADUFPB-JPTEXTO 24**DIRETORIA DA ADUFPB-JP****PROPOSTA PARA O TEMA 1****TEXTO DE APOIO**

Como costuma acontecer em toda crise do capitalismo mundial na modernidade, a retomada do ciclo econômico em sua fase de acumulação depende de uma redefinição na divisão internacional do trabalho. Neste processo, cada vez mais a qualificação do trabalhador assume um papel fundamental na distribuição do capital destinado aos investimentos produtivos, em função dos crescentes componentes tecnológicos presentes nas mercadorias. Este fluxo de capital não se dá, como apregoam os arautos do neoliberalismo, em decorrência do livre jogo de forças econômicas atuantes no mercado globalizado. Antes de mais nada, ele será determinado pela condição de não colocar em risco os grandes mercados nacionais, dos Estados Unidos, do Japão e da Europa e, conseqüentemente, este movimento do capital mantém em permanente insegurança a economia dos países do Terceiro Mundo.

Que este processo tem se intensificado, o atesta a recente instituição do euro no mercado comum de onze países europeus, feita para que a política econômica desses países se contraponha ao violento assédio dos capitais norte-americanos e japoneses aos seus mercados nacionais. Se bem que, politicamente, isto representa um certo restabelecimento do equilíbrio mundial de forças rompido desde a queda do muro de Berlim, não resta dúvida que seu significado econômico passa pelo acirramento da competição entre os grandes capitais e do provável enxugamento do fluxo de capital para a periferia do sistema, como é exemplificado pelas pressões inibidoras exercidas pelos EUA sobre a organização de um mercado comum no Cone Sul.

Para o Brasil, com seu baixo nível de qualificação da força de trabalho, estará reservado neste cenário, do lado do consumo, apenas o papel de mercado para os bens de capital essencialmente americanos e para os bens de consumo industrializados barateados pela superprodução asiática. Do lado da produção, acentua-se novamente a antiga tradição colonial do Brasil como fornecedor de bens primários para o mercado mundial, mas agora com a incorporação cada vez maior de uma tecnologia produtiva totalmente controlada pelas empresas multinacionais. Este controle, no caso dos alimentos, força para baixo os preços desses produtos nas bolsas de mercadorias, garantindo assim o baixo custo de reprodução da força de trabalho no Primeiro Mundo, às custas da manutenção da fome e da miséria no campo e na cidade.

Ao que tudo indica, a inevitabilidade deste quadro perverso foi assumida pelo governo FHC e se constitui no principal pressuposto de sua política econômica que objetiva, hoje, tendo já garantido a reeleição através da manutenção artificial do plano real, uma desvalorização cambial que promova a socialização das perdas por toda a sociedade e, de modo imediato, pelo conjunto do funcionalismo público. A aparente estabilidade interna da economia brasileira assim perseguida, permanentemente sujeita aos furacões especulativos característicos da volatilidade do atual capital financeiro mundial, se constitui numa aberração cada vez mais flagrante face ao aumento da produtividade externa propiciada pelos avanços tecnológicos. Os lucros do capital internacional e também do capital nacional a ele associado, ficam assim garantidos independentemente do custo social, expresso na atual realidade brasileira de forma dramática pelo insuportável aumento do desemprego estrutural.

O desmantelamento do sistema nacional de ciência e tecnologia e a adequação do ensino superior a uma estrutura produtiva moderna mas de segunda classe, objetivos claramente perseguidos pelos ministros Paulo Renato e Bresser Pereira, são a materialização concreta desta opção deletéria para o país no que se refere à sua soberania e que se manifesta claramente na deterioração ambiental em todos os níveis. Vende-se o país e deixa-se a terra arrasada. Lógica cruel que tem orientado o fomento à C&T, revertendo os recursos a ela destinados para atender às demandas geradas pela crise, conforme o atesta os corte e recortes promovidos pelo governo em 1997/98. Do ponto de vista social, renuncia-se definitivamente a qualquer projeto de democratização, associando-os ideologicamente à experiência do Leste europeu, ao mesmo tempo que se tenta inserir as elites num Primeiro Mundo pretensamente mundializado, e do qual o ministro Celso Lafer constitui o protótipo exemplar.

Mas a resistência já é perceptível e o descontentamento com esta situação começa a se manifestar em amplos setores da sociedade. Neste confronto, é fundamental o intercâmbio com outros países, principalmente da América Latina, onde este processo assumiu direções semelhantes, não só para definir melhor a estratégia de luta, mas também para reforçar a solidariedade terceiro-mundista contra os desmandos do capital. No caso do ensino superior, mais do que tentar manter as magras conquistas conseguidas nas lutas passadas, nossa tática deve contemplar de forma radical o projeto da ANDES-SN para a universidade brasileira, afirmando a todo momento e em todas as instâncias do movimento docente, o seu caráter avançado para a sociedade que queremos.

Apesar de todo o esforço governamental objetivando criar um clima de otimismo para o enfrentamento dos problemas nacionais, avaliamos que o ano de 1999 será demarcado pela agudização da crise socio-econômica brasileira. Esta terá como elementos centrais o crescimento do desemprego e do indigênto público e privado .

A reeleição de FHC, fato inédito na nossa história - nem o regime militar ousou a permanência, por dois mandatos, de seus presidentes - ocorreu a partir da aglutinação dos interesses do capital nacional/internacional em preservar o mercado do terceiro mundo subordinado aos seus interesses. Foi a manutenção de um gerente bem comportado num local estratégico - o Brasil . Lembremos um pouco o processo: a aprovação da emenda da reeleição se dá com corrupção e enorme troca de favores entre parlamentares e governo; o pronunciamento do Presidente do STE instando a população a votar em FHC; o governo intervindo na mídia, construindo um clima de "já ganhou" abrindo espaços para o que aconteceu, por exemplo, na eleição para governador de São Paulo, fato emblemático de todo o processo.

Entretanto, a vitória eleitoral de FHC não foi absoluta. Há a ampliação da bancada de oposição no Congresso Nacional; são eleitos governadores de oposição em estados importantes: Olívio Dutra, no RG, Anthony Garotinho, no Rio, Itamar Franco, em MG. O próprio Mário Covas, em São Paulo que , apesar de ser do PSDB, tem demonstrado alguma autonomia com relação ao governo federal. A constituição de uma frente de governadores de oposição, iniciada pela moratória de Minas Gerais muda a correlação Estados - União com conseqüências sobre o pacto federativo.

As mudanças na política cambial com o enfraquecimento do Real frente ao Dólar e o acordo firmado com o FMI são, apenas, sintomas anunciadores da crise. Situação prevista por vários analistas e mesmo em documentos anteriores do nosso Sindicato .

Nesse ambiente o Executivo tentará manter a sua política de reformas do Estado e, mais profundamente da sociedade, ajustando-o/a às propostas elaboradas pelos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial etc.). São: a reforma da Previdência; a reforma Administrativa e sua regulamentação; a reforma Fiscal e Tributária; a reforma Política e Partidária; a manutenção do programa de privatizações e a reforma Universitária, de dimensão, aparentemente menor, mas com grandes repercussões para o futuro nacional e com repercussões imediatas sobre a nossa categoria.

Assim, cabe ao nosso Sindicato construir uma intervenção política que articule a defesa da Educação, da Ciência & Tecnologia, da Universidade com a defesa dos interesses da categoria sem que isso implique em afastar-se dos princípios históricos da sua construção: autonomia, combatividade, compromisso classista.

TR-24

TEXTO RESOLUÇÃO

Para tanto propomos:

1 - Fortalecer a nossa organização sindical, intensificando a política de expansão do Sindicato. Mantendo reuniões periódicas e sistemáticas dos Grupos de Trabalho e dos Setores; articulando ações com outros Sindicatos de Trabalhadores e entidades da sociedade civil que tenham compromisso com a luta dos trabalhadores.

2 - Que o Sindicato assuma de forma intransigente a defesa da "Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira" (Caderno nº 2) frente à reforma universitária proposta na política educacional do governo.

3 - Que o sindicato deve participar da defesa do sistema nacional de ciência e Tecnologia, através de intensificação de sua ação junto ao Movimento em Defesa do Sistema Nacional de C&T e da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de C&T Tecnologia.

4 - Lutar pela aprovação no Congresso Nacional do PNE elaborado pela Sociedade (II CONED), participando efetivamente do Fórum Nacional em Defesa do Ensino Público e também envidando esforços para a realização do III CONED ainda em 1999.

5 - Que o Movimento Docente atue de forma incisiva na perspectiva da construção de uma greve nacional dos trabalhadores do ensino público federal, sem descartar a possibilidade de greve geral dos trabalhadores e nem inibir a mobilização da categoria que, frente à evolução da conjuntura, poderá radicalizar as suas formas de luta.

TEXTO 25

DIRETORIA DA ADUFPB-JP

PROPOSTA PARA O TEMA 2

TEXTO APOIO

A Universidade surgiu como instituição necessária para sistematizar e organizar a geração e a transmissão do conhecimento humano e para estender os benefícios desse conhecimento à sociedade.

Em nossos dias, a Universidade tem como funções exercer a pesquisa para gerar o conhecimento, transmiti-lo pelo ensino e estendê-lo ao conjunto da sociedade. Para que estas funções possam ser cumpridas adequadamente, é imprescindível que a universidade disponha dos meios materiais necessários e adequados, de recursos humanos capacitados e que permita o acesso livre e democrático a todos os cidadãos. Os meios materiais abrangem instalações e equipamentos, bem como recursos para a operação e manutenção dos mesmos. Para captar recursos humanos capacitados deve ser oferecida remuneração compatível com a

qualificação profissional e com a responsabilidade inerente ao trabalho prestado, de modo a atrair os mais competentes; e deve existir uma carreira que estimule esses profissionais a se aperfeiçoarem ao longo de seu exercício. Para que o acesso ao ensino seja amplo e democrático, é preciso garantir aos estudantes advindos de famílias sem recursos, alojamento, alimentação e transporte, exigindo em contrapartida bom rendimento acadêmico. Para que o acesso à extensão seja também igualmente amplo e democrático, os serviços oferecidos não podem ser vendidos, o que excluiria para a maioria da população brasileira a possibilidade de estudar em colégios de aplicação, agrícolas e técnicos; de freqüentar cursos de línguas estrangeiras, de instrumentos musicais, cursos supletivos de primeiro e segundo graus, pré-vestibulares; de tornar-se desportista, amador ou profissional; de ser atendida em clínicas médicas, odontológicas, fisioterápicas, psicológicas; de dispor dos serviços de hospitais universitários, de creches (Esta lista não é exaustiva, e alguns itens nela incluídos não são, tecnicamente, atividades consideradas como “de extensão”).

Do exposto, conclui o governo que o custo de funcionamento da instituição universitária é alto. As funções da instituição, porém, têm um alcance que abrange todos os cidadãos que integram a nação, sem qualquer distinção. Dado esse seu caráter social, portanto, a instituição universitária deve ser mantida pela sociedade. Um governo comprometido com a maioria da população deveria ter uma política educacional que atendesse às demandas sociais. Ocorre, no país, que o atual governo vem assumindo a postura de antagonista dos cidadãos. Para compreender as razões dessa postura governamental, é preciso considerar que a política econômica seguida pelo governo brasileiro, desde 1994 foi ditada, letra por letra, pelo Fundo Monetário Internacional, organismo defensor dos interesses dos grandes capitais mundiais. A política ditada pelo FMI tem como fundamento a liberalização dos movimentos do capital, a arma contra o contrato social. Tem como consequência a perda de soberania de Estados que seguem políticas econômicas que dependem da presença do capital financeiro. Decisões de promover o estímulo da economia real, o aumento da despesa com a saúde ou a educação podem não sobreviver a uma fuga de capitais. Assim, o governo brasileiro vem-se transformando em arrecadador de impostos e vendedor do patrimônio da nação, e usa os recursos assim obtidos para remunerar o capital financeiro.

A manutenção da universidade pública, embora traga muitos benefícios para o país, é dispendiosa para o governo, pois constitui entrave à sua política econômica. O mesmo, aliás, acontece com a saúde pública. Assim, a um conceito de autonomia universitária que significa que a sociedade deve fornecer à universidade os meios de que ela necessita para funcionar com independência e eficácia, o governo opõe um conceito de autonomia que exige o Estado de custear a universidade, decretando que esta deve gerar os recursos para o seu funcionamento. Ora, a Universidade essencialmente só poderia gerar recursos com a venda de serviços. Esses serviços estariam relacionados com a atividade-fim da universidade representado pela tríade ensino-pesquisa-extensão. O financiamento da pesquisa por empresas privadas pode ser positivo e efetivamente, trazer muitos recursos para a universidade. O risco inerente é que a pesquisa deixe de ser a geradora de conhecimento básico e aplicado e passe a ser uma oficina de criação de instrumental para o funcionamento lucrativo de empresas. O ensino, aspecto essencial do processo de socialização, deixa de ser direito do cidadão e passa a ser mercadoria à disposição do consumidor. Quanto à extensão, se também for transformada em serviço a ser vendido, deixará de atender à maior parte de sua clientela, constituída de cidadãos de baixa renda. Um exemplo destacável neste momento frente às tentativas de privatização do serviço público é a grave situação dos Hospitais Universitários.

A despeito da crise financeira que atinge os HUs, estes procuram manter boa tecnologia e profissionais sempre atualizados, o que sustenta a fama e a procura pelos mesmos e os fazem aparecer como hospitais de referência em vários Estados.

Os HUs respondem por parte significativa dos atendimentos ambulatoriais e dos serviços de alta complexidade à populações carentes, que não têm outra forma de acesso a esses serviços.

Além dos funcionários que integram o quadro próprio das instituições, os HUs contam com a presença de professores, residentes e acadêmicos de diversos cursos das universidades aos

quais eles estão vinculados, o que tem garantida a qualidade dos serviços prestados mesmo diante da crise enfrentada.

A ausência de políticas de saúde no país e os sucessivos cortes financeiros nesta área têm feito agonizar os HUs. A maioria dos hospitais-escola tem como única fonte de receita o reembolso do SUS, insuficiente para suprir os gastos com funcionamento e manutenção das unidades e que chega nas instituições com um mês ou mais de atraso.

Devido à baixa remuneração do SUS, os hospitais da rede privada se recusam a realizar os procedimentos mais onerosos e de maior complexidade, o que implica no aumento na demanda e nos gastos dos HUs.

A atual pressão exercida pelo governo por meio dos cortes no orçamento para as áreas de saúde e educação está diminuindo consideravelmente a capacidade de atendimento dos HUs. A continuidade desta situação poderá ter implicações desastrosas no desenvolvimento das suas atividades tanto de ensino como de pesquisa, o que por sua vez influenciará a qualidade da assistência e também a gratuidade dos serviços prestados especificamente à população carente. Esta situação levará, a curto ou médio prazo, à privatização dos HUs, na medida em que os força a procurar outras fontes de receita, como a reserva de leitos para atendimentos particulares.

A perspectiva atual do governo do país é a restrição drástica das despesas com os serviços públicos. A tarefa das organizações populares é cerrar fileiras para defender a soberania nacional e o poder de decisão sobre o estabelecimento de políticas públicas para o país.

TR-25

TEXTO RESOLUÇÃO

Desta forma, propomos:

- 1 - Aprofundar e estender o debate sobre autonomia nas IES para o conjunto da sociedade promovendo debates e encontros sobre o tema visando a realização de um Seminário Nacional sobre Autonomia Universitária em julho.
- 2 - Deflagrar a campanha salarial dos docentes das IFES, tendo como eixos: a luta pela implantação da Carreira e Política de Capacitação Docente contida na proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira; a oposição a qualquer iniciativa do governo que procure quebrar a isonomia salarial dos docentes das IFES e a luta pela transformação da GED em remuneração de caráter permanente e pela sua extensão no seu valor máximo, para todos os docentes ativos, aposentados, pensionistas e professores de 1º e 2º graus.
- 3 - Lutar contra a privatização dos HUs, iniciando uma campanha de esclarecimento à sociedade da importância que eles têm como instrumento didático-pedagógico na formação dos profissionais de saúde e para o atendimento da população.

CONTRIBUIÇÃO DA APUFSC - SSIND

TEXTO 26

CONTRIBUIÇÃO DA APUFSC - SSIND

O ENSINO DE 1º E DE 2º GRAUS DAS IFES

Texto Apoio

A greve de 1998 evidenciou o tratamento governamental a ser dado ao ensino de 1º e de 2º graus vinculados às IFES. Contrariando princípios do movimento docente no que se refere à isonomia salarial entre os professores, e o Plano Único de Carreira Docente do Magistério Superior, o MEC exclui os professores de 1º, 2º graus e da educação infantil da GED.

A apreensão toma conta dos professores sobre os rumos dessa modalidade de ensino. Há indícios de que o governo deseja se livrar de mais esse encargo social. O possível desmonte do ensino de 1º e de 2º graus das IFES, e também da educação infantil, parece iminente. O fato é que os professores dessas modalidades de ensino, de pesquisa e de extensão, são tratados como se nada tivessem a ver com a rede federal de ensino.

O MEC considera os colégios universitários um problema do qual precisa se livrar. Estrategicamente, trata cada nível de ensino como uma realidade à parte dos demais. Assim, começa a desorganizar os vínculos entre ensino superior e ensino de primeiro e de segundo graus no interior das IFES, apesar de essas instituições possuírem longa experiência pedagógica que as credencia como exemplos de educação fundamental e média.

O governo reafirma o sofisma segundo o qual as Universidades Federais são desprezíveis no que se refere à contribuição científica e pedagógica no trato das questões educacionais. Contudo, a educação, como qualquer outra ciência, nunca deixou de ser um desafio e fruto das IES públicas: são elas que formam professores de centenas de licenciaturas para atuarem na educação infantil, fundamental e média, em consonância com necessidades da sociedade.

Nada justifica a separação entre tais níveis de ensino, sobretudo, no âmbito das IFES. Caso essa separação ocorra, os professores dos colégios universitários serão jogados na vala comum da estrutura educacional estadual ou municipal, já há muito tempo submetidas aos desmandos dos governos locais.

Coerente com a concepção de universidade imposta pela burocracia estatal, o MEC dá conseqüência prática à concepção de que a Universidade Pública deve ser constituída de Centros de Excelência, de nichos de pesquisa, em meio às unidades voltadas exclusivamente para o ensino, conforme princípios da autonomia própria das chamadas organizações sociais, de caráter público, mas não estatal.

A produtividade fabril, que vincula o salário à quantidade de aulas aplicada indistintamente às universidades federais, supõe a separação entre ensino, pesquisa e extensão, uma das condições fundamentais de continuidade da universidade pública, gratuita e de qualidade.

A desorganização do ensino de 1º e de 2º graus das IFES, que ora se inicia, é um dos resultados da autonomia baseada na estratégia de que cabe a cada instituição educacional resolver seus próprios problemas, ainda que isso signifique o fim do ensino público e gratuito neste país.

Não é por acaso que tudo está sendo feito para demonstrar a ineficiência do ensino universitário público e gratuito. A poderosa e persistente intervenção estatal, que consiste em desqualificar mais esse patrimônio social, é fato incontestável.

A universidade pública é tida por este governo como instituição onerosa, inútil e incompatível com a lógica empresarial. A privatização das empresas estatais subvencionadas pelo governo serviram para evidenciar que as grandes corporações são, nesta época de crise, uma das formas de acumulação. É essa lógica que se impõe à sociedade. A privatização da prestação de serviços é, nesse sentido, mero detalhe, como a privatização do sistema educacional.

O estado atualmente se encarrega de financiar a compra, via dívida pública e juros baixíssimos de longo prazo, as empresas por ele mesmo privatizadas. O sistema federal de ensino gratuito pode, nesse movimento, tornar-se objeto de lucro, mera fábrica de diplomas.

A universidade pública, porém, é o local tradicional de pesquisa, de produção de conhecimentos e de formação de professores que atuam no diferentes níveis de ensino. Eliminar os colégios de educação infantil, fundamental e de segundo grau vinculados às IES, é golpe social. Ao contrário do que muitos pensam, essas modalidades de ensino são igualmente centros de pesquisa, extensão e de estágio para estudantes, portanto, terreno fértil às experiências e inovações pedagógicas mais avançadas.

A destruição do ensino de 1º e de 2º graus das IFES decorre, antes de tudo, da política de privatização do ensino superior. A perda da autonomia universitária e a quebra do regime jurídico único, consagrados na LDB 9394/96, configuram uma garantia legal importante no processo de desmonte da universidade pública. Os colégios de 1º e de 2º graus são somente

um detalhe, uma especificidade que reflete essa universalidade. O MD não pode ficar alheio a essa questão.

TR 26

Texto Resolução

- 1 - Cabe ao MD defender de distintos modos a permanência das escolas de 1º, de 2º graus e da educação infantil, qualquer que seja sua modalidade, no âmbito das IES;
- 2 –Empreender ações no sentido de viabilizar a isonomia salarial dos professores do ensino de 1º, de 2º graus e da educação infantil com os demais professores das IFES;
- 3 - Reforçar a luta pelo estabelecimento do Plano Único de Carreira Docente do Magistério Superior, a qual inclui os professores do ensino de 1º, de 2º graus e da educação infantil, eliminando com isso a existência de outras carreiras no interior das IFES.

TEXTO 27

CONTRIBUIÇÃO DA APUFSC - SSIND

APOSENTADOS E MOVIMENTO DOCENTE: LUTA POLÍTICA E JURÍDICA

TEXTO APOIO

O governo FHC se especializou em medidas contra os aposentados. Trata-os como se nunca tivessem sido trabalhadores, contribuintes, pagadores efetivos de sua própria aposentadoria dedicados às tarefas da educação deste país.

Dentre inúmeras estratégias que consistem em retirar dos aposentados direitos adquiridos, além de não lhes conceder qualquer benefício dado aos professores da ativa, o governo propõe agora, via Programa de Estabilidade Fiscal, que os aposentados paguem novamente sua aposentadoria, abrindo mão de parcela dos poucos recursos que ainda lhes restam.

Ainda em relação aos professores inativos da universidade, o governo concedeu-lhes gratificação parcial de 60% da famigerada GED. Excluiu dela os aposentados do ensino de 1º e 2º graus, vinculados às IFES.

No rol compressor da chamada Autonomia Universitária, o governo tenta retirar os professores aposentados da folha de pagamento das IES.

Por sua vez, o MD tem sido, em geral, tímido nas suas manifestações contra tais arbitrariedades. Quanta vezes, por exemplo, excluídas as iniciativas dos próprios aposentados, esses assuntos foram objeto de discussão em seminários, reuniões e na produção de textos?

A nível institucional, quantas vezes esses temas foram assunto de pauta em reuniões dos Conselhos Universitários das IES?

As mobilizações políticas conjuntas com entidades defensoras dos direitos dos aposentados, ou junto a parlamentares, dão-se como mobilização de “aposentados”, como se esse fosse apenas um problema específico. Falta a essas lutas o apoio coletivo, ou seja, do MD como um todo.

Os aposentados têm apelado aos seus sindicatos por lutas políticas, acreditando que a via jurídica deve ser secundária e complementar. Mas o MD está cego, surdo e mudo para a questão, jogando cada vez mais seus associados aposentados para as assessorias jurídicas.

Além disso, não acreditamos que devemos trabalhar até a morte porque o trabalho, por mais digno que seja, é desprendimento de energia, desgaste de força consumida em detrimento do lazer, do ócio e de tantas outras coisas para serem desfrutadas, já que a sociedade aprendeu a produzir riquezas incomensuráveis, pela ciência.

A falta de isonomia nas IES, inclusive entre aposentados e ativos, está se solidificando devido à inércia do MD. Entretanto, a descida ao inferno não constitui privilégio dos professores

aposentados. Carrega no seu rastro, na forma em que está se dando, uma generalidade no que tange à precarização das condições de vida de todos os trabalhadores. Neste movimento, não separa professores aposentados dos não aposentados.

TR 27

TEXTO RESOLUÇÃO

1 - A luta do MD pela isonomia salarial entre aposentados e professores da ativa nas IES deve ser ampla e contra toda proposta governamental que tenha por conseqüência a quebra dessa possível isonomia;

2 - A mobilização do MD, no que se refere à isonomia entre ativos e aposentados, envolve pressão junto aos Reitores, ao MEC, aos parlamentares, ANDIFES, CRUB, etc.;

3 - O MD fará manifestação pública e conjunta com outras entidades contra a contribuição previdenciária dos funcionários públicos aposentados, considerando que tais contribuições já foram comprovadamente descontadas mensalmente dos seus salários, quando eram ativos;

4 - O MD manifesta-se a favor da participação dos professores aposentados nos Conselhos Universitários da IES.

TEXTO 28

CONTRIBUIÇÃO DA APUFSC - SSIND

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

TEXTO APOIO

Um dos princípios basilares defendidos pela ANDES-SN, desde a sua fundação, é que a Autonomia Universitária constitui-se em um dos principais quesitos para a construção da Universidade que queremos: Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade. Da definição e aplicação deste princípio dependem aspectos que compreendem desde a democracia interna das Instituições de Ensino Superior até o almejado padrão unitário de qualidade.

Foi com base nesta convicção, nunca contestada pelo movimento docente, que durante a Assembléia Constituinte de 1988 o Movimento Docente empenhou-se profundamente para que o texto da Carta Magna contemplasse o princípio da Autonomia. Esta intervenção decorreu de decisão tomada no I CONAD Extraordinário de Brasília, em 1987, posteriormente referendada pelo I Congresso Extraordinário do Rio de Janeiro, também em 1987.

O esforço do Movimento Docente foi recompensado. O Artigo 207 da Constituição Federal determina: *“As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”*.

Pergunta-se: decorridos dez anos, da promulgação da Constituição Federal de 1988, incluído o artigo 207, o que mudou, em termos da autonomia das universidades?

Desde 1988, a ANDES-SN, através de seus fóruns, entende que o princípio constitucional é auto-aplicável. Argumentamos que regulamentar o Art. 207 seria restringir a autonomia, além de implicar em implementação de uma reforma constitucional neoliberal, contra a qual nos posicionamos, por princípio, ainda que concordemos que algumas alterações constitucionais mereçam ser feitas, já que admitimos as *“reformas constitucionais populares”*.

Por outro lado, a ANDES-SN, em seus Cadernos Andes, nº 2 (1996), cita textualmente:

“A ANDES-SN, paralelamente à luta contra as investidas do governo, vem construindo sua proposta para a autonomia universitária.(g.n.) Esta construção abrange não só a formulação de propostas, mas também o cotidiano da prática acadêmica. Como já mencionamos, no processo constituinte, o trabalho realizado pelas entidades, no campo da educação, no sentido de garantir, na Constituição Federal, a autonomia universitária, teve como resultado o que estabelece o seu art. 207.

Sobre este artigo, havia o entendimento, não somente por parte da ANDES-SN, mas de quase todas (g.n.) as entidades ligadas ao setor, de que o mesmo era auto-aplicável. No entanto, interpretações jurídicas em contrário levaram a ANDES-SN a elaborar uma proposta de regulamentação da autonomia universitária.(g.n.)

Proposta de Autonomia da ANDES-SN (Projeto de LDB da ANDES-SN - Rev. Universidade e Sociedade, nº 1, 1991).” (Pág. 24)

A leitura do segundo parágrafo da citação, entretanto, revela uma contradição. Por que, se a ANDES-SN é contra a regulamentação do art. 207, elaborou uma proposta de regulamentação? A resposta fornecida, freqüentemente com lógica, é que, a regulamentação da autonomia, bem como de todos os demais aspectos ligados à Educação, deveria ocorrer na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, e não em lei complementar que pressuponha alteração do art. 207 da CF88.

Como já não é novidade para ninguém, a LDB foi aprovada e prevaleceu o parecer do Dep. José Jorge, que não esgotou as questões relacionadas à autonomia universitária. Mais, no que regulamentou, o fez com evidentes estragos para a Universidade Pública. A Autonomia foi concedida “... não só para captar recursos, mas também para definir o quadro de pessoal, regime jurídico, contratação e dispensa - tudo exatamente como queria o ministro Paulo Renato”⁴⁴, ao contrário do que era defendido pela ANDES-SN.

O que ainda resta regulamentar, em termos de Autonomia, o governo FHC pretende fazer através de Proposta de Emenda Constitucional (PEC-370?96). Para a qual foi designado, como Relator, o Deputado Federal Paulo Roberto Konder Bornhausen, do PFL catarinense. Esse parlamentar é muito conhecido, em Santa Catarina, por suas idéias e projetos privatizantes da educação, por sua antipatia com as universidades públicas e por sua absoluta submissão ao Poder Executivo, em geral e, em particular, ao Ministério da Educação.

Por outro lado, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, também preocupada com a questão, divulgou, em maio de 1996, a sua proposta denominada “*Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades*”, aonde aborda a autonomia universitária. Da página de apresentação da proposta da ANDIFES destacamos: “*A iniciativa de estimular este debate reflete uma posição da ANDIFES de intervir para que o projeto a ser enviado ao Congresso contemple pressupostos que assegurem a sobrevivência e o desenvolvimento da universidade pública federal*”.(g.n.) Ou seja, a estratégia da ANDIFES é intervir para assegurar a sobrevivência das Instituições Federais de Ensino Superior (não entraremos na discussão do conteúdo da proposta da ANDIFES, pois também temos divergências de conteúdo).

A menos que o nosso Congresso modifique essa posição, a ANDES-SN tinha como estratégia não apresentar qualquer proposta de regulamentação da autonomia, pois esperava vê-la totalmente definida na LDB. Esta possibilidade acabou, pelo menos, para esta LDB que acabou de ser aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República.

“*Assistiremos*” à tramitação e ao referendo da PEC-370, com as tímidas intervenções da ANDIFES, ou interferiremos no processo apresentando as nossas propostas para a autonomia universitária? Há ainda questões importantíssimas a serem definidas como, por exemplo, aquelas relacionadas ao financiamento das IFES.

Finalmente, é necessário deixar muito claro que não estamos defendendo a alteração do Art. 207 da C. F., mas que se, em algum instrumento legal, a autonomia vai ser regulamentada, que isto ocorra, preferencialmente, de acordo com os princípios do Movimento Docente.

TR - 28

TEXTO RESOLUÇÃO

1 ⁴⁴ - *O Boletim da Apufsc*, nº 173, 30/12/96 a 03/01/97, pg. 03.

Que em todas as instâncias aonde estiver sendo discutida a questão da regulamentação da autonomia universitária, a ANDES-SN defenda os princípios contidos no texto abaixo, que é a sua proposta.

Que a ANDES-SN e as suas Seções Sindicais divulguem, amplamente, inclusive através de uma publicação especial, o texto abaixo, intitulando-o: *Proposta de Autonomia da ANDES-SN*.

Que a ANDES-SN encaminhe, imediata e oficialmente, cópia da *Proposta de Autonomia da ANDES-SN* para todos os parlamentares federais, autoridades educacionais federais e estaduais, reitores, sindicatos da área da educação, CUT, imprensa especializada, SPBC, FASUBRA, UNE, UBES, DNTE, e outras entidades que a diretoria considerar pertinentes.

Que a Comissão Nacional de Mobilização intensifique o trabalho, descrito no item 3, junto aos parlamentares federais e as AD's o façam nos seus respectivos estados.

Que a ANDES-SN constitua um grupo de trabalho para que, com base na *Proposta de Autonomia da ANDES-SN*, elabore um Anteprojeto de Lei de Autonomia, num prazo não superior a dois meses.

Proposta de Autonomia da ANDES-SN⁴⁵

1 - As universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior públicos terão autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial com relação ao poder público, ressalvados os dispositivos constitucionais e as prescrições da presente lei.

1.1 - A autonomia didático-científica consiste em:

- a) Fixar as diretrizes e os meios para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Educação;
- b) Criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação, pós-graduação e outros a serem realizados sob sua responsabilidade;
- c) Definir os currículos de seus cursos, observada a base comum nacional para os cursos de graduação;
- d) Estabelecer o calendário escolar e o regime de trabalho didático de seus diferentes cursos;
- e) Estabelecer critérios e normas de seleção, admissão, promoção e transferência de seus alunos;
- f) Conferir graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos.

1.2 - A autonomia administrativa consiste em:

- a) Elaborar seus estatutos e regimentos;
- b) Escolher seus dirigentes, na forma de seus estatutos e regimentos;
- c) Dimensionar seu quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, de acordo com seu planejamento didático-científico;
- d) Estabelecer a lotação global de seu pessoal docente e técnico-administrativo;
- e) Autorizar os docentes e pessoal técnico-administrativo a participar de atividades científicas e culturais no exterior, nos termos do seu regimento.

1.3 - A autonomia da gestão financeira e patrimonial consiste em:

⁴⁵Esta parte que trata dos princípios da ANDES-SN para a Universidade Brasileira são em grande parte uma simples transcrição do conteúdo do Cadernos ANDES acima citado, portanto ~~trata-se de antigos princípios que vêm sendo debatidos e aperfeiçoados desde a década de 80 e não temos nenhuma pretensão de apresentá-los como algo "novo".~~

⁴² ~~Texto Resolução-los como algo "novo".~~

- a) Administrar privativamente os recursos de dotações orçamentárias globais regulares assegurados pelo poder público, preservada a isonomia de salários;
- b) Administrar privativamente os rendimentos próprios e o seu patrimônio e deles dispor, na forma do seu estatuto;
- c) Receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas;
- d) Celebrar contratos referentes a obras, compras, alienação, locação ou concessão, obedecendo ao procedimento administrativo de licitação cabendo aos conselhos superiores definir, em regulamento próprio, as modalidades, os atos integrantes do procedimento e os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
- e) Elaborar o orçamento total de sua receita e despesa a partir de suas unidades básicas e submetê-lo à aprovação dos colegiados superiores competentes, de modo a contemplar plenamente as necessidades definidas nos seus planos globais;
- f) Definir, em regulamento próprio, aprovado nos conselhos superiores, normas e procedimentos de elaboração, execução e controle do orçamento, realizando anualmente a prestação pública de contas da dotação e da aplicação de todos os seus recursos.

1.4 - As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior públicos poderão, no exercício de sua autonomia, tomar outras providências e decisões necessárias ao bom desempenho de suas tarefas de ensino, pesquisa e extensão.

2 - As instituições de ensino superior têm legitimidade para pleitear em juízo a anulação de qualquer ato que implique violação do disposto nesta lei ou que obste a realização de seus objetivos.

3 - As universidades privadas gozarão de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira em relação às respectivas mantenedoras, nos moldes estabelecidos para as instituições de ensino superior públicas.

4 - Ao Estado compete financiar o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão nas Universidades Públicas, destinando-lhes recursos orçamentários em montante não inferior a 12% do Orçamento da União, em dotação específica para a educação e vinculada a este fim.

4.1- Os recursos integrantes da dotação global serão automaticamente suplementados de forma a compensar possíveis desvalorizações monetárias ao longo do exercício financeiro;

4.2 - No caso específico dos recursos destinados ao item Pessoal e Encargos haverá suplementação automática de maneira a atender a eventuais reajustes e/ou aumentos salariais, bem como, para a expansão e/ou reposição de quadros, subordinados ao planejamento elaborado pelas IES.

Do Regime Jurídico

1 - As instituições de ensino superior criadas e mantidas pelo Estado (União, Estados e Municípios) organizar-se-ão sob a forma de Autarquias de Regime Especial, conforme definido em lei.

1.1 - A lei estabelecerá normas e procedimentos específicos, disciplinando licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações pelas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado (União, Estados e Municípios).

1.2 - Todas as disposições gerais da Administração Pública definidas nos Art. 37 e 38 da Constituição Federal se aplicam às instituições de ensino mantidas pelo Estado (União, Estados e Municípios).

1.3 - As instituições de ensino superior mantidas pelo Estado (União, Estados e Municípios) não poderão criar fundações de direito privado ou a elas se associar ou com elas estabelecer convênios”

Da Carreira Docente

1 - Projeto de Lei de Carreira Única para o Magistério das Instituições de Ensino Superior

1.2 - Fica aprovada a Carreira Única para o Magistério das Instituições de Ensino Superior (IES), de acordo com o disposto no inciso V do Artigo 206 e, inciso I do Artigo 209, da Constituição da República.

1.3 - A Carreira Docente Única, prevista na presente Lei, é aplicável a todos os docentes das Instituições de Ensino Superior dos setores público e privado, que nela ingressem nos termos definidos nesta Lei.

2 - Da Implantação, Coordenação, Supervisão e Controle

2.1 - A implantação, coordenação, supervisão e controle da Carreira Única para o Magistério, a que se refere esta Lei, caberão a cada Instituição de Ensino Superior.

Das Políticas acadêmicas de ciência e tecnologia

1 - Desenvolvimento de projetos de C&T ligados aos interesses nacionais e à melhoria da qualidade de vida da população;

2 - Elaboração e execução de projetos de pesquisa sob a responsabilidade de organismos colegiados, democraticamente constituídos, a partir de diretrizes de política de pesquisa definidas autonomamente pelas Universidades, em contraposição ao atrelamento a prioridades fixadas externamente por agências financiadoras, públicas ou privadas;

3 - Criação, nas universidades, de mecanismos desburocratizados para formulação, acompanhamento e avaliação dos trabalhos de forma a garantir o fluxo contínuo de recursos financeiros para o desenvolvimento das pesquisas, de modo que a dedicação maior do pesquisador esteja centrada na execução do projeto;

4 - Definição de políticas internas de C&T considerando:

4.1 - A valorização e respeito às características, vocações e necessidades regionais;

4.2 - Avaliação da produção científica e tecnológica de modo democrático, tomando por base a necessária responsabilidade social e acadêmica desta produção;

4.3 - Busca da participação e o estreitamento das relações com as entidades científicas;

4.4 - Atuação em consonância com a manutenção do caráter público dos novos conhecimentos científicos, dentro da ótica da autonomia, independência e não atrelamento das universidades a interesses outros que não aqueles emanados da sociedade;

4.5 - Garantia de que as informações e dados obtidos pelas pesquisas desenvolvidas com recursos públicos ou no interior das instituições públicas sejam sempre amplamente divulgados. A forma de divulgação deve ser estabelecida pela instituição e pela comunidade, não devendo estar sujeita aos interesses do órgão ou empresa financiadora;

4.6 - Avaliação dos impactos da introdução das novas tecnologias, estimulando o debate constante sobre a relação instituição de ensino versus empresas com o objetivo de pensar o público com o conjunto da sociedade.

Das eleições de dirigentes, mandatos e impedimentos

1 - O reitor e vice-reitor serão escolhidos através de eleições diretas e secretas, com a participação de todos os docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, conforme definido em seus estatutos e regimentos, encerrando-se o processo de eleição no âmbito da universidade.

1.1 - Os conselhos superiores acadêmicos serão responsáveis pela organização das eleições anteriores referidas, declarando o eleito, empossando-o e comunicando a posse às autoridades competentes.

1.2 - O mandato de reitor e de vice-reitor é de quatro anos, não sendo permitida a recondução.

1.3 - A posse do reitor e vice-reitor eleitos dar-se-á imediatamente após o término do mandato do reitor e vice-reitor em exercício.

2 - O diretor e vice-diretor de unidades universitárias serão nomeados pelo reitor, após eleição direta e secreta, realizada em cada unidade, com participação de todos os alunos, professores e servidores técnico-administrativos, conforme definido nos estatutos e regimentos.

3 - O diretor e vice-diretor de estabelecimento isolado de ensino superior serão escolhidos através de eleição direta e secreta, com a participação de todos os alunos, docentes e servidores técnico-administrativos, conforme definido em seu regimento.

3.1 - O mandato de diretor e de vice-diretor de estabelecimento isolado ou unidade universitária será de quatro anos, não sendo permitida a recondução.

4 - As eleições para escolha de reitor e vice-reitor, bem como diretor e vice-diretor de estabelecimento isolado de ensino superior ou unidade universitária, deverão efetuar-se até 60 (sessenta) dias antes de esgotar-se o mandato do antecessor, ou dentro de 60 (sessenta) dias após a vacância quando for o caso.

4.1 - Em caso de vacância dos cargos de vice-reitor e de vice-diretor de unidade ou de estabelecimento isolado de ensino superior, o conselho universitário ou equivalente elegerá vice-reitor ou vice-diretor pró-tempore até a eleição do sucessor.

5 - Reitores e diretores de universidades e de estabelecimentos isolados de ensino superior, bem como seus respectivos vices, poderão ser exonerados dos cargos antes do término do mandato, mediante aprovação da comunidade universitária, conforme estabelecido nos seus estatutos e regimentos.

5.1 - Para a eleição de dirigentes de outros níveis, mas claramente aplicam-se os mesmos princípios.

Da organização e funcionamento das IES

Estatutos e Regimentos

1 - A organização e funcionamento das Universidades serão disciplinados em estatutos e regimentos definidos democraticamente, elaborados de acordo com o previsto na presente lei e os primeiros serão homologados pelo Conselho Nacional de Educação.

2 - A organização e o funcionamento de estabelecimentos isolados serão disciplinados em regimentos definidos democraticamente, elaborados de acordo com o previsto na presente lei e homologados pelo Conselho Nacional de Educação.

3 - A elaboração e reformulação dos estatutos das universidades serão feitas através de processo democrático, que garanta a participação de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos e deliberadas por votação direta dos três segmentos, na forma estabelecida por cada universidade.

3.1 - No processo a que se refere o item anterior, estará garantido o direito de apresentação de propostas advindas da comunidade universitária, na forma estabelecida em cada universidade.

Órgãos Colegiados

1 - A administração superior das universidades caberá ao Conselho Universitário, presidido pelo reitor e constituído nos termos dos seus respectivos estatutos e regimentos.

2 - A administração superior dos estabelecimentos isolados caberá ao Colegiado deliberativo, presidido pelo diretor e constituído nos termos dos seus respectivos regimentos.

3 - Nas instituições de ensino superior existirão colegiados superiores deliberativos de coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, na forma dos respectivos estatutos e regimentos.

4 - Nas unidades universitárias que integram as instituições de ensino superior haverá, igualmente, Colegiado deliberativo, presidido pelo seu dirigente, na forma dos estatutos e regimentos.

5 - A representação dos docentes, alunos e servidores técnico-administrativos nos colegiados superiores será eleita por sua respectiva categoria, cabendo a cada uma delas nunca menos do que previsto em lei.

5.1 - Os princípios que embasam as propostas de composição e eleição de representantes quanto aos colegiados superiores devem ser estendidos a todos os níveis.

Da Gestão democrática

1 - As instituições de ensino superior públicas e privadas obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurando a participação da comunidade universitária em todas as instâncias deliberativas.

1.1 - Os planos de aplicação dos recursos financeiros e suas respectivas prestações de contas deverão ser aprovados por órgãos de deliberação coletiva, nos diversos níveis hierárquicos da instituição

Da articulação nacional do ensino superior

1 - O Conselho Interuniversitário, órgão assessor do Conselho Nacional de Educação em matéria relativa à educação superior, tem por finalidades, prioritariamente em consonância com o Fórum Nacional de Educação:

- a) propor diretrizes gerais para políticas de educação superior;
- b) Emitir pareceres sobre questões de educação superior;
- c) zelar pela qualidade do ensino superior, visando a garantir-lhe um padrão unitário a nível nacional;
- d) propor diretrizes para avaliação das instituições de ensino superior;
- e) propor políticas de expansão do ensino superior para o efeito de elaboração dos planos nacionais de educação;
- f) zelar pela autonomia universitária;

1.1 - No exercício de suas atribuições, o Conselho Interuniversitário recorrerá às entidades profissionais representativas de cada área de conhecimento ou de formação profissional, bem como às Plenárias das instituições de ensino superior e aos Conselhos Sociais.

2 - O Conselho Interuniversitário será constituído por 21 membros, nomeados pelo Ministro de Estado responsável pela Educação, assim distribuídos:

- a) sete conselheiros representantes das universidades públicas federais, sendo um pela Região Norte, dois pela Região Nordeste, dois pela Região Sudeste, um pela Região Sul e um pela Região Centro Oeste;
- b) três conselheiros representantes das universidades estaduais;
- c) dois conselheiros representantes dos estabelecimentos isolados de ensino superior público;
- d) dois conselheiros representantes das instituições privadas de ensino superior;
- f) um conselheiro indicado por entidade nacional representativa dos docentes das instituições de ensino superior;
- g) um conselheiro indicado por entidade nacional representativa dos servidores técnico-administrativos das instituições de ensino superior;
- h) dois conselheiros indicados por entidade nacional representativa dos alunos do ensino superior, sendo um de graduação e um de pós-graduação;
- i) um conselheiro indicado pelo conjunto das entidades que congregam os reitores das universidades públicas;
- j) um conselheiro indicado por entidade que congrega os estabelecimentos isolados de ensino superior público;
- l) um conselheiro representante do Conselho de Educação Básica.

2.1 - Cada representante do Conselho Interuniversitário será eleito juntamente com um suplente, que o substituirá nas suas faltas e impedimentos;

2.2 - Os representantes referidos nos itens “a”, “b”, “c” e “e”, serão eleitos:

1º) em primeiro turno, um representante em cada instituição de ensino superior, mediante eleição direta com a participação dos três segmentos da comunidade universitária, na forma definida em cada instituição;

2º) em segundo turno, os eleitos em cada setor (federal, estadual e privado) constituirão um fórum nacional, a fim de elegerem os representantes (titulares e suplentes) do respectivo setor no Conselho Interuniversitário.

Da relação universidade e sociedade

1 - A Universidade fixará seus objetivos pedagógicos e suas metas científicas, tecnológicas, artísticas e culturais, de modo a desempenhar o papel criador na contribuição ao desenvolvimento soberano do país;

2 - A Universidade buscará a integração com o ensino de 1º e 2º graus, entendido como meta prioritária para a definição de uma política nacional de educação. A universidade contribuirá especialmente na capacitação dos professores de 1º e 2º graus;

3 - A Universidade deverá definir formas de participação da sociedade civil na gestão universitária, para assegurar sua integração às necessidades sociais, superando as formas elitistas atuais de representação dos segmentos organizados da sociedade.

Avaliação Institucional: Interna e Externa

Avaliação Interna

1 - As instituições de ensino superior implementarão mecanismos democráticos, legítimos e transparentes de avaliação interna e externa de suas atividades, levando em conta os fins da Educação.

2- A avaliação interna das instituições de ensino superior realizada no seu próprio âmbito deverá ser entendida como:

a) retrospectiva crítica, socialmente contextualizada, construída na discussão pública e democrática do trabalho realizado pela instituição, com a participação de todos os envolvidos nesse trabalho;

b) parte integrante do processo de construção da escola pública e democrática, na gestão e no acesso;

c) instrumento para o controle social da atividade do Estado na esfera da Educação;

d) geradora da construção de um projeto de desenvolvimento acadêmico e científico dentro da perspectiva colocada para a educação nacional. - O processo de avaliação do trabalho institucional e acadêmico é responsabilidade das diversas instâncias em que é realizado, devendo ter caráter público, democrático e pluralista no que diz respeito a idéias e concepções.

2.1 - o processo indicado no item 2 será referenciado nas condições concretas em que é exercido, considerando-se verbas, salários, insumos materiais, instalações e condições sociais, econômicas e políticas.

3 - O processo de avaliação do trabalho acadêmico de cada docente terá como objetivo o estímulo ao aprimoramento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e a compreensão de sua articulação com o projeto global da unidade acadêmica e da instituição.

3.1 - Este processo será decidido e encaminhado, dentro das perspectivas e critérios enunciados itens nos itens 1, 2, e 3 deste tópico, no âmbito da unidade acadêmica a que o docente estiver vinculado.

3.1.1 - O processo de avaliação do trabalho acadêmico de cada docente fornecerá parâmetros para a progressão funcional e a recontração, onde couber”.

3.1.2 - Ainda quanto à avaliação interna, seus princípios norteadores são:

- a) a avaliação do trabalho acadêmico deve ser feita nas instâncias em que o mesmo se realiza, envolvendo todos os que dele participam (professores, alunos e funcionários);
- b) o processo de avaliação não é pessoal, e sim, institucional, passando pela avaliação do desempenho profissional individual; a IES é, primordialmente, responsável por ele bem como seu objeto prioritário;
- c) a avaliação deve ter como objetivo a formulação - ou reformulação - da política acadêmica das unidades de ensino, na qual fiquem explicitadas todas as condições necessárias para que elas se desenvolvam plenamente;
- d) no plano operacional, a intencionalidade, no sentido de atribuir ao processo de avaliação, a função fundamental de reeducação e revisão das práticas e de assessorar no encaminhamento das tomadas de decisão, no interior das IES;
- f) que a avaliação deve propiciar mecanismos de intercâmbio e articulação entre as diversas instâncias - acadêmicas e administrativas de cada IES.

Avaliação Externa

1 - A avaliação externa das instituições de ensino superior públicas será realizada, em cada Estado e Distrito Federal por um Conselho Social, de natureza autônoma e caráter consultivo, que expresse os interesses substantivos dos diferentes setores da sociedade em que se insere, tendo como função precípua contribuir para a formulação de políticas acadêmicas e financeiras das instituições de ensino superior públicas, na perspectiva de aprofundar a formação do homem para a atividade cultural, entendida como científica, artística e tecnológica, originada e fundada no trabalho social, capacitando-o ao exercício profissional, à reflexão crítica e à participação na produção, sistematização e superação dos saberes estabelecidos, na perspectiva da construção de uma sociedade justa.

1.1 - A Educação superior, integrante do Sistema Nacional de Educação, deverá se desenvolver de modo a contribuir para a solução dos problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade brasileira articulando-se, para tanto, com a educação básica, no que se refere a objetivos, estrutura curricular, formação e atualização de professores.

2 - Serão igualmente incluídas na avaliação externa realizada pelo Conselho Social de cada Estado as instituições privadas confessionais, filantrópicas e comunitárias que utilizem recursos públicos.

3 - Compete ao Conselho Social:

a) propor, em conformidade com sua natureza e com as deliberações do Fórum Nacional de Educação, rumos para as políticas de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino superior públicas;

b) avaliar o desempenho das instituições de ensino superior públicas na execução do ensino, pesquisa e extensão;

c) - remeter ao Conselho Interuniversitário e às Plenárias de cada instituição de ensino superior por ele avaliadas, o resultado de seus trabalhos.

3.1 - Para o cumprimento de suas atribuições, o Conselho Social deverá ter uma comissão executiva e um regimento que normatizem seu funcionamento.

Fontes:

ANDES, Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira. Cadernos ANDES n°2, Edição Atualizada e Revisada, Brasília, DF, julho de 1996.

ANDIFES, Anteprojeto de lei Orgânica das Universidades. Brasília, DF, maio de 1996.

MEC, Alteração do art. 207 da Constituição Federal e Anteprojeto de Lei que define Autonomia das Universidades Federais, Brasília, DF, agosto de 1996.

CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DA ASDUERJ

TEXTO 29

DIRETORIA DA ASDUERJ

CONCEPÇÃO, PRÁTICA E ESTRUTURA SINDICAL

Concepção e Prática Sindical

A fundação da CUT, no começo dos anos 80, vem culminar um processo de auto-crítica que uma parte do movimento sindical fez de sua prática e concepção nos anos que antecederam o Golpe Militar de 64.

“Os limites de nosso sindicalismo, de sua estrutura e sua prática já tinham sido percebidos, mas foi a partir do golpe militar que as análises mais profundas começaram a repercutir dentro das fábricas, nas organizações de esquerda, nos meios intelectuais. Em síntese, condenavam os vícios de nossa estrutura sindical: burocrática, sem enraizamento na base e imbuída de uma ideologia de colaboração entre as classes. Por seu lado, dentro das fábricas, operários militantes, refletindo sobre o desastre do 1º de abril de 1964, chegavam, na prática, às mesmas conclusões. O novo sindicalismo precisava ser construído: desatrelado do Ministério do Trabalho, organizado nos locais de trabalho e separado dos interesses patronais”. (I)

Assim, a CUT nasce a partir das Oposições Sindicais e de “sindicalistas autênticos” (que estavam dentro dos sindicatos oficiais, mas assumiam a crítica à estrutura getulista e tinham atuação combativa), à revelia da lei, propondo um sindicalismo classista (no sentido da independência de classe), de massas, baseado na democracia sindical, e em uma prática pela base.

O título II de seus estatutos, quando fala de seus objetivos fundamentais, diz: “A CUT é uma organização sindical de massas (...) de caráter classista (...) cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo”.

Ainda no fim deste capítulo (item i do título II) esclarece mais o que significa “classismo” e “interesses imediatos e históricos dos trabalhadores”: “lutar pela emancipação dos trabalhadores, tendo como perspectiva e construção de uma sociedade socialista”.

Como vemos, a radicalidade da proposta cutista não se restringe à crítica ao modelo sindical getulista, mas vai além, propondo uma concepção e prática sindical baseadas na **INDEPENDÊNCIA DE CLASSE, NO SOCIALISMO NA DEMOCRACIA COMO CONDIÇÃO IMPRESCINDÍVEL, NO SINDICALISMO DE BASE, NO SINDICALISMO DE MASSAS.**

Os Sindicatos de Servidores Públicos

O surgimento da CUT se dá em um momento de grande crescimento do movimento sindical, principalmente do movimento operário. Desde 1977, o movimento sindical aparece como um pilar fundamental no cenário de lutas do país. Emblemática é a greve dos metalúrgicos de São Paulo em 1979. Toda a greve foi dirigida pelo Comando de Greve, passando por cima da diretoria oficial (presidida então pelo interventor Joaquim dos Santos Andrade). Formaram-se imensos piquetes, com até 10 mil operários.

O militante opositor Santo Dias da Silva é assassinado num piquete na porta de uma fábrica por um policial militar. Esta greve representou toda uma crítica ao velho sindicalismo baseado na estrutura sindical oficial herdada de Vargas. Foi radical tanto na sua forma

organizativa, como no seu conteúdo político-ideológico, de confronto com a ditadura e os patrões.

A greve passa a ser uma experiência de camadas cada vez mais amplas de trabalhadores. Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, torna-se conhecido em todo o país. O 1º de Maio de 1980, com Lula e toda a diretoria do sindicato presos, é comemorado nas ruas de São Bernardo por 100 mil manifestantes, desafiando o impressionante aparato repressivo. Trabalhadores do Brasil inteiro levam sua solidariedade aos grevistas metalúrgicos de São Bernardo, parados desde 1º de abril, e que continuariam parados por mais 11 dias.

É nesta conjuntura que aparecem os movimentos organizados dos servidores públicos. Proibidos de se organizarem em sindicatos, sem poder contar com as entidades oficiais como seus representantes para nenhum tipo de reivindicação (as confederações eram verdadeiros antros de peleguismo, corrupção e agiotagem), o movimento cresce e se organiza geralmente a partir das associações de local de trabalho. O movimento não tenta sequer disputar as entidades existentes, deixando-as morrer por absoluto desprestígio e falta de representatividade, obrigando, assim, o governo a negociar com seus legítimos representantes. E é como fruto destas lutas, adotando os princípios cutistas originais, organizados de baixo para cima (a partir das associações por local de trabalho), desafiando a proibição legal, sem depender de imposto sindical, que surgem os sindicatos de servidores públicos.

Apesar de nunca ter sido concluída a discussão sobre qual a melhor forma de sua organização (sindicato por “ramos”, categorias ou sindicatos gerais?), foram os servidores públicos que chegaram mais perto do novo modelo sindical proposto. Poderosos sindicatos, que terão grande influência no interior da CUT e exercerão importante papel na luta dos trabalhadores brasileiros.

A ANDES-SN faz parte desta história, e possui estrutura e estatuto avançados, que visam a garantir democracia interna e a participação da base. Podemos criticar eventuais erros na condução política do movimento em determinados períodos, mas devemos reconhecer que, até a posse da atual diretoria, nosso Sindicato vinha atuando de acordo com os princípios construídos ao longo deste processo.

Sindicalismo Combativo X Sindicalismo de Resultados

A política neoliberal começa a ser implantada nos países centrais a partir dos meados da década de 70. A crise da esquerda não se restringe ao campo socialista do Leste, mas se espalhou e atingiu até mesmo políticas sociais democratas, como na Suécia, ou na França, onde o neoliberalismo se instala através do próprio governo socialista de Mitterrand. No Brasil, Collor derrota Lula, defendendo o ideário neoliberal.

Crise ideológica causada pelo fim do “socialismo real”, agravamento da situação econômica do país, mudanças no mundo do trabalho, paralisia da esquerda frente a derrota de Lula, ofensiva do neoliberalismo. Estrutura-se, totalmente por dentro das entranhas do poder, a Força Sindical.

É neste contexto que se realiza o IV CONCURT, em 1991. Sintomaticamente, este foi o único Congresso em que o hino da Internacional não foi cantado em nenhum momento. E é neste Congresso que a democracia da Central começa a ser violentamente atacada, quando não se quis abrir os cinco votos que dariam a vitória a proposta da proporcionalidade qualificada.

Portanto, não somente as iniciativas neoliberais de tutela, enfraquecimento e fragmentação do movimento sindical colocam em risco as duas décadas de retomada do sindicalismo combativo no país. Já em 1992, reconhecíamos que elementos da tradição burocrática gestada sob influência do getulismo estavam presentes na cultura cutista. Isto faz com que a CUT viva em permanente tensão entre desenvolver os elementos que ela gestou, de um sindicalismo organizado pela base, democrático, autônomo, etc, e os de outro, caracterizado pela sua burocratização, o afastamento da base, a centralização autoritária, a falta de ética, etc. Este tensionamento não está ainda decidido para nenhum dos dois pólos.

Quando o Governo Collor já estava totalmente desgastado pelas denúncias de corrupção, a maioria da CUT (capitaneada pela ARTSIN-Articulação Sindical) defendeu contra o movimento

Fora Collor proposto pela esquerda, argumentando que o “impeachment” seria um golpe, pois Collor tinha sido “eleito democraticamente”... Posição esta vencida pela vida, poucos dias depois, quando todo o movimento foi para as ruas (inclusive a CUT), nas grandes manifestações que entraram para a história de nosso país.

Quando Fernando Henrique ganhou as eleições, com força para implantar a política neoliberal, foi o movimento sindical cutista quem resistiu, culminando com a heróica greve dos petroleiros

Mas os petroleiros ainda estavam em greve, e os servidores públicos preparavam-se para entrar no movimento, quando a maioria da CUT impôs uma guinada na política adotada até então (“contra as reformas de FHC”), iniciando a fase das políticas “propositivas” (“por reformas populares...”), que levariam o movimento sindical a “mesas de negociação” sem movimento de sustentação, em correlação de forças desfavorável, um verdadeiro “sindicalismo de maus resultados”...

A tradução mais pura desta política está representada na desastrosa participação da CUT nas “negociações” da Reforma da Previdência. Talvez o único momento propício para uma grande mobilização popular depois da derrota dos petroleiros. Vicentinho aborta este movimento, autodesignando-se representante dos trabalhadores brasileiros, e ajuda o governo a impor a mais cruel perda de direitos sofrida pelos trabalhadores deste país. É bom que se diga que somente a ARTSIN o apoiou nesta atitude, e pela primeira vez a Direção da CUT (que não foi sequer consultada antes) aparece “rachada” publicamente em uma decisão.

A postura da atual diretoria da ANDES-SN no episódio da “negociação” e encerramento da greve nacional dos docentes de 1998, à revelia das Assembléias e do Comando de Greve, nada mais foi do que uma expressão desta política.

Na realidade,

“avança o processo de constituição da CUT como entidade que não mais prioriza a mobilização social, que não investe para que os trabalhadores se sintam e efetivamente sejam sujeitos das conquistas e insucessos da luta social. Ao contrário, aposta-se todas as fichas na transformação da central numa espécie de “para-estado” (envolvido num ininterrupto processo de negociação num número infinito de instâncias do Estado), constringido pela dinâmica infundável de realização de seminários. Neste sentido, os contratos e acordos coletivos deixam de ser conquista da luta, da ação coletiva, para tornarem-se resultado da capacidade de técnicos e dirigentes (tornados “carreira” cada vez mais especializada; em lugar de missão, de representação de classe). É assim que se abre o caminho para o reino da burocracia e da aceitação das regras do jogo do capitalismo.”(2)

Estrutura Sindical

O debate sobre a transformação da estrutura sindical tem sido feito no interior da CUT desde as últimas Plenárias e do VI CONCURT, com a Articulação Sindical aprovando, a toque de caixa, a proposta de Sindicato Orgânico, depois transformado em Sindicato Nacional por Ramos (modelo da CNM).

A necessidade de acabar com a velha estrutura corporativa – que ninguém mais quer, nem mesmo o neoliberalismo hegemônico – e a vontade de centralizar o controle da direção da Central - parecem ser motivos mais fortes do que a existência de condições objetivas e subjetivas reais para que isso ocorra. Não vamos esquecer que o getulismo também fez assim, com a diferença de que ele ocupava o poder central do país e o corporativismo era, então, parte da política de substituição de importações que serviu de base à industrialização do país.

Contrariamente ao processo restrito e restritivo em que tem se dado a discussão de um tema tão importante – se deve-se priorizar a unidade ou a divisão dos trabalhadores – este debate deveria ser amplo e envolver o conjunto da classe. Isto porque este é um elemento que pode favorecer ou dificultar o avanço não somente da luta por reivindicações imediatas, mas, fundamentalmente, do próprio combate pela transformação da sociedade brasileira.

Em um cenário de defensiva do movimento sindical, de ataque violento aos direitos mínimos já conquistados e de interesse, por parte do neoliberalismo, de fragmentação da luta dos trabalhadores, torna-se ainda mais necessário o aprofundamento deste debate. O governo

FHC lançou, como parte do pacote imposto pelo FMI, uma nova ofensiva sobre a legislação trabalhista e sindical, que pode destruir décadas de lutas e conquistas dos trabalhadores brasileiros.

“Mais do que isto, uma concepção que tenha como objetivo ultrapassar revolucionariamente o capitalismo e favorecer a construção do socialismo no Brasil, haverá de compreender essa empreitada como um processo de acumulo de forças. Isto é, como algo que deve envolver a vivência e a realização de tarefas políticas, administrativas, culturais, etc. pelos trabalhadores e o povo no curso de tão complexo processo de disputa de hegemonia com as classes dominantes.(...)”

“Ora, numa tal concepção a unidade dos trabalhadores é um valor irrenunciável e a construção de organismos sindicais unitários, desde a base, um objetivo estratégico central a ser perseguido. A recusa de quaisquer racionalizações taticistas defensoras do paralelismo e da fragmentação fundamenta-se numa razão singela: a história não registra vitórias do proletariado sobre a burguesia em meio a classe dispersa em múltiplos organismos com objetivos desencontrados ou conflitantes.

Neste sentido, os socialistas não deveriam pensar a estrutura sindical como quem toma os sindicatos locais como “escritórios” ou “sucursais” e a central sindical como uma “holding” controladora de grandes oligopólios corretores do valor da mão de obra (os “sindicatos orgânicos nacionais”, por ramo) que concorreriam no mercado com estruturas (ops, empresas) erguidas por outras concepções sindicais, políticas, religiosas e/ou (porque não?) empresariais. Uma concepção revolucionária deveria assumir o risco, o desafio, de construir estruturas que sejam funcionais às práticas democráticas e à minimização do fenômeno burocrático.”(3)

Infelizmente não é assim que tem se dado o debate no interior do movimento.

Neste quadro de hegemonia da política neoliberal à *brasileira*, de defensiva da luta dos trabalhadores, a proposta de modelos sindicais alternativos só tem validade se corresponderem a um projeto político mais geral, que se sustente em valores estratégicos capazes de fazerem os trabalhadores deixarem de ser massa de manobra para se tornarem atores reais do processo de construção política do país. Valores estratégicos que, trabalhados desde agora, poderão rascunhar o desenho da futura organização e estrutura sindical cutista.

Portanto, a luta pela autonomia e a liberdade sindical deve ter como suporte alguns elementos como:

- 1 - A luta por uma democracia de direitos iguais para todos
- 2 - O sindicato como frente ampla de massas
- 3 - A unidade sindical baseada na consciência, organização e na mobilização em torno de um projeto político.
- 4 - A liberdade individual submetida à liberdade coletiva
- 5 - A autonomia e a liberdade sindical frente os governos e o Estado.

Devemos dotar a concepção sindical de práticas que:

- 1 - Valorizem o trabalho cotidiano para fazer dos representados os sujeitos efetivos de todas as ações das entidades – das vitórias e dos revezes; e não resultados da “sagacidade” de seus dirigentes.
- 2 - Priorizem a mobilização e a educação de base, a sustentação financeira e material independente do Estado.
- 3 - Apoiem-se na ação coletiva como um dado chave de sua própria identidade.

Devemos ter como norte a disputa de hegemonia e não soluções organicistas. Enfim, construir uma Central com uma estrutura funcional que garanta aos sindicatos estatutos basicamente

comuns, com regras democráticas em funcionamento, princípios políticos e obrigação para com a sustentação da Central.

Essas são posições que os próprios trabalhadores e seus sindicatos devem assumir, e negamos qualquer direito ao governo FHC de pretender “resolvê-las” em seu lugar. Do governo a única coisa que exigimos, em matéria de estrutura sindical, é que ratifique a Convenção 87 da OIT, exigindo o reconhecimento do direito de negociação coletiva, inclusive para os servidores públicos em todos os níveis.

(1) CUT Ontem e Hoje – Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto

(2) Acerca do sindicalismo cutista – Genildo Batista

(3) Idem

Este trabalho usou como base os seguintes textos:

1 - Acerca do sindicalismo cutista – artigo de Genildo Batista na Ver. Brasil Revolucionário (nov.dez.jan./96)

2 - CUT ontem e hoje – o que mudou das origens ao IV CONCUR de Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto – Ed. Vozes – 1991.

3 - Texto 4 do caderno de teses para a 9ª Plenária Nacional da CUT – nov. 98.

4 - Por uma alternativa sindical classista – Luix – Porto Alegre, janeiro de 1997.

TEXTO 30

DIRETORIA DA ASDUERJ

Sobre a Reforma da Legislação Trabalhista e Sindical de FHC*

A Contra-Reforma Trabalhista em Curso

- Duas Visões Antagônicas de Superação da Herança Getulista

O governo FHC lançou, como parte do pacote imposto pelo FMI, uma nova ofensiva sobre a legislação trabalhista e sindical. De um lado, o governo aumenta impostos e arrocha gastos públicos em serviços essenciais para aplacar a sede de lucros do capital especulativo. De outro, retira direitos trabalhistas e tenta enfraquecer e tutelar os sindicatos, abrindo espaços para a sobreexploração dos trabalhadores.

As mudanças trabalhistas lançadas pelo pacote FHC-FMI dão seqüência a um processo aberto no início da década, e intensificado sob o atual governo, de ataque aos direitos trabalhistas e sindicais com iniciativas dos três poderes (Executivo, Judiciário, Legislativo). O governo busca justificar essas medidas com o discurso da "superação da herança getulista" que seria intrinsecamente autoritária, atrasada, etc.

O getulismo (o sistema corporativista) nas relações de trabalho e na organização sindical tem, no entanto, duas facetas. Por um lado, o Estado assumia a obrigação da proteção aos direitos individuais, independente da correlação de forças que tal ou qual setor da classe trabalhadora tivesse. Este era (e é) um aspecto progressista do getulismo. Por outro, o Estado se dava o direito a tutelar e inibir a organização e ação sindicais. Este era (e é) um aspecto reacionário do getulismo. Ambas facetas se articulavam entre si em uma estratégia das classes dominantes para conter e enquadrar a efervescência das lutas operárias e sindicais das primeiras décadas do século. Fizeram concessões (reconheceram direitos individuais) à classe trabalhadora.

A CUT foi fundada em um processo de contestação à faceta reacionária do getulismo, contra os mecanismos de controle e subordinação da organização sindical pelo Estado (imposto

sindical, unicidade imposta em lei, estatuto-padrão, poder normativo etc.). Mas surge também defendendo sua herança positiva, isto é, os direitos conquistados na lei.

Ao contrário disso, hoje os três poderes capitaneados pelo governo FHC atacam a faceta positiva daquela herança, quando retiram direitos antes garantidos pelo próprio Estado. Além disso, buscam exacerbar a faceta negativa, os mecanismos de controle e subordinação do movimento sindical (multas às greves, intervenção do Judiciário na organização sindical etc.). Não se trata de uma suposta "modernização" nem de superação do passado arcaico, mas de uma contra-reforma trabalhista, de um retrocesso a patamares de exploração do século passado.

Como Enfrentar as Medidas do Pacote no Terreno Trabalhista-sindical

O caráter do pacote

As mais recentes iniciativas do Executivo Federal têm duas dimensões. A MP sobre "suspensão temporária" dos contratos facilita a vida das empresas na hora de demitir - e como consequência do restante do pacote do FMI se prevêem demissões em massa nos próximos meses.

Já a PEC - que é apresentada pelo governo como uma iniciativa para garantir a "liberdade sindical" - é melhor entendida quando, além de se analisar o que ela estabelece, também se analisa o que ela afirma pela omissão. Vejamos as principais medidas:

a) Diz que será livre a criação de sindicatos mas define que compete à Justiça do Trabalho (JT) decidir, quando houver disputas (entre sindicatos, centrais, etc.) quem negocia, quem assina acordo, em suma, qual sindicato ou central é representativa deste ou daquele coletivo de trabalhadores. Isto é pior do que a atual unicidade sindical. Se os sindicatos combativos se recusarem a assinar acordos de flexibilização de direitos, os patrões criarão sindicatos por empresa "afinados com a modernidade" e a justiça os reconhecerá como "mais representativos";

b) Fala em liberdade sindical, no entanto não apresenta uma legislação de garantias para o exercício da ação sindical (esta só seria discutida após a aprovação da PEC). Mas dá poderes à JT para decidir sobre a matéria;

c) Não reconhece o direito à organização (sindical e/ou autônoma) no local de trabalho. Em um ambiente de fim da unicidade imposta em lei, significa que os sindicatos não terão nenhuma ferramenta legal para fazer seu trabalho nas empresas;

d) O governo fala em fim do poder normativo da JT, mas a PEC mantém esse recurso para os casos em que "houver possibilidade de lesão ao interesse público", isto é, sempre que interesse ao governo ou às grandes empresas;

e) A PEC enxerga a transição entre o atual sistema de relações de trabalho e o futuro sistema como uma chantagem. Define que os atuais acordos, convenções e sentenças normativas terão vigência de mais de 12 meses, devendo as partes (sindicato profissional e patrões) se compor antes desse prazo; em caso negativo, todas as cláusulas trabalhistas deixarão de ter vigência;

f) Tramita junto com a PEC o PL do Executivo de aplicação de multas às greves (para o qual FHC recentemente pediu urgência).

A tática do movimento sindical

A tática do movimento sindical para enfrentar a contra-reforma trabalhista não pode se limitar a este ou aquele aspecto. Deve partir de que o recente pacote faz parte de um processo que vem de longe e é mais abrangente. É nossa obrigação pôr em evidência o que está em jogo em seu conjunto: o Estado neoliberal brasileiro desenha em suas iniciativas uma sociedade sem proteções individuais para o trabalhador e com os sindicatos, ou asfixiados pelo controle estatal e a falta de garantias coletivas, ou se quiserem sobreviver, subordinados à chantagem patronal para serem agentes da desregulamentação de direitos. Trata-se de um passo estratégico no processo de redesenho autoritário do Estado brasileiro que o governo FHC vem impulsionando.

O movimento sindical deve definir claramente sua posição frente ao conjunto de medidas propostas por FHC (MP e PEC). Não pode fazer a discussão a partir da proposta do governo, buscando emendá-la, nem entrar em uma negociação pontual. Para visualizar o que significaria adotar essa tática errada, basta lembrar o desastre político que significou a tentativa feita pelo setor majoritário da direção da CUT, em inícios de 1996, de negociar pontos dentro da proposta de reforma global da previdência do governo.

O movimento sindical deve buscar aliados na sociedade, mostrando que se trata de deter o processo de avanço dos traços autoritários que o neoliberalismo está impondo ao Estado. Quer dizer, o foco de nossa atuação não pode ser o Congresso Nacional, espaço politicamente viciado e adverso aos trabalhadores. O centro de atuação deve ser a busca de alianças no campo popular e democrático.

Na contraposição ao projeto de FHC, o movimento sindical deve apresentar sua proposta de Sistema Democrático de Relação de Trabalho (SDRT) e estabelecer, como pré-requisito para abrir esta discussão na sociedade, uma Pauta Democrática. Não é possível fazer uma discussão séria sobre mudanças no sistema de relações de trabalho enquanto o Executivo continua desregulamentando direitos via MP, a JT aplica multas aos sindicatos, as empresas continuam demitindo dirigentes e militantes sindicais por todo o país, etc. Se o que será colocado em debate no Congresso Nacional é a alteração do atual sistema de relações de trabalho, não se pode aceitar que simultaneamente tal sistema já esteja sendo mudado *na marra* por fora desse espaço. Nesse sentido, a Pauta Democrática deve ter como pontos:

- a) A imediata anistia aos dirigentes sindicais demitidos e a anulação das multas aplicadas aos sindicatos por motivo de greve;
- b) A suspensão da tramitação de todos os projetos de lei referentes à questão trabalhista e sindical;
- c) A suspensão da vigência das medidas provisórias que tratam de temas trabalhistas;
- d) A vigência da Convenção 158.

A luta pela liberdade sindical

No enfrentamento ao projeto do governo, devemos reafirmar a luta pela liberdade sindical e por uma proposta de Sistema Democrático de Relações de Trabalho. São pontos fundamentais desse projeto:

Fim do poder normativo da JT. Isto é, deflagrado um conflito coletivo de natureza econômica (reivindicações salariais, busca de novos direitos, etc.), o Judiciário não poderá intervir;

Ultratividade de cláusulas dos acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho. O que estiver nesses instrumentos terá validade até que nova negociação o mude, sem que sua vigência tenha prazo predeterminado;

Os direitos individuais assegurados na atual legislação serão todos mantidos e a JT poderá ser acionada pelo trabalhador ou pelo sindicato para garantir sua aplicação. Tais direitos não poderão ser reduzidos pela negociação coletiva;

Fim das demissões imotivadas;

Amplo direito de greve. Fim das multas aplicadas pelo Judiciário;

Fim da unicidade sindical imposta em lei. Aprovação da Convenção 87 da OIT. O SDRT deverá garantir o direito de ter mecanismos de representação unitária dos trabalhadores, sindicalizados ou não, autônomo em relação às centrais sindicais, desde o local de trabalho até o nível nacional. Assim, as mesas de negociação, nos diversos níveis, serão compostas proporcionalmente à representação na base e a aprovação da assinatura ou não de um acordo, ou a deflagração de greves, deverão ser precedidas de assembléias unitárias;

Nesse cenário, a CUT lutará por substituir as atuais negociações fragmentárias por um Contrato Coletivo de Trabalho Nacionalmente Articulado, onde se combinem campanhas e negociações nacionais por ramo com outras nos demais níveis, buscando sempre garantir a

vigência dos acordos mais favoráveis ao trabalhador e respeitando as deliberações das assembléias dos trabalhadores na base;

Plenas garantias para a organização sindical do funcionalismo público e direito à negociação e contratação coletivas;

Uma nova legislação deve proteger o direito à organização nos locais de trabalho. A legislação de garantias para a organização e ação sindical deve contemplar também a proteção dos mandatos sindicais, o direito dos sindicatos, o direito dos sindicatos ao acesso aos locais de trabalho, sanções ao patronato nos casos de iniciativas anti-sindicais, etc.;

A proposta deve prever um período de transição entre o atual sistema e o SDRT, com garantias claras para a organização sindical e para os atuais direitos dos trabalhadores.

TR - 30

Resoluções

A partir da política acima exposta, o movimento sindical deve tomar as seguintes iniciativas:

a) Convocar uma Frente de centrais sindicais, outros movimentos sociais, entidades democráticas e partidos em torno da Pauta Democrática, em defesa da liberdade sindical, contra o pacote trabalhista-sindical de FHC. O eixo de atuação que o movimento sindical deve propor para essa Frente é a defesa dos direitos democráticos ameaçados pela contra-reforma de FHC e a luta pelo avanço no campo da liberdade sindical;

b) Deve ser tarefa dessa Frente fazer uma campanha de sensibilização da população sobre as conseqüências do processo de desregulamentação, flexibilização e eliminação de direitos trabalhistas que está em curso, e uma luta decidida para reverter esse processo;

c) O foco de atuação prioritária em ambos os casos deve ser a disputa na sociedade, não os meandros das comissões do Congresso ou espaços que o Executivo quiser abrir para fazer de conta que negocia. A única possibilidade de reverter a atual correlação de forças negativa é ganhar aliados na sociedade. As possibilidades de êxito no plano institucional (a revogação de medidas anti-sindicais e anti-trabalhistas, por exemplo) se jogam aí e não na maior ou menor habilidade em negociações em espaços que todos sabemos ser viciados;

d) O movimento sindical deve, desde já, iniciar mudanças em sua estrutura que ampliem a democracia (proporcionalidade em todos os níveis), a autosustentação financeira, a unificação das categorias por ramo, etc. Trata-se de alterações que não dependem, em grande medida, da legislação, e que podem ajudar aos nossos sindicatos a estarem em melhores condições para enfrentar um novo cenário.

*** Esta proposta, de autoria da asduerj, está baseada no texto 4 do Caderno de Textos para a 9ª Plenária Nacional da CUT – Nov.98.**

CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DA ADUFEPE

TEXTO 31

DIRETORIA DA ADUFEPE

O REPOSICIONAMENTO DA LUTA SINDICAL NO CONTEXTO DA CRISE CAPITALISTA.

A OFENSIVA NEOLIBERAL E A LUTA SINDICAL

A AÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL diante da ofensiva neoliberal, deve ser vista como AÇÃO DE UM SUJEITO POLITICO, capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido

emancipador, no contexto da crise e esgotamento das possibilidades civilizatórias do capitalismo.

Os elementos centrais da crise de decomposição capitalista, que se expressa a nível global se vinculam, predominantemente, à tendência à queda na taxa de lucro resultante da alteração na composição orgânica do capital, com a valorização do capital constante (máquinas, equipamentos, instalações, etc.) em detrimento do capital variável (os salários). A diminuição nos lucros têm levado à demissão de milhões de trabalhadores e a inserção destes em setores improdutivos e precários, provocando a degradação da vida e do trabalho da classe trabalhadora.

Além disso, esta crise acentua a contradição entre as forças produtivas, cujo desenvolvimento ameaça romper as relações de produção obsoletas, que apresentam ganhos de produtividade, mas são incapazes de beneficiar o conjunto da humanidade, posto que propicia uma maior concentração de renda, bens e lucros e maior expropriação dos trabalhadores, através da implementação de novas formas de produção, poupadoras de força de trabalho.

Estas novas formas de produção que surgem para responder à crise do capital se resumem no tripé: necessidade de *trabalhadores mais produtivos a menor custo*; utilização de *matérias primas mais baratas* e o *mínimo de regulamentação do mercado de trabalho*. Livre de qualquer controle político ou jurídico, o mercado mundial dispõe de uma aparente legitimidade e sustentação ideológica, presentes em mecanismos que vêm desvirtuando processos democráticos como as eleições e introduzindo reformas e privatizações, desencadeadas sob os auspícios de Governos aliados às imposições dos organismos internacionais, como Banco Mundial, FMI e Organização Mundial do Comércio.

O objetivo desses organismos, sob a hegemonia dos países desenvolvidos, é promover a aceitação-voluntária ou forçada-dos princípios econômicos neoconservadores.

Na realidade, trata-se de um processo de “recolonização” que organiza o desmonte das nações entregando ao capital financeiro especulativo o patrimônio público e tudo aquilo que é “rentável”, simplesmente, liquidando o “não rentável”, ou seja, a oferta de serviços públicos destinados ao conjunto da população.

Vivemos sob os auspícios do “Horror Econômico”, a era da destruição, da violência, do avanço da barbárie, paradoxalmente em meio a grandes avanços científicos e tecnológicos.

Nesse sentido, estamos vivendo um momento de esgotamento da capacidade civilizatória do capitalismo em todas as esferas da sociabilidade humana, com intensas repercussões nas instituições sociais.

Nesse contexto, vêm sendo implementadas medidas por políticas de governo e planos de gestão, segundo a lógica do capital. Estas medidas concentram esforços para restabelecer ou elevar as taxas de lucro. São medidas diretas para redução do custo do trabalho e dos salários e das conquistas dos trabalhadores, entre elas, o direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

No Brasil, a perda de direitos e conquistas e a retirada do Estado de suas responsabilidades sociais - conquistas históricas dos trabalhadores -, aparecem claramente nas REFORMAS da Previdência e Administrativa e, nos Projetos de Emenda Constitucional, como por exemplo, a PEC 370 que trata da Autonomia da Universidade. Passam também pelos acordos e tratados Multilaterais de Investimento, de que são exemplos a União Européia, NAFTA, ALCA- cujo objetivo é a desregulamentação total em benefício do capital financeiro internacional

As conseqüências nefastas das políticas de governo sintonizadas com a lógica do mercado, a lógica do capital, vêm sendo sentidas, em todos os países do mundo, por todos os segmentos sociais e principalmente pelos trabalhadores.

No Brasil, por exemplo, somente 1% da população brasileira tem acesso ao Ensino Superior e destes, aproximadamente, 75% pagam por tais serviços. Os dados sobre a pobreza no mundo podem ser verificados no Relatório do Desenvolvimento Humano 1997, editado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O Brasil ocupa o segundo lugar mundial nos índices de concentração da renda e de má distribuição da riqueza, mas ocupa o oitavo lugar em termos do produto Interno Bruto (PIB). 2% possuem 92% da renda nacional enquanto 98% possuem 8% desta renda.

Para manter seu domínio, o capital, através da burguesia que o sustenta, altera as **relações entre Estado** - (que passa a ser mínimo, pela via das reformas com a retiradas de direitos sociais) e a **Sociedade**, organizando consensos em torno das reformas pretendidas.

O Brasil é um centro nevrálgico da especulação financeira internacional e não escapou da crise. A *supervalorização da moeda*, num primeiro momento, e sua desvalorização brusca e tardia, procrastinada irresponsavelmente em função das eleições, colocou o país no “grupo de risco”, ameaçado pela volta da inflação em níveis excepcionalmente elevados. Se as exportações haviam sido afetadas pelo câmbio fixo, ao permitir o ingresso massivo do capital especulativo no país, os trabalhadores, agora, estão inclinados a ver seus já reduzidos salários deteriorados pela alta do custo de vida que se presencia com as recentes medidas do governo.

Desta contradição, delinea-se a crise política. O que se apresenta de comum entre as propostas de enfrentamento da crise por parte do governo, de segmentos da burguesia e de setores da classe trabalhadora cooptada é que **a crise deve ser paga pelos trabalhadores**, com restrições na educação e saúde, pela destruição das conquistas sociais e do patrimônio público. No quadro de colapso, os Programas propostos pelo governo para enfrentar a crise e, que vêm sendo acatados por dirigentes sindicais, são negociações que têm implicado em demissões, congelamento de reajustes salariais, perda de direitos e conquistas trabalhistas.

O Governo FHC, tanto no primeiro mandato quanto neste segundo, tem demonstrado ser um agente do capital em um período excepcional da crise, consolidando o arcabouço jurídico-institucional que atenta contra as conquistas sociais.

As diretrizes do **Plano de Ajuste Fiscal**, uma de caráter conjuntural, que são medidas de curto prazo que se concentram na redução das despesas, penalizando os trabalhadores, particularmente os servidores públicos, e outra, de natureza estrutural, materializada na efetivação e regulamentação das reformas.

O objetivo da Reforma Trabalhista, nas medidas de ajustes, é fundamental ao governo para adequar o funcionamento do mercado de trabalho ao processo de reestruturação econômica por que vem passando o país. Ao todo, são 28 Projetos de Lei tramitando no Congresso. Deve-se ressaltar que somente 43% do parlamento foi renovado, com base em uma eleição que pode ser caracterizada, ao nível presidencial, pelo uso da máquina administrativa no processo de reeleição, pela falta de debate no pleito proporcional, da indução das campanhas majoritárias, pela excessiva divulgação de pesquisas com resultados manipulados. Apesar dos nomes expressivos, com forte liderança política, o parlamento continua desfavorável à classe trabalhadora.

Além do apoio majoritário do parlamento, a proposta do governo em relação à reforma trabalhista e sindical é substituir o corporativismo tripartite da CLT herdada da era Vargas (com o Estado “neutro” como árbitro entre capital e trabalho) pelo neocorporativismo de um acordo tripartite patrocinado pelo Ministério do Trabalho.

São duas as concepções em confronto nesse momento: uma, que objetiva uma resistência ativa, combativa à destruição de direitos e conquistas e outra, que defende o colaboracionismo sindical, sindicalismo propositivo de resultado/orgânico, ou sindicalismo de envolvimento, sindicalismo de empresa, o sindicato-casa, consensual, participativo.

A CRISE SINDICAL na atualidade é caracterizada: por **relações individualizadas** entre Capital X Trabalho. É o “sindicato-casa” modelo proposto pelo toyotismo; pela **desregulamentação e flexibilização ao limite**. Insere-se aqui o exemplo do modelo de produtividade imposto pelo MEC, a quebra de paridade com os aposentados e pensionistas e os professores do 1º e 2º grau (ensino fundamental e médio), redução de jornada de trabalho, o “Banco de Horas” das Universidades (gratificações relacionadas com horas em sala de aula, ao invés de aumento salarial), utilização de professores substitutos e alunos da pós-graduação para ministrarem aulas na graduação, não preenchimento das vagas existentes. O modelo de

produtividade imposto pelo MEC corresponde à versão compatibilizada às Universidades, do “Banco de Horas” na Indústria, que visa destruir convenções coletivas e transformar as organizações de classe, o sindicato, em parceiro da gestão do trabalho adotada pelo Governo; **pela substituição do modelo sindical** presente pelo sindicalismo de participação, propositivo, que contabiliza prejuízos de envergadura brutal, com o evidente desemprego estrutural, que ameaça implodir os próprios sindicatos; pela **tendência à burocratização e institucionalização** das entidades sindicais, que acabam se distanciando dos movimentos sociais autônomos, perdendo a radicalidade social, consolidando-se como organismos defensivos incapazes de desenvolver e desencadear uma ação para além do capital; pelo **culto ao individualismo exacerbado e da resignação social**, que coíbe e isola os movimentos de esquerda, gerando um clima de adversidade e hostilidade contra a esquerda, contra o sindicalismo combativo e os movimentos sociais de inspiração socialista;

FORMAÇÃO POLÍTICA E INTERVENÇÃO NAS LUTAS: AS LIÇÕES DA GREVE

A luta de classe mostra a resistência dos trabalhadores ao quadro desolador que lhe reserva o capitalismo deste final de século. Juntamente com as greves dos trabalhadores na França contra a desregulamentação da previdência, as prolongadas greves dos portuários de Liverpool (Inglaterra), dos trabalhadores dos transportes, no México e, a greve do setor automobilístico nos Estados Unidos, a Greve nas IFES, no Brasil, é exemplo de resistência dos trabalhadores.

O Fórum da ONU, impulsionado pelos Estados Unidos, busca integrar os sindicatos, lado a lado com governos, ONGs, empresas multinacionais, no “esforço comum” para viabilizar as políticas destrutivas do capital neste final de século. A primeira instituição a sofrer ataques dessa reforma é a OIT (Organização Internacional do Trabalho), eliminando-se, com isso, um quadro normativo de convenções internacionais em benefício de uma nova e brutal desregulamentação do trabalho. A proposta da ONU atribui às ONGs o papel de “representantes das questões sociais” em lugar dos sindicatos e de outros movimentos sociais. Visa relativizar o lugar do Estado por meio de uma estrutura tripartite: os Estados, as instituições financeiras internacionais, e a “sociedade civil”.

Diante desse quadro, o movimento sindical desenvolve várias formas de luta, entre elas a greve. A GREVE NACIONAL das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, deflagrada pelo Movimento Docente (ANDES-SN) em 31/03/98 e, ampliada com a decretação da greve dos técnico-administrativos (FASUBRA), estudantes (CNGE-UNE) e, Escolas Técnicas (SINASEFE), nos permitiu aprender algumas lições em relação à organização sindical e a luta contra à destruição das instituições públicas e da democracia.

Coerente com a lógica do Estado mínimo (primeira tese do neoliberalismo), e a perspectiva do mercado como regulador de todas as relações, não só econômicas, mas também as culturais e da produção científica & tecnológica (segunda tese neoliberal), o Governo FHC impõe profundos cortes nos recursos destinados às atividades fins nas IFES. O professor presidente FHC, e o professor Ministro da Educação Paulo Renato, fiéis às diretrizes do Banco Mundial para a Educação na América Latina, revelam-se eficientes executivos destas diretrizes, atacando um dos patrimônios nacionais da maior importância, que são as IFES. Este ataque revela-se na política de **não reajuste dos salários do funcionalismo público, entre os quais os docentes das IFES**, há mais de três anos e meio, além do corte de recursos para a pesquisa, para bolsas de pós-graduação e, em especial, o corte de recursos para o funcionamento das IFES

Das lições advindas da Greve nas IFES/98, reconhecemos algumas como estratégicas: o **debate qualificado, a construção da unidade, a ampliação da luta em defesa da universidade** com demais setores da sociedade que defendem a Educação Pública. Outra lição diz respeito a **visões e concepções de Organização e Luta Sindical**, o que se evidenciou no retrocesso da luta pelos erros e o processo de cooptação e alianças entre Dirigentes - Governo, MEC, ANDIFES -, e a Nova Direção da ANDES-SN (1998-2000).

O que deve ser evitado no movimento sindical são as práticas colaboracionistas presentes em alguns setores sindicais, a exemplo do que ocorreu com a atual diretoria da ANDES - Sindicato Nacional, apoiada nas eleições ocorridas durante a Greve, por membros da Executiva Nacional

da CUT, identificados com a Articulação Sindical e a Corrente Sindical Classista. Diretoria que passou a criticar, pela imprensa, o Comando Nacional de Greve (CNG-ANDES) e o desconsiderou nos encaminhamentos seguintes à posse, negociando paralelamente no Congresso e com o Ministro, propostas que expressavam muito mais as posições do Governo do que as posições do Movimento Grevista.

O ANDES, através de sua atual diretoria, ao aceitar a proposta do Governo, resvala no colaboracionismo e corporativismo, contribuindo para introduzir uma avaliação por produtividade que induz à privatização: Além disso, conseguiu “rifar” os professores dos Colégios de Aplicação, os aposentados e substitutos e, aprofundou o distanciamento das reivindicações dos funcionários técnico-administrativos e estudantes, quebrando a isonomia com os aposentados, fragmentando as lutas e dividindo os trabalhadores.

A resistência ativa é exigência histórica colocada às Organizações Sindicais para alavancar a luta contra a ofensiva do capital que se organiza a nível internacional. Não basta a luta econômica por salários. É preciso ampliar a luta política, em defesa dos trabalhadores e intensificar a Formação Política, responsabilidade estratégica do Sindicato.

Os pontos de apoio dessa luta, exigem fortalecer as ações que ampliem e aprofundem a organização da classe trabalhadora, entre o que destaca-se um importante instrumento - o Movimento Sindical Combativo, Autônomo e Democrático.

NOSSA PERSPECTIVA SINDICAL: AFIRMAÇÃO E RESPEITO ÀS REIVINDICAÇÕES DAS BASES E UNIDADE NA LUTA

Os desafios que se avizinham não são menores ou menos complexos. A Implementação da Lei Orgânica da Universidade, as respostas ao Novo Ordenamento Legal - LDB, PNE, Diretrizes Curriculares, os projetos de Emenda Constitucional em tramitação -, são indicadores disto. As questões das novas formas jurídicas da universidade e das relações de trabalho e sindical estão colocadas na conjuntura atual. A quebra da Autonomia, da Isonomia, do Regime Jurídico único já são evidentes. A destruição da Universidade Pública, Gratuita de Qualidade, Socialmente Referenciada é de domínio público. O Movimento Docente deve continuar sua histórica construção democrática, desenvolvendo ações tanto no interior da universidade, **com unidade, construindo uma frente unificada de defesa de direitos**, bem como, dirigindo-se à sociedade, aos meios de comunicação de massa, ao parlamento e, setores em luta, para barrar as privatizações e a perda de direitos e conquistas.

A investida do capital exige uma resposta unificada em escala mundial. E esta resposta precisa ser organizada.

Recuperar os elementos históricos da relação entre o **Movimento Sindical, o Estado e as Políticas Sociais**, permite reconhecer os **elementos mediadores centrais das políticas neoliberais**, o que significa, reconhecer o **ataque demolidor contra os Serviços Públicos, contra o patrimônio público, contra a organização dos trabalhadores**. Significa reconhecer os “investimentos”, entenda-se endividamento, via ações das agências financiadoras internacionais e suas exigências, legitimadas pela manipulação do imaginário social no cotidiano, a exemplo do que ocorreu nas últimas eleições com a intervenção da grande imprensa e a cooptação de alguns intelectuais e de direções sindicais.

Nesse sentido, precisamos negar o sindicalismo participacionista e afirmar o sindicalismo combativo, rompendo com o corporativismo que defende exclusivamente suas respectivas categorias neutralizando o conteúdo classista, um **corporativismo societal excludente**, que fragmenta a classe trabalhadora. Combater o **sindicalismo de envolvimento**, mais vulnerável e subordinado ao comando patronal, que visa a cooptação dos trabalhadores. Defender o **sindicalismo horizontal** que construímos contra o sindicalismo verticalizado incapaz de incorporar e aglutinar os novos contingentes de trabalhadores, empregados e desempregado que predominou na era fordista.; Resistir à tendência à **institucionalização e burocratização** dirigindo-se aos movimentos sociais autônomos, em luta por diretos na sociedade. Avançar na ação de auxiliar a **busca de um projeto** mais ambicioso que caminhe na direção da emancipação dos trabalhadores, em vez de exclusivamente desenvolver ações imediatistas e fenomênicas, que não questionam minimamente a ordem do capital, elaborando um **modelo econômico alternativo, com claros traços anticapitalistas**.

A luta deverá concentrar-se contra a desregulamentação dos direitos, contra o Pacote Fiscal, Reforma Trabalhista, o Banco de Horas, a destruição do sindicato, em defesa da CUT Combativa, vinculada às bases.

São estes alguns dos principais desafios que se colocam ao movimento sindical na contemporaneidade e que o movimento docente terá de enfrentar nas suas lutas por uma Educação Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente Referenciada.

Reafirmar a nossa PAUTA DE REIVINDICAÇÕES, que continua intacta e sequer o item salarial emergencial foi atendido, significa recolocar as razões econômicas e políticas que desencadearam a greve e que continuam presentes. A decisão de retomada à normalidade não significou derrota, mas sim, reorganização de forças e preparo para novos embates com o governo e, inclusive, com a direção sindical da ANDES-SN, recém empossada, que errou ao negociar com o governo. A defesa das reivindicações, do Movimento Docente sindicalizado aa ANDES-SN e, especificamente, o expresso pelas bases das seções sindicais - devem ser reconhecidas como orientadoras das ações do sindicato.

Nossa perspectiva sindical reafirma posições Históricas da ANDES/SN: defesa da liberdade e autonomia sindicais em relação ao governo, ao patronato, aos partidos e às confissões religiosas, contra o uso do imposto sindical, e acima de tudo, defesa da unidade sindical, baseada em livre direito de organização dos trabalhadores pela base e de respeito às deliberações da base.

TR-31

RESOLUÇÕES COM BASE NAS ARGUMENTAÇÕES APRESENTADAS NO TEXTO

RESOLUÇÃO REFERENTES À FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL:

- 1 - Exigir do Estado brasileiro a ratificação e o cumprimento das resoluções das Convenções 87 e 98 da OIT que prescrevem a liberdade e autonomia sindical;
- 2 - Reafirmar a concepção, estrutura e práticas da organização sindical classista, horizontal, de base e democrático.
- 3 - Intensificar estratégias para Formação Sindical, no âmbito nacional, regional e local visando qualificar a intervenção política dos docentes.
- 4 - Fortalecer as iniciativas de construção da solidariedade internacional entre os trabalhadores e desenvolver formas de resistência e luta pela afirmação dos direitos e da democracia.

TEXTO 32

DIRETORIA DA ADUFEPE

A EDUCAÇÃO NA CRISE – O NOVO ORDENAMENTO LEGAL E A DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Um dos pontos centrais da atual conjuntura internacional é a implementação a nível mundial, de *políticas de ajustes estruturais*, que são estratégias do processo de reestruturação neoliberal, impostas aos países em desenvolvimento, de interesse único do grande capital financeiro especulativo. O FMI e o Banco Mundial são os principais agentes destes interesses.

Tais políticas impõem a Governos e Governantes a adoção de medidas privatistas e a retirada de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores. No Brasil isto pode ser reconhecido no Programas Nacional de Desestatização (PND-Lei 9.491/09/97), nas propostas de reformas constitucionais, nas leis complementares, medidas provisórias, decretos e portarias e na Política do Governo para o Ensino Superior. As conseqüências são a destruição do patrimônio público, dos serviços públicos e a desresponsabilização do Estado para com as políticas sociais. Enormes contingentes populacionais são excluídos e perdem direitos a benefícios sociais essenciais como Educação e Saúde.

A outra face dos ajustes e desregulações é o “assalto às consciências”. A nova ordem desejada pelo capital, a construção de uma nova hegemonia, a produção de consensos em torno das reformas em curso só podem ser feitas à custa de um violento processo de amoldamento subjetivo: estamos perdendo os nossos direitos à cidadania e ainda querem nos convencer de que, no horizonte, nos aguarda um mundo tecnologicamente mais desenvolvido.

O Processo em desenvolvimento apresenta-se com características de “assalto às consciências e amoldamento subjetivo” pela via das Leis que regem a Educação no Brasil e na América Latina. São indicadores deste processo:

A LDB – (Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LEI 9.394/96) consolida os quatro princípios que subjazem a nova onda de reestruturação educacional, a saber: individualismo-meritocracia, excelência-eficiência, qualidade total-produtividade, financiamento social-privatizações. Quatro aspectos são bem claros:

Os ajustes estruturais - reestruturação tecnológica e produtiva impostas aos países em desenvolvimento, que reduzem a cidadania à racionalidade e à cultura do universo econômico, a lógica do mercado;

As exigências estabelecidas pelas agências financiadoras como o Banco Mundial, que vem participando da definição de políticas educacionais no Brasil. (“El desarrollo en La Practica: La Enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia”).

Desfiguramento da Constituição Nacional;

A necessidade de “**sintonizar a Educação com uma Nova Ordem Mundial**”, para adaptar diferentes perfis profissionais às contínuas transformações do mercado de trabalho, visando a adaptação dos profissionais graduados aos novos paradigmas da sociedade moderna - o **Paradigma Científico-Tecnológico** -, para enfrentar o desafio do cenário mundial, que se caracteriza pelo uso de novas tecnologias, pelo processo de globalização, de transformação da geopolítica mundial.

A Privatização da Educação assume a forma de “**privatização branca**” pela via da captação de recursos externos na busca de parcerias, “**a privatização por leis e decretos**”, conforme intenta a PEC 370^A. e a Lei 14 e ainda, pela “**opção privatista, por parte das administrações universitárias alinhadas ao MEC**”.

Somam-se esforços, por um lado para isentar o Estado do financiamento, por outro, para ampliar o controle ideológico. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação evidenciam tal estratégia política.

OS PCNs. Os PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS são orientações do MEC, a respeito da DIREÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA nos Projetos de Escolarização do Sistema Nacional de Educação, especificamente para o ensino fundamental. Ou seja, representam a direção e a centralização da orientação curricular sob os auspícios do Estado.

Os PCNs, são uma LINHA DE AÇÃO ESTRATÉGICA do MEC. Decorre do âmbito de convênios internacionais assinados pelo Brasil - CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, estabelecido entre os nove países mais populosos do mundo e com menores índices de produtividade em suas estruturas educacionais. Tais convênios desdobram-se no Brasil no ACORDO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS e nos PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO, dos Estados, que introduz o MEC como formulador de diretrizes curriculares básicas/ mínimas e, por outro, do preceito constitucional (Artigo 210 da Constituição Federal/1988) e ainda, das formulações que culminaram na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

O PNE – Plano Nacional de Educação. Existem atualmente duas propostas tramitando no Congresso. Uma de iniciativa da Sociedade Civil, construída durante a realização do II CONED – Congresso Nacional de Educação e outra, de iniciativa do Governo. As duas propostas diferem radicalmente em vários aspectos, entre eles podemos destacar o processo de construção, os interlocutores, a proposta de um Sistema Nacional de Educação e de um Fórum Nacional de Educação, inexistentes na proposta do governo; diferentes propostas de

Gestão dos Sistemas e Escolas, Financiamento, Atendimento Educacional e política de Formação dos profissionais da educação

A tarefa é defender um PNE que não contenha sementes das iniciativas neoliberais de destruição da Educação Pública e que eleve imediatamente o percentual de aplicação do PIB em educação para 8%.

A Emenda Constitucional 14. Institui o FUNDEF – Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério) cujo financiamento da educação é arcado com verbas de estados e Municípios e pouca participação do Governo. Cria dois tipos de subvinculação de impostos destinados exclusivamente ao ensino fundamental. Um prevê que, até 2006, Estados, municípios, Distrito federal apliquem 60% do percentual obrigatório de 25% (ou seja 15% da receita de todos os impostos no ensino infantil, fundamental e médio. Outra é uma subvinculação da subvinculação, pretende reunir, num fundo comum, 15% de outros impostos arrecadados ou transferidos a estados e Municípios (ICMS, FPE, FPM, IPI, Lei Kandir. O Fundo foi regulamentado pela lei 9.424 dezembro de 1996, fundo distribuído com base nas matrículas do ensino fundamental constante no Censo educacional divulgado pelo MEC. O FUNDEF prevê, ainda, a fixação, pelo presidente da república, de um valor anual mínimo por aluno correspondente a R\$ 300,00 em 1997 e R\$ 315, 00 em 1998. Quando o estado não alcança o mínimo o Governo complementa. As críticas ao FUNDEF residem no rebaixamento do financiamento do ensino, pelo cálculo do mínimo, enfraquecimento dos demais níveis de ensino, a não-valorização do magistério, a fiscalização débil, o tempo previsto (10 anos) para o Fundo, quando serão retirados as verbas adicionais, possível eliminação de imposto como o ICMS. A luta hoje é pela revogação da Lei.

AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A GRADUAÇÃO - é outro ponto nevrálgico da política do Governo e do seu projetos para a Universidade

A política do MEC para o ensino superior reflete as recomendações do Banco Mundial, reconhecidas no documento “El desarrollo en La Practica: La Enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia”. Estas recomendações também expressam-se para a educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e para a Educação de Jovens e Adultos

São três os pilares da política governamental: **Avaliação** (Lei 9.131/novembro de 1995- Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos “Provão”), **Autonomia Universitária Plena** (PEC 370) e **Melhoria do Ensino** (PNG Edital N°04/97 SESU/MEC e PID - Artigo 6° da MP 1657-18, PEG - Programa de estímulo a Graduação ou ao atual GED - Programa de Gratificação e Estímulo a Docência).

Ao defender tais pilares, o governos redefine a essência da relação entre o Estado e o Sistema de Ensino. Redefine-se aí a própria institucionalidade das relações entre Estado e Educação. A questão da Educação passa também, como a escolarização de todos, pelo projeto político de sociedade, passa pela forma como o Estado define o tipo e a forma desse investimento.

Para implementar a sua concepção de autonomia universitária o MEC enviou ao Congresso, em 1996, uma proposta de emenda constitucional (PEC 370-A) que consagra o processo de privatização interna das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), descomprometendo gradualmente o Estado com o seu financiamento, indicando claramente o caminho para a inserção das Universidades e CEFETEs na lógica capitalista de mercado, com a venda de serviços na área de pesquisa e extensão comunitária, com a cobrança de anuidades ou mensalidades aos alunos.

Analisando os Programas que o Governo vêm propondo às Universidades, como o PRONEX (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência), PID (Programa de Incentivo a Docência) - rejeitado pelo Congresso em 12/05/98, por força do movimento grevista nas IFES e imposto na forma da GED (Gratificação de Estímulo a Docência), o PNG (Programa Nacional da Graduação, Edital N°04/97 SESU/MEC em implementação nas IFES), reconhecemos os indicadores da estratégia do governo que é implementar a privatização nas IFES e, estabelecer a dissociação entre ensino, pesquisa e extensão, a separação entre as próprias Universidades - de ensino, de pesquisa, de extensão-, concentração de pesquisa em centros de excelência,

com alta performance de qualidade e produtividade e, gestão flexível de recursos humanos vinculados a projetos específicos, desinstitucionalizando recursos e pesquisadores, abrindo o caminho acelerado à privatização.

O investimento em “nichos tecnológicos” em detrimento dos investimentos em uma ampla base de competência educacional, científica & tecnológica nacional pode ser a diferença entre a vida e a morte num mundo onde o crescimento depende do conhecimento científico & tecnológico. Verifica-se aí a submissão do trabalho docente e de pesquisa a padrões e finalidades externas, determinados pelas exigências do mercado. Decreta-se aí o fim da Universidade Pública como instituição, em geral, e como instituição democrática de garantia de direitos.

Em relação ao “Programa Nacional para a Graduação (PNG)”, por exemplo, podemos reconhecê-lo no quarto ponto das recomendações do Banco Mundial. O PNG é “uma ação da política de Ensino Superior do MEC, conjunta com a SESU e o Fórum de Pró-Reitores de Graduação que objetiva **organizar novas diretrizes gerais dos currículos dos cursos de graduação e redimensionar a direção do processo de formação humana nos projetos de escolarização das IES**”. Tal Programa desdobra-se em duas linhas básicas, uma reconhecida como “Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior” e outra de Produtividade ligada a docência (rejeitado na forma de PID pelo Congresso em 12/05/98, por força do movimento grevista nas IFES, mas reapresentado e vitorioso no Congresso Nacional, com a colaboração da nova Direção Nacional da ANDES (1998-2000), na forma do GED.

1 - Reconhecemos aí expressões da proposta do Banco Mundial, enquanto estratégia de reforma, que está sistematizada em quatro pontos:

2 - Maior diversificação dos tipos de instituição propondo instituições não universitárias para atender demanda de mercado e diminuir custos (op. cit.: p.31);

3 - Diversificação das fontes de financiamento das instituições públicas de ensino superior através de três iniciativas: a) ensino pago; b) doações e; c) atividades universitárias que gerem renda (op.cit.: p. 44);

4 - Redefinição da função do Estado no que concerne ao Ensino Superior cujo ponto central é autonomia financeira (op.cit.: p. 61);

Adoção de políticas de qualidade e equidade, com nenhum ou pouco aumento dos gastos públicos (op. cit.: p. 74).

O Banco Mundial não apresenta idéias isoladas mas uma proposta articulada - uma ideologia e um pacote de reformas, propostas aos países em desenvolvimento que abrangem um amplo conjunto de aspectos vinculados à educação, das macropolíticas até a sala de aula, políticas estas que declaram o objetivo de elevação da qualidade do ensino, enquanto implementam a redução dos gastos públicos para a educação e mantêm-se indiferente à carreira e ao salário do magistério.

Não cabe ao Governo impor Diretrizes, mas sim garantir espaços para que, com autonomia científica e pedagógica, com base em processos coletivos, democráticos, com ampla participação e representação, construam-se eixos norteadores comuns a nível nacional para a formação acadêmica, inicial e continuada, cujo referencial seja o padrão unitário de qualidade para uma sólida formação teórica.

TR - 32

RESOLUÇÕES REFERENTES À POLÍTICA EDUCACIONAL:

1 - Implementar o III CONED para retomar as discussões sobre o PNE, conforme resolução do XVII Congresso da ANDES-SN.

2 - Defender a duplicação imediata do percentual do PIB projetado na faixa dos 8% para a Educação Nacional.

3 - Discutir estratégias para revogação da EC 14 regulamentada pela lei 9.424 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

4 - Realizar Seminário Nacional sobre Diretrizes Curriculares e Cursos Seqüenciais, entre outros para propor ações a serem desencadeadas no âmbito sindical em defesa do PADRÃO NACIONAL UNITÁRIO DE QUALIDADE do ENSINO SUPERIOR

5 - Aprofundar o debate crítico ao Modelo de Integração das experiências extensionistas nas Universidades, e aos programas e projetos governamentais – (políticas compensatórias, tipo Universidade Solidária, Alfabetização Solidária, Universidade Parceira e outros) de caráter estratégico, que introduzem mecanismos de privatização nas IFES e de cooptação dos docentes e estudantes.

TESE DA DIRETORIA DA ADUFRGS - SECAO SINDICAL DA ANDES - SINDICATO NACIONAL

TEXTO 33

DIRETORIA DA ADUFRGS

TEXTO APOIO

O Movimento Docente tem tido problemas sérios de representação democrática, principalmente nos momentos cruciais como as greves realizadas pelas Universidades Federais.

Como exemplo temos Comandos de Greve que são constituídos por um (01) representante de cada AD e suas decisões não refletem necessariamente a vontade da maioria dos professores.

Este problema também se reflete em outras instâncias deliberativas como as reuniões de setor, CONADs etc e contraria o próprio princípio implícito na constituição de um sindicato único como a ANDES em contraposição a idéia de Federação de Ads.

Para superar este problema propomos a seguinte resolução.

TR - 33

TEXTO RESOLUCAO

Este congresso delibera por alteração no Estatuto da ANDES, no sentido de estabelecer que em todas instâncias deliberativas a representação dos professores de cada AD deverá obedecer ao critério de proporcionalidade ao número de associados da AD em questão.

CONTRIBUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA APESJF-SSIND, REALIZADA EM 20 DE JANEIRO DE 1999, AO 18º CONGRESSO DA ANDES-SN.

TEXTO 34

CONTRIBUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA APESJF-SSIND

Texto de Apoio

1 PROPOSTA DE SEDE DO XIX CONGRESSO DA ANDES-SN, NO ANO 2000

A APESJF – Seção Sindical da ANDES-SN, criada há 21 anos, tem procurado estar presente a todos os eventos do nosso Sindicato Nacional, na perspectiva de contribuir para o

fortalecimento do Movimento Docente, bem como de manter a nossa base, professores da UFJF, mobilizados e coesos na defesa intransigente da Universidade Pública Gratuita e de Qualidade.

Na tradição de lutas da APESJF-SSIND participamos, mais de uma vez, de Diretorias Nacional e Regional da ANDES-SN, o que mostra o envolvimento de nossa AD em âmbito nacional.

Em 1988, a APESJF-SSIND sediou o VII Congresso da ANDES-SN e, desde então, nenhum outro evento de caráter nacional foi realizado em Juiz de Fora.

A Cidade

Com cerca de 400.000 habitantes, Juiz de Fora está situada a 260km de Belo Horizonte e a 180km do Rio de Janeiro. Hoje, há vôos diários vindos do Rio de Janeiro e de São Paulo com conexão para todas as partes do país, o que facilita o acesso. Há ônibus saídos de hora em hora tanto do Rio quanto de Belo Horizonte, bem como transporte rodoviário para São Paulo e várias partes do país.

Juiz de Fora possui a única escola da América Latina de Laticínios, o que garante a boa qualidade dos queijos (não apenas mineiros!) e doces, além de ampla rede de malharias, que lhe deram, no início do século, a alcunha de “Manchester Mineira”. A presença da Siderúrgica Mendes Júnior, da montadora Mercedes Benz e de outras indústrias de grande porte são fatores que têm aumentado o dinamismo socio-econômico da região.

Destacam-se, como pontos turísticos, o Museu Mariano Procópio, o terceiro em acervo do Brasil Imperial, a 1ª Usina Hidrelétrica da América do Sul, a Fábrica Bernardo Mascarenhas (Espaço Cultural e Mercado Municipal) e o Cine Theatro Central, hoje da UFJF e recém restaurado, é o maior teatro de Minas Gerais.

A cidade possui boa rede hoteleira e são muitos os restaurantes, de comida típica a cozinha internacional, bem como bares com música ao vivo e petiscos típicos de Minas Gerais, que tornam a cidade hospitaleira. Além disso, conta com boa rede de transporte urbano, bem como de táxis e, por não ser uma cidade grande, o preço é bastante acessível.

Destaca-se ainda a excelente infra-estrutura de serviços para suporte de eventos. A cidade tem uma tradição cultural que se revela na existência de vários grupos de teatro amador, do Centro Cultural Pró-Música, que introduz nossos jovens na música, bem como na promoção de vários concertos e do já internacionalmente famoso Festival de Música Antiga, Barroca e Colonial Brasileira.

Nossos teatros mantém contínua programação, sendo a cidade o lugar já eleito por artistas brasileiros como o ideal para o lançamento de suas peças e shows.

A UFJF

Com cerca de 9000 alunos, 866 professores e 1101 técnico-administrativos em atividade, a UFJF vem crescendo em qualidade, ainda que sofrendo os revezes da política governamental.

De tradição democrática, as eleições para Reitor, realizadas em 1998, foram organizadas pelos três segmentos, voto paritário, tendo o Conselho Universitário acatado a consulta e a Reitora nomeada pelo MEC.

O Campus Universitário, aprazível, é um constante convite ao esporte, lazer e reflexão. Abriga três Institutos e onze Faculdades, num total de 27 Cursos de Graduação e Pós-graduação, além do Hospital Universitário.

Possui ainda um Colégio de Aplicação e o Colégio Técnico Universitário, que, juntos, contam com cerca de 2.200 alunos, de reconhecida qualidade a nível local e regional.

Além disso, a UFJF é responsável pelo Centro Cultural Murilo Mendes, que abriga importante acervo bibliográfico e artístico referentes a esse grande poeta de nossa língua.

O Fórum da Cultura, prédio tombado pelo Patrimônio Histórico, é palco para inúmeras apresentações artísticas e culturais e, em especial, é sede do Coro Universitário e do premiado Grupo de Teatro Divulgação, ambos formados por alunos, professores e técnicos administrativos da UFJF, bem como por pessoas da comunidade.

TR - 34

Texto Resolução

A Assembléia Geral da APESJF-SSIND propõe ao 18º Congresso da ANDES-SN a realização do XIX Congresso da ANDES-SN na cidade de Juiz de Fora, sediado por esta Seção Sindical.

TEXTO 35

CONTRIBUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA APESJF-SSIND

Texto de Apoio

2 - CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA DOS SINDICALIZADOS

A sustentação financeira do nosso sindicato, desde a criação das Associações de Docentes, entre elas a APESJF, passando pela ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, de 1981 a 1988, tem sido voluntária, como uma forma de afirmação da nossa democracia de procedimentos e independência frente ao Estado, aos credos religiosos e ao patronato, além de revelar nossa crítica e rejeição veemente à forma compulsória de sustentação do sindicalismo oficial, determinada pela lei, inclusive citada explicitamente pela Constituição.

Das diversas formas adotadas, a mais freqüente era a da mensalidade fixa cobrada pelas ADs, da qual uma quantia também fixa era repassada à ANDES. De qualquer forma, sempre foi claro que o associado pagava uma mensalidade à AD e outra à Associação Nacional. A retenção pela AD da parte que cabia à ANDES sempre foi tida como indevida, já que a adesão à ANDES era do associado via AD. Nunca foi aceita uma associação federativa, ou seja, da AD à entidade maior.

Com a criação do Sindicato Nacional, ANDES-SN, manteve-se a concepção original, com um detalhe fundamental: ADs e ANDES não eram mais entidades diferenciadas. Passou-se a ter uma forma sindical inédita, a do Sindicato Nacional, na qual estavam incluídas as Seções Sindicais. O Estatuto do novo Sindicato concedeu prerrogativas de SSind às ADs até que se transformassem, dispositivo que vem sendo renovado anualmente, restando, atualmente, poucas ADs.

Mesmo antes da criação do Sindicato Nacional vinha sendo discutida a sustentação financeira de forma mais igualitária, o que levou após sucessivos eventos, à aprovação da sistemática que até hoje vigora. O Congresso de Curitiba estabeleceu : 1) o percentual de 0,2% (de 1%) da contribuição do associado para Tesouraria Nacional da ANDES-SN; 2) o desconto seria feito sobre o salário básico e as Gratificações permanentes, excluindo-se as gratificações de cargos, os anuênios e outras ganhos.

Hoje, a sistemática do 0,2% para o Caixa Nacional está implantada nacionalmente, havendo somente algumas poucas exceções devido a problemas locais.

No entanto, nesses últimos anos essa sistemática acumulou alguns problemas. Nosso argumento básico da democracia de contribuição está longe da realidade. No exemplo de um professor recém admitido na Universidade, cuja pagamento é:

$$\frac{SB + GAE + GED}{100} \times 0,2\%$$

100

está claro que ele tem uma contribuição relativa maior do que o professor que, além desses valores, ainda recebe tempo de serviço, gratificações de função e de Cargos de Direção, algumas em caráter permanente, já que foram incorporadas. Há o caso ainda dos professores inativos dos quais, pelo menos na nossa Universidade, não se cobra o 0,2%, do aposentado, nem o 0,8% destinado à APESJF, sobre o artigo 192 do RJU. Não se cobra também sobre a GAE que incide em relação aquele valor. Na UFJF, a mensalidade não incide sobre GED, devido à recusa do SIAPE, a despeito dos nossos esforços.

Para resgatar a isonomia de critério de desconto, seria necessário que o mesmo incidisse sobre o vencimento bruto recebido pelo professor.

No entanto, as investidas do governo contra a categoria, não concedendo reajuste salarial há quatro anos, o aumento do desconto do imposto de renda e a pressão contra os aposentados com várias tentativas de cobrança da contribuição previdenciária dos inativos, inclusive da parte que caberia ao governo, resultam na necessidade de tratar a questão com cautela.

TR - 35

Texto Resolução

Isto posto apresentamos as seguintes propostas:

- a) realizar levantamento, em todas as Seções Sindicais, que esclareça se está havendo incidência do desconto sobre a GED; como está sendo feito o desconto sobre os vencimentos dos aposentados; se os ganhos temporários ou incorporados sofrem desconto;
- b) discussão nas Seções Sindicais (GTs, Assembléias) da questão, com o envio de sugestões à reunião dos tesoureiros, para elaboração de proposta(s) a ser(em) avaliada(s) e definida(s) no próximo CONAD.

TEXTO 36

CONTRIBUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA APESJF-SSIND

Texto de Apoio

3 – MUDANÇA DE CRONOGRAMA DO 18º CONGRESSO

Considerandos:

(a) A Diretoria da ANDES-SN enviou-nos propostas de pauta e cronograma do 18º Congresso em ofícios de 04 de Dezembro e de 16 de Dezembro, este fazendo retificação do anterior. Mais recentemente, em 08 de janeiro, nos foi encaminhado outro ofício pelo Presidente da ANDES-SN, Professor Renato de Oliveira, recuando o período do Congresso em um dia, já que o seu término previsto para 02 de março foi estabelecido para o dia 01 de março; (b) nas duas primeiras comunicações, as propostas apresentavam excesso de Seminários; o ofício do Presidente de diminuição do Congresso em um dia, por si só, agrava a limitação de tempo; (c) assim, a manter-se qualquer seminário durante o Congresso, o espaço de discussão será muito pequeno, com graves prejuízos para as nossas deliberações políticas; (d) a utilização de qualquer espaço do Congresso para a realização de seminário, sem prévia aceitação da Plenária de Instalação pode criar um constrangimento indesejável, tanto para os delegados das Seções Sindicais que podem apresentar propostas de alterações, quanto para os palestrantes dos seminários.

TR - 36

Texto Resolução

Propostas:

- a) A APESJF encaminha sua posição favorável ao aumento dos períodos de discussão dos Grupos Mistos e Plenárias do 18º Congresso, já que o espaço do Congresso está reduzido, não comportando a realização de outras atividades;
- b) A realização de Seminários deve se dar antes da Abertura do Congresso, também, sem prejuízo para a realização de Reuniões produtivas dos Setores ou de GTs.

TEXTO 37

PROPOSTA DA ADUFRJ-SSIND, APROVADA NA AG DE 19 DE JANEIRO DE 1999

Tema: Pauta e Cronograma do 18º Congresso

Texto de apoio

A redução da agenda do Tema I ao ensino superior/autonomia e a conexão destes com uma polissêmica noção de “soberania nacional”, é absolutamente condenável e enfraquece a pauta política do sindicato, tornando o nosso programa de ação incapaz de enfrentar as adversidades da conjuntura.

Ao proceder a redução da agenda, a Diretoria da ANDES-SN está desvinculando a luta pela universidade pública da luta mais ampla em defesa do ensino público. Esta operação é particularmente grave, tendo em vista que:

- a) Desloca para lugar indeterminado da Agenda do sindicato os CEFET's, Cap's e demais instituições que mantêm contato mais estreito com o ensino básico em um momento em que estas instituições estão sendo duramente atacadas pelas políticas de ajuste no setor. Atualmente a própria existência dessas instituições enquanto unidades voltadas para o ensino e a pesquisa está ameaçada, tendo em vista os acordos do governo com o BIRD/ BID que estão as reconfigurando em instituições desvinculadas da educação científico-tecnológica.
- b) Situa em lugar indeterminado a luta em defesa dos órgãos de fomento a C&T como a CAPES, CNPq e Finep (Política de C&T), tendo em vista que estas não se reduzem à universidade.
- c) Situa em lugar indeterminado a política de seguridade social, num momento em que as reformas neoliberais estão promovendo a destruição deste sistema.
- d) Situa em lugar indeterminado a reforma do Estado, num momento em que a Constituição Federal foi modificada (Emenda Constitucional nº 19) e que a legislação complementar está sendo discutida/votada no Congresso Nacional.
- e) Situa em lugar indeterminado a discussão da questão agrária, imprescindível para o fortalecimento da unidade entre os trabalhadores universitários e os trabalhadores do campo.
- f) Exclui da Agenda o debate a respeito da realização do Congresso Nacional de Educação ainda em 1999 e, também, retira da Agenda a necessária união de todos os profissionais da Educação.
- g) Reforça a política governamental de fragmentar o frágil sistema nacional de educação, indo ao encontro das políticas governamentais para o setor.
- h) Admite, em suma, que a luta pela universidade pública e gratuita pode ser encaminhada independentemente da luta pelo ensino público e gratuito em todos os níveis.

TR- 37

Texto de Resolução

- a) Alterar o Tema I (Universidade Pública, Autonomia e Soberania Nacional) para “Políticas de Ajuste Estrutural e as Reformas Neoliberais da Educação Brasileira”.
- b) Incluir no final do Tema II ou no início do Tema III o ponto “Elaboração do Plano de Lutas”.

TEXTO 38

Proposta da Diretoria da Adufrj-SSind

III CONED

TR- 38

Texto de Resolução

Tendo em vista a capital importância dos Congressos Nacionais de Educação, realizados em 1996 e 1997, configurando a convergência dos investimentos político-acadêmicos em magnitude até então insuspeitável e, sobretudo, a formulação de um Plano Nacional de Educação a ser consolidado e efetivamente implementado, o 18º Congresso:

- a) Manifesta o apoio da ANDES-SN à realização do CONED em 1999;
- b) Declara que a ANDES-SN envidará todos os esforços na tomada das providências necessárias à sua viabilização, como alternativa para o enfrentamento do conjunto das reformas que têm sido impostas à educação nacional;
- c) Delibera que a ANDES-SN realize encontros preparatórios ao evento, e
- d) Empreenda medidas concretas de apoio ao projeto de Plano Nacional de Educação (elaborado no II Coned) em tramitação na Câmara dos Deputados.

OF CIRC nº 047/99

Brasília, 18 de fevereiro de 1999

PARA: Seções Sindicais e Diretores

Estimados Colegas Docentes,

Pelo presente estamos encaminhando, em anexo, as contribuições ao 18º Congresso, recebidas até o dia 17/02/99, após a confecção do Caderno de Textos.

Sem mais para o momento, enviamos nossas cordiais,

Saudações Sindicais e Universitárias,

Profª Claudet Coêlho Guedes
2ª Secretária

DIRETORIA DA ANDES-SN

TEXTO 39 DIRETORIA DA ANDES-SN

A Seguridade Social e os Assuntos de Aposentadoria:

Como ficaram após a Reforma da Previdência.

Em nome da busca da estabilidade da moeda brasileira, o governo FHC impõe ao servidor público da ativa, ao aposentado e ao pensionista, sacrifícios que vão além de suas possibilidades, na ânsia de satisfazer o capital financeiro internacional. Faz o discurso que a ninguém convence – só mesmo à ele, governo, de que a Previdência Social no Brasil é deficitária. Na tentativa de convencer toda a sociedade brasileira esquece de explicar de onde saiu o dinheiro para construir Brasília, a rodovia Transamazônica, a ponte Rio - Niterói, a campanha de reeleição dos governos estaduais (apenas daqueles que são a base de sustentação do governo) e da própria campanha de FHC e sua corte, neste último pleito.

O governo abre o cassino, aumenta os juros e garante grandes lucros para o dinheiro de fora, aumentando a dívida. Mas, alguém tem de pagar a conta, e adivinha quem...

Ao escolher o servidor público da ativa, o aposentado e o pensionista, como o segmento social que deve ajudá-lo a pagar a dívida brasileira, já na primeira gestão do governo FHC, o professor universitário foi lesado no seu direito de gozar da aposentadoria especial.

O governo federal de FHC, ataca indiscriminadamente o servidor público, chamando-o de privilegiado, parasita, vagabundo e outros adjetivos (mesmo há quase quatro anos sem reajuste), pelo governo, imprensa e outros puxa-sacos dos banqueiros internacionais e FMI, esses sim, os verdadeiros parasitas, que lucram com a miséria do povo no Brasil e no mundo. Receber salários e proventos com remuneração integral e garantia de reajustes é um direito do qual não podemos abrir mão. Pois, não há nenhum privilégio nisso.

O professor aposentado das universidades perdeu o seu sossego desde 1990, quando se implanta no país a chamada política que privilegia o capital especulativo volátil, dentro de um modelo já conhecido na Europa e EUA, o neo-liberal. Este modelo, entre todos os que já conhecemos é o que reduz consideravelmente os investimentos dos setores produtivos, na área social, isto para não ser drástico e afirmar que extingue estes investimentos.

Além disso, a imprensa e a sociedade brasileira assistem o Poder Executivo exigir do Poder Legislativo, a aprovação da Reforma da Previdência, da maneira que ele quer, ao tempo que o FMI deseja. Já longe se vai o tempo em que o equilíbrio da soberania se fazia com a independência e harmonia entre si dos Poderes da União: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Conforme preconiza a Constituição de 1988, no art.2º, do Título I.

O governo FHC, portanto, ao impor a aprovação do fim da aposentadoria por tempo de serviço, o fim da aposentadoria proporcional, o fim do acúmulo de aposentadorias, o fim da contagem da licença prêmio não gozada em dobro para fins de aposentadoria, o fim da isenção previdenciária para o aposentado e pensionista, fere o princípio do direito adquirido, conforme o art.5º, § XXXVI, do Título II, da Carta Magna de 1988.

E o que ele (o governo), colocou no lugar desses direitos?

- Aprovou a aposentadoria por tempo de contribuição, associada a idade mínima para mulher e para homem, e ainda, atrelada ao tempo mínimo de 10 (dez) anos de serviço público e 05 (cinco) anos no exercício do cargo.
- Aprovou a contribuição previdenciária do aposentado, com percentuais absurdamente altos. Os servidores aposentados já contribuíram o suficiente para sua aposentadoria. O que o governo quer é reduzir as aposentadorias.

- Aprovou o aumento das alíquotas dos servidores da ativa, também com percentuais injustos, reduzindo seus salários.

E que o governo deseja aprovar ainda neste quatro anos de sua gestão continuada ao tirar da gaveta sua PEC-370 que trata da autonomia universitária?

- Retirar os professores universitários aposentados, da folha de pagamento das IES, isto é, separá-los dos professores da ativa e com isso, levá-los ao limbo com a quebra do princípio da isonomia. E daí, para chegar ao teto salarial de R\$ 1.200,00 será um pulo, como é seu desejo.

Para isso, contam com a parceria em unanimidade dos Reitores. Posto que, os mesmos na sua proposta de modelo de autonomia universitária que está sendo elaborada para ser debatida com o governo, e as entidades representativas de alunos, funcionários e comunidade científica, fazem reivindicações de que o pagamento dos aposentados deixe de ser incumbência das universidades.

Alegam ser isto, uma herança trazida desde o início da década como manobra contábil para que o governo cumprisse com o percentual do orçamento federal que a Constituição/88 determina que seja destinado ao ensino. Esta situação foi também mantida no modelo de autonomia adotado, há quase uma década, pelas universidades estaduais paulistas. Aliada à essa política governamental, ironicamente, elas abandonam aqueles que durante toda a sua vida estiveram a seus serviços, quando alegam enfrentar um estrangulamento orçamentário em função do aumento do número de aposentadorias.

- O governo, apesar de derrotado, anuncia que pretende reintroduzir o redutor nesta nova legislatura, por meio de nova emenda constitucional. Acena, ainda, com a possibilidade de mudar o critério de cálculo do benefício, para que seja calculado com base na Remuneração de todo o período de atividade no serviço público.

Não nos esqueçamos que foi mantida em 2º turno a possibilidade de instituição de fundos de previdência complementar privados, limitados à regra de custeio de 1X1, para manutenção das aposentadorias de servidores ocupantes de cargos efetivos que ganhem mais de R\$ 1.200,00. Esses servidores terão assegurada a integralidade e a paridade apenas até a parcela de R\$ 1.200,00. Além disso, farão jus ao benefício que o fundo de pensão, privado, assegurar, observada a regra de custeio.

Na regra de Transição do serviço público, o requisito para aposentadoria do magistério é de 30/35 anos de contribuição, mais o pedágio: o tempo já trabalhado é convertido com acréscimo de 17% (homem) e 20% (mulher). É assegurado direito de opção pela regra permanente, onde o tempo de contribuição é de 25/30 anos, mas com idade mínima de 50/55anos.

Sobre a totalidade da GED para os aposentados, faltou perceber ainda 40%, já que os professores da ativa já estão, em sua maioria, recebendo os 40% restante. Devemos lembrar que existem os professores aposentados do 1º e 2º graus que não tem a sua situação sequer resolvida, uma vez que eles não recebem a “bolsa” concedida aos seus colegas da ativa.

Esta luta pela manutenção da paridade não pode ser esquecida, isto é uma arbitrariedade, exclui os aposentados como se fossem o lixo da universidade pública brasileira.

TR-39

Texto Resolução

1 - Lutar junto com outras entidades, inclusive entidades com lutas específicas de aposentados, para que se possa somar forças, contra a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas.

2 - Lutar pela manutenção da isonomia, entre ativos e aposentados, pressionando o legislativo, através de seus parlamentares.

3 - Lutar pela manutenção da isonomia entre ativos e aposentados, pressionando o governo, através da imprensa, e de outras entidades, como o ANDIFES, o CRUB, a CNESF, etc.

4 - Lutar política e judicialmente pela extensão dos 40% que faltam da GED, para os aposentados e pensionistas, assim também lutar pelos professores aposentados de 1º e 2º graus para que eles venham a ser contemplados.

5 - Lutar de todas as formas junto ao Poder Legislativo e também outros órgãos governamentais para que os professores universitários aposentados e os pensionistas não sejam retirados da folha de pagamento das IES.

TEMA III - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 40

DIRETORIA DA ANDES-SN

Fundo de Mobilização, Greve e Solidariedade

Nos últimos anos, a ANDES-SN tem vivido experiência inovadora com a instituição do fundo de mobilização e o fundo de solidariedade. O fundo de greve, diferentemente dos outros, constitui-se quando da deflagração de greve do setor das federais e constituição do seu comando. Trata-se, portanto de contribuição temporária afeta a um dos setores que compõe o Sindicato Nacional.

Neste sentido, e visando uma maior integração entre os setores e a racionalização na aplicação desses recursos e tendo em vista que mobilização, greve e solidariedade se complementam, não são atividades estanques, é que propomos a fusão desses fundos em um único: Fundo de Mobilização, Greve e Solidariedade.

TR - 40

Fundo de Mobilização, Greve e Solidariedade

Sobre a Vigência do Fundo e Forma de Pagamento

01 - A contribuição extra de 1% da arrecadação mensal das Seções Sindicais e a contribuição do caixa nacional, no mesmo percentual e, aditivamente, a contribuição de R\$ 0,25 por filiado, abrangerão o período de 1 (um ano), compreendendo os meses de março de 99 a fevereiro de 2000.

02 - A contribuição mensal das Seções Sindicais e do caixa nacional não incidirá sobre a contribuição mensal do sindicalizado para a ANDES-SN e da Seção Sindical para CUT.

03 - A contribuição mensal será efetuada em conta específica da ANDES-SN até o dia 15 de cada mês.

04 - O fundo será administrado pela Diretoria da ANDES-SN, devendo a prestação de contas ocorrer nos CONADs.

05 - Se e quando houver deflagração de greve, haverá contribuição extraordinário em valor a ser definido pelo Comando do setor em greve, recaindo tal contribuição sobre as Seções Sindicais integrantes do respectivo setor.

Sobre os critérios de utilização do fundo quando se tratar de solidariedade.

01 - O fundo será destinado ao atendimento de diretor sindical da diretoria nacional e das seções sindicais, demitido arbitrariamente ou sem justa causa.

02 - O dirigente sindical terá direito ao fundo durante a estabilidade sindical, de valor igual ao salário percebido à época da demissão, compreendendo ser este valor, liberação para a atividade sindical em horas equivalentes ao tempo de dedicação acadêmica.

03 - Caso o sindicato perca a ação judicial, o dirigente não reembolsará o fundo.

04 - Caso o sindicato ganhe a ação, o dirigente reembolsará o fundo, segundo o mesmo índice com o qual for reembolsado judicialmente e quando o for.

05 - Que o dirigente sindical que conseguir outro emprego com o salário igual ou maior que o anterior, terá suspenso o fundo. Caso seja menor, o fundo complementar até o anterior.

06 - O fundo será distribuído até o limite de seu caixa. Caso seja insuficiente para atender todos os casos, esse será feito mantendo-se proporcionalidade segundo o salário do dirigente sindical demitido.

07 - O 18º Congresso remete ao 39º Congresso a deliberação sobre forma de recomposição do Fundo de Solidariedade.

08 - Não haverá retroatividade na administração do fundo de solidariedade, sendo que o dirigente sindical já demitido por ocasião da constituição do fundo, integralizará o período de estabilidade por mandato classista.

09 - É prorrogada a vigência desse regimento até o próximo Congresso.

CONTRIBUIÇÕES DE SEÇÕES SINDICAIS E DE SINDICALIZADOS

Contribuição dos Professores Agamenon Almeida, Lena Lúcia Espíndola, Fco. José Pinheiro, Iberê Guimarães, Ma. Luiza Fontenele, João Bosco F. Arruda, Dulce Castelo e Tânia Batista. EM SUBSTITUIÇÃO AO TEXTO 18 APRESENTADO NA PÁGINA 49 DO CADERNO DE TEXTOS.

TEXTO 18

CONJUNTURA

Texto de Apoio

BRASIL – UM PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DESTRUIDORA

O final do milênio se inicia com o agravamento de uma crise internacional, cuja onda mais recente começou em julho de 1997, com rebatimentos vários no decorrer de 1998.

O caráter dessa crise – apesar das constantes tentativas de mascarar-la como uma crise especulativo-financeira – é, na realidade, uma profunda “ crise real” do sistema capitalista. O tão decantado processo de reestruturação produtiva, apontado desde meados dos anos setenta, como o grande salto de qualidade do capitalismo, vem produzindo, de forma crescente e internacionalizada, os seus efeitos deletérios. Ao crescimento do desemprego em nível mundial, sem perspectiva de equacionamento, o desmonte do Estado em todos os níveis, a privatização dos setores produtivos estatais e de uma gama variada e ampla de atividades ditas sociais, como a educação, saúde, previdência social, dentre outras, agregam-se agora, sob a forma dos chamados “ataques especulativos”, completando-se o mosaico que veio por a nu a verdadeira face e o caráter do processo recente de expansão do capitalismo.

A vulnerabilidade de economias, até então louvadas em prosa e verso como exemplos de modernização capitalista, tornou-se patente com a redução dos “tigres asiáticos” à condição de meros “gatinhos assustados”, com a demonstração dos “pés de barro” do gigante japonês e com a falência do processo de construção do capitalismo de mercado sobre os escombros do dito socialismo real do Leste Europeu.

Pairando sobre tudo isso, com ares de invulnerabilidade plena, “reina” os Estados Unidos, qual “ilha internacional de prosperidade”, com baixas taxas de desemprego, crescimento contínuo de sua economia nos últimos 93 meses, baixa taxa de inflação, apresentando, como problema maior, as banalidades das incursões extramatrimoniais do presidente Clinton, que mascaram o caráter político das lutas intestinas pelo poder e ofuscam as constantes oscilações do seu mercado financeiro.

Do outro lado do mundo, as tradicionais nações da velha Europa – ainda saudosa da era colonial – procuram desenvolver, a todo custo, o seu projeto de “modernização” capitalista através da construção da União Européia, como possibilidade de retomada da hegemonia há muito perdida.

Do lado de cá, os países da América Latina - cuja identidade regional é um belo exemplo de ficção - catequizados para rezarem pelo credo neoliberal – avançam politicamente no processo de sua desconstrução como economias e sociedades emergentes, muitas vezes numa disputa para, mais rapidamente, serem ungidos como novos crentes da nova ordem internacional.

Todo este longo processo de desconstrução destruidora (substituindo o conceito Schumpeteriano de que as crises no capitalismo representam um processo de “destruição criadora”) vem se desenvolvendo através de um cronograma cujo “timing” está intimamente ligado aos interesses maiores do capital internacional. No entanto, este não é o espaço para discutir a dinâmica desse processo.

Objetivamente, é necessário que construamos, a partir de uma análise geral da crise, respostas para os diferentes desafios que hoje se colocam para nós que ainda acreditamos que o capitalismo não é o “fim da história”, mas que a sua continuidade e o caminho mais curto para a barbárie, dado o seu potencial de destrutividade.

Faz-se necessário um entendimento mínimo do caráter que a presente crise do capitalismo assume no Brasil e, conseqüentemente, dos desafios que se colocam para um Sindicato cuja base é composta por aqueles que têm como atividade primordial a produção e a transmissão do conhecimento, o que a torna eticamente responsável por contribuir para uma correta interpretação da realidade e politicamente obrigada a intervir em sua superação e na construção de uma nova ordem social humana, justa e igualitária.

Em linhas gerais, há que se reconhecer que a partir da implantação do “real” em 1994, foi possível conseguir a redução do processo inflacionário e se atingir um relativa estabilidade de preços. Esta é a vitória tão decantada pelo governo FHC e seus aliados. É importante salientar, no entanto, que das maravilhas da globalização prometidas, como a derrubada dos juros internos, a retomada do crescimento da economia, do emprego e da renda, bem como a redução dos níveis de miséria com maior volume de investimentos sociais, nada se concretizou nos quatro anos do “reinado” neoliberal. Ao contrário, é preciso deixar claro qual o custo social da estabilidade monetária. Desde o início do “real” vozes levantaram-se questionando a dependência quase total que o esquema disfarçado de dolarização da economia brasileira trazia para a possibilidade de transformação das condições sociais. Não cabe agora retomar aqueles argumentos, na medida em que a realidade encarregou-se de comprová-los, ao mesmo tempo que impõe, no presente momento, a necessidade política de se retomar a luta pela democracia e pela construção de uma sociedade humana e justa. A hegemonia do governo FHC, caracterizada por sua reeleição, deveu-se em parte às loas cantadas ao “Plano Real”, à atuação de uma mídia que fortaleceu e favoreceu de todas as formas o projeto governamental, a esquemas fisiológicos vários acionados em diferentes ocasiões, e, no campo da oposição, às posições acanhadas e/ou temporizadoras de alguns segmentos que terminaram por inviabilizar a concretização de um projeto verdadeiramente democrático e popular. Não é possível deixar de frisar, por outro lado, o custo moral da aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição que, em determinado momento, passou a ser o objetivo primordial do governo. Os resultantes desse processo tornaram-se bastante claros quando da composição do novo governo, ao se evidenciar o enfraquecimento do poder político do PSDB frente às forças políticas mais retrógradas que a ele se aliaram. No entanto, há que se reconhecer que num ponto a unidade se manteve através da ação política conjunta para viabilizar a construção mais rápida do projeto político-econômico neoliberal, ainda que, em alguns momentos pequenas, mas importantes vitórias políticas, foram alcançadas pela oposição, principalmente nas proximidades do processo eleitoral, como por exemplo a derrota de pontos específicos das emendas constitucionais da reforma administrativa e da previdência.

Não resta dúvida que um complicador se interpôs e contribuiu para um refreamento do processo de desconstrução da economia, da política e da sociedade brasileiras. Os rebatimentos das ondas da crise internacional sobre o Brasil terminaram jogando um importante papel para aclarar os mecanismos econômicos e políticos que vinham sendo utilizados para a construção do projeto neoliberal. A explicitação dos jogos de interesses no processo de privatização do setor produtivo estatal e o envolvimento de membros da própria máquina governamental em esquemas de privilegiamento de grupos, foram elementos importantes no

desgaste político do governo, ainda que não aproveitado de forma plena pelas forças políticas de oposição.

O posicionamento tímido dos diferentes segmentos progressistas do movimento social organizado (leia-se, partidos políticos, movimento sindical, movimento estudantil, dentre outros, com honrosas exceções como a do MST) terminou favorecendo a ação do governo no sentido de cooptar o parlamento para o conjunto de mudanças que, como sempre, representam, por um lado, a perda acelerada de conquistas sociais e trabalhistas e, por outro, o fortalecimento dos segmentos mais espúrios do capital nacional e internacional.

É importante enfatizar o elevado grau de vulnerabilidade gerado pela política econômica do governo. Vulnerabilidade esta que, no entanto, joga um duplo papel. Por um lado, tornou o país refém do capital especulativo internacional e, conseqüentemente, passível de entrar em crise aguda na medida em que tais capitais resolvam debandar. As estreitas vinculações econômicas com algumas nações do chamado primeiro mundo e, em especial, com os Estados Unidos, tornaram o Brasil uma possível bomba de efeito retardado com respeito a uma possível alastramento da crise à “ilha internacional de prosperidade” e a partir dela ao restante do chamado primeiro mundo. . No entanto, a manutenção do esquema de submissão aos ditames do capital internacional continua a colocar o país como refém de instituições internacionais como o FMI e o BIRD, além do sistema financeiro internacional que no processo de barganha com relação ao apoio econômico têm se utilizado de forma descarada de esquemas de pressão política para a realização de transformações estruturais básicas para a consolidação do neoliberalismo.

Mais recentemente, evidenciaram-se de forma cabal vários importantes aspectos da situação de crise experimentada pelo Brasil. Por um lado, ficou claro que as formas de negociação da redução do déficit dos Estados colocou tanto os aliados como os opositores numa situação de extrema vulnerabilidade política, incapacitando os governadores, logo nos primeiros dias de seus mandatos, de fazerem funcionar a máquina pública. Por outro lado, ficou demonstrada mais uma vez a insensibilidade social e política dos tomadores de decisão em nível do poder executivo que, mesmo conhecendo e analisando a realidade econômico-social dos últimos meses mantiveram, de forma irresponsável, mecanismos rígidos de política econômica – como foi o caso da definição dos parâmetros de variação da taxa de câmbio e os níveis estratosféricos das taxas de juro – que não conseguiram impedir que, no curto espaço de três dias, cerca de 2,9 bilhões de dólares voassem para paragens menos conturbadas. Apesar da aparentemente drástica mudança no sentido de deixar que o mercado financeiro defina “livremente” as cotações do dólar, o desenrolar da novela, como aconteceu no dia 19/janeiro, aponta para a manutenção dos níveis das taxas em patamares típicos da agiotagem – piso de 32% e teto de 41%. É mantido, por outra parte, o desgastado e batido discurso de que os servidores públicos são os grandes responsáveis pelo déficit, que as aposentadorias neste setor representam privilégios que devem ser combatidos, de tal maneira que a grande saída proposta e, possivelmente em processo espúrio de negociação neste momento, é penalizar, de forma contundente, tanto os funcionários da ativa quanto os aposentados e pensionistas. É esta a “política social” do governo. É lógico, que medidas como estas não solucionarão o real problema do déficit público, hoje ancorado num assombroso custo do endividamento, externo e interno. Para utilizarmos os dados oficiais mais recentes, disponibilizados pelo Banco Central, a dívida externa alcançou um volume de 230,5 bilhões de dólares ao final de outubro. As estimativas da dívida interna apontam um volume em torno de 328 bilhões de reais.

Finalizando, deve ser ressaltado que os novos mecanismos acionados, (taxa de câmbio liberada, mas em regime de liberdade vigiada e a continuidade da taxa de juros em patamar elevado), bem como as pressões sobre o Congresso para a aprovação de medidas, redutoras de gastos e/ou ampliadoras de receita, indicam, de forma preocupante para um final de milênio, que implicará numa deterioração cada vez mais profunda das condições de vida do povo brasileiro. Por outro lado o governo, vem emitindo pronunciamentos demagógicos procurando disfarçar o grau de seriedade da crise e a relatividade das medidas tomadas com relação ao caótico quadro já definido.

Construir coletiva e democraticamente uma proposta política para responder a esses desafios é tarefa primordial do 18º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN.

Notas de Rodapé:

Chesnais, François. “Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais”. Outubro. N.º 1, Maio de 1998, pp. 7-31.

TEXTO 41

Contribuição dos Professores: Maria da Graça Nóbrega Bollmann - Sindicalizada da ANDES-SN - APUFSC – SSIND; Ranah Manezenco Silva - Sindicalizada da ANDES-SN – ASPUV-S.SIND; Dileno Dustan Lucas de Souza - Sindicalizado da ANDES-SN – ASPUV-S.SIND; Carlos Alberto Marques - Sindicalizado da ANDES-SN - APUFSC – SSIND

OS DESAFIOS DO FÓRUM NACIONAL

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Criado em 1987, por ocasião da mobilização pela educação pública no Congresso Constituinte, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública que congrega mais de trinta entidades do campo sindical, estudantil, acadêmico-científico e dos movimentos populares, vem, ao longo desses dez anos, atuando na defesa intransigente da educação pública, exigindo dos governos, o pagamento da imensa dívida para a maioria da população brasileira.

Nesse sentido, as entidades que o integram, ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior), FASUBRA SINDICAL (Federação de Sindicatos das Universidades Brasileiras), ANDE (Associação Nacional de Educação), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), AELAC (Associação de Educadores da América Latina e do Caribe), CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores de Ensino), DNTE-CUT (Departamento Nacional dos Trabalhadores da Educação da Central Única dos Trabalhadores), SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal de 1º, 2º e 3º da Educação Tecnológica), UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), UNE (União Nacional de Estudantes), UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), CFP (Conselho Federal de Psicologia), CBCE (Colégio Brasileiro de Esportes), entre outras, vem intervindo na política educacional brasileira, seja resistindo através do movimento grevista, seja apresentando propostas alternativas ao projeto neoliberal de privatização da educação. Também fazem parte os Fóruns Estaduais, Regionais e Municipais de Educação, como é o caso do Fórum Mineiro, Norte Mineiro, Goiano, Catarinense, Maranhense, Paranaense, Paraense, Paulista, para citar alguns.

A trajetória dessa instância de luta pela educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade para a maioria desfavorecida da população brasileira, caracterizou-se por períodos de grandes mobilizações, alternados por momentos de desarticulação das entidades que o integram. Assim, durante o processo Constituinte, já marcado no âmbito da educação, pelo conflito entre o ensino público e o privado, foi intensa a atuação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. O grupo privatista de parlamentares, a exemplo do que viria a repetir-se nos anos subsequentes, quando da tramitação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), lutou para manter seus privilégios. É bom esclarecer, que a luta pela privatização do público, nos moldes hoje requeridos pelo Banco Mundial ao qual a política educacional do atual governo está subordinada, teve, na Constituição de 1988, um grande avanço - o setor privado que foi e continua sendo, a despeito da intervenção contrária dos setores organizados da sociedade brasileira, uma força que se impõe na condução da política educacional.

A atuação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte, a despeito disso, se não conquistou todas as bandeiras históricas defendidas pelos progressistas, obteve avanços significativos. Esses avanços, no entanto, estão sendo, hoje, mais do que nunca, desrespeitados através de iniciativas dos governos, em especial, de Fernando Henrique Cardoso. É por isso que, o conteúdo do art. 205 da CF de 1988, fica comprometido pela nova

LDB, que ao regulamentá-lo descumpra tal preceito, ao desobrigar o Estado de sua responsabilidade com a educação pública, transferindo-a para a família (art. 1), inicialmente e, depois para o Estado.

Ainda no que diz respeito ao descumprimento do artigo 205, a Emenda Constitucional 14 que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), mais conhecido como “Fundão”, além de fragmentar o Sistema Nacional de Educação, atribui responsabilidades aos estados e municípios impossíveis de serem cumpridas, sobretudo com os ajustes fiscais. Ocorre que a educação pública de qualidade social exige investimentos, recursos materiais, financeiros, formação dos profissionais da educação e carreira docente, entre outros, que, devido à redução concreta da arrecadação dos municípios, está longe de ser atendida.

Não é por acaso, também, a campanha publicitária nacional enfatizando a necessidade da cobrança de mensalidades nas Universidades Públicas, que respondem, hoje, apenas por 25% das matrículas nesse nível de ensino. A suposta alegação, em que pese os seus argumentos, sustenta-se na informação mentirosa do custo-aluno ano de R\$ 14.000,00 (aproximadamente), valor esse, afirmado, publicamente, pela Prof., Maria Helena Castro, Presidente do INEP (Instituto Nacional de Pesquisas em Educação), do Ministério da Educação, no dia 17 de novembro de 1998, na Mesa Redonda “PNE do MEC / PNE - Proposta da Sociedade Brasileira, realizada no Encontro de Formação de Profissionais da Educação, em Águas de São Pedro - SP.

A redução da responsabilidade do Estado com a Educação não pára aí. A ameaça da aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) n. 370 - A/96, pode colocar por terra todas as conquistas do artigo 207 da C.F./88, não só com a privatização da Universidade Pública, já em curso, também com o fim da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, comprometendo a autoaplicabilidade desse artigo.

No que se refere ao cumprimento do artigo 208 da CF., fica evidente que o Estado não vem cumprindo com o seu dever, pois não estão garantidos, apesar da retórica governamental e das milionárias campanhas ao estilo “Educação para Todos”, o ensino fundamental obrigatório e gratuito, nem à faixa etária dos 7 aos 14 anos, nem à crescente universalização do ensino médio, menos ainda aos portadores de deficiência, à educação de zero a seis anos na educação infantil, creches e pré-escolas. Para ilustrar esse descompromisso, tomamos alguns dados do PNE-Sociedade Brasileira - 1997, que utilizou fontes oficiais como o próprio MEC (Sinopse Estatística de 1996), dados do Anuário Estatístico do IBGE (1996), da UNESCO (Statistical Yearbook, 1995), entre outros.

O grande avanço na CF/88 em modificar o caráter meramente assistencialista à infância para “o dever do Estado... mediante a garantia de atendimento em creche e pré-escola”, contrasta com 21.386.636 de crianças, das quais as estatísticas do próprio MEC (1996), apontam uma matrícula de apenas 5.714.303 atendidas pela rede pública. Isso significa um déficit de, aproximadamente 13.000.000 de crianças, só nessa modalidade de educação, para que seja cumprido o que dispõe o art. 208, inciso IV da CF.

Ainda com respeito a esse artigo, as entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, vem denunciando o intenso contingente de quase 2,5 milhões de alunos na faixa etária obrigatória (7 a 14 anos) fora da escola. Em relação ao Ensino Médio, os dados são mais alarmantes ainda. Prevista a “progressiva extensão” da sua obrigatoriedade e gratuidade no texto da Constituição Federal, evidencia-se o não cumprimento desse dever ao deparar-se com os dados da Sinopse Estatística do MEC: apenas 2,5 milhões de jovens na faixa de 15 a 17 anos aí estão matriculados, o que corresponde ao atendimento próximo aos 22% de brasileiros dessa idade.

Na educação superior, o contraste é maior ainda, o que constitui mais um forte fator de exclusão, dos já socialmente excluídos de outros direitos de cidadania. Apenas 1% da população brasileira, ou seja, para cada 100 mil habitantes, pouco mais de 1000 estão nesse nível de ensino. Analisando-se do ponto de vista da faixa etária, a situação parece agravar-se mais ainda, pois apenas 11% dos jovens entre 18 e 24 anos freqüentam o ensino superior. Para “resolver” esse quadro caótico, o PNE/MEC (Plano Nacional de Educação) propõe a

ampliação do número de matrículas de 11 para 30%, em 10 anos, no “Pós-Médio”. Além disso, utilizando-se de dados incorretos (custo-aluno ano de R\$ 14.000,00), defende a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Registre-se que, no Brasil, desde os anos 80 e, principalmente na década de 90, aumenta a quantidade de escolas de ensino superior da rede privada. Atualmente, menos de 20% são públicas e gratuitas. Considerando que a maioria das escolas municipais, confessionais e comunitárias de nível superior, cobram mensalidades ou outro tipo de taxas escolares corresponde a aproximadamente 75 o percentual de instituições particulares de ensino superior.

Esses e outros dados integram o diagnóstico do Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira, elaborado, sob a iniciativa das entidades que integram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, nos dois Congressos Nacionais de Educação realizados em Belo Horizonte, I e II CONEDs, respectivamente nos anos de 1996 e 1997. Esses dois eventos que tiveram a participação de 5500 pessoas no primeiro e 5000, aproximadamente no segundo, embora numa conjuntura adversa devida a problemas financeiros na maioria das entidades e, principalmente dos Fóruns Estaduais, houve correspondência, e os educadores, na sua maioria, compareceram aos eventos.

Esses momentos de aglutinação das forças políticas da sociedade brasileira, representantes das entidades da sociedade civil organizada, e que integram o Fórum Nacional também contaram com a participação efetiva das Secretarias de Educação de alguns municípios cujas administrações estão comprometidas com as camadas populares.

A realização dos dois Congressos Nacionais de Educação, também só foi possível, devido ao apoio financeiro das entidades do Fórum, associadas às Prefeituras do campo democrático e popular; Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Jaboticabal (SP), Betim (MG), Icapuí (CE), Hortolândia (SP), Diadema (SP), Florianópolis (SC), Blumenau (SC), Belém (PA), Ipatinga (MG), Lages (SC) e Santo André (SP), para citar as que mais contribuíram.

A aprovação, através de consenso, inédito na história da educação brasileira, de uma proposta de Plano Nacional da Educação inclui: um diagnóstico elaborado a partir de fontes oficiais e que revela a realidade da educação no Brasil; propostas para a Organização da Educação Nacional - Sistema Nacional de Educação, Gestão e Financiamento da Educação, para os diferentes Níveis e Modalidades da Educação e para a Formação de Profissionais da Educação, apresenta as diretrizes e metas para os temas mencionados, tendo como referência, de um lado, os princípios defendidos pelas diferentes entidades sindicais, acadêmico-científicas e estudantis e, de outro, o acúmulo de experiências educacionais de setores da sociedade que defendem uma política educacional de ampliação de oportunidades educacionais para a grande maioria da população brasileira que a ela não tiveram acesso.

Em que pese os limites de um texto elaborado coletivamente, a partir de uma metodologia que contou com Seminários Locais e Nacionais, de fundamental importância na condução dos trabalhos de preparação do I e II CONEDs, as Mesas Redondas, as Conferências, os Trabalhos e Painéis possibilitaram a participação, mais ampla possível, na elaboração do documento final. Após, uma Comissão de Redação integrada por representantes das entidades do Fórum Nacional, tomaram para si a responsabilidade da sua sistematização.

A tarefa das entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, de alavancar, numa verdadeira jornada nacional, a construção de um PNE não deve, no entanto, parar aí. A Plenária de Encerramento realizada no dia 6/11/97 no II CONED, deliberou consensualmente, como parte das “Estratégias de Implementação do PNE-Sociedade Brasileira”, a realização, em 1999, do III CONED, precedido de Plenária Preparatória, em 1998.

Realizada a Plenária, em dezembro de 1998, em Brasília, decidiu-se pela consulta às entidades sobre o local e data do III CONED. Apesar da indicação consensual da Plenária de Encerramento, o nosso Sindicato propôs o ano 2000 para ocorrer o referido evento.

A conjuntura nacional, a aprovação do aumento dos descontos da Previdência para os servidores públicos e a inclusão do desconto para os inativos, a alta do dólar e a fragilidade político-econômica do Brasil no início do novo mandato de FHC que anuncia cortes de toda ordem no setor público, engrossando, cada vez mais, as estatísticas da exclusão social e aprofundando cada vez a política entreguista da inexorabilidade da globalização via acertos

com o FMI, exige que se convoque mais uma vez os setores organizados da sociedade brasileira para, juntos, tomando como referência a “educação enquanto instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social, preparando as pessoas para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade”, realizar o III CONED, no segundo semestre de 1999.

O I CONED teve como principal tarefa a de desencadear a discussão nacional, concluindo com a Carta de Belo Horizonte e com o Documento, “Diretrizes para a elaboração de um Plano Nacional de Educação”, amplamente discutido em 1997. O II CONED teve com objetivo consolidar e sistematizar as discussões sobre as diretrizes e metas, aprovando por consenso o PNE - Sociedade Brasileira. O III CONED, tendo como base o referencial - PNE, democraticamente construído, deve ter como objetivo a avaliação das “Estratégias de Implementação do PNE”, seja do ponto de vista das entidades que integram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, seja dos rumos tomados pela política educacional do MEC, preposto do Banco Mundial. Assim, temas como GED, Avaliação, Carreira Docente, Autonomia Universitária, Cobrança de mensalidades nas IFES, Gestão das IFES,; a implantação do Decreto 2208/96, os ISES (Inst. Superiores de Educação), o FUNDEF, entre outras iniciativas que desfiguraram o Sistema Federal de Educação, devem ser abordados.

Um CONED, cujo caráter, seja o da avaliação dos últimos 4 anos do Governo FHC e suas conseqüências para a educação brasileira, um CONED que reafirme, como estratégia de luta, a aglutinação das forças da sociedade em torno dos seus direitos de cidadania, que reconheça também as experiências educacionais das administrações do campo democrático-popular, sobretudo com a construção de espaços de luta, cada vez mais ampliados, com outros setores da sociedade.

Por essas razões e considerando ainda, ser o nosso Sindicato uma entidade que aprovou a indicação do ano de 1999 para realização do III CONED, no seu XVII Congresso, em Porto Alegre, propõe-se: .

TR - 41

TEXTO RESOLUÇÃO

- 1 – Participar da preparação e realização do III CONED, em 1999;
- 2 – Apoiar financeiramente a preparação e a realização do III CONED;
- 3 - Indicar ao Fórum Nacional a decisão do local, a partir de critérios como apoio e infraestrutura, visibilidade nacional, bem como, comprometimento político com esse evento;
- 4 - Fortalecer o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública;
- 5 - Estimular e participar da criação de Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública.

TEXTO 42

TESE DOS DELEGADOS DA ADURN-S.SIND. AO 18º CONGRESSO DA ANDES-SINDICATO NACIONAL.

APRESENTAÇÃO

GLOBALIZAÇÃO, palavra mágica e doce para aqueles que acreditavam que as portas do Primeiro Mundo se abririam para o Brasil, tão logo este curvar-se às leis “naturais” do mercado. Agora, a realidade se torna amarga, os dólares saem aos borbotões, os juros atingem alturas inacreditáveis, o governo federal, totalmente desorientado, perde credibilidade interna e externamente, provocando a maior crise da história do país.

A ANDES-SN, desde a posse de FHC, através de corretas análises de conjuntura, alertava para o abismo que a política econômica adotada pelo governo estava levando o país. A ausência de políticas sociais e a destruição dos meios de produção levaram a um aumento assustador do número de excluídos, a violência no campo e `na cidade tornou-se rotineira, a

classe média alcança a linha de pobreza e a desigualdade social bate recordes mundiais. Enfim, o Brasil quebrou, vítima da irresponsabilidade de seus governantes.

Neste contexto de fim de feira, quando a descrença toma conta da população e, junto com o desânimo provoca um aumento considerável da desmobilização dos trabalhadores, cabe aos sindicatos e aos movimentos populares organizados indicarem o caminho. E este caminho é um só : ENFRENTAMENTO.

Se as previsões da quase totalidade dos analistas políticos se confirmarem, 1999 será pior do que o ano que passou. O agravamento da crise será inevitável, no plano nacional e internacional, num vórtice em que o próximo epicentro é o principal alavancador da mundialização do capital, a economia norte-americana, o mais amplo e lucrativo parque produtivo mundial.

O governo de FHC no entanto, persiste nos mesmos equívocos, não só acata todas as diretrizes do FMI e do Banco Mundial como, no limite da submissão, reserva espaços nas salas do BCN para que os “observadores” destes organismos internacionais se instalem e possam melhor controlar o vai-e-vem da economia nacional.

A maioria da sociedade brasileira que, durante os últimos quatro anos esteve como que anestesiada, enfeitada pelo charme do professor doutor da Sorbone, idolatrado e irrestritamente apoiado pela grande mídia, que lhe conferia alto nível de credibilidade, alicerçado em uma moeda artificialmente valorizada, começa a sair deste estado de letargia, de sonambulismo, e a ver que de fato o “rei está nu”. Em recente pesquisa realizada pela DataFolha na cidade de S. Paulo – 28/01/99 – FHC e o Plano Real tiveram sua pior avaliação : 70% acreditam que o presidente perdeu o controle da crise ; 60% o responsabilizam por ela ; 59% acham que FHC enganou o seu eleitorado em relação à estabilidade do real ; 38% consideram o seu desempenho ruim ou péssimo, contra 22% que o consideram bom ou ótimo. Com relação ao Plano Real caiu de 49% para 32% os que acham o plano bom ou ótimo, empatando pela primeira vez, desde 94, com os que o acham ruim ou péssimo.

Configura-se portanto, um momento propício para que as forças de oposição, que acreditam na construção de um país soberano, numa nação cidadã, se organizem para derrubar este projeto político, arquitetado na reunião que construiu o Consenso de Washington, coordenado pelo Banco Mundial e pelo FMI e que têm como seus títeres, os presidentes dos países ditos emergentes.

Neste período conturbado, mas pleno de perspectivas, em que o povo brasileiro tem um grande desafio pela frente, ocorrerá o 18º Congresso da ANDES-SN, onde os professores de todo o Brasil estarão discutindo e aprovando sua plataforma de luta, seu envolvimento com os outros setores da sociedade, e nós, que fazemos parte de uma tendência dentro do sindicato, vimos apresentar o nosso posicionamento sobre os temas que lá serão debatidos.

- **POLÍTICA EDUCACIONAL , CIÊNCIA & TECNOLOGIA**

- **Fundamentos**

Não poderia ser diferente. A política educacional do governo FHC no seu primeiro mandato e sem alteração, muito pelo contrário, reafirmada com a sua reeleição, é parte fundamental para a implementação do Projeto Neoliberal no Brasil. O governo FHC se caracteriza pelo caráter antisocial, antisindical, de entrega nacional e de perdas de direitos dos trabalhadores, submetendo-se às pressões e imposições internacionais para viabilizar a inserção do Brasil no processo de globalização da economia.

É no contexto de transformações sociais e culturais que a Educação, Ciência e Tecnologia desempenham papel fundamental para a reprodução do processo de reestruturação produtiva ao nível mundial. Em consequência, sob a ótica do projeto governamental, é imprescindível redefinir o papel da Educação, da Ciência e da Tecnologia.

Destaque-se, aqui, os fundamentos e características gerais da política neoliberal que norteiam as políticas sociais e reforma do Estado:

- desintegração dos direitos sociais e, portanto, da não necessidade de instituições públicas para os viabilizar;

- educação e demais políticas sociais são admitidas como instrumentos da política econômica, introjetando-se valores e critérios de mercado; e
- controle e centralização do processo de produção do conhecimento são estratégias para a manutenção da nova ordem que se pretende estabelecer.

Antes de abordar, especificamente, o ensino superior importante se faz destacar a perspectiva neoliberal – receituário – para a educação em geral: diminuir e, dependendo do nível de ensino, acabar com a responsabilidade do Estado com o financiamento da educação; criação de um mercado educacional; avaliação quantitativa, introduzindo-se conceitos e critérios de qualidade total; a produção subordinada às necessidades do mercado; entre outros.

- **Implementação do Projeto Educacional**

É sob o referencial explicitado no item anterior que FHC vem implementando a sua política educacional, com maior ritmo e intensidade dependendo do setor (público e privado), do nível (1º, 2º e 3º graus) e da resistência dos trabalhadores na educação.

- **Ensino Fundamental, Educação Profissional**

No ensino fundamental com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), instituído pela Emenda Constitucional nº 14, deveria haver elevação na remuneração dos professores e que com isso passaria a se tornar uma carreira mais atraente para os formandos. Ninguém quer passar 4, 5 anos estudando e ao terminar seu curso perceber baixos salários. Esta Emenda Constitucional estabelece que os Estados e Municípios devem destinar 15% de suas receitas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental. Estipula, ainda, que no mínimo 60% dos recursos do FUNDEF seja para pagamento dos salários dos professores de ensino fundamental em efetivo exercício do magistério. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública foi contra esta proposta, ainda enquanto PEC 233/95, lutando contra sua aprovação no Congresso Nacional. Posição esta fundamentada pelo caráter excludente do FUNDEF, uma vez que os recursos não abrangem a educação infantil, de jovens, adultos e deficientes; centralização e distribuição dos recursos baseados em critérios meramente quantitativos, entre outros. O financiamento público apenas para o ensino fundamental, através de repasse de recursos diferenciados com base no número de alunos por série e escola é uma medida que tem como objetivo dar “autonomia” às unidades escolares que receberão recursos insuficientes e, assim, terão que buscar recursos no setor privado.

Além do FUNDEF, o governo destaca outras prioridades para o ensino fundamental. Uma, são os Parâmetros Curriculares Nacionais que propõem conteúdos básicos de 1ª a 4ª séries e da 5ª a 8ª séries (já prontos e distribuídos), que foram elaborados pelo MEC. Outra, é a do repasse direto de recursos para as escolas, onde se destinarão à manutenção de prédios, compra de material e treinamento de professores. As duas medidas estão sendo implementadas e também muito criticadas por educadores. Com referência aos parâmetros curriculares as críticas fundamentam-se nas evidências dos seguintes aspectos: sua elaboração contou com a participação de consultores estrangeiros, o que possibilitou um distanciamento da realidade onde serão desenvolvidos os conteúdos; a sua vinculação ao sistema de avaliação nacional para o ensino básico e pela forma como foi imposta pelo Estado.

A educação profissional também foi atingida pela política educacional, passando por uma drástica reforma que tem como objetivo, entre outros, adestrar mão-de-obra para o mercado. Acaba com a possibilidade de cursos de habilitação profissional que integre a formação profissional com a educação geral. As consequências são nefastas. Além de “formar” profissionais sem o necessário conhecimento propedêutico, os alija de pleitearem uma vaga no ensino superior, uma vez que não recebem o certificado de ensino médio (2º grau).

-
-

- O ensino superior

“Viva ao mercado: gestão empresarial e expansão do mercado educacional”. Dificilmente encontraríamos um slogan tão adequado à política de ensino superior que vem sendo implementada pelo governo FHC, comprovando a ênfase para a privatização do setor público.

A Folha de São Paulo, em matéria publicada em 28 de dezembro de 1998, coloca que “poucos setores da economia estão passando por transformações tão expressivas quanto o formado pelas faculdades e universidades privadas”. Ao mesmo tempo acrescenta que o faturamento do setor “cresceu como poucos segmentos econômicos”. Só no Estado de São Paulo o faturamento em 1998 foi da ordem de 4 bilhões de reais, o equivalente ao da indústria de cigarros.

A matéria apresenta o processo de reestruturação no setor tendo como base o mercado, acrescentando que “essa tendência de mudança no perfil das universidades particulares enquanto empresas deve continuar, viabilizada pelas transformações nas regras do ensino superior adotadas pelo Ministério da Educação e do Desporto” (Folha de São Paulo, 28/12/98, 3º caderno, p.1).

Sob a argumentação de que não há recursos públicos para expandir o Sistema Federal de Ensino Superior, o MEC tem como estratégia aumentar o número de vagas no setor privado. É de bom tom lembrar que a própria Folha coloca que 61% das vagas do ensino superior já estão neste setor.

Ao mesmo tempo que o MEC diz não ter verbas para o ensino superior público, o Ministro Paulo Renato, sobre a expansão do Crédito Educativo afirma “essa será uma de nossas prioridades agora” uma vez que isto era uma das promessas do governo FHC, mas que no entanto não foi cumprida nos 4 anos de mandato (Folha de S.Paulo, 06/01/99. 3-6 Cotidiano).

As mudanças para viabilizar a expansão de vagas e a subordinação dos cursos ao mercado de trabalho inclui, necessariamente, alterações de fundo na concepção e conteúdo da produção do saber. A estratégia é diversificar as alternativas de ensino – cursos de graduação à distância, cursos de pequena duração (os chamados cursos sequenciais), por exemplo. Tudo para diminuir custos e atrelar o ensino às exigências do mercado, com perdas irreparáveis para a formação profissional, do cidadão e produção do conhecimento.

O mais grave é que o setor público está querendo adotar a mesma linha do setor privado colocando também custos e exigências do mercado acima do processo de formação e conteúdo, reduzindo o processo de formação a adestramento de mão-de-obra. O presidente da ANDIFES, professor Ivonildo do Rego, em matéria da Folha de S.Paulo (26/12/98, 3º caderno, p.1) diz “precisamos massificar os processos de formação no ensino superior. Mas pelos processos tradicionais não dá, porque sai muito caro”.

Uma das lutas históricas da ANDES-SN é a expansão de vagas do setor público que já deteve mais de 70% da oferta de vagas no ensino superior, garantindo-se, no entanto, o padrão único de qualidade e conseqüentemente mais recursos para o setor público.

Infelizmente os reitores, mais uma vez, sucumbiram às teses neoliberais e a política governamental, ao anunciarem no “Protocolo para Expansão do Sistema Público Federal de Ensino Superior a intenção de “diversificar as alternativas de ensino usando novas tecnologias” sob a argumentação de que pelos processos tradicionais sai muito caro, corroborando as palavras do Secretário Nacional de Ensino à Distância do MEC, Pedro Paulo Poppovic, “para aumentar o acesso e diminuir os custos não há outra alternativa”(Folha de São Paulo, 26/12/98, 3º caderno, p.1).

Um anteprojeto que recebeu parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE, é o que trata das Diretrizes Gerais para os Institutos Superiores de Educação. Como pode ver, os artigos da LDB que trata dos Institutos Superiores de Educação não falam nas Licenciaturas, mas o Anteprojeto no seu Art. 1 inciso II diz: “cursos de licenciatura destinados a formação de docentes das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio, organizados conforme o projeto pedagógico de cada instituição de ensino”. Na LDB Art. 63 inciso II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar a educação básica. No anteprojeto isto é ampliado no inciso IV para: programas de

formação pedagógica, destinados a alunos do ensino superior que não estando matriculados em cursos de licenciatura, pretendam ensinar nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio ou na educação profissional de nível técnico, em áreas de conhecimento ou disciplinas de suas especialidade. Isto é muito grave, uma vez que descaracteriza totalmente os cursos de licenciatura. Se alguma pessoa que não é formada, por exemplo em medicina, tratar de algum tipo de doença, será preso por falta do registro profissional. No entanto, para se lidar com crianças e adolescentes na escola, não é necessário ter rigor, bastando ser mero transmissor de livros didáticos questionáveis. Por isso reafirma-se a posição da ANDES-SN contrária a proposta dos Institutos Superiores de Educação e conclama a todos a cobrar intransigentemente do governo, mais responsabilidade para lidar nas escolas com crianças e adolescentes exigindo a formação profissional adequada, a valorização do professor com salários dignos, evitando assim, a evasão dos cursos de licenciatura para outros cursos.

- **Autonomia Universitária**

Desde 1995 que tramita na Câmara Federal Proposta de Emenda Constitucional – inicialmente como parte da PEC 233 e posteriormente como PEC específica, a 370-A/96.

Para o governo federal reestruturar a universidade pública, construindo-se uma nova configuração jurídico-institucional, cuja centralidade é a autonomia universitária, abrangendo a democracia e financiamento, faz-se necessário retirar da Constituição Federal a garantia do preceito da Autonomia Universitária no seu Art. 207, através da PEC 370-A/96.

Vale lembrar que o conceito de autonomia do governo FHC não é novo e o Movimento Docente já barrou inúmeras tentativas, na mesma direção, de governos anteriores.

A argumentação utilizada é a necessidade do exercício pleno da autonomia universitária e a flexibilização da gestão. Sob esta argumentação altera-se, fundamentalmente a concepção de autonomia que, sob a ótica governamental, fundamenta-se na (o):

a) lógica de mercado. Ensino enquanto mercadoria a ser consumida por quem pode pagar. As atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas, melhor dizendo, atreladas às demandas/exigências do mercado;

b) descompromisso do Estado com o financiamento do ensino superior, acarretando o seu empresariamento através da captação de recursos do setor privado. O conteúdo da PEC 370-A/96 sobre financiamento é prova do exposto; e

c) avaliação quantitativa que tem como objetivos definir um ranking institucional, acabar a diferença existente entre setor público e privado, atacando-se a qualidade do ensino no setor público; competição interna e concorrências; critérios de premiação e punição. Introduce aí os critérios/conceitos de qualidade e eficiência do setor produtivo (produtividade, qualidade total).

O PROVÃO e, mais recentemente a GED, são exemplos irrefutáveis dessa concepção de avaliação baseada no produtivismo e não na qualidade e processo do fazer acadêmico, introduzindo-se nas IFES o “campeonato de quem faz mais pontos”. A GED, além de reduzir as atividades acadêmicas à uma política de resultados leva, também, a exclusão e discriminação salarial;

d) autonomia para os dirigentes universitários, mas com subordinação ao Executivo e, não para a Instituição Universidade. Este é o fundamento em que o governo mais avançou na implementação de sua proposta. A primeira iniciativa, juntamente com o Provão, do governo FHC foi, ainda em 1995, propor a alteração da Lei para escolha de dirigentes das IFES, aprovada no mesmo ano no Congresso Nacional e, na seqüência a nova LDB que ferindo, também, a autonomia universitária, determinou a alteração na composição dos Órgãos Colegiados das IFES. Em conseqüência cada vez mais os reitores oriundos desses processos submetem-se aos propósitos governamentais, abrindo mão da defesa da Universidade Pública. O ocorrido com a eleição do reitor da UFRJ é exemplo máximo de ingerência e desrespeito à autonomia e democracia nas IFES.

Em síntese. É a autonomia sob forma de orçamento global com controle finalístico através de avaliação quantitativa. Autonomia que inviabiliza a gestão democrática nas universidades,

submetendo-as às ingerências político-partidárias, atrelando-as ao setor empresarial e subordinação ao Poder Executivo.

Quanto à tramitação da PEC 370-A/96, suspensa desde outubro de 1997, o Ministro Paulo Renato em recentes entrevistas afirmou que com a aprovação da Reforma Administrativa não há mais necessidade de alterar o Art. 207 para implementar as mudanças necessárias. Para tal, estaria enviando Projeto de Lei regulamentando a autonomia universitária (Art.207 da C.F.). Sobre esta questão a ANDES-SN deve permanecer atento e ser contra quaisquer iniciativas que, sob a justificativa da regulamentação do Art. 207, retire a garantia da autonomia universitária. Aliás é posição do Sindicato o conceito de que o Art. 207 é auto-aplicável.

Por último, a proposta do governo não diz respeito apenas a autonomia universitária. Em recente entrevista ao O Estado de São Paulo (24/01/99), o ministro Paulo Renato reafirma o propósito do governo em criar um sistema “mais diversificado de ensino superior” rompendo com o preceito constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isto significa a consolidação da política dos Centros de Excelência e o desmonte do Sistema Federal de Ensino Superior, hoje constituído por 52 IFES.

- A crise, o pacote e as novas mudanças na política de C & T

Em 1997 para garantir a estabilidade do real face a queda das bolsas em países do Oriente, o Sistema Federal de Ensino Superior e o Sistema Nacional de C & T foram duramente atingidos com corte de verbas pelo Pacote de Ajuste Fiscal – o das 51 medidas – agravando-se ainda mais a política de diminuição dos recursos para estes setores.

Em 1998 o quadro se repete. Mesmo antes da declaração da Moratória pela Rússia, foram impostos cortes ao já precário Orçamento/99 destinado ao CNPq (Decreto 2.273, de 8/9/98, MP 1.710-1 e Portaria 328/98 do presidente do CNPq).

A situação recrudescer com o Programa de Estabilidade Fiscal, que atinge as IFES e agências federais de financiamento à pesquisa, com cortes nos recursos para custeio e investimentos, para bolsas científicas, contratação de pessoal e diversos programas.

Mas, 1999 não significa para as IFES e para o Sistema Nacional de C & T apenas menos recursos – diga-se de passagem que até o momento o governo não anunciou medidas decorrentes do desabamento do real. A expectativa e apreensão nas comunidades universitárias do setor público e científico são grandes ante a nomeação de Bresser Pereira para ministro da C & T e presidência do CNPq, cuja primeira iniciativa foi anunciar a criação de uma Comissão para formulação de proposta de reestruturação do Ministério e do CNPq.

Não há como esquecer que Bresser encaminhou a Reforma Administrativa, e quem primeiro, no governo, falou e até elaborou minuta de proposta para transformar as IFES em Organizações Sociais. Destaque-se, ainda, que desde 1998 já se tem uma Entidade de pesquisa – o Laboratório Luz Síncrotron, de Campinas – transformado em Organização Social. Importante frisar que até aliados do governo FHC, estão temerosos com a nomeação do Bresser Pereira. A professora Eunice Durham, em artigo para a Folha de São Paulo (28/01/99, Caderno 1, p.3), teme o desmantelamento do CNPq.

Importante, ainda, é o fato de que, não raramente, o ministro Paulo Renato fala na proposta de passar as universidades para o Ministério de C & T.

Aprovada em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ficou dependendo de alguns ajustes à sua implementação. Daí surgem os decretos, anteprojeto, etc. E é neste contexto que o governo baixa o decreto 2.306, em 19 de agosto de 1997, onde introduz na classificação acadêmica das Instituições de Ensino Superior, dois tipos de Universidade. Uma, considerada como Centros de Excelência, que terão investimentos públicos, onde se produzirá conhecimento através de suas pesquisas, chamada de “Universidade”. Outra, que não desenvolverá pesquisa, limitando-se a reprodução de conhecimentos, denominada de “Centros Universitários” que serão a grande maioria.

Fundamental reafirmar a posição da ANDES-SN contrária a transformação das IFES em Organizações Sociais além do que, são inaceitáveis mudanças que tenham como objetivo o desmantelamento do Sistema Federal de Ensino Superior e/ou que viabilizem a consolidação

de diferenciações entre as instituições que impliquem romper com a possibilidade de se alcançar o padrão único de qualidade.

- **1º e 2º graus nas IFES**

O ensino de 1º e 2º graus nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES tem se constituído em importante e fundamental atividade para formação dos profissionais de educação, desenvolvimento de métodos pedagógicos, integração entre 1º, 2º e 3º graus, entre outros.

Decorrente dessa fundamentação a ANDES-SN incorporou os docentes que atuam nos 1º e 2º graus nas IFES na sua organização sindical, constituindo-se em seu legítimo representante e, passou a atuar na perspectiva de acabar com as diferenciações impostas pela política governamental e leis em vigor.

Uma das diferenciações diz respeito ao fato dos docentes de 1º e 2º graus, independente do grau de formação e qualificação, estarem alijados da carreira de magistério superior.

A fim de se contrapor a esta situação a luta da ANDES-SN é pela implantação da Carreira Única para o magistério das Instituições de Ensino Superior, abrangendo todos os docentes do quadro independente do nível de ensino em que atue.

No entanto, vivencia-se uma conjuntura extremamente adversa em relação a 1º e 2º graus, uma vez que o governo além de não reconhecer a importância da existência desses níveis de ensino nas IFES, defende a manutenção de carreiras diferenciadas. A forma de tratamento e resultados da última greve dos docentes das IFES para os docentes de 1º e 2º graus bem comprovam isto.

Cabe ressaltar a importância, nesse momento, de reafirmar a luta em defesa das atividades de 1º e 2º graus nas IFES e das reivindicações do Sindicato para o setor.

- **O enfrentamento e a unificação das lutas**

A ANDES-SN deve reafirmar as resoluções de Congressos anteriores na direção da unificação das lutas, internamente com os demais segmentos universitários (estudantes e técnico-administrativos) e, externamente, com os servidores públicos e demais trabalhadores.

No campo da educação há de se investir para a viabilização de um projeto alternativo de educação. Por determinação da LDB no seu Art. 9º inciso I, “A União incumbir-se-á de: Elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios”. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública do qual a ANDES-SN faz parte, com a realização dos dois CONEDs (Congresso Nacional de Educação) conseguiu elaborar um PNE que deu entrada no Congresso Nacional através do deputado Ivan Valente (PT-SP) em forma de Projeto de Lei. Após a entrada do PNE da sociedade, o governo entrou com um projeto seu elaborado pelo INEP/MEC. Este PNE do governo está apenas ao PNE da sociedade. O Movimento Docente deve estar atento e mobilizado junto ao Fórum, no acompanhamento dessa tramitação para denunciar as manobras que possam ocorrer e cobrar pela aprovação de um PNE democrático.

Nesta direção o PNE, aprovado no 2º CONED, representa um passo importante. A fim de se avançar na elaboração de Plano de Lutas que unifique os trabalhadores na educação é importante envidar todos os esforços possíveis para a realização do 3º CONED em novembro de 1999.

- **SEGURIDADE SOCIAL**

- **Previdência**

Em 1º de dezembro de 1998, assistiu-se com profunda indignação o absurdo da aprovação da Reforma da Previdência que, além de penalizar a todos, massacra ainda mais os trabalhadores de baixa renda. Como é do conhecimento de todos, em torno de 40% dos trabalhadores urbanos não possuem registros. Como poderão comprovar o tempo de contribuição? O governo nada faz para o cumprimento da lei que obriga a assinatura da

carteira de trabalho, mas com certeza, vai exigir dos trabalhadores a comprovação do tempo de contribuição.

Além deste presente de Natal e às vésperas do dia do aposentado (24/01), mais um presente de grego, a aprovação pelo Congresso do Projeto de Lei 4.898/99, que não só afeta os inativos, mas também os trabalhadores da ativa. O que diz o PL:

A contribuição social do servidor público civil, ativo e inativo e dos pensionistas dos Três Poderes da União, será de 11% incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, do provento ou pensão.

Além desta contribuição, haverá um adicional de:

- 9% sobre a parcela da remuneração se exceder a R\$ 1.200,00 até R\$ 2.500,00;
- 14% sobre a parcela da remuneração que exceder R\$ 2.500,00;
- Esta contribuição será temporária. Vale até 31 de dezembro de 2002;
- Os inativos ou pensionistas que recebem até R\$ 600,00 estão isentos;
- Os inativos ou pensionistas com mais de 70 anos de idade ou servidor aposentado por motivo de invalidez que recebem até R\$ 3.000,00 também estão isentos;
- As contribuições passam a valer a partir de 1º de maio de 1999. Até lá segue a contribuição vigente.

- **MOSAP**

Sobre a filiação da ANDES-SN ao MOSAP (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas), o Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria da ADURN-Seção Sindical, posicionou-se contra, por ter conhecimento que o MOSAP não é entidade, não tem Estatuto, não tem Regimento, não tem arrecadação financeira, enfim, é apenas um grupo de Aposentados Federais de vários setores que se reúne inclusive com a Frente Parlamentar e de Entidades Cívicas e Militares, em defesa da Previdência Social Pública, da qual a ANDES-SN também participa. Na compreensão do GT, se professores aposentados continuam sendo sindicalizados da ANDES-SN, e, portanto é este o seu espaço, procurando estar presentes e com todos os servidores lutar pelos direitos de todos.

- **Inserção do professor aposentado nas IFES**

Outro assunto de relevada importância, que deverá fazer parte das discussões do 18º Congresso da ANDES-SN, é a inserção dos docentes aposentados na Instituição Universidade. O GT-Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria reafirma a posição aprovada no XI Congresso da ANDES-SN em Manaus, ampliada para os docentes aposentados de todas as Instituições de Ensino Superior Públicas e reafirmada no 16º Congresso em João Pessoa: "O Movimento Docente se manifesta contrário ao retorno de docentes aposentados à carreira, através de um novo concurso público. Para tanto, deve-se buscar mecanismos no interior das IFES que permitam a colaboração de docentes inativos junto a programas de pós-graduação e em atividades de pesquisa e extensão".

A nossa posição vem das argumentações na defesa da aposentadoria integral e por tempo de serviço, que se davam em cima do desgaste físico e psíquico da função docente.

- **COMUNICAÇÃO**

Vivemos numa situação onde os meios de comunicação basicamente determinam os costumes e as preferências políticas da população. Isto acontece muito visivelmente no nosso cotidiano, onde, de forma sutil ou não, a mídia vai manipulando a informação, de maneira que a sociedade absorve como a mais pura das verdades tudo aquilo que interessa aos donos do Poder. Desta forma, fica muito difícil a luta dos que sonham com igualdade e justiça, visto que as teses defendidas pelo grande capital são muito bem trabalhadas nos meios de comunicação, e como sabemos, essas teses são exatamente o contrário do que é defendido pelos movimentos organizados em torno de um projeto que prioriza o desenvolvimento social.

Por outro lado, entendemos que nosso Sindicato teria como elaborar uma política de comunicação mais eficiente, de forma a alcançar as bases e outros setores da população, num trabalho mais objetivo de informação e politização. Para isto, é necessário melhorar a utilização dos recursos empregados na comunicação, onde frequentemente gasta-se uma grande quantidade de dinheiro e não se consegue atingir as metas propostas.

Intransferível e urgente é a retomada, no interior do Sindicato, da discussão sobre política de comunicação, tendo como referencial o Projeto aprovado no 16º Congresso da ANDES-SN (João Pessoa-PB).

TR - 42

- ENCAMINHAMENTOS: PROPOSTA DE PLANO DE LUTAS

4.1 - Intensificar a luta contra o governo FHC, buscando ampla articulação com os movimentos sindical e popular;

4.2 - Atuar para que a CUT trabalhe na perspectiva de articulação com os movimentos organizados para construir um calendário de lutas para o enfrentamento ao governo FHC;

4.3 - Que a intervenção da ANDES-SN na Plenária Nacional da CUT seja no sentido de garantir a formulação de implementação de um Plano de Lutas de enfrentamento ao governo, combatendo assim as formas de atuação da corrente majoritária na direção da Central, pautadas pela linha de adequação e integração à ordem;

4.4 - Implementar a Resolução do XVII Congresso da ANDES-SN no sentido de se engajar às iniciativas, no campo popular e democrático, de construção de projeto alternativo para o Brasil, como por exemplo a "Consulta Popular";

4.5 - Que a ANDES-SN participe do "Tribunal d Dívida Externa" a ser realizado nos dias 24, 25 e 26 de março/99, Rio de Janeiro, sob a organização da CNBB/Caritas – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, MST – Movimento dos Sem Terra, CMP – Central dos Movimentos Populares, PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, IERJ – Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro, SINDECON-RJ – Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro, entre outros;

4.6 - Construir através da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais) um calendário de mobilizações e de lutas contra a política de extinção de direitos sociais e trabalhistas e de desmonte dos serviços públicos, bem como campanha salarial para repor as perdas salariais no período de janeiro de 1995 a dezembro de 1998, tendo como referência de cálculo o ICV-DIEESE;

4.7 - Articular através da CNESF a luta contra o desconto previdenciário para os aposentados, bem como o aumento dessa contribuição para os servidores da ativa;

4.8 - Implementar a Resolução do XVII Congresso da ANDES-SN, trabalhando para que seja realizado o III CONED (Congresso Nacional de Educação) no ano de 1999, ampliando a luta em defesa do Plano Nacional de Educação aprovado no 2º CONED;

4.9 - Lutar contra qualquer reestruturação do DNTE/CUT (Departamento Nacional dos Trabalhadores na Educação) que seja fundamentado no projeto de estrutura orgânica para a Central;

4.10 - Fortalecer o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública;

4.11 - Realizar o mais urgente possível, até abril/99, o Encontro Unificada ANDES-SN, FASUBRA-Sindical, UNE e SINASEFE com o objetivo de unificação da luta e construção de calendário de mobilização em Defesa da Universidade Pública e Gratuita e das Escolas Técnicas e Agrotécnicas;

4.12 - Combater as propostas de reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior que tenha como objetivo o seu desmantelamento e/ou que viabilizem a consolidação de diferenciações entre as instituições, que impliquem romper com a possibilidade de se atingir o padrão unitário de qualidade;

4.13 - Defender a autonomia universitária, combatendo a PEC 370-A/96 e quaisquer propostas de regulamentação do Art. 207 da Constituição Federal (Autonomia Universitária) que se contraponha ao princípio da auto-aplicabilidade desse artigo;

4.14 - Articular com os demais segmentos da comunidade universitária a retomada e intensificação da luta pela democratização interna das IFES com ênfase aos processos de escolha de dirigentes e reformas estatutárias;

4.15 - Lutar pela incorporação dos valores da GED, pelo teto para todos os docentes, ativos e inativos e os de 1º e 2º graus sem exceção;

4.16 - Reafirmar a Proposta de Carreira Única para o Magistério das Instituições de Ensino Superior (Cadernos Andes-2), contrapondo-se a instrumentos e mecanismos que venham minar a luta pela sua implantação;

4.17 - Lutar para garantir a isonomia constitucional entre professores ativos e inativos e não permitir a transferência dos docentes aposentados para outro ministério;

4.18 - Se posicionar contrário a filiação da ANDES-SN ao MOSAP;

4.19 - Retomar a discussão sobre política de comunicação tendo como referencial o projeto de comunicação da ANDES-SN aprovado no 16º Congresso (João Pessoa-PB);

4.20 - Fortalecer a Frente em Defesa do Sistema Nacional de C & T.

TEXTO 43

PROPOSTAS DA DIRETORIA DA APUFSC-SSind, APROVADAS NA AGE DE 10/02/1999, PARA O 18º CONGRESSO DA ANDES-SN,

Enviamos as propostas da APUFSC e sua AGE, com modificações, acréscimos e supressões, em algumas TRs do primeiro Caderno de Textos.

TR-43

TR – 1.1: Página 15 (Movimento Docente e Conjuntura)

- a) Organizar um Fórum composto de forças políticas opostas ao modelo neoliberal e ao governo FHC, com vistas a uma atuação conjunta a nível estadual e nacional;
- b) Lutar pelo resgate da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma e de Qualidade através do estabelecimento de condições de trabalho, salários, aumento de vagas, contratação de professores, requisitos indispensáveis de combate ao processo de privatização no interior das IFES (consultorias, parcerias com instituições privadas de ensino, ofertas de cursos pagos, salários arrochados, etc.);
- c) Desencadear lutas pela revalorização, **SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA** do Serviço Público em geral;
- d) Defender um sindicato combativo resguardando os princípios da concepção e da estrutura sindical históricas da ANDES-SN e nas suas relações com a CUT, DNTE, etc;
- e) Lutar por uma política de Ciência e Tecnologia independente, com recursos, e que dê prioridade às necessidades da população;
- f) Apoiar todas as formas de movimentos e de solidariedade que visem garantir melhoria das condições de vida da população brasileira;
- g) **LUTAR PELA RESTAURAÇÃO DOS DIREITOS DOS APOSENTADOS BRASILEIROS;**
- h) **LUTAR POR POLÍTICAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DE CRIAÇÃO DE EMPREGOS E QUE CONTRIBUAM PARA A SUPERAÇÃO DA MISÉRIA E DA POBREZA BRASILEIRA;**
- i) **ORGANIZAR UM FORUM DE DISCUSSÃO PERMANENTE NAS ADs E ANDES, SOBRE AS ALTERAÇÕES DA VIDA ACADÊMICA E O FUNCIONAMENTO DAS IFES QUE TÊM**

SIDO MUITO PERMEÁVEIS AOS PROJETOS DE PRIVATIZAÇÃO DO GOVERNO, CUJO MAIOR EXEMPLO É O ESVAZIAMENTO DOS ORGÃOS COLEGIADOS E AS RELAÇÕES INDIVIDUAIS DOS PROFESSORES COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO.

TR –2: Página 18 (Trabalho Docente)

- a) suprimir
- b) suprimir
- c) mantém com uma nova versão

Lute contra todas as formas de precarização de trabalho, tendo como eixo a isonomia salarial e a melhoria das condições de trabalho.

Suprimir os demais itens.

TR – 3: Página 28 Caderno de Textos (Política Educacional)

- a) Ampliar a discussão sobre os cursos seqüenciais no interior das IES;
- b) Combater a implementação dos cursos seqüências nas universidades públicas e gratuitas, conforme o que determina o parecer 968/98;
- c) Propor soluções para ampliação imediata de vagas nas universidades públicas e gratuitas, sem prejuízo da qualidade do ensino e da densidade da formação acadêmica em suas múltiplas dimensões.

TR – 6: Página 31 (DNTE)

- a) O DNTE, como tal, deve ser mantido na estrutura geral da CUT;
- b) O objetivo do DNTE será o de elaborar, com base nas proposições aprovadas pelas entidades, uma política de educação para a CUT;
- c) SUPRIME;
- d) A participação no DNTE far-se-á mediante um (1) representante titular e suplentes, de cada entidade do ramo da educação filiada à CUT;
- e) MANTÉM.

TR –7 : Página 35 (Reforma Sindical e Trabalhista)

Lutar contra a aprovação da PEC-623/98 que trata da Reforma Sindical e Trabalhista.

Florianópolis, 10 de fevereiro de 1999

TEXTO – 44

PROPOSTAS DA DIRETORIA DA APUFSC À SUA AG E, A SEREM APRESENTADAS AO 18º CONGRESSO NACIONAL DA ANDES-SN, SOBRE O REGIMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO(S) CONGRESSO(S) E CONAD(S) E DE MODIFICAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ANDES-SN.

Enviamos as propostas da APUFSC e de sua AGE, sobre o REGIMENTO, ESTATUTOS e outras.

TR – 44

01. Mudar a data de realização do Congresso Nacional da ANDES-SN para o mês de ABRIL ou MAIO, durante o ano letivo e realizar apenas um CONAD anual, no mês de SETEMBRO ou OUTUBRO, com um só Delegado Titular, que deverá ser o Presidente ou um representante de cada Diretoria de AD, sem prejuízo dos eventos normais dos Seminários, Setores e GTs e EXTRAORDINÁRIOS, quando necessários e deliberados pelas instâncias do MD, conforme os Estatutos da ANDES-SN. E, no futuro, todos os Congressos da ANDES-SN deverão realizar-se em Brasília. **(Suprimido pela AGE de 10/02/99, de: com um só Delegado até Diretoria de AD).**

02. Reduzir a Delegação de Titulares ao Congresso da ANDES, eleita pelas AGs das ADs., à metade dos números atuais. Na APUFSC, de 10 para 5 Titulares e mais os Suplentes e Observadores (Est. art. 16.II). Além do/da Presidente da AD ou de um representante da Diretoria, como Delegado Titular. Para isto tendo que modificar os Estatutos da ANDES (Est. art. 16.I). **(Suprimido pela AGE de 10/02/99).**

03. Suprimir a Delegação das Vice-Presidências Regionais da ANDES (Est. art. 16.III). **(Suprimido pela AGE de 10/02/99).**

04. Suprimir o direito de voto das Comissões Organizadoras dos eventos, nos Congressos e CONADs (art. 4.II, do Regimento do 18º Congresso).

05. As delegações das Vice-Presidências regionais da ANDES, das Comissões Organizadoras do Congresso deverão ter o caráter de Observadoras...

06. Os Delegados Titulares ausentes deverão ser substituídos a qualquer tempo, no Congresso, desde que credenciados e feitas as comunicações à Secretaria do Congresso e às Mesas dos Grupos Mistos ou das Plenárias (art. 4.II do Regimento).

07. Os SEMINÁRIOS, as REUNIÕES DE GTs e as REUNIÕES DE SETORES deverão ser suprimidas do período do Congresso. Estes eventos deverão ser realizados, sempre, durante o ano...

08. São instâncias do Congresso: A Diretoria, as Comissões, os Grupos Mistos e as Plenárias (art. 7 do Regimento).

09. A organização dos Grupos Mistos deverá ocorrer através de sorteio, de modo aberto, sob as vistas de diversos Delegados presentes e com apenas um representante de cada AD em cada Grupo Misto (art. 13 do Regimento).

10. Só poderão ser encaminhadas às Plenárias Finais as matérias cujos conteúdos foram objeto de deliberação dos Grupos Mistos. As matérias não deliberadas não poderão ser apresentadas às Plenárias Finais. Os Grupos Mistos não poderão remeter, em bloco, sem discutir e aprovar, as matérias polêmicas ou não examinadas, por quaisquer razões, para as Plenárias Finais (para se eliminar os artifícios esvaziadores dos Grupos Mistos e “congestionadores das Plenárias intermináveis e ineficazes”).

11. As sessões dos Grupos Mistos e as Plenárias não poderão, em nenhuma hipótese, ultrapassar 4 (quatro) horas de trabalhos contínuos, em cada período de trabalho da manhã, tarde e noite. As sessões deverão, impreterivelmente, iniciar nos horários previstos pela organização do Congresso e terminar, conforme a previsão (art. 22 e 29 do Regimento). **(Suprimido pela AGE de 10/02/99).**

12. Matérias não apresentadas e não deliberadas nas AGs, das ADs e não apresentadas nas Plenárias de Abertura, ressalvadas as exceções dos momentos conjunturais, não poderão ser parte do Congresso em andamento e não poderão ser apresentadas às Plenárias Finais.

13. Os Grupos Mistos e as Plenárias serão instalados com 40% do número de Delegados previstos e com este quorum poderão deliberar, por maioria dos presentes e segundo o Regimento (para se eliminar os esvaziamentos táticos e as “operações desrespeitosas” da dedicação, do interesse e da fadiga dos participantes). **(Suprimido pela AGE de 10/02/99).**

14. Solicitada a contagem do quorum e não havendo o número mínimo para o seu funcionamento a Plenária ou a sessão do Grupo Misto será suspensa ou encerrada, até que, no tempo previsto para o seu final se tenha número legal, para deliberar, conforme o Regimento.

15. As Plenárias e os Grupos Mistos deverão, sempre deliberar os PRINCÍPIOS e as DIRETRIZES que deverão ser remetidos às COMISSÕES DE REDAÇÃO FINAL. Não deverão gastar tempo com formas, estilos ou linguagem... Para isto, cada sessão deverá eleger a sua COMISSÃO DE RELATÓRIO E REDAÇÃO FINAL.

DIRETORIA DA APUFSC-SSIND e AGE DA APUFSC DE 10/02/1999.

AVULSOS

ATUALIZAÇÃO DO TEXTO DE CONJUNTURA *Diretoria da ANDES-SN*

01. A nação brasileira está colocada diante do mais grave desafio da sua história. Ao contrário da estratégia do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, característica de uma etapa histórica da América Latina, FHC aprofundou a dependência nacional adotando, simplesmente, a estratégia do subdesenvolvimento com desemprego e endividamento interno e externo.

02. Cedendo às pressões do centro de poder do capitalismo internacional, o governo brasileiro implantou uma desregulamentação financeira e cambial, uma abertura comercial indiscriminada e uma flexibilização dos controles estatais e da regulação do mercado de trabalho. Seguindo as recomendações da cartilha neoliberal, adotou uma política de sobrevalorização cambial e altas taxas de juros para absorver recursos externos de curto prazo em resposta ao excesso de liquidez que se esparrama pelo mundo globalizado. O Brasil passou de exportador líquido de recursos em absorvedor forçado de capital financeiro.

03. Em meio a uma crise mundial, tem-se uma conta a pagar. O presidente optou pela solução apontada pelo capitalismo internacional acerca de quem deve pagar essa conta: os pobres dos países pobres. É isso que inspira toda a sua política econômica. Com a crise, houve uma desvalorização do capital. Há que se repô-lo. Transfira-se o patrimônio público para os grandes capitalistas; aumente-se os tributos para passar aos banqueiros, via juros extorsivos das dívidas. Esse é o resumo da ópera bufa em que se transformou a construção do Real e sua agonia. Enxugue-se o Estado para que os banqueiros nadem em dinheiro. Esmague-se os trabalhadores para que não se arranhe o capital dos patrões.

04. Nós, como servidores públicos, seremos, portanto, duplamente vítimas dessa política, se, juntos com os demais trabalhadores, não a detivermos. Temos que deixar claro que o desemprego e a crise de financiamento do Estado, em especial das políticas públicas, não são sinais da crise, mas são a forma adotada pelo governo e pelos capitalistas para solucionar essa crise! Ou seja, o desemprego e a falência do Estado significam tirar de nós e dar para eles. É a forma de fazer com que quem ganhou com a geração da crise não perca com o ônus gerado por ela. É inaceitável!

05. O presidente Fernando Henrique, no seu primeiro mandato, deixou um triste legado:

- Maior déficit público da história – apesar de não ter feito qualquer programa social de relevância; apesar do salário dos servidores públicos estar congelado há quatro anos e apesar da carga tributária ter atingido 33% do PIB, seu ponto máximo desde qualquer época;
- A dívida interna saltou de R\$ 153 bilhões em 1994 para R\$ 378 bilhões em novembro de 1998, apesar da venda do patrimônio das empresas estatais. A dívida mobiliária federal aumentou 424% de dezembro de 1994 a novembro de 1998, enquanto o PIB brasileiro cresceu 11,2% e a renda per capita apenas 4,5%, nos últimos quatro anos;
- O déficit externo em transações correntes passou de US\$ 1,7 bilhões em 1994 para US\$ 35 bilhões em 1998 e a necessidade de financiamento externo chegou a US\$ 62 bilhões, deixando o país totalmente vulnerável à sanha especuladora dos capitais voláteis internacionais;
- A dívida externa alcançou a cifra de US\$ 230 bilhões em outubro de 1998, apesar da alegada capacidade governamental de atração de capitais de risco. Só de juros externos e remessa de lucros pagamos quatro vezes mais do que se gastou com todo o sistema federal de ensino superior;

- A taxa de desemprego aberto, medida pelo IBGE, chegou a 8% e o desemprego total girou em torno de 18% nas seis principais regiões metropolitanas do país, pelos cálculos do Dieese.
- A exclusão social e a desigualdade na distribuição de renda e de riqueza chegaram a níveis sem precedentes e só se agravaram após a desvalorização do Real, que nos empobreceu sem exceção.

06. Todos estes recordes negativos a troco de quê? Certamente não foi para colocar o Brasil no rumo do crescimento e da prosperidade. Após quatro tristes anos de baixo crescimento econômico, desemprego e queda no rendimento médio, descobrimos que não chegamos ao fundo do poço. Ao contrário, a dura realidade vai se agravar em 1999. FHC só precisa de mais um ano para completar sua obra e entrar para os livros de história como um estadista da estatura de um Nero. **FHC está destruindo 500 anos em 5!**

07. A agenda pública, no primeiro mandato de FHC, foi construída de tal sorte que a moeda era o único ponto a ser pensado e a reeleição a meta a ser atingida. Por isso, para os embates que teremos pela frente, é fundamental ter-se clareza sobre o atual quadro econômico.

08. O presidente e sua equipe passaram quatro anos dizendo que o Real forte era “imexível” e a desvalorização da moeda um ato de políticas decadentes. Pois bem, no mês de janeiro teve de se dobrar a três diferentes alternativas de política cambial, todas três fracassadas, nenhuma capaz de reverter a fuga de capitais. FHC entregou os destinos da nação aos desatinos do mercado e às forças perversas da globalização. Agora se vê abandonado por aqueles que tanto o elogiavam. Obviamente os elogios eram a retribuição pela política de juros elevados que garantiam a reprodução e a valorização do capital volátil internacional que viu no Plano Real a oportunidade de ganhos inimagináveis em qualquer outro lugar do mundo.

09. Até outro dia, o governo brasileiro mantinha uma política deliberada de subordinação e dependência aos fluxos internacionais de capital. Agora, abriu mão totalmente da soberania nacional e entregou de vez o comando da economia ao monitoramento direto do FMI. São os técnicos do Fundo que decidem o tamanho do arrocho fiscal, como e onde aplicar nossas reservas e o nível das taxas de juros. Entregou-se o destino da Nação nas mãos de “agentes ineptos de uma instituição obsoleta” (segundo o conceito do monetarista-mor, Milton Friedman).

10. Para completar o vexame, o economista Francisco Lopes - após ter seu nome aprovado pelo Senado - foi derrubado por discordar marginalmente de diretores do FMI, sendo substituído por um funcionário de um dos maiores e mais famosos especuladores globais. Antes da capitulação da moeda o Brasil perdeu US\$ 40 bilhões de suas reservas e dois dias antes da implantação da hilária “banda cambial-diagonal-endógena” cinco grandes bancos compraram US\$ 5 bilhões. O economista Paul Krugman do MIT denunciou que no dia 29 de janeiro o Sr. George Soros movimentou grandes somas com papéis da dívida externa brasileira. Como disse o deputado Aloísio Mercadante, o ataque especulativo foi tão bem feito que, além dos lucros astronômicos, tomaram a presidência do Banco Central. **Privatizaram o BACEN - sem licitação - e, mais uma vez, vão socializar os prejuízos.**

11. Desde a crise asiática o governo – para manter seu populismo cambial - vinha cometendo o despropósito de vender títulos indexados em dólar que, mesmo pagando juros estratosféricos, estavam protegidos dos riscos cambiais (fazendo hedge, no linguajar do mercado financeiro). A fuga do capital internacional e o seguro (hedge) para o capital remanescente, foi a forma imposta pelo G-7 e o FMI para proteger o sistema financeiro internacional, restringindo os efeitos da crise ao território brasileiro, quando muito, ao Mercosul. Os déficits financeiros do Estado são a forma de garantir a lucratividade do setor privado nacional e multinacional. O custo, de qualquer modo, será pago com um novo ajuste fiscal.

12. Perdemos a capacidade de formular políticas econômicas próprias. Estamos abandono as ricas potencialidades do país. A receita de FHC/FMI pune aqueles que trabalham para remunerar os que vivem de renda. Promove-se o sacrifício de 160 milhões de pessoas para manter uma ordem internacional iníqua. O cidadão brasileiro está indignado por que está sendo

chamado a pagar uma conta que não é sua e que, ao invés de solucionar, apenas amplia os problemas internos do país.

13. Somente em 1998, o governo FHC pagou R\$ 70 bilhões de juros da dívida pública, muito mais do que gastou com todos os servidores públicos federais ativos, aposentados e pensionistas. Isto representou quinze vezes mais do que os gastos totais nas IFES. Representou, também, mais do dobro do que se arrecadou com todo o processo de privatização promovido nos últimos 4 anos. Empresas construídas durante décadas, com o sacrifício da sociedade, foram alienadas do controle público e seus recursos desbaratados no turbilhão de uma dívida interna que não pára de crescer.

14. Até outro dia, a taxa de juros tinha de ser alta para seduzir os especuladores e garantir o valor do Real. Agora, tem que ser mais alta para punir os consumidores e segurar a inflação. Muda-se o câmbio mas não se muda a política monetária restritiva responsável pela quebra de empresas nacionais, Estados e Municípios.

15. Com pompas, o governo reúne-se apressadamente com as autoridades do FMI mas adia a reunião com os governadores de oposição para discutir a crise financeira provocada pelo próprio governo. Despreza o resultado das urnas ao condenar os governadores e prefeitos a promover cortes de servidores e de programas sociais. Tudo isto, em nome do pagamento dos juros contraídos em gestões passadas que foram subservientes e coniventes com uma política que exigiu equilíbrio orçamentário, ao mesmo tempo que confiscou recursos estaduais através do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e da Lei Kandir. Os governadores de oposição querem dar um basta a esta política incapaz de pensar e executar projetos integrados de desenvolvimento econômico e social.

16. Toda uma geração de brasileiros está sendo condenada à miséria e à fome. Com a miopia própria dos que se julgam superiores, o governo abre mão de implementar uma política de segurança alimentar e nutricional que garanta o acesso de todos a um padrão alimentar adequado. Também nada faz diante do crescimento exponencial do desemprego. Ao invés de criar programas de estímulo imediato à agricultura, à reforma agrária e à construção civil, prefere manter estímulos financeiros às montadoras multinacionais e a renúncia fiscal para promover a venda de carros de passeio, beneficiando aqueles que estão no topo da pirâmide da concentração de renda.

17. Não tardará o dia em que todo o país volte a presenciar cenas de saques – como aconteceu recentemente em São Paulo - provocados por trabalhadores sem-terra, sem-teto, sem-emprego e sem-esperança, consequência da baderna instituída por uma política econômica desumana que promoveu viagens internacionais e o consumo conspícuo de uma minoria em detrimento das necessidades básicas da maioria dos cidadãos brasileiros.

18. De fracasso em fracasso, o governo assiste impassível a volta da remarcação dos preços, respondendo com a restrição do crédito e a proibição da indexação dos salários. Querem transformar os que nada têm - além da sua força de trabalho - em perdedores definitivos do realinhamento dos preços relativos. Como disse o presidente do Banco de Boston, Henrique Meirelles: “uma desvalorização só é bem sucedida se ela se traduz em perda real dos salários” (EM, 02/99). Nesta lógica o governo já pensa em não reajustar plenamente o salário mínimo em maio, assim como pretende manter o congelamento dos salários dos Servidores Públicos Federais pelo quinto ano consecutivo.

19. Dados oficiais mostram que o país já está em recessão desde o último trimestre do ano passado. Todas as previsões para 1999, quer de órgãos públicos, quer de escritórios privados, apontam para uma recessão com volta da inflação. A magnitude do desastre varia, mas existe um consenso generalizado entre os analistas econômicos que este será o ano da estagflação.

20. A inflação vai voltar por conta, única e exclusivamente, da falência das políticas de FHC. Mas a grande mídia conservadora vai dizer que são os sindicatos que querem a volta da indexação. Nós precisamos contrapor dizendo que não defendemos a indexação como um princípio. Nós queremos inflação zero - mas não às custas do desemprego, da fome, da miséria, da violência e do endividamento e do desequilíbrio macroeconômico. Se os sindicatos vão correr atrás do prejuízo e das perdas salariais é porque seus associados têm compromissos inalienáveis com seus filhos e a sobrevivência de suas famílias.

21. A insustentabilidade do modelo econômico do Real já vinha sendo denunciado há bastante tempo por acadêmicos independentes, instituições nacionais e pela oposição institucional. Entretanto, o presidente Fernando Henrique – com o apoio aberto e escancarado dos meios de comunicação – conseguiu sua reeleição se colocando como o candidato mais preparado para enfrentar a crise. Isto só foi possível porque FHC mentiu sobre a verdadeira situação da economia brasileira. Ao invés de mostrar a fragilidade da economia do país, vendeu uma imagem falsa de que todos os males decorriam de uma alegada crise internacional. A reeleição de FHC, segundo a Revista Carta Capital, “representa a mais clamorosa e ostensiva fraude eleitoral da história republicana” Para seu diretor de redação, Mino Carta, “o eleitorado foi enganado, engodado e traído da forma mais grosseira”.

22. Os marqueteiros da reeleição venderam a idéia: FHC ou o Caos. Agora temos os dois. Não queremos nenhum. **Basta de Fernando Henrique Caosdoso!**

23. O Brasil caminha a passos largos para um impasse total de sua administração econômica. Os gestores dos organismos financeiros das grandes potências e os especuladores internacionais continuam garantindo algum fôlego para a política econômica na esperança de completar o assalto à Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Furnas e ao pouco mais que nos resta de patrimônio público. O dinheiro do FMI serve para que os investidores privados possam retirar com lucro o capital aplicado no país. Quando se completar este processo e se esgotar as divisas, então acontecerá o ataque definitivo através da dolarização da economia (currency board).

24. Ao invés do círculo virtuoso do desenvolvimento, o governo brasileiro – escravo dos credores internacionais – jogou o país no círculo vicioso de uma “decadência auto-sustentada”. Abdicando da responsabilidade de se autogovernar, está abrindo o caminho para uma moratória catastrófica.

25. Em contraposição, o ex-ministro Celso Furtado defende a decretação de uma moratória soberana, pois “ninguém tem dúvida de que a economia brasileira está fadada a entrar em moratória” (FSP, 24/01/99). A economista e deputada Maria da Conceição Tavares defende a mesma opinião: “Antes que o FED (Banco Central dos Estados Unidos) passe a administrar diretamente as nossas reservas para impedir a desvalorização dos ativos dos grandes bancos internacionais, deveríamos proclamar a nossa moratória soberana e reassumir o controle dos destinos do país numa renegociação direta da dívida” (FSP, 24/01/99). **Pois bem, decretemos a moratória, antes que nossos credores a façam!**

26. A população não pode aceitar passivamente o alto custo desta crise. É preciso promover uma ação de responsabilidade contra os culpados. O Presidente da República e toda a Equipe econômica precisam responder civil, penal e administrativamente pelos seus atos e pelo exercício culposo que têm resultado em prejuízos irremediáveis para o erário, para as empresas, os Estados e Municípios e para milhões de cidadãos brasileiros. Trata-se de um crime de lesa pátria. Como disse o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos: “Por muito menos, em qualquer democracia robusta, gabinetes teriam caído, presidentes impedidos e alguns ministros já estariam provavelmente encarcerados. Aqui, usufruem do privilégio tirânico de arbitrar a intensidade do suplício a que a nação será submetida”. (FSP, 24/01/99).

27. A crise econômica certamente desembocará numa crise política. Apesar da maioria parlamentar o governo só conseguiu aprovar as medidas mais polêmicas do ajuste fiscal através de uma chantagem diante da possibilidade de um descontrole total da moeda nacional. Os índices de rejeição do presidente **Fernando Henrique Caos-doloso** estão batendo no teto, mesmo antes da população sentir completamente os efeitos deletérios da crise. Caminhamos para uma situação de ingovernabilidade.

28. Uma hipótese é a **Sarneyzação** do governo, com a paralisia das iniciativas e a espera de novas eleições em 2.002. Mas dificilmente o país conseguirá esperar tanto tempo por esta não-solução. Outra hipótese seria a **Fujimorização** do país. Mas falta apoio popular a FHC. Uma terceira hipótese é o **Parlamentarismo Branco**. Membros do PFL já admitem o parlamentarismo, passando o comando direto do poder ao Presidente do Senado. Tudo isto indica que existe possibilidades concretas de uma crise político-institucional sem precedentes.

29. Neste sentido, vale a pena recordar o alerta do ex-prefeito de Porto Alegre: “Precisamos definir rapidamente, diante do processo em curso de acelerada degradação nacional e de desagregação social, no bojo da nossa maior crise econômica do século, se o Brasil será uma nação soberana, capaz de afirmar sua autonomia, no contexto internacional, ou se nos transformaremos definitivamente em servos de uma ordem global totalitária, que nos recusa o direito de partilhar minimamente das conquistas civilizatórias da humanidade” (Tarso Genro, FSP, 25/01/99)

30. Diante do neocolonialismo do governo FHC que promoveu a desconstrução do Estado, da bases materiais da nossa economia e do tecido social da nação, devemos oferecer alternativas construtivistas, fundamentadas em novas bases. A hora é agora. Este vai ser o ano da revolta e da manifestação da ira indignada de um povo traído. Nenhum país convive pacificamente com recessão tão profunda, desemprego elevado, desigualdade social crescente e degradação econômica. Por muito menos, o Brasil assistiu aos movimentos contra a carestia, pelas Diretas Já e pelo impeachment de Collor.

31. Neste momento, o Brasil é o elo fraco dos mercados globalizados. Com o fim do conflito Leste X Oeste, o Norte-rico tenta impor seus ganhos ao Sul-pobre. Com os recursos apropriados dos pobres do Sul, acomoda-se os pobres do Norte e garante-se a riqueza dos ricos. Desta forma, resistir às alternativas impostas pelo centro de poder do capitalismo internacional é manifestar, na práxis, a solidariedade aos povos explorados e oprimidos de todo o mundo.

32. O quadro traçado acima dá uma dimensão do tamanho do desafio que temos pela frente. Os docentes presentes, neste que é o maior Congresso da ANDES, certamente saberão se colocar à altura das necessidades que o momento histórico exige. Devemos saber expressar nossas divergências políticas de fundo sem perder a capacidade de construção de uma unidade de luta que seja a parteira de uma nova sociedade, que não sabemos bem como será, mas que estará fundada no princípio da retribuição condigna dos que trabalham, na justa proporção dos seus esforços.

TR-1.0

O 18º Congresso da ANDES-SN aponta três eixos gerais de luta que deverão servir para orientar as ações do Sindicato no enfrentamento ao projeto perverso, entreguista, acovardado e subserviente do governo FHC:

- Lutar por uma **Moratória Soberana** e a **Centralização do Câmbio**, através de uma renegociação da dívida externa junto aos organismos financeiros multilaterais e ao sistema bancário internacional, mantendo-se os níveis mínimos de divisas que garantam a manutenção dos mecanismos básicos de formulação e de execução de uma política econômica nacional. Defender a redução imediata das taxas de juros, a reestruturação da dívida interna que cresce de maneira explosiva e a repactuação da sistemática de pagamento das dívidas dos estados e municípios, baseado no princípio de um justo pacto federativo.
- Promover uma ampla mobilização nacional através de ações jurídicas e “Tribunais Populares” visando responsabilizar civil, penal e administrativamente o Presidente da República e toda a sua equipe pelo exercício culposo que têm resultado em prejuízos irremediáveis para o erário, para as empresas, os Estados e Municípios e para milhões de cidadãos brasileiros.
- Articular as lutas específicas dos docentes, particularmente contra o arrocho salarial e as propostas de autonomia universitária do governo, com as mobilizações mais gerais do conjunto dos trabalhadores. Construir, junto à CUT e outras entidades nacionais, uma greve geral pelo emprego, salário e cidadania e contra a política de desmonte da estrutura produtiva nacional implantada por FHC. Articular as ações institucionais em todos os níveis com as mobilizações de massa, buscando aglutinar – além daqueles situados no setor formal da economia – os trabalhadores autônomos, subempregados, aposentados,

desempregados, sem-terra, os estudantes e as donas-de-casa contra as políticas de desconstrução da Nação, que geram fome e miséria.

- Seguem as outras contribuições e pontos específicos apresentados no Caderno de Texto.

ATUALIZAÇÃO DO TEXTO 4 – INSTITUTOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO (Caderno de Textos, página 29)

Contribuição do GTPE/ANDES-SN, elaborada pelas Professoras Célia Regina Otranto (ADUR-RJ) e Marília Leite Washington (ADUFSCar)

Texto Apoio

"Os primeiros quatro anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso na área da Educação caracterizam-se pela profundidade das reformas aprovadas e implementadas, bem como pelas políticas de melhoria da qualidade da educação em nosso País. O marco institucional do ensino foi profundamente alterado, por meio de Emenda Constitucional e leis - principalmente a Lei de Diretrizes e Bases. As políticas de governo privilegiaram as ações de caráter estrutural para atingir as raízes das deficiências do nosso sistema educacional. A opção por ações de longa maturação foi consciente na busca de resultados sólidos, que aparecerão em sua plenitude no futuro. Apesar disso, indicadores relevantes mostram que os primeiros frutos começam a aparecer, antecipando uma tendência positiva no quadro educacional do Brasil. Ao encerrar-se o primeiro mandato, é oportuno um balanço de políticas e fatos na educação. (Paulo Renato Souza)⁴⁶

SITUANDO A DISCUSSÃO SOBRE OS ISEs

Ao longo de 1998, a Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborou diversas versões de um Anteprojeto de Resolução visando regulamentar os INSTITUTOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO (ISEs), previstos nos Artigos 62 e 63 da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), considerado, também, o Art. 9º, §2º - h, da Lei 9131/95 que, anterior à própria LDB, já havia criado o Conselho Nacional de Educação.

O assunto, como outras polêmicas geradas pela promulgação da LDB em dezembro de 1996, já havia sido objeto de discussões, ainda que não aprofundadas, no GTPE/ANDES-SN. A premência da discussão sobre outros problemas, como, em dois exemplos, os implicados na PEC 370/96, que trata da autonomia universitária, e os gerados pelo Decreto 2208/97, reformando o ensino técnico e a educação tecnológica, adiaram o aprofundamento das análises do GTPE sobre os ISEs.

Essas análises puderam ser verticalizadas quando da participação de vários integrantes do GT nas reuniões e seminários preparatórios ao II CONED (II Congresso Nacional de Educação), culminando com a elaboração do "Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira" (PNE da sociedade), aprovado na Plenária de Encerramento do Congresso (Belo Horizonte, MG., 09.11.97) e hoje tramitando como Projeto de Lei nº 4155/98 na Câmara Federal, por iniciativa de parlamentares da oposição. Constatou-se, naquele momento, o sentido obscuro do que está na letra da lei sobre os ISEs, sobre as funções e competências a eles conferidas, de forma imprecisa, no que tange à formação dos profissionais da educação, como foram inevitáveis as comparações com medidas governamentais similares, adotadas no passado, em especial na década de 70.

O PNE da sociedade registra:

⁴⁶ Pronunciamento do Ministro Paulo Renato Souza, disponível na homepage do MEC sob título EDUCAÇÃO: POLÍTICAS E FATOS, SEM PROPAGANDA).

"Temos, hoje, contraditoriamente, uma reedição das normativas governamentais dos anos 70, através das quais pretende-se dar conta do Art.63 da LDB. O inciso I, ao se referir a curso normal superior, deixa de explicitar como se compara ele - se é que se compara - à licenciatura plena, citada no Art.62, permitindo interpretá-lo, talvez, como uma licenciatura de curta duração. O inciso II sugere o retorno dos velhos Esquema I e Esquema II. No conjunto, os Institutos Superiores de Educação permanecem não esclarecidos e suas funções não claramente definidas." (p.64).

Dispomos hoje, mais de um ano depois, do Parecer Nº CP 53/99 do Conselho Nacional de Educação, e respectiva Resolução, aprovados em 28 de janeiro de 1999. Foram relatores os/as Conselheiros/as Edla Soares, Eunice Durham, Francisco Cordão, Guiomar N. de Mello, Jacques Velloso e Silke Weber. São definidos nesses documentos as finalidades, a abrangência e as atribuições dos ISEs, instituições "de caráter profissional", bem como as formas de organização e funcionamento dos cursos e programas destinados "... à formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica ..." a serem por eles oferecidos.

A conjuntura e o contexto em que surge essa proposta de regulamentação de dois artigos da LDB, as discussões e análises feitas em diferentes fóruns e instâncias profissionais, acadêmicas e sindicais - ANDE, ANDES, ANFOPE, ANPED⁴⁷, Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras, Fórum Nacional e Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública, por exemplo - permitem que o GTPE/ANDES-SN se coloque diante do problema da criação, organização e funcionamento dos Institutos Superiores de Educação a partir de três questões centrais:

1ª) O sistema universitário brasileiro PRECISA dos Institutos Superiores de Educação, para a finalidade de formação de professores?

2ª) Enquanto profissionais da educação, nós, filiados ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN - ACEITAMOS a criação de outra agência formadora de docentes para a educação básica, como consubstanciada no Parecer nº 53/99, e Resolução anexa, do Conselho Nacional de Educação?

3ª) Enquanto profissionais da educação, TEMOS ALGO A PROPOR, para que, pelas vias do enfrentamento e da resistência, se evite mais esse arremedo de reforma educacional em nosso país?

2. CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA: educação superior e formação de educadores no bojo da proposta reformista do estado brasileiro

A partir dos anos 80, especialmente com a Constituinte e o processo de elaboração da LDB, os setores populares e democráticos da sociedade apresentaram, através do que se convencionou chamar "conciliação aberta", um conjunto de proposições que consubstanciavam a política educacional que queriam ver implementada: o projeto original de LDB da Câmara Federal. Os setores sociais hegemônicos, representados no e pelo governo, desconsideraram esse esforço democrático, urdindo, através de mecanismos escusos e autoritários, um projeto de LDB de acordo com a ideologia neoliberal propalada pelo Banco Mundial. Tenta-se tornar hegemônica a visão de que só há um caminho a ser trilhado, o que leva à globalização mercadológica, reproduzindo e acentuando a estrutura social vigente - desigual, injusta, contrária ao exercício da cidadania - sem se colocar ou questionar a necessidade de transformá-la. Portanto, confrontado com o nosso, tal projeto traduz concepções radicalmente (de 'raiz' mesmo!) antagônicas de educação, de sua estrutura, de suas funções, de profissionais dessa e para essa educação.

Se nos restringimos aos princípios e ideais - liberdade, igualdade e solidariedade humana - proclamados em ambos os projetos, constata-se até alguma semelhança. Mas o acordo para aí. Considerando o contexto de elaboração da LDB e analisadas as metas, prioridades e ações

⁴⁷ ANDE: Associação Nacional de Educação; ANFOPE: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação; ANPED: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

já desencadeadas pelo governo⁴⁸, verificam-se profundas diferenças de significados e opções políticas. Não por acaso, o projeto democrático da Câmara define, além daqueles princípios e ideais, os de democracia, justiça social e felicidade humana, e do trabalho como fonte de riqueza, dignidade e bem-estar universais. Esses últimos complementam e condicionam aqueles.

Os pressupostos, as concepções de mundo, sociedade, ser humano, educação, entre outros, que subjazem a esses projetos são distintos. Ao retirar do projeto original da LDB da Câmara a concepção de educação enquanto instrumento de transformação social, a LDB aprovada em 1996 e a legislação que a complementa concebem a educação como instrumento de manutenção do status quo.

Ao invés de conceber o ser humano como ser crítico, situado, ativo, construtor de sua própria história e da sociedade em que vive, concebe-se um ser a-histórico, passivo, individualista. Ao vincular enfaticamente educação e prerrogativas mercadológicas globalizantes, pretende-se um indivíduo consumidor, competitivo e voltado apenas às necessidades do mercado, rejeitando a educação enquanto instrumento de emancipação humana e de desenvolvimento da sociedade.

Duas lógicas se contrapõem claramente: a da exclusão, apontando para o neo-darwinismo social, onde prevalecem os privilegiados e os "mais aptos"- e a da inclusão, buscando contemplar amplos e distintos segmentos sociais historicamente excluídos - crianças pobres, jovens e adultos trabalhadores, pessoas com graus diferenciados de eficiência física e psíquica, grupos chamados minoritários.

Tais considerações traduzem, na área educacional, algumas características do neoliberalismo. Assim, é oportuno esboçar um quadro sucinto que subsidie nossa compreensão dessa doutrina.

O ideário neoliberal, anticomunista, anti-igualitário, antidemocrático e contra a soberania nacional (menos nos países centrais), é evocado em primeira instância para debelar a surtos de hiperinflação (causada pelas elites). Defende com vigor a liberdade plena do mercado, razão pela qual entende qualquer intervenção do Estado como uma ameaça letal às liberdades econômica e política. Considera a desigualdade um valor saudável, pois ela geraria uma concorrência, pretensamente necessária ao desenvolvimento. Instaure uma taxa tida como "natural" de desemprego, forma de alimentar a competição "salutar" do/ao capitalismo. Combate os movimentos sociais e os sindicatos, pois ambos são concebidos como forças parasitárias e perigosas. Pleiteia algumas reformas fiscais que supostamente incentivariam os agentes econômicos. Impõe uma privatização generalizada, desresponsabilizando o Estado de funções que lhe são inerentes: "(...) a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (...)". (Constituição Federal, Art. 6º).

A estratégia neoliberal é multifacetada, sendo empregada, cotidianamente, através de mecanismos que forjam a política, manipulando afetos e sentimentos: prioriza a publicidade falaciosa dispensando qualquer argumento convincente; busca construir o consenso segundo o qual os direitos sociais característicos da cidadania não são garantidos devido à estrutura do Estado - grande demais - e aos seus quadros profissionais corporativos - ineficientes e gastadores.

Revela, enfim, que seu maior objetivo é o de convencer a sociedade de que é necessário privatizar a todo custo. Assim, o Estado mínimo, privatizado e pretensamente eficiente, é concebido como a condição única para o ingresso do país no mundo globalizado e moderno. Ao "cidadão-consumidor" reserva-se apenas a passividade, a despolitização e a indigência social e educacional compulsórias.

Obedecendo, desse modo, à matriz definida pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) para os países considerados em desenvolvimento, vai o país agudizando sua crise com profundas e

⁴⁸ Veja algumas referências legais na Bibliografia

sérias repercussões na área educacional. Registre-se que todos os países alinhados com a política neoliberal, como o Brasil, vêm limitando as verbas destinadas à educação, à cultura, à ciência, à tecnologia. Como exemplo dessa tendência, pode-se citar a própria recomendação da UNESCO e do Banco Mundial de destinar, ainda nessa década, 6% do PIB para o desenvolvimento da educação e que, na realidade, vem diminuindo progressivamente.

A crise educacional brasileira tem-se manifestado, ao longo de décadas, em duas dimensões principais. Uma se refere ao estado - alarmante! - a que foi reduzido, pouco a pouco, o sistema educacional e os conseqüentes indicadores e características de exclusão social, por exemplo: elevados percentuais de repetência e evasão escolar; persistência do analfabetismo absoluto (mais de 20 milhões de brasileiros/as, segundo dados do IBGE) e funcional; um dos mais baixos percentuais latino-americanos de matrícula no ensino médio (cerca de 25% da população na faixa 15-17 anos); uma taxa de engajamento na educação superior (inadmissíveis 11,7%, segundo o Banco Mundial e a UNESCO, que precisam ser superados a todo custo) que, comparada à de outros países com PIB per capita equivalente, é superior apenas a países como a pequeníssima República de Maurício ou como a Malásia; padrões aviltantes de remuneração e condições de trabalho de todos os profissionais que atuam na área da educação, em todos os seus níveis e modalidades, destacadamente no setor público. A outra dimensão, não menos grave, diz respeito à contradição, historicamente verificável, entre a retórica governamental e as ações concretas dos governos, no tocante às políticas públicas, notadamente àquelas das áreas sociais. Após quatro anos do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, a situação da educação brasileira atinge níveis intoleráveis.

Depreende-se, desse cenário, que ao longo de todas as suas versões, o que esteve em disputa, até a promulgação da lei em 1996, foram dois projetos de LDB: um, construído com a participação da sociedade; outro, na linha das políticas neoliberais que orientam as ações desse governo. O resultado final, evidentemente, não é o que a sociedade desejava. Por outro lado, não é tudo o que o governo pretendia. Aquilo que ele não conseguiu incluir na LDB vem sendo feito pela reiterada utilização de outros mecanismos para a imposição de sua política educacional, tais como Medidas Provisórias e Decretos, coadjuvadas pelas normatizações do Conselho Nacional de Educação, como é o caso do objeto de nossa presente discussão - os Institutos Superiores de Educação.

Processo semelhante, vale registrar desde já, marcou a construção coletiva e democrática do PNE da sociedade; seu contraponto é o PNE elaborado pelo INEP/MEC, marcado pelas diretivas das agências multilaterais. Dois projetos em confronto, fundados em premissas que se opõem e que remetem a concepções opostas de formação de professores e outros profissionais da educação.

No balanço de perdas e danos decorrentes da LDB e da legislação que a complementa, é inevitável que dois aspectos ganhem destaque. Um, a nova configuração da educação superior, forjada em meio a um emaranhado de leis, decretos e portarias. Outro, as conseqüências diretas dessa reconfiguração na definição e no reordenamento das faculdades/centros de educação e dos cursos de licenciatura, que desemboca nos institutos superiores de educação.

O Decreto 2.207/97, como se sabe, alterou o sistema federal de ensino superior e a organização acadêmica das instituições de ensino superior (IES), que podem assumir cinco diferentes formatos: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades; institutos superiores ou escolas superiores. Assim diferenciadas e permanecendo a pesquisa como característica das universidades, está-se reintroduzindo (quem não se lembra do GERES?!) um modelo dual marcado pela distinção entre as 'universidades de ensino' e as 'universidades de pesquisa'.

Essas mudanças na estrutura, funcionamento e organização da educação superior, em particular as questões da autonomia e da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, têm repercussões sérias nos cursos de licenciatura, entre esses o de pedagogia, em termos das concepções subjacentes à sua organização, oferta e implementação. "Modificada a estrutura de ensino superior com a introdução desse novo formato, o governo federal vai adiante e coloca no centro do debate sobre formação de professores um "cavalo de Tróia"- os denominados Institutos Superiores de Educação. Ao fazê-lo, objetiva deslocar o eixo do debate

substantivo sobre o papel e organização das faculdades de educação, dos cursos de pedagogia e licenciaturas para uma nova estrutura organizacional, considerada mais adaptável às medidas de políticas educacionais que vêm sendo tomadas, em particular, no que diz respeito ao ensino básico" (Aguar, 1998:2).

A proposta de criação dos ISEs, suposta alternativa "síntese" das escolas normais e cursos de licenciatura (aí incluída a pedagogia), encontra justificativa na "crise" das faculdades de educação que, da ótica governamental, não têm dado conta de responder adequadamente, a curto prazo, às demandas da nova realidade marcada pela globalização.

Todavia, segundo Kuenzer (1998:9), "ao retirar a formação de docentes da Universidade, contrariamente ao que ocorre nos países em que a democratização da educação realmente ocorreu, adota-se uma concepção elitista de ensino superior, voltado para a formação de cientistas e pesquisadores, o que, para o legislador (e para o Estado que abraça as políticas do Banco Mundial) não é o caso dos educadores, cuja formação dispensaria o rigor da qualificação científica e da apropriação de metodologias adequadas à produção do conhecimento em educação."

A proposta dos ISEs, na realidade, minimiza, ignora ou subestima a capacidade e a responsabilidade das faculdades de educação e dos cursos de licenciatura na liderança da formação de professores, contando, para isso, com as lacunas, ambigüidades e omissões da LDB.

A LDB, com efeito, determina, em seu Art. 62, que a formação de professores para a educação básica deverá ser feita em nível superior, sendo "... admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.". Determina, também", no Art. 87, § 4º, que "até o fim da Década da Educação", ou seja 2006, "... somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.". Isso significa a necessidade de formação de um enorme contingente de professores - bem mais de um milhão! - tomando-se dados da Sinopse Estatística do MEC/INEP 1996⁴⁹, apontando, desse modo, intensa demanda para as faculdades e centros de educação, que precisariam ser alvo de maiores investimentos e ter sua estrutura e organização redefinidas, no âmbito das respectivas IES, para fazer frente a tal desafio. Ao determinar, no Art. 63, que os ISEs manterão "II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica; " e "III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.", a LDB exige que fortes elos sejam estabelecidos entre "formação inicial", "formação pedagógica" e "formação continuada" - algo que as faculdades/centros de educação das universidades, trabalhando na perspectiva da relação indissociável entre pesquisa, ensino e extensão, já fazem. Contudo, a proposta de regulamentação dos artigos já citados da LDB afirma que os Institutos Superiores de Educação - não mais as faculdades de educação - é que serão capazes de oferecer respostas satisfatórias a todas as necessidades e demandas, já que "ao propor uma Instituição e não simplesmente um curso, fica configurada a idéia de constituição de todo um novo ambiente institucional, mais propício à renovação das práticas necessárias à formação dos docentes."⁵⁰

O que se pode observar, com base na legislação e nas iniciativas governamentais, é que existe uma ânsia, um afã em se "pôr o bloco dos ISEs na rua". A que vem a pressa? A quem interessa tratar de afogadilho assunto de tal importância e abrangência? Quem se beneficia de uma proposta cuja lógica, presente na LDB e complementada pelo conteúdo do Decreto 2.208/97, desemboca num "... sistema separado para a formação profissional, fora do sistema escolar acadêmico, e que oferece o suporte normativo para a formação de professores em

⁴⁹ Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira (p.15, versão de novembro de 1997. Tabela 9: Funções docentes: distribuição nacional por nível de formação e níveis escolares em que atuam).

⁵⁰ Parecer nº 53/99, de 28/01/99, do CNE.

nível pós-médio e/ou de complementação de conteúdos voltados para o exercício profissional stricto sensu, concebido enquanto tarefa parcial, de conteúdo bem definido e destinado a atender uma demanda específica e bem definida do mercado de trabalho."? (Kuenzer, 1998:11).

Na avaliação de Aguiar (1998:3), "... vai-se buscando dar corpo a algo inexistente e que se amolde a interesses governamentais específicos e de alguns setores privatistas (muitas vezes interessados em criar instituições educacionais que gerem lucros rápidos) na atual conjuntura nacional, ou seja, que passe a ocupar o lugar do debate sobre uma política global de formação dos professores que implica tratar simultaneamente a formação inicial, as condições de trabalho, salário e carreira, e a formação continuada."

É interessante registrar, finalmente, que mesmo diante de todo o empenho governamental em implantar o seu modelo de formação de professores, mesmo sendo uma "nova instituição", um "novo ambiente institucional", em nenhum momento se fala da questão do financiamento dos ISEs públicos. Sim, dos públicos, pois sabemos todos tanto da aparência dos carnês de pagamento das instituições particulares como da farsa do programa de crédito educativo.

Os ISEs, no limite, se apresentam como potenciais substitutos das faculdades/centros de educação, razão pela qual é fundamental conhecer e analisar criticamente, com o máximo rigor pedagógico e político, a proposta oriunda do Conselho Nacional de Educação.

3. APRESENTANDO A PROPOSTA DO CNE PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: Síntese do Parecer nº 53/99 e da Minuta de Resolução referentes às Diretrizes Gerais para os Institutos Superiores de Educação, aprovados em 28/01/99, pelo Conselho Pleno do CNE.

Os ISEs, de caráter profissional, visam à formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica, podendo incluir os seguintes cursos e programas.

- a) curso normal superior, para licenciatura de profissionais em educação infantil e de professores polivalentes para os anos iniciais do ensino fundamental;
- b) cursos de licenciatura destinados à formação de docentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio;
- c) programas de formação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação básica nos diversos níveis;
- d) programas especiais de formação pedagógica destinados a portadores de diploma de nível superior que desejem ensinar nas séries finais do ensino fundamental, ensino médio ou na educação profissional de nível técnico;
- e) formação pós-graduada, de caráter profissional, voltada para a atuação na educação básica.

O curso normal superior será de, no mínimo, 3200 horas, computadas 800 horas para a parte prática. Os diplomados em curso normal de nível médio, com 3200 horas de duração, terão aproveitamento de estudos de até 800 horas.

Os cursos de licenciatura terão a duração mínima de 3200 horas, computadas 800 horas para a prática.

A parte prática, nos dois casos, deverá ser oferecida ao longo dos estudos, mas poderá ser incorporada, pelos alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica, as horas comprovadamente a ela dedicadas. Compete aos ISEs supervisionar a parte prática, preferencialmente, através de seminários multidisciplinares.

Os programas de formação continuada terão duração variável e são dispensados de autorização.

Os programas especiais de formação pedagógica obedecerão ao disposto na Resolução nº 2/97 CNE.

Os ISEs deverão contar com corpo docente próprio, constituído por professores vinculados à Instituição por contrato, cedência ou convênio e composto por professores com titulação pós-graduada, 10% dos quais com titulação de mestre, 1/3 em regime de tempo integral e metade com comprovada experiência em educação básica.

Terão projeto pedagógico próprio que os caracterizem como centros formadores, disseminadores, sistematizadores e produtores do conhecimento referente à educação básica.

Será exigido para credenciamento do ISE a autorização de funcionamento do curso normal superior, ressalvada a autonomia dos centros universitários e universidades.

4- REJEITANDO OS INSTITUTOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO

Primeiramente, é essencial não perder de vista os determinantes políticos que sustentam a proposta de criação dos Institutos Superiores de Educação, justificada pela crise das Faculdades de Educação as quais, segundo o discurso oficial, não têm conseguido dar respostas a curto prazo para a nova realidade marcada pela globalização. Mas essa crise é parte de outra, mais ampla, que afeta todo o sistema público de educação, em decorrência da adoção de soluções neoliberais para enfrentar a crise maior, que é a do Estado. Ela gera políticas que têm sérias implicações para as Faculdades de Educação e para a definição das modalidades de formação do educador.

Assim, a proposta da criação dos ISEs apanha as Faculdades de Educação das Universidades Públicas, principalmente as federais, justamente, e não por coincidência, no momento em que estão mais fragilizadas em decorrência, principalmente, de alguns fatores: esvaziamento extemporâneo de seus quadros, duramente formados com recursos públicos e esforço pessoal e institucional nos últimos anos, através do surto de aposentadorias provocado pelo mesmo governo que promoveu a sua qualificação; a imposição de sérias restrições ao provimento imediato de seus cargos efetivos que são ocupados por professores substitutos com contrato precário, por tempo determinado; impedimento de repor seus técnico-administrativos, cujos quadros também esvaziam-se com as aposentadorias; a dificuldade de obter recursos financeiros para desenvolver seus projetos de ensino, pesquisa e extensão e de qualificação docente.

Estes fatores, combinados a outros decorrentes da campanha, orquestrada pelo governo, de desvalorização do profissional de educação e das próprias Universidades Federais, vão criando as condições propícias propício para a emergência de propostas como a dos ISEs.

Além disso, a substituição, na LDB, na trilha do Banco Mundial, do conceito de universalidade pelo de equidade, dando a cada um a educação segundo sua "competência"; a redefinição da função do Estado relativa ao financiamento da educação, o fomento à oferta privada de ensino e a política da "qualidade total", têm sérias implicações para a definição das modalidades de formação dos educadores.

E é exatamente a compreensão deste contexto mais amplo que nos faz rejeitar essa nova instituição de ensino superior. Essa rejeição está presente nos discursos de praticamente todas as entidades - científicas, profissionais, sindicais - envolvidas com a questão de formação de professores, tais como ANDE, ANDES, ANFOPE, ANPAE, ANPED, Fórum Nacional e Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública e Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras, ficando ela evidenciada, principalmente, na Audiência Pública da Comissão de Educação da Câmara Federal, realizada no dia 01 de dezembro de 1998 — quando foi apresentada, pelos(as) Conselheiros(as) Relatores(as) a 9ª versão da minuta da nova legislação.

É no mínimo preocupante que todos expressem tão claramente sua rejeição à proposta do CNE e, mesmo assim, seja aprovada um mês depois. Hoje, como no passado, durante e após a elaboração da LDB e dispositivos legais correlatos, a postura autocrática adotada pela administração federal mostra uma visão restrita da democracia através da qual o governo, porque eleito, se arvora em representante exclusivo da sociedade, desqualificando interlocutores legítimos e, pior, desconsiderando qualquer possibilidade de interlocução.

Mas, por que rejeitamos os Institutos Superiores de Educação?

Em primeiro lugar, porque reafirmamos nosso compromisso com a educação de qualidade social para todos e com a busca incessante dessa qualidade social no atendimento educacional a ser oferecido à população. Esse compromisso, explicitado no PNE da sociedade, se funda, inicialmente, no entendimento de que o papel do Estado implica uma visão crítica em relação ao processo de globalização econômica e cultural; sem ignorar as condições de

competitividade dos blocos econômicos e do mercado mundial, trata-se de não aceitar o processo em curso como inexorável, frente ao qual só resta render-se de forma subalterna e subserviente. Pauta-se também pela convicção de que educação de qualidade social é instrumento de formação ampla, de emancipação social, de preparação das pessoas e da sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e emancipação para o país.

Em segundo lugar, porque a proposta de formação de professores nos ISEs interfere diretamente na cidadania das classes subalternas, referendando, mais uma vez, a idéia de que o ensino superior nas universidades, especialmente nas públicas, não é para todos; que a educação básica conduzida por docentes bem formados é privilégio das elites; que para trabalhar com classes menos favorecidas não são necessários professores envolvidos em pesquisas sociais, críticos da sociedade, construtores de seu próprio conhecimento e capazes de oferecer estímulos aos seus alunos para que construam, também eles, os seus conhecimentos. Bastam meros repassadores de conteúdos! É a mesma lógica que cria sistemas separados para a formação profissional e a acadêmica. Um professor cientista e pesquisador será encontrado somente nas universidades e o ensino universitário será destinado apenas a uma elite. A concepção já manifesta de educação de qualidade social não admite tal dualidade.

Em terceiro lugar, porque reafirmamos o papel da universidade como o "locus" de formação do educador, no interior das faculdades de educação. E por que a universidade? Porque ela, como importante patrimônio social, se caracteriza pela sua necessária dimensão de universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade. Ela é, essencialmente, um elemento constitutivo de qualquer processo estratégico de construção (ou reconstrução) de identidade social e soberania nacional. Essa visão de universidade remete a uma reflexão sobre a Educação Superior fundada no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, da pesquisa e da extensão e cujo objetivo pressupõe o aperfeiçoamento da formação cultural do ser humano, a proposta de capacitá-lo para a análise crítica e a participação na produção, sistematização e superação do saber.

Ao retirar do interior das universidades a formação do educador, a proposta dos ISEs, como afirma Kuenzer (1998:10), "...vai na contramão da história, uma vez que os resultados da pesquisa em educação, e os precários resultados que vêm sendo apresentados pelo sistema

escolar, apontam que, caso se pretenda realmente reverter o fracasso escolar, é preciso que se desencadeiem ações intensivas e sistemáticas que efetivamente qualifiquem o professor através do ensino superior, da pesquisa e da extensão.". E acrescentamos: ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável, só se encontra no interior das universidades.

Em quarto lugar porque, quando se retira a formação do professor da universidade e sugere-se que qualquer aluno de curso superior ou qualquer profissional, independentemente da área de estudo, mediante estudos complementares, pode ser um professor, tanto se descaracteriza o importante papel das licenciaturas como "(...) nega-se à educação o estatuto epistemológico de ciência, descaracterizando o profissional de educação como intelectual responsável por uma área específica do conhecimento, atribuindo-se a ele uma dimensão tarefaira, para o que não precisa se apropriar dos conteúdos da ciência e da pesquisa pedagógica; (...) sua formação prescinde de cientificidade e, portanto, é desperdício fazê-la nas Universidades.". (Kuenzer,1998:11). Mas uma pergunta nos parece interessante: por que os professores não podem, mediante formação complementar, ser advogados, médicos ou engenheiros?

Em quinto lugar, porque a criação dos Institutos Superiores de Educação se configura como uma superposição de instituições e cursos para fins idênticos ou equivalentes, uma vez que dispomos de cursos de licenciaturas específicas já estruturados, em funcionamento, com corpo docente qualificado para esse fim. Em um momento como o atual, em que o governo se propõe a "enxugar custos", não se justificam os gastos com a criação de novas instituições que se propõem a formar professores, com tantos cursos para esse fim com vagas ociosas. Teriam justificativa, sim, os gastos pela reorganização das faculdades de educação, tomando por base experiências bem sucedidas em todo o território nacional e incorporando propostas advindas dos debates educacionais que estão ocorrendo nos diferentes "fóruns" representativos dos educadores brasileiros.

E, finalmente, porque o foco da crise da educação brasileira não está predominantemente na formação de professores. Ela é de extrema importância, inegavelmente, mas o ponto crítico da crise reside na " ... degradação progressiva de sua identidade profissional, incompatível com a formação que a eles dedicam as instituições universitárias e provocadora do abandono da profissão e dos próprios cursos de Licenciaturas. O não desvelamento desse falso discurso leva à adoção de falsas soluções como esta de criar os ISE, cujas fontes de financiamento são ainda desconhecidas (...)" (Carta de Salvador). Usar a questão da formação de professores como justificativa para a criação dos ISEs é falsear o problema: não se pode analisar a questão da formação secundarizando a questão da profissionalização que envolve carreira e salário. Temos falta de professores em algumas áreas não por insuficiência do número de formados, mas pela fuga dos licenciados para outros campos profissionais em função dos baixos salários e das precárias condições de trabalho. "Sem o estabelecimento de planos de carreira, de política salarial compatível e de condições de trabalho que definam o trabalho pedagógico como profissão, os cursos de formação, por melhores que sejam, serão sempre insuficientes." (Kuenzer, 1998:12).

Reportando-nos às três questões propostas para nortear as reflexões do GTPE e do conjunto de docentes da base sindical da ANDES-SN, diante do cenário e das análises apresentados, é legítimo e mesmo necessário respondê-las afirmando que:

I - o sistema universitário brasileiro NÃO PRECISA dos Institutos Superiores de Educação, para as finalidades a que esses se destinam: formação inicial, complementar e continuada de professores da educação básica;

II - nós, profissionais da educação, filiados ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, NÃO ACEITAMOS, por extemporânea, desnecessária e autoritariamente apresentada à comunidade profissional e acadêmica, a criação de nova agência formadora de docentes para a educação básica, consubstanciada no Parecer nº 53/99 e Resolução anexa, do Conselho Nacional de Educação;

III - coerentemente, enquanto profissionais da educação, APRESENTAREMOS PROPOSTA FORMAL de enfrentamento e resistência, para que se evite mais esse arremedo de reforma educacional em nosso país.

Diante de tudo o que foi exposto, registramos uma proposta geral de adoção, como diria Dermeval Saviani, da estratégia da "resistência ativa" em torno do objetivo central, que aqui seria o de lutar por um projeto de desenvolvimento nacional que tenha como centro, em suas dimensões econômica, social, cultural e política, o aperfeiçoamento e a dignificação do ser humano, não do mercado.

BIBLIOGRAFIA:

AGUIAR, Márcia A. Carta Aberta aos Companheiros da ANFOPE. Apresentada ao IX Encontro Nacional da ANFOPE. 03 de agosto de 1998.

ANDES-SN. Uma proposta para a Universidade Brasileira. Brasília(DF): Caderno ANDES, nº 2, 1996.

ANFOPE: Consolidando um Plano Nacional de Educação. Belo Horizonte (MG), 1997.

ANPED - GT 11: Política de Educação Superior: contribuições ao Plano Nacional de Educação. Piracicaba (SP), 1997.

BRASIL. Constituição Federal, 1998.

BRASIL. Projeto de Lei 1258/88. Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional da Câmara Federal.

BRASIL. Lei nº 9131, de 24 de novembro de 1995, altera dispositivos da Lei nº 4.024/61 e dá outras providências (cria o Conselho Nacional de Educação).

BRASIL. Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, trata da escolha de dirigentes universitários.

BRASIL. Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, regulamenta a escolha de dirigentes nas IFES, nos termos da Lei nº 9.192/95.

BRASIL. Decreto nº 2.206, de 10 de outubro de 1996, estabelece procedimentos para avaliação de cursos e instituições de ensino superior.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - "Fundão".

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, regulamenta a LDB, no que diz respeito à Educação Profissional.

BRASIL. MEC/CNE. Parecer nº CP 53/99 e anexa Minuta de Anteprojeto de Resolução, de 28/01/99, do Conselho Nacional de Educação.

CARTA DE SALVADOR. Documento final da XI Reunião Nacional do Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras. Salvador, 03/04 de setembro de 1998.

II CONED: Subsídios às discussões preparatórias do II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte (MG), 1997.

KUENZER, Acacia Z. A Formação dos profissionais da educação: proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. Documento de trabalho apresentado à XI Reunião Nacional do Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras. Salvador, 03/04 de setembro de 1998.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: proposta da sociedade brasileira. Consolidado na Plenária de Encerramento do II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte (MG), 9 de novembro de 1997.

Texto de Resolução

Os Textos de Resoluções a seguir foram aprovados pelo GTPE, em sua última reunião e são referendados pela Diretoria da ANDES-SN.

TR-4

O 18º Congresso da ANDES-SN delibera pelo início imediato de ações desse Sindicato, através de todas as suas instâncias, no sentido de lutar pela:

- 1) Reafirmação e implementação dos princípios, diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira, referendado no XVII Congresso da ANDES-SN, em especial os referentes à Formação dos Profissionais da Educação.
- 2) Reafirmação do papel da universidade como o "locus" de formação do educador, no interior das faculdades de educação, propondo-se a retirada da expressão Instituto Superior de Educação do art. 62 da LDB, assim como a revogação do art. 63.
- 3) Valorização do professor como um profissional da educação, com estabelecimento de planos de carreira, de política salarial compatível e de condições de trabalho que caracterizem o fazer pedagógico como profissão.
- 4) Reorganização das faculdades de educação, tomando por base as diferentes experiências bem sucedidas em todo o território nacional e incorporando propostas advindas dos debates educacionais que estão ocorrendo em diferentes "fóruns" representativos dos educadores brasileiros (ANDE, ANFOPE, ANPED, Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras, Fórum Nacional e Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública).

5) Criação de modelos curriculares mais adequados, tendo em vista a formação de profissionais da educação para os diferentes níveis, modalidades e áreas de ensino, superando a atual organização que separa a pedagogia dos bacharelados e licenciaturas.

6) Criação de alternativas para a qualificação permanente de profissionais pertencentes aos quadros efetivos das redes de ensino.

7) Criação de programas emergenciais que visem atender a demandas específicas de carência de docentes em determinadas regiões e áreas do país, com propostas concretas de interiorização das universidades já existentes.

TEXTO 45

Setor das IEES

Texto Apoio

Diante das investidas do governo FHC e do FMI contra a Soberania nacional e da insistência para aprovação de programas que contemplem a dependência do país ao capital estrangeiro.

A situação que o país vive hoje acentua-se a partir de meados de 1998. O governo, ao propagar o programa de estabilidade fiscal, tentou consolidar o projeto neoliberal, através da imposição de uma série de metas que apontavam em direção à redução do estado e de direitos dos cidadãos. Ao propor a contenção dos gastos públicos para salvar o plano real, encontrou como saída o receituário do Banco Mundial e do FMI. Tal receituário, sistematicamente aplicados com insucesso em diferentes países, defende basicamente a redução dos gastos públicos, elevação das taxas de juros e impostos. Como decorrência desta política, a redução do déficit público, aumento das taxas de juros (principalmente as que se destinam a união), os Estados e Municípios brasileiros foram levados a uma profunda crise de governabilidade, cuja expressão é a frente política de governadores de oposição. A moratória de Minas Gerais, assim como, a total incapacidade de pagamento das dívidas de diferentes Estados, coloca em evidência as consequências do rompimento do pacto federativo celebrado pelo governo FHC/FMI. É inquestionável que uma das consequências previstas por esta política é a inviabilização do financiamento do ensino público pelos Estados e Municípios, em particular do ensino superior.

Na verdade, as medidas de ajuste fiscal implicarão na elevação da carga tributária (aumento do CPMF, COFINS), queda da renda disponível dos servidores aposentados e pensionistas da previdência do setor público, redução dos recursos financeiros e da autonomia dos Estados e Municípios (Lei da Reposição Fiscal) e, manutenção de taxas de juros ainda maiores. O resultado desta política, em suma, sufocará, ainda mais a economia do país. A queda da evolução do PIB de 4% para 0,5% é o mais claro indicador desta mesma política.

Nessa perspectiva, o desemprego tende a agravar-se. Cerca de 3 milhões de trabalhadores perderão seus empregos neste ano de 1999, sendo todos eles de carteira assinada. Segundo dados do IBGE, órgão oficial do governo, o desemprego, hoje na casa dos 8%, pode elevar-se para 12 %, o que só em São Paulo poderá ultrapassar os 20 %.

Independente dos danos sociais causados, o governo pretende arrecadar em 1999 cerca de R\$ 28 bilhões como parte dos ajustes exigidos pelo FMI. Busca também criar algum consenso sobre o acerto do rumo optado pelo governo, ou seja, o sacrifício social sendo como primeiro passo para o crescimento do país. Previsto agora para “logo após 2001”. A avaliação apresentada pelo DIEESE, por exemplo, apresenta cenário de profunda recessão. No setor de indústria de transformação, em razão da queda de encomendas do setor público, retração de consumo, a desativação da base produtiva, hoje enorme – crise social é gerada pelo desemprego. As respostas do movimento sindical em relação às ameaças de desemprego na indústria automobilística, assim como, o crescimento da violência urbana, são faces do mesmo processo de ampliação da crise (agora programada por FHC/FMI). A preocupação do governo com esta situação é inexistente. A ameaça de redução do orçamento da situação difícil que

vivem os trabalhadores, por exemplo, ao propor uma retenção de 40% dos recursos do FAT para o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), o que antes era de 20%. Induzirá a um avanço em sentido contrário a implantação de um justo salário-desemprego.

Esse cenário de crise aponta para o agravamento dos problemas, dificuldades e implicações, que a educação pública enfrentará neste novo mandato. Conforme denúncias do MD no período de greve do setor das IFES em 98, o governo vem investindo com todas as formas de poder para implementar o pagamento de mensalidades no setor público, visando, ainda, privatizar as instituições públicas de ensino superior, passando por um processo de desmonte do serviço público, cortes de verbas, ameaças à democracia e autonomia das universidades públicas. O setor das IFES enfrenta uma verdadeira luta de “quebra de braço” em torno de um padrão só. Nessa lógica, imaginemos a situação das IEEs administradas por uma variedade de estados com realidades próprias de cada região, de cada estado e de cada governo. Se bem que a tendência do governo federal é fazer um enxugamento das diferenças em torno de um único poder, o seu.

As recentes investidas do governo federal no corte de recursos para os estados e sua política coercitiva para concentração de mais poderes frente ao congresso nacional, visam abafar qualquer possibilidade de oposição política e econômica e aos interesses por ele julgados, atropelando dessa forma o princípio mais elementar do direito, da civilidade e do federalismo republicano, isso, ainda contando com a submissão da maioria do congresso nacional.

A política de cortes nos gastos públicos e nos recursos destinados aos estados tem agravado as economias estaduais exigindo de certos governadores a adoção de medidas e penalidades para os servidores públicos. Essas medidas ficam mais claras quando avaliamos as recentes decisões dos governos do RN, BA, PE - atrelados ao governo FHC – que, visando ganhar benefícios do plano governamental federal, vêm aplicando medidas contra o funcionalismo. No caso do RN o Movimento Docente foi vitorioso quando não permitiu na Reforma Administrativa do governo estadual as alterações na Lei que trata sobre a AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL. Na Bahia, a tentativa foi de privatizar o sistema de saúde dos servidores. Em Pernambuco um pacote de medidas foi aprovado no campo de corte de verbas e privatizações. Em São Paulo, as Universidades (USP, UNICAMP e UNESP) enfrentam problemas orçamentários e de previdência social, podemos constatar, ainda, privatização pura e simples, como da UNITINS.

Esses dados nos ajudam a entender a complexidade das diversas realidades desse setor. Não somos regidos por uma única política de governo para as IEEs. O setor representa hoje 18% das matrículas oferecidas nos cursos superiores, apresenta um situação orçamentária muito variada na flexibilidade e execução orçamentária, na liberação financeira, na cobrança de taxas e mensalidades de seus alunos, além de percentual nas leis estaduais de arrecadação de impostos para manutenção do ensino superior, recursos dos setores privados, recursos de fundações de apoio à pesquisa, recursos federais/mec, prestações de venda de serviços à empresas como cursos de extensão e especializações para as prefeituras e empresas privadas.

Visando a consolidação do setor da IEEs e o seu fortalecimento na ANDES-SN e, considerando a importância na atual conjuntura, devemos defender com intransigência a ampliação do Ensino Público e Gratuito nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Apresentamos como prioridades e propostas de lutas :

TR-45 – PLANO DE LUTAS DAS IEEs:

- 1 - Realizar campanha por reposição salarial.
- 2 - Contra o confisco ou redução de salários e proventos via instituição de alíquotas previdenciárias.
- 3 - Renegociação das Dívidas dos Estados, visando ampliar recursos para educação, saúde , ciência & tecnologia.

4 - Lutar pela contabilização do passivo previdenciário entre o governo federal e os governos estaduais.

5 - Implementar ações no sentido de pressionar os parlamentares de suas regiões, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, em defesa da universidade pública, gratuita e com qualidade social, para que assumam como pauta permanente de suas agendas políticas.

6 - Fazer um levantamento acerca do perfil do setor das universidades estaduais enfatizando como aspectos principais:

- Reformas Estatutárias de adequações das instituições à nova LDB.
- Os reflexos nas IEES das reformas administrativas e previdenciárias ocorridas nos estados.
- Situação atual das Fundações de Amparo a Pesquisa-FAP's com relação às mudanças ocorridas no orçamento, e aspectos da composição e nomes dos membros dos conselhos.
- Plano de Cargos, Carreira e Salários vigentes(Regime de Trabalho, Piso Salarial e Gratificações).
- Situação atual dos HU's, considerando o grau de participação no orçamento das IEES e na sua arrecadação junto ao SUS e outros convênios.
- Organização Sindical(número de associados, filiações e seções sindicais).
- Grau de participação institucional do movimento sindical(participação em comissões, colegiados da universidade e do Estado e Municípios, como também nos conselhos de educação, saúde e outros).
- Histórico, normas, decretos e legislação vigente que apontem algum grau de AUTONOMIA DAS IEES, ou mesmo da interferência do estado nesse processo.

7 - Realizar um encontro nacional do setor das IEES no mês de abril de 1999, tendo como local a cidade de Brasília-DF.

8 - Realizar encontros locais e regionais via AD's e VPR's, como forma de preparação do setor para seu encontro nacional e execução prática e política , tendo como eixos principais: A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA; AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS DOS GOVERNOS ESTADUAIS; AS REFORMAS ESTATUTÁRIAS DAS IEES; REFORMAS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA-PEC-623/98.

9 - Unificação da luta com os demais segmentos do setor estadual, contra o sucateamento do serviço público, contra o arrocho salarial e contra as privatizações e Reformas Administrativas.

10 - Fortalecimento da CUT e rearticulação do Departamento de Educação dos Trabalhadores em Educação-DETE/FORUM's ESTADUAIS DE DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA.

RECOMENDAÇÕES:

- Organizar, através das Seções sindicais, seminários sobre as Leis Orçamentárias e Política Fiscal dos Estados(LDO/LO), com objetivo de instrumentalizar as lideranças para garantir o cumprimento de dotação orçamentária para as universidades.
- Continuar a construção dos Fóruns Estaduais de Defesa do sistema de C&T.

TEXTO-46

PLANO DE LUTAS - SETOR DAS IPES / 1999
Contribuição do Setor, em 24/02/1999

POLÍTICA DE EXPANSÃO – EIXO CENTRAL DA LUTA UNIFICADA

Texto Apoio

A discussão sobre os avanços da privatização na educação brasileira não é recente no interior do MD. Desde a década de 1980, portanto desde a fundação da ANDES, a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, socialmente referenciada, qualificou e aprofundou o debate em torno da expansão das IES privadas e da importância para o MD de buscar alternativas para a inserção dos docentes das IPES na luta sindical.

A compreensão de que a Universidade apenas se constrói no coletivo balizou, de um lado, o estabelecimento dos princípios defendidos pelos docentes no cotidiano de suas lutas, levando o MD à explicitação de que apenas a ação integrada da comunidade universitária constitui-se “a força viva capaz de gerar transformações concretas e condizentes com uma Universidade comprometida com o desenvolvimento nacional e com os interesses majoritários da população brasileira” (Cadernos 2 – ed. 1986) e, de outro, a formulação da concepção e de uma estrutura sindical referenciada na organização por local de trabalho, base para a prática de um sindicalismo classista e autônomo.

O acúmulo das discussões conduziu então o Sindicato, a, na primeira metade da década de 1990, identificar que o “padrão unitário de qualidade” explicitado na *Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira – Cadernos 2*, apenas seria alcançado à medida que houvesse um investimento na organização dos docentes no interior das instituições particulares, sem que isso resultasse em ... “simplesmente investir na melhoria da qualidade destas IES ou apenas defender docentes da repressão patronal e sim em quebrar por dentro a lógica privatista que ora se fortalece.” Afinal, ... “o **padrão unitário de qualidade** inclui propostas historicamente defendidas pelo MD como, exigência de carreira docente, contratação por regime de tempo integral ou parcial, política de capacitação docente, política de pesquisa, entre outros.” (XXIX CONAD – Niterói, 1994). Estava dessa forma estabelecida a Política de Expansão, um dos eixos centrais da construção da ANDES Sindicato Nacional.

Na segunda metade dos anos 90, seis marcos significativos foram incorporados ao Plano de Lutas do Setor das IPES na perspectiva de viabilizar e consolidar a Política de Expansão: **Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira que explicitou a política de transição para o padrão unitário de qualidade; pauta de negociação nacional; piso salarial unificado nacionalmente; campanha salarial unificada; Fundo de Solidariedade/liberdade de organização e exercício sindical e Caracterização Jurídica das IPES.** Tais propostas permitiram o debate das especificidades do Setor, a inserção dos docentes das IPES no Sindicato e no conjunto da luta da categoria.

Toda a história recente comprova que as análises desenvolvidas no interior do MD, não apenas aquelas relativas à privatização do ensino, estavam corretas. Nos dois anos de vigência da LDB com seus desdobramentos em esdrúxulas regulamentações, a privatização do público foi acelerada em nível assustador, fruto da submissão cada vez mais explícita do governo FHC aos ditames do FMI. Convivemos, assim, com o célere sucateamento e privatização das Universidades Públicas. Este fato tem sistematicamente empurrado a clientela e os docentes para as empresas educacionais criadas, autorizadas e re-credenciadas pela convivência de um Estado que se desobrigou do financiamento da educação pública e do papel fiscalizador do ensino privado. Vê-se então, um quadro que evidencia a capitulação ao projeto neoliberal apresentando um enorme distanciamento da educação concebida como uma concessão do público e da Universidade, patrimônio coletivo da sociedade.

Portanto, mais que nunca a conjuntura aponta para a necessidade da retomada da discussão política, arrefecida no ano de 1998, sobre a organização sindical dos docentes das IPES na ANDES-SN, por ser este um dos vetores que, transformando a educação em um grande filão do mercado, faz avançar a privatização do ensino no Brasil. É, pois, necessário compreender que a lógica que permeia o ensino privado hoje, não passa mais pela simples disputa de verbas públicas. Passa, sim, pela submissão da educação à lógica do mercado, pelo “lobby” a favor da incensam de impostos públicos, pela livre concorrência, pela incorporação dos ditos “padrões da modernidade”, pela disputa de um espaço público de poder político para fazer valer os interesses de grupos privados.

Neste contexto, os docentes das IPES são em particular transformados em “parceiros passivos” do não cumprimento do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da repressão à livre organização, visto sua vulnerabilidade diante do

patronato, representantes singulares da exploração capitalista monitorada pela lógica do projeto neoliberal.

Cabe então a ANDES-SN, a partir da sua concepção de sindicato organizado pela base e de sua estrutura de inclusão de todos os docentes das IES, independente do regime jurídico e do padrão a que estejam vinculados, intensificar ações no sentido de retomar a Política de Expansão – eixo central das propostas do MD desde a transformação da ANDES em Sindicato Nacional.

A inexistência do debate no interior do MD em torno das especificidades do Setor sugere-nos a necessidade de:

- expor para o conjunto do Movimento a situação já denunciada no 37º CONAD – BH;
- reivindicar veementemente a quebra do silêncio imposto ao Setor pela atual Diretoria do Sindicato;
- exigir o resgate do debate democrático, prática histórica, sobre as questões que atingem cada Setor em particular, com o objetivo de organizar e qualificar a intervenção do MD junto aos docentes das IPES.

Isto posto e objetivando a consecução do eixo central – Política de Expansão da ANDES-SN indicado para o Setor pelo 16º Congresso e de outras resoluções aprovadas nos eventos subsequentes e não implementadas a partir do XXXVI CONAD – Campina Grande, apresentamos as TRs abaixo para consideração do 18º Congresso.

Texto Resolução

TR – 46.1

Política de Expansão

Considerando que a intensificação da política de expansão para o Setor das IPES é fundamental para a implementação da *Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira* (Cadernos 2) e do PNE/Sociedade, o 18º Congresso define como prioritário a aprovação do Plano de Lutas do Setor das IPES e o estabelecimento de estratégias de ação que viabilizem:

- o encaminhamento pela Coordenação do Setor e pelas Regionais das resoluções do Sindicato, unificando as ações políticas da ANDES-SN;
- a elaboração de estratégias para efetivar a transformação em Seções Sindicais, as organizações de docentes ainda não sindicalizados;
- a definição de formas de atuação quanto a fiscalização das IPES a partir de ampla discussão no interior do Sindicato que se referencie no **padrão unitário de qualidade** e no projeto de avaliação institucional;
- o resgate da discussão, em conjunto com o GTPE, sobre a Caracterização Jurídica das IPES para a sua inclusão no *Caderno 2 – Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira*, no XXXVIII CONAD;
- a retomada do debate, juntamente com o GTPFS, das relações entre ANDES-SN e SINPROs que envolvem os docentes das IPES e incidem sobre a liberdade de organização sindical;
- a realização de Seminário Nacional abordando as questões que permeiam o ensino privado, as condições de trabalho dos docentes e a liberdade de organização sindical.

TR –46.2

Campanha Salarial e Pauta de Negociação

A Pauta Unificada para os docentes do Setor das IPES/1998, aprovada no XVII foi um referencial importante para as campanhas salariais deflagradas pelas bases organizadas na ANDES-SN as quais conquistaram expressivos avanços quanto as condições de trabalho e salário. O 18º Congresso aprova a Pauta Unificada/1999 e as ações a serem implementadas

pelas Seções Sindicais e Secretarias Regionais. Estas deverão atuar prioritariamente nas Instituições de base inorganizada quanto a:

- Campanha Salarial 1999, com lançamento em março do corrente;
- Campanha Salarial 2000, com lançamento em outubro de 1999, dada a diversidade de datas-base dos docentes das IPES;
- elaboração de peças publicitárias com os eixos – GARANTIA DE EMPREGO, CARREIRA, CAPACITAÇÃO DOCENTE E LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL;
- divulgação, ainda no mês de março, da Pauta Nacional Unificada/1999 para os docentes das IPES, como referência para a negociação salarial;
- processo de negociação de campanhas salariais do Setor das IPES levado a cabo por meio de celebração de Acordo Coletivo de Trabalho e de Convenção Coletiva de Trabalho aprovadas em Assembléias Regionais juridicamente convocadas;
- elaboração de um InformANDES especial sobre Campanha Salarial dos docentes das IPES;
- produção de um encarte na Revista Universidade e Sociedade sobre a situação do ensino privado no Brasil.

Pauta Unificada para os Docentes das IPES/1999

I - DIRETRIZES GERAIS

a) Direitos conquistados: deverão constar nas pautas de reivindicações as cláusulas que assegurem a manutenção de todos os direitos anteriormente conquistados e que integrem o contrato de trabalho dos docentes.

b) Gestão democrática: as pautas deverão contemplar reivindicações que garantam o processo de democratização, no interior das IES.

II – QUESTÕES SALARIAIS

Neste item, as pautas de reivindicações devem conter:

a) piso salarial de dois mínimos do DIEESE;

b) reposição das perdas salariais acumuladas no período de vigência do acordo ou anteriores, cujos índices serão definidos nas Assembléias da categoria com base nos índices do ICV/DIEESE;

c) correção automática de salário toda vez que a inflação acumulada no período, contada a partir da data base, ultrapassar o índice de 10 % (dez por cento);

d) aumento real de, no mínimo, índice equivalente ao crescimento do PIB nacional;

e) pagamento de 50% (cinquenta por cento) do salário até o dia 20 de cada mês trabalhado;

f) deverá ser fornecido ao professor, documento comprobatório da remuneração total paga, explicitando: horas extras; adicional noturno; descontos efetuados; valor líquido pago no mês; valor do depósito do FGTS e demais paga;

g) qualquer convocação fora do horário de trabalho dos docentes para efeito de remuneração, deve ser considerada hora extra;

h) que fique assegurado a todo o docente a cada 1 (um) ano de efetivo exercício, contando a partir da data de contratação, o adicional denominado anuênio, 1% (um por cento) sobre seu salário base;

i) deve ser garantida a irredutibilidade do regime de trabalho docente;

j) é irredutível a remuneração;

l) caso haja alteração na política salarial vigente, as partes reunir-se-ão, no prazo máximo de trinta dias da mudança verificada, para negociarem;

m) adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário até o mês de junho, salvo manifestação expressa do docente em sentido contrário;

n) a remuneração dos docentes, contratados em regime de hora - aula, deve se dar com base no regime de trabalho contratado sendo mês constituído de 5,25 (cinco vírgula vinte e cinco) semanas, já incluídas as quatro semanas e meia a que se refere o art. 320, parágrafo 1º da CLT e já incluído o repouso semanal remunerado de 1/6 (um sexto) a que se refere a Lei 605/49, regulamentada pelo Decreto n.º 27.048 de 12 de agosto de 1949. O cálculo do desconto das faltas far-se-á multiplicando-se o número de aulas não dadas pelo correspondente da hora contratada;

o) Que fique assegurado o pagamento adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 22 horas, para atividades docentes independentemente do regime de trabalho.

III - CARREIRA DOCENTE

Neste item deve se tomar como referência o Plano de Carreira e Capacitação Docente da ANDES-SN, criando-se estímulos para a sua construção, em cada IPES, implantando uma política de valorização da qualificação *stricto sensu*, como defendemos.

Deste modo, deve-se considerar os seguintes pontos:

- criação/implementação dos Planos de Carreira e Capacitação Docente;
- pagamento de adicional salarial por qualificação;
- contratação por concurso público devidamente regulamentado pelos órgãos competentes da instituição, que atenda a critérios da transparência e do padrão unitário de qualidade;
- assegurar as condições necessárias à participação nos eventos científicos culturais como parte do processo de capacitação.

IV - REGIME DE TRABALHO

Neste item é fundamental que se avance no sentido da superação da relação de contratação por regime horista, instituindo-se o regime de tempo contínuo, de acordo com a proposta da ANDES-SN, contemplando:

- a) piso de dois salários mínimos DIESSE, por vinte horas semanais;
- b) a jornada de trabalho do docente deverá contemplar:
 - as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
 - a administração acadêmica e a participação em órgãos colegiados;
 - horas para preparação das aulas, correspondentes a pelo menos o equivalente ao número de aulas ministradas;
 - a duração da hora aula será computada como de 50 minutos.
- a) plano de implementação de regime de tempo contínuo para todos os docentes;
- b) o regime de Dedicção Exclusiva (DE), que tem como meta garantir disponibilidade plena para o desenvolvimento das funções docentes de ensino, pesquisa e extensão, implica na remuneração de 3 (três) vezes o salário do docente em regime de 20 (vinte) horas;
- c) o número máximo de alunos em sala de aula deve ser compatível com o padrão unitário de qualidade.

V - QUESTÕES SOCIAIS

a) Deverá ser assegurada a isenção integral de taxas de mensalidades em todos os cursos, de todos os níveis, no caso de opção do docente pela matrícula em seu local de trabalho, para si próprio ou para seu (sua) companheiro (a), filhos e dependentes, sem restrições;

b) garantia de creche para o(s) filho(s) dos docentes, quando do seu período de trabalho na instituição, nos termos acordados.

VI - ESTABILIDADE E GARANTIA DO EMPREGO

a) Nos termos do Decreto nº 68, 17/09/1992, que aprovou a Convenção nº 158 da OIT, os professores tem garantia a estabilidade do emprego.

Este direito só não subsiste nos casos de demissão por justa causa precedida de inquérito administrativo onde se assegure amplo direito de defesa, os recursos cabíveis e, ainda, de prévia anuência departamental, em reunião especificamente convocada para apreciar o ato demissório e que conte com 50% (cinquenta por cento) mais um dos membros efetivos do respectivo departamento a que estiver vinculado o docente.

b) Estabilidade da gestante desde a concepção até sessenta dias após o término do afastamento legal de 120 (cento e vinte) dias, inclusive para a adoção de recém-nascido.

c) Integralização do salário do docente que complete o benefício do auxílio-doença da Previdência Social, por um semestre letivo.

d) Multa rescisória de 100% (cem por cento) sobre o valor depositado do FGTS, por demissão sem justa causa;

e) Será assegurado ao docente demitido sem justa causa, no decorrer do ano letivo, a percepção total dos salários calculados até ao final do mesmo, garantindo-se o pagamento até o início do próximo ano letivo;

f) Quando houver demissão por justa causa, nos termos do art. 482 da CLT, da IES será obrigada a determinar na carta aviso o motivo que deu origem à dispensa. Caso contrário, fica descaracterizada a justa causa.

g) O docente que for readmitido até 12 (doze) meses após o seu desligamento ficará desobrigado de firmar contrato de experiência;

h) Que fiquem assegurados empregos e salários aos docentes em vias de aposentadoria, que estejam contratados pela IES há pelo menos 03 (três) anos. O cálculo deste item, levará em conta 01(um) ano de estabilidade para cada 05(cinco) anos trabalhados.

VII - RELAÇÕES SINDICAIS

Tendo em vista a importância de garantir as condições para o exercício e fortalecimento da organização sindical, faz-se necessário que seja assegurado ao docente, dispensa das atividades acadêmicas sem prejuízo de funções e vencimentos quando convocado para:

a) exercício do mandato sindical na ANDES/SN, como na própria Seção Sindical;

b) participação em eventos do sindicato

VIII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As disposições referentes à transição do regime de trabalho de hora-aula para o regime de trabalho contínuo serão avaliadas pelas Assembléias Gerais - locais e regionais -, objetivando criar as condições de aproximação gradativa ao padrão unitário de qualidade que defendemos.

TEXTO-47
Setor das IFES

A Comissão constituída na reunião do setor das IFES, para organizar/sistematizar as propostas encaminhadas pela diretoria e pelas seções sindicais referentes ao Plano de Lutas das IFES a ser apreciado no 18 ° Congresso (Tema II) limitou-se a levantar os pontos referentes a matéria no caderno de Textos e documentos enviados pelas ADs transcrevendo-os neste documento. Quanto a segunda parte da incumbência, referente aos eixos de luta apresentados por escrito e nas varias manifestações ocorridas na reunião do setor, a Comissão considerou impossível esta tarefa, pois estaria emitindo juízo de valores sendo esta uma tarefa do conjunto dos participantes no decorrer do Congresso.

PLANO DE LUTAS PARA O SETOR DAS IFES

Proposta da Diretoria da ANDES-SN

- f) Reafirmação das pautas de reivindicação protocoladas no MARE e MEC, particularmente no que diz respeito à questão salarial.
- g) Negociar com o MEC um reajuste salarial emergencial de 49,57%, correspondente a recuperação de perda salarial do período de janeiro de 95 a dezembro de 98, segundo o índice do ICV do DIEESE.
- h) Incorporação da GAE e GED pelos seus valores mais altos.
- i) Desenvolver, junto a com a FASUBRA SINDICAL, SINASEFE e UNE, luta contra os processos de privatização interna nas IFES.
- j) Estender os 100% da GED para aposentados e pensionistas.
- l) Transformar os valores das Bolsas de 1º e 2º Grau em salário extensivo aos respectivos aposentados.
- m) Lutar contra o confisco salarial decorrente da Lei nº 9783 de 28/01/99 sobre reforma da Previdência.
- r) Atribuição de 100% da GED a todos os professores da ativa, efetivos, visitantes, celetistas e sindicalistas.
- s) Lute pelo enquadramento dos docentes de 1º e 2º graus das IFES e IEES na carreira de docentes de ensino superior, com iguais exigências de formação acadêmica e iguais direitos.

TR-22.2 (ADUFF – página 78)

Setor das IFES:

Combater as propostas governamentais de fracionamento da gestão das Universidades Federais e da Educação como um todo (Transferência dos Hospitais Universitários para o Ministério da Saúde; transferência das IFES para o Ministério da C&T; carreira própria para os docentes de 1º e 2º Graus);

Lutar pela imediata incorporação, pelo teto, de todas as gratificações (GAE; GED) ao salário base dos docentes da IFES, bem como pela implantação da Carreira Única e do Plano Nacional de Capacitação aprovados pela ANDES-SN;

Lutar pela incorporação dos valores da GED, pelo teto para todos os docentes, sem exceção.

Defender a isonomia entre ativos e inativos e não permitir a transferência dos aposentados para outro ministério.

Articular com as entidades dos servidores públicos federais a luta contra o desconto previdenciário sobre o vencimento dos aposentados.

Lutar contra a reintegração institucional do docente aposentado nas IFES.

TR-24 (ADUFPB-JP – página 81)

5 - Que o Movimento Docente atue de forma incisiva na perspectiva da construção de uma greve nacional dos trabalhadores do serviço público federal, sem descartar a possibilidade de greve geral dos trabalhadores e nem inibir a mobilização da categoria que, frente à evolução da conjuntura, poderá radicalizar as suas formas de luta.

TR-25 (ADUFPB-JP – página 83)

2 - Deflagrar a campanha salarial dos docentes das IFES, tendo como eixos: a luta pela implantação da Carreira e Política de Capacitação Docente contida na proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira; a oposição a qualquer iniciativa do governo que procure quebrar a isonomia salarial dos docentes das IFES e a luta pela transformação da GED em remuneração de caráter permanente e pela sua extensão no seu valor máximo, para todos os docentes ativos, aposentados, pensionistas e professores de 1º e 2º graus.

3 - Lutar contra a privatização dos HUs, iniciando uma campanha de esclarecimento à sociedade da importância que eles têm como instrumento didático-pedagógico na formação dos profissionais de saúde e para o atendimento da população.

TR 26 (APUFSC – página 84)

2 –Empreender ações no sentido de viabilizar a isonomia salarial dos professores do ensino de 1º, de 2º grau e da educação infantil com os demais professores das IFES;

3 - Reforçar a luta pelo estabelecimento do Plano Único de Carreira Docente do Magistério Superior, a qual inclui os professores do ensino de 1º, de 2º grau e da educação infantil, eliminando com isso a existência de outras carreiras no interior das IFES.

TR -42 (TESE DOS DELEGADOS DA ADURN-S.SIND. AO 18º CONGRESSO DA ANDES-SINDICATO NACIONAL).

4.6 - Construir através da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais) um calendário de mobilizações e de lutas contra a política de extinção de direitos sociais e trabalhistas e de desmonte dos serviços públicos, bem como campanha salarial para repor as perdas salariais no período de janeiro de 1995 a dezembro de 1998, tendo como referência de cálculo o ICV-DIEESE;

4.7 - Articular através da CNESF a luta contra o desconto previdenciário para os aposentados, bem como o aumento dessa contribuição para os servidores da ativa;

4.12 - Combater as propostas de reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior que tenha como objetivo o seu desmantelamento e/ou que viabilizem a consolidação de diferenciações entre as instituições, que impliquem romper com a possibilidade de se atingir o padrão unitário de qualidade;

4.14 - Articular com os demais segmentos da comunidade universitária a retomada e intensificação da luta pela democratização interna das IFES com ênfase aos processos de escolha de dirigentes e reformas estatutárias;

4.15 - Lutar pela incorporação dos valores da GED, pelo teto para todos os docentes, ativos e inativos e os de 1º e 2º graus sem exceção;

4.17 - Lutar para garantir a isonomia constitucional entre professores ativos e inativos e não permitir a transferência dos docentes aposentados para outro ministério;

CRONOGRAMA DO PLANO DE LUTAS

A crise econômica do país não apresenta sinais confiáveis de melhora. O governo FHC mantém e aprofunda a subordinação do país ao capital especulativo internacional. A indicação

de Armínio Fraga, “ex-assessor” do megaespeculador George Soros, para a presidência do Banco Central é uma demonstração clara do descompromisso do atual governo com a nação brasileira.

A crise econômica ganha contornos políticos com a intransigência do presidente em não receber os governadores de oposição. Cresce a insatisfação e o descontentamento popular com o desemprego, a alta dos juros e o aumento dos preços.

Diante de tal situação, as entidades sindicais, do movimento democrático, popular e os partidos políticos de oposição, reunidos no Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania (FNL), no dia 08 de fevereiro/99, aprovaram o calendário de atividades que reproduzimos a seguir.

Dia 23/02 – Ato político em defesa da soberania nacional em Brasília/DF. Neste dia, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, estará sendo “sabatinado” pelo Senado Federal. Estão confirmadas as presenças dos dirigentes e personalidades das entidades e partidos que integram o FNL (Lula, Brizola, Vicentinho, Luiza Erundina, João Amazonas, entre outros);

01 a 20/03 – Período em que se realizarão as plenárias estaduais da CUT – o caráter das plenárias mudou, tendo em vista o adiamento da 9ª Plenária Nacional de abril para agosto. As plenárias serão do FNL, para discutir a crise do país e o calendário de luta a nível de cada estado;

01 a 05/03 – Lançamento da Jornada Nacional de Luta em Defesa do Brasil – atividades nas grandes cidades. Haverá um ato com a presença das personalidades e lideranças do FNL em São Paulo (data a ser confirmada);

08/03 – Dia Internacional da Mulher – atos políticos em todo o país;

26/03 – Dia Nacional de Luta em Defesa da Soberania Nacional – manifestação em Brasília/DF em repúdio a instalação do escritório do FMI no país;

17 a 21/04 – Jornada nacional de atividades entre o MST e o sindicatos urbanos;

PROPOSTA DA DIRETORIA DA ANDES-SN PARA O PLANO DE LUTAS PARA O SETOR DAS IFES

- a) Encaminhar conjuntamente com a CUT, OAB e outras entidades da sociedade civil, o julgamento de atos de FHC e membros do seu governo contrários aos interesses e necessidades da maioria da população brasileira, bem como lesivos à soberania nacional, com a constituição de um tribunal popular.
- b) Investir no Fórum Nacional para Ciência e Tecnologia.
- c) Intensificar os esforços com as demais entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública pela aprovação do PNE (projeto de lei 4153/98) em tramitação no Congresso Nacional.
- d) Conquistar o apoio da sociedade na defesa do Ensino Superior Público, Gratuito e de Qualidade, tendo em vista as demandas desta, com correspondente ampliação de recursos e vagas nos cursos regulares.
- e) Reafirmar as posições e estratégias de luta aprovadas em nossas instâncias deliberativas contra as propostas neoliberais de reforma constitucional.
- f) Reafirmação das pautas de reivindicação protocoladas no MARE e MEC, particularmente no que diz respeito à questão salarial.
- g) Negociar com o MEC um reajuste salarial emergencial de 49,57%, correspondente a recuperação de perda salarial do período de janeiro de 95 a dezembro de 98, segundo o índice do ICV do DIEESE.

- h) Incorporação da GAE e GED pelos seus valores mais altos.
- i) Desenvolver, junto a com a FASUBRA SINDICAL, SINASEFE e UNE, luta contra os processos de privatização interna nas IFES.
- j) Estender os 100% da GED para aposentados e pensionistas.
- l) Transformar os valores das Bolsas de 1º e 2º Graus em salário extensivo aos respectivos aposentados.
- m) Lutar contra o confisco salarial decorrente da Lei nº 9783 de 28/01/99, sobre reforma da Previdência.
- n) Lutar contra a PEC 370/96.
- o) Manter o Art. 107 da Constituição Brasileira/contra a proposta de Autonomia do Governo.
- p) Lutar para o estabelecimento de Piso e Malha Salarial.
- q) Contra cortes do Orçamento da União para 99 nas áreas de Ensino, Pesquisa e C&T.
- r) Atribuição de 100% da GED a todos os professores da ativa, efetivos, visitantes, celetistas e sindicalistas.
- s) Lute pelo enquadramento dos docentes de 1º e 2º graus das IFES e IEES na carreira de docentes de ensino superior, com iguais exigências de formação acadêmica e iguais direitos.

Substituições encaminhadas pela Diretoria aos Textos de Resoluções do Caderno
--

Textos de Resolução

TR-1.1

Item a): desmembrá-lo em dois itens:

a) Lutar contra a implementação do acordo do governo FHC com o FMI.

b) Pela manutenção dos mecanismos básicos de formulação e de execução de uma política de desenvolvimento nacional.

Item b): suprimir, pois foi incluído no eixo de luta.

Item f): acrescentar, ao final: *e redistribuição de renda.*

Item g): sai o segundo *fundamental.*

Item h): defender a reforma agrária (retirar a palavra: autêntica).

Item l): substituir: população por *trabalhadores.*

Item n): ponto final após *básico* (retirar-se o após).

Item o): Substituir por: Lutar por uma política de C&T articulada com as necessidades do desenvolvimento nacional, no sentido de atender as demandas dos setores hoje excluídos do mercado interno, tendo como parâmetros as propostas defendidas pela Frente Nacional pela C&T.

Item q): suprimir *raça.*

TR-1.2

Substituir por:

a) Expandir a Universidade Pública, com vista a assegurar a ampliação de vagas no sistema de ensino superior da União, dos Estados e dos Municípios, procurando ampliar a qualidade do padrão existente, sem prejuízo dos recursos alocados.

b) Propor a universalização do complexo institucional público “Universidade e Pesquisa” e a sua integração orgânica com as demandas de Conhecimento e de recursos humanos que a Sociedade, justa e igualitária que queremos, busca.

c) Construir um caminho para a exploração da fronteira do Conhecimento, científico e tecnológico, com a estratégia de redefinir critérios, ações e alianças.

d) Propor a formulação de um critério de qualidade – original e próprio – que tenha por base a relevância do que produzimos, a partir dessa nova dinâmica científica e tecnológica para a Sociedade, justa e igualitária, que queremos.

TR-1.3

Incluir um item novo, antecedente ao a), renumerando os seguintes:

a) Luta intransigente pela manutenção do texto do Art. 207 da Constituição.

TR-2

Substituída integralmente pelo Plano de Luta dos Setores.

TR-3

Substituição integral por:

a) Ampliar a discussão sobre os cursos seqüenciais no interior das IES.

b) Combater a implementação dos cursos seqüencias nas universidades públicas e gratuitas, conforme o que determina o parecer 968/98.

b) Propor soluções para ampliação imediata de vagas nas universidades públicas e gratuitas, sem prejuízo da qualidade do ensino e da densidade da formação acadêmica em suas múltiplas dimensões

POLÍTICA EDUCACIONAL EM TEMPOS DE FHC:

TENDÊNCIAS, EMBATES E PERSPECTIVAS NA ATUAL CONJUNTURA

Contribuição do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) - ANDES ao Caderno de Textos do 18º Congresso, elaborado pelos professores: Maria Luiza Alessio (ADUFEPE), Roberto Leher (ADUFRJ) e Tânia Batista (ADUFC)

A educação brasileira está sendo reconfigurada segundo medidas específicas para cada nível e modalidade de ensino, como sugere uma primeira leitura das várias medidas governamentais ou existe um projeto em curso, capaz de reconceituar o conjunto da educação brasileira em sentido diverso ao preconizado pela Constituição Federal de 1988?

Esta indagação tem importantes implicações teórico-práticas. Afinal, enfrentar medidas pontuais ou um projeto orgânico não é a mesma coisa, exigindo táticas e perspectivas estratégicas diferentes. Assim, por exemplo, se as medidas em curso nas universidades estivessem desvinculadas do ensino básico, seria natural uma organização da luta mais centrada nas universidades, embora não desconsiderando alianças mais amplas capazes de fortalecer laços de solidariedade entre os defensores da escola pública. Entretanto, se existe um projeto orgânico em curso, as orientações táticas teriam de ser outras. A organização das

diversas entidades e dos sujeitos envolvidos com o ensino público teria de se concretizar em um patamar mais elevado e, para isto, a produção do conhecimento teria de privilegiar a análise das conexões internas entre as diversas políticas para que as mediações que configuram o projeto orgânico fossem evidenciadas; somente assim a teoria poderia informar as táticas e estratégias de luta.

A leitura que sustenta a segmentação das políticas tem como pressuposto à noção de que o neoliberalismo se move exclusivamente pela crença nas forças espontâneas do mercado e que, por isso, não adota amplas políticas de governo deliberadas, com metas e objetivos definidos. Os adeptos desta formulação acusam os que vêem uma política orgânica na miríade de medidas jurídicas e normativas empreendidas pelo governo nos últimos anos de adotarem uma visão conspirativa da história e de não compreenderem a verdadeira natureza do neoliberalismo. A conseqüência, prosseguem os defensores da segmentação, é o abandono da luta específica que afinal é a única que de fato importa.

Mas é o principal teórico da ortodoxia neoliberal quem desmente a crença acima. Hayek reconhece que a existência de serviços que as forças espontâneas de mercado podem não produzir adequadamente, requerendo políticas públicas. O exame das proposições recentes dos teóricos liberais como o Nobel Gary Becker e a dos homens práticos, como o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, atestam a importância das políticas deliberadas de educação. A consideração das reformas educacionais na América Latina, África e de parte da Ásia corroboram a tese de que existem políticas que estão redesenhando o conjunto da educação dos países destas regiões.

Admitindo a análise da política educacional no Brasil sob uma ótica mais ampla, que reconhece a existência de um projeto intencional em curso, é necessário discutir se existe um motivo gerador capaz de conferir organicidade ao projeto. A consideração dos discursos dos dirigentes de Estado, dos organismos internacionais (Banco Mundial, Unesco e Cepal, principalmente) e dos homens de negócio permite evidenciar que o tema gerador da reforma educacional é a globalização. A reconfiguração da educação é justificada pragmaticamente pois, segundo estes formuladores, as nações se encontram diante do seguinte dilema: a adesão à globalização, abrindo-se ao futuro redentor ou a negação deste (suposto) fato com a exclusão do país da economia mundializada e de suas benesses, aprisionando-a ao passado e à privação.

Nesta perspectiva, a educação deve preparar os jovens e os desempregados para a saudável competição, requerendo o desenvolvimento de indivíduos individualistas, pouco afeitos a solidariedade social, prontos para atuar num mercado de trabalho em que o baixo valor da força de trabalho se constitui em poderosa “vantagem comparativa”. Em outros termos, a educação deve desenvolver competências para a empregabilidade.

O exame mais cuidadoso dessa premissa fundamental (globalização como fato objetivo) indica outra situação. A economia mundial não caminha para a unificação virtuosa; ao contrário, a polarização entre as nações centrais e as nações periféricas não pára de aumentar, levando milhões de pessoas para a miséria absoluta. Nos termos de Samir Amin, as nações centrais possuem um mercado integrado tridimensionalmente ? o capital, as mercadorias e o trabalho/conhecimento circulam entre estas nações. As periféricas, entretanto, possuem um mercado integrado bidimensionalmente. A exemplo das anteriores, as mercadorias e o capital circulam (mesmo que desigualmente) entre centro e periferias, mas diferente das primeiras, não o trabalho/conhecimento. As fronteiras que limitam o território dos países centrais nunca estiveram tão fechadas, impedindo a circulação do trabalho. Com as patentes, o acesso às tecnologias de ponta está vedado às periferias.

Qual é a educação que convém a esta divisão internacional do trabalho?

A resposta a esta indagação pode ser melhor buscada nas diretrizes educacionais do Banco Mundial. No que diz respeito ao ensino básico, desde o final da década de 1980 uma forte prioridade é conferida ao ensino fundamental “minimalista” e à formação profissional “aligeirada”. Medidas para aumentar a eficiência também são requeridas prioritariamente. Em termos práticos, estas recomendações estão presentes nas políticas de “descentralização administrativo-financeira” como o Fundef e a municipalização, bem como nas recentes medidas visando ampliar a autonomia das escolas (na verdade, uma autonomia nos moldes neoliberais,

equivalente ao afastamento do Estado). A principal marca dessas medidas é o drástico empobrecimento do caráter científico-filosófico da educação, configurando um verdadeiro apartheid educacional, como fica patente ao se observar a reforma curricular do ensino fundamental e o desmonte dos CEFET's.

O ensino superior está sendo modificado nos mesmos termos. Em linhas gerais, as reformas também estão direcionadas para a autonomia (no mesmo sentido de afastamento do Estado) e para a eficiência como condições para uma maior proximidade com o mercado. A aprovação de uma série de medidas normativas, aparentemente desconexas, desde o início da década de 1990 foi tornado realidade a reforma das universidades públicas. Estas medidas ganharam organicidade com a aprovação da LDB Darcy Ribeiro em 1996. Atualmente, o esforço do governo está direcionado para quebrar de vez o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e para tornar realidade a autonomia (nos moldes neoliberais). A aprovação da Emenda constitucional no 19 (Reforma

Administrativa) abriu um verdadeiro continente para as ações governamentais, levando o ministro da educação a prever que talvez a PEC-370 nem fosse mais necessária.

A consideração das medidas em curso permite evidenciar que este projeto já se encontra bastante avançado. Com o deslocamento do CNE de um órgão do Estado em um órgão governamental, a reforma “por dentro” avança rapidamente. Hoje, a ruptura do princípio da indissociabilidade já pode ser verificada, em esboço, em várias instituições, tanto numa perspectiva interuniversitária como intrauniversitária. Pelo lado dos “núcleos de excelência” temos o PRONEX como uma medida significativa; pelo lado dos “centros de ensino superior” temos as universidades especializadas (ex-CEFET's), os Institutos Superiores de Educação e os cursos seqüenciais, já em adiantado processo de implementação nas IES privadas. Também medidas como a avaliação centralizada pelo governo (provão), a GED, a modificação dos currículos estão inscritas nesse processo. A proposta de Estatuto do interventor da UFRJ aponta exatamente para esta situação, cindindo a carreira única em uma vertente “profissional” (contratos temporários, sem concurso público, com reduzidos direitos trabalhistas – não prevê DE e com função de ministrar aulas) e em uma vertente acadêmica (para poucos, com DE, voltada para a pesquisa, com estabilidade).

Visto em conjunto, as políticas são interdependentes. Para uma escola elementar minimalista, basta uma formação nos mesmos moldes onde os critérios em torno de um padrão qualidade são absolutamente desconsiderados, sob a alegativa da urgente necessidade que a Nova LDB “plenificação” (conclusão de um Curso de Licenciatura - nível superior) para os docentes em serviço. Surgem, pois, como panacéia a esse rol de necessidades os Institutos Superiores de Educação (ISE) que, além de não proporcionar no mesmo nível de qualidade a pretendida formação, ainda *“objetiva deslocar o eixo do debate substantivo sobre o papel e organização das faculdades de educação, dos cursos de pedagogia e licenciatura para uma nova estrutura organizacional, considerada mais adaptável às medidas de políticas educacionais que vêm sendo tomadas, em particular, no que diz respeito ao ensino básico.”* (AGUIAR. Márcia - *Carta à ANFOPE (Associação Nacional Para a Formação de Professores) - Agosto/98*).

“plenificação” (conclusão de um Curso de Licenciatura - nível superior) para os docentes em serviço. Surgem, pois, como panacéia a esse rol de necessidades os Institutos Superiores de Educação (ISE) que, além de não proporcionar no mesmo nível de qualidade a pretendida formação, ainda *“objetiva deslocar o eixo do debate substantivo sobre o papel e organização das faculdades de educação, dos cursos de pedagogia e licenciatura para uma nova estrutura organizacional, considerada mais adaptável às medidas de políticas educacionais que vêm sendo tomadas, em particular, no que diz respeito ao ensino básico.”* (AGUIAR. Márcia - *Carta à ANFOPE (Associação Nacional Para a Formação de Professores) - Agosto/98*).

Nesse rumo, outras medidas têm sido tomadas no âmbito do Governo FHC com o objetivo de dar seguimento à implementação desse Projeto Educacional que se consubstancia na Proposta de Plano Nacional de Educação (PNE) apresentado pelo executivo ao Congresso Nacional. Contrapondo-se à proposta governamental, a sociedade civil organizada através de suas entidades, especialmente aquelas vinculadas ao fazer educacional, construíram e também apresentaram ao Legislativo uma outra proposta de PNE que representa um consenso

construído por ocasião do II CONED - Congresso Nacional de Educação, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1997.

A referida disputa de Projetos Educacionais no âmbito do Congresso Nacional nos reporta inexoravelmente à necessidade de **realização do 3º CONED ainda no ano de 1999**, momento em que organizaremos nossa intervenção e estratégias de luta pela aprovação de nossa proposta de PNE. A referida proposta de data para o 3º CONED - (outubro/99) - foi aprovada recentemente na Reunião do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, realizada em São Paulo (fevereiro/99).

O momento é delicado. As ofensivas do Governo FHC têm efetivado cada vez mais fortemente o ideário neoliberal para a Educação Brasileira nos moldes do receituário do Banco Mundial. As medidas aprovadas no Congresso Nacional que caminham nesse rumo se acumulam cada vez mais. Partindo de tais pressupostos, conclamamos todos os militantes da ANDES-SN a se somarem nessa luta pela efetivação de um Projeto Democrático e Popular que considere e busque efetivar uma política Educacional condizente com os nossos princípios em torno da defesa do Ensino Público, Gratuito, de Qualidade e Socialmente Referenciado.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA **CONTRIBUIÇÃO DO PROF. FERNANDO BUNCHAFT - APUB**

TEXTO APOIO

A crise pós-Plano Real enfraquece politicamente as classes dominantes e o governo FHC. Mas, a correlação de forças internas e internacionais levam o governo a procurar sair da crise imediata avançando, em vez de recuar, isto é, acelerando, com mais agressividade ainda, a remodelagem neoliberal, extensa e profunda, da sociedade brasileira. Na crise, o tempo urge.

Depois das Reformas Administrativa e Previdenciária, vem aí novas reformas, constitucionais e infra-constitucionais (inclusive por Medidas Provisórias) a todos os níveis: reforma política, reforma do judiciário, reforma da previdência -segunda geração, reforma universitária, etc.

Constitucionalizar estas reformas é fundamental para o atual sistema de poder, afim de dar estabilidade ("credibilidade ante os investidores") à nova modelagem da superestrutura social, que se compatibilize e impulsione o aprofundamento sem precedentes da inserção subordinada da infra-estrutura econômica do país na infra-estrutura da mundialização do Capital. Não haverá razões para surpresas quando o governo, em breve, começar a jogar pesadamente na aprovação da PEC-370 (ou variante dela) para dar lastro constitucional ao modelo BIRD de universidade no Brasil. E nós ?

- Propostas recentes do movimento (inclusive apresentadas a este Congresso) levantam a necessidade de passarmos a trabalhar com um Anteprojeto de Lei de Regulamentação da Autonomia Universitária, mas nos textos e resoluções correspondentes se omite ou não se articula com clareza esta luta proposta com a luta em curso contra a PEC-370. Do jeito que estão, estes textos e resoluções sugerem ou podem ser interpretados (e aplicados), como se o centro da luta pela Autonomia se tivesse deslocado da luta em defesa do ART. 207 para a luta pela regulamentação da Autonomia (mas de que Autonomia se trata, a do ART. 207 ou a da PEC-370?). Pior, os textos podem ser entendidos, por gregos e troianos, como admissão, implícita, por parte do movimento, de que a substituição do ART. 207 já é, a esta altura, inevitável.

É certo que há uma proposta da ANDES (1991), de regulamentação da Autonomia, e também é certo que a Autonomia Universitária avançaria na prática se conseguíssemos aprovar e implementar esta proposta.

Mas a questão tática que se coloca é se, - levando em conta a situação presente no país, nas IFES e no movimento docente - este é o momento de abirmos a luta pela regulamentação da

Autonomia. Esta é uma questão crucial, à qual este Congresso poderá dedicar o melhor de sua capacidade de análise política.

Qualquer que seja o posicionamento deste Congresso sobre esta questão, é claro que o projeto de universidade contido na proposta de regulamentação da ANDES é incompatível com o projeto de universidade contido na PEC-370 ou novas variantes assemelhadas que se venham a apresentar. Se passa uma emenda deste tipo, desaparece o espaço constitucional para a implementação de aspectos essenciais de nosso projeto de universidade.

É claro, portanto, que a luta em defesa do ART. 207 permanece sendo o centro de nossa luta pela Autonomia Universitária e que, por isso, ela é politicamente prioritária em relação à (possível) luta pela regulamentação da Autonomia. É fundamental que uma resolução neste sentido seja reafirmada pelo Congresso. Esta prioridade não significa, necessariamente, uma antecedência ou separação temporal entre ambos os aspectos da luta pela Autonomia, mas apenas a centralidade política da defesa do ART. 207.

TR -

- 1) O 18º Congresso da ANDES reafirma que, na questão da Autonomia, o princípio da Autonomia Universitária é inegociável e que a luta em defesa do ART. 207 da Constituição Federal, contra a PEC-370 e assemelhadas, é politicamente prioritária.
- 2) Qualquer outro elemento de luta no terreno da Autonomia universitária deve-se articular e subordinar à centralidade da defesa do ART. 207.

NOTA DA ADUFRJ-SSIND EM RESPOSTA AO “ESCLARECIMENTO DA DIRETORIA (DA ANDES-SN) AO MOVIMENTO DOCENTE DA ANDES-SN NA PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE INSTITUCIONAL DA UFRJ”

O referido “Esclarecimento”, publicado no InformAndes nº 89, janeiro/fevereiro de 1999, tenta justificar a audiência da Diretoria da ANDES-SN com o interventor do Governo Federal na UFRJ, Sr. José Henrique Vilhena, à revelia da Adufrj-SSind, valendo-se de inverdades inexas. Os fatos verdadeiros são os seguintes:

Não houve concordância nem muito menos apoio por parte do Presidente da Adufrj-SSind Roberto Leher em relação a um possível encontro da Direção da ANDES-SN com o reitor-interventor Vilhena. No dia 9 de dezembro o Secretário Osmar Marchese comunicou ao Presidente da Adufrj-SSind, por telefone, a intenção da Diretoria de comparecer a sessão do Conselho Universitário da UFRJ agendada para o dia 10/12, gesto que contou com o pronto apoio da entidade. Indagado a respeito da possibilidade de uma audiência da Diretoria da ANDES-SN com o interventor, Roberto Leher manifestou a sua preocupação, tendo em vista que a Adufrj-SSind e o movimento interno de resistência à intervenção não reconheciam (e prosseguem não reconhecendo) a legitimidade do Sr. Vilhena. Esta sessão do Consuni aconteceu num contexto em que os conselheiros já haviam pedido a sua renúncia; de inquérito Polícia Federal contra os técnico-administrativos e estudantes etc. Deste modo, o Presidente da Adufrj-SSind ponderou ao Secretário Marchese que melhor seria um contato pessoal entre a Adufrj-SSind e a Direção da ANDES-SN para que os motivos da contrariedade da entidade pudessem ser melhor explicitados. Foi sugerido que a reunião poderia ser realizada antes ou depois da sessão do Consuni.

O reitor-interventor não concordando com os rumos dos debates, fortemente críticos em relação a intervenção governamental, retirou-se intempestivamente da sala de reuniões. Após os debates entre os conselheiros e as entidades (nos quais a direção não fez nenhum pronunciamento) o presidente da Adufrj-SSind reiterou ao Secretário Marchese que não via sentido um pedido de audiência, contando com a sua concordância, conforme o

“Esclarecimento da Diretoria” reconhece. Em suma não houve concordância prévia em relação ao pedido de audiência como afirma o “Esclarecimento”.

Porém, não apenas a audiência aconteceu à revelia da Adufrj-Ssind, como a Diretoria sequer informou a sua realização. A entidade somente soube do ocorrido na reunião do GT-Política Sindical, realizada nos dias 11 e 12 de dezembro, quando o Vice Presidente da ANDES-SN declarou brevemente que a Diretoria esteve com o interventor. Como se tratava de uma informação imprecisa, a Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, após manifestarem a sua indignação com o fato, solicitaram esclarecimentos a respeito das pessoas presentes, bem como das questões tratadas na reunião. No dia 22 de dezembro o Vice Presidente da Regional Norte, Fernando Arthur de Freitas Neves, enviou, por e-mail, um primeiro pronunciamento da Direção da ANDES-SN, que, em lugar de prestar esclarecimentos, se limita a proferir uma série juízos de valor enviesados e impertinentes. Em 8 de janeiro, o Vice Presidente da ANDES-SN, Dalton Macambira, em Ofício Circular nº 018/99, respondendo às interpelações contidas no “Manifesto de Apoio a UFRJ” elaborado pela Diretoria da Adufepe - com uma abordagem grosseira e truculenta que tenta desqualificar a crítica a uma mera disputa por espaços políticos no interior do Sindicato - somente esclarece quais os diretores presentes àquela reunião: Renato de Oliveira e Osmar Marchese.

Na ânsia de validar a sua infeliz atitude, criticada por diversas Seções Sindicais, a Diretoria da ANDES-SN afirma em seu “Esclarecimento” que, em virtude de seu contato com o interventor Vilhena, o reitor teria concordado em adiar os trabalhos de reforma do Estatuto. Esta afirmação é uma apropriação indébita dos ganhos da mobilização, da comunidade universitária, com destaque para o trabalho desenvolvido pelo movimento dos professores, técnico-administrativos e estudantes. Demais, a Diretora tenta validar os seus procedimentos valendo-se da avaliação de dirigentes administrativos da UFRJ, como faz ao dar ampla divulgação de carta do Decano do CCJE, professor Carlos Lessa à direção da ANDES-SN (Ofício nº 051/99), afrontando um dos princípios mais fundamentais do movimento docente: a autonomia diante das administrações universitárias.

Pelos motivos expostos, a Diretoria da Adufrj-SSind propõe o seguinte texto de resolução:

O 18º Congresso critica a Diretoria da ANDES-SN pelo modo indevido de sua atuação na crise da UFRJ. Em particular no episódio da audiência com o reitor-interventor em 10/02/98, desrespeitando as análises e considerações do movimento local de resistência, em especial a Adufrj-SSind.

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO CONSTITUÍDA PELO 37º CONAD SOBRE AS DENÚNCIAS DE ADULTERAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO PREVISTA PELA LEI 9678 DE 03 DE JULHO DE 1998.

"O 37º CONAD aprova a criação de uma comissão constituída por três membros da Diretoria e pelos professores Luiz Carlos Lucas (ADUFPel), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP), Lena Lúcia Espíndola R. Figueiredo (ADUFC) e tendo como suplente a Professora Maria Lia do Perpétuo Socorro Silva e Reis (ADUCSal), para preparar um relatório sobre as denúncias de adulteração do Relatório Final da Comissão Nacional prevista pela Lei 9678, de 03 de julho de 1998. O Relatório será apresentado pela Comissão numa reunião envolvendo os três setores para apreciação e discussão - tanto o Relatório quanto contribuições surgidas nesse encontro (Anexar ao relatório) serão encaminhados ao 18º Congresso que se realizará em Fortaleza."

INTRODUÇÃO

Como todos sabemos, ao final da última greve foi criada, pela Lei 9678/98, uma Comissão Nacional de Avaliação, com o objetivo de regular o registro das atividades docentes instituída juntamente com a GED. Integraram-na três representantes do MEC, dois da ANDIFES e dois da ANDES: os professores Renato Dagnino e Rubens Pinto Lyra (além do professor Marco Antônio Sperb Leite, na qualidade de suplente). Reuniões ocorreram em 14 e 25 de agosto e em 8, 17 e 23 de setembro. Não foram lavradas atas.

Após encerrados os trabalhos da Comissão, o jornal "ADUF INFORMA", da ADUFPb-JP, nº 66, publicava entrevista com o professor Rubens Pinto Lyra, contendo denúncias de envolvimento da Diretoria da ANDES na adulteração no relatório oficial publicado pelo MEC.

Amplamente divulgadas no Movimento Docente, essas denúncias repercutiram no 37º CONAD que, num exemplo de maturidade política, absteve-se de votar qualquer deliberação envolvendo apreciação de mérito, preferindo designar uma comissão para tomar conhecimento dos fatos e analisá-los, composta por membros especificamente eleitos para essa finalidade e por representantes da Diretoria.

Em três de fevereiro, esse grupo ouviu os professores Rubens, Dagnino e Marco Antônio e examinou a documentação disponível. No dia seguinte, chegou a um consenso sobre os seguintes pontos, considerados essenciais.

EXAME DOS DOCUMENTOS

Não houve reunião da Comissão Nacional de Avaliação após 23 de setembro de 98. Não há dúvida, portanto, sobre o fato de que só pode ser considerado como seu relatório final o documento distribuído pela ANDES como "versão preliminar", que reflete o conteúdo das decisões aprovadas nessa última reunião, estando sujeito apenas a alterações formais. Alguns dias após, o MEC fez circular novo documento, introduzindo unilateralmente modificações no que havia sido acordado, em detrimento de posições defendidas pelos docentes das IFES.

É inegável, pois, que houve adulteração por parte do Ministério.

AÇÃO DA DIRETORIA

Diante do fato consumado, a Diretoria do Sindicato, ao invés de adotar a estratégia de questionar publicamente o comportamento do Governo, como propunha o professor Lyra, tentou reduzir as diferenças entre o texto final da Comissão e o documento oficial do governo, cuja versão definitiva, publicada em 09/10/98, recebeu a denominação de "Relatório da Comissão Nacional Prevista pela Lei nº 9678, de 03 de julho de 1998".

A apreciação das diferenças de estratégias apresentadas não são de competência desta Comissão a quem cabe apenas informar à Reunião dos Setores. O Congresso poderá, se assim o desejar, pronunciar-se sobre o assunto.

ESCLARECIMENTOS DO PROFESSOR RUBENS PINTO LYRA

Nos esclarecimentos que prestou em 03/02/99, o professor Lyra afirmou que sua entrevista ao ADUF INFORMA foi “*dramaticamente editorada*”, e que em nenhum momento acusou a Diretoria da ANDES de haver manipulado o relatório juntamente com o MEC. O professor a exime, portanto, de envolvimento na adulteração por ele denunciada.

CONCLUSÃO

Com este relatório a comissão conclui o seu trabalho e o submete à reunião dos três setores para apreciação e discussão.

Os documentos impressos e as fitas gravadas que subsidiaram os trabalhos desta Comissão estarão à disposição na Secretaria do 18º Congresso em Fortaleza.

Fortaleza, 23 de fevereiro de 1999.

Ciomara Maria Pérez Nunes

Dalton Melo Macambira

Edmundo Fernandes Dias

Lena Lúcia Espíndola R. Figueiredo

Luiz Carlos Lucas

Osmar de Oliveira Marchese